

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Cristiano Addario de ABREU

**Os Primórdios do Desenvolvimento: *American System* vs papelismo brasileiro,
raízes norte-americanas na origem do Desenvolvimentismo. Paralelos e
divergências entre esta Escola americana e Amaro Cavalcanti**

Versão corrigida

São Paulo
2023

Cristiano Addario de Abreu

Os Primórdios do Desenvolvimento: *American System* vs papelismo brasileiro, raízes norte-americanas na origem do Desenvolvimentismo. Paralelos e divergências entre esta Escola americana e Amaro Cavalcanti

Versão corrigida

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de doutor em História Econômica, sob a orientação do professor Antônio Carlos Mazzeo.

São Paulo

2023

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A0000- Abreu, Cristiano
0001-6 Os Primórdios do Desenvolvimento: American System
344-83 vs papelismo brasileiro, raízes norte-americanas na
53p origem do Desenvolvimentismo. Paralelos e
divergências entre esta Escola americana e Amaro
Cavalcanti / Cristiano Abreu; orientador Antônio
Mazzeo ; coorientador Lincoln Secco - São Paulo,
2023.
359 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Econômica.

1. American System. 2. Sistema Nacional. 3.
História do Pensamento Econômico. 4. História
Monetária. 5. História Comparada. I. Mazzeo , Antônio
, orient. II. Título.

Cristiano Addario de Abreu

Os Primórdios do Desenvolvimento: *American System* vs papelismo brasileiro, raízes norte-americanas na origem do Desenvolvimentismo. Paralelos e divergências entre esta Escola americana e Amaro Cavalcanti

Versão corrigida

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de doutor em História Econômica, sob a orientação do professor Antônio Carlos Mazzeo.

Data de aprovação:

26/ 04/ 2023.

Banca examinadora:

Lincoln Ferreira Secco, Dr.

FFLCH-USP

Mary Anne Junqueira, Dra.

FFLCH-USP

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Dr.

FACAMP - Externo

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA
DISSERTAÇÃO/TESE**

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

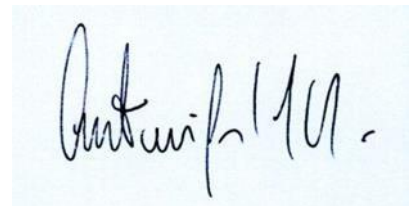
Nome do (a) aluno (a): _____ **Cristiano Addario de Abreu**

Data da defesa: **_26/_04/2023_**

Nome do Prof. (a) orientador (a): **___Antonio Carlos Mazzeo**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, **_25_/_06_/_2023_**



orientador (a)

(Assinatura do (a))

Dedico este trabalho à minha avó Odete, à minha mãe Jeanne D'Arc, à minha irmã Fabiana, e à minha amiga e mestra Laura, um quarteto feminino que sempre me apoiou, e sempre esteve presente nesta trajetória acadêmica que se tornou minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de tudo ao professor Dr. Antônio Carlos Mazzeo pela generosa ampla liberdade com que me permitiu trabalhar sob sua orientação. E a muitas pessoas que se somam no resultado deste trabalho tão solitário e tão devedor com tantos. Aos meus pais: Albino Ferraz de Abreu e Jeanne D'Arc Addario de Abreu, por tanto apoio e ajuda, e à minha mãe por seu exemplo intelectual. Aos meus sobrinhos Dante e Mariana, que cresceram junto com este doutorado, e ao meu cunhado Pedro. À minha avó Odete, sempre presente em formação e exemplo. E, sobretudo, à minha irmã Fabiana, que é a mais amiga e generosa das irmãs: Fabiana Addario, Fraternidade é teu nome.

Agradeço à minha amiga e eterna mestra, Laura Carneiro Mendes Rosa, por tantos apoios e pela generosidade em se dispor a ler e rever meu árduo texto. Ao meu amigo Francisco Baraglia, pela generosa ajuda técnica, e ao Felipe Castilho de Lacerda pela revisão. Aos amigos Alex Calheiros, Lidiane Soares Rodrigues, Pedro Penafiel e Daniel Lago Monteiro. E me faltam palavras para agradecer à Selma Morais Menezes Salles, que em minha trajetória sempre foi um suporte psicológico, profissional e amical inestimável em minha história.

A trajetória deste doutorado foi muito diversa da experiência tida no mestrado: o Brasil e o mundo, ao longo da feitura desta tese, se lançaram em crises imprevistas nos anos mais solares em que realizei o mestrado. Mas entre um mundo com pandemia, guerra, e outras crises regulares, em um Brasil que mergulhou numa regressão civilizatória inimaginável, estes anos de trabalho acadêmico foram vividos de forma intensa e revigorada pelo trabalho acadêmico e político. Tais trabalhos de política acadêmica contribuíram e se somaram ao resultado aqui construído: muito aprendi, e espero também ter contribuído, na construção da Universidade, que não se faz só no silencioso trabalho isolado em bibliotecas e laboratórios, mas na construção de pontes políticas, com diálogo, disputa, colaboração e compromissos.

Nunca foi tão necessário no Brasil se valorizar uma visão política da ciência, que sempre é histórica, logo, sempre sob disputa das paixões humanas: respeitar e iluminar este fato é desnudar ideologias e colaborar para um processo científico mais democrático e comprometido com um determinado projeto científico de Universidade, de nação e de mundo.

Agradeço ter sido representante dos pós-graduandos no Conselho Universitário, no Conselho de Pesquisa, e no Conselho de Pós-graduação, além de Representante Discente do nosso **PPGHE/USP** por 2 anos, tendo realizado dois Congressos (2019, 2020), com direito a fazer documentário comemorativo dos 50 anos do nosso **Programa de Pós-Graduação em História Econômica/USP** (2021), e também ter sido membro da APG/USP Capital.

No Conselho de Pesquisa, tenho a honra de ser participante fundador do **Programa Interdisciplinar de Estratégias para Disseminação do Conhecimento Científico: produção, circulação e repercussão na sociedade**, quando após uma tocante fala do professor Valdir Heitor Barzotto, procurei-lhe cheio de planos para combater o negacionismo científico, que grassou durante a pandemia e, daquela conversa, ele me convidou para participar desse projeto, então, embrionário. Ao professor Valdir Barzotto, e aos demais membros desse lindo projeto, meu mais profundo agradecimento pela experiência e aprendizado.

O espaço é curto para tantas memórias incríveis, de generosidade, de coragem, e também de desespero, na busca da construção de saídas conjuntas. Confesso, para resumir, que a maior lição de tanta vivência foi a convicção de que o caminho para solucionar qualquer problema, no mundo universitário e fora dele, é sempre valorizar e investir no diálogo político. A solução é sempre política. Relembro, com muito carinho, e agradeço, a generosa e sempre firme e eficaz participação da professora Dra. Ana Paula Tavares Magalhães Tacconi, e a serenidade e ação também sempre eficaz do professor Dr. Francisco Queiroz, em meus dias como Representante Discente do **PPGHE/USP**: nossa luta pelo **Programa de História Econômica** da USP não teria chegado a tão bom resultado como o obtido em 2022 sem suas contribuições. Nesse ponto, também agradeço nessa luta à minha companheira de programa, Flavinha Calé, por tanto trabalho, com generosa experiência política, na construção das soluções para o **PPGHE/USP** e à Universidade. Como quando nos sugeriu propor no Conselho Universitário (CO) a prorrogação de um ano para os pós-graduandos por conta da pandemia, sua eficaz experiência abriu caminhos para o movimento estudantil naquele momento assustador. A proposta foi levada e aprovada no Conselho de Pós-graduação, pelo então pró-reitor Carlos Gilberto Carlotti Jr..

Nessa trajetória político-acadêmica, não posso deixar de agradecer à minha amiga Amanda Harumy, que quando eu fazia o PAE com o professor Lincoln Secco,

depois de uma aula com muitas discussões, me chamou para compor a chapa de frente ampla da APG. Nós nem imaginávamos em quantas aventuras isso ainda daria! Como na criação do Fórum dos RDs, ideia de Luciano Queiroz, que construímos juntos, e tantas outras atividades. E com todo o carinho, em meio a tantas discussões, agradeço à Amanda por tanta vivência. E ao Rafael Pimentel, da APG/USP Capital, meu agradecimento também, por ensinar e compartilhar tanto com sua habitual eficácia e discrição.

Também ao meu amigo, e parceiro dos Congressos do **PPGHE**, Peterson Pessôa, nosso *hacker* do **Programa de História Econômica**, com o qual organizei 2 Congressos do **PPGHE/USP**, sendo o segundo (2020), feito totalmente *online*, por causa da pandemia, graças aos seus conhecimentos digitais. Este congresso foi um capítulo central dessa vivência, com grande interação acadêmica, realizando um congresso cujo tema, ***Economia de guerra: geopolítica em tempos de pandemia e crise sistêmica***, antecipou tendências tratando de crises, militarismo, e mesmo moeda, inflação e teto de gastos, em seu encerramento com Randall Wray e Simone Deos. Além de ter sido aberto com palestra do saudoso professor Mike Davis. Um belo trabalho coletivo que merece ser lembrado e valorizado.

Em meio a um período tão turbulento, as alegrias foram muitas, justamente pela luta política pela ciência, com troca e interação intelectual.

Agradeço aos professores: Dr. Lincoln Secco, por apoio e indicações, Dr. Alexandre Macchiones Saes, Dr. Rodrigo Ricupero e Dra. Vera Lucia do Amaral Ferlini, nas lutas pelo PPGHE. Aos professores Dr. Alexandre de Freitas Barbosa e Dra. Marisa Midori Deaecto, pela contributiva colaboração no exame de qualificação. Agradeço à agência CAPES pelo fundamental fomento neste trabalho, e a tantos professores que me influenciaram e me formaram na Universidade de São Paulo.

E ao meu grande parceiro Paulo Cesar Sanna Robilloti, que em busca de debates sobre Hamilton, acabou virando um colaborador inestimável para a construção do meu trabalho. Sendo realizador comigo de um documentário sobre o centenário de Celso Furtado, no **XI Congresso do PPGHE/USP** (2020), comprovando a relevância e necessidade de maior interdisciplinaridade na pós-graduação. Com contribuições do Instituto de Economia da Unicamp, trazendo debates da escola de Campinas, seu pensamento corajoso e rigoroso muito contribuiu aqui, e sua generosa contribuição é aqui destacada como um presente inestimável. Provando que a alegria

da amizade e do encontro, do diálogo intelectual, são o alimento do caminho científico. As palavras não alcançam o quanto eu lhe agradeço.

Agradeço, agradeço e agradeço. Em um momento tão triste do mundo e do Brasil, a vivência de meu doutorado foi uma experiência luminosa, que espero poder retribuir à sociedade com este trabalho. Agradeço a todos supracitados, e tantos outros que não cabem aqui dizer, mas agradeço.

Agradeço à Universidade de São Paulo. Agradeço à Universidade Pública brasileira. E, novamente: agradeço, agradeço e agradeço.

“The struggle of today, is not altogether for today – it is for a vast future also.”

Abraham Lincoln, Annual Message to Congress, December 3, 1861

“Down the long lane of the history yet to be written America knows that this world of ours, ever growing smaller, must avoid becoming a community of dreadful fear and hate, and be, instead, a proud confederation of mutual trust and respect.

Such a confederation must be one of equals. The weakest must come to the conference table with the same confidence as do we, protected as we are by our moral, economic, and military strength. That table, though scarred by many past frustrations, cannot be abandoned for the certain agony of the battlefield.”

Dwight D. Eisenhower, *Eisenhower’s Farewell Address to the Nation*, Jan. 17, 1961.

RESUMO

O presente trabalho busca rastrear convergências e divergências na estruturação do pensamento econômico de viés nacionalista no século XIX, na periferia americana do ocidente. Com foco especial nos Estados Unidos da América em seu momento de *catching-up* econômico, e também no Brasil do fim do século XIX, busca-se rastrear a estruturação do pensamento econômico de viés heterodoxo, com base na transição maior do pensamento ocidental entre o Iluminismo e o Romantismo: com o nacionalismo romântico sendo a base filosófica e política de uma nova forma de se pensar a economia, em países que se estruturavam nas Américas. O trabalho começa com a análise de Alexander Hamilton, para então estudar o *American System*, herdeiro desta tradição hamiltoniana, estruturando um pensamento econômico divergente ao do liberalismo hegemônico de então. Fundamentamos a descrição de etapas nesse processo em autores como Daniel Raymond e Henry Carey. Finalmente, analisamos, por meio do escrutínio das ideias do brasileiro Amaro Cavalcanti, em especial de seu papelismo, ecos e possíveis influências da tradição hamiltoniana no Brasil. O objetivo sendo o de rastrear convergências, similaridades, sintonias, e divergências, buscando o presente trabalho responder por que, e como, tais divergências e convergências ocorreram. O método escolhido, além do estudo da bibliografia especializada, foi o de análise crítica direta dos textos originais dos autores selecionados.

Palavras-chave: *American System*; Sistema Nacional; História do Pensamento Econômico; Nacionalismo; História Monetária; Papelismo; História Comparada.

ABSTRACT

This work intends to track convergences and divergences in the structuring of economic thought of nationalist bias in the XIX century in the American Western periphery, especially focusing on the United States in its moment of economic catching up. But also in the 1800's Brazil tracking the structuring of heterodox economic thought on the basis of the major transition in Western thought, between Enlightenment and Romanticism, with Romantic Nationalism being the philosophical and political basis for a new way of economic thought in the newly structured countries in the Americas. The work starts with an analysis of Alexander Hamilton, so to taking on the *American System*, heir to Hamiltonian tradition, structuring its thought in a divergent way to the hegemonic liberalism, studying the steps in the process through authors such as Daniel Raymond and Henry Carey. So to in a final moment assay via the Brazilian Amaro Cavalcanti and his greenbackism (*papelismo*), echoes and possible influences of the Hamiltonian tradition in Brazil, the objective of which is reviewing convergences, similarities, synchronies and divergences; the present work trying to answer why and how such divergences and convergences occurred. The method chosen being that of literature review and the direct analysis of selected documents.

Keywords: *American System*; National System; History of Economic Thought; Nationalism; Monetary History; Greenbackism; Comparative History.

LISTA DE ABREVIATURAS

<i>AS</i>	<i>American System</i>
<i>BUS</i>	Bank of the United States
FEB	Formação Econômica do Brasil
n.	Número
p.	Página
vs	<i>versus</i>

SUMÁRIO

1. Introdução: Sentido e Estrutura.....	19
2 Contexto Histórico e Abordagem Metodológica	26
2.1 Hipótese da Origem do Pensamento Desenvolvimentista no Mundo: Resposta Intelectual ao Liberalismo Econômico, Resposta Material à Revolução Industrial	29
2.2 Contextos e Temporalidades: Intelectuais/Históricos/Geográficos	33
2.3 Tempos Cronológicos Distintos para as Mesmas Questões Temáticas ...	39
2.4 Abordagem Metodológica: as Crises de Paradigmas no Nascimento de Novas Tradições Econômicas e Escolas de Pensamento	42
2.5 Interesses Políticos Gerando Interesses Econômicos. Ou Virtudes Públicas Gerando Vícios Privados no Capitalismo. Metodologia na Base da História das Ideias	45
2.6 <i>American System</i> : uma Escola de Pensamento Econômico	49
2.7 A Tomada de Consciência de uma Anomalia	53
2.8 O Paradigma da(s) Escola(s) Aqui sob Estudo.....	57
2.9 As Ideias Surgem na História em Vários Momentos.....	58
2.10 Paradoxo do Interesse no Liberalismo Econômico: A Questão Nacional	62
3 Capítulo Histórico. Marcha para o Oeste, e a Primeira Agenda “Vertical” de Desenvolvimento: o <i>American System</i> (AS) e as Raízes Mercantilistas da Economia Política Estadunidense	68
3.1 Protecionismo e Patriotismo: <i>Imperial Anticolonialism</i>	72
3.2 Nacionalismo Como um Fenômeno Econômico.....	74
3.3 O Planejamento Hamiltoniano para os Superávits dos EUA: Não Bastou Vantagens Comparativas, Também Houve Enfoques Comerciais e Industriais.....	79

3.4 Contexto Comercial Favorável e Choques Adversos Político-militares	81
3.4.1 Guerras Mestras da Política Econômica: As Sanções e Bloqueios das Guerras se Tornaram Altas Tarifas Protecionistas na Paz	83
3.5 A Centralidade da Indústria Naval para o Desenvolvimento: Cruzamento Civil/Militar, Agrícola/Industrial, Defesa da Independência Comercial para Haver Independência Política	87
3.5.1 Alexander Hamilton e o The Federalist N° 11: The Utility of the Union in Respect to Commerce and a Navy. Hamilton e sua “Doutrina Monroe” Comercial.....	91
3.6 Alexander Hamilton: Precursor do <i>American System</i>	102
3.7 Retrospectiva dos Projetos Republicanos em Disputa nos Estados Unidos: Mais Poder para a União ou Mais Poder aos Estados.....	105
4. História intelectual. Apresentação e Periodização do <i>American System</i>: Cronologia Histórica Entre Produção Intelectual e Organização Política.....	110
4.1 Estruturação Temática da Escola de Pensamento Econômico do <i>American System</i>	114
4.2 Trindade do <i>American System</i> : Protecionismo, <i>Internal Improvements</i> , um Banco Nacional	114
4.2.1 Protecionismo	115
4.2.2 Banco Nacional.....	119
4.2.3 <i>Internal Improvements</i>	126
4.3 Polêmica sobre o <i>American System</i> : Tradição Intelectual ou Escola de Pensamento Econômico? Uma Contribuição ao Debate	130
4.4 O Nome <i>American System</i> (AS): entre Política e Teoria.....	133
4.5 Estruturalismo <i>avant la lettre</i>	135
4.6 Desenvolvimentos: Decupagem Campo & Indústria na Via Americana	137
4.6.1 Decupar Campo e Indústria: Paradoxo da Modernização na Via Americana.....	139

4.6.2 O Tempo do Mundo. Via Americana: Abolicionismo & Protecionismo.	140
4.6.3 Liberal-Nacionalismo Americano	143
4.7 O <i>American System</i> e os Conflitos dos Modelos de República e de Economia de seu Tempo (1790-1879).....	145
4.8 Da República ao Império, Entre a Defesa Industrial e o Ataque Industrial: Polêmicas Constitucionais e Necessidades Objetivas	151
4.9 Bancos e Terras, James Monroe (1817-1825) e Andrew Jackson (1829-1837): da Crise do Missouri ao Fim da <i>Era of Good Feelings</i> (1812-1825).....	155
4.10 A História como Método Causando o Projetar no Futuro: O Desenvolvimento da Ideia de Progresso Econômico e Social em Perspectiva Histórica	158
4.11 Paradoxos das Consequências Entre as Tradições Jeffersonianas e Hamiltonianas na História: A Oculta Ponte Madisoniana	160
4.12 <i>American System</i> x <i>Jacksonians</i> : O Fim da <i>Era of Good Feelings</i> , e Retomada das Disputas de Modelos Republicanos em Outro Patamar Econômico	175
5 Cronologia Tarifária dos Estados Unidos: 1807-1808: O Fechamento dos Portos nos EUA.....	178
5.1 Cronologia Monetária nos Estado Unidos	186
5.2 Sistema Monetário	190
6. Textos Selecionados para Análise do <i>American System</i>:.....	209
6.1 Alexander Hamilton	210
6.1.1 Disputa Madison vs Hamilton: Na História Ocorrida Madison Ganhou, Na Memória Histórica Hamilton Ganhou	210
6.1.2 <i>No Representation without Taxation</i>	216
6.1.3 Apresentação do Argumento em Defesa do Mercado Interno (<i>Home Market</i>).....	221
6.1.4 Possível Origem do Termo Substituição de Importações: <i>The Substitution of Foreing for Domestic Manufactures</i>	229

6.1.5 Hamilton Precursor do Desenvolvimentismo	231
6.1.6 Conclusões Parciais	239
6.2 Daniel Raymond (1786–1849) Connecticut, EUA.	246
6.2.1 Bases Paradigmáticas com Ênfase Técnico-institucionais: Tecnológicas/Econômicas/Político-jurídicas	248
6.2.2 O Equilíbrio Militar Entre as Nações Como Base da Moderna Economia Produtivista	257
6.2.3 O Protecionismo Econômico do <i>American System</i> e o Protecionismo Militar Preventivo da Doutrina Monroe.....	260
6.3 Henry Charles Carey (1793-1879): Limite do <i>American System</i> , Liberal- nacionalismo e Otimismo Estrutural	270
6.3.1 Precursor da Defesa do Progresso Técnico Como Reversor da Queda da Taxa de Lucro e da Produtividade Agrícola, Custos de Produção X Custos de Reprodução	280
6.3.2 O Nacional-liberalismo dos “Verdadeiros Liberais”	281
6.3.3 <i>Essay on The Rate of Wages</i>	284
6.3.4 Papelismo/ <i>greenbackism</i> de Henry Carey.....	291
7 O Brasil em Perspectiva: Modernizações Divergentes na Periferia do Capitalismo	303
7.1 Introdução	304
7.2 Cronologia Monetária do Brasil	306
7.2.1 Contexto Produtivo e Disputa Monetária no Brasil do Século XIX: Papelistas e Metalistas	307
7.2.2 Cronologia Tarifária no Brasil	320
7.3 Papelismo Brasileiro: Amaro Cavalcanti (1849-1922): Papelismo e Nacionalismo em Amaro Cavalcanti: Entre o Internacionalismo das Ideias e o Atavismo dos Fatos	323
7.3.1 - O Meio Circulante Nacional (1808-1835).....	327

7.3.2 Contexto Histórico e Monetário da Obra.....	333
7.3.3 Moeda e Meio Circulante.....	335
7.3.4 Metodologia e Nacionalização Conceitual na Obra de Cavalcanti.....	337
7.3.5 A Moeda como Conexão Avalizadora entre Teoria e Prática	340
7.3.6 Conclusões Parciais	353
7.4. O Teto da Heterodoxia de Cavalcanti: Política Monetária e Política Tarifária ..	359
7.5 Política e Finança.....	364
7.5.1 A Hipertrofia Papelista no Brasil: Solução Possível Frente à Hipotrofia da Modernização das Outras Frentes.....	378
BIBLIOGRAFIA	386
ANEXO	394

1 Introdução: Sentido e Estrutura

“Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’.”

Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, “Sentido da Colonização”.

O presente doutorado estuda o movimento intelectual e político dos Estados Unidos oitocentista, chamado ***American System***, analisando três autores identificados com esta *escola americana*: Alexander Hamilton, Daniel Raymond e Henry Carey. O trabalho se concentra no estudo desses pensadores estadunidenses, bem como em analisar, periodizar e contextualizar o *American System* sob a ótica, e guiado pelas questões, de um pesquisador brasileiro contemporâneo de temas correlatos aos do *American System*. Num segundo momento, buscam-se investigar os impactos, divergências e paralelos do *American System* no papelismo brasileiro, bem como no pensamento econômico geral do brasileiro Amaro Cavalcanti (1849-1922). Os norte-americanos e Cavalcanti são justamente pensadores que questionaram e problematizaram em suas obras o sentido histórico tomado por seus países.

Defende-se aqui que este recorte permite uma investigação que interpela as origens do pensamento desenvolvimentista no mundo, na longa duração: como surgiram e se estruturaram as problemáticas intelectuais comprometidas com a superação do subdesenvolvimento, do atraso econômico, com seus paralelos e limites nos dois casos. Como se estruturou, historicamente, o pensamento comprometido, intelectual e politicamente, com a geração da riqueza, com a circulação e distribuição de tal riqueza. Pois, na história do pensamento econômico, ficou óbvio muito cedo que um questionamento leva a outro: o direito a consumir e acumular leva a questionamentos sobre o direito referente à produção e circulação da riqueza: não é só o direito a consumir, mas também o direito a produzir. O quanto se coloca de enfoque na produção? Quanto na circulação? Quanto no consumo? Produzir o quê?

E consumir o quê? Produzir para quem? Produzir para o mercado interno ou para exportação?

Cabe logo um destaque sobre esse direito a produzir. Tal debate, hoje, sobre o direito ao acesso a poder produzir está relativamente obstruído no debate público, mas foi um tema fulcral nos meandros intelectuais do debate público nos tempos do *American System*, ou melhor, os letrados (como eram chamados então) nos Estados Unidos do século XIX. E também no Brasil, sobretudo num momento subsequente, a partir do último quartel do mesmo século: o debate sobre um nascente **industrialismo** conectado com o **papelismo**, com a luta pelo direito e necessidade a poder ter acesso a produzir ocupando uma centralidade política e intelectual no período recortado. Logo, o estudo aqui empreendido interroga a estruturação deste pensamento nacionalista e heterodoxo, desviante, contra o paradigma dominante do livre-mercado, então hegemônico intelectual e politicamente no mundo ocidental.

Será tratada a problemática do surgimento do pensamento econômico que questiona a “naturalização” das estruturas econômicas produtivas herdadas do passado. As linhas de pensamento que historicizam o processo econômico questionando o quadro produtivo, e de consumo, herdado socialmente. Ou seja, o que na história do pensamento econômico será chamado de um pensamento econômico *heterodoxo*. Ou, mais especificamente, um pensamento econômico *desenvolvimentista*, nos Estados Unidos e no Brasil.

Nos Estados Unidos o grupo sob estudo será o do *American System*, que na história econômica desse país foi um movimento intelectual nacionalista de forma articulada e ampla, sendo um capítulo essencial na história intelectual, política e econômica dos Estados Unidos, desenvolvendo uma estruturação teórica de um pensamento econômico decididamente nacionalista e anticolonial. E defende-se neste trabalho um sistema de pensamento econômico *desenvolvimentista*, histórico, e que antecipou muitos pontos da heterodoxia econômica do século XX, inclusive do estruturalismo.

E pelo lado brasileiro um único autor foi escalado, Amaro Cavalcanti, pela sua centralidade teórica e cronológica no papelismo brasileiro, e por ter sido ele o primeiro quadro político brasileiro a fazer sua formação intelectual nos Estados Unidos, estando aquele país ainda sob o impacto da maior experiência papelista vivida por

aquela república (1862-1879). Amaro Cavalcanti morou nos Estados Unidos entre 1875 e 1881¹, estando a maior parte de sua estadia em tal país ainda sob o regime monetário papelista (*greenback*), vivenciando não só esta experiência lá, como o período do retorno ao padrão metálico dos EUA, em 1879, quando, pela primeira vez em sua história, este país entrou legalmente num padrão-ouro (antes da Guerra Civil o padrão nunca foi só ouro, mas sim bimetálico). Em sua vida pública no Brasil, Amaro Cavalcanti (1849-1922) foi um parlamentar atuante na defesa de um projeto industrial para o Brasil, e decidido defensor da solução monetária papelista como a mais adequada ao país². Tal perfil industrialista e papelista na trajetória de um homem público, que não era empresário industrial, mas sim um quadro intelectual orgânico dos dois pontos elencados (industrialismo e papelismo), configura um caso de investigação no presente trabalho, indagando se a obra intelectual de Amaro Cavalcanti seria marcada por uma “agenda americana”, influenciado pelo pensamento norte-americano, por sua vivência intelectual e graduação realizada naquele país. Sendo sua obra marcada pela influência do pensamento norte-americano, quais foram essas influências? A quais linhas intelectuais ele teria dado especial atenção?

Tal recorte analítico, no presente trabalho, terá como recorte histórico o mundo a partir da Revolução Industrial, originada na Grã-Bretanha, na segunda metade do século XVIII; pois será em comparação com os espaços que embarcam na aceleração produtiva da Revolução Industrial, que a consciência histórica do subdesenvolvimento surgirá nas outras regiões retardatárias; mesmo antes desse termo ter sido formulado, sua ideia já surgira. Diante dessa consciência, os retardatários logo irão tentar emular os avançados no processo de industrialização. E os autores aqui escolhidos tratam desta questão do atraso em relação ao avanço industrial e como buscar resolver tais problemas.

A prática da emulação de povos mais avançados na técnica é uma prática humana desde antes da Idade dos Metais, realizada com maior ou menor sucesso. Contudo, se uma metalurgia rudimentar já foi amplamente alcançada, a industrialização foi uma conquista, em etapas, construída com dificuldade, cujos

¹ VIEIRA, Dorival Teixeira. **A Obra Econômica de Amaro Cavalcanti**. Ed. FFCL/USP. São Paulo, 1960, p. 13, 14.

² FERNANDES, Susana Cristiana. **Amaro Cavalcanti e a Luta pela Industrialização Brasileira**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em História Econômica, sob a orientação da Profa. Dra. Lígia Maria Osório Silva, p. 79, 80, 112.

resultados variam muito entre os povos. Como pontuava Celso Furtado, ter indústrias não significa ser industrializado. A industrialização é uma amarração sistêmica da estrutura produtiva, que só foi alcançada por alguns povos e regiões planetárias. Pois esta é a problemática histórica aqui tratada: o mundo a partir da Revolução Industrial britânica, gerando as reações intelectuais, e práticas, de estratégias de emulação na corrida industrial. O recorte analítico interpela as tradições intelectuais aflitas com o atraso econômico relativo, nos Estados Unidos, e no Brasil, em relação aos centros industriais, no século XIX. Logo, a janela temporal sendo o século XIX, a geográfica sendo EUA e Brasil, o recorte analítico se dirige às reações intelectuais críticas ao atraso destes países, confrontados com os avanços da Revolução Industrial britânica.

E tais tradições intelectuais, críticas do atraso, surgirão buscando caminhos para a emulação técnica perante os centros avançados, e em larga medida criticando o discurso emanado de tais centros. Sobretudo, o central liberalismo econômico britânico, conhecido então como Economia Política, e até hoje, como Economia Política “clássica”. A tradição socialista se ergueu na crítica, não por acaso, conhecida como crítica da Economia Política³. Qual economia política? O liberalismo econômico então hegemônico. Mas, no estudo que aqui se realiza, outra tradição intelectual de economia política, crítica a esta mesma escola liberal, será estudada: é a linha intelectual que desagua no *Sistema Nacional de Economia Política*. Mais exatamente, o *American System (AS)*, linha de pensamento fundante e precursora do Sistema Nacional de Economia Política, depois desenvolvido sobretudo na Alemanha de Friedrich List⁴; e também precursora do Institucionalismo americano, e de várias dimensões das tradições nacionalistas desenvolvimentistas no Brasil e na América Latina, tendo sido Amaro Cavalcanti uma ponte intelectual desse processo. O presente trabalho busca preencher a falta de estudos, sobretudo em língua portuguesa, sobre tal movimento intelectual fundante da escola do Sistema Nacional de Economia Política: o *American System*, e suas possíveis influências diretas no Brasil oitocentista e da Primeira República. Neste ponto, recorre-se a um dos autores trabalhados na tese, de modo a colaborar na explicação do quadro intelectual apresentado:

³ MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I: O Processo de Produção do Capital**. Boitempo Editorial, 2008,

⁴ LIST, Friedrich. **Sistema Nacional de Economía Política**. México D. F., Fondo de Cultura Económica, 1997.

No terreno da sciencia e da pratica três systemas econômicos encontramos nós, aos quaes se poderia qualificar de systema socialista, systema individualista, e o systema positivo ou experimental: os dous primeiros. procuram resolver o problema medeante formulas absolutas; o ultimo, segundo os elementos históriccos de cada povo e a relatividade das circunstâncias⁵.

Aqui, o brasileiro Amaro Cavalcanti apresenta sua definição de como dividia a economia política, no começo da República brasileira, em três blocos intelectuais: considerando o liberalismo dogmático e o socialismo também, ainda que em direções opostas, defendendo ele a escola do Sistema Nacional de Economia Política, condizente em sua visão afinada com aquele começo positivista da República. Com destaque para a importância da história para qualificar o método que mais apraz Cavalcanti: a defesa de sistemas intelectuais baseados em métodos históricos foi um ponto de convergência entre todos os autores aqui estudados.

A definição de Cavalcanti é muito importante, pois há muita confusão e desonestidade quanto a uma ideologização da participação ativa do Estado na economia. Ou, como diria, Cavalcanti: participação “positiva” do Estado. Para Cavalcanti, e outros homens públicos do começo da República brasileira, assim como para autores norte-americanos do século XIX, não era uma questão de esquerda ou direita a participação ativa do Estado na economia nacional: era uma questão de segurança nacional e produtiva, e até mesmo uma questão de patriotismo. Contra as mistificações e polarizações sobre direita e esquerda, cabe então deixar evidente a clara consciência de que o Estado participa ativamente nas políticas públicas das três tradições intelectuais citadas por Cavalcanti. Contudo, é claro que para Amaro Cavalcanti, o pragmatismo histórico era central no Sistema de Economia Nacional, sendo este mais maleável aos problemas concretos do que os outros dois sistemas citados, visto por ele como por demais dogmáticos.

E será deste Sistema de Economia Nacional que grande parte da matriz intelectual, em economia política, das tradições desenvolvimentistas, heterodoxas, produzidas no século XX, no mundo, na América Latina e no Brasil, se encontram fincadas na base formativa: nesta tradição intelectual do Sistema Nacional de Economia Política, gestada originalmente nos Estados Unidos. A tradição socialista

⁵ CAVALCANTI, Amaro. **Política e Finanças**. Ed. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1892. p. 319.

também gerou raízes desenvolvidas pela heterodoxia econômica no século XX, mas o foco de investigação no presente trabalho é a escola fundante do Sistema Nacional de Economia Política: sua estruturação, desenvolvimento e alcance de tal tradição. E parte-se de um ponto de concordância com Amaro Cavalcanti: ela é distinta do socialismo e do liberalismo, por mais que sempre haja diálogos e interligações.

Neste trabalho, de história do pensamento econômico, buscar-se-á linhas intelectuais, e suas conexões materiais. Para tanto, o trabalho irá em três frentes: história do pensamento econômico, história econômica, e teoria econômica. Pois este é um trabalho de história do pensamento econômico. Logo, é também um trabalho de história econômica, aonde tais pensamentos se materializam e se fazem testar empiricamente, com sucessos relativos ou por vezes fracassos. E por fim, tal trabalho também lida, inescapavelmente, com a teoria econômica, base intelectual da disputa.

Pois, para tratar da história do pensamento econômico, é inescapável passar pela teoria. Por isso, passa-se pela indicação das linhas metodológicas seguidas pelos autores sob estudo, costurando os visíveis cruzamentos metodológicos, os quais surgem em locais diversos. A questão do método será o tópico teórico mais trabalhado, sendo descritas e analisadas as linhas metodológicas dos textos escrutinados. Assim, retomando o foco e estrutura do trabalho: 1) história do pensamento econômico, 2) história econômica, e 3) teoria econômica: estas três dimensões analíticas se misturam, e se retroalimentam, para se sustentarem. No desenrolar do trabalho será indicado quando cada uma destas frentes estará no foco do estudo.

Mas o “fio de Ariadne”, neste trabalho, sempre será a história. Para investigar o surgimento de um pensamento econômico desenvolvimentista, ou ainda cripto-desenvolvimentista, buscando o momento em que os homens desistiram de normalizar o atraso econômico relativo, e estruturaram caminhos dialógicos entre as ideias e a realidade material para a solução dos problemas econômicos, que se aceleravam. Quando, como e onde começou-se a organizar um questionamento e estudo sistemático da problemática do atraso econômico? E quando e como tal pensamento se estruturou cientificamente? Ou seja: quando o atraso econômico passou a ser visto como um problema, e assim um novo paradigma econômico foi mentalizado, projetado, e finalmente praticado.

2 Contexto Histórico e Abordagem Metodológica

Um fantasma ronda as Américas: o fantasma do desenvolvimento...

“[...] é a partir do sistema e, portanto, da exploração colonial que se pode entender o conjunto e, pois, também as colônias de povoamento, e não o contrário.”⁶

“[...] porque os historiadores usam os conceitos, historicizando-os; e, em segundo lugar, porque o seu objetivo fundamental é sempre a reconstituição, isto é, o historiador explica para reconstituir, enquanto o cientista reconstitui para explicar. [...] para o historiador, a conceituação é o meio e a reconstituição o fim; para o cientista a conceituação (explicação) é o fim, a reconstituição é o meio. [...] Logo, por visar sempre como meta final a reconstituição, a história é sempre total.”⁷

Foi no século XIX, o século romântico, profundamente marcado em todas as suas dimensões pelo pensamento romântico, em que uma narrativa adâmica sobre um grande futuro foi articulada para se pensar as áreas americanas, plenas de espaço, consideradas incultas, *selvagens*. A ideia de desenvolvimento se dirige a uma projeção no futuro, fruto do romantismo, e foi no século XIX que se realizou sua estruturação teórica. Sem entrar em polêmicas com as ideias de Leroy-Beaulieu, sobre *colônias de exploração* e *colônias de povoamento*⁸, o presente trabalho coloca o foco no momento no qual se começa a estruturar um pensamento organizado em busca do desenvolvimento, em um anseio de um futuro diferente: não se trata aqui do peso do passado colonial, mas do peso e impacto do projeto de futuro para se descolar desse passado. O peso do passado não é o mais determinante, independentemente do ponto de partida, mas sim a força das ideias redirecionando ao futuro. Claro que a materialidade histórica influencia os caminhos das ideias, mas o foco, no presente trabalho, é na história do pensamento econômico: como surgiu um pensamento

⁶ NOVAIS, Fernando A.. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo, HUCITEC, 1979, p. 71.

⁷ NOVAIS, Fernando. A.; FORASTIERI S., Rogério. **Introdução para a Historiografia da Nova História. Nova História em Perspectiva. Vol. 1**. São Paulo, Cosac Naify, 2011. p. 28.

⁸ LEROY-BEAULIEU, P. **De la Colonisation chez les peuples modernes**, Paris, 1874.

desenvolvimentista em disputa com as âncoras das permanências do passado. Quanto a tais âncoras, o principal dos obstáculos materiais não foi nenhum estatuto colonial simplesmente, mas sim a instituição da escravidão. Será retomado tal ponto na devida hora. Mas, pensar o desenvolvimento, localizado no que será o Brasil ou os EUA, passa necessariamente em repensar o *todo*: é preciso um plano para se recolocar no *sistema*, e o *American System* foi um pensamento articulado nessa direção, questionando os monopólios internacionais, e defendendo novos monopólios internos, com protecionismo, defesa de um sistema financeiro, estruturação de mercado monetário (logo: de um mercado de capitais naquele contexto). Foi uma escola de pensamento interessada, com foco na dinâmica histórica do que será chamado posteriormente de imperialismo, e assim lutou para responder às ideias defensoras desse imperialismo ao qual se contrapunha; logo, do liberalismo econômico nascente naquele momento: nessa estruturação de uma resposta anticolonial, o imperialismo cultural foi decididamente rechaçado por essa Escola americana de economia política, num tempo em que o nacionalismo norte-americano foi anti-imperialista.

Nesse momento da investigação, de busca de um ponto de mutação originário da história do pensamento econômico desenvolvimentista, recorre-se aqui a um outro momento áureo da ruptura intelectual com a normalização do atraso: indo a Celso Furtado, no auge do período do desenvolvimentismo propriamente dito, já no século XX. Ele foi um dos intérpretes do Brasil, intelectual orgânico do desenvolvimentismo, sendo um homem teórico e prático, uma vez que foi um homem de Estado também, em seus vários cargos de atuação. Inserido nos anos de Bretton Woods, de reconstrução da Europa do Plano Marshall (onde pode ver o começo do plano, fazendo doutorado em Paris, depois de lutar contra o fascismo na Segunda Guerra), os mesmos anos de independências na África e Ásia... Furtado foi fruto e antena parabólica de seu tempo.

Em sua obra fulcral, *Formação Econômica do Brasil*⁹, no capítulo XVIII (“Confronto com o Desenvolvimento dos EUA”), seu livro abre uma janela geográfica para tratar dos EUA. Como ensina em suas aulas o professor Fernando Novais, este livro de Celso Furtado é um trabalho de economia em perspectiva histórica: a história

⁹ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

está lá para explicar a economia. E na escrita de um dos maiores representantes do pensamento desenvolvimentista do mundo, naquela obra do economista da CEPAL, enfrontado numa agenda desenvolvimentista do século XX, o ainda jovem Furtado tem a maturidade intelectual de não temer o vigor da curiosidade intelectual quase adolescente, que costuma marcar os grandes passos intelectuais, ao perguntar abertamente no capítulo mencionado:

por que se industrializaram os EUA no século XIX, emparelhando-se com as nações europeias, enquanto o Brasil evoluía no sentido de transformar-se no século XX numa vasta região subdesenvolvida?¹⁰

Tal questão, nada trivial, demorou até o capítulo XVIII de seu livro para surgir, mas parece ser a questão central de todo o livro, que rastreia os processos de desenvolvimento, e da falta dele, na história do Brasil. Sua geração foi a que viveu um auge da problematização do desenvolvimento, do Brasil e da América Latina no século XX. E pensar o desenvolvimento é sempre pensar de forma relativa e comparada: se a Inglaterra será o país paradigmático do desenvolvimento econômico nos séculos XVIII e XIX, no século XX o país paradigmático serão os Estados Unidos, país com o qual o Brasil tem uma histórica relação projcional, intensificada pelas mesmas dimensões geográficas, unidade linguística, e passado escravista.

Em seu livro, Celso Furtado busca explicar a origem do subdesenvolvimento do Brasil. E a encontra no século XIX. Naquele curioso império fantasiado de liberal em política, mas escravista na produção material da vida, é que ele vê a longa âncora estagnacionista da história econômica brasileira¹¹.

O presente trabalho corrobora tal tese, e parte desse ponto de Celso Furtado para empreender uma contribuição ao debate. O letárgico processo abolicionista do Brasil oitocentista, com seu escravismo estrutural, sempre tendendo, via estratégias jurídicas curiosamente liberais na forma, a monopolizar os meios de produção (sobretudo a terra)¹² e alienar o trabalho físico, com a insistente prorrogação da abolição, fez do século XIX a janela do atraso na história do Brasil. Estudar a história econômica do Brasil não é apenas buscar as causas dos sucessos relativos,

¹⁰ *Idem*, p. 151.

¹¹ *Idem*, p. 159.

¹² MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo, Contexto, 2010.

mas também aprender na história como é eficaz para o atraso determinados roteiros, como o de restringir a produção, monopolizar os meios, e excluir o trabalho.

O século XIX presenciou a escravidão ser extinta no ocidente, país após país, mas viu o encerramento desta *peculiar instituição* no Brasil apenas no seu extremo fim. E tal letargia em realizar avanços vitais acompanha a história brasileira como uma maldição na modernização: quando parece que o processo está se completando, reverte-se em alguma esquina histórica, pelo peso do passado que se recusa a partir.

Neste trabalho, o foco será sobre tradições intelectuais, com representações parlamentares e sociais, que buscaram construir, intelectual e materialmente, caminhos de saída dos esquemas econômicos herdados do passivo colonial. Em ambos os casos sob estudo, o nacionalismo foi a base inicial da ruptura intelectual.

2.1 Hipótese da Origem do Pensamento Desenvolvimentista no Mundo: Resposta Intelectual ao Liberalismo Econômico, Resposta Material à Revolução Industrial

“O velho mundo está morrendo, o novo tarda a nascer. Nesse claro-escuro, surgem os monstros”

Antonio Gramsci. Cadernos do Cárcere 3

“(...) o núcleo do problema da industrialização reside na antinomia entre a plena constituição da Nação e uma certa divisão internacional do trabalho que a havia convertido em Periferia”¹³

O trabalho aqui empreendido trata dessa janela histórica e intelectual do século XIX: o mundo industrial surgia na Inglaterra, e seu discurso e teorias liberais em economia partiram, com seus produtos baratos, para a conquista do mundo material (os produtos), junto à conquista do mundo ideológico (as teorias liberais em economia). O mundo colonial oficialmente caminhava para acabar nas Américas, mas o *novo mundo industrial*, produtivo e de oportunidades, ainda não surgira além da Inglaterra, e alguns outros pouquíssimos pontos. Esta disputa intelectual e histórica sobre qual mundo virá é a janela temporal neste trabalho: aqui se defende a hipótese

¹³ BELLUZZO, Luiz Gonzaga. “Prefácio” em MELLO, João Manuel Cardoso de. **Capitalismo Tardio. Contribuição à Revisão Crítica da Formação do Desenvolvimento da Economia Brasileira**. 2. edição. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 10.

de que o pensamento econômico heterodoxo, *desenvolvimentista*, nasceu primeiramente, sem este nome, nos Estados Unidos, naquele século XIX, numa agenda nacionalista contra o liberalismo econômico do internacionalismo de livre comércio de matriz britânica (*free trade*), no desenvolvimento da sua tradição política *hamiltoniana*, cujo auge intelectual, nacionalista e romântico, foi o *American System* (1790-1837), bem como o auge histórico-material, que foi alcançado no governo Lincoln, e as consequências da Guerra Civil no período da reconstrução (1865-1876).

Invoca-se o pensamento romântico como uma categoria política do século XIX, iniciada com Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), em que o povo, o nacionalismo popular, invadem a cena política. Tal reconhecimento filosófico das forças emocionais na estruturação do pensamento foi uma revolução quase pré-freudiana, reconhecendo a dominância de forças emocionais sobre a racionalidade. Tal passo intelectual de Rousseau, além de uma revolução intelectual diante da até então supremacia da racionalidade Iluminista, abriu espaços para a manifestação legítima da discordância emocional antes da codificação racional dessas discordâncias. Legitimou, antes de se racionalizar, a manifestação do mal-estar, *de la malaise*, na cena política e nos caminhos históricos: a sensação de desacordo pode ser manifestada antes da racionalização estruturada das questões. A discordância popular, nacionalista, contra o que era visto como arrogância intelectual elitista (britânica), está na base desse movimento de nacionalismo, que foi o *American System*, desde seu início mais panfletário e protestatório, antes de seu momento mais elaborado intelectualmente. E essa marca romântica, popular, *folk*, que não despreza a intuição popular, o senso comum, aparece de maneira estrutural, intelectual e politicamente no *American System*. Tal dimensão romântica é central para se compreender o *American System* e seu momento histórico e intelectual no mundo, quando o levante das ideias buscou seguir os levantes dos povos, em vez de tentar só domá-los, e assim construir um novo caminho intelectual para redirecionar as forças emocionais de matriz popular. Na teoria, assim como na história em questão, a razão veio sintonizada com a emoção. E a questão nacional, o tema político de como a nação será posicionada na escala econômica internacional, é a base da problemática em questão.

Pois, antes de Friedrich List, e bem antes dos estruturalistas latino-americanos, a jovem república dos Estados Unidos foi o cenário de nascimento de um heterodoxo e nacionalista pensamento econômico *desenvolvimentista avant la lettre*, com o

desenvolvimento de seu protótipo de um Sistema Nacional de Economia Política: o *American System*. Essa verve e caminho desenvolvimentista será o objeto de estudo deste trabalho, colocando o *American System* em perspectiva com o papelismo e industrialismo brasileiros do Oitocentos. Eis que o *American System* foi um corpo intelectual, com representação e influência política, o mais arrojado intelectualmente no panorama política dos EUA do século XIX, e o papelismo, por seu turno, foi um projeto econômico-intelectual, mesmo que mais limitado, mas com representação parlamentar, e igualmente o mais arrojado no contexto do Brasil oitocentista, apesar de seu escopo ser inicialmente apenas concentrado nas questões monetárias. Diferentemente da amplitude programática do *American System*, o papelismo brasileiro tinha uma proposição mais circunscrita, o que buscaremos problematizar mais à frente.

Não se ignora aqui outros grupos intelectuais mais radicalizados, nos dois países do século XIX (os EUA tiveram inclusive colônias de agrupamentos socialistas), mas explicamos o recorte analítico aqui escolhido: o do estudo de dois corpos teóricos/intelectuais considerados muito progressistas nos dois contextos, e com representação parlamentar e penetração política ampla nas referidas sociedades, que estão na origem do pensamento desenvolvimentista do século XX. Sendo o *American System* a origem primeira do Sistema Nacional de Economia Política, e uma origem do próprio pensamento econômico *heterodoxo*. Ou, como observou Pedro Cezar Dutra Fonseca, sobre o pensamento econômico alemão oitocentista:

“[...] a grande marca do pensamento alemão não é somente rejeitar as teorias e o método com que os ingleses faziam ciência, mas buscar um *caminho próprio*, uma alternativa que, consciente ou não, os diferenciou da Economia Política inglesa”¹⁴.

Eis que os primeiros a criarem este *caminho próprio*, fora de formas pré-estabelecidas, e que dará no que chamamos de heterodoxia econômica, foram os norte-americanos oitocentistas, antes dos alemães. Uma vez que: “Este ‘*caminho próprio*’ buscado pelos

¹⁴ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **O Pensamento Econômico Alemão no Século XIX. Pensadores Alemães dos Séculos XIX e XX**. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2000, p. 11.

alemães constitui o que modernamente se pode chamar de *heterodoxia*, ou seja, desvio da linha principal”¹⁵.

Os alemães em questão seguiram o caminho *próprio* aberto pelos norte-americanos do *American System*: sendo estes os precursores que criaram tal tradição de heterodoxia econômica. Os intelectuais orgânicos do *American System*, negando as teorias e métodos em economia dos ingleses, criaram um método histórico-dedutivo¹⁶ próprio, pragmático e conectado aos seus interesses, para sua ciência econômica *desviante* da matriz britânica.

Naquela curva intelectual do século XIX, teoria, pensamento econômico e história econômica, se avolumaram nesta empreitada intelectual e histórica, de se construir um futuro diferente das tradições, e do peso do passado. E ainda: diferente também do peso ideológico do discurso de futuro, que o nascente liberalismo econômico britânico pregava. O liberalismo econômico se estrutura desde 1776, com a *Riqueza das Nações*¹⁷, de Adam Smith, e que será a teoria e discurso hegemônicos do século XIX. Contra tal hegemonia intelectual, os incomodados irão contrapor narrativas, hipóteses e teorias, que irão estruturar, entre outras linhas, o pensamento heterodoxo em economia. No mundo das ideias após 1776, nada será como antes, e os críticos do liberalismo oitocentista hegemônico terão que construir um novo arco de tradições intelectuais, pela disputa da leitura da realidade, que se abria neste século romântico... Romântico, sim, mas também um século forjado em ferro e fogo pela Revolução Industrial, que desde o começo deixava evidente, aos atentos, que o ponto era de não retorno no mundo material.

O velho morria, mas o novo ainda não havia nascido. E a construção do que será este *novo*, este caminho do futuro, foi uma disputa ativa de gerações no século XIX. Ou, como na frase amplamente atribuída a um dos envolvidos ativamente nesta história, Abraham Lincoln, “a melhor forma de prever o futuro é criando-o”¹⁸. As ideias

¹⁵ *Idem*, p. 12.

¹⁶ Método **histórico-dedutivo** (sua dedução é aberta, móvel, respondendo aos fatos históricos): é o **método indutivo** (se induz a partir de fatos históricos), que chega às respostas pela dedução baseada na experimentação histórica. Por isso também chamado de **método empírico-dedutivo**. Enquanto o **método empírico-dedutivo** é principalmente analítico, o método histórico é ao mesmo tempo analítico e dialético. in **Bresser-Pereira, Luiz Carlos**. *Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica*. Revista de Economia Política 29 (2), 2009. REP. p.170

¹⁷ SMITH, Adam. **The Wealth of Nation: An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. Chicago, University of Chicago Press, 1977.

¹⁸ “[...] *the best way to predict the future is to create it.*”

fazem parte do real: são elas que movem as pessoas. Por isso, no presente trabalho, história do pensamento econômico, história econômica e teoria econômica serão tratados intercaladamente. A disputa teórica contra o incômodo em relação ao atraso, para redirecionar os caminhos da história do pensamento econômico, são o chão de ideias na construção da materialidade da história econômica, para o futuro que se buscava criar.

2.2 Contextos e Temporalidades: Intelectuais/Históricos/Geográficos

A materialidade da história econômica sobre o atraso relativo do Brasil, tratada por Celso Furtado no capítulo XVIII de *Formação Econômica do Brasil*, mencionado anteriormente, já veio ali ligada ao pensamento econômico: dentro da comparação entre EUA e Brasil do século XIX, Furtado coteja as proposições de Alexander Hamilton (1757-1804) com as de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu (1756–1835). O desenvolvimento econômico material dialoga reagindo com as ideias, teorias e ideologias. Furtado, neste cruzamento dos desenvolvimentos vividos pelos dois países, fundamenta o diferente perfil de cada intelectual, com o perfil dominante das classes expoentes de cada sociedade. Escreve Furtado: “[...] enquanto no Brasil a classe dominante era o grupo dos grandes agricultores escravistas, nos EUA uma classe de pequenos agricultores e um grupo de grandes comerciantes urbanos dominava o país”.¹⁹

Perfeita tal comparação, na qual uma classe de senhores de escravos seria mais simpática ao ideário liberal em economia. Porém, pequenos agricultores e grandes comerciantes também poderiam simpatizar com tal ideário, por mais que a diversificação produtiva, com o tempo, tenderia a brotar mais numa sociedade de pequenos produtores. Mas, apesar dessa diferença social nos dois países, tudo indica que o gênio intelectual de Hamilton não parece ser reflexo disso, como indica Furtado. Certamente, não da classe dos pequenos agricultores. O grande comércio, com o qual ele estava conectado em Nova York, sim: permitia-lhe um campo de visão mais alto. Conseguindo, do alto, sentir mais o inescapável impacto da fumaça industrial vinda de Londres.

¹⁹ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 152.

Contudo, defende-se aqui que a obra hamiltoniana é fruto da guerra de independência dos EUA. E, mais ainda, do subsequente momento, chamado de período “crítico da independência”²⁰ (1783-1789), durante o qual os Artigos Confederados deram ensejo a uma nação fracionada, descentralizada e fragilizada. Por mais que Hamilton, como Furtado afirma, fosse um leitor de Smith, sua contribuição ao pensamento econômico foi obra de um intelectual orgânico do partido federalista, do qual então fazia parte. Sua obra foi produzida no calor da luta política, pelo federalista que era Alexander Hamilton, contra a descentralização confederada dos numerosos “antifederalistas” da época. Há mais política na composição intelectual hamiltoniana do que leituras teóricas de economia acumuladas, ou lastro em qualquer origem de classe. Discordando, humildemente, de Furtado, defende-se aqui que a obra econômica de Hamilton é mais fruto da política do que de qualquer origem e interesse econômico de classe.

De volta à leitura de Furtado sobre os EUA de Hamilton:

O desenvolvimento dos EUA, em fins do século XVIII e na primeira metade do XIX, constitui um capítulo integrante do desenvolvimento da própria economia europeia, sendo em muito menor grau o resultado de medidas internas protecionistas adotadas por esta nação americana.²¹

A questão histórico-geográfica surge aqui de forma evidente: nas frinchas do desenvolvimento da primeira força econômica da Europa, a Inglaterra, os EUA irão cavar e alocar oportunidades nos vácuos das asas britânicas, como o próprio Furtado exemplifica neste capítulo, no caso do ferro, tecidos, e sobretudo, da construção naval. A proximidade histórico-geográfica dos EUA com o motor hegemônico de sua então metrópole, e logo, ex-metrópole, sempre foi um dínamo das oportunidades e um termômetro para as dificuldades. A abertura histórica para um desenvolvimento industrial dos EUA, de 1792 até 1816 foi dada graças às guerras napoleônicas, muito mais eficazes para o desenvolvimento do que leis protecionistas, como destaca corretamente Furtado. Mas a agenda tarifária entrará destacadamente logo ao fim dessas guerras. Pode-se ver a obra hamiltoniana como uma plataforma de observação, deste ponto de vista dos jovens EUA, em relação ao poderio econômico

²⁰ FISKE, John. **The Critical Period of American History: 1783-1789**. Cambridge, The Riverside Press, 1896.

²¹ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2007 p. 152.

britânico: como aproveitar oportunidades e lacunas dessa proximidade. E, também, como contornar as dificuldades, para a superação do atraso relativo. Para tanto, além das condicionalidades históricas dadas, a estruturação intelectual de eixos analíticos para interpretar a realidade dada seria fundamental. Como registrou Furtado sobre a leitura de Hamilton acerca da obra de Adam Smith:

Nada é mais ilustrativo dessa diferença do que a disparidade que existe entre os dois principais intérpretes dos ideais das classes dominantes nos dois países: Alexander Hamilton e o visconde de Cairu. Ambos são discípulos de Adam Smith, cujas ideias absorveram diretamente e na mesma época na Inglaterra. Sem embargo, enquanto Hamilton se transforma em paladino da industrialização, mal compreendida pela classe de pequenos agricultores norte-americanos, advoga e promove uma decidida ação estatal de caráter positivo — estímulos diretos às indústrias, e não apenas medidas passivas de caráter protecionista —, Cairu crê supersticiosamente na mão invisível e repete: Deixai fazer, deixai passar, deixai vender.²²

Novamente, tal descrição intelectual dos dois é certa, mas falta identificar que a forja intelectual de Hamilton, que o tornou o histórico paladino intelectual da industrialização, não foi exatamente alguma classe social dos EUA, mas foi a história político-militar daquele país, vivida por Hamilton. O secretário do general George Washington sempre teve clareza que um país que não é independente na produção de alimentos e de armas não é realmente independente. Algo que um leitor atento de Adam Smith, como foi o próprio Hamilton, poderia facilmente ver²³.

Adam Smith publica seu livro icônico do liberalismo em 1776, mesmo ano da declaração de independência das 13 colônias. Muitos já consideram tal obra uma resposta intelectual elaborada como contraponto aos reclames crescentes vindos do outro lado do Atlântico: em vez de brigar pela dominação política e militar, melhor seria a Inglaterra consensuar uma narrativa econômica progressista – a especialização do trabalho entre produtores desnivelados tecnologicamente traria benefícios para todos

²² *Idem*, p. 153.

²³ SMITH, Adam. **The Wealth of Nations. An Inquire into the Nature and causes of the Wealth of Nations**. Ed. Edwin Cannan. 1776 Chapter V: “If any particular manufacture was necessary, indeed, for the defence of the society, it might not always be prudent to depend upon our neighbours for the supply; and if such manufacture could not otherwise be supported at home, it might not be unreasonable that all the other branches of industry should be taxed in order to support it. The bounties upon the exportation of British-made sailcloth and British-made gunpowder may, perhaps, both be vindicated upon this principle.”

(*win-win*) –, amarrando assim a dominação pelo viés econômico. O liberalismo econômico nasceria então como um plano de dominação ideológico sobre a realidade material, secundarizando a dimensão política.

Os revolucionários norte-americanos já viram uma falha indisfarçável nessa narrativa, quando esta lhes tentava convencer de que comprar pólvora aonde fosse mais barato seria a melhor solução *para todos*.

Tais críticas ao nascente, e já tão respeitado, liberalismo econômico, era então intuída de forma muito pragmática pelos revolucionários norte-americanos de 1776. A obra intelectual de Hamilton será uma sistematização, criteriosa e analítica, das oportunidades e necessidades econômicas, para a construção do projeto político dos Federalistas, que era seu partido em seu tempo, na luta para salvar a unidade do país, fortalecendo o governo federal. Não foi fruto direto e mecânico do acúmulo de leituras (mesmo que tais leituras tenham sido fundamentais para que ele pudesse responder aos problemas econômicos), nem fruto de sua origem de classe. Hamilton era um *outsider*, vindo do Caribe britânico, sem fidelidade econômica a nenhum nicho produtor específico, nem a nenhum dos estados: sua fidelidade era ao projeto de poder Federalista. E sua obra econômica é fruto disto: de um projeto de poder político nacional amplo, e não setorial, nem regional.

Defende-se aqui que a luta pelo poder político foi o combustível do plano econômico hamiltoniano. Mas a teoria também pode ser vista como influenciadora desta construção, pela obra principal de Adam Smith, que como diria Celso Furtado, Hamilton leu muito bem. Uma vez que a obra smithiana ainda tem um viés histórico e não apenas lógico-dedutivo, como serão estritamente as obras dos liberais David Ricardo²⁴ e Stuart Mill²⁵, e assim permitiu margens de interpretação histórica, num leitor atento e interessado como Hamilton. Logo, Smith ainda deixa escapar alguns elogios ao histórico legislativo mercantilista da Inglaterra, como quando elogia os Atos de Navegação ingleses (“as mais sábias leis já feitas”). Ou quando afirma que só um país com as indústrias internalizadas conseguem ter sucesso militar, isso em meio ao

²⁴ RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo, Nova Cultural, 1996.

²⁵ MILL, Stuart. **A System of Logic, Ratiocinative, and Inductive**. Classic Reprint Series. Forgotten Books.

seu texto em defesa da liberdade comercial como princípio. Como destaca Erik Reinert:

Adam Smith — cuja obra *A Riqueza das Nações* veio à luz durante a Revolução Americana — alegou que os Estados Unidos iriam cometer um grave erro se tentassem proteger sua indústria manufatureira. Uma razão importante para a luta norte-americana pela independência em 1776 foi que a Inglaterra havia proibido indústrias manufatureiras nas colônias americanas (entre as exceções estavam alcatrão e mastros, produtos dos quais os ingleses careciam), como sempre fizeram os senhores coloniais. De forma reveladora, no mesmo livro (embora em seção diferente) Adam Smith declarou que só nações com uma indústria manufatureira nativa poderiam ganhar uma guerra. Alexander Hamilton, o primeiro secretário do Tesouro dos Estados Unidos, lera Adam Smith. Agindo sabiamente, estabeleceu a política industrial e comercial dos Estados Unidos com base na alegação de Smith, fundada na *experiência*, de que somente nações industriais ganham guerras, *não na alegação teórica do autor sobre o livre-comércio.*²⁶ (Grifos nossos).

Nesse comentário do economista norueguês, há um diálogo com o comentário sobre Hamilton feito por Furtado, com ambos destacando o fato histórico de Alexander Hamilton ter sido um leitor de Adam Smith. Contudo, Furtado se interroga sobre como Hamilton e o brasileiro Visconde de Cairu, lendo o mesmo Adam Smith, conseguiram chegar em pontos tão distintos, como já aqui indicado anteriormente. Furtado, numa justa linha investigativa, comenta sobre o impacto das classes produtoras nos dois países em formação, para inferir a origem de tal diferença. Mas Reinert vai num ponto histórico e metodológico para compreender e construir uma outra hipótese da leitura de Hamilton sobre Smith, com a qual se concorda aqui: Smith, metodologicamente ainda não era tão estritamente lógico-dedutivo em sua construção narrativa, como a subsequente Escola Liberal inglesa será, mais adiante no século XIX, e Hamilton o leu com maior interesse nas questões históricas.

A distinção aqui feita entre Smith como sendo metodologicamente mais eclético, e o subsequente liberalismo, a partir de David Ricardo, como sendo metodologicamente mais estritamente lógico-dedutivo, é um ponto importante do que se desenvolve no presente trabalho, uma vez que a *batalha dos métodos* será parte fundante das disputas narrativas aqui sob estudo. Nesse ponto, como explica Mark Blaug:

²⁶ REINERT, Erik S.. **Como os Países Ricos Ficaram Ricos... E Por Que os Países Pobres Continuam Pobres**. Rio de Janeiro, Contraponto/Centro Celso Furtado, 2016. p. 68.

Na obra de Ricardo, o *histórico, o institucional e o efetivo, que aparecem de forma tão proeminente nos escritos de Adam Smith*, são relegados a segundo plano, e até mesmo sua filosofia social somente é perceptível em algumas insinuações” (grifos nossos).

”(Ricardo) era claramente um advogado assumido do que hoje denominamos o *modelo de explicação hipotético-dedutivo*, negando enfaticamente que fatos possam falar por si mesmo. É difícil saber se Ricardo considerava as previsões de seu sistema — o custo crescente da produção de alimentação, a pressão da população sobre a oferta de alimentação, a proporção crescente da renda destinada aos proprietários de moradias e o desaparecimento gradual de oportunidades de investimento — como enunciados de tendências puramente condicionais ou como previsões históricas incondicionais, pois a marca registrada de seu estilo consiste em minimizar a distinção entre conclusões abstratas e aplicações concretas. Na realidade, Schumpeter rotulou essa propensão de Ricardo em aplicar modelos econômicos altamente abstratos diretamente à complexidade do mundo real de *vício ricardiano*.²⁷ (Grifos do autor).

Assim, ainda havia muita presença de uma estruturação histórico-dedutiva na obra Smithiana. Logo, o esquema principal do liberalismo, construído numa dedução lógica elegante, equilibrada, numa dedução racionalista defendendo as fases econômicas e as especializações produtivas, estão lá postos, sendo obviamente a principal novidade na obra de Smith. Mas as janelas para a observação da experiência histórica ainda seguem. Abrindo possibilidades para interpretações distintas, como as feitas por Cairu e por Hamilton.

Os principais problemas, e chaves, para entendermos as leituras, não estão apenas nos textos em si, estão nos problemas que os leitores trazem ao ler.

José da Silva Lisboa leu Adam Smith buscando responder aos problemas econômicos do Brasil de seu tempo. Um Brasil que não estava em guerra com Portugal (a Independência brasileira ocorreu de forma mais política e diplomática, apesar de ter havido guerra, esta nem de perto alcançou o nível do que houve na América do Norte), um Brasil de estreitas capacidades produtivas, e muitos monopólios comerciais feitos por sua pequenina metrópole. As lições teóricas de Smith, contra os monopólios, conseguiram ter muito maior impacto nesse seu leitor,

²⁷ BLAUG, Mark. **Metodologia da Economia**. São Paulo, Edusp. 2016. p. 98

para os problemas objetivos encarados por Cairu, do que as lições históricas do texto de Smith.

Já para Hamilton, que lutou numa guerra de independência contra levantes monopolistas em indústrias, que se tentaram impor na América do Norte pela Inglaterra, sendo esta guerra o centro da questão por muito tempo, Hamilton leu muito mais as lições históricas tiradas de Smith do que as lições teóricas.

A história intelectual aqui investigada, do pensamento econômico sendo nacionalizado nos EUA e no Brasil oitocentista, mostra a estruturação de um pensamento partindo inicialmente de intuições pragmáticas, sentidos comuns, interesses de classe também, assim como de um difuso nacionalismo econômico, até se elaborarem em linhas intelectuais mais definidas e sistemáticas. As linhas intelectuais, em economia política, nos EUA foram assim se consolidando, com o *laissez-faire* smithiano/ricardiano tendo seus adeptos e espaços de defesa, internalizados no país²⁸. Enquanto que o pensamento econômico identificado com o *American System*²⁹ representou, numa outra direção, uma trajetória intelectual indo desde ideias mais simples, passando por discussões públicas panfletárias, mesmo um tanto românticas, para desembocarem numa estrutura intelectual mais elaborada numa economia política nacionalista. Algo análogo ocorreu com o nacionalismo pró-indústria no Brasil, do papelismo oitocentista, mas concentrado na segunda metade do século XIX: de uma discussão mais apaixonada e romântica, até uma estruturação mais intelectualmente elaborada dos temas econômicos.

2.3 Tempos Cronológicos Distintos para as Mesmas Questões Temáticas

O paradigma intelectual de política econômica, dominante no século XIX, será o liberalismo econômico. As tradições intelectuais e escolas de matriz nacionalista em economia, surgirão da crítica a este paradigma intelectual. Por isso, o paralelo entre, de um lado, o *American System*, nos EUA, um movimento que vai da segunda guerra de independência americana (1812-1814), até o fim da Reconstrução (1876) após a Guerra Civil (1861-1865), e no Brasil do debate sobre o industrialismo e o papelismo

²⁸ DORFMAN, Joseph. **The Economic Mind in American Civilization. 1606-1865**. Reprint of Economic Classics. New York, Viking Press, 1966, p. 512.

²⁹ *Idem*, p. 566.

(de meados do século XIX até a Primeira República, 1889-1914), que se intensifica ao final do século, junto a uma ânsia industrializante, com o crescimento de um movimento pró-indústria.

Aos leitores que estranham os recortes temporais distintos nos dois países neste estudo, a explicação é que as temporalidades da formulação e elaboração de um pensamento crítico ao liberalismo econômico nos EUA, e no Brasil, tiveram essa decalagem temporal. Tal despertar intelectual deu-se em temporalidades diferentes, mas sobre problemáticas materiais equivalentes. No Brasil, o debate era menos articulado, com um nacionalismo difuso, e conforme o século XIX chegava ao seu fim, houve uma crescente consciência da necessidade de alguma base industrial no Brasil. Esses dois pontos: nacionalismo e industrialismo, somados ao papelismo, formarão a trindade de base para o surgimento de uma agenda desenvolvimentista no Brasil³⁰.

Por isso o destaque aqui dado ao papelismo: por ter sido esta corrente intelectual monetária, do Brasil oitocentista, a primeira a articular dentro do pensamento econômico nacional, de forma mais estruturada, uma agenda produtivista, e de articulação de um mercado interno, e mercado de trabalho, num Brasil saindo das amarras do escravismo. O pensamento econômico nos EUA, aqui sob estudo, também emerge de um nacionalismo difuso, mas brota na primeira metade do mesmo século XIX. No Brasil, tal fenômeno ocorre por outros caminhos na segunda metade do mesmo século. E tais formulações foram críticas ao liberalismo econômico e se fizeram na estruturação de Sistemas Nacionais de Economia Política como o *American System*, que criou a concepção de um Sistema Nacional de Economia Política, depois desenvolvido por Friedrich List. O caso americano foi mais estruturado de forma pioneira no tempo, mas o caso brasileiro carrega analogias em face da mesma problemática intelectual em relação ao liberalismo hegemônico, dando numa resposta específica, mas paralela, em direção a um nacionalismo econômico possível. Por isso a escolha de Amaro Cavalcanti aqui como objeto de estudo, como um pensador brasileiro que estruturou de forma mais elaborada, na era de um “pensamento papelista” no Brasil, um corpo teórico mais coeso e elaborado de um Sistema Nacional de Economia Política em versão brasileira, com certa analogia com o *American System*. E por ter sido ele um homem público brasileiro marcado

³⁰ SALOMÃO, Ivan Colangelo. **O Desenvolvimento em Construção: Um Estudo sobre a Pré-História do Pensamento Desenvolvimentista Brasileiro**. Porto Alegre, UFRGS, 2013.

intelectualmente pela experiência direta na sociedade americana. Pois tal e qual Friedrich List, Cavalcanti morou por cinco anos nos Estados Unidos, tendo sido o primeiro brasileiro a concluir uma faculdade naquele país.

Em diálogo com a obra furtadiana, defende-se aqui que se deve comparar os pensadores norte-americanos da tradição hamiltoniana com os brasileiros preocupados com a questão produtiva/industrial de forma mais ampla, surgidos de maneira mais estruturada nestas questões no Brasil, apenas no papelismo e industrialismo desde meados do século XIX para o *fin de siècle*. Uma vez que era a problemática do subdesenvolvimento surgindo para ser analisada, quando as palavras para definir tais questões ainda não estavam formadas. Tanto no *American System*, em seu tempo nos EUA, quanto no Brasil das reflexões papelistas e pró-industrialismo, que despontam, especialmente, a partir dos anos 1870 no caso brasileiro: sobretudo, a partir da longa crise internacional de capitalismo iniciada em 1873³¹. Hamilton e os hamiltonianos dialogam, e impactam, numa intelectualidade brasileira surgida bem depois do Visconde de Cairu. Mas tanto nos EUA de Hamilton, como no Brasil de Cavalcanti, tais pensamentos econômicos surgiram do mesmo contexto intelectual de crítica ao paradigma liberal hegemônico em economia, sendo a ruptura com tal paradigma central nos dois exemplos, e curiosamente mais traumático no contexto brasileiro: que ressentia mais da necessidade de aprovação intelectual dos centros europeus do que os norte-americanos.

Assim, será rastreado o nascimento de linhas intelectuais críticas ao cânone hegemônico britânico em economia, no Brasil e nos EUA. E se conclui este capítulo lembrando que Furtado, no já citado capítulo XVIII de *Formação Econômica do Brasil*, faz também ali uma ponte entre a história econômica e a história do pensamento econômico, ao associar o caminho tomado pelo Brasil oitocentista, com o pensamento do Visconde de Cairu, e o caminho tomado pelos EUA com o de Alexander Hamilton³². Neste trabalho, será considerado que havia outros pensamentos econômicos disputando a construção da realidade, nos dois países do século XIX. As tradições políticas agraristas, antifederalistas, jeffersonianas, formavam uma contraproposta nacional nos EUA, em confronto com a agenda

³¹ HOBBSBAWN, Eric J.. **A Era dos Impérios. 1875-1914**. 9. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996. p. 57.

³² FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2007. p. 152.

federalista hamiltoniana, contando com imenso apoio, base e ampla articulação. Enquanto, no Brasil, as contrapropostas ao pensamento do Visconde de Cairu irão tomando corpo de forma mais articulada a partir da reforma tarifária de Alves Branco (1844), que esboçou o primeiro protecionismo tarifário. E encontrarão no papelismo, da segunda metade do século XIX, seu maior espaço de articulação intelectual e política, para configurarem via protecionismo monetário isolando o sistema econômico nacional, tornando-o um *sistema econômico nacional* via papelismo, esboçando assim outros projetos de “Brasis”, que estão na base do desenvolvimentismo brasileiro do século XX.

Entre questões práticas e teóricas, as linhas de pensamento foram se consolidando. Por isso, as temporalidades, cronologicamente distintas, nos dois países: pois o pensamento econômico, crítico ao cânone hegemônico liberal, se estrutura em momentos distintos nos dois países. E é este pensamento em perspectiva comparada, nos dois países, que se propõe a ser estudado aqui. Dialogando com o citado capítulo de Furtado, aqui se coloca Hamilton e os hamiltonianos num debate não com o Visconde de Cairu, mas com Amaro Cavalcanti e sua geração papelista, com suas preocupações industrializantes, dialógicas e analiticamente correlatas com a tradição hamiltoniana do *American System*.

2.4 Abordagem Metodológica: as Crises de Paradigmas no Nascimento de Novas Tradições Econômicas e Escolas de Pensamento

“A revolução keynesiana destruiu as velhas doutrinas soporíferas, e sua própria metafísica é fina e transparente. Fomos deixados na situação desconfortável de ter que pensar por nós mesmos.”³³

“Keynes agradeceu aos “pioneiros do pensamento econômico dos séculos XVI e XVII” por sua “sabedoria prática”. É uma maneira de compreendê-los, de recolocá-los em seu tempo.”³⁴

Invoca-se Joan Robinson e a referência de Keynes ao mercantilismo, no início desta parte metodológica, para descrever e indicar um momento de crise paradigmática na ciência: novas linhas propositivas no pensamento nascem da crise

³³ ROBINSON, Joan. **Filosofia Econômica**. Zahar, Rio de Janeiro, 1979, p. 82.

³⁴ SCHNERB, Robert. **Livre-Troca e Protecionismo**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967, p. 13.

do panorama intelectual precedente. Recorre-se aqui ao grande, e um tanto contraditório, teórico do conceito de paradigma científico, Thomas Kuhn, em sua obra de história da ciência *A Estrutura das Revoluções Científicas*³⁵, na qual se baseia parcialmente a presente análise. A escrita da obra se direcionava às ciências naturais e exatas, mas sua estruturação cíclica dos movimentos intelectuais, ao longo da história da ciência, foi usada, de muitas formas, para analisar também as ciências humanas. Mesmo que o próprio conceito de paradigma do autor tenha sido largamente questionado, havendo muita confusão entre paradigma científico e escola científica, ou mesmo matriz disciplinar³⁶. Contudo, por mais que todas as ciências sejam históricas, o controverso modelo de paradigma kuhniano, no presente caso específico de estudo, cabe muito bem formalmente para a maneira como se irá analisar a estruturação sequencial das linhas de pensamento econômico: do mercantilismo ao liberalismo, para, no século XIX, surgirem as “críticas à economia política” (liberal). A mais famosa “crítica à economia política” veio do marxismo, logo, do campo socialista. Aqui, o estudo terá o foco sobre outra crítica ao mesmo liberalismo: a crítica vinda do Sistema Nacional de Economia Política em sua versão originária (*American System*). Pois há na estruturação da Economia Política como ciência, independente da filosofia moral pela primeira vez durante o Iluminismo, uma formalização metodológica que lhe dará, de muitas formas, uma armadura, intelectual, e depois social, que se configurou como algo que pode ser identificado como um paradigma. E aquela Economia Política nascente, não por acaso chamada até hoje de *clássica*, será o liberalismo econômico, que pode ser chamado na história do pensamento econômico de paradigma liberal.

Seja pela construção lógica dos conceitos, com uma metodologia lógico-dedutiva da matriz liberal, menos em Adam Smith (que ainda era bastante histórico), mas sobretudo em David Ricardo³⁷ e em Stuart Mill³⁸, que a roupagem científica do liberalismo econômico era de um impacto intelectual incontornável, marcando a força de seu discurso, e posicionando essa escola de pensamento econômico como intelectualmente hegemônica. Isso foi alcançado, certamente, pelo inegável sucesso

³⁵ KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 5. ed.. São Paulo, Perspectiva, 1998.

³⁶ BLAUG, Mark. **Metodologia da Economia**. 1. ed.. São Paulo, Edusp, 2016, p. 67.

³⁷ RICARDO, David **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo, Ed. Nova Cultural Ltda., 1996.

³⁸ MILL, Stuart. **A System of Logic, Ratiocinative, and Inductive**. Ed. Classic Reprint Series. ForgottenBooks

de sua construção intelectual. Mas também pela força hegemônica, histórica, política, econômica e militar, da Inglaterra triunfante após as guerras napoleônicas, que propagou tal paradigma liberal em suas práticas coloniais (sobretudo após 1833: data da abolição da escravidão, com o *Slavery Abolition Act*, nas áreas coloniais britânicas, e após o fim das leis inglesas protecionistas dos cereais, *Corn Laws*, em 1846, na metrópole), e em seus discursos. Com seus produtos baratos sendo exportados, e este seu tão caro discurso, do *free trade*, indo junto para todo o mundo, *derrubando todas as muralhas da China*, materiais e intelectuais que encontrasse, configurando um imperialismo do livre-comércio³⁹.

Logo, o liberalismo econômico, nascido no Iluminismo escocês e francês (fisiocratas), eclipsou o pragmático mercantilismo econômico anterior, gerando uma crise discursiva em todos que ameaçassem discordar da acabada teoria econômica *universal*, logicamente amarrada numa metodologia lógico-dedutiva, do nascente liberalismo econômico.

Tal quadro de hegemonia intelectual, em parte escorada na hegemonia política e econômica britânica de então, configurou um quadro mental no ocidente em que, para o que será descrito aqui, da estruturação de uma crítica a esse modelo, pode-se usar o esquema kuhniano de crise de paradigma⁴⁰, entendido como um confronto intelectual crescente frente ao panorama de aceitação de um padrão mental então hegemônico. O liberalismo econômico era o paradigma hegemônico na ciência econômica do século XIX: era a *ciência normal* da economia política. O próprio liberalismo econômico se confundia com a Economia Política então, e havia suplantado a hegemonia intelectual anterior, da *ciência normal* que tinha sido o mercantilismo⁴¹, mesmo que este não tivesse se preocupado muito em teorizar, mas sim em praticar⁴². Logo, analisaremos aqui as nascentes tradições intelectuais, e a origem das escolas de economia política, contrárias ao liberalismo econômico oitocentista, como expressões que brotaram das crises paradigmáticas (crises de

³⁹ GALLAGHER, John & ROBINSON, Ronald. **The Imperialism of Free Trade**. The Economic History Review, New Series, Vol. 6, No. 1. 1953. p. 1-15

⁴⁰ KUHN, Thomas, **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 5 ed. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1998 p. 93

⁴¹ SCHMOLLER, Gustav. **The Mercantile System and its Historical Significance**. New York, Macmillan and CO. 1896.

⁴² SCHNERB, Robert. **Livre-Troca e Protecionismo**. São Paulo, Difusão Européia do Livro.1967, p. 12,13

visão histórica dos grupos descontentes). O paradigma científico pode viver várias crises de hegemonia paradigmática em sequência. Contudo, nas ciências sociais e humanas, tais tendências discordantes podem conviver cronicamente ao longo do tempo, simultaneamente. Pode haver disputas científicas, nas ciências humanas e sociais aplicadas, entre campos paradigmáticos discordantes, de classes sociais em disputa, ou mesmo entre gerações, e mais ainda entre nações em disputa. Sendo, no caso em tela, este último caso a clivagem determinante da ruptura paradigmática, que criará o primeiro complexo intelectual de um Sistema Nacional de Economia Política: o *American System*. Foi a questão nacional, o nacionalismo, que mudou a chave de construção intelectual do panorama econômico. Essa questão política determinou uma mudança de padrão científico naquele pensamento econômico nascente: a história da ciência ensina que a ciência também é política.

2.5 Interesses Políticos Gerando Interesses Econômicos. Ou Virtudes Públicas Gerando Vícios Privados no Capitalismo. Metodologia na Base da História das Ideias

“Kuhn [...] considera a ciência normal, ou seja, a atividade que resolve problemas no contexto de um arcabouço teórico ortodoxo, como a regra, e a ciência revolucionária, ou a derrubada de um arcabouço por outro por meio de refutações repetidas e anomalias acumuladas, como a exceção na história da ciência.

Fica-se tentado a dizer que para Popper a ciência está em estado de revolução permanente, sendo sua história uma sucessão de conjecturas e refutações; para Kuhn, a história da ciência é marcada por longos períodos durante os quais o status quo é preservado, sendo às vezes interrompido por saltos descontínuos de um paradigma em vigor para outro sem nenhuma ligação conceitual que estabeleça comunicação entre eles.”⁴³

Independentemente de se concordar ou não com Popper neste ponto, de que a ciência está sempre em “revolução”, sobretudo as ciências humanas, o esquema de Kuhn será útil aqui para se seguir o fio das linhas de pensamento econômico,

⁴³ BLAUG, Mark. **Metodologia da Economia**. 1 ed. São Paulo, Edusp. 2016. p. 68.

nascendo, crescendo, e confrontando contradiscursos hegemônicos, na construção da linha de investigação.

As tradições intelectuais e escolas de pensamento econômico são construídas no calor das lutas políticas. Mesmo o nome da ciência humana, dentro da qual residem as escolas de pensamento econômico é a Economia Política. A ciência sempre é política também. Neste trabalho, busca-se rastrear a história de escolas de pensamento econômico, que nasceram no século XIX, questionando o paradigma que despontava como hegemônico, então: o paradigma liberal. São as tendências políticas, tradições intelectuais, e escolas de pensamento econômico, que fundam a linha intelectual e que desaguam no que conhecemos hoje como heterodoxia desenvolvimentista em economia política. A história de como elas surgiram se rastreia na história política das lutas das ideias: são as ideias que estão na origem da tradição heterodoxa em economia, que seguirá no século XX em disputa no palco material da história. As forças sociais e econômicas convergentes, para aproveitarem economicamente essas forças intelectuais heterodoxas em economia política, se encaixaram na dinâmica dos acontecimentos (como nos EUA do século XIX), ou nem estão prontas para montar nos cavalos das ideias nascentes (como no Brasil da maior parte do mesmo século XIX).

Como o que já foi apontado aqui no caso de Hamilton: de que teria sido um projeto político maior, o que lhe direcionou o projeto econômico. Apesar de muitas acusações na época, e algumas evidências de próximos que se beneficiaram de suas políticas⁴⁴, o que pode ocorrer em qualquer direção que se coloque a política pública, o arcabouço intelectual construído por Hamilton é fruto do projeto político Federalista. Curiosamente, algo análogo ocorre na dimensão pessoal dos apoiadores de um projeto nacional de economia política aqui escolhidos para estudo: não são beneficiados diretos, a princípio, das políticas que pregam. Amaro Cavalcanti nunca foi industrial, por exemplo. Nem Henry Carey, e Daniel Raymond foi a maior parte de sua vida advogado, tendo tido fracas investidas empresariais. Sendo autores que colocam suas vozes intelectuais na história, pela defesa do que consideram o melhor para o coletivo, para a nação. O que consideram virtudes públicas. Tais virtudes públicas, uma vez aplicadas, gerarão oportunidades para enriquecimentos variados,

⁴⁴ CHERNOW, Ron. **Alexander Hamilton**. 1. ed.. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2020, p. 323.

ou dito de uma forma menos simpática com a ganância: vícios privados lucrativos. Havendo uma classe econômica preparada para montar nas ideias que surgem, tais ideias econômicas se materializam na história econômica com sucesso. Parece que estes intelectuais orgânicos do sistema nacional de economia política invertem a máxima de Mandeville, de que “vícios privados geram virtudes públicas.”⁴⁵

Neste trabalho será tratado o surgimento e desenvolvimento das ideias de um ponto de vista histórico. Mas também sob um ponto de vista de metodologia científica, dessa história intelectual: como tais escolas, tendências e tradições intelectuais, nascentes no século XIX questionando o liberalismo, se configuraram metodologicamente e se, de fato, estariam transitando para, e criando outro, paradigma científico-metodológico, na estruturação intelectual dessas escolas e tendências então nascentes. Quais seriam apenas tradições e tendências intelectuais, e quais já seriam estruturadas como, e poderiam ser chamadas de escolas de pensamento econômico.

Para estruturar o estudo aqui em curso, após extensa leitura metodológica, foi definido um recorte analítico para rastrear o surgimento das ideias em movimento, no qual grupos articulados em interesses intelectuais/políticos/econômicos, que organizam linhas de pensamento, treinando e gerando discípulos reproduzindo uma tradição científica, configurando um movimento intelectual articulado, podendo então se tornar, na história do pensamento:

- a) um movimento intelectual (tendência);
- b) uma tradição (política/literária/econômica);
- c) uma escola (política, econômica).

Essa estrutura em três andares, que ora se apresenta, para criar um código de reconhecimento do movimento e desenvolvimento das ideias, desde seu surgimento até sua institucionalização, se embasou na leitura de autores como: Thomas Kuhn, Chalmers, Lakatos, Popper, Mark Blaug. Usados para estruturar os fins aqui almejados.

⁴⁵ MANDEVILLE, Bernard. **The Fable of the Bees or Private Vices, Publick Benefits**. Liberty Fund., Inc..

Para tanto, confrontaremos as disputas narrativas de interpretação da realidade e os grupos políticos na história do pensamento econômico, levados pelos grupos em análise, sob o prisma dos estudos de metodologia científica que aplicaremos a tais linhas intelectuais. A primeira linha intelectual estudada aqui será o *American System*, desenvolvido nos EUA no século XIX. Depois compararemos com o *papelismo* brasileiro do século XIX, na obra de Amaro Cavalcanti.

Voltando aos três pontos anteriormente elencados, o ponto “a” (movimento intelectual), seria um primeiro andar no surgimento das ideias econômicas e políticas, momento de incômodo generalizado com o *status quo* paradigmático, quando o que virá não está definido, mas o incômodo e crise do paradigma dominante, do *status quo* e das ideias hegemônicas, já são indisfarçáveis e um outro caminho, ou outro cânone de orientação, já está sendo buscado e socialmente ansiado.

Os outros dois andares para alocarmos os momentos do desenvolvimento das ideias (b: uma tradição, c: uma escola), já são relativamente conhecidos, e os usamos aqui. Tal como o discutido conceito de paradigma⁴⁶, tão trabalhado em Thomas Kuhn, que também usaremos como um guarda-chuva maior: maior do que uma escola.

O que chamaremos de **movimento intelectual** (1º andar) ainda é um momento difuso do surgimento das ideias, onde estas ainda estão se estruturando, lutando titanicamente para se consolidarem ou morrerem. Já uma **tradição** (2º andar) seria um andar acima daquele primeiro chamado de “movimento intelectual”; é quando tais ideias já surgiram e estão se definindo no tempo, criando continuidades geracionais no seu desenvolvimento cumulativo. E **Escola** é o 3º andar, quando tal tradição já alcança um *status* institucional em algumas frentes objetivas, como: universidades, imprensa, sindicatos, grupos empresariais (sindicatos patronais) e partidos políticos.

O *American System* seria uma tradição ou uma Escola de pensamento econômico?

Discutindo e consultando autores da área – até uma discussão com o Dr. David Colander, professor no Middlebury College, Vermont, EUA, que afirmou defronte a esta pergunta sobre o *American System* ser uma escola de pensamento econômico, que para ele: “No I would not classify the American Economics as a school – but I

⁴⁶ KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 5. ed.. São Paulo, Perspectiva, 1998. p. 67.

would think of them as a tradition – steeped in Samuelson and Empirical econometrics”. E ainda: “A tradition is a set of approaches and beliefs that are shared among most of a group – often without much thought. It is a pattern that guides and constrains actions”.

Logo, diante desse movimento intelectual histórico que analisaremos aqui, o *American System*, há um debate sobre como defini-lo, que transita entre catalogá-lo como uma escola de pensamento econômico, ou apenas como uma tradição intelectual. Sendo que o professor Colander defende a segunda opção para este caso. Outros autores chamam abertamente o *American System* de escola, como Donald Gibson: “The *American System* school of thought was in opposition to the ideas of Smith and Locke and others of the English “liberal” school such as Thomas Malthus and David Ricardo”.⁴⁷

O presente trabalho tende a discordar do economista David Colander, com um posicionamento próximo da posição intelectual de Donald Gibson. Tratando aqui de rastrear as diferenças entre tradições intelectuais e escolas, e historicizar o caso do *American System* aqui em tela entre história e teoria.

2.6 *American System*: uma Escola de Pensamento Econômico

Defende-se neste trabalho que o *American System* ultrapassa o estágio de uma **tradição** em economia, alcançando a estatura de uma **Escola** de economia política. Seja pela continuidade geracional de pensadores que se aglutinaram no *American System* no século XIX (Alexander Hamilton: 1755-1804; Daniel Raymond: 1786-1849; Henry Clay: 1777-1852, Mathew Carey: 1760-1839; Henry Charles Carey: 1793-1879), seja pelo impacto em políticas públicas levadas a cabo, e sobretudo pela conexão institucional de seus intelectuais com partidos políticos: não foi apenas um movimento protestatário panfletário, mas algo que se consolidou com uma agenda propositiva a influenciar tais partidos políticos.

Na frente intelectual, o próprio “teórico do desenvolvimento” alemão, Friedrich List, fundador da Escola Histórica alemã, foi fortemente influenciado pelas ideias e

⁴⁷ GIBSON, Donald. **Wealth, Power and the Crisis of the Laissez Faire Capitalism**. Nova York, Palgrave Macmillan, 2011. p. 19.

métodos de desenvolvimento praticados nos EUA do século XIX (país no qual, assim como Amaro Cavalcanti, List morou por cinco anos, obtendo a cidadania). O “Sistema Nacional” de Economia Política de Friedrich List⁴⁸ foi criado sob profunda inspiração do que ocorria nos EUA então sob a influência das ideias de Alexander Hamilton e Daniel Raymond.⁴⁹ Em 1827, foi na cidade de Filadélfia que List publicou seus *Outlines of a New Political Economy*, que seria o esboço de seu Sistema Nacional de Economia Política⁵⁰. No “século Romântico” tais autores desenvolveram uma Economia Política que enfocava e defendia um ponto de vista “Nacional” contra a Economia Política Clássica, que defendia uma abstração “Universal”. Pois, para tais autores a abstração “Universal” era um ponto de vista essencialmente britânico. A Escola Histórica de List é unanimemente considerada uma Escola de Pensamento Econômico, mas sua precursora norte-americana, que lhe inspirou e deu bases segue sofrendo controvérsias sobre ser ou não considerada como uma Escola de Pensamento Econômico.

E se na história do pensamento o *American System* influenciou a Escola Histórica alemã, na história política dos EUA influenciou diretamente vários partidos. Primeiro entre os federalistas nos anos de Hamilton, depois entre várias tradições e organizações políticas do protecionismo *yankee*, e também abolicionistas, que estavam em partes no Democratic-Republican Party, mas mais ainda nos liberais abolicionistas do Whig Party e Free Soiler Party. Assim como na influência e articulação de Henry Clay, político e intelectual do *American System*, nos governos de James Monroe (1817-1825) e de John Quincy Adams (1825-1829; que depois se filiou ao Whig Party), até a aglutinação dessas forças no Partido Republicano em 1854: que terá em figuras identificadas com o *American System*, como Henry Carey, intelectuais orgânicos deste então novo partido protecionista e abolicionista. Tais conexões entre aqueles intelectuais orgânicos do *American System* e este partido Republicano (mas que antes estavam aglutinados sobretudo no partido Whig), que então revolucionou o quadro produtivo, industrial, trabalhista e monetário, dos EUA com a Guerra Civil, e o *Greenback* lincolniano é por demais conhecida, e configuram claramente uma

⁴⁸ *The National System of Political Economy*, by Friedrich List, 1841

Marx: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1853/china/index.htm>

⁴⁹ CHANG, Há-Joon. **Chutando a Escada. A estratégia de desenvolvimento em Perspectiva Histórica**. São Paulo, Ed. Unesp, 2004. p. 50, 51.

⁵⁰ SCHNERB, Robert. **Libre-échange et protectionnisme**. Presses Universitaires de France, Paris. 1967. p. 71

institucionalização partidária da agenda defendida pelo *American System*, dando uma regular e constante conexão institucional político-partidária ao *American System*.

Além dessa conexão do *American System* com a política partidária institucional, cabe destaque à participação ativa dos defensores do *American System* na imprensa, abolicionista e protecionista, com destaque para o periódico mais antigo da imprensa norte-americana: *Niles' Weekly Register*⁵¹. Tal publicação foi algo equivalente a uma bíblia da agenda protecionista do *American System* na imprensa norte-americana, tendo um imenso impacto na opinião pública do país. Assim como no influente jornal protecionista de Philadelphia, *National Gazette*⁵², que contou com a colaboração de Mathew Carey, Niles, Raymond e do próprio Friedrich List, quando morou nos EUA, como articulistas. Tendo o *American System* ampla participação no debate público pela imprensa dos EUA.

Além da presença na imprensa, da conexão estrutural com partidos políticos, marcando inescapavelmente o debate público nos EUA oitocentista, outro argumento para descrever o *American System* como uma Escola de pensamento econômico se encontra no fato dele ter dominado a produção e reprodução intelectual em algumas universidades e centros de pesquisa ao longo dos EUA:

The American School did achieve a presence in academia in Pennsylvania, Maryland, and New York at schools such as the Wharton School in Philadelphia and at New York University, Cornell, and Johns Hopkins⁵³.

A própria universidade em que Amaro Cavalcanti estudou (universidade estadual de Nova York: Albany University) foi marcada e herdeira desta penetração intelectual do *American System* no sistema universitário dos EUA. Presente também no instituto Tapping Reeve's⁵⁴, notório centro hamiltoniano em Connecticut, onde Daniel Raymond estudou, na Wharton School da University of Pennsylvania (estado natal da família Carey, que era um epicentro político do protecionismo industrial), o

⁵¹ O arquivo online "Niles Register" dispõe de um fundo completo do periódico (811-1849). Disponível em: <https://earlyushistory.net/niles-register/#v1>.

⁵² DORFMAN, Joseph. **The Economic Mind in American Civilization. 1606-1865**. Reprint of Economic Classics. New York, Viking Press, 1966, p. 577.

⁵³ GIBSON, Donald. **Wealth, Power, and the Crises of Laissez Faire Capitalism**. Palgrave Macmillan, 2011, p. 20.

⁵⁴ DORFMAN, Joseph. **The Economic Mind in American Civilization. 1606-1865**. Reprint of Economic Classics. New York, Viking Press, 1966, p. 566-567.

Trinity College de Hartford, onde Calvin Colton, adepto do AS, foi professor de economia⁵⁵, e em tantas outras instituições pelo país, configurando a presença e participação intelectual estrutural do *American System* em parte das universidades norte-americanas, configurando um quadro condizente com uma Escola de pensamento econômico.

E o argumento final na defesa aqui empreendida de ser o *American System* uma Escola de pensamento econômico faz-se agora com duas constatações: o *American System* tinha uma questão central que buscava resolver, que era a busca do desenvolvimento (muito verbalizado nos textos na expressão *improvements*). E tinha um rigor metodológico na construção de todos os seus textos, com todos os autores identificados com o *American System* compartilhando na feitura de suas análises o mesmo método histórico-dedutivo. Sendo assim, é também uma Escola histórica: pode-se até vê-lo como um protótipo do que será a Escola Histórica *listiana*. Mas se a Escola Histórica é de forma unânime vista como uma Escola de pensamento econômico, a polêmica entre os teóricos em considerar o *American System* como uma Escola de pensamento econômico é uma confusão analítica, fruto de interesses políticos concretos, e do decidido esquecimento em que os autores desta Escola originária foram submetidos, com seus textos sendo amplamente ignorados nos programas de história do pensamento econômico (com a possível exceção de Hamilton, sendo este muito citado, e muito pouco lido de fato).

Há no *American System* um eixo temático (o desenvolvimento), e um eixo metodológico (histórico-dedutivo).. O presente trabalho, diante da recorrente polêmica em tratar o *American System* como uma Escola, vem contribuir ao debate, com a decidida defesa de que o *American System* é uma Escola de pensamento econômico. Desenvolve-se aqui essa defesa com fundamento nos textos e na própria história do *American System*.

Uma vez que essa Escola não nasceu pronta, surgindo de críticas difusas, românticas e protestatórias, antes de se articular intelectualmente, aqui rastreamos essa trajetória político-intelectual. Defende-se aqui que a primeira reação político-intelectual contra o universalismo analítico lógico-dedutivo liberal em economia foi

⁵⁵ CONKIN, Paul K. **Prophets of Prosperity. America's First Political Economists**. Bloomington, Indiana University Press, 1980, p. 189.

estruturada nos Estados Unidos após sua Independência (1776), primeiramente estruturada no que será conhecido como tradição *hamiltoniana* dos EUA, na agenda do partido federalista (uma agenda *política* gerando uma agenda *econômica*). E tal reação faria referência ao primeiro Secretário do Tesouro dos EUA sob Washington, Alexander Hamilton. Pois essa tradição hamiltoniana se estruturará como um movimento intelectual, político e econômico conhecido como *American System*. Tal nome foi retirado da obra de Hamilton, que fazia referência a um sistema americano, contra o sistema atlântico britânico, e surge como movimento político menos de dez anos após o assassinato de Hamilton (12/07/1804). O *American System* antes de ser uma Escola foi um movimento que nasce do impacto da Segunda Guerra de Independência (1812-1814), e do fim das guerras napoleônicas, e acompanha o debate público norte-americano, se estruturando numa Escola econômica, até ao momento pós-Guerra Civil (1861-1865), quando sua agenda propositiva é plenamente implementada com sucesso, sob a hegemonia do partido republicano.

2.7 A Tomada de Consciência de uma Anomalia

Um ponto central na análise trabalhada, é que perante todas as metodologias científicas, há um ponto de concordância sobre como usar tais linhas de análise de metodologia científica em ciências humanas: a crise de paradigma científico sofre influências *políticas*, sendo o paradigma científico, e seu momento de crise, marcado pelo contexto histórico-político. A ciência também é política na história das ideias. Tanto nas ciências naturais, como nas ciências humanas. Obviamente, mais ainda nas ciências humanas. Ou pelo menos nestas isso é mais claro. Tal linha será desenvolvida ao logo do trabalho aqui apresentado, em que se iniciará usando os prismas analíticos já antecipados, e cruzados com análises dos contextos históricos e políticos dos desenvolvimentos de tais tendências intelectuais e escolas no século XIX.

A tomada de consciência de uma anomalia no paradigma dominante é uma construção histórica, que brota de interesses em dificuldades de desenvolvimento sob o paradigma então hegemônico⁵⁶. A emergência de novas teorias no pensamento social, político e econômico, são frutos da busca por respostas à novos problemas, ou

⁵⁶ KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 5. ed. São Paulo, Perspectiva, 1998, p.94.

seja, à novas perguntas que problematizam áreas antes ignoradas, ou simplesmente sem representantes conscientes de estarem incomodados, e com musculatura para protestarem. Musculatura intelectual, e político-econômica, pois a “musculatura” intelectual é conectada, refletindo e fortalecendo, a musculatura política e econômica dos grupos sociais. A problematização intelectual brota da realidade histórica e do amadurecimento dos seus agentes históricos. A crise de um panorama político econômico, a crise de seu paradigma intelectual fundante, é o despertar intelectual entre agentes históricos de que outro modelo, outra estrutura e paradigma intelectual, lhes são necessários.

A tomada de *consciência de anomalias* no paradigma dominante é o sinal da mudança de perspectiva dos que estão olhando e criando novas perguntas. “O fracasso das regras existentes é o prenúncio para busca de novas regras”⁵⁷, diz Thomas Kuhn, descrevendo cientistas trabalhando em momentos de crise paradigmática. E a visão de fracasso sobre as velhas regras, é a abertura para a busca por novas questões e soluções interessadas. Nas ciências sociais aplicadas é o sinal de que ocorre a maturação de grupos políticos/econômicos nas franjas e periferias do sistema, sinal de quando tais grupos ampliam sua consciência, com novas perguntas, científicas e políticas, que surgem problematizando o panorama paradigmático da velha ciência *normal*, do antigo paradigma dominante. A *consciência de uma, ou mais, anomalias* no paradigma dominante, é o crescimento de uma consciência de si destes grupos, e de seus interesses de classe (ou interesses nacionais) em maturação, gerando novas perguntas, grávidas de futuras respostas, no campo de mira destes grupos em estruturação interessada. Como já ensinou o Iluminismo, no qual estava Adam Smith: o interesse é uma força social e intelectual legítima neste processo da história das ideias. O grupo que descobre anomalias no paradigma, é um grupo intelectual expressando o crescimento de forças interessadas de novos campos, e grupos de interesse políticos e econômicos, no mutante panorama histórico.

As perguntas novas forçam os paradigmas para outras direções, até se adaptarem, ou serem rompidos. Certamente, as interrogações nascidas de interesses de novos agentes nacionais, de novas nações, antes inexistentes como tais, foi em si

⁵⁷ *Idem*, p. 95.

uma quebra do paradigma liberal, estruturando o que serão paradigmas de um sistema econômico nacional, logo conflitantes com o paradigma universalista do liberalismo, possível de ser construído em algumas realidades históricas dos séculos XIX e XX. O papelismo, por mais que a moeda fiduciária seja uma experiência milenar, foi um corpo teórico da questão monetária, que século XIX significou uma ruptura paradigmática disruptiva daquele contexto. E mais ainda as *internal improvements* do contexto político americano oitocentista.

Assim, usando Thomas Kuhn⁵⁸, além dos três pontos anunciados, será utilizado para a leitura analítica do nascimento de Escolas de Pensamento Econômico em foco: (a) um movimento intelectual, (b) uma tradição, (c) uma escola; e alicerçados na obra de Kuhn, há o uso ainda de um guarda-chuva maior que é o paradigma científico. Já definidos os três andares analíticos aqui usados, para a articulação intelectual/científica/política, de como os grupos intelectuais podem ser definidos. O citado professor David Colander concentra sua leitura nos dois últimos, tratando de introduzir o conceito de *tradição* como algo menos rigoroso do que *escola*, quando tratou do que definiu como “Yale Tradition in Macroeconomics”⁵⁹. Aqui segue-se o que ele indica, mas para rastrear o nascimento de ideias econômicas e políticas, e se acrescenta um primeiro andar, mais romântico e panfletário (que foi como surgiam muitos destes debates no séc. XIX), nesta discussão, formando a divisão analítica tripartite aqui criada e exposta. Que mapeia melhor a realidade sob estudo no presente trabalho: entre o nascimento de ideias difusas, sua aglomeração em grupos mais articulados em algo que se pode chamar de tradição, até se formatarem num edifício intelectual completo, chamado de Escola de pensamento econômico.

Numa disputa intelectual/política os incômodos e discordâncias nascem de forma difusa e desarticulada. Para com o tempo irem tomando forma num movimento de contestação paradigmático, e propositivo de novos caminhos.

Por mais que haja margem para interpretações difusas sobre paradigmas e escolas, e mesmo confusão entre ambas, faz-se uso aqui do termo sob uma leitura que entende o paradigma como um guarda-chuva maior do que escola: aqui um

⁵⁸ KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 5. ed.. São Paulo, Perspectiva, 1998, p. 67 (cap. 4).

⁵⁹ SAMUELSON, Paul & BARNETT, William. **Inside the Economist’s Mind (Conversations with James Tobin and Robert J. Shiller on the “Yale Tradition” in Macroeconomics)**. p. 392

paradigma é um escopo científico amplo, e uma escola uma linha político/econômica articulada numa mesma: problematização, mesmo campo metodológico, num espaço/tempo determinado, ocupando determinados espaços institucionais(partidos, Universidades, sindicatos, jornais...), para ser uma escola. E com uma problemática intelectual definida. Qual era a problemática intelectual do *American System*? Qual era a problemática do papelismo oitocentista?

Dentro da nossa leitura de paradigma, aqui já definida, sempre haverá espaço para ampliar, ou restringir, tais guarda-chuvas paradigmáticos: paradigma liberal, paradigma estruturalista, paradigma marxista... Dentro do paradigma estruturalista haverá espaço evidente para uma escola keynesiana, cepalina, de Campinas... Contudo, alguns irão preferir considerar Keynes como um paradigma: paradigma keynesino⁶⁰. A CEPAL é uma escola, dentro do paradigma estruturalista, mas poderia ser considerada uma tradição? Ou há quem visualizaria um paradigma cepalino? Erik Reinert, de forma muito audaciosa e fundamentada, dentro do recorte de estudo que faz, coloca os liberais e marxistas dentro de um paradigma ricardiano, pois ambos os grupos são tributários e herdeiros da teoria do valor trabalho ricardiana⁶¹. Por mais que isso cause um justificado estranhamento, e certamente muitos discordem da validade do recorte, para os fins que este autor busca empreender em sua obra, este recorte paradigmático foi cabível.

Retomando o recorte analítico: o termo paradigma será como um guarda-chuva conceitual mais amplo, dentro do qual se desenvolve as ideias na história do pensamento econômico em três movimentos: um **movimento intelectual**, quando as ideias ainda estão surgindo de formas difusas, sem nomes bem definidos; uma **tradição**, quando essas ideias se articulam num grupo dentro do tempo e do espaço, com continuidade e troca; e finalmente uma **escola**, quando a tradição se institucionaliza em espaços oficiais (institucionais), e entre gerações intelectuais contíguas.

⁶⁰ VIEIRA, José Guilherme. A Estrutura das Revoluções Científicas na Economia: A Constituição do Paradigma Keynesiano e sua Crise.

⁶¹ REINERT, Erik S. **Como os Países Ricos Ficaram Ricos... E Por Que os Países Pobres Continuam Pobres**. Rio de Janeiro, Contraponto/Centro Celso Furtado, 2016, p. 86.

2.8 O Paradigma da(s) Escola(s) Aqui sob Estudo

“A good decision is based on knowledge and not on numbers.”

Plato, *Laches or Courage, A Dialogue* (380 B.C.)

Dentro da história do pensamento econômico, assim como o liberalismo econômico rompeu com o paradigma mercantilista em economia, os movimentos intelectuais hora estudados, com seus desenvolvimentos em direção a tradições intelectuais, e até escolas, serão a estruturação intelectual, marcada por uma “sabedoria prática” orientada por uma visão histórica, do que virá a ser o paradigma heterodoxo desenvolvimentista em economia política: nesta linha pode-se elencar desde a tradição hamiltoniana, do *American System*, sistema nacional de economia política, *banking school*, papelismo (*greenbackism*) etc. como linhas de formação desse paradigma. Utilizando como referência autores como Blaug, Kuhn e Reinert, destaca-se que se rastreia neste estudo o nascimento do que aqui será nomeado como **crítica nacionalista da economia política liberal**. Reestruturando um paradigma herdeiro do antigo pragmatismo interessado do Mercantilismo, que se aglutinara na Idade Contemporânea num paradigma que pode ser chamado de **heterodoxo**, visto em negativo em face ao liberalismo hegemônico (pois heterodoxo em relação à ortodoxia liberal), chamado também de “o outro cânone” ou “economia alternativa baseada na experiência”⁶², determinadas pelo imperativo de seguirem um método **histórico-dedutivo**: defende-se aqui que o uso deste método é a base de aglutinação dos praticantes deste paradigma. Que emergiram de diversas formas nos séculos XIX e XX, basicamente guiados por movimentos nacionalistas, sempre orientados numa metodologia histórica, para superar desafios econômicos de forma política. Pois será de uma questão política, a questão nacional, que se estruturará uma problemática crítica ao paradigma econômico dominante no século XIX.

Tais movimentos iniciais, que geram tais processos de desencadeamento de novas tendências intelectuais, costumam surgir postulando revoltas contra os paradigmas dominantes, lhes questionando a hegemonia, apontando suas crises, para lançar as indicações de novas soluções alternativas. Mas até que ponto um

⁶² *Idem*, p. 73, 76.

movimento de questionamento intelectual contra um paradigma dominante indica sua crise ou, literalmente, lhe causa a crise? Afinal, até certo ponto, a crise começa ao ser descoberta e apontada.

Essa resposta para ser alcançada precisa ser buscada na história política, mais do que na história das ideias. Pois a hipótese a guiar este processo é a de que a história das ideias expressa as propostas das disputas políticas/econômicas, em curso nas crises de hegemonia política: o sucesso ou o fracasso das ideias é menos uma vitória intelectual do que uma vitória política, dentro do espaço de disputas hegemônicas. Nas ciências humanas a nova ideia nasce do amadurecimento de novas musculaturas políticas e econômicas em pontos antes frágeis... Como diria Marx sobre Hegel: não é a ideia que conduz a matéria, mas o contrário⁶³. Mesmo concordando com Marx, mas como ele próprio diria, dialeticamente as novas ideias, vindas das musculaturas dinâmicas da realidade, serão rapidamente redirecionadas para parir seu desenvolvimento material, num ir e vir entre matéria e ideia. E por mais que se concorde que as ideias nascem de uma realidade material, muitas vezes a força das ideias forjam mais a realidade do que suspeitava o pai do materialismo histórico. Talvez nesta disputa entre o idealismo hegeliano, e o materialismo histórico, muito ligado as forças econômicas, nossa bússola entre os dois polos nos indique que a resposta nem foi tão filosófica, nem tão econômica: a resposta foi sobretudo política, nos casos aqui sob estudo.

2.9 As Ideias Surgem na História em Vários Momentos

O surgimento da tradição heterodoxa em economia nos EUA e no Brasil: *American System* (de um impulso político a uma teoria econômica) e *Papelismo* (de um corpo teórico da questão monetária a um impulso político)

O presente trabalho busca comparar dois processos intelectuais formadores das futuras escolas desenvolvimentistas, de tradições intelectuais em economia, sintonizadas com os processos de aceleração do desenvolvimento econômico dos EUA e do Brasil entre o século XIX até a Primeira Guerra Mundial. Busca-se aqui,

⁶³ MARX, Karl. Posfácio da segunda edição **d'o Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo, Nova Cultural, 1996, p. 140.

entre outras coisas, rastrear esta pré-história do desenvolvimentismo⁶⁴. Assim serão analisadas em paralelo estas duas correntes intelectuais do período: o *American System* nos Estados Unidos e o *Papelismo* no Brasil. Sendo a primeira um corpo propositivo mais amplo, e o segundo um plano propositivo centrado na moeda, logo, bem mais estreito. Contudo, o *papelismo* foi a principal chave para a incorporação de uma visão econômica voltada para o chamado Sistema Nacional de Economia Política no Brasil, com a moeda fiduciária isolando estruturalmente a economia sob a égide legal desta moeda, e sendo também o papelismo o primeiro gancho de pensamento econômico mais acadêmico, mais técnico, a ser tratado no debate público brasileiro no século XIX, baseado na *banking school* inglesa. Logo, com possível influência do *American System*, mesmo que indireta, além de ser o papelismo a base doutrinária primeira de escape para toda a demanda por desenvolvimento reprimida. Na sequência trabalharemos o papelismo em perspectiva histórica. Mas começaremos pelo caso norte-americano antes do brasileiro, e assim como as políticas econômicas e monetárias implementadas por tais países no período, sob a influência destas correntes políticas/intelectuais por detrás a lhes dar fundamento, disputando os espaços nos campos em disputa dos projetos econômicos e políticos. Este é um trabalho de história do pensamento econômico que ambiciona rastrear a força das ideias na construção da realidade.

Relembramos, contudo, que há uma decalagem temporal entre os dois casos em estudo comparado: nos EUA dos anos 1808/1815 até a Guerra Civil, o *American System* viverá um confronto ideológico com outras tradições liberais, até chegar a uma hegemonia nacional, com Lincoln e os anos da Reconstrução republicana (1865-1876). Enquanto no Brasil, o papelismo viverá seu maior confronto com a tradição metalista na proclamação da República brasileira, e na tentativa de estruturação de uma política monetária de Estado, após a Abolição, na Primeira República, nunca sendo tal papelismo feito de forma radical e duradoura no Brasil, como foi nos EUA por quase vinte anos (1861-1879) durante a abolição da escravatura nos EUA, com a Primeira República brasileira cindida entre uma doutrina metalista e uma imposição material da realidade que forçava o papelismo, até uma estrutura de conexão entre a produção e o financiamento ser criada, com a Caixa de Conversão e o Convênio de

⁶⁴ SALOMÃO, Ivan Colangelo. **O Desenvolvimento em Construção: Um Estudo sobre a Pré-História do Pensamento Desenvolvimentista Brasileiro**. Porto Alegre, UFRGS, 2013.

Taubaté em 1906, e assim um equilíbrio monetário de um *metalismo possível*⁶⁵ ser finalmente construído no Brasil republicano (1889-1930). No Brasil republicano não houve uma hegemonia política ligada ao industrialismo e o papelismo, a impor uma agenda papelista na primeira República, como ocorreu nos EUA da Guerra Civil, a impor a hegemonia do partido republicano na Casa Branca por mais de 50 anos entre 1860 e 1912.

Almeja-se rastrear como as ações de políticas econômicas e monetárias testadas pelos Estados Unidos e pelo Brasil na luta histórica pelo desenvolvimento nos dois países, no século XIX, foram lastreadas nas ideias dessas correntes de pensamento, buscando pontes e pontos de contato entre as duas escolas/tradições aqui destacadas em ambos os países então. Para tanto partiremos do estudo e análise teórica de alguns autores identificados com tais escolas de pensamento econômico, com especial destaque para a obra de um intelectual e político brasileiro, Amaro Cavalcanti (1849-1922), que como Friedrich List morou por cinco anos nos Estados Unidos entre 1875-1881, sendo o primeiro brasileiro a se formar em direito naquele país e que depois se tornou um destacado *papelista* no Brasil, e um propagador e defensor de um **Sistema Nacional de Economia Política** no Brasil. Através dele buscaremos mais pontos de contato entre essas escolas/tradições, rastreando uma maior “agenda americana” na visão e prática de política econômica no Brasil já no começo da República.

Logo, o eixo de estudo deste trabalho passa no lado *papelista* e propositor de ensaios em direção de um **Sistema Nacional de Economia Política**, pela obra econômica de Amaro Cavalcanti. E no lado norte-americano pelos teóricos do *American System*. Focaremos na obra de dois dos seus mais destacados autores, além do seu precursor: Alexander Hamilton, Daniel Raymond e Henry Carey. O primeiro foi o precursor do movimento, mas que não presenciou o nascimento e desenvolvimento do mesmo, sendo um autor icônico e fundante, mas que não viveu o período propriamente dito do *American System*, que ele antecipou. Nós o analisamos aqui em seu mais famoso relatório sobre manufaturas. Daniel Raymond é considerado o estruturador intelectual do movimento, enquanto Henry Carey é um

⁶⁵ ABREU, Cristiano Addario. **A Disputa Monetária na Primeira República (1890-1906). Entre Papelistas e Metalistas: A Moeda como Projeção e Resultado do Real**. p. 59, 60-77. Disponível: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-31032015-113729/pt-br.php>.

autor que leva a agenda temática e metodológica do *American System* a um nível mais elaborando academicamente, conduzindo a escola a um auge temático já em seu fim. Os quais apresentaremos na sequência contextualizando o movimento intelectual e político no qual foram líderes, e sintetizaram numa escola: o *American System*. Assim o presente trabalho começa pelo estudo sistemático do **American System**.

Para tanto se iniciará a análise pela visão do contexto histórico, de forma coerente com o defendido neste trabalho: de que o *American System* emerge de um impulso político, logo vindo das vicissitudes e exigências históricas inicialmente, e indo depois em direção a uma teorização econômica.

Por muito tempo as ideias construídas na “economia política” na Europa, sendo anteriormente lecionada e escrita ou na filosofia moral (matéria em que Adam Smith era professor), ou nas matérias relativas à política, até finalmente a formulação iluminista da economia política já no século XVIII, foram escritas e apresentadas dentro de, e focadas para, espaços geográficos específicos (cidades estados, ou estados territoriais maiores, ou impérios), com o trabalho apresentado sendo comprometido abertamente com os interesses “hegemônicos” desses espaços: cidade, nação ou império. Tal longa e difusa tradição intelectual em economia política na Europa tem o nome, criado a posteriori, de Mercantilismo⁶⁶: que identificamos hoje como paradigma mercantilista. Tal nome deste paradigma econômico nacionalista, curiosamente, foi criado por seus adversários, no momento de crise hegemônica dele⁶⁷, com seus críticos colocando a ênfase deste amplo e diverso paradigma econômico (diverso tanto no tempo, como no espaço, como nos objetivos) no seu aspecto mercantil e bulionista, escondendo qualquer vertente produtivista, que de fato havia. Tanto primeiramente os fisiocratas, como os liberais depois, entrarão em cena acusando os erros do que eles chamam de mercantilismo, questionando os postulados que indicavam como dominantes nele. Por mais que contradições e falhas sempre surjam, na prática ou na enunciação, como quando o pai fundador do liberalismo econômico, Adam Smith, deixa escapar que os *mercantilistas* Atos de navegação britânicos foram as leis mais sábias já redigidas (“perhaps the wisest of all

⁶⁶ SCHMOLLER, Gustav. **The Mercantile System and Its Historical Significance**. Edited by J. Ashley.

⁶⁷ DEYNON, Pierre. **Le Mercantilisme**. Paris, Flammarion, 1969, p. 11.

the commercial regulations of England”)⁶⁸, ainda assim é inquestionável que o paradigma liberal, em larga medida estrutura por A. Smith, se levanta criticando as práticas intelectuais anteriores, identificadas de forma um tanto sintética e sumária com o nomeado por eles criado de mercantilismo. E o centro da crítica liberal é sua pretensão a ser uma doutrina universal, contra os ditos mesquinhos interesses setoriais/locais, nacionais, do mercantilismo. Esta é uma crítica filosófica, que surgirá de forma acabada com John Stuart Mill, com a estruturação de uma metodologia lógico-dedutiva que se projetará acima da história na narrativa liberal.

2.10 Paradoxo do Interesse no Liberalismo Econômico: A Questão Nacional

Curiosamente o Iluminismo, dentre suas múltiplas revoluções intelectuais, foi o movimento intelectual que pela primeira vez legitimou o interesse na cultura cristã ocidental. O próprio Adam Smith faz sua construção intelectual dialogando sobre tal problemática com esses dois eixos: o egoísmo e o altruísmo, em suas duas grandes obras, respectivamente, *A Riqueza das Nações* e *Teoria dos Sentimentos Morais*. Contudo, se o Iluminismo e o subsequente liberalismo legitimaram o interesse, e até criaram esquemas intelectuais defendendo que “egoísmos privados gerariam virtudes públicas”, na subsequente estruturação do liberalismo econômico, a defesa de interesses nacionais e setoriais (eixos lógicos do precedente mercantilismo) se tornaram tabu intelectual, com este liberalismo econômico impondo a “neutralidade” das regras lógico-dedutivas como dogmas acima da história, e negando a legitimidade de qualquer interesse coletivo (setorial ou nacional). O interesse pessoal, e apenas este, poderia então ser legitimado, mas o interesse nacional se tornaria, tal qual um tabu, disfuncional e ilegítimo. Eis aqui um **paradoxo do interesse** deste liberalismo econômico, que esquecendo sua raiz Iluminista a legitimar o interesse (em geral), inventa um novo dogma *neoescolástico* contra os interesses nacionais e setoriais estratégicos, em plena revolução Industrial (momento em que o avanço tecno-setorial se mostrava inescapavelmente vital para a segurança militar, econômica e política dos povos). Pois a tradição hamiltoniana, e o subsequente *American System*, protótipo precursor do Sistema Nacional de Economia Política e da Escola Histórica, surge deste paradoxo do interesse do liberalismo: retomando as tradições pragmáticas do

⁶⁸ HECKSCHER, Eli F. **Mercantilism**. London George Allen & Unwin LTD Museum Street, p. 16.

chamado mercantilismo, e a legitimação do interesse do Iluminismo, a tradição hamiltoniana e sua subsequente Escola do *American System* surgiram da defesa do interesse nacional e setorial, do pragmatismo histórico sendo posto acima do dogma lógico-dedutivo do liberalismo econômico, estruturado apenas sobre um indivíduo ideal imaginário projetado fora da história, história esta que sempre ocorre em dinâmicas humanas coletivas: setoriais, regionais e nacionais.

Universalismo e dedutivismo lógico, são os dois esteios da construção intelectual e política, do pretendido supremacismo intelectual do liberalismo econômico. As linhas intelectuais aqui sob estudo nascem de movimentos de críticas a estes dois vetores. Primeiro o universalismo, que será o primeiro conceito analítico a ser atacado, pelos nacionalismos, já no momento indicado como **movimento intelectual**, contra o paradigma dominante. E justamente disto, num segundo momento, de maior elaboração intelectual, os adeptos da nova forma de pensar a economia, invocarão a história para metodologizar seu pensamento, contra a fantasmagoria lógica, desencarnada da matéria, aonde as ideias se realizam acima da história, no método lógico-dedutivo. Logo, o **nacionalismo** e o método **histórico-dedutivo**, serão os dois primeiros eixos de mudança: o primeiro, literalmente político, e o segundo metodológico/filosófico. Assim surgem na história do pensamento a tradição hamiltoniana, o *American System*, que será a primeira Escola de um Sistema Nacional de Economia Política, que inspirará Friedrich List e a Escola Histórica alemã.

Mas a estruturação de um pensamento novo sempre encontra fortes barreiras. No caso, será o ascendente paradigma liberal. E, para confrontá-lo, os novos pensadores sempre buscam a história da filosofia, a história do pensamento econômico no caso, para rastrear lastro para suas novas propostas. Pois estavam frente à dura, e genérica, crítica dos liberais aos mercantilistas. Logo, antes de se saberem participantes da criação de um novo sistema nacional de economia política, ainda no início (movimento intelectual), tais pensadores logo se perceberam como construtores de um *neomercantilismo* específico, mas que sabiam ainda não definido.

Para deixar claro os fundamentos históricos de onde se pode identificar as raízes intelectuais dos autores aqui sob estudo, numa visão ampla do mercantilismo, vindo do Renascimento, dentro de um eixo intelectual em *longue durée*, aqui cabe a seguinte citação:

A economia alternativa baseada na experiência – a metodologia usada na Escola de Negócios de Harvard – será referida coletivamente como o *outro cânone*. Trata-se de um conceito que pretende unir as abordagens e teorias econômicas que usam os fatos observáveis, a experiência e as lições aprendidas como pontos de partida para teorizar sobre a economia. Desde o final do século XV, somente a economia do outro cânone – com sua insistência em que as atividades econômicas difundem o crescimento de maneiras qualitativamente diferentes – foi capaz de tirar da pobreza nação após nação. Logo que o crescimento econômico foi alcançado, as nações hegemônicas trocaram, em sequência, a economia baseada na biologia pela economia baseada na física, tal como a Inglaterra fez no século XVIII, e os Estados Unidos o fizeram em meados do século XX. Para esclarecer como suas políticas funcionaram e por que essas nações bem-sucedidas mudaram, exploraremos em detalhe o *outro cânone*.

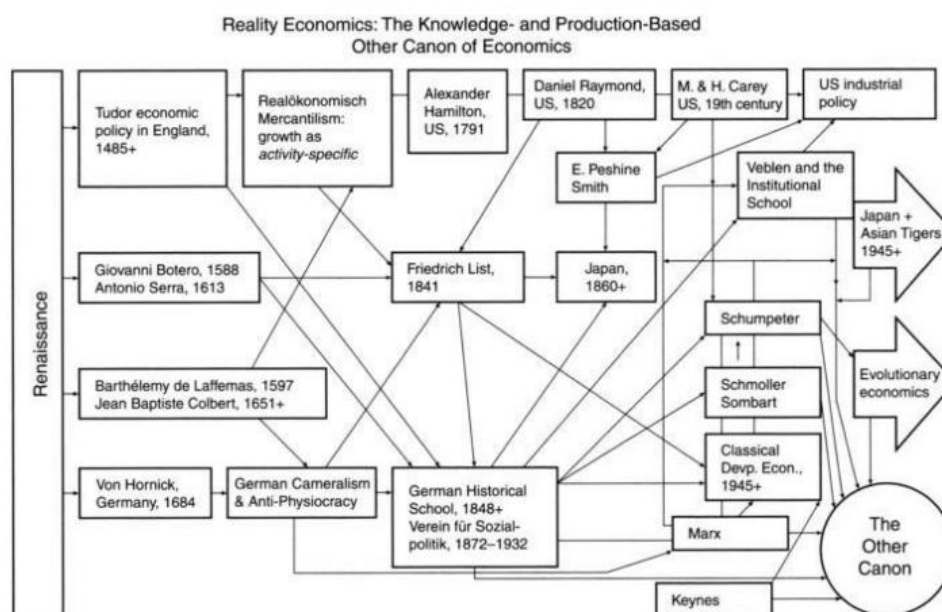
Durantes séculos, o tipo de teoria econômica baseada na experiência dominou sozinho. A teoria abstrata padrão atual tem de 250 anos, com raízes na escola fisiocrata que dominou a política econômica da França pré-revolucionária por um breve período. Escrevendo na época em que a Revolução Industrial já estava em pleno andamento, Adam Smith, embora classificado como um antifisiocrata por seus contemporâneos, transmitiu alguns ensinamentos fisiocráticos. Mas o modelo abstrato só se consolidou com David Ricardo e sua obra *Princípios de Economia Política e Tributação*, de 1817. Como veremos, em três ocasiões esses princípios abstratos trouxeram miséria, fome e enormes problemas sociais quando aplicados em contextos inadequados.⁶⁹

Tal citação é aqui colocada por ajudar a delimitar historicamente o momento de criação de uma economia regida por abstrações lógico-matemáticas acima da história. E contra essa recente tradição, o trecho transcrito mostra uma fonte de ligação entre as tradições intelectuais vindas do assim chamado mercantilismo, com as escolas nacionais em economia política. Ou a tradição que Erik Reinert chama de “outro cânone”. Em que se conecta Hamilton e os pioneiros do *American System*, como Daniel Raymond e Mathew Carey (pai de Henry Charles Carey), com Friedrich List e a Escola Histórica alemã, bem como posteriormente com Thorstein Veblen e a Escola Institucional americana. Como Reinert mostra no subseqüente quadro⁷⁰:

⁶⁹ REINERT, Erik S.. **Como os Países Ricos Ficaram Ricos... E Por Que os Países Pobres Continuam Pobres**. Rio de Janeiro, Contraponto/Centro Celso Furtado, 2016, p. 74.

⁷⁰ REINERT, Erik. **How Rich Countries got Rich ...and Why Poor Countries Stay Poor**. London, Constable & Robison Ltd., 2007. p. 61 (p. 76 da edição brasileira).

Figure 3 The Other Canon family tree of economics



Fonte: REINERT, Erik. **How Rich Countries got Rich ...and Why Poor Countries Stay Poor**. London, Constable & Robison Ltd., 2007. p. 61 (p. 76 da edição brasileira).

Há no *American System*, na Escola Histórica alemã e no Institucionalismo americano, e posteriormente no estruturalismo latino-americano, uma mesma linha na origem e desenvolvimento, identificado como um paradigma estruturante, deste mesmo cânone intelectual. Identificados como linhas heterodoxas, frente ao liberalismo, e, sobretudo, como antecipadores de uma visão econômica desenvolvimentista, centrada mais na produção do que na troca. Logo, de perfil intelectual mais produtivista.

Que seja destacado neste ponto que Erik Reinert, como a maior parte da literatura especializada, não dá o devido destaque para o *American System* como precursor direto da Escola Histórica, e do próprio Institucionalismo, tendo ele uma importância fundante neste “outro cânone” indicado pelo próprio Reinert. O presente trabalho busca dialogar neste debate, contribuindo para destacar a importância fundante do *American System* na estruturação intelectual de toda uma tradição heterodoxa/desenvolvimentista na história do pensamento econômico. O esquecimento e obliteração desta Escola de pensamento econômico da memória

pública, Escola esta ligada diretamente aos partidos federalista, Whig e Republicano, determinantes durante o período extremamente conflituoso do *catching-up* econômico dos EUA, é um problema concreto da bibliografia especializada, que chuta a escada da memória do desenvolvimentismo norte-americano para fora dos manuais.

A luta pela industrialização nos Estados Unidos não foi fruto de nenhum *espontaneísmo* econômico, tendo sido um combate parlamentar, jornalístico, acadêmico, jurídico e militar, no qual os defensores da industrialização, do desenvolvimento (*improvements*) tinham uma forte e ativa frente intelectual de combate estrutural no *American System*: havia nisso, apesar de em nada oficializada institucionalmente, algo com uma equivalência histórica com uma CEPAL informal no debate público dos Estados Unidos do século XIX, com uma visão ampla e estrutural, fundamentando intelectualmente a luta política pelo desenvolvimento.

Assim o *nacionalismo* e o método *histórico-dedutivo* foram os dois eixos para o redirecionamento mental que resultará no *American System*, com os trabalhos centrados na temática do desenvolvimento, quando esta palavra ainda não tinha esta forma. O primeiro ponto, o nacionalismo, é o mais óbvio, difuso, e diretamente herdeiro de forças político-intelectuais estruturadas na guerra de independência, cuja a expressão máxima articulando intelectualmente tais forças foi a obra de Alexander Hamilton. A questão metodológica é uma consequência direta do primeiro ponto, e marcará uma quebra intelectual estrutural do *American System*, e os subsequentes Sistemas Nacionais de Economia Política, como a Escola Histórica alemã, e depois os Institucionalistas norte-americanos, contra o liberalismo britânico lógico-dedutivo: será um marco de quebra de paradigma intelectual, entre essa intelectualidade progressista norte-americana do *American System*, e depois, do Institucionalismo, contra a intelectualidade liberal centrada no outro lado do Atlântico. A questão nacional, de um nacionalismo intelectual americano em contraponto, e oposição, em face do liberalismo britânico, perpassa toda essa história intelectual, com o lado americano do Atlântico centrado num método histórico-dedutivo.

Ao fim desta alongada abordagem metodológica explicamos que ela foi feita para lembrar que as ideias nascem não só das materialidades históricas, mas também sobre os ombros da história do pensamento. Antes de novas tradições, escolas e paradigmas econômicos, conseguirem se estruturar intelectualmente, como novidades conceituais, o passado anterior às forças que oprimem a novidade

nascente, são invocados no momento de *revolução científica*. Para as forças nascentes, ainda sem nomes, desafiarem o triunfante *hegemon* do momento, no caso intelectual o liberalismo econômico no século XIX. A tradição hamiltoniana, antes do *American System*, e antes do sistema nacional de economia política, será percebida mais como continuidade do que como ruptura, com a tradição econômica da Era Moderna, sendo identificada como um *Neomercantilismo*, em sua briga com o liberalismo, antes de saberem como se chamarão na história do pensamento. Apesar deste debate sobre mercantilismo/neomercantilismo na Independência dos EUA carregar muitas nuances, com os *founding fathers* sendo por muitos identificados com tradições mercantilistas, apesar das polêmicas, sendo por vezes identificados ou como *mais* mercantilistas, ou *menos* mercantilistas, o que nos ajuda a relativizar e ir para além da repetida dicotomia jeffersonianos/hamiltonianos na história intelectual e política dos EUA⁷¹.

Pois então que se volte ao *fio de Ariadne*, à história, para se buscar ler esta reconstrução intelectual, diretamente nos textos dos autores históricos aqui sob estudo. Mas antes será costurado no presente trabalho o contexto histórico da produção de tais textos.

⁷¹ ERNST, Joseph A.. "In the 'Age of Mercantilism', the Revolutionaries were not Economic Liberals after all". "Reviews" in: *American History*, Sep. 1994, Vol. 22, n. 3, The Johns Hopkins University Press, p. 400-405.

3 Capítulo Histórico. Marcha para o Oeste, e a Primeira Agenda “Vertical” de Desenvolvimento: o *American System* (AS) e as Raízes Mercantilistas da Economia Política Estadunidense

Estados Unidos da América enquanto país subdesenvolvido e sua reação intelectual à Revolução Industrial inglesa, seu período “Desenvolvimentista” (Momento de *Catching-up*)

“Madison had rather more confidence than Henry Lee in Virginia’s loyalty to the United States, yet was obvious that Antifederalism was still very strong there [...] ‘It is impossible’, Virginia’s two senators had written, ‘for us not to see the necessary tendency to consolidated empire in the natural operation of the Constitution if no further amended than as now proposed [...]’⁷².

“However natural, attractive, and exhilarating, such a commitment to empire nevertheless posed a serious dilemma for the Founding Fathers. *Political theory of that age asserted the impossibility of reconciling democratic republicanism with a large state.* Up to the time of the American Revolution at any rate, the British could remain ignorant of – or evade – that issue. Self-governing Englishmen never had to cope with the problem of integrating their conquests into their domestic social and political economy. Americans were not so fortunate, for any expansion they undertook immediately enlarged the mother country. *Led by James Madison, they sought to resolve the contradiction between their drive for empire and their politics by developing a theory of their own which asserted that democratic republicanism could be improved and sustained by just such an imperial foreign policy.*

Probably taking his cue from David Hume, an Englishman who attacked Montesquieu’s argument that democracy was a system that could work only in small states, and *from British mercantiles such as Francis Bacon, Thomas Mun, and James Steuart, Madison asserted that expansion was the key to preventing factions* – themselves primarily the result of economic conflicts – from disrupting the fabric of society. Institutional checks and balances could help, and were therefore necessary, but they were not enough in and of themselves. Expansion was essential to mitigate economic clashes by providing an empire for exploitation and development, and to interpose long distances (and thus difficulties and delays in sustaining initial antagonisms)

⁷² ELKINS, Stanley & MCKITRICK, Eric. **The Age of Federalism. The Early American Republic, 1788-1800.** New York, Oxford University Press, 1993, p. 135.

between one faction and the rest of the nation and the government itself.”⁷³
(Grifos nossos).

Neste ponto, contextualizamos o momento histórico em que emerge o *American System* nos EUA, pois o modelo de crescimento econômico perseguido tinha um modelo político de nação ao fundo, que estava sendo construído naquele começo de século XIX. Era uma disputa sobre a qual o país se construía, tanto economicamente, mas antes, politicamente. Desde a crise do chamado *momento crítico da Independência*, nos anos 1780, do conflito entre federalistas e antifederalistas, que o dilema americano entre império no futuro e uma república revolucionária em seu nascedouro político foi uma gangorra histórica, na qual o tema de estudo em tela, de história do pensamento econômico norte-americano, se desenvolveu. Tratava-se de um quadro político e intelectual de crise crônica, entre se perseguir uma república idealizada, ou uma república realista, mesmo com riscos de se caminhar para um “império”. Os antifederalistas temiam que o acordo constitucional degenerasse numa nova tirania. E, nesse contexto, o desenvolvimento da tradição hamiltoniana é uma expressão político-intelectual desse processo histórico conflituoso, no qual as origens intelectuais mercantilistas anglo-saxãs deitaram fortes raízes na *longue durée* intelectual e política dos Estados Unidos: o aparente paradoxo americano, entre república ou império, encontra grande parte de seu deciframento no estudo do *American System*, pois se James Madison (como muitos outros) defendeu desde o início a expansão para o oeste como forma de mitigar os conflitos internos, e para o sucesso do experimento republicano, os autores do *American System* defendem um desenvolvimento econômico qualitativo no mesmo contexto: Madison defendeu uma expansão horizontal para garantir a república, Hamilton uma expansão vertical.

O eixo econômico trabalhado pelos autores aqui é resultado do quadro político do conflito vivido nos EUA acerca de qual república construiriam, e entrega muitas respostas sobre as questões envolvidas: como de costume, a economia parece se mostrar enquanto “política concentrada”. O expansionismo territorialista de Jefferson e Madison, os escrúpulos políticos dos antifederalistas e as legítimas ambições e preocupações econômicas geraram crônicos conflitos entre os eixos da república e

⁷³ WILLIAMS, William Appleman. **The Tragedy of American Diplomacy**. New York/ London, W. W. Norton & Company, 1988, p. 35-36.

da democracia de um lado, e os eixos do capitalismo de outro lado. A história dos EUA é centrada nessa construção, conflituosa e contraditória, de equilíbrio entre democracia e capitalismo⁷⁴, na qual os autores em estudo construíram suas obras.

Os EUA do século XIX eram um país, em larga medida, voltado para si mesmo: com um imenso território pouco habitado, tendo na conquista da “fronteira”⁷⁵ a dinâmica e meta do desenvolvimento da jovem nação, com essa forte expressão geográfica, que então crescia “para dentro”, avançando sobre terras dos povos indígenas e, depois, dos mexicanos, tendo nesse avanço fronteiriço uma crescente base econômica de abastecimento, sempre aumentando também o volume do que poderia ser exportado: é bastante celebrada pela historiografia tradicional essa dimensão espacial da história da expansão para oeste da fronteira, mas essa história, geografizante e militar, tem uma contraface econômica desde o começo. Com uma forte autonomia no abastecimento interno de alimentos, o excedente agrícola voltado ao comércio exterior tinha uma importância crescente nas primeiras décadas do XIX. O centro deste comércio exterior estará na exportação de *commodities* como grãos e, cada vez mais, o sulista algodão. Tal comércio exterior recebia apoio estatal: militar e político. Desde as *Barbary Wars* do começo do século XIX, quando, sob o iluminista Thomas Jefferson na Presidência, as ainda incipientes forças navais norte-americanas atacaram primeiramente Trípoli⁷⁶, para alguns anos depois passar a Túnis e Argel, de modo a garantir segurança aos comerciantes e piratas norte-americanos e abrir-lhes mercados. Obviamente, a jovem nação atacou unidades políticas fracas em seus primeiros testes em busca de objetivos limitados. Mas já deixando claro como o uso militar (estatal) estava em seu horizonte de instrumental econômico desde o princípio como nação. Assim como o uso militar internamente da sua cavalaria, no mesmo período abriam as terras indígenas para a exploração econômica dos crescentes grupos colonizadores europeus imigrantes. E esta ponta avançada do

⁷⁴ BRANDS, H., W. **The Money Men. Capitalism, Democracy, and the Hundred Year's War Over the American Dollar**. New York/ London, W. W. Norton & Company, 2006. p. 11-12.

⁷⁵ TURNER, F. Jackson. The Significance of the Frontier in American History. **Annual Report of the American Historical Association**, 1893. p. 6-7, 33.

⁷⁶ Informing the legislative debate since 1914. **Instances of Use of United States Armed Forces Abroad, 1798-2022**. Updated March 8, 2022, p. 2. *Library of Congress, Congressional Research SVC, 2022*. Congressional Research Service. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/natsec/R42738.pdf>. Acesso em: 17/12/2022.

comércio exterior, tendo uma forte retaguarda de abastecimento, será usada de forma estratégica pelo governo federal.

A aposta histórica na expansão para o leste servia para aliviar tensões sociais pelo acesso à posse de terras ao oeste, mas também criava nessa marcha uma instabilidade, com disputas constantes entre as forças políticas, num delicado equilíbrio entre forças agrícolas e comerciais, buscando fortalecer os laços entre o movediço oeste, sempre em marcha, e os centros estabelecidos da costa leste. As largas distâncias, com dificuldades geográficas e técnicas, demandavam algum planejamento em infraestrutura nas áreas “selvagens”, com disputas por modelos de ocupação territorial, e por mão de obra, numa constante tensão para se tentar manter o delicado equilíbrio geográfico da federação, com os deslocamentos populacionais⁷⁷. A agenda proposta pelo *American System* (AS) propunha um planejamento com foco em melhorias internas, profundamente demandadas pelas áreas “novas”, ao mesmo tempo em que defendia um protecionismo produtivo que apoiava um capital industrial concentrado na costa leste, mostrando assim uma visão organicamente conectada com o delicado quadro político em questão. Mas como não é sempre possível construir um compromisso político agradando todas as partes, o grande capital exportador, e o *slave power*, irão se contrapor a esta conciliatória agenda de desenvolvimento do AS.

Os Estados Unidos eram uma nação que surgiu de uma guerra contra ambições de um monopólio colonial da Coroa Britânica (guerra que gerou uma dívida inquietante e uma hiperinflação fiduciária nos EUA recém-independente). O país teve no governo federal da jovem nação, nascida de uma reação anti-mercantilista ao controle industrial, o artífice de uma política comercial neomercantilista, em menor ou maior medida, desde que surgiu.

Ainda assim a jovem República manteve muitos e fortes laços econômicos com a antiga metrópole. Antes e depois do Tratado de Gante (1814: que marcou o fim da segunda guerra de Independência dos EUA, guerra esta que consolidou a criação da Marinha dos Estados Unidos, e logo depois o segundo banco nacional dos EUA, em 1816), por mais que os EUA tivessem ainda uma economia profundamente marcada

⁷⁷ MEINIG, Donald William. **The Shaping of América. A Geographical Perspective on 500 Years of History. Continental America, 1800-1867. (vol. 2).** New Haven/London, Yale University Press, 1993, p. 4.

pelo o que Braudel chamou de “Vida Material”⁷⁸, com uma economia interna de abastecimento fortemente autônoma como o eixo econômico da maioria populacional na jovem nação, ainda assim uma constante sofisticação produtiva seguia em marcha, com alguns produtos agrícolas alçados a categoria de *commodities* estratégicas: com destaque para o trigo no norte, e o algodão no sul. A economia do norte seguia exportando trigo em crescentes quantidades⁷⁹ (até os anos 1820 este produto seguia na dianteira da pauta de exportação, quando foi finalmente superado pelo algodão), enquanto a economia colonial do sul seguia tendo saída crescente para seus produtos tropicais, com destaque ao crescimento exponencial do algodão, abastecendo o principal mercado europeu de então, a Inglaterra, com seu acelerado avanço industrial na produção têxtil, amarrando parte da economia de *plantation* do sul com a antiga metrópole, e o mercado mundial que ela liderava.

3.1 Protecionismo e Patriotismo: *Imperial Anticolonialism*

Recém independentes, saídos de guerras com a antiga pátria mãe colonizadora, os EUA tinham medo de dependência em produções estratégicas. Mas ao mesmo tempo sofriam a atração econômica e cultural da antiga Metrópole, sob pressão contraditória dos senhores das *plantations* do sul para acessar e escoar suas produções no mercado britânico. Nessa situação contraditória o protecionismo dos EUA surgiu desde cedo e pode ser confundido com o patriotismo norte-americano: protecionismo e patriotismo andam juntos na história dos EUA, num processo de desenvolvimento em que a proximidade geográfica/histórica/humana que os EUA tinham com a “locomotiva” central do capitalismo histórico de então (Inglaterra) foi um fator de atração e temor quando se tratava de lidar com a antiga metrópole. Essa reação e temor ao império britânico, ligada a uma atração pela forte influência intelectual e política da Inglaterra, gerou o caldo de cultura nos Estados Unidos do século XIX no qual emergiu o *American System* (AS).

A tradição política e militar anticolonial vinda das guerras de independência dos Estados Unidos (1776-1783), conviviam e se complementavam com uma admiração e

⁷⁸ BRAUDEL, F. *Civilisation Matérielle, et Capitalisme (XVe-XVIIIe siècle)*. 1. *Les structures du quotidien*. Paris, Armand Colin, 1979. p. 69, 109, 112, 114.

⁷⁹ SHANNON, F. A. *America's Economic Growth*. New York, The Macmillan Company, 1940, p. 169.

forte influência política e intelectual em relação aos britânicos: anticolonialismo e emulação de práticas imperialistas parecem ser antagônicos a princípio, mas um anticolonialismo decidido pode ser construído sintonizado com práticas economicamente agressivas, identificadas com o que no final do referido século XIX será nomeado como imperialismo.⁸⁰ Sendo tal movimento intelectual e político vivido nos EUA oitocentista sido já chamado de *Imperial Anticolonialism*⁸¹, durante este longo processo de construção da independência, num protecionismo inicial que será a forma do futuro expansionismo. No qual a luta pela independência econômica foi uma construção de longa duração, para além da independência política, e na qual os caminhos da independência econômica são construídos com emulações, estudos, tentativas e erros, tendo por meta então, em larga medida, o modelo britânico.

Central to this “imperial anticolonialism” was the United States’ ongoing struggle to consolidate its independence from Britain. Though the thirteen colonies achieved their political independence during the American Revolution, the United States remained within the webs of an expanding and increasingly powerful British Empire. The young American republic continued to be an economic satellite of Britain;

[...] *This anticolonial process is impossible to separate from early American imperialism.* The exercise of control over Native Americans, the acquisition of new territories, the attempt to control the economic system of the Western Hemisphere—all these imperialist acts were bound up with the effort to consolidate independence from the British Empire. *Nineteenth-century Americans were obsessed with the British Empire.* They yearned to escape the shadow of their former colonial master, yet they remained reliant upon British investment, commerce, and power.⁸² (Grifos nossos).

O quadro de atração e temor com relação aos britânicos é o contexto de estruturação política e intelectual de um pensamento econômico anticolonial, independentista, que emula as práticas produtivas mais avançadas, e que entre seus autores haverá manifestações de rechaço aos EUA se tornarem, ele próprio, uma *nova Inglaterra*, mas também alguns silêncios com relação a isso. As obras aqui estudadas são insistentemente reincidentes nos pontos morais de defesa da

⁸⁰ HOBSON, J. A. **Imperialism: a Study**. London, George Allen & Unwin LTD Museum Street, 1902.

⁸¹ WILLIAMS, William Appleman. **The Tragedy of American Diplomacy**. W. W. Norton & Company, New York, 1972, p. 18-58.

⁸² SEXTON, Jay. **The Monroe Doctrine. Empire and Nation in Nineteenth-Century America**. New York, Hill and Wang, p. 9.

liberdade, independência, autonomia, antimilitarismo... mesmo quando para tais fins defensáveis, defendam contra-monopólios, defesa militar ativa, e numa contradição aqui indicada dessa construção intelectual coletiva, abram as portas das possibilidades para que o fortalecimento da nação, via sua agenda anticolonialista, lhe permita ir para uma estrada de futuras expansões militaristas e comerciais.

3.2 Nacionalismo Como um Fenômeno Econômico

“The very nature of economics is rooted in nationalism. (...) in the rope of throwing light upon questions of policy. But policy means nothing unless there is an authority to carry it out, and authorities are national.”

Joan Robinson, *Economic Philosophy*, p. 24

As teorias que se pautam em realidades universais, ignorando a existência de Estados nacionais, costumam ser importunadas por uma infinidade de exceções, que não param de surgir: pois a realidade histórica da Era Contemporânea foi construída centrada no fortalecimento dos Estados nacionais, são essas instituições políticas que constroem, usando no limite a força, as instituições econômicas chamadas *mercados*. A disputa intelectual, das correntes econômicas em construção, durante a chamada *Era das Revoluções*⁸³ (1789-1848), encontra no lado americano do Atlântico um período alargado de feitura e desenvolvimento, entre o fim da Guerra dos 7 anos (1763) até o fim da Guerra Civil americana (1865), durante o qual o nacionalismo não era uma força ideológica indefinida pairando no ar, mas era um motor político concreto, emergindo em legislações, políticas públicas e tarifárias, gerando conflitos, que construíram os mercados do que será nomeado como capitalismo. Este é o contexto político e intelectual do desenvolvimento da Escola de pensamento econômico aqui em estudo: ela é expressão e resposta desses conflitos que construíram o mundo contemporâneo.

Neste caldo político e cultural dos EUA surgindo como entidade nacional, a relação com a Inglaterra foi o ponto crítico, e entre atração e temor, o protecionismo alfandegário e nacionalismo econômico foram, desde o começo, as trilhas seguidas pelos defensores do *American System* (AS) nos EUA, quando se tratava de lidar com

⁸³ HOBBSAWN, Eric J.. **A Era das Revoluções. 1789-1848**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

a Inglaterra. Tratando de proteger a produção vital para poderem fazer guerra: algumas indústrias estratégicas, como bélicas e naval. Com os EUA concentrando no nordeste do país o núcleo duro da futura potência industrial que o país se tornará. A concentração nessa região nordeste *yankee* da força industrial, comercial, bancária e naval (um ponto central para o desenvolvimento) da jovem nação, pressionando por e criando políticas industriais protecionistas fez dessa região o berço histórico do *American System* com seu nacionalismo/protecionismo *yankee*. Tal nordeste centralizou no século XIX as indústrias e os circuitos comerciais e centros bancários dos EUA. Tendo os Estados Unidos, ao fim das guerras napoleônicas na Europa, alcançado uma esquadra naval, comercial e pesqueira, de grande relevância, conseguindo o objetivo hamiltoniano de desequilibrar conflitos europeus no caribe, e incomodar a esquadra inglesa, a maior do mundo então, com este crescimento constante da esquadra americana, vindo desde o começo das guerras na Europa, inclusive retirando um representativo volume de seus operadores da navegação britânica para preencher suas crescentes vagas⁸⁴. E assim alcançaram o mais importante: a consolidação de uma indústria naval (ainda que bastante pré-industrial), com uma base de produção naval manufatureira, vinda da Era colonial, que ao fim da Segunda Guerra de Independência (1815), estava bem instalada nos EUA ("*The Navy yard there was not yet sufficiently restored to begin work. The navy yards at Norfolk, Philadelphia, New York, Boston and Portsmouth were manned and in operating condition*")⁸⁵. Tendo por capitais comerciais e portuárias desta frota, concentrando nelas seus estaleiros, Boston na Nova Inglaterra, e a principal cidade que escoava a produção de trigo do norte pelo estuário do rio Hudson e que no futuro, não por acaso, será o maior centro bancário do país: Nova York⁸⁶. Essa região *yankee* dos EUA,

⁸⁴ HICKEY, Donald R. *The War of 1812: A forgotten conflict, bicentennial ed.* Urbana: **University of Illinois Press**, 2012. p. 11. "To overcome this shortage, British tars were recruited into American service. There was no shortage of volunteers because the pay and working conditions on American ships were so much better than on British warships or even British merchant vessels. As a result, probably 30 percent of the 70,000 seamen employed on American ships in the Age of Jefferson were British."

⁸⁵ CHAPELLE, Howard Irving. **The History of the American Sailing Navy; the Ships and Their Development.** New York, Norton, 1949, p. 303.

⁸⁶ ZIMMERMANN, Andrea K.. *Nineteenth Century Wheat Production in Four New York State Regions: a comparative Examination.* The Hudson Valley Regional Review, September 1988, Vol. 5, n. 2, p. 50. "[...] after the close of the American Revolution in 1790, when New York emerged as one of the leading wheat-producing states in the young nation's. It held this supremacy until immediately following the opening of the Erie Canal in 1825".

sobretudo Pensilvânia e NY, será o centro irradiador das ideias e políticas identificadas com o Sistema Americano.

O sul entrava com sua produção de rum, melação, tabaco e, sobretudo, e o cada vez mais incontestado algodão. Produção esta que viverá um auge com o avanço da revolução industrial inglesa, com sua indústria têxtil. Mas a concentração naval/comercial nas cidades do nordeste dos Estados Unidos tem uma base produtiva real: Nova York sendo a desembocadura do rio Hudson era o escoadouro de outra produção estratégica para o jovem país: o trigo, assim como o milho e outros grãos também, mas sobretudo o trigo. Com preços elevados por conta das guerras napoleônicas, tal produto central na alimentação ocidental terá uma importância ímpar na balança comercial e de pagamentos dos Estados Unidos, maior que a do algodão até o fim das guerras na Europa. Complementando o mercado britânico, bloqueado pelos franceses e também abastecendo todas as *plantations* do Caribe (incluindo Cuba e todas as possessões espanholas, francesas e holandesas) a produção de trigo *yankee* foi vital para o arranque do norte dos Estados Unidos, aliviando as dívidas acumuladas na guerra (1776-1783), assim como para a concentração comercial, naval e, futuramente, bancária nesta parte do país, concentrada a maior parte da frota em Nova York e na Nova Inglaterra. Essa produção de grãos, e outros alimentos, dos EUA será fundamental para sua estruturação econômica após sua independência, conectando a agricultura com o comércio de longa distância (*trade*), para a recuperação de sua balança comercial, e para a alavancagem de uma indústria estratégica: a produção naval, e subsidiariamente, a têxtil. Os grãos, com o trigo a frente (mas também o milho) eram a *vantagem comparativa* da costa norte, mas seu arranque estrutural foi principalmente devido à instalação de um parque de produção naval nessa região: havia um campo de visão ampliado, com um entendimento orgânico entre agricultura (grãos e outros produtos), comércio de abastecimento alimentar para as *plantations* caribenhas, com a centralidade da indústria naval para a realização, autônoma, deste comércio vantajoso. Para a estruturação deste plano a origem caribenha da Hamilton lhe dava um conhecimento aprofundado desta teia comercial/produtiva, que vinha instalada desde o período colonial, que a Independência havia abalado, mas que depois as guerras napoleônicas reabriram oportunidades excepcionais de retomada desta histórica rede comercial de abastecimento.

The wars of the French Revolution opened to this country profitable markets for its agricultural products in the West Indies and in Europe, and profitable employment for its shipping, both in carrying the increased exports and in a more or less authorized trade between the belligerent countries and their colonies. For many years the gains arising from these sources, though not regular or undisturbed, were great, and afforded every inducement to remain in the occupations that yielded them. The demand for agricultural products for exportation to the belligerent countries and their colonies was large, and the prices of wheat, corn, and meat were correspondingly high.⁸⁷

Desde os debates para a criação do primeiro *Navigation Act*⁸⁸(1791) dos EUA que a exportação de algodão, e de outras commodities, passou a ser concentrada em navios *americanos*, logo, geralmente da Nova Inglaterra e de Nova York. O excedente, que não ia para Liverpool abastecia a nascente indústria têxtil local. Ao fim das guerras da Revolução Francesa na Europa ocorre a queda dos preços dos grãos, com a paz e a abertura dos mercados europeus aos ingleses. O preço do trigo cai, com a Inglaterra conseguindo se abastecer em mercados europeus. Tal deflação, liderada pela queda deste produto central, mas acompanhada de uma deflação geral(menos do algodão, que segue em expansão, apesar das quedas cíclicas), é o pano de fundo da organização intelectual do *American System*: em larga medida esta escola intelectual é uma somatória de forças para recuperar a situação econômica dos Estados Unidos vivida durante os anos das guerras revolucionárias na Europa,⁸⁹de inflação dos preços, mas que após as guerras, com o protecionismo europeu ao trigo(Corn Laws) e a abertura da Europa ao algodão, a economia norte-americana viverá uma explosão do algodão, enquanto ações políticas que defendam a área nortista produtora do trigo passam a crescer.

As pressões por proteção industrial, diante da acelerada e mais competitiva produção industrial britânica, eram crescentes nos EUA dos anos em que Hamilton foi secretário do Tesouro:

⁸⁷ TAUSSIG, F. W. **The Tariff History of the United States**. New York/ London, The Knickerbocker Press/GP Putnam's Sons, 1923. p. 19.

⁸⁸ ELKINS, Stanley & MCKITRICK, Eric. **The Age of Federalism. The Early American Republic, 1788-1800**. New York, Oxford University Press, 1993, p. 224.

⁸⁹ PARRON, Tamis. **A Política da Escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846**, p. 93.

[...] Finally, they requested tariffs to protect American manufactures or navigation laws to stimulate domestic shipbuilding. Hamilton and his congressional supporters were less than accommodating to these petitions. The Philadelphia "master shipwrights" wanted discriminatory duties levied upon Britain's ships to counter its Navigation Laws and make American-built ships more competitive in international trade.⁹⁰

As tensões por proteção produtiva e comercial, se contrapunham a necessidades de arrecadação da jovem nação: neste ponto James Madison era mais nacionalista, defensor de uma política protecionista agressiva, enquanto Hamilton priorizava a arrecadação do Estado, saciando as ânsias protecionistas de forma mais moderada.

Madison proposed protective tariffs specifically directed against England, but his proposals were defeated and what was in effect a revenue tariff imposed with Hamilton's whole hearted approval. Favoring a "moderate" tariff productive of revenue, Hamilton argued that when duties "are low, a nation can trade abroad on better terms mits imports and exports will be larger mthe duties will be regularly paid, and arising on a greater quantity of commodities, will yield more in the aggregate, than when they are so high as to operate... as a prohibition [...] The need for revenue overrode the demand for protection of manufactures⁹¹.

Adianta-se neste ponto que se percebe que Hamilton tinha uma visão mais orgânica e integrada da economia, com um pensamento econômico mais elaborado, enquanto que o futuro presidente, e seu parceiro na feitura dos *Federalist Papers*, James Madison, era de uma visão econômica submetida a sua visão política. Mais à frente será problematizado a relação Madison/Hamilton, quando será aqui tratado das tradições hamiltonianas e jeffersonianas. Mas nestas disputas políticas as legislações comerciais foram sendo criadas. Como nas leis comerciais, de um verdadeiro *Navigation Act* proposto por Alexander Hamilton neste momento (04/02/1791): a história foi o farol da mente analítica do primeiro Secretário do Tesouro dos EUA, que sempre olhou para a experiência inglesa como exemplo. O que ficou conhecido como **tradição hamiltoniana** nos EUA, tem uma base pragmática, nacionalista, sendo

⁹⁰ NELSON JR, J. R. Alexander Hamilton and American Manufacturing: A Reexamination. *The Journal of American History*. Vol. 65. n.4. Mar. 1979, p. 974.

⁹¹ *Idem*, p. 975.

metodologicamente indutiva, logo estruturada na *história*. Estando tal tradição hamiltoniana naquele momento conectada com o partido Federalista, e depois de sua morte com o liberal (Whig) dos EUA, e finalmente com o partido republicano nos EUA (1854) do século XIX: com o protecionismo tarifário, que além de protegendo as indústrias internas, financiava obras de melhorias internas, sendo tal tradição estruturante da história econômica dos EUA, mesmo que muitas vezes escamoteada da narrativa oficial, que busca enfatizar tradições mais liberalizantes em economia. Sobre esta tradição hamiltoniana em economia foi já comentado sobre o recorrente ocultamento dela, com suas dimensões protecionistas e desenvolvimentistas para a história do desenvolvimento dos EUA:

“If economic theory really was empirical and scientific (and based on actual historical development), the trade and productivity theories of technology and society developed by Whig and Republican writers would have become mainstream political correctness. But their protectionist views create cognitive dissonance for today’s free trade orthodoxy, an embarrassment in the context U.S. advice given to other countries today⁹²

Na obra de Hamilton constata-se um trabalho de leitura analítica da realidade centrada na história, como quando mirou nas leis mercantilistas da história da Inglaterra, com os Atos de Navegação ingleses ao centro, para pautar a estruturação produtiva e o comércio do jovem país: olhou para a história inglesa, apesar que o próprio Smith admitiu por escrito considerar os Atos de Navegação da Inglaterra “as mais sábias leis já feitas”. Hamilton sempre entendeu que para ser independente, para fazer seu próprio sistema continental, e escapar de “todo o controle transatlântico”, era vital uma frota nacional, logo, uma indústria naval internalizada.

3.3 O Planejamento Hamiltoniano para os Superávits dos EUA: Não Bastou Vantagens Comparativas, Também Houve Enfoques Comerciais e Industriais

Na estruturação dos Atos de Navegação americanos, e nessa estruturação o planejamento de um “sistema americano”, Hamilton se escorou na tradição legislativa

⁹² HUDSON, Michael. **America’s Protectionist Takeoff. The Neglected American School of Political Economy**. New York & London, Garland Publishing Inc, 2010, p. 301.

das *Navigation Acts* britânicas, e o plano de recuperação financeiro, via superávits comerciais de exportação de alimentos dos EUA com o Caribe foi, literalmente, projetado antecipadamente por Hamilton num panfleto por ele escrito (então anonimamente, como era muito comum nos anos revolucionários nos EUA) em 1775, quando aos 19 anos Hamilton já defendia a tradição *Whig* contra o partido *Tory* na política britânica, à qual os EUA ainda estavam presos então. Contra a publicação conhecida como *Letters of a Westchester Farmer*, escritas por um reverendo anglicano Tory de Nova York, Hamilton escreveu anonimamente uma réplica, e depois uma tréplica, nas quais descreveu e projetou o potencial econômico monopolista de abastecimento alimentar que as 13 colônias tinham sobre o Caribe, projetando intelectualmente ali o que será realizado durante as guerras napoleônicas pelos EUA. A própria história pessoal de Hamilton, sendo originário do Caribe, lhe dava um campo de visão de base especial para ter esta perspectiva histórica de tal possibilidade estratégica para os EUA:

The nineteen-years-old Hamilton was moved to produce an anonymous pamphlet of his own. In *A Full Vindication* he challenged the “Farmer’s” contentions and sharply defended the measures of Congress (o Congresso Continental de então: chamando ao boicote, e depois à Guerra, contra os ingleses) as the only way in which free men could uphold their liberties after seeing their petitions treated with contempt. He also defended the honor of the merchants (comerciantes de NY, atacados pelo reverendo anglicano Tory, como atravessadores interessados na inflação), cationed the farmers to resist such appels to their selfishness, and twitted the “Farmer” for being no farmer at all but a tool of the ministry in disguise. Seabury(o reverendo tory anglicano), having no notion of who his opponent was, prepared a long replay, full of violent language, in which the entire Tory case for parliamentary supremacy was full set forth. Hamilton rose to the occasion with a second pamphlet, noticeably superior to his first. In *The Farmer Refuted*, there is now a view of the youg man’s powers fully engaged, and more than a glimpse of both his own and his country’s future.

The Farmer Refuted, an eighty-page tract published shortly after its autor’s twentieth birthday, contains several striking elements.” (...) “Hamilton’s knowledge of Great Britain’s national debt and the state of British foreign trade is clearly beyond Seabury’s, **and his discussion of the West Indies and their dependence on American supplies, based on his own experience, is devastating.** There is also a projection of the military and diplomatic odds which Great Britain would have to face in any effort to subjugate the colonies by force, and of the sort of war which the Americans, in such circumstances, were most

likely to wage. The predictions would prove in all respects sound, and a good deal more realistic than Seabury's.⁹³ (Grifos nossos).

3.4 Contexto Comercial Favorável e Choques Adversos Político-militares

Retomando o anteriormente invocado, sobre os superávits comerciais dos EUA por sua produção agrícola, neste ponto cabe um diálogo com a análise de Celso Furtado⁹⁴ feita sobre o arranque industrial no Brasil no século XX, e a **teoria dos choques adversos**⁹⁵: as duas guerras mundiais do século XX, com a crise de 1929, foram identificadas por teóricos da CEPAL como **choques adversos** no comércio externo das economias latino-americanas, no contexto da industrialização. Furtado é muito preciso em identificar tal processo na crise do setor cafeeiro dos anos 1930, no caso brasileiro, mas a ideia dos **choques adversos** foi usada de forma mais ampla por intelectuais cepalinos⁹⁶. No caso estadunidense a guerra sempre foi uma parceira do desenvolvimento, em menor ou maior medida, tendo sido as mesmas duas guerras mundiais o contexto planetário para o salto ao primeiro lugar, político e econômico, no desenvolvimento das nações para os Estados Unidos. Mas já na “segunda guerra dos 100 anos”⁹⁷, entre Inglaterra e França no século XVIII, houve o pano de fundo militar na própria independência dos EUA (1776-1783), seguidos com os mais de 25 anos de guerras napoleônicas (1789-1815), sendo tais guerras algo que se pode correlacionar com os **choques adversos** furtadianos, para se pensar o arranque de desenvolvimento dos EUA. Tais guerras napoleônicas geraram um protecionismo “espontâneo” para o jovem país, que conquistou o reconhecimento de sua independência em 1783, no Tratado de Paris, com uma bela dívida nas costas. Tais guerras na sequência permitiram, com o trigo, milho, e outros grãos, uma ótima recuperação da balança comercial nos anos da guerra, com a Inglaterra concentrada em produzir para a guerra no continente europeu. Além de abrir um espaço comercial para os EUA, como nação “neutra” na guerra, ocupando um significativo espaço como

⁹³ ELKINS, Stanley & MCKITRICK, Eric. **The Age of Federalism. The Early American Republic, 1788-1800**. New York, Oxford University Press, 1993, p. 96-97.

⁹⁴ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 263, 274, 286.

⁹⁵ SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento (1855-1939)**. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 23.

⁹⁶ *Idem*, p. 23, 24, 25, 26.

⁹⁷ ARRUDA, J. Jobson de Andrade. **Uma Colônia Entre Dois Impérios. A Abertura dos Portos Brasileiros 1800-1808**. São Paulo, EDUSC, 2008. p. 17.

potência comercial/naval, durante tais conflitos. O que posicionou os EUA com superávits comerciais de sua crescente produção agrícola, com um relativo protecionismo industrial, por conta do bloqueio militar ao continente, com a produção industrial britânica concentrada na guerra, e sobretudo por conta dos bloqueios levantados pelos EUA. Tal choque adverso das guerras napoleônicas foram muito vantajosos, e não apenas comercialmente com destaque para as exportações agrícolas, mas foram também para a produção manufatureira: com os lucros das exportações agrícolas, inflados pelas guerras, sendo entrecortados por períodos longos de bloqueios político-militares(1808-1815), produzindo assim uma curiosa antecipação de um cenário com variações concentradas de alta capacidade importadora(comércio externo favorecendo o superávit da balança comercial dos EUA), permitida pelos lucros do comércio exportador, com momentos de bloqueios militares(**choques adversos** de matriz militar), durante as guerras napoleônicas. Tal período foi um contexto internacional extremamente favorável para o comércio exterior dos EUA, com marcantes **choques adversos** estritamente militares/políticos alavancando sua estruturação produtiva manufatureira, com destaque para a produção naval.

Num contexto favorável ao comércio exterior dos EUA, com inflação de boa parte de sua produção agrícola, fatos de origem militar causam **choques adversos** neste comércio, o que gera ondas de concentração produtiva nos iniciantes setores manufatureiros, com maior facilidade para se estabelecerem durante tais guerras. Após as guerras napoleônicas findarem os preços agrícolas caem, e o protecionismo estrutural para os artigos industriais dos EUA desaparece com o fim das guerras⁹⁸.

Obviamente, muito cuidado é necessário em tais comparações. Logo, certos pontos cabem especificações. No **choque adverso** furtadiano o Brasil era impossibilitado de importar da Europa pela queda no balanço de pagamento e pelas guerras, bloqueado o continente, mas não dos EUA nas duas guerras mundiais do século XX. Vale lembrar que em 1900 os EUA já era o maior PIB industrial do mundo. Assim como os EUA nas guerras napoleônicas, num mundo muito mais isolado então, quando as distâncias ainda eram muito mais impactantes, se encontrava numa posição estratégica: sua posição política neutra nas guerras, abriu caminho para sua frota naval crescer e

⁹⁸ TAUSSIG, F. W. **The Tariff History of the United States**. New York/ London, The Knickerbocker Press/GP Putnam's Sons, 1923, p. 64.

ocupar um espaço comercial de forma única naquele contexto, com lucros crescentes. Mas assim como o Brasil no século XX sempre teve acesso ao, e impacto da, força industrial dos EUA, os EUA nas guerras napoleônicas teve acesso às ilhas britânicas, a maior economia do mundo, e ao impacto de sua Revolução Industrial, justamente em seu arranque. A não ser quando se entrou em guerras diretas com a Inglaterra (como entre 1776-1783 e 1812-1814), ou já antes da data inicial da segunda guerra (1812), por conta de embargos comerciais e os bloqueios que os EUA realizaram, e que anteciparam tais guerras (desde 1808) com a Inglaterra (tempo do bloqueio e da guerra: 1808-1815). Mas se reforça aqui que o bloqueio à produção industrial britânica, fora de momentos de guerra direta, e de guerras comerciais, dos EUA com a Inglaterra, ocorria pela concentração da produção industrial britânica estar voltada para as frentes de combates europeias e haver controle de exportação de materiais militares aos EUA. Sendo um ponto diferencial a destacar o fato de os EUA terem estruturado uma indústria naval, com uma frota, pesqueira, comercial e militar, sólida, na sua janela de **choques adversos** militares e político-militares do período. Tal diferencial com o Brasil é fundamental para o desenvolvimento posterior, como força naval autônoma, logo, como tendo capacidade de alavancar sua **vantagem comparativa** agrícola para o setor comercial e industrial em formação. A resposta para a pergunta feita por Celso Furtado, no citado capítulo XVIII do *Formação Econômica do Brasil*, tem no fato dos EUA terem estruturado seus estaleiros para sua indústria naval de forma perene desde as Guerras Napoleônicas, uma parte central da resposta.

3.4.1 Guerras Mestras da Política Econômica: As Sanções e Bloqueios das Guerras se Tornaram Altas Tarifas Protecionistas na Paz

“The protective movement in this country has been said to date from the year 1789, even from before 1789; and more frequently it has been said to begin with the tariff act of 1816. But whatever may have been, in earlier years, the utterances of individual public men, or the occasional drift of an uncertain public opinion, no strong popular movement for protection can be traced before the crisis of 1818–19.

The act of 1816, which is generally said to mark the beginning of a distinctly protective policy in this country, belongs rather to the earlier series of acts, beginning with that of 1789, than to the group of acts of 1824, 1828, and 1832. Its highest permanent rate of duty was twenty

per cent., an increase over the previous rates which is chiefly accounted for by the heavy interest charge on the debt incurred during the war. But after the crash of 1819, a movement in favor of protection set in, which was backed by a strong popular feeling such as had been absent in the earlier years"⁹⁹.

Após um primeiro momento, desde 1789, de um protecionismo moderado nos EUA, a partir de 1807 o nacionalismo dos republicanos Jefferson e Madison priorizaram uma agenda territorialista, com destaque para o protecionismo anti-britânico exacerbado de James Madison. Para após as guerras e o Congresso de Viena (1816) um terceiro momento se colocar, no qual o movimento pró protecionismo tarifário nos EUA viveu uma ascensão, e durante o qual o *American System* (AS) se estrutura tendo o protecionismo por eixo central nestes anos. Neste ponto defende-se aqui que esta onda em defesa das tarifas nos EUA, identificada com a estruturação do AS, foi uma força política para tentar manter a situação econômica dos dias das guerras.

Assim os EUA, exceção feita aos períodos de guerras, tanto comerciais como militares, estava também então sob alcance do impacto da locomotiva industrial do mundo durante tais guerras napoleônicas. As consequências dos **choques adversos** das guerras foram eficazes para este desenvolvimento, ao favorecer sua frota naval a crescer, usando sua vantagem comparativa agrícola para abastecer mercados carentes de alimentos (sobretudo Caribe) e, assim, alavancar sua indústria naval. Logo, o aproveitamento do **choque adverso** foi sobretudo comercial, mas também produtivo, pois na frente produtiva este **choque adverso americano** alavancou a indústria não só por substituição de importações existentes durante os bloqueios, mas também por substituição de importações futuras: pois *aqui se levanta a hipótese de que os bloqueios e guerras geraram efeitos econômicos que se buscaram manter depois via legislação protecionista*, legislação esta que surge logo na sequência, embalado pelos defensores do *American System*. Sob o impacto do avanço produtivo inglês, os EUA estavam mais perto, tanto geográfica como cultural e tecnologicamente, para emular as práticas do avanço produtivo da pátria colonizadora originária, e os *embargos e bloqueios comerciais, que antecipavam tais guerras, mostraram-se didáticos como inspiração de estruturação para uma agenda política*

⁹⁹ *Idem*, p. 63.

protecionista, que viria na sequência ao fim das guerras. Os bloqueios comerciais das guerras napoleônicas serviram de aula histórica para a subsequente teorização protecionista levada a cabo por grupos políticos dos EUA, tendo no American System sua força político-intelectual mais avançada.

“This state of things was little changed after the end of the Revolutionary war and the adoption of the Constitution. The year 1789 marks no such epoch in economic as it does in political history. Agriculture, commerce, and the necessary mechanic arts, continued to form the main occupations of the people. [...]

But with the great growth of manufacturing industry in England during this time, the range of articles that could be imported was growing wider and wider. During the Napoleonic wars the American market was much the most important for the newly established English manufactures. Large quantities of cotton and woollen goods were imported, and the importations of manufactures of iron, in regard to which a similar change in production was then taking place, also increased steadily. Sooner or later the change in the course of production which was going on in England must have had, and did have, a strong influence on the economic condition of the United States; but for the time being this influence was little felt, and the country continued in the main to run in the grooves of the colonial period.”¹⁰⁰

O avanço industrial inglês era obviamente observado e sentido nos EUA, cujas reações logo surgiriam. E cuja central reação será o cavalo de batalha do *American System* do fortalecimento de uma agenda protecionista, que aqui se defende a hipótese de que a centralidade desta agenda veio do impacto experimental vivido nos bloqueios das guerras e das próprias guerras: **as sanções e bloqueios das guerras tornaram-se altas tarifas protecionistas na paz**. As guerras napoleônicas foram, para o contexto da época, guerras mundiais na Europa e no Atlântico, e marcaram a primeira onda de guerras vividas pela jovem nação independente, que permitiu um quadro do que tanto Furtado como Suzigan chamariam de choques adversos contra

¹⁰⁰ *Idem*, p. 18.

o “harmônico” comércio externo de dias liberais, a favorecer três movimentos de crescimento nos EUA:

1) um superávit comercial agrícola com a Inglaterra, e sobretudo com o Caribe, pela produtiva e crescente produção agrícola de trigo e outros grãos¹⁰¹ dos EUA;

2) um protecionismo industrial orgânico por uma geração, pelo bloqueio continental, e por parte da concentração da produção industrial inglesa estar na guerra, e sobretudo pelos bloqueios e guerras dos EUA com a Inglaterra, a grande potência industrial, bloqueios militares e sanções entre 1807 e 1815;

3) e por último, mas não menos importante, uma soberania comercial pelo crescimento de sua indústria naval, logo, de sua frota pesqueira, comercial e militar, durante tais guerras¹⁰², que lhes dava uma liberdade comercial nas guerras, e posteriormente na paz, quando se criou tal frota como um subsídio indireto das vantagens agrícolas dos grãos para abastecer o Caribe e, parcialmente, mesmo as ilhas britânicas. Tal frota foi parida pelas condições econômicas e, politicamente, pelos *Navigation Acts* iniciados com Hamilton, que mantinham conexões vindas dos tempos coloniais, entre NY, Nova Inglaterra e o Caribe. E o fim do protecionismo das guerras napoleônicas, com seus **choques adversos** no livre comércio, o fim de tais guerras gerou o movimento político compensatório nos EUA por um protecionismo ativo e consciente, por um **choque positivo** no protecionismo industrial e comercial dos Estados Unidos: o *American System* nascia conscientemente para proteger e estimular a produção interna dos EUA, da paz liberalizante na maioria dos produtos após Congresso de Viena (1816), com o fim das guerras napoleônicas, mas que ainda presenciou um levante de leis protecionistas aos grãos nos países europeus, o que atingiu o nordeste dos EUA. Caso não haja mais guerras, que se crie pela força da lei, os efeitos econômicos que as guerras lhes dariam. Foi deste contexto histórico, destas condições materiais que surgiram as ideias e caminhos para a estruturação intelectual dos autores sob estudo.

¹⁰¹ *Idem*, p. 19.

¹⁰² SHANNON, F. A. **America's Economic Growth**. New York, The Macmillan Company, 1940, p. 171-172.

3.5 A Centralidade da Indústria Naval para o Desenvolvimento: Cruzamento Civil/Militar, Agrícola/Industrial, Defesa da Independência Comercial para Haver Independência Política

Ao fim deste tópico se destaca a relevância histórica do desenvolvimento de um parque produtivo de embarcações, de uma indústria naval, que já se afirmou aqui ser parte essencial da resposta à pergunta de Furtado em seu cap. XVIII de FEB, mas cabe ainda se destacar mais sobre a importância desse desenvolvimento de uma indústria naval para se entender o próprio desenvolvimento intelectual do *American System*: um pensamento econômico de perfil orgânico e histórico, que não escalona hierarquicamente no tempo sequencialmente as frentes produtivas (agricultura, comércio, indústria...) como o pensamento lógico-dedutivo costuma fazer. O exemplo dos estaleiros da Nova Inglaterra e de NY representam uma encruzilhada entre independência militar e econômica, entre a produção naval civil e militar, entre desenvolvimento industrial alavancando *vantagens comparativas* repetidas pelos liberais (a produção agrícola norte-americana), sendo uma encruzilhada orgânica entre comércio, agricultura e indústria (naval e outras que lhe são tributárias e consequenciais). A importância deste fato é central para uma adequada compreensão do quadro histórico em questão, e da mentalidade dos intelectuais engajados no *American System*, com uma visão econômica orgânica dos fatores econômicos,¹⁰³ não presa à dogmas, conectados com uma visão centrada na história. A Segunda Guerra de Independência consolidou a criação da Marinha dos EUA, e seu parque produtivo mesclando interesses para uma frota pesqueira, civil e comercial, com o de uma frota de guerra, além de ajudar na indústria têxtil em desenvolvimento.

“The war (1812-1815) ended with the Navy larger and more effective than when it started. Of greater importance, the American public was now convinced of the necessity of a navy and, on the whole, was very proud of what it had accomplished in the war.”¹⁰⁴

A construção naval, como parque produtivo ligado a segurança nacional e comercial, cujos investimentos de longo prazo exigem segurança contratual e

¹⁰³ REINERT, Erik S. **Como os Países Ricos Ficaram Ricos... E Por Que os Países Pobres Continuam Pobres**. Rio de Janeiro, Contraponto/Centro Celso Furtado, 2016, p. 63, 69, 75, 76.

¹⁰⁴ CHAPELLE, Howard Irving. **The History of the American Sailing Navy; the Ships and Their Development**. New York, Norton, 1949, p. 303.

estabilidade nestes investimentos de longo prazo, foi um ponto estratégico na defesa da internalização produtiva, sendo uma área de vanguarda tecnológica. Contudo, os contratos com os empresários privados do setor, sobretudo no começo dos empreendimentos, mostraram muita confusão gerencial entre público e privado, com padrões técnicos de produção demorando para se imporem sobre práticas produtivas vindas de tradições antiquadas, quando não com práticas viciadas. Gerando baixa padronização produtiva, com ingerências dos vícios produtivos privados contra os comandos públicos, demonstrando uma confusão público-privado, que curiosamente lembra um produtivismo “consuetudinário”, dito aqui em referência ao curioso direito anglo-saxão, submetido a tradição de práticas jurídicas não escritas dos juízes individuais: mal comparando, estudar a instalação da indústria naval nos EUA parece que as práticas dos donos de estaleiros e da mão de obra especializada (*Master Shipwright*), vinda das guildas inglesas do setor, operavam consuetudinariamente mais do que sob padrões técnicos e públicos modernos e republicanos. Indicando uma mão de obra e um empresariado organicamente, e oligárquicamente, conectados com padrões contratuais monopolistas, confortavelmente distantes de averiguações sociais e públicas, e muito distantes de qualquer ideia liberal de livre concorrência.

“The naval constructors, Joshua Humphreys, Josiah Fox, and William Doughty, had in fact been no more than master shipwrights, primarily concerned with construction and repair and fitting out in the navy yards, with the designing of new vessels requiring but little of their time. The Master Shipwright of the Washington Navy Yard, between 1803 and 1815, really acted as chief constructor to a limited degree; he acted as technical adviser to the Secretary and usually prepared plans of new vessels. However, his recommendations were rarely binding on senior naval officers, who often rigged and altered their commands without regard to his technical opinions. This led to a complete lack of standardization and to expensive confusion, in spite of a stream of directives from the Secretary.

Because of the lack of a central design authority, the shipwrights and officers in the navy yards and contract shipyards felt quite free to depart from the authorized designs and specifications, going so far as to change lines and dimensions. As result each new ship became a special problem in arming, rigging, and sparring. Sails, spars, rigging, and gun mounts could not be transferred from ship to ship, and it was practically impossible to have a reserve supply of this material made up in advance of needs.”

Tentando regular os problemas no setor, leis foram criadas: “In an act dated February 7, 1815, Congress attempted to correct the basic difficulty in the Navy Department.

This act established a Board of Navy Commissioners, consisting of three officers of rank not less than post captain, to be attached to the Secretary's office to discharge certain duties." Mas: "The language of the act was somewhat vague [...]."¹⁰⁵

E assim, com todas as perceptíveis imperfeições e problemas no setor, nunca ocorreu um período de desistência histórica nos EUA quanto ao projeto nacional de estruturação e defesa de sua Indústria Naval: os problemas ao serem identificados, iriam sendo propostas resoluções, com a contínua ampliação e melhoria do setor.

Nunca houve desistência no roteiro histórico desenhado pelas elites vencedoras das disputas políticas nos EUA, mas nas lutas das ideias houve defensores de um liberalismo fisiocrático mais radicalizado, mas que foram derrotados. Neste ponto, a título de comparação, cabe um destaque sobre John Taylor, agrarista, fisiocrata radical, partidário de Jefferson, mas que se afasta dele por considerá-lo renegador do liberalismo *de fato*:

"With respect to foreign trade, moreover, (John)Taylor was trapped by the weakness of the physiocrats in that area of economics. Ostensibly free traders, the physiocrats did not favor the navy essential to such a program. Taylor and other American imbibers of the physiocratic elixir awoke to discover that their vision did not correspond to reality. Taylor himself was not very adaptive, and ended his career in attacks on Jefferson and other agrarians who did develop an American mercantilism. But Taylor's position does dramatize the dilemma faced by the agrarians. The contradiction between theory and actuality confronted them with a rather apparent choice: either they could content themselves with slow economic stagnation or they could build an **American maritime system**, accept dependence upon a foreign naval power, or **support an American industry**"¹⁰⁶ (Grifos nossos).

Eis um exemplo da defesa de uma agenda economicamente mais liberal nos EUA naufragando na história (Jefferson se afasta deste dogmatismo)¹⁰⁷, por não considerar o fato tecnológico de que o controle dos transportes é o controle central

¹⁰⁵ *Idem*, p. 305.

¹⁰⁶ WILLIAMS, William Appleman. The Age of Mercantilism: An Interpretation of the American Political Economy, 1763 to 1828. **The William and Mary Quarterly**, Vol. 15, n. 4, Oct. 1958. Published by Omohundro Institute of Early American History and Culture, p. 428. Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/2936899>.

¹⁰⁷ *Idem*, p. 433. "As early as 1791, for that matter, Jefferson began to shift away from the physiocratic dogma of free trade".

para a realização de toda e qualquer *vantagem comparativa*, inclusive a agrícola. Na prática a teoria era outra. E a resposta à pergunta do cap. XVIII de FEB de Furtado encontra na estruturação e defesa da indústria naval nos EUA, desde seu nascedouro, um eixo central da resposta. Assim como a força do liberalismo econômico durante o Império do Brasil é explicativa para a crônica letargia do desenvolvimento do Brasil oitocentista, nos EUA, no mesmo século XIX, se debatiam com ideias econômicas muito mais nacionalistas e interventoras na realidade econômica em quase todos os espectros políticos.

Assim, de forma destoante com a história naval seguida pelo Brasil oitocentista, Hamilton mostra que sempre teve consciência da centralidade do controle naval para o sucesso de qualquer política econômica e comercial. Na defesa de um *Navigation Act* sobre a necessidade estratégica de força naval, sobretudo frente à passividade boçalizada de grande parte das classes agrícolas, o primeiro Secretário de Tesouro dos EUA demonstra o quanto estudou e compreendeu os *Navigation Acts* ingleses (Federalist N°11):

“This assertion will not appear chimerical to those who are able to appreciate the importance, to any manufacture nation, of the markets of three millions of people, increasing in rapid progression; for the most part exclusively addicted to agriculture, and likely from local circumstances to remain so; and the immense difference there would be to the trade and navigation of such a nation, between a direct communication in its own ships, and an indirect conveyance of its products and returns, to and from America, in the ships of another country”.¹⁰⁸

A obra hamiltoniana sempre foi apontada como um guia dentre os defensores de um pensamento industrialista, influenciando os defensores da indústria, como os papelistas do Brasil oitocentista, sobretudo a partir de 1870, mas o foco nas indústrias, no **industrialismo**, deixou escapar, entre as polarização sobre as “vocações” agrárias ou industriais, este faixo de luz lançado por Hamilton **sobre a frente comercial**: mesmo uma trajetória agrária, para ser bem sucedida em sua visão, teria que buscar ter cada vez mais **controle sobre os meios de transporte e carregamento**. Num

¹⁰⁸ HAMILTON, A., JAY, J., MADISON, J. **The Federalist**. Gideon Edition, Edited with an Introduction, Reader's Guide, Constitutional Cross-reference, Index, and Glossary by George W. Carey and James McClellan. Liberty Fund. Indianapolis, 2001. N.11, p. 50.

mundo ainda pré ferroviário (que era ainda incipiente mesmo na Inglaterra), Hamilton deu uma importância específica ao *carrying trade* naval. Este seria vital para a realização, segurança e lucratividade das “vantagens comparativas” agrícolas, e impulsionaria uma indústria específica (a naval), que direciona numa vanguarda produtiva, pela contínua pressão para melhorias técnicas e científicas em sua produção, tendendo assim a ser uma indústria avançada. Um país com um controle produtivo sobre uma indústria de vanguarda pode abrir, com mais facilidade, outras trilhas industriais. Mas o eixo principal da defesa hamiltoniana pela busca do controle do transporte é o da defesa do controle comercial: o comércio é o farol neste ponto, para garantir e potencializar as vantagens agrícolas, e estimular e alavancar as indústrias, com o foco na avançada indústria naval.

E para além das nuances técnicas entre agricultura, indústria e comércio, há neste ponto, como em toda obra hamiltoniana, em todos os números do *Federalist* um central eixo político norteando tudo, incluindo todos os pontos econômicos, algo que no caso brasileiro será apontado por Ivan Salomão como um dos tripés na origem do pensamento desenvolvimentista brasileiro, e que seguramente foi central na construção do pensamento econômico estadunidense do século XIX: o nacionalismo¹⁰⁹.

3.5.1 Alexander Hamilton e o The Federalist N° 11: The Utility of the Union in Respect to Commerce and a Navy. Hamilton e sua “Doutrina Monroe” Comercial

Pela posição temática da questão naval neste trabalho é que antecipamos uma análise direta da obra de Alexander Hamilton, por ser um texto curto e pela especificidade do tema, o alocamos neste ponto da pesquisa. Neste ponto do trabalho convém uma análise direta de apenas um dos *papers* de Alexander Hamilton no *The Federalist*, o conjunto de textos escritos pelos federalistas James Madison, John Jay e Alexander Hamilton, durante os debates em que tais autores defenderam a Constituição como solução para a crise dos anos 1780. Em tal conjunto de vários textos curtos, os autores explicam porque um governo federal mais forte e estruturado seria a solução para várias questões, dando múltiplos exemplos.

¹⁰⁹ SALOMÃO, Ivan Colangelo. **O Desenvolvimento em Construção: Um Estudo sobre a Pré-História do Pensamento Desenvolvimentista Brasileiro**. Porto Alegre, UFRGS, 2013, p. 45, 174.

O texto de Hamilton a ser analisado agora é o de número 11, o que trata da utilidade de um governo federal forte para a defesa do comércio nacional e para se ter uma marinha. Este documento nº11 se chama: *The Utility of the Union in respect to Commerce and a Navy*.

A escolha de tal único texto neste ponto ocorre pela forma explícita com que Hamilton aborda este tema no documento, e pela capacidade de síntese para explicar a centralidade do controle comercial para qualquer desenvolvimento econômico, incluso o de uma nação majoritariamente agrícola como os EUA então. Com a capacidade industrial de produzir sua própria frota a origem de qualquer possível independência: sendo esta visão comercial da agricultura e das manufaturas (então a maior partes destas era produção doméstica nos EUA), um eixo diferencial do pensamento hamiltoniano, como no caso dos debates sobre bancos em que sua visão sobre a necessidade de financiamento e circulação carrega um olhar orgânico do conjunto produtivo (não é só finanças: é finanças ligada ao mundo produtivo), neste caso ele demonstra enxergar que para além do controle da produção agrícola, o controle da capacidade de transporte dessa produção é igualmente vital para o controle, a independência, e o sucesso da empreitada econômica. Hamilton sintoniza o sucesso em alcançar riqueza, dinheiro, com o sucesso no controle do poder. Neste ponto da análise entra este documento direto por ser muito didático, da conexão inescapável na obra hamiltoniana, entre pensamento político na base, para o desenvolvimento de seu pensamento econômico.

“[...] the commercial character of America, has already excited uneasy sensations in several of the maritime powers of Europe. They seem to be apprehensive of our too great interference in that carrying trade, which is the support of their navigation, and the foundation of their naval strength. Those of them, which have colonies in America, look forward, with painful solicitude, to what this country is capable of becoming. They foresee the dangers, that may threaten their American dominions from the neighbourhood of states, which have all the dispositions, and would possess all the means, requisite to the creation of a powerful marine. Impressions of this kind will naturally indicate the policy of fostering divisions among us, and depriving us, as far as possible, of an ACTIVE COMMERCE in our own bottoms. This would answer then the threefold purpose of preventing our interference in their navigation, of monopolizing the profits of our trade, and of clipping the wings on which we might soar to a dangerous greatness.”¹¹⁰

¹¹⁰ HAMILTON, A., JAY, J., MADISON, J. **The Federalist**. Gideon Edition, Edited with an Introduction, Reader's Guide, Constitutional Cross-reference, Index, and Glossary by George W. Carey and James McClellan. Liberty Fund. Indianapolis, 2001, n.11, p. 49.

O caráter comercial dos povoadores da fachada atlântica que dará origem aos EUA já é destacado no começo: Nova York, fundada por holandeses, e a Nova Inglaterra, estarão no centro da estruturação da nova república sob bases econômicas com fortes raízes comerciais. Do momento de independência dos EUA, até os anos 1820, ressoam historicamente como um espelho invertido da história naval entre Holanda e Inglaterra no século XVII: se os Atos de Navegação ingleses foi uma política pública para reverter a forte vantagem comparativa da frota e do comércio holandês, desde o fim do século XVIII os EUA emergem como uma promissora força naval, refazendo em escala ampliada com a Inglaterra, o que esta havia feito à Holanda.

A inescapável conexão entre frota comercial e esquadra militar é destacado (*carrying trade/naval strength*), com o evidente intento de Hamilton em convencer o leitor da necessidade do fortalecimento e autonomia do governo da União para o estabelecimento de uma marinha exequível, logo, de uma base securitária para os investimentos no transporte naval: Estado e mercado se complementam, e se fortalecem mutuamente, na visão hamiltoniana, sendo o próprio título deste texto N°11 explícito da visão hamiltoniana de que um Estado nacional forte (com uma marinha) será bem melhor para o comércio e os negócios.

Como já antecipado na nota 107 outro ponto de destaque é a centralidade dada por Hamilton à autonomia naval para garantir o controle sobre os lucros da produção agrícola (“the immense difference there would be to the trade and navigation of such a nation, between a direct communication in its own ships, and an indirect conveyance of its products and returns, to and from America, in the ships of another country”): esta frase é muito direta ao indicar que a busca do fortalecimento e ampliação de uma frota naval autônoma é, no pensamento hamiltoniano, central para a realização até de um projeto agrícola bem sucedido: eis o nacionalismo guiando o projeto econômico.

Destaca-se também, sobre a importância da autonomia comercial, com autonomia no carregamento, na nota 109 a inusual escrita em maiúsculas em se tratando de defender um comércio ativo: não é exagero apontar o uso de maiúsculas aqui como indicativo da centralidade do tema para Hamilton. E a tranquila consciência de que as outras forças navais farão de tudo para atrapalhar tal autonomia naval (*depriving us, as far as possible, of an ACTIVE COMMERCE in our own bottoms.*). A consciência de que outras forças usarão de todas as armas possíveis para impedir o avanço bem

sucedido dos EUA no aumento e melhoria de sua frota, é apresentado com tranquilidade, demonstrando não haver temor algum no autor com relação a qualquer contraditório sobre essa questão securitária, reforçando o já aqui destacado no título do documento N°11, de ser no pensamento hamiltoniano Estado e mercados forças complementares.

O otimismo propositivo, em prever as possibilidades de crescimento e desenvolvimento econômico, é problematizado aqui com um didático pessimismo no pensamento, em busca das possibilidades de fracasso no caminho projetado. Neste ponto é inescapável sobre o referido trecho não deixar ver surgir no texto uma problemática que será o centro da doutrina Monroe: as possíveis animosidades das potencias coloniais europeias contra a jovem república americana. Neste ponto Hamilton projeta as possibilidades de confronto, deixando evidente sua posição de que qualquer caminho econômico bem sucedido que o país percorrer, conforme for aumentando o sucesso econômico, aumentará os riscos de conflito militar no caminho: o governo federal fortalecido era o melhor para a estruturação de uma marinha nacional, e esta era vital para a segurança do projeto econômico, qualquer que este fosse. Para Hamilton quanto maior for o mercado, no caso, quanto maiores forem os mercados alcançado pela produção e a frota comercial estadunidenses, maior precisa ser o Estado e sua marinha.

A autonomia naval era vital para o controle comercial, e a maior participação nos lucros de um país agrícola ou não, e a autonomia naval, comercial e militar, era vital para a segurança comercial e produtiva nacional. Hamilton deixa evidente, já na primeira página deste texto, ao defender que “as asas” do caminho para a “grandeza” econômica nacional estão no controle de uma frota nacional, na autonomia naval em ter tal frota, comercial e militar, para pavimentar o caminho da grandeza nacional, e libertar o país dos monopólios comerciais estrangeiros (... of monopolizing the profits of our trade, and of clipping the wings on which we might soar to a dangerous greatness. Pg 49). Com ambas se retroalimento na criação de pessoal qualificado no setor¹¹¹.

A União dos estados recém independentes é defendida por Hamilton como a instância adequada para se buscar políticas econômicas em maior escala, com um Estado fortalecido, o alcance mercantil será maior: o poder político deve gerir as

¹¹¹ *Idem*, p. 53.

condições dos caminhos econômicos, com Hamilton usando um termo caro ao o que identificamos com o mercantilismo setecentista, o termo privilégio, para indicar as concessões estatais nas direções e possibilidades econômicas. “By prohibitory regulations, extending at the same time throughout the states, we may oblige foreign countries to bid against each other, for the privileges of our markets.”¹¹²

O maior poder da União para impor vantagens aos interesses estadunidenses em legislações comerciais, produtivas, militares, ou com qualquer outro fim, é o fundamento explicativo do porque seria mais adequado um governo federal forte: a política econômica do país se tornaria mais forte também, tendo maior alcance graças a um Estado fortalecido. Hamilton, literalmente, começa o texto com sua primeira frase destacando que considera que não há espaço para questionamentos sobre a importância do governo nacional para o comércio e os negócios. “The importance of the union, in a commercial light, is one of those points, about which there is least room to entertain a difference of opinion [...]”¹¹³

E termina esta página reforçando o mesmo ponto, da necessidade da estruturação do governo federal unificado e fortalecido, contra os defensores da descentralização confederada: “[...] If we continue united, we may, in a variety of ways, counteract a policy so unfriendly to our prosperity.”¹¹⁴

A construção de um pensamento político nacionalista é a tônica geral de toda a obra *The Federalist*, com Hamilton neste seu texto N°11 destacando a complementariedade do Estado, com suas forças de segurança, para garantir o desenvolvimento econômico e comercial: o conflito entre as forças comerciais europeias é o pano de fundo desta análise, na qual Hamilton antecipa o quadro estratégico dos EUA como força abastecedora e transportadora, necessitando para garantir tal posição de uma força naval, sendo a conflituosa situação europeia um quadro no qual se desenhava muitas possibilidades para as forças comerciais dos EUA, desde que eles garantissem uma segurança militar para os negócios.

A further resource for influencing the conduct of European nations towards us, in this respect, would arise from the establishment of a federal navy. There can be no doubt, that the continuance of the union, under an efficient government, would put it in our power, at a period

¹¹² *Idem*, p. 50.

¹¹³ *Idem*, p. 49.

¹¹⁴ *Idem*, p. 49.

not very distant, to create a navy, which, if it could not vie with those of the great maritime powers, would at least be of respectable weight, if thrown into the scale of either of two contending parties. This would be more particularly the case, in relation to operations in the West Indies."¹¹⁵

O Estado nacional, com uma marinha, era uma questão estratégica para os negócios. Com o Caribe sempre sendo focado como laboratório econômico para a busca de maiores vantagens comerciais para os EUA. Nesta obra para além da centralidade da política, se encontra a decidida visão de que a guerra, em ação ou em potência, é uma excelente e legítima arma para os negócios, reforçando o já afirmado de que não há oposição entre Estado e mercado para Hamilton, mas sim o oposto: há uma simbiótica complementariedade:

A few ships of the line, sent opportunely to the reinforcement of either side, would often be sufficient to decide the fate of a campaign, on the event of which, interests of the greatest magnitude were suspended. Our position is, in this respect, a very commanding one. And if to this consideration we add that of the usefulness of supplies from this country, in the prosecution of military operations in the West Indies, it will readily be perceived, that a situation so favourable, would enable us to bargain with great advantage for commercial privileges. A price would be set not only upon our friendship, but upon our neutrality. By a steady adherence to the union, we may hope, ere long, to become the arbiter of Europe in America; and to be able to incline the balance of European competitions in this part of the world, as our interest may dictate.¹¹⁶

A realista visão de que a frota estadunidense poderia em breve ser uma real força desequilibradora dos conflitos europeus em seu palco caribenho, era uma aula de como usar a força militar para garantir mais e melhores negócios, numa área em disputa, e com uma crônica fragilidade de abastecimento. Eis o Caribe como uma área estratégica para as ambições do federalista Hamilton, com o então futuro secretário do Tesouro explicando que a força militar naval era uma arma para os negócios, que criaria possibilidades de lucro não só nos conflitos, mas podendo inclusive ser

¹¹⁵ *Idem*, p. 51.

¹¹⁶ *Idem*, p. 51.

precificada em troca de neutralidade, projetando os EUA como cada vez um árbitro dos conflitos na área.

Há neste ponto uma antecipação comercialmente ativa da doutrina Monroe, antevendo a União dos EUA como árbitro das desavenças e “complicações europeias” no Caribe, no hemisfério americano. Prevendo os EUA como árbitro dos crônicos conflitos europeus, e que esse poder naval de desequilibrar a situação militar, será uma fonte de vantagens e privilégios comerciais para a nova nação. A frota americana seria o voto de minerva de conflitos, com o suporte da sua produção alimentar estratégica para a segurança alimentar das ilhas caribenhas. Inclusive com uma clara visão maquiavélica de que os legítimos direitos políticos, como o salutar direito à neutralidade, só são viáveis quando há um mínimo de força os garantindo. “The rights of neutrality will only be respected, when they are defended by an adequate power. A nation, despicable by its weakness, forfeits even the privilege of being neutral.”¹¹⁷ Política econômica é determinada pela política em geral, pela política de governo: “An unity of commercial, as well as political interests, can only result from an unity of government.”¹¹⁸

É recorrente em todo o texto uma visão orgânica entre Estado e mercado, sendo a visão econômica proposta por Hamilton inseparável da almejada no projeto político federalista como um todo, em toda a obra, mas cuja sintonia complementar entre projeto econômico e político é cristalina no presente texto N° 11: o que Hamilton chama de “comércio ativo” é um projeto nacional comercial e marítimo para completar a independência do país, sendo o caminho indicado para seu desenvolvimento.

But in a state of disunion, these combinations might exist, and might operate with success. It would be in the power of the maritime nations, availing themselves of our universal impotence, to prescribe the conditions of our political existence; and as they have a common interest in being our carriers, and still more in preventing us from becoming theirs, they would, in all probability, combine to embarrass our navigation in such a manner, as would in effect destroy it, and confine us to a passive commerce¹¹⁹.

¹¹⁷ *Idem*, p. 51.

¹¹⁸ *Idem*, p. 54.

¹¹⁹ *Idem*, p. 52.

O autor explicita no trecho que uma situação de dependência, de passividade comercial, com uma posição reativa às forças comerciais dominantes, seria a chave determinante da condição política de existência do país: com um país fraco, desunido, e passivo/reactivo comercialmente, teria uma existência política regredida e diminuída. O político e o econômico são os dois lados da mesma moeda. E nessa leitura político/econômica Hamilton prevê o que ocorreria com os EUA se ele se desunisse, e/ou não estruturasse sua própria frota mercante e militar

We should thus be compelled to content ourselves with the first price of our commodities, and to see the profits of our trade snatched from us, to enrich our enemies and persecutors. That unequalled spirit of enterprise, which signalizes the genius of the American merchants and navigators, and which is in itself an inexhaustible mine of national wealth, would be stifled and lost; and poverty and disgrace would overspread a country, which, with wisdom, might make herself the admiration and envy of the world.¹²⁰

Hamilton descreve um quadro no qual a independência política com dependência econômica seria algo extremamente negativo, descrevendo de forma precursora o que os autores marxistas do final do século XIX descreverão como imperialismo: com os países devedores e dependentes de capitais, serviços avançados e tecnologias, na negativa situação submissa que ele mostra.

As condições da existência política são prescritas pelas forças que controlam as veias econômicas do comércio: Hamilton é peremptório em recomendar que estruturação de uma força naval e comercial própria, numa país unificado, é condição *sine qua non* para a realização da independência política. Com o controle do comércio de cargas sendo um eixo do sucesso e soberania econômica. Hamilton descreve situações de concorrência monopólicas, nas quais o esteio securitário de forças militares nacionais são a garantia para qualquer desenvolvimento econômico: é constante no texto a certeza da impossibilidade de um forte e constante desenvolvimento econômico sem uma força militar nacional, por isso este ponto trata conjuntamente, já no título, de comércio e marinha. Sobre as outras forças navais europeias se precavendo contra o desenvolvimento naval dos EUA. elas:

¹²⁰ *Idem*, p. 52.

[...] hardly remain long indifferent to that decided mastery, of which experience has shown us to be possessed, in this valuable branch of traffic; and by which we are able to undersell those nations in their own markets. What more natural, than that they should be disposed to exclude from the lists such dangerous competitors?¹²¹

Contra tais riscos, militares e econômicos, uma marinha nacional era um imperativo econômico.

This branch of trade ought not to be considered as a partial benefit. All the navigating states may in different degrees advantageously participate in it; and under circumstances of a greater extension of mercantile capacity, would not be unlikely to do it. As a nursery of seamen, it now is, or when time shall have more nearly assimilated the principles of navigation in the several states, will become an universal resource. To the establishment of a navy, it must be indispensable¹²²

Hamilton defende o estímulo ao comércio interno, de forma liberalizada, enquanto o comércio externo deveria ter as regulações tarifárias, as leis de direitos de navegação e reciprocidade entre as nações mercantes, sob direção e controle do governo federal, numa clara distinção jurídica indicada. Por mais que Hamilton não explicita uma distinção vernacular no uso dos termos *commerce* e *trade*, como Henry Carey o faz, há em sua escrita uma destacada distinção entre comércio interno e comércio de exportação, que nessa mesma linha será muito enfatizada por Carey posteriormente. Assim, as veias do comércio deveriam ter seu controle circulatório com o estrangeiro sob os auspícios federais.

An unrestrained intercourse between the states themselves, will advance the trade of each, by an interchange of their respective productions, not only for the supply of reciprocal wants, but for exportation to foreign markets. The **veins of commerce** in every part will be replenished, and will acquire additional motion and vigour from a free circulation of the commodities of every part. Commercial enterprise will have much greater scope, from the diversity in the productions of different states.¹²³ (grifos nossos)

¹²¹ *Idem*, p. 52.

¹²² *Idem*, p. 53.

¹²³ *Idem*, p. 53.

Hamilton encerra o texto N° 11 como um manifesto anticolonial, reclamando das narrativas sobre a degeneração, climática ou outras, que opiniões da época emitiam sobre as Américas, protestando contra o controle europeu sobre os outros continentes, e convocando a experiência das ex 13 colônias como um farol histórico anticolonial, antecipando pautas anti-imperialistas, com seu projeto nacionalista. Todo este trecho foi abaixo reproduzido para defender que ele conclui um texto em defesa da estruturação da marinha dos EUA, para a defesa da sua frota mercante, para esta poder se desenvolver. Pois eis que é ao fim deste texto N° 11 do *The Federalist* que Hamilton escreveu a expressão *American System* pela primeira vez, termo depois tomado por Henry Clay para indicar o movimento político em defesa das tarifas protetoras, do banco nacional, e das melhorias internas (muitas ligadas ao transporte, tema caro a toda tradição desenvolvimentista). Pois neste texto em que o termo surge, por mais que neste final a escrita, tratando do futuro promissor do país, se torne mais genérica, e o *American System* poderia indicar um sistema econômico *americano* de forma mais ampla, é muito concreta a centralidade do controle dos transportes: controle do transporte de cargas, e da segurança delas, é o controle da circulação comercial autônoma invocada neste *American System* original.

Inclusive quando aparece o termo, ele surge já em oposição a um indicado sistema *transatlântico*, que sem muito temor pode ser apontado como o sistema comercial britânico: a potência naval dominante do Atlântico. Pois eis que aqui se defende a centralidade da defesa da busca do controle comercial naval no pensamento hamiltoniano, e como isso estrutura o próprio nome do movimento político econômico nacionalista que lhe é tributário.

The world may politically, as well as geographically, be divided into four parts, each having a distinct set of interests. Unhappily for the other three, Europe, by her arms and by her negotiations, by force and by fraud, has, in different degrees, extended her dominion over them all. Africa, Asia, and America, have successively felt her domination. The superiority she has long maintained, has tempted her to plume herself as the mistress of the world, and to consider the rest of mankind as created for her benefit. Men, admired as profound philosophers, have, in direct terms, attributed to her inhabitants a physical superiority; and have gravely asserted, that all animals, and with them the human species, degenerate in America; that even dogs cease to bark, after having breathed a while in our atmosphere.* Facts have too long supported these arrogant pretensions of the European: it belongs to us to vindicate the honor of the human race, and to teach that assuming

brother moderation. Union will enable us to do it. Disunion will add another victim to his triumphs. Let Americans disdain to be the instruments of European greatness! Let the Thirteen States, bound together in a strict and indissoluble union, concur in **erecting one great American System, superior to the control of all transatlantic force or influence, and able to dictate the terms of the connexion between the old and the new world!** (Grifos nossos)¹²⁴

Pode-se inferir que Hamilton indica uma resposta a Furtado sobre porque os EUA se desenvolveram no século XIX de forma tão mais acentuada do que o Brasil no mesmo período: pelos EUA seguirem um projeto econômico guiado pelo nacionalismo político, tendo na questão da navegação um eixo de intersecção entre Estado e mercados, comércio e marinha, almejando uma soberania no transporte de cargas, e na capacidade de realizar a segurança de tal transporte, tendo isso como um centro estratégico do projeto hamiltoniano. Este enfoque comercial, obviamente, tem por consequência uma defesa e foco estratégico na indústria naval, garantidora deste projeto a possibilitar maior controle, e maior lucro, sobre as transações com as produções agrícolas e primárias, das “vantagens comparativas” dos EUA do tempo de Hamilton.

O pensamento hamiltoniano tem uma organicidade entre finanças, comércio e indústrias, e tal autor, e figura pública, é muito identificado com a indústria, com boas razões, mas ele é portador de um pensamento orgânico articulado, no qual a visão do **controle comercial** tem uma importância central para todas as outras frentes do sistema econômico proposto, mas tal centralidade estratégica dada por Hamilton ao controle comercial, é negligenciada pela bibliografia especializada. O presente trabalho colabora em botar o foco neste ponto central do pensamento do primeiro Secretário do Tesouro dos EUA: o controle comercial é central no pensamento de Hamilton.

Há em seu pensamento a percepção das vantagens monopolistas para os EUA como abastecedor de alimentos ao Caribe, e da mesma forma neste *paper* N° 11 ele propõe como os EUA não seriam submetidos aos riscos de cair sob o oligopsônio dos atravessadores europeus, quebrando com o eixo do que é identificado com o sistema colonial. No modelo hamiltoniano a independência passa por interiorizar os sistemas

¹²⁴ *Idem*, p. 55.

de transporte, o que Fernando Novais identifica com o poder comercial colonial de oligopsônios sobre as colônias¹²⁵: Hamilton propõe em seu sistema uma independência comercial contra os oligopsônios comerciais europeus.

3.6 Alexander Hamilton: Precursor do *American System*

O *American System* se estrutura e se desenvolve, como indicado anteriormente, ao fim das Guerras napoleônicas, quando a paz geral se instaura, assim como um protecionismo agrícola em muitas partes da Europa (Inglaterra incluso ainda, até cair de vez tais *Corn Laws* em 1846). O grande precursor do *American System*, o grande “pai” fundador deste nacionalismo econômico, que o antecipou, surgido de forma muito prática, foi Alexander Hamilton. O “Burke americano”, como Jefferson o chamava. Ou o “novo Colbert”, como o chamava Henry Carey. Hamilton sempre defendeu uma política “continentalista”: nos *Federal Papers* e no *Relatório sobre Manufaturas*, ainda em 1791, enquanto mal estava começando as guerras revolucionárias na Europa que tão bem fizeram a economia dos Estados Unidos, já defendia ali a organização de “um grande **sistema americano** que escapasse ao controle e a influência de toda força **transatlântica**.”¹²⁶. O primeiro Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, para tanto, preconizava três caminhos: o estímulo ao desenvolvimento de atividades industriais e agrícolas, a estruturação de um grande banco nacional e a tarifa aduaneira. Já em 1789, a pedido do próprio Hamilton, o Congresso aprovou uma tarifa federal. Tal medida foi feita, primeiramente, pelas necessidades de receitas do governo federal. Mas Hamilton já defendia os impactos positivos que ela traria à produção interna, para além de ajudar a bancar o Estado. E ambos os benefícios iriam se somando. Historicamente é comum a necessidade de receitas dos Estados gerarem impostos sobre importações, cujo objetivo primeiro é de aumento de arrecadação do Estado, mas acaba beneficiando largamente os produtores internos e a ampliação da produção nacional: como o caso da Tarifa Alves Branco (1844) no Brasil é exemplar.

¹²⁵ NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 8. ed. São Paulo, HUCITEC, 2005, p. 89, 90, 91, 92.

¹²⁶ HAMILTON, Alexander. **Report on Manufactures**. Made to Congress, December 5, 1791. Market Club Press, Boston, 1892.

O governo federal dos EUA, ainda relativamente frágil numa União em que os estados federados serão fortes, conseguia se fortalecer num contexto de disputa sobre qual República seriam. Entre o fim da Guerra de Independência até a consolidação do modelo republicano federal que o país seguiria houve uma intensa disputa sobre qual caminho seguiria o país. E esse “modelo republicano” seguiu em disputa por gerações, pelo menos até a Guerra Civil (1861-1865), com momentos de maior confronto e outros de maior acomodação, numa sucessão de “compromissos” e acordos entre as partes do país. O projeto republicano vencedor na Guerra Civil foi herdeiro da tradição política hamiltoniana, cuja maior articulação intelectual foi organizada, e proposta politicamente, pelo movimento intelectual e político do *American System*.

Em relação ao presente tema de estudo é claro o quadro geral de forças em disputa na federação: no norte teremos os defensores de tarifas protetoras mais altas, as mais abrangentes (organizados no *American System*), com o curioso desvio da região da Nova Inglaterra, primeira beneficiária dos primeiros protecionistas *Navigations Act*, mas que se tornaram por isso mesmo muito conectadas, dependentes e defensoras, de um comércio o mais amplo possível, influenciada pelo comércio importador/exportador. Já a região nortista do *Mid-Atlantic* é a região nortista (indo para o centro) que será o coração do *American System*; enquanto no sul uma economia colonial contrária a tais tarifas protecionistas (excetuando quando sua economia era beneficiada por alguma tarifa, como no caso do açúcar), com muitos pontos de similitude com o Brasil do século XIX. Mas havia nuances que se moveram ao longo do século XIX: conforme o século avançava, o que chamam de “norte” não era tão homogêneo em relação as tarifas protecionistas, com a região da Nova Inglaterra sendo mais crítica ao protecionismo, por conta de sua forte conexão comercial com a Inglaterra, enquanto os estados do chamado *Mid-Atlantic* foram os mais intensamente protecionistas. Vê-se que uma área de vanguarda da frota marítima, beneficiada pelos Atos de Navegação hamiltonianos num primeiro momento, como a Nova Inglaterra, justamente por sua forte frota, será num segundo momento um tanto hostil ao avanço protecionista, enquanto que uma área que vai em direção ao sul, incluindo a escravista Virgínia(estados do *Mid-Atlantic*: Delaware, *District of Columbia*, Maryland, New Jersey, New York, Pennsylvania, Virginia), serão o espaço geográfico mais intensamente protecionista (obviamente os estados

yankees, *free states*, desta lista, eram os mais protecionistas, com destaque para Pennsylvania e New York). Outra nuance geográfica da defesa tarifária será a contínua entrada de estados ao oeste, que pressionarão por melhorias internas em suas terras novas, financiadas por leis protecionistas, o que gerou uma aliança parlamentar entre estados do oeste, e os do *Mid-Atlantic*. Mas o debate político em torno das tarifas girava antes em torno de um tema muito conhecido do Brasil oitocentista: sobre se o caminho da industrialização seria um bom caminho. A escravidão e a industrialização seguiram como eixos antagônicos, num cabo-de-guerra político, em que o fortalecimento da base industrial sob protecionismo tarifário, fortalecia a pressão pela regulamentação do trabalho, com ênfase em seu primeiro grande passo regulatório: o fim do trabalho escravo. Sobre a intensificação protecionista destes estados, após o fim das guerras napoleônicas, e o debate sobre industrialização e protecionismo cabe citar, tendo um panorama mais amplo e culminante desta questão na Guerra Civil:

That war is depicted today as being waged over the slavery issue, but the division between North and South went deeper, turning on whether America should industrialize or not. This argument (pró industrialização) gained momentum after the end of the Napoleonic Wars in 1815 re-opened commerce with England, causing industrial depression in the Mid-Atlantic States and elsewhere that manufacturing had flowered during the years of wartime isolation. By the early 1850, advocates of industrial protectionism saw that the tariff issue alone could not win over the West and Border States at the ballot box. Only by allying it with abolitionism could they forge a winning political alliance. And as matters turned out, the North's victory in the Civil War broke the South's power to block industrialization, enabling the Republican Party to inaugurate a program of protective tariffs, public infrastructure investment and a national banking system. Tariff revenue paid for internal improvements and even for the purchase of Alaska from Russia.¹²⁷

Novamente: protecionismo tarifário, *internal improvements*, e um sistema bancário nacional (ou um banco nacional) foi o tripé da agenda do *American System*. Mas tal projeto demorou para ser construído, numa república disputada, entre várias nuances, entre agraristas e industrialistas, entre protecionistas e livre cambistas, entre

¹²⁷ HUDSON, Michael. **America's Protectionist Takeoff. The Neglected American School of Political Economy.** New York & London, Garland Publishing Inc, 2010, p. 301.

pró escravidão e pró trabalho livre, entre jeffersonianos e hamiltonianos. E tal disputa foi finalmente resolvida quando os defensores do industrialismo, finalmente, abraçaram a agenda abolicionista. Esta aliança histórica será completada na criação do partido Republicano (1854), mas tal aliança vinha da tradição Whig, na qual, bem diferente do liberalismo brasileiro, o liberalismo não poderia aceitar a escravidão, e apoiava o protecionismo tarifário: liberalismo pressupõe igualdade dos pontos de partida, e a venda de sua força de trabalho, pelo trabalhador, num mercado livre, jamais na escravidão física do trabalhador.

3.7 Retrospectiva dos Projetos Republicanos em Disputa nos Estados Unidos: Mais Poder para a União ou Mais Poder aos Estados

Os Estados Unidos optaram por ser uma república desde o início, com suas antigas 13 colônias tornando-se 13 estados. Tal modelo foi muito original para a época, inovando em Instituições, que hoje são referências em todo o mundo, tal audácia foi paga com a desestabilização vivida então. Estas instituições não nasceram fortes: foram sendo testadas, com muitos erros no caminho, até alcançarem as musculaturas e feições que têm hoje. Na estruturação da república nos EUA vê-se o primeiro ensaio de uma República num vasto território tentado nas antigas 13 colônias. O bom senso e os catedráticos e intelectuais, até o século XVIII, defendiam que o regime republicano democrático apenas era possível em pequenos territórios e cidades.¹²⁸ Num território vasto e em expansão a estrutura de Império (modelo que o Brasil seguiu em sua Independência), com a figura simbólica do monarca aglutinador seria, para muitos, imprescindível. Inclusive tendo alguns poucos defensores dessa solução monarquista nas 13 colônias anglo-saxônicas recém-independentes, propondo a Washington o posto monárquico, e aventaram a possibilidade de monarcas não hereditários, eleitos vitaliciamente.¹²⁹

O momento de teste de fogo, para o que o país viria a ser, foi vivido entre 1776-1789, momento chamado didaticamente pela historiografia de “Período Crítico da

¹²⁸ Cornell, Saul. **The Other Founders: Anti-federalism and Dissenting Tradition in America, 1788-1828**. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1999, p. 58.

¹²⁹ BAILYN, Bernard. **As Origens Ideológicas da Revolução Americana**. Trad. Cleide Rapucci. Bauru, Edusc, 2003.

Independência”¹³⁰. Neste período tal experiência histórica foi uma Confederação: uma união de Estados independentes. Não é coincidência que os estados tenham nomes, mas o país não tem um nome específico, usando o nome do continente inteiro: tal desidentidade nacional contrastava com o enfoque identitário estadual. Neste período a ideia era dar poder aos estados, unidades administrativas mais próximas aos habitantes, portadores da soberania. Contudo, tal solução defendida em todos os Congressos Continentais (1774/1775) e pelos Artigos da Confederação (1781), poderia ser boa para os defensores do poder local e os teóricos idealistas do Federalismo, mas na prática gerava uma descentralização imensa e um perigoso enfraquecimento externo. E como já destacado, o próprio nome do novo país carrega o projeto inicial de uma confederação de estados, tema conflituoso da estruturação da nação, que só será resolvido na Guerra Civil. Ainda sobre o nome escolhido para a nova nação na independência:

A opção pelas duas palavras— Estados Unidos— já aponta para a urgência de negociação entre os estados. O nome escolhido deixou claro que aquelas treze administrações distintas não deveria ser uma entidade única, mas uma aliança entre unidades que se reuniram em busca de projetos comuns. O nome Estados Unidos da América é, assim, sinônimo de Confederação.”¹³¹

A crônica dificuldade de forçar os estados a financiarem um exército e marinha permanentes da União após o fim da guerra, a aceitarem uma tributação federal, bem como a dificuldade, fragmentação e desorganização monetária, gerava em muitos a suspeita (sobretudo na Inglaterra) de que aquela experiência poderia acabar se dividindo em até 4 territórios nacionais. O que acabou levando a um *grande acordo* para encontrarem uma solução *definitiva*. Na qual a elite oligárquica dos 13 estados se juntou num debate fechado chamado **Convenção**: um grupo, muito reduzido, de 55 delegados, indicados por seus estados, realizaram a Convenção em 1787 na cidade de Filadélfia. Era um grupo destinado a discutir e adaptar os Artigos

¹³⁰ FISKE, John. **The Critical Period of American History 1783-1789**. Boston/ New York, The Riverside Press, Cambridge, 1896.

¹³¹ JUNQUEIRA, Mary Anne. **Estados Unidos: Estado Nacional e Narrativa da Nação (1776-1900)**. São Paulo, Edusp, 2018, p. 26.

Confederados. Madison e Hamilton foram os grandes arquitetos deste acordo, do qual saiu a Constituição que gerou um Estado Nacional Federal unificado.¹³²

Tal acordo e solução gerou uma reação discordante conhecida como movimento Anti-Federalista: movimento dos teóricos, agitadores, idealistas e políticos que se consideravam os “verdadeiros” Federalistas, que se levantaram contra o Federalismo resultante da Convenção, visto por estes discordantes como excessivamente concentrador no distante poder federal: algo que facilitaria a degeneração da república numa tirania. Em uma sequência de publicações, em jornais pelo país, muitos artigos escritos sob pseudônimo, esta oposição se organizou numa onda de ideias e princípios de celebração do poder e soberania dos Estados e da autonomia local (grande parte desses artigos, históricos para o Direito e Política do Ocidente, foram escritos sob pseudônimos sem que ocorresse então nenhuma tentativa de retaliação por parte dos defensores da Constituição Federal. Autores como Patrick Henry, Samuel Adams, George Clinton, Richard Henry Lee¹³³ se destacaram neste movimento conhecido como **antifederalista**. Patrick Henry dizia que a Convenção “era um Golpe na Confederação”. Thomas Jefferson, de sua embaixada em Paris, também era um antifederalista. Mas em face da vitória da solução constitucional rapidamente passou a apoiar a Constituição. Como o grande político que era, depois de parar de apoiar abertamente o antifederalismo, passou a dizer sobre a Convenção que “os homens de Filadélfia foram iluminados”.¹³⁴

Mas essa derrota dos antifederalistas não foi absoluta. A reação desse grupo obrigou os senhores da Convenção a darem uma resposta que garantisse uma neutralização aos reclames antifederalistas. Tal resposta chama-se: Primeira Emenda da Constituição. Por conta dos antifederalistas a Constituição dos EUA já nasce emendada. A Primeira Emenda é um anteparo legal que defende a existência de oposição e o direito de fazê-la. Que aqui fique claro: todo o processo de Independência das 13 colônias e de tentativa e erro de qual República criariam foi organizado por

¹³² *Idem*, p. 26-34.

¹³³ <https://constitutioncenter.org/blog/the-anti-federalists-and-their-important-role-during-the-ratification-fight>

https://www.diffen.com/difference/Anti-Federalist_vs_Federalist

<https://quizlet.com/113355169/federalists-anti-federalists-flash-cards/>

¹³⁴

https://www.google.com/search?q=thomas+jefferson+quotes+about+federalism&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwik_5Gyi-HaAhVJIZAKHQXKCoEQsAQIJg&biw=1365&bih=656

uma oligarquia: 12 das 13 colônias tinham a escravidão legal, assim como seus líderes, como Washington e Jefferson eram escravocratas. Apenas homens brancos proprietários votavam. Todo este debate girava em torno de qual República fariam. República era a palavra em disputa e não Democracia. A Latina Roma sempre foi o modelo político, jurídico e ideológico dos EUA, jamais Atenas. O debate aqui não era sobre Democracia, nem podemos definir exatamente direita e esquerda (termos criados durante a Revolução Francesa). Claro que naquele contexto os antifederalistas pareciam mais democráticos e ligados às bases, havendo entre eles as figuras radicalizadas do período. Mas havia também outros antifederalistas de perfil conservador. A solução da Primeira Emenda da Constituição buscou apaziguar os mais radicalizados ao garantir as Liberdades de: religião, expressão, associação, reunião e imprensa (com direito a inviolabilidade das fontes jornalísticas), explicitados na Primeira Emenda¹³⁵.

Essa solução política encontrada está na base do que será a primeira República dos EUA: um federalismo no qual os poderes estaduais serão fortes e a “União” consegue impor soluções nacionais via “compromissos”, muito difíceis de serem alcançados no Congresso, nos quais interesses regionais são barganhados entre as partes para se conseguir uma mesma legislação federal. Os “descendentes” intelectuais de Hamilton serão os advogados e organizadores de um corpo doutrinário econômico/político de defesa do desenvolvimento dos EUA (os apoiadores do **producerism**: ampliação máxima da capacidade produtiva do país, subvencionando forças produtivas internas): inicialmente defensores de forças econômicas ainda frágeis em busca de apoio estatal afirmativo, posteriormente forças econômicas monopolistas, já antevistas e temidas pelos antifederalistas do começo da República. Existindo ao longo do século XIX uma disputa intelectual/política que antagonizava uma tradição *hamiltoniana* (centralista, dirigista, industrialista, nacionalista, federalista) de uma tradição *jeffersoniana* (liberal, agrarista, dos *farmers*, individualista, autonomista, antifederalista, defensora de mais poder aos estados).

Será aqui trabalhado a primeira tradição supracitada, com os seguidores da tradição hamiltoniana de um *desenvolvimentismo avant la lettre*. Movimento intelectual e político batizado por eles próprios e assim conhecido pela História Econômica dos

¹³⁵ CORNELL, Saul. **The Other Founders: Anti-federalism and Dissenting Tradition in America, 1788-1828**. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1999, p. 105, 232, 246, 247, 260.

EUA como “*American System*”. Os Estados Unidos fizeram uso sistemático da *Tariff* federal na composição orçamentária, junto a um *Factory System* protecionista interligado. Os plantadores do sul e fazendeiros, como exportadores de produtos primários, serão mais críticos e contrários à taxaço. O volume e força econômica deles crescerá até um auge na antevéspera da Guerra Civil, estando eles em contraponto à elite nortista. Mas na Federação dos EUA eles serão submetidos às políticas de compromissos e acordos, nas quais o sistema bancário, e de transportes, fundamentais para os fazendeiros do oeste (sobretudo num momento posterior) e os escravocratas do sul (dependentes de créditos e de transportadoras centrados no nordeste do país), será determinante. A defesa da taxaço dos nortistas, contraposta com a defesa de uma política mais liberal dos sulistas, seguirá em compromissos estressantes e disputados até a ruptura da Guerra Civil (1861-1865). Colocaremos o enfoque no estudo das tradiçoes intelectuais defensoras do protecionismo tarifário.

4. História intelectual. Apresentação e Periodização do *American System*: Cronologia Histórica Entre Produção Intelectual e Organização Política

O *American System* foi um movimento político/intelectual, que se estruturou como uma reação à guerra de 1812 com a Inglaterra, se consolidando a princípio como uma tradição política e intelectual, e se tornou posteriormente uma escola de pensamento econômico. Apresenta-se aqui uma estruturação em fases, de uma periodização do *American System*, desenvolvida pelo historiador Songho Ha¹³⁶. Segundo ele o *American System* foi um movimento, que se consolidou como uma tradição política/intelectual e que, como já dito aqui, desenvolve-se plenamente em reação à segunda guerra de independência e aos percalços por ela causados. Alexander Hamilton teria sido um precursor intelectual isolado, mas o *American System* só nasce após sua morte, e após a esta guerra (1812-1815).

Songho Ha divide o *American System* em três fases¹³⁷:

- 1) 1815-1824: momento do crescimento, e de superação de desafios, do *American System*;
- 2) 1825-1829: período de reforma das mentalidades e de implementação do *American System*;
- 3) 1829-1837: declínio do *American System*.

Assim o presente trabalho concorda parcialmente, e faz uso, da periodização de Songho Ha, e sobre ela faz uma própria periodização:

- 1) 1790-1815: prelúdio marcado pelo impacto de Alexander Hamilton (1755 - 1804) e sua obra política, que lançou as tendências centrais do *American System*, este também é o momento no qual além da força intelectual de Hamilton, cresce o movimento, antes político, depois mais intelectualmente embasado, do qual nascerá as forças políticas mais protecionistas que culminarão no *American System* (AS). O protecionismo e militarismo de

¹³⁶ HA, Songho. **The Rise and Fall of the *American System*: Nationalism and the Development of the American Economy, 1790-1837**. London/ New York, Routledge, 2015.

¹³⁷ *Idem*, p. 15, 45, 79, 107.

Madison compõe este quadro no período também, por mais que o trabalho político de Hamilton foi a maior obra intelectual de economia então, o que o tornou a chave político/intelectual fundante do AS, e de toda uma tradição que ele, não por acaso, deu o nome (tradição hamiltoniana);

- 2) 1815-1824: a mesma fase que Songho Ha identifica como “momento do crescimento, e de superação de desafios, do *American System*”, o presente trabalho corrobora, nomeando este momento como consolidador desta tradição política/econômico/literária, com destaque para a publicação da primeira obra econômica mais elaborada do AS por Daniel Raymond, com seu livro *Thoughts on Political Economy* (1820), o que abre caminho para desta tradição em direção a se estruturar como uma Escola de Pensamento Econômico, durante o governo de James Monroe (1817-1825), cuja famosa doutrina que leva seu nome, compõe este quadro nacionalista do *American System* em fermentação;
- 3) 1825-1829: novamente se corrobora a periodização de S. Ha, sendo um momento de sintonia entre o governo federal (John Quincy Adams) com a agenda do AS;
- 4) 1829-1837: este período que Ha define como “declínio do *American System*”, aqui se indica como refluxo do *American System*, com o declínio político vivido com a perda da Casa branca para a agenda antagônica *jacksoniana*, que será um período de resistência política da agenda do AS;
- 5) 1837-1879: período de resistência política e maior elaboração intelectual. Neste momento maior, haverá maturação das obras, e será marcado pela sincronização do AS com a agenda abolicionista, e o agrupamento dos Whigs na criação do *GOP*, ou o partido Republicano, num período de amadurecimento político, Henry C. Carey representa neste epílogo algo equivalente ao o que Alexander Hamilton foi no prelúdio. Os 4° e 5° períodos configuram a entrada e auge de consolidação do AS como uma Escola de Pensamento Econômico (a temporalidade da história intelectual aqui feita destoa da história política). A data final em 1879 foi aqui escolhida por ser a data do fim da Era Greenback na história monetária dos EUA, coincidindo com o ano da morte de Henry Charles Carey (1793-1879).

Destaca-se ainda que no próprio título da obra de referência há um período anterior ao princípio da periodização desenhada pelo autor: o desenhado pelo autor trata de 1815 até 1837, no título está *1790-1837*, trata-se do que se identifica na obra como os antecedentes do *American System*, marcado pela obra precursora de Alexander Hamilton e seus relatórios políticos/administrativos então lançados na esfera administrativa, com as históricas repercussões intelectuais, sociais e políticas que alcançaram.

No presente trabalho se concorda com o prólogo do *American System* dado por Ha: Hamilton antecipa e é o grande precursor intelectual, enquanto que o movimento propriamente dito ocorre após sua morte. Outro ponto de concordância com a obra de Songho Ha é a percepção temporal de que o *American System* só ocorre como um movimento político intelectual, se desenvolvendo com autoconsciência coletiva, a partir da II Guerra de Independência (1812-1815).

Mas o principal ponto de discordância com a periodização de Ha é quanto ao epílogo dado pelo autor, que identifica na vitória de Andrew Jackson à presidência, e sua gestão (1829-1837) justamente o período final do *American System*. A presidência de Jackson foi fortemente marcada como uma reação à agenda do AS, sendo um período: *laissezfairista*, pró escravista, *Goldbugs*(metalista pró valorização monetária, buscando trazer ouro para os EUA, no sistema bimetálico de então), e sobretudo contra o 2BUS(2º Banco do EUA). Aqui se problematiza o epílogo dado ao *American System* por Songho Ha, uma vez que é uma agenda político-econômica colocada intelectualmente desde o começo do século XIX, mas que só irá se executar plenamente apenas na Guerra Civil (1861-65) e na Reconstrução (1865-1876). O próprio autor em questão afirma que após o esvaziamento das pautas do *American System*, segundo sua cronologia (a partir de 1837), com o governo do sulista Andrew Jackson, depois ela ressurgiu com força na agenda republicana de Lincoln¹³⁸. O que indica objetivamente uma continuidade. A obra de Henry Carey, tratada no presente trabalho, será o fio de ligação da periodização de Songho Ha, com o que este autor considerou como “ressurgimento” do *American System* na Guerra Civil. Henry Carey foi conselheiro de Lincoln, apoiador diretamente ligado ao projeto do partido republicano, cuja obra é parte do *American System*, e sua obra vinha sendo publicada antes e após o epílogo de 1837 apontado por Songho Ha. Henry Carey é,

¹³⁸ *Idem*, p. 129.

indubitavelmente, um intelectual orgânico do *American System*, e aqui será trabalhado como a ponte intelectual entre o declínio do *American System* indicado por Songho Ha e sua retomada concreta, com a tomada do poder pelos republicanos a partir de 1860, com o período entre a Guerra Civil e a Primeira Guerra Mundial sendo o de hegemonia dos republicanos, com: altas tarifas, sistema bancário nacional, *internal improvements*, e com quase vinte anos de papelismo (greenbackism/1861-1879) nos EUA.

Logo, no presente trabalho discorda-se do epílogo dado ao *American System* na cronologia de Songho Ha: o período em que ele vê o fim do *American System*, indica um concreto declínio (1829-1837) com a presidência Jackson, que de fato foi uma reação ao fortalecimento tarifário e a força do banco nacional na agenda do *American System*. A campanha de Andrew Jackson contra o banco nacional dos EUA (*I kill the bank..* era o lema do presidente Jackson), e um período de valorização monetária no bimetalismo norte-americano (dando ênfase às moedas de ouro, em vez das de prata), sendo todo este o quadro geral do governo Andrew Jackson uma reação antagônica ao *American System*. Mas a pauta histórica do *American System* não se encerrou neste período, vivendo um refluxo, mas não um fim, na Era jacksoniana. Para retornar com força nos anos 1850, com a criação do partido Republicano: essa é a periodização, a linha cronológica, entre história intelectual e história política, defendida no presente trabalho.

Neste ponto cabe uma explicação do método de estudo aqui executado: há um corte analítico do todo do *American System*, dividindo-o entre obra intelectual propositiva (as ideias antes publicadas), e obra político-econômica posta em prática. Em alguns pontos elas coincidem, como no caso excepcional de A. Hamilton, que era o intelectual e o agente político na mesma pessoa; em outros se realizam com uma sintonia e tempo de reflexão coeso, como entre Daniel Raymond (1820/1823) e o governo James Monroe (1817-1825), e de John Quincy Adams (1825-1829); em outros a obra intelectual paira por mais tempo, antecipando e perpassando o projeto, que se concretiza parcialmente, havendo sintonia de forma explosiva, como entre os escritos de Henry Carey (produzidos sobretudo entre 1835/1876) e Lincoln.

4.1 Estruturação Temática da Escola de Pensamento Econômico do *American System*

O *American System* surge de um impulso político nacionalista nos EUA, com três pontos estruturais: protecionismo tarifário, *internal improvements*, e um banco nacional¹³⁹. Dos três pontos o protecionismo tarifário foi o central, sendo uma força política difusa como base e consequência do nacionalismo militar: para existir uma soberania nacional é preciso uma base industrial mínima para a independência militar. Essa força nacionalista é a base estrutural do protecionismo tarifário. Tal protecionismo gera produtos industriais mais caros que são, na prática, subsidiados pela agricultura e o extrativismo. Isso no começo do processo, pois quando a indústria se estabelece, tal indústria, bem como os trabalhadores industriais, tornam-se consumidores dos produtores agrícolas e primários, como um mercado interno fidelizado. Este segundo momento, buscando uma compensação histórica para o lado agrícola, foi teorizado a posteriori do processo realizado. Isso é um exemplo do que se afirma aqui nesta trajetória do *American System*: **de um impulso político a uma teorização econômica**. O *American System* começa num primeiro momento como um movimento panfletário, político, de um nacionalismo difuso, um tanto romântico mesmo, para se articular intelectualmente num segundo momento como uma *American School*¹⁴⁰. Quando o *American System* se desenvolve e alcança um corpo teórico, intelectual, com elaboração doutrinária para os objetivos políticos de que sempre buscou: começando sem muita argumentação articulada, para depois elaborar as justificativas teóricas, do que sempre estavam em busca e que, na *longue durée* da história do pensamento econômico, podemos chamar de **aceleração do desenvolvimento**.

4.2 Trindade do *American System*: Protecionismo, *Internal Improvements*, um Banco Nacional

Os três pontos principais do *American System* são: tarifas protecionistas, benfeitorias internas, e um Banco nacional. Tendo esta agenda econômica propositiva

¹³⁹ HUDSON, Michael. **Economics and Technology in 19th Century American Thought. The Neglected American Economists**. New York, Garland Press, 1975, p. 12, 62.

¹⁴⁰ HUDSON, Michael. **America's Protectionist Takeoff. The Neglected American School of Political Economy**. New York & London, Garland Publishing Inc, 2010, p. 301.

hamiltoniana dois eixos dialógicos: o político e o teórico. O primeiro sendo a força inicial, e o segundo posteriormente desenvolvido de forma mais elaborada.

O historiador George Dangerfile, em seu livro de 1965 *The Awakening of American Nationalism*¹⁴¹ foi quem sistematicamente estruturou o *American System* nestes três pilares: protecionismo, *internal improvements*, e um banco nacional, endossado por Maurice G. Baxter¹⁴² e David P. Currie¹⁴³, na defesa da centralidade destes três pontos para o *American System*.

4.2.1 Protecionismo

During the twenty years which followed the war of 1812 the protective controversy was one of the most important features in the political life of the nation; and the young industries argument was the great rallyingcry of the protectionists¹⁴⁴

Protecionismo: eis um ponto fulcral da agenda econômica do *American System*, que ecoa diretamente a tradição mercantilista. Mas um novo momento protecionista se estrutura neste século XIX nos EUA: com os argumentos da indústria nascente, bem como o da necessidade de desenvolvimento em territórios novos (o que pede proteção para alguma diversificação produtiva), surgem com força no primeiro momento do *American System*. Assim como o argumento da defesa da valorização salarial surgirá num segundo momento (e assim de fortalecimento do mercado interno), argumento este desenvolvido de forma mais elaborada por Henry Carey¹⁴⁵ num segundo momento do *American System*.

O protecionismo se reconfigura no século XIX, para além da tradição mercantilista, não apenas pela reorganização do mapa ocidental com o tratado de Viena (1816) e as independências das Américas, mas diretamente pelo impacto da

¹⁴¹ DANGERFIELD, George. **The Awakening of American Nationalism: 1815-1828**. New York, Harper & Row Publishers, 1965.

¹⁴² BAXTER, Maurice C. **Henry Clay and the American System**, by The University Press of Kentucky, 1995. p. 23.

¹⁴³ CURRIE, David P. **The Constitution in the Supreme Court: The Second Century, 1888-1986**. University of Chicago Press, 1990, p. 105, 138, 187, 639.

¹⁴⁴ TAUSSIG, F. W. **The Tariff History of the United States**. New York/ London, G.P. Putnam's Sons/The Knickerbocker Press, p. 16.

¹⁴⁵ CAREY, Henry C. **Essay on The Rate of Wages**. Ed. Carey, Lea & Blanchard. 1835. Philadelphia. Reprint Economic Classics. New York, 1965. p. 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21.

Revolução Industrial britânica. O protecionismo emerge como tema após a paz, pelo impacto direto da aceleração produtiva, sendo ele lançado com este viés de defesa da indústria infante, não por acaso, nas proximidades da Grã-Bretanha: França, territórios alemães, e nos EUA que o praticaram desde antes de entrarem em guerra com a Grã-Bretanha, e o seguiram praticando depois. O protecionismo no século XX ficou muito identificado com as respostas à crise de 1929, marcada pelo fascismo e a guerra, mas neste momento oitocentista após as guerras napoleônicas, o protecionismo se escorava dentro dos parâmetros iluministas, dentro de um liberalismo que dialogava com um pensamento romântico nacionalista do momento. Seus partidários não se colocavam como antiliberais, mas como defensores de um liberalismo nacionalista e pragmático.¹⁴⁶

A defesa da indústria se estrutura já em Hamilton, sendo organicamente preso ao nacionalismo. Os fisiocratas antes, e Adam Smith depois, e sobretudo Ricardo, criam o clima mental de defesa do liberalismo econômico. Mas tal estruturação mental seguiu em círculos intelectuais e governamentais, mas demorou em entrar na história real dos países, que seguiam com resistentes legislações protecionistas. Um marco na agenda liberal foi o tratado comercial anglo-francês de 1786, tratado liberalizante, assinado pela janela de governo fisiocrático na França, que duraria muito pouco, logo sendo este tratado atropelado pela Revolução francesa, que reverteu o interregno fisiocrático que antecedeu a Revolução. Tal tratado, com similaridades com o tratado de “panos e vinhos” entre Inglaterra e Portugal (origem do exemplo icônico da especialização do trabalho, entre nações, de David Ricardo), foi a antessala fisiocrática para a reação popular da França revolucionária.

Assim o século XIX confrontado com a introdução do liberalismo econômico e com as tentativas de práticas de *laissez-faire*, vivenciou politicamente e intelectualmente a reestruturação de um protecionismo que tinha que dialogar com esta nova tradição liberal: a novidade em cena era a defesa de tal liberalismo, diante do qual os defensores de uma agenda protecionista reconfiguraram os argumentos protecionistas numa nova fase histórica.

¹⁴⁶ TOOD, David. **Le protecionnisme, un libéralisme internationaliste. Naissance et diffusion, 1789-1914**, p. 2 Disponível em: lavedesidees.fr, 2009. Acesso em: 12/12/2022.

Os EUA foram a vanguarda na estruturação desde novo protecionismo. Via novos argumentos como, além do argumento da defesa da indústria nascente, com os argumentos: da defesa da necessidade de estruturação de territórios ainda inóspitos, e da defesa de aumentos salariais, que surgiram posteriormente. Até estruturarem o argumento do fortalecimento do mercado interno (*home market*). Este último argumento já aparece em Hamilton¹⁴⁷, tinha a vantagem sobre o argumento de defesa da indústria infante por ser permanente: a defesa do mercado interno não tem data de validade. E é um argumento em busca do apoio da influente classe dos fazendeiros: o crescimento industrial gera um mercado interno para os produtores rurais, dentro do país. Sobre o protecionismo oitocentista:

However, on practical ground this supremacy of liberal economic thought in Europe did not eliminate the mercantilistic type of protectionism, *still less prevent the development of a new one*. This new-style of protectionism was related with to an increase in nationalism in the early nineteenth century, and still more important, *was the result of awareness of the process of economic development resulting from the Industrial Revolution and of the advance of British industry*. (Grifos nossos)¹⁴⁸

Destaca-se neste trecho o enfoque dado ao novo quadro produtivo mundial, com a Revolução Industrial, liderada pelos britânicos, como fato central no contexto da estruturação do novo protecionismo oitocentista: antes de qualquer elaboração intelectual, contra os belos argumentos pelo livre comércio, a imposição histórica dos fatos desdizem a eficácia das teorias, por melhores que elas sejam no papel: a materialidade da aceleração do desenvolvimento industrial impunha pressa, aos que tinham os olhos conectados na história. O desenvolvimento do *American System* faz parte das reações em face da Revolução Industrial britânica, sendo a construção política e intelectual de um plano de emulação da aceleração industrial, com a estruturação comercial, de transportes, monetária e financeira, do Estado nacional em luta pela modernização, a construir tais redes de segurança para o desenvolvimento.

¹⁴⁷ HAMILTON, Alexander. **Industrial and Commercial Correspondence of Alexander Hamilton. Anticipating His Report on Manufactures. Report on the Subject of Manufactures**. Ed. Arthur Harrison Cole, PhD. Harvard University. The Business Historical Society, Inc. Chicago, 1928, p. 247.

¹⁴⁸ BAIROCH, P. **Economics and World History – Myths and Paradoxes**. Chigago, The University of Chicago Press, 1993, p. 17.

A protective element had been present in the very first tariff act, that of 1789, but Hamilton's ambitious protective system had not been adopted by Congress. Until the War of 1812 rates remained relatively low, less than 20 per cent on the value of dutiable products, and revenue consideration clearly overshadowed the protective features. In July, 1812, as a war revenue measure, Congress doubled the duties on imports for the duration on the war and one year thereafter. By 1816 the federal treasury was overflowing with revenue, and duties might well have been returned to the prewar level. But protectionist sentiment intervened, proving sufficiently strong to make the act of mildly protectionist. The new rates though generally less than those prevailing during the war, were higher than the previous peacetimes levels.¹⁴⁹

O texto supracitado destaca o protecionismo ligado aos objetivos de arrecadação do Estado, tema pungente daquele momento de reorganização financeira dos EUA saídos da guerra de independência. O secretário Hamilton já tinha uma visão mais orgânica, buscando fortalecer a arrecadação, e alavancar na medida do possível, setores produtivos.

O protecionismo mais exacerbado, vinha da tradição política antibritânica do virginiano James Madison, e não do político novaiorquino Alexander Hamilton (defensor de um protecionismo mais moderado, equilibrando defesa industrial com reequilíbrio fiscal). Pois o protecionismo encontrou um confortável espaço político nos EUA da sequência da segunda guerra de independência (1812-1815), mas a partir da década de 1820 haverá uma acelerada quebra no consenso protecionista precedente, com o sul exportador escravista se tornando o centro da resistência liberal mais *laissezfairista*, com apoio dos *free states* de economia fortemente comercial da Nova Inglaterra, enquanto os estados do *Mid-Atlantic*, com destaque para Pennsylvania, Nova Jersey, e de forma mais conflituosa (pois havia ali fortes e contraditórios interesses comerciais, além dos industriais) NY. Estes estados lideravam a defesa protecionistas, com crescente apoio dos estados que surgiam no oeste (interessados nas *internal improvements* financiadas pelas altas tarifas). Não é coincidência que o presidente Lincoln, no posterior momento de sua eleição (1860), fosse um político de um estado nortista situado no avanço para o oeste (Illinois): o protecionismo, com

¹⁴⁹ TAYLOR, George Rogers. *The Great Tariff Debate, 1820-1830. Problems in American Civilization*. Amherst College, MA: Department of American Studies, 1953, p. 1. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=2mwSMAJ-HgoC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 5 dez. 2022.

pressões por *internal improvements*, era a agenda política desta frente geográfica. Quando esta agenda se encontra com a agenda abolicionista, o salto desenvolvimentista de uma revolução nacional se completa na história dos Estados Unidos com a Guerra Civil.

Pois na década de 1820 a questão tarifária tornou-se o pomo da discórdia entre essas duas regiões indicadas, tornando-se o tema mais conflituoso no país, depois da escravidão. Sendo inclusive a primeira vez em que o sul falou de separação, por conta das tarifas altas, e não ainda por conta da *peculiar institution*. Após o aumento nas leis tarifárias de 1824, houve ainda um outro aumento em 1828, que passou a ser conhecida no sul como *Tariff of Abominations*: que rachou o país e por conta do qual o sul falou, pela primeira vez, em separação¹⁵⁰. Por questões de organização do texto tal conflito será mais detalhado no tópico *Paradoxos das consequências entre as tradições jeffersonianas e hamiltonianas na História*.

4.2.2 Banco Nacional

Na política defendida por Alexander Hamilton a feitura de um banco nacional dos EUA, inspirada no funcionamento do *Banco da Inglaterra*, era um nó de seu projeto, sendo de fato a expressão econômica institucional de seu projeto federalista (compartilhado por James Madison no início), para um governo federal com força e alcance geral.

A federalização das dívidas estaduais, e renegociação das dívidas de Guerra, eram centrais na dimensão econômica do projeto federalista: ao nacionalizar as dívidas estaduais Hamilton prendia pelo bolso as fidelidades estaduais, e ao renegociar as dívidas de guerra, somadas as federalizadas dívidas estaduais, ele gerava a dívida pública dos Estados Unidos. Que como ele afirmou numa carta “uma dívida nacional moderada poderá ser uma benção nacional [...]”¹⁵¹. Tal afirmação causou muitos debates e polêmicas, mas não há dúvida de que ele via na dívida uma forma de colar as elites estaduais ao mesmo interesse nacional e alavancar o projeto de uma nação forte. E as resistências, tão fortes e difusas a esta consolidação da

¹⁵⁰ SCHNERB, Robert. **Libre-échange et protectionnisme**. Paris, Presses Universitaires de France, 1967, p. 47.

¹⁵¹ HAMILTON, A. Lettre to Robert Morris, April, 30, 1787. In: Morris, Robert. **The Papers of Robert Morris, 1781-1784: November 1, 1782-May 4, 1783**. vol. 7. University of Pittsburgh Press, 1988.

dívida é vista por grande parte da historiografia especializada, assim como pelo pensamento econômico contemporâneo, como manifestações reacionárias, temerosas e regressivas, contra um instrumento institucional de modernização e financiamento do Estado, ao qual não se poderia escapar. É muito compreensível este diagnóstico com a vantagem da perspectiva histórica, sobretudo porque os contrários a ideia não forneceram um outro plano realista exequível a altura da opção de uma república unificada. No debate sobre o banco nacional e a dívida nacional, a divisão federalistas vs antifederalistas, império ou república, se expressava profundamente. E não deixa de ser curioso que hoje os críticos da financeirização, apoiadores de uma agenda industrialista/producionista, sejam críticos do fortalecimento do sistema financeiro. Mas naquele contexto histórico a feitura de um banco nacional gigante era para sair das garras dos bancos europeus, consolidar o novo estado, e ser um instrumento de estímulo produtivo.

O modelo inspirador deste plano de Hamilton foi a gestão de William Pitt na Inglaterra, reequilibrando as perigosamente ampliadas dívidas nacionais britânicas no pós guerra de independência dos EUA. Diante da difícil situação colocada ao ministro Pitt, seu aumento moderado das *tax income*, com um fundo de amortização da dívida nacional, e uma afinada legislação estimulando setores produtivos, exportadores e reexportadores, costurou uma rápida e sólida recuperação, que foi a inspiração para o plano do anglófilo Alexander Hamilton.

But Pitt, like Hamilton after him, sensed the underlying strength of his country's economy. He saw that the need was for a series of measures which would re-establish England's confidence in its own future by demonstrating the government's ability to manage its debts and eventually to reduce them. [...]

Entre outras medidas:

[...] establishment of a sinking fund which would begin the process of eventual repayment. [...] A steady increase in tax income had enabled the government to cover all its expenses, increase its contribution to the sinking fund [...]¹⁵²

¹⁵² ELKINS, Stanley & MCKITRICK, Eric. **The Age of Federalism. The Early American Republic, 1788-1800**. New York, Oxford University Press, 1993, p. 228.

A anglofilia de Hamilton alimentava as rodas das resistências às suas propostas nos grupos anglófilos, como o dos fazendeiros da politicamente central Virgínia, com sua classe política extremamente influente nos EUA de então.

Both Jefferson and Madison contributed a major share to effort which was made, though unsuccessfully, to block the bank. But Madison's was the more extended. Such were the ideological compulsions now upon him that he would repudiate the arguments of *The Federalist* for a strong national government.¹⁵³

Nos paradoxos da dinâmica da história o icônico federalista Madison voltou-se mais contra o plano bancário hamiltoniano do que seu conterrâneo da Virgínia Jefferson, identificado nas tradições historiográficas como patrono da tradição antagônica a tradição hamiltoniana. Madison, que foi a principal liderança federalista na feitura da Constituição, ao lado de seu então parceiro e amigo Alexander Hamilton, volta-se contra o brilhante imigrante da Índias ocidentais, quando este passa a pautar o centro do debate econômico do país, com a força de seus relatórios e seu brilhantismo intelectual na seara econômica.

A força dos seus relatórios vem da clareza didática com que Hamilton direciona seus leitores, que eram originalmente os deputados e senadores da república, para os convencer da necessidade de apoio às medidas que propõe. No seu *Report on a National Bank*, de 14 de dezembro de 1790, ele constrói uma narrativa em defesa do banco que propõe, buscando afastar as resistências agraristas, e dos que temiam os bancos como fazedores de uma nova aristocracia odiosa, ao focar na necessidade dos bancos para o estímulo da ampliação produtiva. Inclusive antecipando um ponto central do debate político brasileiro e norte-americano no período, defendendo as moedas de crédito, as chamadas notas bancárias (*bank notes*), ou dito no linguajar do século XIX, o papelismo monetário e financeiro.

Hamilton defende a ampliação das *bank notes* para o incremento da circulação monetária, com o aumento da liquidez econômica das praças, para o aumento dos negócios e da produção. Assim, há no seu texto de 1790 a construção argumentativa defendendo os argumentos do chamado papelismo oitocentista, antecipando pontos

¹⁵³ *Idem*, p. 224.

deste debate tão central neste século nas economias excluídas do acesso ao sistema monetário do padrão-ouro. Ou seja, as economias subdesenvolvidas.

Há no texto uma argumentação que a instituição do banco fortalece a liquidez do mercado monetário, e assim o mercado de capitais. Pois de fato havia uma objetiva mistura e confusão entre ambos na visão econômica do período. Mas Hamilton, explicando seu projeto bancário para parlamentares de perfis diversos, faz uma explicação da diferença entre mercado monetário e de capitais, mostrando como o banco alavanca a transformação do primeiro mercado (monetário) no segundo (de capitais), pelo uso de moedas fiduciárias, que seriam moedas de crédito, que gerariam seu valor ao alavancarem a produção.

Pois Hamilton decididamente defende as facilidades no incremento da circulação monetária, com bank notes, como moedas de crédito, para possibilitar as oportunidades de inversões produtivas. Logo, usar o incremento do mercado monetário como alavanca de crédito para a produção, transubstanciando assim um mercado monetário num mercado de capitais.

Em seu relatório sobre o banco nacional elenca os argumentos favoráveis e desfavoráveis ao estabelecimento do banco. Começando pelos favoráveis, o primeiro ponto elencado é a melhora da circulação monetária, com o papel moeda emitido pelos bancos, e com isso a melhora da capitalização da sociedade.

First. The augmentation of the active or productive capital of a country. Gold and Silver, when they are employed merely as the instruments of exchange and alienation, have been not improperly denominated dead Stock; but when deposited in Banks, to became the basis of a paper circulation, which takes their character and place, as signs or representatives of value, they then acquire live, or, in other words, an active and productive quality... It is evident, for instance, that the money, which a merchant keeps in his chest, waiting for a favourable opportunity to employ it, produces nothing 'till that opportunity arrives. But if instead of locking it up in this manner, he either deposits it in a Bank, or invest it in the Stock of a Bank, it yields a profit, during the interval... His money thus deposited or invested, is a fund, upon which himself and others can borrow to a much larger amount. It is well established fact, that Banks in good credit can circulate a far greater sum than the actual quantum of their capital in Gold and Silver [...]¹⁵⁴

¹⁵⁴ HAMILTON, Alexander. **Report on a National Bank.** *Communications to the House of Representatives* (1790), p. 2.

4.2.3 O *Papelismo Possível* de Hamilton

Sem muito debater a teoria sobre o que seria moeda, Hamilton deixa evidente sua predileção pelos bancos guardando e recebendo estoques monetários, para assim emprestarem *bank notes* para atividades produtivas. No trecho supracitado é cristalino seu entendimento de que a emissão bancária, para além dos estoques metálicos como lastro, é uma prática positiva para toda sociedade. Argumentação usada nos debates no Brasil do século XIX sobre metalismo e papelismo pelos papelistas.

Que se destaque que a moeda fiduciária era uma presença antiga e presente nas 13 colônias da era colonial¹⁵⁵, e mesmo com intelectuais e grupos contrários ao modelo fiduciário¹⁵⁶, sua presença e alcance já a tornava uma prática que não tendia a regredir, com notas de uma colônia circulando nas unidades adjacentes, num processo histórico expandido na era colonial¹⁵⁷. Sendo inclusive, apontada por muitos autores, a determinação do parlamento britânico em proibir maiores emissões monetárias fiduciárias, como uma das causas da luta pela independência:

In 1764 Parliament prohibited the further issue of legal-tender bill by any colony. The Board of Trade reported that the legal-tender bills cause the export of gold and silver from every colony to its ruin, "that the prohibition has been beneficial in New England, that every medium of trade should have an intrinsic value," but paper can never possess it;¹⁵⁸

Porém, grande parcela dos colonos não concordou com essa legislação, não tanto por discordar da ideia de moeda valorativa, mas por discordar das consequências sociais e econômicas da medida: num mundo mergulhado numa ideologia metálica, a solução monetária fiduciária foi uma construção histórica que, pela prática, venceu a teoria. Com destaque para o histórico relativamente bem sucedido dessas emissões na era colonial, justamente nas colônias do *mid-Atlantic*.

¹⁵⁵ DORFMAN, Joseph. **The Economic Mind in American Civilization. 1606-1865**. Reprint of Economic Classics. New York, Viking Press, 1966, p. 141.

¹⁵⁶ *Idem*, p. 155.

¹⁵⁷ *Idem*, p. 159.

¹⁵⁸ *Idem*, p. 176.

“The cry for paper throughout the era furnished the occasion for throwing into the limelight the outstanding figure of the period [...]”¹⁵⁹

Um último ponto a destacar nessa questão monetária e bancária, são as experiências dos chamados *Land banks*¹⁶⁰ desde a era colonial. Tais bancos emitiam notas fiduciárias para financiar a colonização de terras “desabitadas” (terras dos povos originários), e a produção dessas terras, com as futuras capitalização destes territórios, acabavam gerando um lastro pela circulação: tais notas, estruturadas em bancos com essa ideia de ocupação territorial econômica, era uma visão de moeda como capital, num sistema bancário feita para gerar um sistema de sinergia legal/produtiva entre um mercado monetário e mercado capitais. Algo de uma pragmática construção prática, que terá um impacto de longa duração na história bancária e monetária, sendo um ponto central para a compreensão dos temas de estudo neste trabalho. Com o curioso fato histórico de tais bancos serem em sua maioria bancos públicos, mesmo problematizando tal conceito de público em tal período colonial:

[...] Indeed, the functions of the land-bank system embraced every phase of the Colonial economy. Its history to a large degree comprises the history of currency, money values, inflation, credit, public finance, and economic development in eighteenth-century America. Land banks were established in most of the American colonies during the first half of the eighteenth century. With the exception of two short-lived private land banks, all the banks that actually functioned were public institutions created and operated by the various Colonial governments.¹⁶¹

Pois dessa experiência histórica se constroem os argumentos teóricos neste relatório em defesa da estruturação de um grande banco nacional, com a explicação do porquê isso será uma boa decisão para todos: pois a produção e circulação crescerá, e não apenas os interesses dos rentistas, mas de todos que buscam produzir mais no país, todas as classes produtoras. É uma explícita defesa do papel moeda, das notas bancárias, do que era chamado no Brasil de sistema monetário papelista, sendo tranquilamente aceita a emissão destes papeis para além dos fundos

¹⁵⁹ *Idem*, p. 178.

¹⁶⁰ *Idem*, p. 156.

¹⁶¹ THAYER, Theodore. The Land-Bank System in the American Colonies. **The Journal of Economic History**. Vol. 13 n. 2, Spring, 1953, p. 145.

metálicos dos bancos, desde que incrementasse e alavancasse a produção. Nada mais desenvolvimentista: o papel-moeda emitido, uma vez sendo investido em inversões produtivas reais, vira capital, e o capital incrementando a produção e circulação aumenta o superávit nacional, protegendo da fuga de capitais metálicos, além de não ser jamais inflacionário este aumento monetário, pois aumenta os produtos e serviços ao fim.

Hamilton fez mais de um relatório sobre o banco para o Congresso, tendo alcançado sucesso na aprovação em 1791. A consolidação da dívida pública, a estruturação de um sistema financeiro para o Estado e a sociedade seriam os instrumentos para fortalecer a circulação monetária e o fluxo monetário e de capitais para os negócios: o dólar, após o naufrágio da moeda papelista conhecida como *continental* emitida na guerra de independência, tornou-se a moeda oficial dos EUA com a Constituição, sendo o dólar pela lei uma moeda bimetálica, na base usada pelo continente europeu de 1 de ouro para 15 de prata, em média. Com a consolidação da dívida, e com banco nacional, Hamilton estava na prática gerando meios papelistas para irrigar o mercado monetário e de capitais: por isso a centralidade de tratar do papelismo neste tópico do banco: o banco é um ponto central para Hamilton e o *American System*, pois é o instrumento de alavancagem da circulação e de capitalização. E para isso a aceitação de um papelismo estrutural, reconhecido e legitimado no centro das instituições bancárias é central na construção do *American System* desde Hamilton.

The bank Hamilton proposed in his report on December 14, 1791, thus represented the second phase of his program. It was designed to provide a number of important services both to government and to the world of business. It would serve as the government's chief fiscal agent, assisting in the collection of taxes, the disbursement and transfer of funds, and the provision of immediate short-term credit whenever need. A ready source of funds, moreover, would be present in time of national emergency. The bank's note would provide a universally acceptable and convenient currency for an economy traditionally short of specie. Of special importance, however, was that by means of its capital base of specie and federal securities _ and inasmuch as it would be allowed to carry on commercial operation_ the bank could provide to the mercantile community a large, dependable, and convenient source of credit for expanding business projects. Finally, by no means unimportant to the public credit was that by making it possible to use government securities at face value in purchasing shares in the new bank_ payment would be three-fourths

in securities to one-fourth in species_ the price of all United States securities would be given yet another strong push toward par. (Grifos nossos).¹⁶²

O banco era central no projeto, para ligar a consolidação da dívida pública com o aumento da circulação monetária, tanto com notas bancárias, dívida pública sendo capitalizada e monetizada, como com uma circulação papelista de fato e de direito a alavancar a economia, ampliando a circulação do desenvolvimento.

4.2.3 *Internal Improvements*

Optou-se neste texto no uso do termo em inglês, para este que é um dos três pés do *sistema americano*, aqui sob estudo. Tal audácia foi tomada para destacar a especificidade do termo, que era tão enfronhado e marcado por seu contexto histórico. Em verdade *internal improvements*, quando discutido em tribunas e parlamentos, se tratava de investimentos públicos específicos em obras estratégicas, mas de longa maturação, muitas vezes com lento retorno. O que tornava a heresia econômica da intervenção estatal necessária. Na tradição política dos EUA o pragmatismo é central, e facilitou a aceitação de tal heresia. E se de um lado a tradição intelectual pragmática lhe dava vazão no debate público, pela negativa de outras soluções, os seus principais formuladores lhe ofereciam a solução positiva, via o idealismo político contido no *American System*: o como *deveria ser*, era um vital exercício mental para a possível concretizações de soluções, que sempre necessitam, para sua realização concreta, de alguns sonhadores na vanguarda.

Neste sentido, o termo aqui usado no original, foi retirado da difundida tradição protestante dos EUA: o *improvement* tinha uma base e modelo espiritual, e o *improvement* intelectual era vital para o *improvement* espiritual. Assim como o *improvement* material também será pré-requisito para o *improvement* espiritual. Essa palavra estava na moda, sendo amplamente aceita e repetida, encontrando eco nas camadas populares, tomadas pelo intenso uso de tal palavra no movimento religioso, que então ocorria no país, conhecido como *Second Great Awakening*, ocorrido entre 1800 e 1830, no qual o *improvement* era uma meta ampla, que ligava a esfera religiosa

¹⁶² ELKINS, Stanley & MCKITRICK, Eric. **The Age of Federalism. The Early American Republic, 1788-1800**. New York, Oxford University Press, 1993, p. 226.

com a social e a econômica. O *American System* dialogava com este contexto, sendo influenciado por este movimento social e religioso, com o qual compartilhava ambições de reformismo social. Estando aberto ao diálogo com tal movimento, mas mantendo-se laico e secular, em suas ambições intelectuais, educacionais e econômicas¹⁶³.

Destaca-se a importância desta expressão no *American System*, em seu projeto republicano laico, mas tendo tal expressão uma entrada em cena na vida política americana conectada com a tradição protestante. Uma vez que tal expressão é uma ideia central no sistema americano, poderiam ter definido outra expressão mais específica para a esfera econômica, mas manteve-se essa, que tem uma base dialógica com a tradição religiosa, mas que se projeta em significados no seu uso laico, crescente no século XIX. Pois desde a guerra de independência um republicanismo radicalizado encontrou vazão em grupos políticos, e as promessas revolucionárias se reconfiguraram na dinâmica política estabelecida da nova república, e tais forças mudancistas encontraram expressão política, social, prática, sob esta alcunha que se configurava como *internal improvement*.¹⁶⁴

Na introdução da presente obra foi explicado a ambição de neste estudo sobre o pensamento econômico norte-americano do século XIX, acharmos uma chave da origem do pensamento desenvolvimentista, bem conhecido dos latino-americanos do século XX. Pois a expressão *internal improvements*, com a típica capacidade sintética dos norte-americanos se expressarem, com a conhecida plasticidade de seus *phasal verbs*, é uma ideia muito repetida nos textos, mas pouco explicada na especificidade pelos próprios autores aqui estudados: os autores partem do princípio que é uma expressão autoexplicativa. E nesta altura do trabalho pode-se dizer que ela é a espinha dorsal do *American System*: o protecionismo tarifário é uma política delimitada, um banco federal, ou um sistema bancário nacional, é outra política definida, mas *internal improvements* é uma ideia ampla, plástica, com um conceito por trás. O *Internal improvements* no *American System* é análogo a ideia de **desenvolvimento** para o desenvolvimentismo do século XX, tendo a mesma função de graal no direcionamento da meta. Pois sempre é possível se desenvolver mais,

¹⁶³ HA, Songho. **The Rise and Fall of the *American System*: Nationalism and the Development of the American Economy, 1790-1837**. London/ New York, Routledge, 2015, p. 81.

¹⁶⁴ LARSON, John Lauritz. **Internal improvement: National public works and the promise of popular government in the early United States**. Univ of North Carolina Press, 2002. p. 2, 3, 4.

assim como *improve yourself even more*. Nos debates parlamentares, e na mídia, o *internal improvements* surgia como uma briga parlamentar para se levantar fundos, via Estado, para alguma obra estratégica, ou alguma política de financiamento educacional, com variadas possibilidades de **políticas específicas** sendo contempladas, mas a **política geral** contemplada nessas obras era a política do **desenvolvimento** geral, e o que os grupos entendiam como o *melhor* desenvolvimento, era a causa das discussões e dos rachas.

No paradigma político e intelectual do século XIX, o papelismo, por mais que a moeda fiduciária seja uma experiência humana milenar, foi no corpo doutrinário intelectual do século XIX uma ruptura paradigmática disruptiva daquele contexto. Mas muito mais ainda as *internal improvements* surgidas no contexto político americano oitocentista o foram. Nelas se encontram, nascendo de uma junção do pragmatismo intelectual (tradição intelectual norte-americana) com o idealismo político (tradição iluminista kantiana), a própria ideia **desenvolvimentista**, antes de alcançar este nome na história do pensamento econômico.

Os debates parlamentares, e brigas políticas e jurídicas, na aceitação da legitimidade constitucional do governo federal taxar e levantar fundos, para intervir diretamente em gargalos econômicos, foi uma revolução paradigmática em direção ao desenvolvimentismo do século XX. Lógico que havia antecedentes no mercantilismo, via contratos de exclusividades monopolistas concedidos pelo soberano a grupos amigos, mas nessa construção nos EUA oitocentista, em torno das *internal improvements*, se encontra a busca de resultados econômicos equivalentes, via uma construção política distinta, pois republicana, não mais absolutista. Um novo equilíbrio institucional serviu de base, nessa construção, em outra frequência, como na espiral de Vico¹⁶⁵, de uma equivalente da estruturação das empresas nacionais estratégicas beneficiadas pelo Estado. Muitos viram isso no século XIX como um **neomercantilismo**. Certamente era isso mesmo nos resultados nacionalistas almejados. Mas na base estruturante havia algo novo nascendo nas *internal improvements* dos EUA: era o nascimento de um **Estado desenvolvimentista contemporâneo**, com a regulamentação republicana, acordada em parlamentos e unidades federativas diversas, das benfeitorias financiadas e dos grupos empresariais protegidos e beneficiados. Logo, um novo paradigma político econômico.

¹⁶⁵ VICO, Giambattista. **Ciência Nova**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 2005.

Foi já perguntado no começo deste trabalho: qual era a problemática intelectual do *American System*? A resposta a essa pergunta, desde o tripé do *American System* emerge do *internal improvements*: qual era a problemática do *internal improvements*? A busca de melhoramentos constantes, partindo de dimensões metafísicas até dimensões físicas, pois ambas estão interligadas. Claro que na estruturação de uma tradição ou escola econômica, o foco aqui será em sua dimensão física. Logo, sua problemática era em como superar gargalos econômicos concretos, que não achavam articulações para a inversão de capitais para sua resolução concreta no livre mercado. Assim o *internal improvements* nasce como um tema político nos debates parlamentares, demandando uma solução de exceção no sistema econômico tido como clássico: os governos, via política tarifária ou por venda do seu maior ativo a disposição nos EUA oitocentista (terras), levantam fundos e entram financiando obras determinadas, de alto custo, longa maturação, em áreas estratégicas para a segurança e integração nacional, integração física, comunicacional e cultural do país em formação. Gerando melhorais sociais em cadeia e, finalmente, abrindo caminho, e futuras oportunidades, para que depois os capitais privados sigam o caminho para as inversões privadas, nas trilhas abertas pelo investimento estatal originário. Assim o Estado abre caminho para os mercados de capitais. Tal e qual abriu caminho, com as cavalarias do Estado, para a estruturação de um mercado de terras, na ocupação espacial sobre as terras dos povos originários, do que será o EUA. E depois também, o mesmo Estado nacional, com seu exército da União, formará a força o moderno mercado de trabalho nos EUA, ao abolir com a Guerra a escravidão no sul.

Eis neste ponto, da continuidade das políticas públicas, uma problematização do *American System* como Escola de pensamento. Pois seus autores pensaram e propuseram as políticas de financiamento às *internal improvements* como permanentes, assim como com as políticas tarifárias protecionistas. Elas foram pensadas como políticas de Estado. Contudo, a realidade política dos EUA ainda foi hostil a sua institucionalização. Diferentemente do que ocorreu com as políticas tarifárias, que se institucionalizaram nos EUA.

4.3 Polêmica sobre o *American System*: Tradição Intelectual ou Escola de Pensamento Econômico? Uma Contribuição ao Debate

The American School did achieve a presence in academia in Pennsylvania, Maryland, and New York at schools such as the Wharton School in Philadelphia and at New York University, Cornell, and Johns Hopkins.¹⁶⁶

Outro ponto de discordância do presente trabalho com a obra de Songho Ha é quanto a sua visão de que o *American System* teria sido não uma Escola de Pensamento Econômico, mas uma tradição político/intelectual: segundo ele faltaria maior sofisticação teórica/intelectual para isso. O presente trabalho defende que o *American System* se tornou uma Escola de Pensamento Econômico. Seja pela continuidade temporal entre gerações de pensadores, seja pelo compartilhamento de uma mesma metodologia histórico-dedutiva, seja pela mesma questão temática (o desenvolvimento nacional), seja pela forte presença em partes da mídia impressa (Niles's Register, New York Tribune), seja pela conexão institucional com os partidos políticos (Federalista, e depois mesmo com parcelas dos Democratas-Republicanos jeffersonianos com a guerra de 1812¹⁶⁷, mas sobretudo depois com os partidos: Whig, Republicanos, Greenback party¹⁶⁸ etc.), ou seja pela presença em instituições universitárias. Donald Gibson destaca os centros universitários nos EUA em que a agenda intelectual proposta pelo *American System* foi presente e dominante academicamente. Tal estabelecimento da linha de pensamento do *American System*, com continuidade, nas referidas universidades, é um indício importante para o *American System* ser considerado uma *Escola de pensamento econômico*, como o próprio Donald Gibson, e Michael Hudson¹⁶⁹ consideram, e o presente trabalho corrobora.

Ainda sobre a defesa aqui realizada sobre ser o AS uma escola faz-se neste ponto um destaque sobre uma universidade norte-americana com profundo impacto no nacionalismo de James Madison, a presbiteriana universidade de Princeton. O

¹⁶⁶ GIBSON, Donald. **Wealth, Power, and the Crises of Laissez Faire Capitalism**. Palgrave Macmillan, 2011, p. 20.

¹⁶⁷ BAXTER, Maurice C. **Henry Clay and the American System**, by The University Press of Kentucky, 1995, p. 23.

¹⁶⁸ VÉZINA, Simon. **Henry C. Carey et le système américain d'économie contre l'imperialisme du libre-échange britannique: son passage au New York Tribune**. Département du Histoire Faculté des Arts et Sciences. Université de Montreal, 2014, p. 53.

¹⁶⁹ HUDSON, Michael. **America's Protectionist Takeoff. The Neglected American School of Political Economy**. New York/ London, Garland Publishing Inc., 2010.

impactante Iluminismo escocês teve uma grande influência em centros intelectuais calvinistas na América do norte, encontrando em tais espaços áreas para o desenvolvimento do pensamento social aplicado, que fervilhava em tal Iluminismo, no qual a história emergia como o estudo essencial para tecer conexões e promover processos de melhorias, *improvements*, e desenvolvimentos humanos e sociais.

In Scotland this state of mind was brought to a focus probably sharper than occurred anywhere else. It has been conceded that the Scots – Hume, Smith, and Ferguson in particular – are as entitled as any to be called the founders of empirical social science. [...] is therefore possible if those principles are based on experience and observation. It further follows that the materials of experience are to be found in the study of history – the history both of ancient republicans and modern states. (It was for such reason that John Witherspoon first introduced history to the curriculum at Princeton). States-making and the forming of commonwealths must thus be guided by the scientific reading of history's lessons [...] ¹⁷⁰.

Este trecho foi destacado não apenas pela relação com a figura histórica de Madison, e seu profundo nacionalismo, mas para além de qualquer impacto pessoal na história, o que se busca destacar aqui, é o clima intelectual geral sendo organizado em centros intelectuais estratégicos: o AS é expressão e consequência de uma radicalização em alguns pontos, mas as tendências intelectuais eram gerais e identificáveis, como as expostas neste trecho. O nacionalismo era uma força ascendente, e realmente parece que os nacionalismos escocês e irlandês puderam achar melhor terreno fértil no lado americano do Atlântico para desenvolvimento, diante das dificuldades para estes diminutos países estruturarem algum nacionalismo contra a força gravitacional inglesa em seu auge.

Mas um destaque necessário sobre este trecho é o da centralidade da História como matéria científica para o desenvolvimento das ciências sociais aplicadas no século XIX. O estudo científico da História é a chave científica entre a teoria e a prática, entre o dedutivismo e o indutivismo, entre a lógica e a práxis. Não é acidente a centralidade do dedutivismo histórico no AS, e em tantos autores do século XIX: o método histórico-dedutivo emerge de autores como Hamilton, e dos autores do AS, assim como de Amaro Cavalcanti. O método histórico-dedutivo pode também ser

¹⁷⁰ ELKINS, Stanley & McKITRICK, Eric. **The Age of Federalism. The Early American Republic, 1788-1800**. New York, Oxford University Press, 1993, p. 86.

chamado de empírico-dedutivo”, mas “Enquanto o método empírico-dedutivo é principalmente analítico, o método histórico é ao mesmo tempo analítico e dialético”¹⁷¹, e esta plasticidade foi fundamental para a estruturação de um pensamento econômico que surgia e se colocava, tateando e buscando seus caminhos científicos. E a história, no AS, e em todos os autores escolhidos neste trabalho, é a espinha dorsal do pensamento e da ação, da teoria e da prática, que as ciências sociais aplicadas, ainda em processo de estruturação, buscavam compreender e responder. Pode-se afirmar que a História era o eixo intelectual científico, o eixo metodológico na estruturação do AS como escola, com o eixo temático no desenvolvimento, e o eixo metodológico no método histórico-dedutivo. Este ponto, da defesa do AS como sendo uma Escola de Pensamento Econômico, já foi apresentado no item 2.6, e agora se reforça alguns pontos.

Enquanto isso, a título de comparação que será retomada ao fim, o *Papelismo* brasileiro faz um caminho inverso: de uma doutrina econômica a um impulso político. A base teórica dos papelistas brasileiros do século XIX é a *Banking School* britânica, que defende que a taxa central para regular a oferta monetária é a taxa de juros: juros altos demandariam uma maior emissão monetária. Tal *Banking School* se desenvolve como um contrapondo a *Currency School*, que defende que a taxa para se regular a oferta monetária seria a taxa de câmbio. Sendo a *Currency School* a base intelectual do metalismo e a *Banking School* a base do papelismo oitocentista. Pois aqui se destaca que o papelismo surge com esta base teórica econômica sólida para ir se tornando uma força política para buscar soluções diversas, sendo tal papelismo usado politicamente como solução possível, aceitável, para diversas questões cujas soluções exigiriam por vezes outras medidas, não tomadas na história brasileira.

O papelismo surge como corpo intelectual e teórico fundamentado e coerente na história monetária brasileira, para ir se tornando, na prática, uma força política usada para tudo, sem conexão com sua teorização original, como uma muleta para tantos problemas cuja solução coerente exigiria medidas políticas outras, não tomadas na história política e econômica brasileira. Voltar-se-á detidamente nesta questão na devida hora.

¹⁷¹ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Os Dois Métodos e o Núcleo Duro da Teoria Econômica. **Revista de Economia Política** REP 29. **Brazilian Journal of Political Economy** 29 (2009): 163-19 (2), 2009. p. 170.

4.4 O Nome *American System* (AS): entre Política e Teoria

O nome *American System* para este movimento político (antes de poder ser identificado como *Escola*) foi lançado pelo político Henry Clay (1777-1852, que foi: deputado, senador, Secretário de Estado, e candidato à presidência), que introduziu o termo *American System* pela primeira vez em 10 de maio de 1820, num discurso no Congresso em defesa das tarifas protecionistas, retirando este termo, para significar esta agenda que então se organizava, da obra de Alexander Hamilton, que criou o termo pela primeira vez, na finalização em seu texto *Federalista n° 11*¹⁷². Nele Hamilton afirmava, em defesa da Constituição e da União, com palavras proféticas contra as forças secessionistas e colonialistas:

Facts have too long supported these arrogant pretensions of the Europeans. It belongs to us to vindicate the honour of the human race, and to teach that assuming brother, moderation. Union will enable us to do it. Disunion will add another victim to his triumphs. Let Americans disdain to be the instruments of European greatness! Let the thirteen States, bound together in a strict and indissoluble Union, concur in erecting one great **American System**, superior to the control of **all transatlantic force or influence**, and able to dictate the terms of the connection between the old and the new world!¹⁷³ (Grifos nossos).

Invocava-se então Hamilton para nomear e defender esta agenda *desenvolvimentista* e nacionalista que se estruturava em luta no Congresso dos EUA, criando então o uso do termo *American System* para a defesa desta agenda política, e desta tradição intelectual, que irá se consolidando teoricamente como uma Escola posteriormente, com os trabalhos mais elaborados de autores como Daniel Raymond e Henry Charles Carey. Sobre o programa lançado por Hamilton, Donald Gibson afirma:

As we have seen, **the regulation of trade, government investments in transportation, and a national bank had been key components of Hamilton's program. As with Hamilton, the essence of these ideas was an active national government shaping the economic**

¹⁷² HA, Songho. **The Rise and Fall of the *American System*: Nationalism and the Development of the American Economy, 1790-1837**. London/ New York, Routledge, 2015, p. 2.

¹⁷³ HAMILTON, Alexander. **The Federalist**. Cambridge The Belknap Press of Harvard University Press, 1966. p. 141.

future rather than the program of free trade and limited government proposed by the British liberals

The British liberal school, resting on Smith and Locke, dominated American academic institutions, where it was taught, typically by clergymen, as a mixture of moral or legal philosophy and laissez faire economics. **Against this aristocratic and antinationalist viewpoint the American School of political economy developed an approach oriented to the improvement of the nation's productive powers and focused on technological progress, industrialization, national development, and social transformation.**

The American School did achieve a presence in academia in Pennsylvania, Maryland, and New York at schools such as the Wharton School in Philadelphia and at New York University, Cornell, and Johns Hopkins. Its primary impact, however, was based on its role in the world of politics and journalism. **Among the journalists and lawyers writing on the American System were Matthew and Henry Carey, Friedrich List, Daniel Raymond, and E. Peshine Smith.** Important political figures included Henry Clay, William Henry Seward, and William Kelley. American System economists had influence based on personal connections to political figures such as John Quincy Adams, Henry Clay, and Abraham Lincoln, who was the most prominent supporter of Clay's American System. By comparison, the English liberal school was indifferent toward or actually opposed to industrialization and uniformly rejected government efforts to encourage industrialization. British economists like Smith and their followers in the United States were not interested in the physical sciences, material improvement, or methods of increasing production and wages. That made support of the status quo, an emphasis on distribution of income rather than creation of wealth, and a focus on the prerogatives of property the logical preoccupations of the English school.¹⁷⁴ (Grifos nossos).

Donald Gibson, assim como Michael Hudson, considera, decididamente, o *American System* como uma escola de pensamento econômico. E o trecho supracitado foi reproduzido acima por, de forma sintética, desenhar um quadro geral do que foi o *American System*, e do seu antagonismo com o liberalismo britânico. Era uma escola de pensamento, nascendo de impulsos políticos do nacionalismo, conectando intelectuais e políticos, estruturando um pensamento econômico num tempo em que as universidades ainda estavam se estruturando, e grande parte do debate intelectual ocorria em parlamentos e jornais, mas também cada vez mais

¹⁷⁴ GIBSON, Donald. **Wealth, power and the Crisis of the Laissez Faire Capitalism.** New York, Palgrave Macmillan, 2011, p. 20.

centros universitários iam se estruturando com posicionamentos no referido debate, no qual havia uma ortodoxia intelectual hegemônica de matriz britânica, e um pensamento questionador, heterodoxo, se estruturando nos EUA.

No caso brasileiro as origens de um pensamento econômico heterodoxo, no século XIX, terá três forças fundantes na origem do pensamento desenvolvimentista brasileiro, segundo o especialista Ivan Colangelo Salomão: o nacionalismo, a defesa da industrialização (industrialismo), e o papelismo¹⁷⁵.

Neste trabalho escolhemos colocar o foco no papelismo, do lado brasileiro do estudo. Por considerarmos ele, dos três pontos defendido por Salomão, como o mais objetivo e determinado cientificamente. E por vermos no estudo da moeda, no Brasil e nos EUA, do período em foco, um excelente objeto de estudo da história econômica. Na moeda encontramos uma encruzilhada da história do pensamento econômico, com a teoria econômica e, sobretudo, com a história econômica. A moeda é expressão das ideias projetadas pela teoria, e resultado da concreta aplicação destas ideias na realidade: ela condensa as ideias econômicas na materialidade histórica.

4.5 Estruturalismo *avant la lettre*

Identificações com elementos do pensamento estruturalista da CEPAL como: planificação estatal, ou de capitais privados, em infraestrutura, protecionismo alfandegário, fortalecimento do papel estatal, subsídios diversificados, com apoio estratégico às indústrias, estruturação de um sistema bancário direcionado ao financiamento estatal e às indústrias e obras protegidas, além da defesa da universalização gratuita da educação básica(o que não estava diretamente na pauta da CEPAL, mas lhe era subintendido, e que foi abertamente defendido nos EUA pelos adeptos do AS), se encontram no AS.

Num momento posterior, um mais direto discurso intelectual crítico das vantagens comparativas, com especializações primarizantes, será vocalizado neste grupo intelectual nos EUA, sobretudo por Henry Carey,

¹⁷⁵ SALOMÃO, Ivan Colangelo. **O Desenvolvimento em Construção: Um Estudo sobre a Pré-história do Pensamento Desenvolvimentista Brasileiro**, 2013.

16

COMPONENTES DO PENSAMENTO DA CEPAL

1. Âmbito da teoria econômica		2. Âmbito da política econômica				
		Política de desenvolvimento	Políticas das relações econômicas internacionais	Política agrária	Políticas social, trabalhista e de renda	Políticas de curto prazo
Contribuições teóricas fundamentais	<ul style="list-style-type: none"> a) A concepção do sistema centro-periferia. (1949-1950.) b) A teoria da deterioração dos termos de intercâmbio ('Versão contábil'). (1949-1950.) c) A teoria da deterioração dos termos de intercâmbio ('Versão ciclos'). d) A interpretação do processo de industrialização. (1949-1950.) e) A teoria da deterioração dos termos de intercâmbio ('Versão industrialização'). (1959.) 	<ul style="list-style-type: none"> a) Condução deliberada do processo de industrialização. b) Critérios de alocação de recursos. c) Planificação do desenvolvimento. d) Papel do Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> a) Proteção do mercado interno. b) Integração latino-americana. c) Financiamento externo. d) Assistência técnica. e) Política anticíclica. (compensatória das flutuações da relação de intercâmbio.) 	<ul style="list-style-type: none"> a) Investigação e extensão. b) Tributação e/ou reforma agrária. 		
Outras contribuições teóricas	<ul style="list-style-type: none"> f) A teoria da inflação. (1953-1954.) g) A análise dos obstáculos estruturais ao desenvolvimento. (1960-1963.) 	<ul style="list-style-type: none"> e) Reforma agrária. f) Revisão dos princípios e métodos da planificação. g) Acentuação do intervencionismo; reforma fiscal. 	<ul style="list-style-type: none"> f) Política anticíclica e/ou compensatória de deterioração da relação de intercâmbio. g) Exportação de manufaturas. 	<ul style="list-style-type: none"> e) Reformas e incentivos. 	<ul style="list-style-type: none"> a) Redistribuição de renda. b) Políticas no âmbito social. c) Política ativa de emprego. 	<ul style="list-style-type: none"> a) Políticas antiinflacionárias.

Fonte: RODRÍGUEZ, Octavio. **Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1981, p. 16.

4.6 Desenvolvimentos: Decupagem Campo & Indústria na Via Americana

O desenvolvimento norte-americano tem sido enquadrado pela tradição marxista como um caso de desenvolvimento por “via americana”. Tal definição de desenvolvimento econômico por “Vias” foi desenvolvida por Lênin, chamando de via clássica os casos de Inglaterra e França¹⁷⁶, “via americana” o dos EUA e “via prussiana” o da Alemanha¹⁷⁷, incluindo o caso russo no da via prussiana. Assim como muitos outros autores enquadram os EUA numa via liberal, e o próprio Lênin lê a “via americana”, dando destaque para a ruptura da Independência e ao processo de aburguesamento dos camponeses (transformados em *farmers*), como um processo mais próximo ao da “via clássica” do que ao da “via prussiana”. Dessa forma a leitura do desenvolvimento econômico norte-americano segue marcada pela ênfase no liberalismo, concorrência e livre iniciativa na seara econômica, com destaque para a base política de perfil democrático. Enquanto o desenvolvimento do Brasil tem sido enquadrado por muitos autores como um desenvolvimento capitalista tardio que se enquadraria numa modernização de cima para baixo, numa variação política da chamada “via prussiana” de desenvolvimento¹⁷⁸.

A definição de “vias” usada por Lenin, na obra originária do autor trata apenas do **processo de modernização agrária**¹⁷⁹ e a acumulação capitalista em países que entram posteriormente no capitalismo¹⁸⁰. Seu ponto trata da forma de entrada nestes países das relações capitalistas no campo. Na via prussiana trata-se de transformar a nobreza *júnker* em capitalistas latifundiários, com os camponeses sendo proletarizados. Nos EUA com a reforma agrária lincolniana do Homestead Act (1863), Lenin identifica as pequenas e médias unidades produtoras familiares se tornando pequenas unidades empresariais, num regime liderado por *farmers*. São dois modelos distintos de modernização agrícola, dois modelos distintos de capitalização do

¹⁷⁶ BORGES, Maria Angélica. As Vias do Desenvolvimento Capitalista: Clássica, Prussiana e Colonial. **História Econômica & História de Empresas**, v. 2, n. 1, 1999, p. 114.

¹⁷⁷ LENIN. **O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907**. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1980, p. 30.

¹⁷⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil: Ensaio sobre Ideias e Formas**. Rio de Janeiro, DP&A, 2005, p. 39-58.

¹⁷⁹ FIORI, José Luís. **Sonhos Prussianos, Crises Brasileiras. Leitura Política de uma Industrialização Tardia**, p. 3-4. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/14152> Acesso: 09 dez. 2022.

¹⁸⁰ LENIN, V. I. **O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907**. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p. 29.

campo¹⁸¹, gerados por dois processos distintos de pactos políticos: a conformação do Estado nacional nos EUA, pós Guerra Civil, foi fortemente alicerçada nesta democratização no acesso da propriedade rural, baseada no trabalho livre. Tal pacto político, resultante da Guerra Civil, se realizou com uma modernização capitalista no campo, sendo mais democratizante do acesso a propriedade. Já o pacto político efetuado com sucesso na unificação alemã (1871), na guerra franco-prussiana, resultou num pacto político “pelo alto”, e num campo que se modernizou com concentração fundiária, e a conseqüente proletarização de camponeses.

O tipo de modernização agrícola executado é fundante para a objetivação histórica do capitalismo em toda parte, como nos exemplos dos EUA e da Alemanha. Mas por mais que os pactos políticos, o alemão pelo alto, e o americano de perfil popular, tenham gerado estados de perfis diferentes: o alemão de perfil mais aristocrático e burocrático, o norte-americano popular democrático, esta análise leninista das “vias” é concentrada no momento de modernização agrícola de sociedades que entraram posteriormente na dinâmica central do capitalismo histórico. Trata-se de um modelo analítico centrado no momento de transição organizativa do mundo rural para o capitalismo.

Assim é um modelo analítico concentrado na agricultura, e que nas interpretações de autores brasileiros houve ênfase na questão política, resultante desse modelo de capitalização do campo: o pacto “pelo alto”, o estado bonapartista/bismarckiano, influenciou muitos autores nativos como um modelo analítico para se pensar o Brasil, e fizeram um uso ampliado do termo “via prussiana”, termo este que invoca diretamente a Alemanha, e sua “via” de modernização. Logo, a industrialização como caminho do desenvolvimento é automaticamente lembrada pelos leitores desatentos, uma vez que a Alemanha é um caso de absoluto sucesso na industrialização. Essa possível confusão entre “via prussiana” e industrialização já foi problematizada por autores ocupados nos limites e alcances desse termo.¹⁸² E é exatamente este ponto, o da industrialização dos EUA, que aqui se busca decupar e problematizar nesta discussão.

¹⁸¹ MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil. Origens da Autocracia Burguesa**. Belo Horizonte, Oficina dos Livros, 1989, p. 105.

¹⁸² FIORI, José Luís. **Sonhos Prussianos, Crises Brasileiras. Leitura Política de uma Industrialização Tardia**, p. 4-5. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/14152> Acesso: 09 dez. 2022.

O uso dos termos “via americana” e “via prussiana”, quando usados em seus limites originais, focados na **modernização capitalista do campo**, são corroborados pelo presente trabalho, que dialoga com esta tradição intelectual, mas se as vias de capitalização do campo foram distintas nos caminhos da modernização de EUA e Alemanha, já as vias de industrialização de ambos têm formas similares e convergentes.

4.6.1 Decupar Campo e Indústria: Paradoxo da Modernização na Via Americana

Pois ao se fazer um recorte mais econômico e voltado para os caminhos da industrialização, as “vias industriais” de EUA e Alemanha têm muito em comum, e tal confluência tem bases intelectuais e políticas no *American System* e na Escola Histórica alemã de List, que bebeu na escola americana (conforme já citado anteriormente nos itens: 2.3, 2.6, 2.9, 2.11, 4.4).

A maior democratização do acesso às terras para os pobres brancos nos EUA, consolidou ali um Estado republicano, sendo esta maior acessibilidade da terra a base material econômica de uma república fortemente contratualista, de perfil liberal democrático. Contudo, se a república se fazia com forças mais democratizantes pressionando no campo, já no caminho da industrialização as forças mais dirigistas, e concentradoras, não foram muito importunadas em sua marcha da concentração produtiva, protegidas pelo Estado, concentração produtiva que será a marca do salto industrial norte-americano da segunda Revolução Industrial já ao fim do século XIX¹⁸³, na estruturação de seu modelo capitalista avançado de perfil monopolista¹⁸⁴.

Por mais que haja historicamente nos EUA uma narrativa do livre comércio, diferentemente da Alemanha que permitiu legalmente a estruturação monopolística¹⁸⁵, a tendência monopolista na indústria foi a tônica do desenvolvimento dos EUA, e as pressões anti-monopolistas nos EUA são uma tradição liberal que apenas confirma a existência das empresas monopolistas, que serão posteriormente regulamentadas pelas pressões de fornecedores agrícolas e consumidores, pelo movimento populista nos EUA de fins do séc. XIX, dando forma às agências reguladoras (já que o mercado

¹⁸³ ROBINSON, E. A. G. **Monopolio**. México, Fondo de Cultura Economica, 1942, p. 191, cap. IX.

¹⁸⁴ BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. **Monopoly Capital: An Essay on the American Economic and Social Order**. New York/London, Modern Readers Paperbacks, 1966, p. 218.

¹⁸⁵ ROBINSON, E. A. G. **Monopolio**. México, Fondo de Cultura Economica, 1942, p. 217, cap. X.

não equaliza, nem regula): dando origem ao modelo de agências regulatórias do capitalismo monopolista norte-americano. Modelo este que, apesar de tantas mudanças tecnológicas, subsiste até ao séc. XXI no modelo organizativo empresarial do capitalismo das *big corporations* norte-americanas.

4.6.2 O Tempo do Mundo. Via Americana: Abolicionismo & Protecionismo.

O tema de estudo desta tese se concentra na configuração e início do processo de desenvolvimento e industrialização nos EUA, estudando assim o caso estadunidense, mas cabe destacar que tal desenlace do processo de desenvolvimento estava sendo tentado em diversas partes do mundo. Como já apontado, a industrialização é um processo alcançado por um grupo relativamente pequeno de países, sendo industrialização um processo amplo e articulado, distinto de apenas ter indústrias dispersas, sem encadeamentos. Junto com o processo aqui sob estudo, completado com a Guerra Civil no caso dos EUA, outros dois processos que aqui cabe lembrar de industrializações, bem sucedidas, são os casos da unificação da Alemanha com Bismarck (1871), e da **Restauração Meiji** no Japão (1868), mostrando outros casos bem sucedidos da luta pela industrialização no mundo, que marcaram aquele *tempo do mundo* então vivido pelos retardatários na corrida industrial. A diminuta quantidade dos casos exitosos pelo mundo demonstra o tamanho do desvio enfrentado, mas cabe aqui este destaque comparativo para explicitar que não estamos diante de um excepcionalismo estadunidense, mas de um desvio generalizado do tempo do mundo vivido na economia mundial após a Revolução industrial inglesa, conquistado por um grupo reduzido de países. O presente estudo se concentra no caso norte-americano.

Nos Estados Unidos a revolução capitalista, conquistada na Guerra Civil, se realizou pela junção das forças abolicionistas no lado do trabalho, com as forças industrialistas e protecionistas pelo lado do capital. A primeira força política e social era democratizante, resultando na democratização do acesso ao meio de produção fundamental que é a terra (no caso, para brancos pobres basicamente), e no começo de uma regulamentação do mercado de trabalho, com a abolição da escravidão. A segunda força era economicamente modernizante, mas era socialmente concentracionista.

O destacado perfil democratizante do processo histórico estadunidense, da *via americana*, encontrava-se na modernização capitalista do campo, mas não na modernização da sua indústria, que vivia um salto estrutural no mesmo processo, mas em direção à concentração produtiva.

Neste ponto da questão, problematizando tais respostas consagradas, o presente trabalho dialoga com as linhas explicativas da história do desenvolvimento econômico. Pois há aqui a hipótese de que a própria “via de desenvolvimento alemã”¹⁸⁶, em se tratando de sua modernização **industrial**, com sua coordenação estatal com grupos privados organizados oligopólicamente pelo Estado, seja em grande medida baseada na experiência norte-americana do século XIX.

Assim, teria sido o exemplo praticado nos Estados Unidos, no século XIX, defendido pelos autores do *American System* e os *hamiltonianos*, que acabou vitorioso na Guerra Civil, o modelo **econômico** original seguido pelo *desenvolvimentismo* dos alemães. Pois o desenvolvimento industrial norte-americano deslança sua fase em direção a tendências monopólicas já desde o fim da Guerra Civil, logo, antes da unificação alemã, e visto historicamente o desenvolvimento norte-americano é inseparável da ação estatal por detrás de ações como: políticas monetárias expansivas, políticas comerciais e, sobretudo, alfandegárias extremamente protecionistas, assim como uma crônica e regular política militar expansionista que a cada geração, ou um pouco mais que isso, realizando alguma guerra a mobilizar gastos públicos com coordenações estatais da economia e da produção, criando notáveis ondas de expansão produtiva, por estímulos militares,¹⁸⁷ que a partir da Guerra do Vietnã chegou a ser nomeado como “keynesianismo militar”¹⁸⁸, mas que tem raízes históricas profundas numa prática crônica e regular na existência dos Estados Unidos como nação, tendo manifestações constantes na história do desenvolvimento dos Estados Unidos.

¹⁸⁶ BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Raízes do Desenvolvimentismo Associado: Comentários sobre Sonhos Prussianos e Cooperação Panamericana no Estado Novo (1937-1945)**, 2004. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A019.pdf>. Acesso em 03 dez. 2022.

¹⁸⁷ Congressional Research Service. Informing the Legislative Debate Since 1914. **Instances of Use of United States Armed Forces Abroad, 1798-2022** Updated March 8, 2022. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/natsec/R42738.pdf> *Library of Congress, Congressional Research SVC, 2022.*

¹⁸⁸ KEYSERLING, Leon. **Toward Full Employment and Full Production**, Truman Library, 1954.

CUSTERS, Peter. *Military Keynesianism Today: An Innovative Discourse*. **Race & Class**. Institute of Race Relations, 2010.

O que ficou conhecido na história industrial como Segunda Revolução Industrial identifica nos casos de Alemanha e EUA seus dois principais centros. Com um perfil de modernização produtiva com muitas similaridades tanto na técnica, como na política econômica de base: eletricidade, petróleo, automotiva, siderurgia, química pesada, no lado técnico. E: protecionismo, cartelização, financeirização (bancos/indústrias) e capital aberto em bolsas, apoio estatal, no lado das políticas econômicas. Destaca-se o fato, equivalente ao da Alemanha, de que a industrialização dos EUA, desde a Guerra Civil, se processou com o centro de gravidade econômico na indústria pesada, de bens de capital, integrada pela articulação financeira (bancos, bolsas), sintonizada com a intensa competição interimperialista¹⁸⁹. Neste último ponto isso ocorre desde o princípio do século XIX: os EUA sempre mantiveram a atenção no Império Britânico e sua luta pela industrialização sempre carregou um viés anti-imperialista, prenhe de seu próprio imperialismo. Por último cabe destacar que a indústria nos EUA não surge monopólica, mas entra rapidamente num processo concentracionista nesta direção desde o fim da Guerra Civil¹⁹⁰.

O próprio Hamilton, muito antes, já em 1790, declara sem constrangimentos a necessidade de ajuda estatal no direcionamento do processo produtivo, e a centralidade das instituições bancárias para o sucesso da produção, indicando uma preocupação, e foco, para com a necessidade de sintonia entre bancos e indústrias, numa visão que antecipa tendências do modelo de financeirização que será identificado analiticamente com o imperialismo alemão¹⁹¹, como quando Hamilton afirma sobre os bancos, em seu relatório sobre o banco nacional:

Trade and industry, wherever they have been tried, have been indebted to them [*bancos*] for important aid. And government has been repeatedly under the greatest obligations to them [*bancos*], in dangerous and distressing emergencies. That of the United States, as well in some of the most critical conjunctures of the late war, as since the peace, has received assistance from those established among us, with which it could not have dispensed¹⁹² (Grifos nossos).

¹⁸⁹ FIORI, José Luís. *op. cit.*, p. 5. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/14152> Acesso: 9 dez. 2022.

¹⁹⁰ BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. **Monopoly Capital: An Essay on the American Economic and Social Order**. New York/London, Modern Readers Paperbacks, 1966, p. 218.

¹⁹¹ COUTINHO, Mauricio. Do Capital Financeiro de Hilferding. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. São Paulo, n. 35, p. 5-26, junho 2013, p. 12.

¹⁹² Report On a National Bank. **Treasury Department**. Dec. 13, 1790, p. 60.

Evidente que não se está afirmando aqui que Hamilton propunha exatamente o que se concretizou ao final do século XIX com o capital financeiro, mas ele dá muitos indícios nessa direção, defendendo o suporte e apoio às indústrias que o banco nacional que propõe permitiria.

Este trecho pode ser criticado como uma afirmação aleatória, que poderia aparecer em relatórios de vários ministros do século XIX. Mas é inegável a sintonia intelectual entre sistema bancário, sistema monetário e indústria na obra hamiltoniana, seguida pelos outros autores aqui em estudo. E a força dessa afirmação, neste relatório em defesa da feitura de um grande banco nacional, é que ela tem uma base política para se realizar: o nacionalismo. O nacionalismo não é uma ideia fantasmagórica, mas sim um projeto político concreto, que se materializa economicamente na agenda hamiltoniana do AS ao longo do século XIX. Logo não são palavras aleatórias, para negociar com políticos pontos obscuros: é um projeto nacional sendo exposto, cujo elo de legitimação pública, contra as acusações de que seria um projeto de leviatã financeiro, foi o nacionalismo.

4.6.3 Liberal-Nacionalismo Americano

James Madison's theory of extended republic and the nature of political man is probably seen in its most compressed form in Federalist Number 10. [...] did it have much in common with one of the central beliefs of nineteenth-century Romanticism, that all discourse on matters of government and society must take for its starting point the unique character and needs of a given people and a given national state. The political philosophers of the Enlightenment tended to be universal planners; they made endless projections of the future. But they also insisted that such projections be based not simply in reason but on experience and evidence [...] ¹⁹³

Esta base política é o chão do projeto econômico sob estudo aqui: realizar a república num imenso território foi o desafio, e obsessão política, dos EUA oitocentista. Como já afirmado aqui anteriormente, o protecionismo no século XIX não

¹⁹³ ELKINS, Stanley & MCKITRICK, Eric. **The Age of Federalism. The Early American Republic, 1788-1800**. New York, Oxford University Press, 1993, p. 86.

se colocava nas discussões como antiliberal: era um tipo de liberalismo romântico, que colocava o nacional na frente da agenda pública, e as liberdades individuais precisavam construir compromissos com agendas coletivas, públicas. Assim as forças abolicionistas contribuíram para um pacto político democratizante, e as forças protegidas da industrialização americana contribuíram para a *aristocratização financeira* das elites urbanas da costa leste, num paradoxo campo/cidade da modernização americana com a Guerra Civil. Com o processo de plutocratização das elites urbanas tendo sua mais didática expressão política na rápida transformação do partido republicano, que era o partido popular, abolicionista, papelista, nos dias de Lincoln, num partido da *haute finance*, dos dias da presidência de William Mackinley (1897-1901).

“Os países industrialmente mais desenvolvidos não fazem mais que mostrar aos países mais atrasados o espelho de seu futuro”¹⁹⁴. A industrialização é uma conquista histórica coletiva que não está igualmente colocada nos roteiros históricos das diferentes nações: o processo de industrialização não é uma inevitabilidade histórica, mas uma conquista histórica permeada por muitas frentes de realização necessária para tal empreitada ser bem sucedida. E na maior parte da superfície terrestre não foi plenamente alcançada, pois é uma conquista que, em sua plenitude, apenas um restrito grupo de países realizou. A industrialização americana, em seu salto produtivo na Guerra Civil e Reconstrução, se faz com a estruturação de um mercado de trabalho, e se beneficia do mercado interno ampliado com a reforma agrária lincolniana. E também se fez com o constante e regular plano de um nacionalismo econômico, desde sempre planejado e defendido por grupos diversos, com os autores do AS a frente, e que chegou em seu auge na vitória da União na Guerra Civil. Os 50 anos subsequentes, de hegemonia do partido republicano na Casa Branca, foi o contexto político para o salto desenvolvimentista dos EUA: com altíssimas tarifas de importação, papelismo por quase 20 anos (1862-1879), abolicionismo com reforma agrária (sobretudo para brancos pobres). Com a hegemonia política do partido republicano controlando o processo, o salto desenvolvimentista industrial se fez nos

¹⁹⁴ Karl Marx, *op. cit.*, 1949, p. 15.

EUA, país no qual o nacionalismo sempre foi uma premissa política, e sua expressão mais intensa se aglutinou na força política construída no partido republicano.

Este trabalho começa pelo caso dos Estados Unidos. Inicialmente, antes do trabalho direto sobre as correntes intelectuais e seus representantes aqui em estudo, será feito uma retrospectiva histórica dos Estados dos Unidos, para contextualizar o surgimento do *American System* naquele país. Problematizando a ideia de um *desenvolvimentismo no século XIX*, com o foco num Estados Unidos ainda subdesenvolvido, com suas narrativas e propostas de desenvolvimento, projetos nacionais e regionais em disputa, para com a Guerra Civil as disputas prévias serem superadas pela vitória do projeto nacionalista identificado com o AS, e com solidificação de uma hegemonia política nacional, com os republicanos, na realização deste projeto vencedor. Neste processo subsequente destaca-se o quanto de centralismo e nacionalismo econômicos guiaram os Estados Unidos para a posição de uma das três maiores potências industriais do mundo em 1900, já dentro de um ascendente Capitalismo Monopolista, que o *American System* ajudou a gerar, e o quanto esta tão esquecida corrente intelectual do *American System* está na base intelectual desta trajetória. E depois o quanto o Brasil, que quanto mais a segunda metade do século XIX se aproximava do XX, mais se via como na situação que será caracterizada no século XX como de subdesenvolvimento, vulnerável e cada vez mais distante da grande república do norte, foi mais e mais buscando inspiração no exemplo dos Estados Unidos e, até que ponto, buscou direta ou indiretamente no *American System* caminhos para seu próprio desenvolvimento.

4.7 O *American System* e os Conflitos dos Modelos de República e de Economia de seu Tempo (1790-1879)

A emergência do *American System* é a sistematização intelectual de uma agenda de política econômica, identificada com a tradição hamiltoniana nos EUA, sendo esta uma expressão econômica da disputa política federalista/republicana maior, na qual os EUA estruturam sua primeira república. Usa-se aqui como base a sistematização temporal do *American System* feita por Songho Ha, mas com

extensões temporais divergentes. Em sua obra de referência¹⁹⁵ Songho Ha concentra o *American System* entre o marco militar da segunda guerra de independência (1812-1815) e o governo Andrew Jackson (1829-1837). Concorde-se no presente trabalho com sua identificação do início do *American System* na segunda guerra de independência, mas defende-se aqui que o epílogo do *American System* só se completa com a Guerra Civil e a Reconstrução (1865-1876), indo até o debacle da entrada dos EUA no padrão-ouro, ao fim da *Greenback Era* (1861-1879).

Inclusive o prelúdio intelectual, com a própria obra de Alexander Hamilton sendo considerada uma obra precursora, antecipadora do *American System* propriamente dito, é uma ideia corroborada neste presente trabalho: o *American System* como movimento político/intelectual, se estruturando como uma escola americana de pensamento econômico, só ocorre após a morte de Hamilton, que antecipa o *American System*, mas não viveu este processo político/intelectual no seu desenrolar.

Data-se então o *American System*, como movimento político intelectual, surgindo apenas na década de 1810. Pois desde Hamilton, considerado o fundador, sem saber, deste movimento, que se estruturou em defesa do espólio intelectual do primeiro secretário do Tesouro dos EUA, com o movimento que surge após sua morte. Hamilton cunhou o termo *American System*, que foi retirado de seus textos pelo político Henry Clay, que usou o termo para a defesa de uma agenda protecionista em vários discursos¹⁹⁶, para nomear a política econômica que ele e seu grupo, que em larga medida irá se organizar posteriormente nos Whig, defendiam. Mas o AS será, a partir da década de 1820, efetivamente elaborado como uma estrutura intelectual mais elaborada, defende-se aqui, que ele se configurou como uma Escola de Economia Política. Henry Clay introduziu o uso do termo *American System* a partir de 1820¹⁹⁷, para a defesa sistemática dos 3 pontos que serão umbilicalmente conectados com o termo *American System* desde então: Henry Clay introduced the term “*American*

¹⁹⁵ HA, Songho. **The Rise and Fall of the American System: Nationalism and the Development of the American Economy, 1790-1837**. London/New York, Routledge Taylor & Francis Group, 2009.

¹⁹⁶ Disponível em: <https://history.house.gov/Historical-Highlights/1800-1850/The-1824-%E2%80%9CAmerican-System%E2%80%9D-speech-by-Speaker-Henry-Clay-of-Kentucky/>. Acesso em 17 dez. 2022.

¹⁹⁷ GIBSON, Donald. **Wealth, power and the Crisis of the Laissez Faire Capitalism**. New York, Palgrave Macmillan, 2011, p. 19.

System” in 1824 “to describe his three part program of protective tariffs, internal improvements and a national bank¹⁹⁸.

Essa agenda protecionista, apoiadora de um Banco nacional forte, e de financiamentos subsidiados para obras de longo prazo, que teriam impacto coletivos múltiplos (*internal improvements*), como: canais, estradas, portos, melhorias em navegações fluviais e costeiras, moinhos, escolas, postos militares e dos correios, fábricas estratégicas (como de pólvora), escolas públicas, universidades, bibliotecas, observatórios astronômicos, e logo mais, em meados do século XIX, a invenção que terá talvez o maior impacto na história econômica dos EUA, sendo privilegiadas nestes financiamentos, sobretudo por financiamentos via concessões territoriais por parte dos governos: as ferrovias¹⁹⁹.

O banco nacional funcionava como um precursor de um banco central, autorizando os bancos emissores a irrigar a economia com fluxo monetário, e controlando os fluxos de pagamentos governamentais (o BUS, *Bank of US*, controlava a folha de pagamentos do governo federal). As tarifas protecionistas ajudavam setores produtivos, e formavam um caixa para financiar parcialmente as *internal improvements*. Havendo assim uma sinergia entre estes três eixos da agenda do AS.

O surgimento de um movimento nacionalista em economia, viveu sua emergência com a segunda guerra de independência (1812-14), que foi quase uma expansão das Guerras Napoleônicas²⁰⁰ para a América do norte. A guerra em si, obviamente, já desperta um nacionalismo generalizado. Mas neste fato histórico, houve o despertar de uma valorização intelectual, e moral, da memória e da obra de Alexander Hamilton.

Hamilton morre assassinado num duelo, em 1804, morto pelo vice presidente Aaron Burr, vice do 3º presidente dos EUA, Thomas Jefferson. Tal polarização, que já encontra alguma relativização na historiografia, mas será uma marca da memória histórica norte-americana destas duas tradições: a jeffersoniana e a hamiltoniana. Como é largamente destacado pela literatura sobre EUA:

¹⁹⁸ *Idem*, p. 19.

¹⁹⁹ BARAN, Paul & SWEEZY, Paul. **Capitalismo Monopolista**, Rio de Janeiro, Zahar. p. 218.

²⁰⁰ HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2009, p. 115-116.

Há um padrão importante aqui: desde o tempo dos pais-fundadores, os Estados Unidos sempre estiveram divididos entre duas tradições, a das políticas ativistas de Alexander Hamilton (1755-1804) e a da máxima “o governo que menos governa, governa melhor” de Thomas Jefferson (1743-1826). Hamilton foi uma figura chave na criação do primeiro banco central dos Estados Unidos, em 1791, enquanto Thomas Jefferson combateu o banco central e contribuiu para fechá-lo em 1811. Com o tempo, e o habitual pragmatismo americano, essa rivalidade foi resolvida colocando jeffersonianos à frente da retórica, e hamiltonianos à frente da diretriz política.”²⁰¹

O comentador citado, tem um ponto de visão de um economista do século XX, buscando dar sua opinião da conclusão no longo prazo do conflito político/econômico. Pois analisando mais de perto o conflito político destas duas tradições em luta, estudando a construção do lado hamiltoniano, durante um conflito, cujo o final nada tinha de claro, percebesse-se o peso das discordâncias. A morte de Hamilton, num duelo, morto pelo vice de Jefferson, foi já um momento de tensão desta luta das duas tradições, e despertou uma atenção para com o homem que morria e seu legado. Havia um falatório crônico sobre a dita corrupção de Hamilton²⁰² (sobretudo pela sua consolidação da dívida nacional, valorizada em mãos de especuladores), mas na hora em que ele é morto, as paixões políticas sempre se reequilibram. E houve um clamor em defesa do Secretário do Tesouro de Washington. O seu assassino, Aaron Burr, tinha conexões em Londres, aonde ainda foi morar, causando um contra-falatório sobre o impatriotismo e subserviência aos britânicos, na outra tradição. O partido federalista de Hamilton estava colapsando: Washington morreu em 1799. E o segundo presidente dos EUA, o também federalista John Adams não conseguiu se reeleger, perdendo para seu vice, do oponente partido republicano, o 3º presidente dos EUA, justamente Thomas Jefferson. Jefferson era muito cioso da democracia, e antipatizava com as propostas hamiltonianas de um Estado federal fortalecido, considerando seu conceito de banco nacional, inspirado no banco da Inglaterra, um instrumento Leviathânico contra seu entendimento de democracia, sendo tal banco uma criação inconstitucional na opinião do 3º presidente dos EUA.

²⁰¹ REINERT, Erik S. **Como os Países Ricos Ficaram Ricos... E Por Que os Países Pobres Continuam Pobres**. Contraponto, p. 65.

²⁰² WRIGHT, Roberts E. **One Nation Under Debt. Hamilton, Jefferson, and The History of What We Owe**. McGrawHill, 2008, p. 135, 139.

Mas, posteriormente, a guerra (1812-1815) foi definidora de um primeiro *compromisse* entre as duas tradições (jeffersoniana e hamiltoniana) na história norte-americana: com o Banco dos EUA sendo o cavalo de batalha, criado por Hamilton em 1791, tendo sido negada sua renovação em 1811. A Guerra de 1812-15 fez Jefferson, e todos os jeffersonianos, aceitarem a criação do segundo *Bank of United States* (2BUS) em 1816. É explícita a centralidade da guerra para a estruturação do nacionalismo na base do que será a agenda do *American System*. Mas a guerra entrará não só num patriotismo direto, mas também de forma indireta neste processo político/intelectual. Pode-se ver a guerra como choques adversos diretos nos fluxos comerciais no contexto das guerras napoleônicas, cujos resultados dos bloqueios, comerciais e militares, serão buscados serem reproduzidos após a guerra com a defesa do aumento das tarifas.

Sobre o contexto da luta pela defesa alfandegária:

The harvests in Europe for several seasons were bad, and caused a stronger demand and higher price for the staple food products. The demand for cotton was large, and the price high. Most important of all, the currency was in a state of complete disarrangement, and concealed and supported an unsound economic condition. Under cover of the excessive issues of practically irredeemable bank-notes, the prices of all commodities were high, as were the general rates of wages and rents. The prices of bread-stuffs and provisions, the staples of the North, and of cotton and tobacco, the staples of the South, were high, not only absolutely, but relatively, and encouraged continued large production of these articles. The prices of most manufactured goods were comparatively low. After the war the imports of these from England were very heavy. The long pent-up stream of English merchandise may be said to have flooded the world at the close of the Napoleonic wars. In this country, as in others, imports were carried beyond the capacity for consumption, and prices fell much below the normal rates. The strain of this over-supply and fall of prices bore hard on the domestic manufacturers, especially on those who had begun and carried on operations during the restrictive period(*wars*); and many of them were compelled to cease production and to abandon their works. This abnormal period, which had its counterpart of feverish excitement and speculation in Europe, came to an end in 1818–19. The civilized world then settled down to recover slowly from the effects of a generation of war and destruction. In the United States the currency bubble was pricked in the latter part of 1818. Prices began to fall rapidly and heavily, and continued to fall through 1819. The prices of the agricultural staples of the North and South underwent the greatest change, for the harvests in Europe were again good in 1818, the

English corn-laws of 1816 went into operation, and the demand for cotton fell off. A new scale of monetary exchange gradually went into operation. During the period of transition there was, as there always is in such periods, much suffering and uneasiness; but gradually the difficulties of adjusting old contracts and engagements were overcome, and the habits of the people accommodated themselves to the new régime.

Two results which it is important to note in this connection followed from the crisis of 1819: first, a great alteration in the position and prospects of manufacturing industries; and second, the rise of a strong public feeling in favor of protecting these industries, and the final enactment of legislation for that purpose. The first of these results was due primarily to the fact that the fall in prices after 1819 did not so greatly affect most manufactured goods as it did other articles. The prices of manufactured goods had already declined [...] ²⁰³

E eis que naquele contexto do pós-guerra, num mundo econômico de profunda instabilidade com o impacto de novos padrões produtivos da Revolução Industrial, com variações de preço e fortes guinadas nos retornos econômicos, o movimento protecionista estadunidense alcançou uma força e alcance social amplo, iniciando uma marcha política que se desenvolveu por todo o século XIX. Tal tradição protecionista tem seu marco fundador, em sua versão contemporânea, neste momento, e conferiu uma marca cronicamente presente na política econômica estadunidense por todo o século. E as pautas protecionistas, produtivistas e pelo fortalecimento do mercado interno, polarizadas no AS, viveram então um desabrochar, com um impacto de longa duração na história dos Estados Unidos:

The second effect of the change that followed the financial crisis of 1819, was the strong protective movement which exercised so important an influence on the political history of the next generation. The diminution of the foreign demand, and the fall in the prices of staple products, naturally gave rise to a cry for a home market. The absence of reciprocity and the restrictive regulations of England, especially in face of the comparatively liberal import duties of this country, furnished an effective argument to the advocates of protection. Most effective, however, was the argument for protection to young industries [...] ²⁰⁴

²⁰³ TAUSSIG, F. W. **The Tariff History of the United States**. New York/London, G.P. Putnam's Sons. The Knickerbocker Press, p. 26-27.

²⁰⁴ *Idem*, p. 28.

4.8 Da República ao Império, Entre a Defesa Industrial e o Ataque Industrial: Polêmicas Constitucionais e Necessidades Objetivas

[...] many American statesmen exploited fears of foreign intervention in order to mobilize domestic political support for particular foreign policies. The American conception of national security was the product of both perceptions of threat and imperial ambitions, though the proportions of these two ingredients varied greatly among individual statesmen.²⁰⁵

O medo das ameaças externas era o pano de fundo da construção de um plano intelectual e político econômico expansivo: da retórica defensiva surge planos expansivos, nos quais o governo emerge como agente ativo contra os gargalos econômicos e de segurança, nas ações positivas das *internal improvements*. A trajetória da disputa entre os planos econômicos sempre teve uma base política, sendo o ir e vir dessa agenda intervencionista do Estado norte-americano um cabo-de-guerra histórico das forças políticas dos Estados Unidos oitocentista. O presidente Madison em 1817 vetou um projeto de *internal improvements*, aprovado no Congresso, alegando sua inconstitucionalidade. Na presidência de James Monroe (1817-1825) grupos pró agenda afinada com o *American System*, do seu partido *Democratic-Republican*, tentaram criar um programa federal de *internal improvements*. O medo da guerra foi um motor político para a Doutrina Monroe, assim como foi o motor da agenda econômica do *American System*. O historiador Herman V. Ames defende que as tarifas protecionistas só a partir de 1827 é que se tornaram o maior alvo dos contrários ao *American System*. Até então as *internal improvements* foram por muito tempo o principal alvo, com muitos questionamentos sobre sua constitucionalidade, com os opositores tratando as *internal improvements* não como uma questão econômica, mas como uma questão constitucional: tais intervenções federais, na facilitação de crédito e financiamento, para obras consideradas estratégicas, seriam inconstitucionais na aceção de muitos,²⁰⁶ como James Madison.

Tal e qual ocorreu antes com o banco dos EUA, houve um grande debate entre de um lado a constitucionalidade da medida, e do outro sua necessidade. As *internal improvements* passaram pelo mesmo labirinto legal. E nos anos 1860 o papel moeda

²⁰⁵ SEXTON, Jay. **The Monroe Doctrine. Empire and Nation in Nineteenth-Century America**. New York, Hill and Wang, p. 13.

²⁰⁶ HA, Songho. **The Rise and Fall of the American System: Nationalism and the Development of the American Economy, 1790-1837**. London/New York, Routledge Taylor & Francis Group., 2016, p. 55.

greenback de Lincoln passará pelo mesmo cabo de guerra: sua alegada inconstitucionalidade de um lado, e sua absoluta necessidade para salvar a União (razão de ser da própria Constituição) de outro.

Em 1819, um relatório do Congresso, conhecido como *Calhoun's Report*, do parlamentar John Calhoun, no qual a defesa da necessidade de *internal improvements* foi feita numa articulação entre comércio, economia, comunicação e segurança militar: as estradas e canais propostos eram necessidades tanto comerciais, como para a expansão agrícola, como para o adequado funcionamento do correio (uma instituição nacional central dos EUA oitocentista), e finalmente, mas não menos importante, para a segurança militar. O relatório frisava a impossibilidade de distinguir a importância, nas obras em questão, de seus impactos comerciais, comunicacionais e militares: as mesmas obras seriam fundamentais para todas as finalidades indicadas de forma integrada, tendo ainda o efeito de incrementar a capacidade fiscal dos governos, e consolidar a União. Tal relatório do Congresso foi apresentado conjuntamente pelo Secretário do Tesouro e pelo Secretário da Guerra, defendendo a necessidade de tais obras, logo a necessidade de serem consideradas como constitucionais. Estavam construindo a narrativa política da constitucionalidade das *internal improvements*,²⁰⁷ pelo argumento da necessidade. Tal e qual ocorreu com o banco dos EUA na década de 1810, e nas décadas de 1860/70 ocorrerá com o papelismo do *greenback* lincolniano.

Outro ponto a destacar nesta mudança frente a questão constitucional, no debate sobre as *internal improvements* é a mudança de atitude do relatório Calhoun de 1819, em comparação com outro relatório de 1808, do Secretário do Tesouro do presidente Jefferson, secretário Gallatin, referente a um tema explosivo nos EUA oitocentista: os direitos dos estados frente ao direito da União. Escreveu Gallatin em 1808: "It is evident that the United States cannot, under constitution, open any road or canal, without the consent of the State through which such road or canal must pass".²⁰⁸

O relatório Calhoun em 1819 já deixa implícito a interpretação que o governo federal pode realizar *internal improvements* federais nos estados em questão, sem pedir autorização deles, apenas ganhando o projeto no voto do Congresso, onde os

²⁰⁷ *Idem*, p. 56.

²⁰⁸ *Idem*, p. 57.

estados estão representados todos juntos, configurando uma mudança interpretativa da Constituição importante neste debate. No histórico cabo de força entre estados e União nos EUA, a concentração de agendas para aceleração do crescimento, e/ou desenvolvimento, identificada com a tradição hamiltoniana, sempre pesou para o lado da União. A crise financeira de 1819 malogrou os audaciosos planos de *internal improvements* do relatório Calhoun, mas algumas chaves políticas e jurídicas marcaram mudanças importantes, em direção da estruturação de um paradigma que compreenda e aceite a ação estatal ativa na economia nacional. Abrindo caminho para a aprovação do *General Survey Act* de abril 1824: uma lei aprovada no Congresso, que liberava a Casa Branca a levantar dados sobre as necessidades de vias de transporte e comunicação, de estrada e de canais, de interesse nacional, de importância comercial ou militar. Um ponto de destaque deste relatório parlamentar de 1819 foi a questão da pesquisa, e do levantamento de dados, na fundamentação da necessidade de *internal improvements* no país.

Curiosamente, assim como Henry Clay foi um ferrenho opositor ao 1^o BUS (1^o Bank of the USA, 1791-1811), e depois se tornou um ardente defensor do *American System*, John Calhoun após este trabalho importante para a estruturação da agenda defensora de *internal improvements*, foi se tornando cada vez mais um defensor do *direito dos estados*. A “questão do Missouri” (1820) foi um ponto de ruptura, e o político da Carolina do sul, tornou-se um ferrenho defensor dos estados, e contrário às tarifas. Realizando politicamente um caminho contrário ao de Henry Clay.

A crise do Missouri (1820) marcou um ponto de fim do consenso nacionalista, vindo desde o fim da segunda guerra de independência (1812), quando a questão escravista, e do *direito dos estados*, passou a se contrapor crescentemente frente ao bloco nacionalista, defendido pelo *American System*. Sobretudo opondo-se, no tripé do *American System*, contra as tarifas protecionistas, mas não só. Pois conforme o separatismo ganhava fermentação, o próprio nacionalismo se deslocava para o regional, contra a agenda nacional pregada no *American System*. Em 13 de janeiro de 1824, o deputado Philip P. Barbour, da sulista Virginia, fez um histórico discurso no Congresso, defendendo que as *internal improvement* eram, em sua interpretação da constituição, responsabilidades constitucionais exclusiva dos estados e só deles²⁰⁹.

²⁰⁹ *Idem*, p. 869.

Vários marcos anteciparam a Guerra Civil, e este foi um deles. Entre a crise do Missouri (1820) e a Guerra Civil (1860-65) foram 40 anos de crises e *compromises* entre norte e sul, com o *American System* sendo um programa hamiltoniano fortemente nortista na essência (e pró oeste *free*), e nacional na forma. Nessa briga sobre a interpretação da Constituição, já em 1824, quando Henry Clay propôs um pacote de *internal improvements* no Congresso, o deputado da Carolina do Norte, John Randolph acusou o risco do empoderamento da unidade federal, para fins da agenda progressista, ir contra o poder escravista, mostrando os riscos para a escravidão sulista ao permitir o Congresso aprovar leis para *internal improvements*: “If Congress possesses the power to do what is proposed by this bill [...] they may emancipate every slave in United States”.²¹⁰ O projeto foi aprovado por 115 a 86, e depois no Senado, numa mesma proporção. A corda ia se esticando... Com a agenda progressista tendo o crescente fluxo imigratório aumentando os votantes do norte, ao seu lado.

A crise de 1819 fez a defesa de um mercado interno mais popular, e o 2 BUS (2º Bank of the USA, 1816-1836) menos popular na opinião geral, por este não ter barrado a crise, e financiado a expansão para o oeste, tanto na agricultura livre como a escrava, de forma que os críticos consideravam excessiva. Houve um acúmulo de prorrogações de cobranças de segunda prestação aos compradores de terras, que acabou culminando na crise. A contração monetária por parte dos bancos, causou uma crise em cadeia, e a retirada de meios de circulação pelos bancos, com o 2BUS a frente, somada a crise de superprodução agrícola, causou queda dos preços das terras. Logo, muita oposição dos fazendeiros.

The Land Act of 1820. Na Lei de Terras dos EUA de 1820, houve um reequilíbrio entre os dois objetivos do governo federal no uso das terras nacionais: levantamento de fundos e colonização. Nesta nova lei de terras as taxas aumentaram encarecendo a compra das terras (dificultando a colonização), e o objetivo de povoamento foi assim sacrificado, mas fortaleceu o objetivo de levantar fundos, fortalecendo o sistema bancário, e buscando impedir outra crise como a de 1819.²¹¹ Isso trouxe forte oposição popular, e estará no coração da campanha populista de Andrew Jackson em 1828: mais colonizadores brancos ocupando as terras do oeste, menos poder para o sistema

²¹⁰ *Idem*, p. 70.

²¹¹ *Idem*, p. 63.

bancário. Mesmo que este último ponto fosse um grito de guerra eleitoral, que não se segura em face aos fatos: Jackson ao negar a renovação do 2^o BUS, tornou o sistema mais instável, e fortaleceu muito os bancos estaduais, num sistema mais instável, e mais poder para os estados.

4.9 Bancos e Terras, James Monroe (1817-1825) e Andrew Jackson (1829-1837): da Crise do Missouri ao Fim da *Era of Good Feelings* (1812-1825)

A chamada *Era of Good Feelings* na história norte-americana é conhecida assim por este período ser de forte espírito público de conciliação, e busca de união, na sequência da segunda guerra de independência (1812-1816). Não por acaso o *American System* se estrutura, e ocupa a cena política dos EUA neste período. Este momento foi marcado pelo colapso do partido *Federalista*, com o *Democratic-Republican Party*, dos presidentes Thomas Jefferson (1801-1809), James Madison (1809-1817), e James Monroe (1817-1825), alcançando uma hegemonia no país. Mas se Hamilton morreu (1804) no partido Federalista, o nascente *American System* que o sucedeu acabou se desenvolvendo, para além do partido Federalista, politicamente dentro já do partido *Democratic-Republican* de Jefferson, e do outrora Federalista histórico nos dias da Convenção constitucional, o ex parceiro federalista de Hamilton, James Madison.

O auge da sintonia entre a agenda do *American System* com um compromisso nacional das forças no poder foi nos anos da presidência de James Monroe (1817-1825): a própria doutrina Monroe é a expressão política/militar/diplomática, de uma agenda que vivia seu desenvolvimento econômico no *American System*, nos mesmos dias.

Contudo, a crise do Missouri (1820) é um marco nas divisões políticas com relação ao explosivo tema da escravidão, anunciando o começo do fim dos *bons sentimentos*. E a presidência de John Quincy Adams (1825-1829), político intelectualizado, filho do 2^o presidente dos EUA (John Adams), o que invocava algo de aristocrático nele, que estudou na Europa e foi um decidido defensor do *American System*, defendendo uma esclarecida agenda de *internal improvements* e maior escolarização, gerou a reação jacksoniana. O partido até então hegemônico dos *Democratic-Republican* rachou, gerando o segundo sistema partidário dos EUA, com

Andrew Jackson vencendo, e afastando da Casa Branca os intelectualizados, ligados ao *American System*, John Quincy Adams e Henry Clay.

Andrew Jackson, um escravagista sulista, herói da segunda guerra de independência (1812-1816) por liderar a defesa de New Orleans, com um exército multirracial, e alcançar uma improvável vitória contra os ingleses, que não conquistaram a estratégica cidade, era um político de perfil *white trash*, avesso a muitas leituras, com uma fala de perfil popular conectada com as classes trabalhadoras brancas. Pode-se afirmar que ele era o oposto ao que o aristocrático, e intelectualizado, John Quincy Adams representava. E como sói ocorrer na gangorra da história, Andrew Jackson derrotou Adams e Clay, e a agenda progressista do *American System*. Sua vitória, para o historiador Songo Ha marca a derrota do *American System*, mas aqui se discorda desta visão. A vitória de Jackson marca uma vitória de uma reação geral naquele contexto: uma reação do *slave power*, das críticas aos financiamentos públicos e contra as *internal improvements*, e sobretudo, uma reação ao 2BUS. Assim a agenda do *American System* sobre um forte revés então: o banco nacional não é renovado em 1836, e a até então agressiva política protecionista vive em refluxo também, com as *nullification crisis* (1832).

Naquele contexto a presidência de Jackson é uma vitória política de forças mais reacionárias, mas de perfil populista, porém não foi uma derrota final da agenda progressista do *American System*. Entre reações e avanços, as forças reacionárias e progressistas vão se equilibrando na estrada da história republicana dos EUA, até a ruptura explosiva da Guerra Civil, na qual as forças progressistas, sintonizadas com a agenda do *American System*, têm aí então uma vitória completa.

A agenda jacksoniana, de perfil populista, agrarista e reativa ao incremento do poder financeiro, encontrou um forte apelo no ataque ao banco nacional federal: assim ele defendia o poder dos estados, e de seus bancos estaduais ligados as oligarquias locais, desmontava a rede de segurança financeira que o 2BUS representava, pois ao cobrar mais caro pelas terras federais o 2BUS defendia a segurança do sistema, e tornava a colonização mais lenta e estável, e levantava fundos para as *internal improvements* que a marcha para o oeste demandava. Jackson entre levantar mais fundos e estimular mais a marcha colonizadora para oeste, colocou todas as suas fichas na segunda opção. Conseguindo muito apoio popular, com apoio dos banqueiros dos estados, e a histórica alcunha de populista.

Pois antes já havia ocorrido a facilitação de acesso a terras federais, com estas sendo postas à venda em lotes menores, na Lei de Terras dos EUA de 1817, com ampliação do financiamento aos interessados, pelo próprio 2BUS desde 1816, o que acabou sendo um dos combustíveis da crise financeira de 1819. Os preços baixos das terras, negociados anteriormente, acabaram sendo inflacionados pelo boom do algodão, e os bancos pararam de suspender as prestações dos fazendeiros devedores. A queda dos preços agrícolas, incluindo o do algodão, em 1819, desestruturou o sistema de venda de terras federais a créditos negociados. Com a crise o Congresso aboliu o sistema de venda de terras a crédito.²¹²

Na antessala da *Nullification crisis* (1832), as leis fortemente protecionistas propostas em 1824 encontraram no Congresso uma forte oposição sulista, que resolveu combatê-las alegando a inconstitucionalidade do Congresso em fazê-las. Neste caso apelar para a inconstitucionalidade foi um argumento facilmente derrubável: Henry Clay defendeu que o direito do Congresso, garantido pela Constituição, de referendar acordos com outros países, garantia o poder do Congresso legislar tais tarifas. Que foram aprovadas em 16 de abril de 1824 por 107 a favor e 102 contra (50 dos votos contrários foram sulistas), passando depois no Senado. Foi nesta batalha parlamentar que Henry Clay cravou o termo *American System* na sua acepção final, e acabou muito identificado com as tarifas protecionistas. As leis protecionistas de 1824 foi um marco no protecionismo pelo protecionismo em si: pelo estímulo industrial produtivo, em vez de pela arrecadação.

The Monroe Doctrine provides a means to examine three interrelated processes central to nineteenth-century America: the ongoing struggle to consolidate independence from Britain, the forging of a new nation, and the emergence of the American empire. What follows is a history of the Monroe Doctrine that takes into account both the external relations of the United States and its internal dynamics and politics.²¹³ [...] when the administration of John Quincy Adams attempted to complement the negative principles of the 1823 message with a series of proactive policies that aimed to counter British power and cultivate relations with the new states of Latin America. Different conceptions of national interest and statecraft – or competing “American Systems,” to use the phrase of the time – thus emerged in the aftermath of the compromise of 1823.²¹⁴

²¹² *Idem*, p. 62.

²¹³ SEXTON, Jay. **The Monroe Doctrine. Empire and Nation in Nineteenth-Century America**. New York, Hill and Wang, p. 14.

²¹⁴ *Idem*, p. 41.

4.10 A História como Método Causando o Projetar no Futuro: O Desenvolvimento da Ideia de Progresso Econômico e Social em Perspectiva Histórica

Neste trabalho sobre o *American System* se defende que o projeto desenvolvimentista no pensamento econômico nasceu nos EUA do século XIX, antes de florescer intelectualmente com este nome (*desenvolvimentismo*) na América Latina do século XX. As ideias, muitas vezes, surgem muito similares em locais diferentes, quando tais locais são confrontados com os mesmos desafios. Por exemplo: a Revolução Industrial surgida na Grã-Bretanha impactou todo o planeta, de formas variadas, mas gerando reações políticas/intelectuais com similitudes, nas outras regiões planetárias, para tais regiões poderem responder aos novos desafios econômicos que se avolumavam no horizonte histórico desde então.

A Escola Histórica alemã é a grande celebrada, em sua estruturação intelectual de uma “via prussiana” para o desenvolvimento, sendo tal escola *listiana* vista como a grande precursora do pensamento desenvolvimentista latino-americano. Contudo, além de ter sido esta Escola Histórica diretamente influenciada pelo *American System* que a precedeu, buscou-se no presente trabalho encontrar pontos de influência direta desta Escola americana de economia política no papelismo, e no advento da república brasileira, quando a “agenda americana”, que tanto se espalhou pelas elites do Brasil, em sua busca por modernização.

As ideias podem surgir repetidas vezes, em momentos e locais diversos, quando os mesmos problemas se colocam. E se a Revolução Industrial foi uma mudança material qualitativa no mundo, o Iluminismo que a precedeu, foi uma mudança paradigmática sobre a visão da história, para além desta ser fatiada em “fatos” locais e geracionais, esta passou a cada vez mais ser vista como um conjunto, cada vez mais unificado pelo avanço técnico e produtivo unificador, que se acelerava numa unificação crescente das partes mais distantes do globo. O avanço material/produtivo conviveu com um avanço conceitual iluminista, que preconizava que a história seria uma totalidade acumulativa dotada de um “sentido”. Tal ideia de sentido, tão lembrada por Caio Prado Jr, foi uma novidade iluminista, com o “sentido” tendo que se preocupar com outras ideias novas que despontavam, como: bem comum, contrato social, opinião pública, crítica ilustrada e sociedade civil. Essa visão

totalizante do Iluminismo (base do momento histórico no presente estudo), percebia a aproximação geográfica crescente do planeta pelo avanço técnico, conectada com uma cada vez mais evidente conexão histórica: tal como o todo e as partes se integravam numa totalidade da geografia planetária, passado e presente também se integravam num movimento totalizante em direção ao futuro, voltados ao devir histórico. Eis o despontar da ideia de progresso na história, precursor ampliado da ideia de desenvolvimento, que terá um espaço de destaque no pensamento econômico desde então.

Nos EUA oitocentista a ideia de desenvolvimento/desenvolvimentismo surgirá da palavra *improvements*, vinda de tradições intelectuais de matriz religiosa, mas que se desenvolverá nos debates públicos dos EUA do século XIX em direção à laicidade pública, sendo central no desenvolvimento do *American System* esta expressão ampla, e usada largamente então, que será o chamado *internal improvements*. No atual ponto deste trabalho defende-se aqui que este amplo conceito, adquiriu na prática dos debates públicos, parlamentares e na imprensa dos EUA oitocentista, um significado equivalente ao o que se entende por desenvolvimento. A ideia de uma agenda desenvolvimentista encontrou, nos EUA oitocentista, um equivalente precursor, na história do pensamento econômico, no conceito central no *American System* de *internal improvements*.

E nos debates públicos o sentido “certo” será disputado pelas frações de elite nas diversas partes da Terra, com o indício material de se estar no sentido “certo” identificado uma palavra que entrará na bandeira do Brasil republicano: a palavra progresso. Tal palavra chegou ao Brasil pela filosofia de Auguste Comte, que influenciou Henry Carey²¹⁵, e cuja formulação intelectual positivista alcançou uma estrondosa influência intelectual no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, estruturando uma agenda ativa de transformações *progressistas* na materialidade. Tal sucesso dessa agenda do Brasil do II Império e Primeira República não foi um acidente isolado do Brasil: será a temática do progresso, do desenvolvimento dos *internal improvements*, estruturando sua expressão vocabular pelo mundo. Após a Revolução Industrial a realidade material terá que confrontar nos espaços de experiências coletivas o horizonte de expectativas humanas, materiais e imateriais,

²¹⁵ DORFMAN, Joseph. **The Economic Mind in American Civilization. 1606-1865**. Reprint of Economic Classics. New York, Viking Press, 1966, p. 804.

da direção de melhorias, com a dimensão econômica da vida tomando cada vez mais centralidade.

4.11 Paradoxos das Consequências Entre as Tradições Jeffersonianas e Hamiltonianas na História: A Oculta Ponte Madisoniana

The character and quality of national life in the 1790s are thus not to be understood aside from the warfare of Hamiltonian Federalists and Jeffersonian Republicans²¹⁶.

A historiografia é prolixa em tratar da oposição histórica entre Thomas Jefferson e Alexander Hamilton. Mas há um paradoxo das consequências nesta encruzilhada histórica da segunda guerra de independência (1812-1815) dos EUA: Alexander Hamilton era um anglófilo, interessado em copiar as instituições, e soluções históricas, inglesas. Seu partido, partido federalista, perde o poder central em 1800, para os democratas-republicanos. E será durante os governos destes republicanos da primeira república dos EUA, destes democratas-republicanos Thomas Jefferson e James Madison, a partir de 1800, que uma postura hostil anglófoba, irá desencadear a segunda guerra de independência: com o plano jeffersoniano, de fortalecimento de uma república *romana* de fazendeiros, que levou os EUA a uma guerra territorialista com a Inglaterra, e assim antes, a uma política de bloqueios comerciais contra a Inglaterra, o que alavancou os projetos protecionistas hamiltonianos por tais bloqueios e sanções protecionistas. Os governos Jefferson, e finalmente o governo que faz a segunda guerra, James Madison, fazem uma guerra pela anexação do Canadá, acreditando que a distante Inglaterra, mergulhada nas guerras napoleônicas, não terá condições de resistir ao avanço territorial dos EUA. E começam, antes da guerra, a levantar bloqueios e sanções comerciais, antecipando a guerra militar com uma guerra comercial com as sanções: tais sanções, com objetivos militares territorialistas, são alavancas para partes dos planos desenhados por Hamilton.

For more than six years, from 1806 to 1812, trade restrictions were at the heart of American foreign policy. Although the Jeffersonian Republicans always defended the restrictive system as an alternative to war--as a peaceful means of upholding the nation's rights in the face

²¹⁶ ELKINS, Stanley & McKITRICK, Eric. **The Age of Federalism. The Early American Republic, 1788-1800**. New York, Oxford University Press, 1993, p. 77.

of European encroachments--they refused to abolish the system even after war had been declared against England in 1812. On the contrary, the record shows that they steadily expanded the system as the nation's military fortunes waned. Indeed, most Republicans regarded trade restrictions not as an alternative to war, but as an indispensable means of prosecuting the war. The restrictive system, in other words, played a central role in Republican strategy for winning the war.²¹⁷

Vê-se então nesta política de bloqueios e sanções econômicas levadas a cabo pelos EUA contra a Inglaterra, uma política com fins militares, com o objetivo, finalmente declarado em 1812, de expansão territorial dos EUA: um plano afinado com a agenda identificada com a chamada tradição *jeffersoniana*, de uma República de fazendeiros. Mas há um paradoxo das consequências neste processo histórico, da mesma forma que durante os anos dos Federalistas no poder, quando Hamilton como Secretário do Tesouro, lançou o primeiro banco dos EUA (1791), e as moderadas leis tarifárias (1789) e Atos de Navegação hamiltonianos, e estes acabaram ajudando a financiar a compra da Louisiana (1803) feita pelo presidente Thomas Jefferson, em seu objetivo de fortalecimento de uma expansão territorial. Assim durante os governos dos democratas-republicanos, a partir de 1800, suas políticas visando expansões territoriais, desencadearam e fortaleceram, objetivos industrialistas almejados pela chamada agenda *hamiltoniana*. Havendo, pois, uma complementação paradoxal entre as tradições, políticas-intelectuais, *hamiltonianas* e *jeffersonianas* na história: um paradoxo das consequências entre as tradições *jeffersonianas* e *hamiltonianas* na história dos EUA.

Nestes paradoxos das consequências as tradições *jeffersonianas* e *hamiltonianas* se complementam: se o relativamente moderado plano protecionista de Hamilton, mas com forte estruturação financeira, com fortalecimento da arrecadação via o banco nacional e a valorização dos títulos públicos dos EUA, sanearam as contas e viabilizaram a compra da Louisiana (1803) por Jefferson, na etapa seguinte o plano territorialista dos presidentes Jefferson/Madison, deflagaram uma onda protecionista, antes da guerra, que terá um impacto histórico na industrialização dos EUA, deflagrando um protecionismo que será um agente político/estatal ativo na aceleração industrial. E será uma escola histórico-política para o secular protecionismo

²¹⁷ HICKEY, Donald R. American Trade Restrictions during the War of 1812. **The Journal of American History**. Vol. 68, n. 3, dez. 1981, p. 517-538.

estadunidense: a teoria protecionista do AS, mesmo neste ponto, segue uma metodologia histórica, pois aqui se defende que a histórica onda de bloqueios políticos/comerciais (desde 1807) da segunda guerra de independência (1812-1815) estão na base da centralidade da agenda protecionista defendida pelo AS na paz que se seguiu.

Neste ponto é preciso colocar um pouco mais de luz sobre um personagem central deste processo: James Madison. O federalista histórico mais importante, que nos dias da feitura da solução constitucional estava com Hamilton ao seu lado, sendo o grande arquiteto desta solução constitucional, estando neste ponto do debate *federalista* não afinado com seu conterrâneo virginiano Thomas Jefferson, mas que depois os dois filhos da elite da agrícola, e cronicamente endividada, Virgínia, produtora de tabaco, ambos, Jefferson e Madison, 3º e 4º presidentes dos EUA, solidificaram a hegemonia dos democratas-republicanos num nacionalismo territorialista, que por vias reflexas alavancou a agenda hamiltoniana.

Pois eis que uma constatação se confirma em vários pontos da presente pesquisa: entre a história intelectual e a história econômica a chave de compreensão está na história política.

Os federalistas votaram contra o sistema de restrições comerciais entre 1806 e 1812²¹⁸, liderado por James Madison, o mais agressivo nacionalista dos *founding fathers*, então no partido democrata-republicano, e que encontrava resistências ao seu nível de restrições tarifárias em seu próprio partido. Os federalistas mudam o voto neste tema apenas já na véspera da guerra, em 1812. Com os democratas-republicanos tentado passar leis comerciais restritivas desde a década de 1790 no Congresso. Mostrando como é profunda a tradição de uso de sanções e bloqueios comerciais com fins militares na história dos EUA, com tais tradições remontando a própria Guerra de Independência.

The restrictive system had its origins in the era of the American Revolution. In the 1760s and 1770s, the American colonies had employed nonimportation and nonexportation against the mother country in an effort to force the British to change their tax and trade policies. Although these measures had little impact on British colonial policy, Republican leaders like Thomas Jefferson and James Madison interpreted history otherwise. Convinced that American trade was

²¹⁸ *Idem*, p. 521.

crucial to British prosperity, they tried to secure congressional approval for economic sanctions in the 1790s²¹⁹.

Com as sanções finalmente sendo implementadas a partir do segundo governo de Thomas Jefferson, sobretudo a partir de 1807, curiosamente o ano da partida da família real portuguesa para o Brasil, que em 1808, quando de sua chegada ao Brasil e da feitura da lei de abertura dos portos do Brasil, marcando a abertura comercial do Brasil, justamente quando os EUA estruturam seu fechamento comercial.

The restrictive system was launched in Jefferson's second administration in response to Britain's stepped-up war on neutral trade and her impressment of American seamen. The first measure to become law was the partial non-importation act of 1806, which prohibited the importation of selected British manufactured goods. This law was repeatedly suspended and was not implemented until late 1807, when it was joined by a general embargo prohibiting American ships and goods from leaving port. In 1809 these measures were superseded by a nonintercourse law barring trade with Britain and France and their colonies while permitting trade with the rest of the world. When this measure expired in 1810, a period of unrestricted trade followed. This, in turn, came to an end with a presidential proclamation--backed by the nonimportation law of 1811--which prohibited all British imports. The restrictive system passed through several distinct stages--from nonimportation to nonexportation and back again nonimportation--as Republican leaders searched for the instrument that would have the greatest impact on the European belligerents while doing the least damage to the United States.²²⁰

Desencadeando assim, por interesses políticos territorialistas e militares, uma política econômica de sanções e bloqueios econômicos, que alavancou interesses políticos e econômicos diversos, que se organizaram na agenda *hamiltoniana*, e no subsequente protecionismo e produtivismo do *American System*.

The feeling in favor of the manufactures that had sprung up during the time of restriction obtained some clear concessions in the tariff act of 1816. The control of the policy of Congress at that time was in the hands of a knot of young men of the rising generation, who had brought about the war and felt in a measure responsible for its results. There was a strong feeling among these that the manufacturing

²¹⁹ *Idem*, p. 517.

²²⁰ *Idem*, p. 538.

establishments which had grown up during the war should be assisted²²¹.

Este momento após as guerras napoleônicas, quando se encerrou o protecionismo “espontâneo” dos **choques adversos** de tais guerras na história econômica dos EUA, é quando surge o movimento por tarifas protecionistas com o *American System*, desde um movimento mais panfletário, até tornar-se corpo intelectual mais elaborado. Mas a questão tarifária será o cavalo de batalha central neste combate, sendo chamariz mobilizador do debate público.

Na história tarifária dos EUA há neste período, uma leitura historicamente consagrada nesta história tarifária, que encontra um ponto de mutação na questão tarifária em 1808, entre o crescente dos embargos britânicos, por conta da guerra europeia, que logo se esparramaria para o outro lado do Atlântico: entre embargos e a chegada das guerras napoleônicas na América do norte, na Segunda Guerra de Independência(1812-1814), é que se estruturou, política e intelectualmente, a onda de protecionismo tarifário daquela década, como um ninho formador do *American System*.

The early economic history of the United States may be divided into two periods. The first, which is in the main a continuation of the colonial period, lasted till about the year 1808; the embargo marks the beginning of the series of events which closed it. The second began in 1808, and lasted through the generation following. It was during the second period that the most decided attempt was made to apply protection to young industries in the United States, and with this period we are chiefly concerned.²²²

Em 1808, ano marcado na história econômica brasileira pela icônica abertura dos portos, é na história econômica dos EUA um ano marco do levante protecionista naquele país, marcando o começo de sua virada protecionista. Como num espelho invertido os dois países entraram em caminhos opostos no mesmo ano de 1808. Neste ponto cabe lembrar Celso Furtado, e seus questionamentos sobre as trajetórias de desenvolvimentos dos EUA e do Brasil, com os quais este trabalho busca dialogar:

²²¹ TAUSSIG, F. W. **The Tariff History of the United States**. New York/London, G.P. Putnam's Sons. The Knickerbocker Press, p. 24.

²²² TAUSSIG, F. W. *op. cit.*, p. 17.

O protecionismo surgiu nos EUA, como sistema geral de política econômica, em etapa já bem avançada do século XIX, quando as bases de sua economia já se haviam consolidado. Pela primeira tarifa norte-americana de 1789, os tecidos de algodão pagavam tão somente cinco por cento ad valorem, e a média para todas as mercadorias era de 8,5 por cento. Vários ajustamentos permitiram que a tarifa para tecidos de algodão alcançasse 17,5 por cento em 1808, época em que a indústria têxtil norte-americana já se podia considerar consolidada.²²³

Neste trecho Furtado parece questionar o argumento protecionista para indústria nascente. Mas por mais que os tecidos sejam velhos conhecidos do artesanato, sendo este momento industrial ainda o de substituição da produção artesanal pela industrial ainda para produto já estabelecidos, a chave da mudança produtiva era a indústria nascente a ser copiada, e tal emulação ainda era de relativo acesso. Sobretudo num território de imigração dos trabalhadores da “oficina do mundo” de então, que era a Inglaterra. Com a imigração de trabalhadores qualificados, a capacidade de engenharia reversa para a tecnologia da época não era tão absurda para estes trabalhadores, e a emulação das máquinas era a indústria nascente a ser protegida. Mesmo que tais máquinas fizessem velhos produtos, como roupas, naquele momento de descolamento da Revolução Industrial:

[...] when great improvements take place in some of the arts of production, it is possible that the new process may be retained in the country in which they originate, and may fail to be applied in another country, through ignorance, the inertia of habit, and perhaps in consequence of restrictive legislation at the seat of the new methods. (...) the obstacles to the introduction of the new industry may be of that artificial kind which can be overcome most easily by artificial means”

[...] great changes were taking place in the mechanical arts, and new processes, hardly known outside of England, and held under a practical monopoly there, were revolutionizing the methods of manufacturing production. Under these circumstances there would seem to have existed room for the legitimate application of protection for young industries.²²⁴

²²³ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 152.

²²⁴ TAUSSIG, F. W. **op. cit.**, p. 14-15.

Assim o protecionismo industrial surge para a defesa da internalização de processos novos, e de maquinaria nova, na produção: numa substituição, por antecipação, dos produtos que de outro modo seriam bem menos competitivos. A proximidade geográfica, cultural e demográfica com o país vanguarda da Revolução Industrial, permitia uma absorção tecnológica, que se solidificou em capital fixo na outra margem do Atlântico, pela introdução crescente da legislação protecionista. Legislação esta que buscava perenizar a experiência vivida em bloqueios, comerciais ou militares, sofridos nos EUA pela Inglaterra.

A segunda guerra de independência (1812-1814) foi o pano de fundo da entrada dos EUA num intenso debate protecionista: o exemplo dos bloqueios comerciais, o nacionalismo popular, e a consciência da necessidade de uma base industrial para as guerras, foi o contexto em que a segunda guerra de independência deslanchou o tema protecionista ao centro do debate político dos EUA.

During the twenty years which followed the war of 1812 the protective controversy was one of the most important features in the political life of the nation; and the young industries argument was the great rallying-cry of the protectionists²²⁵.

Neste ponto cabe dar destaque ao impacto de embargos e sanções, feitas contra os EUA, sendo a experiência da guerra a base de uma visão ampla, orgânica, na estruturação industrial. E neste período de embargo econômico, a proteção industrial, desde choque adverso do comércio externo, foi literalmente ensinada na prática, nestes anos de compulsório protecionismo industrial.

At the same time it so happened that the embargo, the non-intercourse acts, and the war of 1812 rudely shook the country out of the grooves in which it was running, and brought about a state of confusion from which the new industrial system could emerge more easily than from a well settled organization of industry. **The restrictive period may indeed be considered to have been one of extreme protection.**²²⁶ (Grifos nossos).

²²⁵ *Idem*, p. 16.

²²⁶ *Idem*, p. 58.

Desde a guerra de 1812, antecipada pelos embargos começados em 1808, até a crise financeira de 1818/1819, o quadro era: de crise crônica, e a agenda protecionista que se organiza no *American System* na sequência, foi a ponta de lança de uma organização geral, sistêmica, entre exemplos do passado sob embargo, e ambições futuras do imenso país, para se pensar e alocar organicamente as forças produtivas frente inúmeros gargalos.

The period from 1808 till the financial crisis of 1818–19 was a disturbed and chaotic one, from which the country settled down, with little assistance from protective legislation, into a new arrangement of its productive forces²²⁷.

O sistema protecionista, professado e idealizado pelo *American System*, começa no vácuo da guerra, e segue forçando a legislação ao máximo. “The system of protective legislation began in 1816, and was maintained till toward the end of the decade 1830–40.”²²⁸

Pois já em 1820 tal média tarifária para bens industriais já estava em 40 por cento²²⁹. Inicialmente, tais medidas ainda eram apoiadas de norte a sul, estando o sul buscando beneficiar um futuro parque industrial via tais políticas. Com o tempo foi ficando claro que as legislações nacionais protecionistas beneficiavam desigualmente a fachada atlântica norte-americana: concentrando os resultados benéficos da produção industrial nos estados do norte livres da escravidão (*free states*), com cada vez maior concentração populacional de trabalhadores e imigrantes livres, com uma mão de obra mais qualificada e melhor cabedal técnico e humano. Ao ponto de que em 1860, último ano antes da secessão, havia no norte (menor territorialmente, logo, mais densamente ocupado) por volta de 20 milhões de homens livres, enquanto que no sul escravista perto de 10 milhões de homens livres, além da população de trabalhadores escravizados por volta de 3,5 milhões.²³⁰

²²⁷ *Idem*, p. 58.

²²⁸ *Idem*, p. 58.

²²⁹Disponível em: https://ipfs.io/ipfs/QmXoyvizjW3WknFiJnKLwHCnL72vedxjQkDDP1mXWo6uco/wiki/Tariffs_in_United_States_history.html Acesso: 3 mar. 2022.

²³⁰Disponível em: <https://www2.census.gov/library/publications/decennial/1860/population/1860a-02.pdf>. Acesso em 10 dez. 2023.

Nos anos 1820 começou a emergir o conflito de interesses entre norte e sul com relação às políticas tarifárias: em 1820, 1821 e 1823, os interesses agrários sulinos conseguiram derrubar tarifas “altistas”. Contudo, em 1824, o norte conseguiu passar uma tarifa ainda mais alta.²³¹ Para em 1828 passar a conhecida como *Tariff of Abominations*: que rachou o país e por conta da qual o sul falou, pela primeira vez, em separação²³². Com o sul vendo suas matérias primas sustentarem a balança de pagamentos do país (secundada pelo trigo, milho e aveia), enquanto que suas lucratividades escorriam para o norte, que lhes obrigava consumir seus produtos industriais caros e de baixa qualidade. Bens manufaturados, de baixo valor agregado, subsidiados em certa medida por produtores primários.

In 1833, the Compromise Tariff Act was passed, and remained in force until 1842. That act, there can be little doubt, was the result of an agreement between Clay and Calhoun (John Caldwell Calhoun, **South Carolina**), the leaders of the protectionists and free traders, while it secured also the support of the Jackson administration.²³³

Após muito debate, em 1832 construiu-se um Compromisso entre as partes polarizadas na disputa tarifária, quando recuou-se as taxas para 40 por cento (o que já era alto) em média para os produtos industriais. Tal “Compromisso” mal pode ser assim designado, uma vez que tal redução tarifária ficou muito aquém das expectativas sulistas. Com um protecionismo mais intenso para ferro e têxteis (com 40 a 45 por cento de proteção para produtos de ferro e 50 por cento para roupas). Diante de tal imposição nortista ocorreram reações conhecidas como *Nullification Crisis*, com a recusa da Carolina do Sul em acatar a lei. Mostrando a dificuldade de construção de “Compromissos” na Primeira República Norte-Americana.

Diante dessa crise, foi acordado um compromisso com uma nova lei que previa a redução paulatina das *Tariffs* para 25 por cento para bens industriais e 20 para os demais nos dez anos seguintes. Mas em 1842, quando tal lei expirou, aprovou-se outra que trouxe novamente as taxas para os níveis de 1832.²³⁴

²³¹ BAIROCH, P. **Economics and World History: Myths and Paradoxes**. Brighton, Wheatsheaf, 1993.

²³² SCHNERB, Robert. **Libre-échange et protectionnisme**. Paris, Presses Universitaires de France, 1967, p. 47.

²³³ TAUSSIG, F. W. **op. cit.**, p. 98.

²³⁴ CHANG, Há-Joon. **Chutando a Escada. A Estratégia de Desenvolvimento em Perspectiva Histórica**. São Paulo, Unesp, p. 53.

As it happened, however, the 20 per cent. Duty remained in force for but two months, from July 1 till September 1, 1842.5 At the latter date the tariff act of 1842 went into force.²³⁵

O movimento de retomada “altista” a partir de 1842 só alcançou um equilíbrio na tensa Federação em 1846, com taxas alfandegárias um pouco menos protecionistas. Esse período que cobre toda a década de 1850, que antecede a Guerra Civil, marca um recuo estratégico da agenda protecionista nortista, durante a conquista de metade do território mexicano, que pela aquisição do Texas (que se separou do México por tal país ter abolido a escravidão e os ocupantes anglófonos escravistas deste estado se revoltaram em nome do direito de ter escravos, apoiados por Washington) fortaleceu muito o sul. E diante das sucessivas crises deslanchadas contra as tarifas desproporcionalmente altas (em comparação com qualquer país do mundo então: sobretudo nas décadas mais liberais em matéria de tarifas e impostos que foram os anos 1850 e 1860 na Europa) praticadas pela elite nortista dos Estados Unidos. Tal agenda, seguida caninamente pelos nortistas, é a agenda que Alexander Hamilton é precursor: é a agenda do *American System* sob estudo neste trabalho. Teorizada e propagada pelos intelectuais orgânicos do *American System* e praticada com diligência pelos políticos nortistas.

A década de 1850 marca “um passo atrás para dar quatro a frente” nessa agenda protecionista *producerist*, da elite nortista. E mesmo assim, tal recuo tarifário só era significativo em comparação com o histórico desproporcionalmente “altista” daquele país: em comparação com qualquer outro país, as tarifas da década de 1850 continuam sendo expressivamente altas. Com o compromisso de 1846 sendo mantido até 1857, quando os antagonismos da sociedade americana passaram a sabotar todos os compromissos, com as polarizações se exacerbando, com a Guerra do Kansas (1858), e todo o colapso político dos acordos e históricos de compromissos na sociedade americana indo colidir finalmente na Guerra Civil. Mas sobre o que aqui nos interessa, deste momento de protecionismo moderado ainda na década de 1850, antes das derrubadas das pontes políticas, que levariam à Guerra Civil, mesmo com

²³⁵ TAUSSIG, F. W. **op. cit.**, p. 100.

as concessões tarifárias feitas pelo norte, a partir de 1857, como paliativos tentados para barrar a secessão. Eis que o contexto tarifário dos anos 1850 era:

The act of 1842 remained in force for but four years. It was in turn superseded by the act of 1846, again a political measure, passed this time by the Democrats. The act of 1846 carried out the suggestions made by Secretary Walker in his much debated Treasury Report of 1845. Indeed, it may be regarded as practically framed by Walker, who professed to adhere to the principle of free trade; and the act of 1846 is often spoken of as an instance of the application of free-trade principles. In fact, however, it effected no more than a moderation in the application of protection. The act established several schedules, indicated by the letters A, B, C, D, and so on. All the articles classed in schedule A paid 100 per cent., all in schedule B paid 40 per cent., all in schedule C paid 30 per cent., and so on for the rest. Schedule C, with the 30 per cent. Duty, included most articles with which the protective controversy is concerned, — iron and metals in general, manufactures of metals, wool and woollens, manufactures of leather, paper, glass, and wood. Cottons were in schedule D, and paid 25 per cent. Tea and coffee, on the other hand, were exempt from duty²³⁶

Neste momento houve uma estabilização tarifária nas 51 categorias mais importantes de produtos importados em 27 por cento. Com destaque para a pressão das companhias ferroviárias por peças de ferro isentas de taxas durante uma expansão das linhas então. O que destaca um movimento mais liberalizante naquele momento, a mostrar contradições e disputas intra-burguesas. Contudo, tal pressão liberalizante é ponto fora da curva na história econômica dos EUA. E ocorreu num momento muito específico: a década de 1850 foi o auge da prática liberalizante do *Imperialismo de Livre Comércio* dos britânicos, sendo as décadas de 1850 e 1860 o maior período “baixista” de tarifas do centro do capitalismo europeu (que deixou tão forte a narrativa de que o Capitalismo seria um regime “concorrencial”, visão negada por Braudel, mas que deixou marcado este período, na historiografia marxista, como o período do “Capitalismo concorrencial”, em oposição ao “Capitalismo Monopolista” que virá em seguida no Imperialismo). Isso externamente. Pois internamente nos EUA foi a ante-sala da Guerra Civil, com o norte cedendo em sua agenda tarifária específica para impedir uma ruptura nacional. Que por fim não conseguiu: a Secessão ao fim ocorre e não apenas pela questão do trabalho escravo. Muitos autores defendem que

²³⁶ *Idem*, p. 101.

a questão tarifária foi tão importante quanto a escravidão na decisão de rompimento sulista, assim como na mobilização maciça dos nortistas²³⁷: que não conseguiriam mobilizar a opinião pública de grande parte de sua população branca pela liberdade dos escravos, mas pela defesa do nacionalismo, integridade territorial e defesa da agenda protecionista Sim (de novo protecionismo e nacionalismo se confundem na história dos EUA). Tal questão será aqui desenvolvida.

Essa disputa tarifária será por fim resolvida no estilo “the winner takes it all” com a Guerra Civil. A agenda lincolniana será uma radicalização parcial da agenda do American System. Voltaremos seguidamente neste ponto. Apenas concluiremos essa narrativa tarifária dos EUA destacando que o período de 1846 a 1861 entrou para a história como um momento de “protecionismo moderado”²³⁸. Para com e após a Guerra Civil o Partido Republicano deter uma hegemonia dos EUA pelos próximos 50 anos, radicalizando na defesa alfandegária. Conectados sempre com uma agenda de *producerism*, inicialmente expandindo a base produtiva interna, depois protegendo os produtores estabelecidos num caminho de monopolização produtiva interna, para na sequência defenderem a expansão externa de seus grupos, já conectados com o momento seguinte do Imperialismo. Entre Lincoln(1861-1865) e Wilson(1912-1920) apenas dois mandatos da presidência dos Estados Unidos não foram Republicanos(1884-88; 1892-96), por sinal o mesmo homem: presidente Cleveland, único presidente não republicano do período1860-1912.

Neste ponto é forçoso destacar algo que para especialistas no assunto é óbvio, mas para muitos leitores não é, e a função deste trabalho, para além de ser uma pesquisa direta sobre os autores estudados, é também ser didático com um público amplo. Logo, é preciso destacar que o partido republicano, o *GOP* (*Grand Old Party*) de Lincoln, fundado em 1854, é oficialmente o mesmo partido republicano de hoje, mas tal partido era naquele contexto do século XIX um novo partido muito progressista então: abolicionista, defensor de maior acesso popular na aquisição de terras, e protecionista. Estando então numa posição relativa na política norte-americana diferente da que se encontra hoje. Mesmo que o protecionismo e o isolacionismo históricos do partido, sejam dos poucos pontos que resistiram ao tempo. Mas o que

²³⁷ GARRATY, J. & CARNES, M. **The American Nation: A History of United States**. 10. ed. New York, Addison Wesley Longman, 2000.

²³⁸ BAIROCH, P. **Economics and World History: Myths and Paradoxes**. Chicago, The University of Chicago Press, 1993.

se destaca aqui é que o partido republicano no século XIX se encontrava numa posição política relativa diferente da sua da atualidade, estando então na esquerda política, daí a origem de sua cor ser vermelha até hoje: tal tradição nasceu naquele contexto oitocentista do partido republicano.

Essa hegemonia dos republicanos nos EUA, alcançada rapidamente graças à Guerra Civil, consolidou no país a agenda protecionista do *American System*, que perpassou todo o século XIX, até alcançar seus objetivos plenos apenas sob os republicanos de então. Pois a agenda protecionista havia começado sob argumentos baseados no nacionalismo da segurança militar, desde a guerra de independência e os relatórios de Hamilton, seguiu após os bloqueios iniciados em 1808 e a guerra de 1812 com a mesma argumentação, somada a da proteção às indústrias nascente, que será o maior argumento nos anos 1820, para nos anos 1840 passar a concentrar sua estrutura argumentativa na defesa dos salários do povo dos EUA. A luta contra a escravidão, movimento crescente nos EUA de então, foi o caldo político da estruturação de uma nova etapa intelectual do *American System*, e de sua agenda protecionista: quando seus teóricos inverteram uma fraqueza apontada pelos liberais/ricardianos (os altos salários pagos nos EUA, por conta da relativa falta de exércitos de reserva de trabalhadores, ou a abundância de terras tomadas dos primeiros povoadores), os teóricos do campo do *American System* positivaram este fato, e ainda o usaram como argumento para a defesa de mais protecionismo.

The protectionists began to take the offensive on the labor question: the free-traders were forced to the defensive on this point. The protectionists asserted that high duties were necessary to shut out the competition of the ill-paid laborers of Europe, and to maintain the high wages of the laborers of the United States.²³⁹

Com este contexto histórico de fundo, iremos focar nessa construção teórica intelectual de tais pensadores, que aqui chamamos de teóricos do “pré” desenvolvimentismo norte-americano: os teóricos do *American System*. E como o trabalho intelectual deles impactou na história do desenvolvimento dos EUA, marcando e influenciando suas feições e desdobramentos naquele mundo centrado

²³⁹ TAUSSIG, F. W. *The Tariff History of the United States*, p. 61.

no ciclo britânico de desenvolvimento e acumulação capitalista.²⁴⁰ A comparação com o vivido pelo Brasil ao mesmo tempo será aqui destacada ao longo do trabalho, pelas práticas monetárias e alfandegárias postas em comparação. Contudo, adiantamos que defenderemos que a proximidade histórica, cultural e geográfica dos EUA com a potência hegemônica do período, que era a Inglaterra, lhes forneceu a base para gerarem entre seus filósofos (termo mais usado na época, do que economistas) tal agenda patriótica de Economia Política. A guerra e a proximidade inglesa são o contexto estrutural para a emergência do pensamento desenvolvimentista/nacionalista/romântico norte-americano desde o nascimento do país independente. Com duas guerras de independência com a Inglaterra, guerras “bárbaras” por acesso a portos do norte africano, neutralidade na maior parte do tempo das Guerras Napoleônicas, com boas chances de comércio entre países em conflito, encerrando na segunda guerra com a Inglaterra (já como uma forma de entrada nas Guerras Napoleônicas)²⁴¹, guerras com os indígenas, guerra com o México, Guerra Civil, guerra hispano-americana, Primeira Guerra Mundial, Segunda Guerra Mundial, guerra da Coreia, guerra do Vietnã... A guerra, acontecendo ou em potência, marca o posicionamento dos EUA no mundo desde o nascimento. Estando ainda na beira e nas frinchas da potência hegemônica do Mundo de então, sua antiga Metrópole. Tal situação é vital para entendermos tais teóricos “desenvolvimentistas” (possivelmente dentre os primeiros do mundo). Mais ainda: já nacional-desenvolvimentistas, pois o nacionalismo para tais teóricos do *American System* era um pressuposto inescapável. Uma vez que sua agenda intelectual e política de desenvolvimento, a sombra e sob o medo da Inglaterra, desde o início foi marcada por um nacionalismo e patriotismo econômico/político a toda prova. Tendo sido este contexto militarista, a beira do Império central do Capitalismo Histórico, o berço de tal tradição intelectual cripto “desenvolvimentista” nos EUA. Tal contextualização é vital para entendermos os autores do *American System*. Patriotismo: econômico e militar estavam juntos de forma muito prática e concreta. Ou, como nos ensinou, muito pragmaticamente, o principal general da Guerra de Independência dos EUA e seu primeiro presidente, George Washington (que indicou Hamilton para ser o primeiro Secretário do Tesouro da história norte-americana), um país, para ser independente, tem de ser

²⁴⁰ ARRIGHI, G. **O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo**. São Paulo, UNESP/Contraponto, 1996. p. 139.

²⁴¹ HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2009, p. 95.

independente na produção de duas coisas: **alimentos** e **armas**. Buscando a máxima independência produtiva em todas as áreas, mas, sobretudo, nas estratégicas.

The advancement of Agriculture, commerce and Manufactures, by all proper means, will not, I trust, need recommendation. But I cannot forbear intimating to you the expediency of giving effectual encouragement as well to the introduction of new and useful inventions from abroad, as to the exertions of skill and genius in producing them at home; and of facilitating the intercourse between the distant parts of our Country by a due attention to the Post-Office and Post Roads.²⁴²

O fato é que o projeto republicano vitorioso com a Guerra Civil foi, em grande medida, baseado no projeto centralizador e produtivista, propugnado pelos nacionalistas desenvolvimentistas do *American System*, visando seu **producerism**, mais abrangente possível, sob proteção estatal. Tendo sido a grande República da América do norte, e não a Alemanha, como muitos ainda insistem em repetir, o primeiro país a organizar a sistematização lógica da promoção da indústria nascente na Era Contemporânea. Estando naquele país estes primeiros intelectuais orgânicos de um projeto de desenvolvimento nacional centrado na promoção das indústrias (cento e cinquenta anos antes dos intelectuais da CEPAL)²⁴³. Um grupo representativo de tais autores foi aqui selecionado para nosso estudo em tela. São pensadores na base de uma experiência econômica civilizacional que transformou os Estados Unidos na maior potência econômica do século XX. Longe do discurso liberal, atualmente hegemônico, a marcha para o alcance do desenvolvimento dos Estados Unidos foi construída sob as ideias destes pensadores nacionalistas do *American System*, que marcaram a agenda nacional norte-americana começando desde a segunda Guerra de Independência (1812-1814), mas se afirmando de forma hegemônica com a Guerra Civil (1860-1865) até a Segunda Guerra Mundial. Elenquemos aqui alguns destes teóricos do *American System* nos quais será focado:

(The fact that the iron manufacture, which had hitherto played no great part in the protective controversy, became, after 1840, the most prominent applicant for aid, accounts in large part for the new aspect of the controversy. The use of the wages argument, and the rise of the

²⁴² <http://founders.archives.gov/documents/Washington/05-04-02-0361>

http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:https://founders.archives.gov/documents/Washington/05-04-02-0361&gws_rd=cr&dcr=0&ei=T_KRWs-5G4P4wASy1rnwAg

²⁴³ CHANG, Há-Joon. **Chutando a Escada. A Estratégia de Desenvolvimento em Perspectiva Histórica**, p. 50-51, 110.

economic school of Henry C. Carey, show that the argument for young industries was felt to be no longer sufficient to be the mainstay of the protective system. The economic situation had changed, and the discussion of the tariff underwent a corresponding change.)²⁴⁴

Após a crise de 1818/19 explode panfletos e movimentos por tarifas protetoras. Com o crescimento de apoio de fazendeiros pelo fortalecimento de um mercado interno para seus produtos:

That disposition to seek a remedy from legislation, which always shows itself after an industrial crisis, now led the farmers to ask for a home market, while the manufacturers wanted protection for young industries. The distress that followed the crisis brought out a plentiful crop of pamphlets in favor of protection, of societies and conventions for the promotion of domestic industry, of petitions and memorials to Congress for higher duties. [...] The character of the protective movement after 1819 is best illustrated by the numerous pamphlets of Matthew Cary. See especially the "Appeal to Common Sense and Common Justice" (1822) and "The Crisis: A Solemn Appeal," etc. (1823). "Niles's Register," which had said little about tariff before 1819, thereafter became a tireless and effective advocate of protection.²⁴⁵

4.12 American System x Jacksonians: O Fim da *Era of Good Feelings*, e Retomada das Disputas de Modelos Republicanos em Outro Patamar Econômico

Os modelos de desenvolvimento econômico dos EUA encontram sua base de disputa nos modelos políticos em confronto no palco da história. Desde a decantada disputa entre as tradições jeffersoniana e hamiltoniana, seguido no pós segunda guerra de independência com um *compromise* histórico, centrado no governo de James Monroe (1817-1825), marcado como *Era of Good Feelings*, para na sequência o conflito se reconfigurar na reação jacksoniana.

Os governos dos presidentes Monroe e John Quincy Adams (1825-1829) foram identificados como um ápice da agenda do AS, seguidos pela presidência de Andrew Jackson (1829-1837), que reconfigurou o quadro político partidário do país, liderando uma reação contra a agenda identifica com o AS. O centro da disputa foi a política

²⁴⁴ TAUSSIG, F. W. *The Tariff History of the United States*, p. 61.

²⁴⁵ *Idem*, p. 64.

econômica, com a questão do modelo de ocupação territorial como eixo, tendo as questões relativas ao trabalho compulsório como uma placa tectônica em movimento, mas com todos os lados buscando minimizar o potencial explosivo do assunto.

O governo Jackson tem seu cavalo de batalha em sua luta contra o 2BUS, e na facilitação do acesso às terras, com massacre e remoção de povos indígenas. O 2BUS (1816-1836) fez uma política mais austera na liberação de crédito, sincronizado com os dois presidentes anteriores, buscando também uma crescente colonização, mas de forma mais prudente e lenta, para proteger o sistema financeiro de falências, e levantando maiores recursos para as *internal improvements*. Havia dois objetivos no uso das terras tomadas aos povos originários: a colonização de brancos nas terras, e o levantamento de fundos pelo governo com a venda das terras tomadas. Os governos Monroe e Quincy Adams deram maior ênfase na estruturação do sistema financeiro e no financiamento das melhorias internas. Já Andrew Jackson decididamente priorizou a colonização branca das terras.

Para além do destacado populismo eleitoral de Jackson nestas medidas, havia também a política de reverter o cabo de força em favor dos estados, e por isso destruir este central instrumento de força do governo federal, projetado por Hamilton, que era o 2BUS. Não era declarado, mas desprover o governo nacional desta fantástica instituição ocorria num contexto em que a luta parlamentar dos estados do sul se concentrava em manter o cada vez mais explosivo tema legal da escravidão fora da alçada federal: os democratas jacksonianos estavam determinados em restringir qualquer questão relativa à escravidão dentro da alçada dos estados²⁴⁶. A *peculiar institution* era o tema tabútico crescendo ao fundo, e cada vez mais por todos os lados, neste crescente conflito entre modelos de política econômica a ser seguido.

Havia dois modelos de *liberalismo* se projetando, com o presidente Jackson tomando o partido democrata, que se projetava com distinções ao norte e ao sul que culminaram na divisão do partido democrata entre norte e sul na eleição de 1860, e com o partido whig se projetando com o partido do AS. Assim, como na espiral de Vico, a história volta em outro andar reconfigurando as polêmicas sobre que país estava no horizonte.

²⁴⁶ CONKIN, Paul K. **Prophets of Prosperity. America's First Political Economists**. Bloomington, Indiana University Press, 1980, p. 201.

Os whig, os defensores do AS, de fato seguiam na trilha hamiltoniana de estruturação financeira e defesa da agenda industrialista. E a democracia jacksoniana propugnava uma ampliação dos proprietários de terras (e escravos), na feitura de uma país de fazendeiros proprietários. Era um debate sobre a validade da industrialização para os EUA: o exemplo da Inglaterra industrial proletarizada era rechaçado por essa linha política, que positivizava e considerava superior um país de fazendeiros livres²⁴⁷, com os escravos ao fundo. Ocorria nessa luta política um debate intelectual, com os democratas jacksonianos invocando sua oposição aos monopólios, e a alocação de trabalhadores brancos em plantas fabris, havia uma narrativa intelectual de fuga de um feudalismo industrial e financeiro, idealizando os proprietários pobres.

Nenhum dos dois lados colocava muita atenção sobre os conflitos de classe, mas os democratas diziam propugnar uma maior igualdade de acesso a propriedade para brancos, enquanto os whig se concentravam no crescimento da riqueza, minimizando as polarizações econômicas vindas junto²⁴⁸.

²⁴⁷ *Idem*, p. 201.

²⁴⁸ *Idem*, p. 202.

5 Cronologia Tarifária dos Estados Unidos: 1807-1808: O Fechamento dos Portos nos EUA

Há esta curiosa inversão das políticas comerciais, por volta da mesma data de 1807/1808, entre EUA e Brasil: enquanto o Brasil abria oficialmente seus portos para a entrada da aceleração produtiva vivida pela Grã-Bretanha, EUA nesta mesma data, por conta de condicionalidades políticas e militares viveu objetivamente seu fechamento comercial frente aos britânicos. Para além da materialidade das guerras napoleônicas, nas quais o aproveitamento comercial da condição de neutralidade dos EUA buscando lucrar entre as partes em conflito, terminou por lhe envolver em conflito militar com sua antiga metrópole, havia nas forças políticas estadunidense uma narrativa nacionalista crítica das vantagens do livre comércio, agrupada então no que a historiografia identifica como a tradição hamiltoniana. Eis aqui uma evidência da força das ideias na história, uma vez que o “industrialismo” yankee naquele início do século XIX estava ainda longe de ser uma força estruturada, sendo uma força crescente a reboque das energias políticas do nacionalismo, que na segunda guerra de independência acabará por estruturar um nacionalismo econômico, de matriz hamiltoniana, que vai se cristalizar no *American System*.

Algo curioso deste processo é que Hamilton em vida era identificado com os “simpáticos” aos britânicos, enquanto Jefferson era ligado aos francófilos, naqueles dias de polarização dos embates anglo-franceses. Contudo, a neutralidade estratégica era o objetivo consensual nos EUA daqueles anos, sendo a “simpatia” de Hamilton aos ingleses não uma fidelidade política, mas uma efetiva concordância intelectual dele com a trajetória econômica trilhada pela Inglaterra: ele buscou copiar o realizado pelo Banco da Inglaterra, e pela manipulação interessada de uma capitalização da dívida pública nacional, seguindo o realizado nas ilhas britânicas. Ele propôs um mimetismo, uma emulação, da trajetória econômica britânica, discordando

conscientemente das proposições lógicas livre-cambistas e se pautando na história econômica, para construir sua agenda propositiva. Que só se articulará de forma estruturada, intelectualmente e politicamente, com crescentes grupos sociais e econômicos a lhe apoiar, a partir da segunda guerra de independência, com o *American System* se estruturando política e intelectualmente. Nestes grupos o *free trade* nunca obteve sucesso, e o nacionalismo econômico sempre foi a força de base, tendo este nacionalismo em Hamilton seu primeiro teórico prático, mas tendo esta tradição uma origem mais estrutural desde a primeira guerra de independência, quando regras monopolistas já alicerçadas nas *vantagens comparativas* (termo ricardiano ainda não inventado) dos grandes grupos empresariais britânicos sobre a América do norte encontraram as resistências que culminaram na Independência. Há na pena de Hamilton uma identificação do monopolismo colonial com o, na prática, monopolismo do *free trade*, que será bem desenvolvido pelos autores do *American System*: ser contra o monopólio global seria defender contra-monopólios nacionais na corrida produtiva, numa logicidade econômica, calcada na história, que faz o *American System* antecipar intelectualmente pontos visualizados pelo imperialismo de livre comércio, por Braudel, e os teóricos do capitalismo monopolista da tradição marxista. Smith, em 1776, data da Declaração de Independência dos EUA, antecipa uma narrativa harmônica entre as forças produtivas desiguais, que encontrou resistências estruturais na América do norte, enquanto no Brasil não. Respondendo ainda ao capítulo XVIII do citado livro de Celso Furtado, houve um destoante direcionamento econômico, com uma diversa interpretação da obra smithiana nos caminhos trilhados por Brasil e EUA, tendo ambos na fatídica data de 1808 encontrado entroncamentos políticos que levaram os EUA à guerra e ao isolamento econômico, e o Brasil para sua abertura dos portos.

Há uma curiosa inversão dos caminhos econômicos dos dois países nesta data, ocorridas por determinações político/militares, que merece maior atenção, com os EUA em 1808 s fechando.

Sobre a vinda da família real portuguesa e a abertura dos portos brasileiros, escreveu o professor Jobson de Andrade Arruda sobre a política britânica então:

“[...] porque assinala uma abrupta mudança de direção na política externa da Grã-Bretanha, uma guinada na corrente dos acontecimentos que apontava para concomitantes transformações da

natureza estrutural na economia e na sociedade, redirecionadoras da política imperialista tradicionalmente aplicadas ao Império português, pois força no sentido de estabelecer uma ligação direta com sua estratégica colônia, o que significava desvencilhar-se da intermediarização incômoda dos portos ibéricos e, no fundo, inaugurar uma política imperialista em lugar do imperialismo inscrito nos parâmetros do mercantilismo, alicerçado nos princípios do monopólio e do protecionismo, avançando rumo a um estágio inovador e sutil na direção do **imperialismo do comércio livre**.²⁴⁹ (Grifos nossos).

Visto em perspectiva, se a abertura dos portos do Brasil foi determinada por condicionantes políticas e militares estruturais do momento histórico, e o fechamento dos portos norte-americanos no mesmo momento, também deu-se por determinantes conjunturais políticas de então, a estrutura mental de partes da elite norte-americana não estavam intelectualmente passivas frente ao fato: havia uma viva construção intelectual em direção ao nacionalismo econômico, que tão bem aproveitou a experiência do bloqueio britânico para fortalecer e difundir suas teses de nacionalismo econômico.

De forma sumária aqui elenca-se uma cronologia das leis tarifárias dos EUA. Após um primeiro momento, como nos lembrou Furtado, em que o protecionismo tarifário não era uma política ativa do Estado, foi então que um segundo momento, a partir de 1808, se desenha uma política protecionista, filha direta das guerras, e experiências de sanções econômicas. O *American System*, com o seu tema central do protecionismo alfandegário, surgiu da segunda guerra de independência (1812-1814), com seus idealizadores recuperando Alexander Hamilton: suas proposições de um Estado ativo na economia surgiram como profecias na década de 1790, mas só começariam a conhecer aplicação sistêmica, perto de vinte anos depois.

The legislation of the next twenty years, however, brought no further appreciable development of the protective policy. For a short time after 1789, it may be possible to detect a drift in favor of protective duties, which doubtless was strengthened by the powerful advocacy of protection in Hamilton's "Report on Manufactures" (1792). But that famous document had little, if any, effect on legislation. The moderate policy of 1789 was maintained²⁵⁰.

²⁴⁹ ARRUDA, J. Jobson de Andrade. **Uma Colônia Entre Dois Impérios. A Abertura dos Portos Brasileiros 1800-1808**. São Paulo, EDUSC, 2008, p. 14.

²⁵⁰ TAUSSIG, F. W. **The Tariff History of the United States**, p. 22.

A política pró tarifária aguardaria o contexto do ponto de virada de 1808, com o começo das sanções e bloqueios que culminaria na guerra com a Inglaterra de 1812.

The industrial situation changed abruptly in 1808. The complications with England and France led to a series of measures which mark a turning point in the industrial history of the country. The Berlin and Milan decrees of Napoleon, and the English orders in Council, led, in December, 1807, to the Embargo. The Non-Intercourse Act followed in 1809. War with England was declared in 1812. During the war, intercourse with England was prohibited, and all import duties were doubled. [...] This series of restrictive measures blocked the accustomed channels of exchange and production, and gave an enormous stimulus to those branches of industry whose products had before been imported. Establishments for the manufacture of cotton goods, woollen cloths, iron, glass, pottery, and other articles, sprang up with a mushroom growth.

It is sufficient here to note that the restrictive legislation of 1808–15 was, for the time being, equivalent to extreme protection. The consequent rise of a considerable class of manufacturers, whose success depended largely on the continuance of protection, formed the basis of a strong movement for more decided limitation of foreign competition.²⁵¹

Logo, a guerra, com seus bloqueios e interdições comerciais, gerou uma proteção política para as indústrias dos EUA, num **choque adverso** do comércio exterior, que permitiu essa propagação crescente, *como cogumelos*, de frentes industriais nos EUA, gerando amplas redes produtoras interessadas na manutenção do isolacionismo protecionista. Ao fim da segunda Guerra de Independência, na lei tarifária de 1816, enquanto a Europa pós-napoleônica se rendia ao liberalismo britânico, quase todos os bens manufaturados nos EUA ficaram sujeitos a uma tarifa por volta de 20%²⁵², com produtos de até 35%. Alta para os padrões de então. Sobretudo se comparada com as nações europeias, que praticavam taxas bem menores (por volta de 15 por cento) estando muito próximas umas das outras: os EUA praticavam tal tarifa destoante, além de terem o Atlântico como barreira natural. Logo, estes 20% a 35%, na prática, por uma questão geográfica e tecnológica, era uma

²⁵¹ *Idem*, p. 23.

²⁵² *Idem*, p. 25.

defesa muito mais impactante e eficaz para os fins protecionistas em busca²⁵³, expressando a força da continuidade, por compromisso político interno, com uma agenda protecionista descortinada pela guerra. Numa aliança entre o político e o econômico, a importância estratégica das indústrias surgidas na guerra, para a segurança produtiva, e mesmo militar, mostrava-se incontornável, e deveriam ser assistidas pelo Estado.

No começo do século XIX, o governo federal dos EUA, ainda relativamente frágil numa União em que os estados federados serão fortes, conseguia se fortalecer num contexto de disputa sobre qual República seriam. Entre o fim da Guerra de Independência até a consolidação do modelo republicano que o país seguiria houve uma intensa disputa sobre qual caminho seguiria o país. E esse “modelo republicano” seguiu em disputa por gerações, pelo menos, até a Guerra Civil (1861-1865), com momentos de maior confronto e outros de maior acomodação numa sucessão de “compromissos” e acordos entre as partes do país.

Um ponto de central da disputa sobre qual República emergiria dessa experiência, estava a questão tarifária. De forma sumária aqui elencamos uma cronologia das leis tarifárias dos EUA: logo ao fim da segunda Guerra de Independência na lei tarifária de 1816, enquanto a Europa pós-napoleônica se rendia ao liberalismo britânico, quase todos os bens manufaturados nos EUA ficaram sujeitos a uma tarifa por volta de 35 por cento. Alta para os padrões de então. Sobretudo se comparada com as nações europeias, que praticavam taxas bem menores (por volta de 15 por cento) estando muito próximas umas das outras: os EUA praticavam tal tarifa destoante, além de terem o Atlântico como barreira natural. Logo, estes 35 por cento, na prática, por uma questão geográfica e tecnológica, era uma defesa muito mais impactante e eficaz para os fins protecionistas em busca.

Em 1820 tal média tarifária para bens industriais já estava em 40 por cento. Inicialmente, tais medidas ainda eram apoiadas de norte a sul, estando o sul buscando beneficiar um futuro parque industrial via tais políticas. Com o tempo foi ficando claro que as legislações nacionais protecionistas beneficiavam desigualmente a fachada atlântica norte-americana: concentrando os resultados benéficos da produção

²⁵³ PARRON, Tamis. **A Política da Escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846**, p. 224-232.

industrial nos estados do norte livres da escravidão (*free states*), com cada vez maior concentração populacional de trabalhadores e imigrantes livres, com uma mão de obra mais qualificada e melhor cabedal técnico e humano. Ao ponto de que em 1860, último ano antes da secessão, havia no norte (menor territorialmente, logo, mais densamente ocupado) por volta de 20 milhões de homens livres, enquanto que no sul escravista menos de 10 milhões de homens livres, além da população de trabalhadores escravizados por volta de 3,5 milhões.

Nos anos 1820 começou a emergir o conflito de interesses entre norte e sul com relação às políticas tarifárias: em 1820, 1821 e 1823, os interesses agrários sulinos conseguiram derrubar tarifas “altistas”. Contudo, em 1824, o norte conseguiu passar uma tarifa ainda mais alta. Para em 1828 passar a conhecida como *Tariff of Abominations*: que rachou o país e por conta da qual o sul falou, pela primeira vez, em separação²⁵⁴. Com o sul vendo suas matérias primas (sobretudo algodão) sustentarem a balança de pagamentos do país (secundada pelo trigo, milho e aveia), enquanto que suas lucratividades escorriam para o norte, que lhes obrigava consumir seus produtos industriais caros e de baixa qualidade. Bens manufaturados, de baixo valor agregado, subsidiados em certa medida por produtores primários (como ocorre em muitos processos de industrialização tardia).

Após muito debate, em 1832 recuou-se as taxas para 40 por cento (o que já era alto) em média para os produtos industriais. Tal “Compromisso” mal pode ser assim designado, uma vez que tal redução tarifária ficou muito aquém das expectativas sulistas. Com um protecionismo mais intenso para ferro e têxteis (com 40 a 45 por cento de proteção para produtos de ferro e 50 por cento para roupas). Diante de tal imposição nortista ocorreram reações conhecidas como Nullification Crisis, com a recusa da Carolina do Sul em acatar a lei. Mostrando a dificuldade de construção de “Compromissos” na Primeira República Norte-Americana.

Diante dessa crise, foi acordado um compromisso com uma nova lei que previa a redução paulatina das Tariffs para 25 por cento para bens industriais e 20 para os demais nos dez anos seguintes (fato histórico que evidencia a força política e intelectual da defesa das indústrias nascentes naquele ambiente legislativo). Mas em

²⁵⁴ DEBOUZY, Marianne. **O Capitalismo Selvagem nos EUA (1860-1900)**, Estúdios Cor.

1842, quando tal lei expirou, aprovou-se outra que trouxe novamente as taxas para os níveis de 1832²⁵⁵.

Tal movimento de retomada “altista” a partir de 1842 só alcançou um equilíbrio na tensa Federação em 1846, com taxas alfandegárias um pouco menos protecionistas. Esse período que cobre toda a década de 1850, que antecede a Guerra Civil, marca um recuo estratégico da agenda protecionista nortista, durante a conquista de metade do território mexicano, que pela aquisição do Texas (que se separou do México por tal país ter abolido a escravidão e os ocupantes anglófonos escravistas deste estado se revoltaram em nome do direito de ter escravos, apoiados por Washington) fortaleceu muito o sul. E diante das sucessivas crises deslanchadas contra as tarifas desproporcionalmente altas (em comparação com qualquer país do mundo então: sobretudo nas décadas mais liberais em matéria de tarifas e impostos que foram os anos 1850 e 1860 na Europa) praticadas pela elite nortista dos Estados Unidos. Tal agenda, seguida caninamente pelos nortistas, é a agenda que Alexander Hamilton é precursor: é a agenda do *American System* sob estudo neste trabalho. Teorizada e propagada pelos intelectuais orgânicos do *American System* e praticada com diligência pelos políticos nortistas.

O período de 1846 a 1861 entrou para a história como um momento de “protecionismo moderado”²⁵⁶. Para com e após a Guerra Civil o Partido Republicano deter uma hegemonia dos EUA pelos próximos 50 anos, radicalizando na defesa alfandegária. Conectados sempre com uma agenda de producerism, inicialmente expandindo a base produtiva interna, depois protegendo os produtores estabelecidos num caminho de monopolização produtiva interna, para na sequência defenderem a expansão externa de seus grupos, já conectados com o momento seguinte do Imperialismo.

A década de 1850 marca “um passo atrás para dar quatro a frente” nessa agenda protecionista *producerist*, da elite nortista. E mesmo assim, tal recuo tarifário só era significativo em comparação com o histórico desproporcionalmente “altista”

²⁵⁵ CHANG, Há-Joon. **Chutando a Escada. A estratégia de desenvolvimento em Perspectiva Histórica**, p. 53.

²⁵⁶ BAIROCH, P. **Economics and World History – Myths and Paradoxes**.

daquele país: em comparação com qualquer outro país, as tarifas da década de 1850 continuam sendo expressivamente altas.

Neste momento houve uma estabilização tarifária nas 51 categorias mais importantes de produtos importados em 27 por cento. Com destaque para a pressão das companhias ferroviárias por peças de ferro isentas de taxas durante uma expansão das linhas então. O que destaca um movimento mais liberalizante naquele momento, a mostrar contradições e disputas intra-burguesas. Contudo, tal pressão liberalizante é ponto fora da curva na história econômica dos EUA. E ocorreu num momento muito específico: a década de 1850 foi o auge da prática liberalizante do Imperialismo de Livre Comércio dos britânicos, sendo as décadas de 1850 e 1860 o maior período “baixista” de tarifas do centro do capitalismo europeu (que deixou tão forte a narrativa de que o Capitalismo seria um regime “concorrencial”, visão negada por Braudel, mas que deixou marcado este período, na historiografia marxista, como o período do “Capitalismo concorrencial”, em oposição ao “Capitalismo Monopolista” que virá em seguida no Imperialismo). Isso externamente. Pois internamente nos EUA foi a antessala da Guerra Civil, com o norte cedendo em sua agenda tarifária específica para impedir uma ruptura nacional. Que por fim não conseguiu evitar: a Secessão ao fim ocorre e não apenas pela questão do trabalho escravo. Muitos autores defendem que a questão tarifária foi tão importante quanto a escravidão na decisão de rompimento sulista, assim como na mobilização maciça dos nortistas²⁵⁷: que não conseguiriam mobilizar corações e mentes de grande parte de sua população branca pela liberdade dos escravos, mas pela defesa do nacionalismo, integridade territorial e defesa da agenda protecionista. Sim (de novo protecionismo e nacionalismo se confundem na história dos EUA). Nessa trajetória a moeda cumprirá um papel central nesta trama.

Essa disputa tarifária será por fim resolvida no estilo “the winner takes it all” com a Guerra Civil. A agenda lincolniana será uma radicalização parcial da agenda do *American System*. Voltaremos seguidamente neste ponto. Apenas concluiremos essa narrativa tarifária dos EUA destacando que o período de 1846 a 1861 entrou para a história como um momento de “protecionismo moderado”. Para com e após a Guerra Civil o Partido Republicano deter uma hegemonia dos EUA pelos próximos 50

²⁵⁷ GARRATY, J. & CARNES, M. **The American Nation: A History of United States**. 10. ed. New York, Addison Wesley Longman, 2000.

anos, radicalizando na defesa alfandegária. Conectados sempre com uma agenda de producerism, inicialmente expandindo a base produtiva interna, depois protegendo os produtores estabelecidos num caminho de monopolização produtiva interna, para na sequência defenderem a expansão externa de seus grupos, já conectados com o momento seguinte do Imperialismo. O “capitalismo monopolista”, nos Estados Unidos é neto da Guerra Civil: se com Lincoln houve uma expansão produtiva inflacionista (já com grupos industriais *nacionais* protegidos por contratos monopolizados com o Estado) durante a Guerra Civil, num segundo momento será a hora da concentração dessa base produtiva, sob o casamento do Capital financeiro²⁵⁸. Tal trajetória econômica/política é a expressão da transformação do partido Republicano de um partido nacionalista popular, partido “do Povo, pelo Povo, para o Povo”, num partido nacionalista da oligarquia Plutocrática. Partido este que dominou e escreveu tal trajetória dos Estados Unidos. Entre Lincoln (1861-1865) e Wilson (1912-1920) apenas dois mandatos da presidência dos Estados Unidos não foram Republicanos (1884-88; 1892-96), por sinal o mesmo homem: presidente Cleveland, único presidente não republicano do período 1860-1912. Essa hegemonia republicana foi feita em cima da experiência da moeda fiduciária *greenback* imposta pelo governo Lincoln, sob inspiração política intelectual do *American System*.

5.1 Cronologia Monetária nos Estado Unidos

Finalmente, é sobretudo no plano político que assume pleno significado a distinção, para mim indubitável, entre capitalismo sob as suas diversas formas e a “economia de mercado”.

A grande ascensão capitalista do século passado foi talvez descrita, até por Marx, até por Lenin, como eminentemente, saudavelmente, concorrencial. Efeito de ilusões, de heranças, de velhos erros de julgamento? No século XVIII, diante dos privilégios gratuitos de uma nobreza de “ociosos”, os privilégios comerciais pareciam ainda o justo preço do trabalho; no século XIX, depois da era das grandes companhias de monopólio estatal, do gênero das companhias das Índias, a simples liberdade mercantil já podia parecer verdadeira concorrência. Por um lado, a produção industrial (que, no entanto, não é mais do que um setor do capitalismo) dependia muitas vezes de pequenas empresas, amplamente submetidas a concorrência, ainda hoje. Daí a imagem clássica do empresário, servidor do bem público, que atravessa todo o século XIX, ao mesmo tempo que se celebram as virtudes da livre troca e do *laissez-faire*.

²⁵⁸ HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

O espantoso é que tais imagens continuem presentes na linguagem política, jornalística, na divulgação e no ensino da economia, quando a dúvida já se introduziu nas discussões dos especialistas, e isso já antes de 1929, Keynes, a seu modo, falava de concorrência imperfeita: os economistas contemporâneos vão mais longe: para eles, há os preços de mercado e os preços dos monopólios, isto é, um setor monopolista e um setor “concorrencial”, ou seja, dois níveis. Encontramos a dupla imagem tanto em J. O’Connor como em Galbraith. Será então um abuso chamar economia de mercado ao que alguns denominam hoje setor concorrencial? No cume estão os monopólios, abaixo a concorrência reservada às pequenas e médias empresas.²⁵⁹

Neste ponto se inicia com Fernand Braudel para apresentar uma ideia do historiador francês que influenciou esta pesquisa: num diálogo com os pensadores marxistas que pensaram o imperialismo, o estágio monopolista do capitalismo financeiro, que apresentam tal *capitalismo monopolista* como uma novidade da virada do século XIX para o XX, Braudel lhes responde que o que ele entende como capitalismo sempre tendeu ao monopólio, estando num andar monopolista, ligado ao Estado, no qual no limite a força rege o mercado. Braudel faz uma distinção entre capitalismo e economia de mercado²⁶⁰, e como um historiador da era moderna da historiografia francesa (séc. XV-XVIII), defende que o que os teóricos do imperialismo identificam no capitalismo monopolista de fins do séc. XIX e XX, ele já identificava na Era Moderna.

Um ponto importante é o destaque que Braudel dá às grandes companhias comerciais dos séculos XVII e XVIII, como modelo de estruturação de um sistema de alcance mundial, com manifestações do capital em diferentes frentes e formas (capital: comercial, bancário, industrial), com tais companhias sempre ligadas a Estados e suas armadas, tendo neste lado estatal a expressão da força, e do lado corporativo a expressão econômica, ou já poderíamos dizer, financeira, por ser um capital associado na grande corporação, com diferentes expressões na sua realização: estaleiros e centro de indústrias navais, indústria bélica (capital industrial), transportadoras (capital comercial), bancos financiando Estados (capital bancário), bem como indústrias, e a produção longínqua de matérias primas necessárias para empreitada geral, ou outras de alta procura.

²⁵⁹ BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII. O Tempo do Mundo**. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1998, p. 583-584.

²⁶⁰ BRAUDEL, Fernand. **La dynamique du capitalisme**. vol. 19. Paris, Arthaud, 1985, p. 117-118.

A associação corporativa/estatal de tais empreitadas mudou a face do mundo, e o capitalismo, como um sistema geral, se configura neste processo histórico. Daí a distinção braudeliana entre capitalismo, um sistema histórico de associação capitais/Estado, que tende ao monopólio, e a economia de mercado.

Curiosamente, tal ideia parece que não seria estranha aos autores aqui sob estudo: a centralidade da política, para todos eles, demonstra um entendimento que o processo econômico nunca seria neutro, livre de uma face estatal, e dos interesses por trás. Depois da Era histórica das grandes companhias comerciais, que construiu centros de alcance global, como Amsterdã e Londres, estipular que “daqui para frente” as regras do jogo serão justas e neutras, sob a égide do livre comércio, seria fingir que nada havia ocorrido nos séculos XVII e XVIII. De forma ampliada, a mesma ideia da necessidade de defesa da indústria infante, já presente nos tempos de Hamilton, parece que já podia ser entendida de forma ampla e sistêmica, para se pensar a economia. E aqui se defende que foi isso o que ocorreu nos EUA do século XIX: o discurso do livre mercado sempre foi balizado pelas forças políticas em busca de uma consolidação nacional das forças econômicas.

Logo, tal ideia braudeliana é muito didática para o estudo aqui construído, no qual em pleno século XIX, tomado pela força do discurso liberal britânico, os EUA se estruturaram como nação e se industrializaram dentro de um conflito histórico entre os discursos e os fatos, as palavras e as coisas, no qual a objetividade do projeto nacional republicano foi pragmaticamente impositiva sobre qualquer ideologia da moda. Esse conflito entre a criação de uma narrativa, e a história factual construída, tem suas bases no século XVIII, quando da estruturação da interpretação analítica e teórica da econômica liberal: percebe-se que diversos autores prestigiados no campo teórico, encontravam fortes resistências na execução de suas ideias. Na prática tais resistências quando ativadas criavam uma realidade factual, que depois seria teorizada e explicada.

Dito de outra forma, o mercantilismo, no território que se tornará os EUA, sempre foi repaginado na construção deste país, sendo esta experiência história muito mais tributária de tradições mercantilistas, submersas longamente na prática histórica, do que no aberto liberalismo econômico. Reforça-se neste ponto que o liberalismo relativizado aqui, na construção da história estadunidense, é o liberalismo econômico, o liberalismo político nos EUA sempre foi uma construção mais coerente entre

discurso e prática, assim distingue-se aqui os dois liberalismos. Inclusive o liberalismo político permitiu caminhos de problematizações, desviando o liberalismo econômico mais ao centro, estando este liberalismo político na base da defesa do nacionalismo, que sempre relativizou os projetos de liberalismo econômico. Por isso também tais homens públicos daquele século XIX buscavam sempre se definirem como liberais: os liberais-nacionalistas secundarizavam o liberalismo econômico para a consolidação do projeto político.

Imperialism and liberal revisions of mercantilism, as their coexistence in Postlethway's thought demonstrates, did not have an inverse relationship in the middle of eighteenth century, such that one displace the other. Criticism of mercantilism developed simultaneously with the strengthening of simplistic imperialist views in conventional economic wisdom. Support for aggressive colonial expansion became a component of opposition politics in the 1740, as a "the final stage of the opposition to Walpole... [stimulated] the articulation of a popular mercantilist vision of empire as the sole means of national greatness".

[...] The very popularity of imperial expansion made it vulnerable to criticism as vulgar and uninformed. Commercial imperialism was vulnerable to expert opinion, but the intellectual elitism of antimercantilist thought ensure that would be a minority view²⁶¹.

As raízes mercantilistas dos EUA encontraram muitos ecos em sua construção histórica, tendo uma forte base popular e mesmo em práticas consuetudinárias. E se reconfiguraram teoricamente nas obras dos autores aqui sob estudo.

Sobre a linha braudeliana aqui seguida, distinguindo capitalismo de economia de mercado, um ponto central da pesquisa é a moeda: a história monetária dos EUA reflete os conflitos políticos e intelectuais em curso, sendo o instrumento moeda uma materialização, entre cabos de força políticos, econômicos e sociais, da disputa de qual capitalismo se realiza, entre as forças dos mercados e as estruturas políticas na construção do Estado.

²⁶¹ CROWLEY, John E. **The Privileges of Independence. Neomercantilism and the American Revolution.** Baltimore, John Hopkins University Press, 1993, p. 6.

5.2 Sistema Monetário

Os Estados Unidos desde a Independência até 1861 tiveram um sistema monetário sintonizado com o conjunto do ocidente (França e Europa continental), destoante do padrão-ouro inglês. Os Estados Unidos se centraram no bimetalismo: ouro e prata lastreavam notas na média histórica de 1 para 15 (15 gramas de prata compra 1 de ouro). Uma vez que a prata sempre foi mais acessível, sobretudo pela proximidade dos Estados Unidos com o México (além de ondas de descobertas de prata no próprio território dos Estados Unidos), o padrão metálico de fato naquela República esteve a maior parte do tempo ligado a prata. Exceção feita aos períodos de descobertas de ouro na Califórnia e no Oregon.

Mas para além deste padrão bimetálico oficial, havia uma larga experiência de monetização de notas bancárias e monetização das dívidas públicas dos estados. Lembremos que nos EUA os estados individualmente tinham muita autonomia. Havendo espaço para a concessão de licença para a abertura de bancos estaduais com capacidade emissora (*...only few banks issued notes in the 1790s, close to two hundred did by 1815, and by 1830, the number had climbed to 321. Ten years later, the number of banks jumped again, to 711, and after dipping in the early 1840s, skyrocketed upward.*)²⁶². As oligarquias estaduais manipulavam tais instrumentos político/econômicos: liberação de notas fiduciárias de alcance estadual, emitidas por bancos privados, que conseguiam dos respectivos governos estaduais licença para funcionar. Havia muitas suspeitas e acusações de corrupção nesses processos. Sendo a marcha para o oeste feita com a cavalaria da União na frente, massacrando os índios, com tais terras tornadas territórios nacionais, que assim seguiam até ter uma população branca suficiente e estrutura econômica para se tornarem estados. Era neste momento, quando se tornavam estados, que tais experimentações monetárias/financeiras passavam a ocorrer. Diante das possibilidades econômicas dos novos espaços: perspectivas de extração mineral e animal, colonização e assentamentos das terras que eram capitalizadas (as terras ocupadas acabavam lastreando possíveis futuras hipotecas), melhoramentos em navegação e estradas e, sobretudo, perspectivas de passagem de ferrovias²⁶³, é que as tais notas emitidas por

²⁶² MIHM, Stephen. **A Nation of Couterfeiters. Capitalists, Con Men, and the Making of the United States**. Cambridge, Harvard University Press, 2007, p. 3.

²⁶³ BARAN, Paul & SWEESY, Paul. **Monopoly Capital. A Essay on American Economic and Social Order**. Modern Reader, 1966, p. 218.

bancos estaduais privados (bancos ligados clanicamente com as famílias políticas na direção destes estados) eram lançadas com promessas e esperanças de desenvolvimento para o avanço das fronteiras²⁶⁴.

Muitas dessas notas naufragaram em inflação, algumas desastrosas. Contudo, muito do desenvolvimento do interior profundo seguia sendo feito com notas que nas capitais dos próprios estados nada valiam. Seguiam sendo aceitas por famílias produtoras humildes e tendo função em esferas básicas de desenvolvimento. Outras notas sofreram certa inflação estadual, mas seguiam amplamente aceitas. Sendo que muitas delas acabavam valendo em estados fronteiriços também, numa tácita aceitação mútua dos meios de pagamentos entre estados, que ampliava tais instrumentos de desenvolvimento, numa bem-sucedida capitalização interna, na qual meios de pagamentos fiduciários funcionavam como alavancas de desenvolvimento de territórios “selvagens”, que ao gerarem os frutos produtivos ali trabalhados, acabavam lastreando as próprias notas fiduciárias originais. Num curioso processo dialético em que a soma de trabalho, terras e notas fiduciárias, acabavam numa capitalização geral, em que meios de pagamento, sem lastro ao início, serviam de promessas que se cumpriam ao fim da expansão produtiva. Mesmo com muitos *wildcat banks*²⁶⁵, emitindo notas suspeitas, ou literalmente fraudulentas, havendo crises especulativas e quebras bancárias pelo caminho, mesmo assim sistema produtivo se ampliava entre inflação e quebras.

Outra consequência dessas experiências monetárias foi uma explosão da falsificação dessas notas nos EUA. Estimasse que até metade das notas em circulação nos EUA de fim dos anos 1830 até os anos 1850 eram falsificações²⁶⁶. Com regiões do Canadá, ligadas aos grandes lagos, se especializando em tal produção, além da produção de falsificações internas aos EUA.

Com todas as polêmicas sobre a história dessas experiências monetárias, com notas: totalmente fiduciárias, dívida pública monetizada, notas bancárias simples ou lastreadas em hipotecas... o que ninguém nega é que mesmo com todos os excessos

²⁶⁴ TURNER, Jackson. **The Significance of the Frontier in American History.**

²⁶⁵ MIHM, Stephen. **A Nation of Counterfeiters. Capitalists, Con Men, and the Making of the United States.** Cambridge, Harvard University Press, 2007. p. 8, 16, 179, 186.

²⁶⁶ MIHM, Stephen. **op. cit.**

localizados, tais notas foram efetivas e eficazes na expansão e consolidação do desenvolvimento e expansão norte-americanos.

Quando descobertas metálicas eram feitas o equilíbrio emissor mudava. Como quando a partir dos 1840 acharam ouro na Califórnia. Tal região que tornou estado em 9 de setembro de 1850, sendo caso único de se tornar um estado sem ter sido antes um território federal, por conta da força econômica deslançada pela “*gold rush*”. No *Compromise of 1850* a Califórnia se tornava o 31º estado dos Estados Unidos, sendo acordado que seria um *Free State*: estado sem escravidão. Tal estado passou a emitir uma nota bancária lastreada em ouro, com alavancagem, aceita em todo o território nacional.

5.3 Lincoln e o Greenback

Tal situação monetária, oficialmente bimetálica, mas funcionando na prática no interior do país e na maioria das vezes com notas bancárias diversas (quando não com falsificações) seguiu assim difusa até a eleição do primeiro republicano à Presidência em 1860. Com a vitória de Lincoln nesta eleição, com a decisão do sul de se separar, o recém eleito governo Federal viu-se numa situação limítrofe.

O pomo da discórdia era a decisão irrevogável do novo governo federal de proibir a expansão do escravismo para os territórios federais (terras roubadas aos índios e aos mexicanos) e não que o governo Lincoln iria abolir a escravidão nos estados do sul: Lincoln foi categórico em defender que iria respeitar a decisão de cada estado, já estabelecido, em manter ou não a peculiar instituição. Mas nas terras do meio oeste, territórios federais que iriam se tornar novos estados o jovem partido republicano estava fechado neste ponto: todos seriam *Free States*. Estados sem escravidão.

Diante de separação do sul o governo federal radicalizou na interpretação constitucional de que os Estados Unidos seriam *indivisible*. A Guerra Civil eclodiu.

Neste ponto iremos retomar o eixo em estudo aqui: a moeda. A Guerra Civil norte-americana é largamente vista girando em torno da escravidão, da questão do trabalho. Complementando tal enfoque inescapável, aqui trataremos de uma experiência revolucionária da Guerra Civil: a moeda. Pois diante da separação sulista,

da disputa por corações em mentes nos estados fronteiriços (e no meio oeste), um plano nacional unitário se impunha. Enquanto o sul se separava pela escravidão e contra as tarifas excessivas do norte. O plano lincolniano de valorização do trabalho exigia mais meios de pagamentos.

Na crise Lincoln chegou a consultar a City londrina sobre empréstimos, que diante da ruptura do sul gerou nos bancos ingleses uma segurança em exigir juros muito acima do que seria cobrado dos EUA até 1860. O que determinou no novo governo a decisão de avançar num salto monetário progressista e nacionalista.

Muitos se esquecem, mas o partido republicano nasceu como um partido abolicionista, nacionalista/industrialista/protecionista, sob intensa influência dos intelectuais identificados com o movimento de economia política, chamado, *American System*. Daniel Raymond e, sobretudo, Henry Carey (que foi conselheiro pessoal do presidente Lincoln, apesar de se indispor com ele várias vezes, por discordar do que via como falta de radicalidade do presidente Lincoln) foram grandes expoentes desse grupo. Que defendia altas tarifas protecionistas, planos de internal improvements (com gastos governamentais e contratações APENAS de empresas nacionais), além de emissão monetária na medida das necessidades dos negócios (seja tal emissão metálica, fiduciária ou dívida pública monetizada), bem ao gosto da Banking School britânica (que defendia ser a taxa de juros a medida para regular mais ou menos moeda nas praças, contra os adeptos da Money School, que defendiam ser a taxa de câmbio, como com os metalistas brasileiros).

Logo, diante da secessão arrastando o país para gastos incontornáveis com a guerra, com juros proibitivos nas praças do capitalismo central, o governo Lincoln, presidindo este país então semi-periférico, em meio a uma secessão, para fazer frente a uma guerra, que estourou em abril de 1861, decidiu, neste mesmo ano, lançar uma moeda totalmente fiduciária de alcance nacional, que está na base do dólar como nós o conhecemos: era o *greenback*. Até a cor verde do dólar como nós o conhecemos hoje vem daí.

Tal moeda financiou os grupos industriais do norte, que se expandiram ferozmente para armar, vestir e alimentar os exércitos da União. E gerou um meio de pagamento seguro (pois nacionalmente aceito) e barato nas áreas do meio oeste em disputa. Novamente destaco aqui que tal moeda foi uma arma na Guerra Civil. Pois

os pequenos fazendeiros dos territórios federais eram seduzidos pelo discurso racista pró *slavery*, mesmo tendo 1 ou dois escravos, ou, como a absoluta maioria, nenhum, muitos desses *white trash* se seduziam pela perspectiva de ter algum escravo. Entre as “vantagens” duvidosas e elitistas da expansão do escravismo naquelas regiões e o aquecimento real dos negócios regulamentados e impulsionados por uma moeda legal/nacional, o apoio ao Legal Tender, do dólar da União, venceu a miragem escravista. Tendo, portanto, a moeda jogando um papel direto na arena em disputa na Guerra Civil.

Em 1862 o governo federal passou *Homestead Act* (*Homestead Act*, que definia a posse de uma propriedade com 160 hectares a quem a cultivasse por cinco anos. Essa lei fez aumentar muito o fluxo de imigrantes europeus para os EUA). Em 1863 foi a vez do *National Banking Act*, regulamentando e ampliando os bancos nacionais emissores do *greenback*. Consolidando tal política monetária. Neste mesmo 1863, desde 1 de janeiro, estava em vigor o *Emancipation Proclamation*, que abolia a escravidão nos estados rebeldes.

Toda a política lincolniana de financiamento da Guerra, salários e pensões de soldados e viúvas, brutal expansão produtiva industrial, reorganização nacional do sistema bancário, reforma agrária com colonização de trabalhadores livres no meio oeste e oeste, abolição... Tudo isso foi feito com essa moeda nacional totalmente fiduciária lançada por este primeiro governo republicano: o *greenback*.

Em 1864 há um segundo *National Banking Act*, que consolida tal experiência monetária e bancária como um sucesso revolucionário inédito numa nação semiperiférica até então. Lincoln é reeleito em 1864 e em 1865 a guerra acaba com a vitória da União. Sendo Lincoln morto dias depois, em 14 de abril de 1865.

Sua política financeira é mantida: assim os EUA saem do sistema monetário internacional de 1862 a 1879. Justamente o período da Guerra Civil e da Reconstrução (1865-1877), em que a nação se consolida e sua revolução industrial também, protegida estrategicamente em sua isolada moeda nacional fiduciária, que se impunha legalmente nos Estados Unidos (Legal Tender), sem deixarmos de notar na imposição dessa moeda o sucesso militar da Guerra Civil. Podemos perceber que havia por de trás dessa moeda fiduciária já um lastro militar latente, se não Real, a lhe dar força, impondo internamente sua aceitação hegemônica como moeda nacional.

Contudo, sem dúvida, foi neste período histórico em que a Guerra Civil constituiu essa moeda nacional, que o parque produtivo dos Estados Unidos se consolidou e a integração leste-oeste se fechou (a primeira ligação ferroviária leste-oeste foi concluída em 1869). Além da submissão do sul a União, com suas tarifas nacionais altistas, tornando-se incontestes. Assim os Estados Unidos fizeram seu salto industrial nacional com uma moeda heterodoxa e nacionalista, externa ao modelo internacional centrado na potência hegemônica de então. Colocando-se frontalmente contrários aos conselhos da intelectualidade britânica²⁶⁷, opondo-se ao padrão monetário propagado desde as ilhas britânica como o mais eficaz, os Estados Unidos efetuaram seu desenvolvimento industrial com essa experiência monetária fiduciária. Acoplada às ideias do *American System*, como as tarifas alfandegárias “altistas”, isolacionismo seletivo, apoio às indústrias nascentes e protecionismo industrial em todos os contratos e projetos públicos²⁶⁸.

5.4 Entrada do Dólar no Padrão-ouro: 1879. E a Reação Populista.

Os EUA retornam ao padrão metálico (agora ao padrão-ouro) a partir de 1879. Num processo que gerou a maior onda em defesa da criação de um “terceiro partido” na história dos EUA: o *Free Silver currency party*, *Greenback Party*, *Prohibition Party*²⁶⁹ e o mais importante deles: o *People’s party*, também conhecido como *Populist Party*. O que nos mostra a reação contrária entre grupos populares e organizados dos pequenos produtores contra o padrão-ouro²⁷⁰.

Após a última expansão monetária totalmente fiduciária do greenback, ainda sob o governo Grant (general da Guerra Civil, republicano do norte, presidente Grant de 1868-1876), para responder a crise estrutural de 1873, ao longo da década de 1870

²⁶⁷ CAREY, Henry. **Cartas ao London Times. Cartas da Economia Nacional Contra o Livre Comércio**. Rio de Janeiro, Capax Dei, 2009, p. 173.

²⁶⁸ CHANG, Há-Joon. **Chutando a Escada. A estratégia de desenvolvimento em Perspectiva Histórica**. Cf.: SCHNERB, Robert. **Libre-échange et protectionnisme**. Paris, Presses Universitaires de France, 1967.

²⁶⁹ The Prohibition Party (PRO) is a political party in the United States best known for its historic opposition to the sale or consumption of alcoholic beverages. It is the oldest existing third party in the US. The party was an integral part of the temperance movement. While never one of the leading parties in the United States, it was once an important force in the Third Party System during the late 19th and early 20th centuries. It declined dramatically after the repeal of Prohibition in 1933. The party received 518 votes in the 2012 presidential election[1] and 5,617 votes in the 2016 presidential election

²⁷⁰ POSTEL, Charles. **The Populist Vision**. Oxford University Press, 2007.

a contração monetária segue sendo feita pelo governo federal, que busca o retorno de um padrão-ouro, alcançado em 1879.

As reações contrárias foram crônicas, organizadas e fortes. Sendo o movimento populista o epicentro dessa reação.

Com a vitória yankee na guerra, houve uma explosão de propriedades agrícolas nos Estados Unidos, sincronizada com a expansão ferroviária do país (lembramos que Lincoln começou sua carreira como advogado de uma companhia ferroviária). O otimismo e a confiança no trabalho livre das novas terras (roubadas dos indígenas) colonizadas pelo “homem branco” e na expansão tecnológica simbolizada pelas ferrovias, ao longo da década de 1870, foram dando lugar ao estresse econômico, medo e desesperança, pois a área de produção agrária do país alcançada por ferrovias multiplicou-se ferozmente após a guerra. Entre 1860 e 1890 o número de fazendas nos Estados Unidos triplicou. A superfície de terras cultivadas pulou de 407 milhões de acres para 828 milhões²⁷¹.

Os ciclos de *boom and bust* (expansão e falência) da economia rural, em constante expansão física (mas crescente limitação financeira) dos Estados Unidos foi sendo cada vez mais contrastado com a solidez e sempre maior concentração de riqueza dos grandes grupos industriais/comerciais do país, cada vez mais oligopolizados.

A força crescente de tais grupos, com suas conexões com o sistema bancário e financeiro, concentrado em Wall Street, era vista por grande parte da nação como uma traição aos fundamentos da “liberdade industrial” do Povo. E ao próprio Povo.

Tal desconfiança tinha uma questão monetária em seu centro. Durante a Guerra Civil, o presidente Abraham Lincoln emitiu uma moeda totalmente fiduciária para custear a guerra: o chamado *Greenback*, papel-moeda totalmente fiduciário, sem lastro metálico, emitido em larga escala para pagar o exército e as compras governamentais. Tal emissão financiou o salto industrial do nordeste e dinamizou toda uma economia de guerra, no que podemos chamar de um primeiro “keynesianismo militar” da história moderna. Tal moeda, aceita em todas as esferas (municípios, estados e União) como pagamento de impostos, circulou livremente pelo país que

²⁷¹ *Idem*, p. 26.

fazia uma reforma agrária e abolia a escravidão, garantindo um legal e barato meio de pagamento para salários e financiamento geral para a expansão produtiva.

Essa moeda é a base da conhecida cor verde do dólar, e seguiu em circulação mesmo após o “crime de 1873”, quando o governo dos Estados Unidos se compromete a apenas emitir moeda, a partir de então, com lastro em ouro e não mais em prata ou greenbacks. Tal decisão, que demorou até 1879 para ser executada, foi seguida pela previsível redução relativa dos meios de pagamentos, encarecimento do dinheiro com aumento das taxas de juros. Logo, o movimento populista só é compreensível se entendermos essa questão monetária: produtores dispersos, defendendo o aumento da emissão monetária para financiar o aumento de sua produção e para baratear o pagamento de dívidas e juros.

O movimento populista é perpassado pela defesa do *Greenback*, e/ou pelos defensores do *Free Silver Currency*: grupo que apoiava a livre monetização da prata, ligados aos donos de minas de prata, metal existente em quantidade significativa no oeste norte-americano de então.

Tal disputa, entre os defensores do *Greenback* e do *Free Silver Currency* de um lado, e dos defensores do padrão-ouro do outro de outro, foi um tema central dos anos de crise deflacionária dos 1880 e 1890, sendo o movimento populista o maior centro de organização e protesto contra o padrão-ouro nos meios populares e médios dos Estados Unidos.

No Brasil conhecemos esse debate como entre os metalistas e os papelistas²⁷².

Nos Estados Unidos, as décadas de 1880, 1890 marcaram um aumento produtivo típico da segunda Revolução Industrial, durante a globalização vitoriana que expandia e abria mercados, baixava preços ao transformar uma série de grãos e produtos em commodities. A bolsa de grãos em Chicago surge nesses anos²⁷³, enquanto as companhias de distribuição e estocagem, ligadas a seguradoras e bancos, concentram a maior parte dos lucros da produção agrícola em expansão e deflação. Tal deflação barateou a vida das massas urbanas proletárias, mas gerou uma onda

²⁷² GREMAUD, Amaury Patrick. **Das Controvérsias Teóricas à Política Econômica: Pensamento Econômico e Economia Brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840-1930)**. Tese. Orientador: Dr Flavio Azevedo Marques de Saes. FEA/USP.1997.

²⁷³ DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais**. Rio de Janeiro, Record, 2002.

de insatisfação entre os fazendeiros norte-americanos e alhures. Há neste processo o fortalecimento dos grupos industriais financeirizados, ligados aos grandes bancos, a gerar uma concentração produtiva que será conhecida historicamente como a Era do Capitalismo Monopolista. Surgido nos últimos 25 anos do século XIX nos Estados Unidos. O movimento populista se insere assim numa tradição *producerist*, ligada aos antigos teóricos do *American System*, pelo direito dos produtores, sobretudo os pequenos, de produzirem e prosperarem. Com a entrada dos Estados Unidos no padrão-ouro a partir de 1879, sendo identificada com os interesses dos grandes grupos Monopólicos e os bancos, e contra os pequenos produtores.

Consideramos aqui que após a experiência da moeda fiduciária de Lincoln, o *greenback*, que nasceu como um meio de expansão produtiva e fortalecimento dos direitos produtivos do Povo, quando da entrada dos Estados Unidos no padrão-ouro em 1879, a elite daquele país se afasta definitivamente dos preceitos do *American System*, partindo para uma concentração industrial monopolista. A moeda que surge anti-sistêmica em 1862, sofre uma virada financeira elitista e pró monopolismo/oligopolismo produtivo, com a então metalização (ouro) do dólar.

Tal experiência monetária serviu a uma expansão econômica surpreendente do país, afinada com a agenda da elite nortista, que somada à nova legislação bancária (1863/1864) gerou a reorganização e a superação do anterior caos monetário e bancário da nação²⁷⁴, tendo o nordeste garantida a centralidade e a supremacia neste sistema modernizado. Contudo, no futuro, o *Greenback* tornou-se o cavalo de batalha do movimento populista liderado por fazendeiros, contra essa mesma elite nortista, quando essa adere, e arrasta o país, ao padrão-ouro, tirando o dólar de seu eixo fiduciário original.

Um último ponto aqui destacado da agenda republicana são as tarifas alfandegárias. Altistas tanto com a moeda fiduciária, quanto quando o dólar entra no padrão ouro. É considerado indispensável para o sucesso do projeto republicano, com proteção à indústria via elevação das barreiras alfandegárias. Ainda antes da posse de Lincoln, em 2 de março de 1861, os republicanos no Congresso passam a Tarif Morrill, que leva o nome do representante republicano de Vermont que a propôs, na

²⁷⁴ MIHM, Stephen. **A Nation of Couterfeiters. Capitalists, Com Men, and the Making of the United States**. Harvard University Press, 2007.

qual impostos alfandegários passam de 5% a 10% sobre todos os produtos de ferro e aço importados, assim sobre todos os lanifícios, todos o têxteis de algodão e tapetes de qualquer material. Durante a guerra, em que o sul esteve ausente do Congresso, não houve um ano entre 1861 até 1864 em que não fossem aprovadas mais e mais medidas protecionistas. Ao fim da guerra, a taxa alfandegária média era de 47% dos importados contra 18,8% no início da guerra. As indústrias protegidas ganharam uma margem de aumento de seus preços internos de 20%. E, após a guerra, novas rodadas de aumento de taxas sobre importados foram lançadas: têxteis em 1867, em 1869 direitos sobre os produtos de cobre foram multiplicados por seis, e, em 1870 de novo o aço ganha aumento tarifário, com direito a impostos sobre produtos de aço que ainda não eram feitos nos Estados Unidos, como forma de proteção antecipada²⁷⁵. Literalmente, isolando a siderurgia e metalurgia dos Estados Unidos de qualquer concorrência inglesa.

Em 1890 a tarifa Mackinley é aprovada. Uma medida que leva o nome do congressista republicano (futuro presidente republicano dos Estados Unidos) que a propôs, na qual as tarifas alfandegárias chegaram a praticamente 50%²⁷⁶.

Todas essas medidas protegiam as indústrias e os empregos a elas ligados, mas, ao menos inicialmente, inflacionavam os preços dos produtos industriais pagos pelo conjunto da nação. Nas áreas distantes dos centros industriais privilegiados por tais medidas esses benefícios não eram sentidos diretamente. Tal inflação dos produtos manufaturados era mais sentida nessas áreas, sobretudo rurais. E, se o partido republicano nasceu com uma ala radical abolicionista, foi ao fim da guerra sendo rapidamente identificado com essa agenda nacional (regional) desenvolvimentista do capital industrial e bancário do nordeste do país, que rapidamente, via centralização, se transformava num capital financeiro que, ano a ano, ia sendo reconhecido cada vez mais pelo conjunto da nação, como uma oligarquia plutocrática. Diante dessa oligarquia financeira que hegemonizava a agenda nacional do Partido Republicano, uma reação antimonopólio foi sendo mais e mais sentida, sendo o movimento populista o eixo e centro dessa reação político/popular. E a defesa do retorno ao greenback fiduciário (ou a monetização da prata) o tema central dessa

²⁷⁵ DEBOUZY, Marianne. **O Capitalismo Selvagem nos EUA (1860-1900)**. Estúdios Cor, p. 33.

²⁷⁶ <http://www.ohiohistoryhost.org/ohiomemory/wp-content/uploads/2016/09/McKinleyTariff1890.pdf>

luta. As décadas de 1880 e 1890 nos Estados Unidos estão marcadas por esse combate por todos os lados.

O auge desse combate será as eleições de 1896, na qual o republicano pró padrão-ouro, Willian Mackinley vence o populista Willian Jennings Bryan²⁷⁷, histórico paladino do *greenback* fiduciário, que incendiou o país com seu discurso contra a crucificação da América numa Cruz de Ouro²⁷⁸. Este candidato populista, que ganhou a indicação democrata era um defensor do *Greenback* (legal tender: moeda fiduciária), ou da livre monetização da prata. Esta sua indefinição foi muito usada por seus oponentes para desqualificá-lo como perigoso e imprevisível. Contudo, o certo era sua oposição ao padrão-ouro. Defendo a expansão produtiva dos da base e dos pequenos produtores independentes. Tal luta desses pequenos produtores por maior controle das saídas de sua produção é inseparável da luta monetária dos defensores do *Greenback* (e dos defensores da monetização da prata) contra os adeptos do padrão-ouro no período. A força do movimento se ancorava na memória da moeda lincolniana, identificada com o patriotismo e a liberdade, e com os dias de reconstrução econômica de um país ancorado num barato e abundante meio de pagamento legal: o *Greenback*.

Porém, nesta eleição extremamente violenta e disputada de 1896, Bryan perde para o republicano Mackinley. Com os Estados Unidos ficando no padrão-ouro. Campanha explosiva, concluída com a vitória do republicano McKinley. Após a derrota de Bryan, o movimento populista viveu um inexorável refluxo. Até o fim do século XIX o movimento sobreviveu com certa organicidade. Mas já no começo do século XX estava distante da capilaridade e influência que exerceu na primeira metade da década de 1890. Todos concordam que a derrota de 1896 exerceu um revés traumático ao movimento, com muitas polêmicas internas entre os populistas sobre a validade de seguirem apoiando outros partidos (fusionists) ou se fechando.

Mas muito do refluxo do movimento populista está ligado, justamente, ao seu sucesso naqueles anos deflacionistas e o susto que causaram na elite: a organização dos agricultores, a campanha por mais meio circulante, a defesa do imposto de renda, defesa da nacionalização das ferrovias, construção de armazéns estatais e mais benfeitorias públicas, sobretudo, mais escolas técnicas e regulares por todo o país,

²⁷⁷ RITTER, Gretchen. **Goldbugs and Greenbacks: the Antimonopoly Tradition and the Politics of Finance in American 1865-1896**. Cambridge University Press. 1999. p. 152

²⁷⁸ Disponível: <http://historymatters.gmu.edu/d/5354/>. Acessado em 1º jan. 2023.

incluso em áreas rurais. Todas essas demandas populistas calaram fundo na sociedade norte-americana e abriram uma era de reformas políticas econômicas que se acelerará no New Deal, mas que começaram, ainda que de forma embrionária, após aquela campanha de 1896 e a pressão populista²⁷⁹.

Para o refluxo do movimento há ainda outros fatores mais circunscritos a melhoras econômicas difusas nos Estados Unidos depois de 1896, como uma melhora conjuntural da econômica, e, sobretudo, ao aumento da produção de ouro, principalmente na África do Sul, gerando um maior afluxo monetário, impactando assim numa sensível melhora e aumento da circulação monetária, amainando essa questão central para o movimento. A guerra dos Estados Unidos contra a Espanha (1898), que o então presidente McKinley tentou evitar, mas cedeu a pressão da mídia empresarial, dos democratas e de republicanos pró-intervenção, também causou impactos positivos na economia norte-americana (gerando um estímulo econômico externo nesse capitalismo monopolista, como explicado por Baran/Sweezy: através da guerra, regularmente invocada para o crescimento da economia dos Estados Unidos). Tudo isso completa o ambiente em que a onda populista de fins do século XIX vai se amainando.

As melhoras no meio rural norte-americano após a eleição de 1896 seguiram até um auge com a Primeira Guerra Mundial, com os preços do algodão, trigo e outras commodities subindo constantemente. Os preços em dólar das fazendas sofreram uma inflação que em média triplicou o valor de tais propriedades. As melhoras foram irregulares entre os produtores, contornando muitos pequenos produtores, sobretudo pequenos produtores negros do sul, vítimas de boicotes e hostilidades que cresceram nesse mesmo período. Entretanto, muitas melhoras passaram a ser sentidas pela maior parte do mundo rural, com a aprovação de taxas para a construção de escolas rurais e maior acesso dos produtores rurais a produtos industriais. Com o aumento constante das compras para benfeitorias nas fazendas, como bombas d'água, máquinas de lavar e outros bens de consumo que modernizaram o trabalho rural. Um item de destaque será a última invenção que marcou época na história do capitalismo

²⁷⁹ HOFSTADTER, Richard. **The Age of Reform: from Bryan to F.D.R.** Knopf, 1955.

segundo Baran e Sweezy: o automóvel. Em 1920 um terço de todas as fazendas nos Estados Unidos tinham ao menos um carro ou caminhão²⁸⁰.

Obviamente, muito mais do que a guerra contra a Espanha (1898), a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) será o grande estímulo externo em forma de guerra que a economia norte-americana viveu. Mesmo antes de entrar na guerra (1917), desde 1914, os impactos econômicos do conflito, extremamente benéficos para a economia norte-americana, se expressarão de muitas formas, inclusive com inflação dos preços agrícolas. Além disso, com a guerra, o governo federal criou um plano de estocagem de alimentos, por conta de preocupações estratégicas, que incrementava o que sempre foi proposto pelos populistas: estocar excessos produtivos para manutenção de preços, mas agora com a chancela federal, que via em tal medida uma questão de segurança nacional, alcançando a produção de commodities agrícolas uma proteção federal comparável a uma situação monopolista ligada ao Estado.

Em 1913 o Federal Reserve Act permitiu uma expansão parcial do meio circulante ainda no padrão-ouro. E no mesmo ano uma emenda constitucional passa uma demanda histórica dos populistas: a aprovação do imposto de renda.

O Departamento Federal de Agricultura teve seu orçamento aumentado em mais de 700% entre 1900 e 1915. Em 1917, seu orçamento era de 280 milhões de dólares, sendo então um dos maiores departamentos burocráticos dos Estados Unidos²⁸¹.

Uma inovação dos populistas que foi sendo sentida cada vez mais no mundo rural, desde a virada do século foram as chamadas *Farmer's Institutes*, uma combinação de agências estaduais de apoio e orientação aos agricultores, com colégios regulares e colégios técnicos de extensão focados em melhorias específicas do mundo rural. Em 1901 eram oitocentos mil produtores associados. Em 1914 eram mais de três milhões.

Um dos líderes históricos do movimento, Charles Macune, escreveu um livro em 1920 expressando seu orgulho de ter participado do movimento e declarando não ter nenhum arrependimento, dizendo-se satisfeito com as melhoras conquistadas nas duas primeiras décadas do novo século, e que o esvaziamento do movimento após a eleição de 1896 não foi uma derrota, mas consequência das vitórias que foram

²⁸⁰ POSTEL, Charles. **The Populist Vision**. Oxford University Press, 2007, p. 276.

²⁸¹ *Idem*, p. 278.

suprindo as demandas da pauta populista. “*No movement can survive when there is no necessity for its existence.*” Talvez ele tenha sido otimista demais. As décadas de 1920 e 1930 não foram nada promissoras para os produtores rurais dos Estados Unidos. Mas ele deixa um testemunho histórico comprometido com uma agenda reformista, que se até certo ponto questionou as bases do que aqui chamamos de capitalismo monopolista, acabou lutando por se associar a ele mais do que a combatê-lo. Tal agenda reformista encontrou seu escape com o *New Deal*, num ambiente político que era então, como até hoje, monopolizado pelos dois partidos hegemônicos dos Estados Unidos.

5.5 Dólar em Disputa: Entre Metalismo e Papelismo

Com a primeira guerra mundial o dólar segue no padrão-ouro, com o país enriquecido pelo conflito que usufruiu a distância. Com a grande crise de 1929 os Estados Unidos, seguindo o que a Grã-Bretanha fez em 1931, saiu do padrão-ouro em 1933. Voltando assim a ser uma moeda fiduciária para lidar com sua grande depressão dos anos 1930.

Apenas voltando para o padrão-ouro com o desenrolar da segunda grande guerra, já no fim desta, em 1944. Neste ano, em Bretton Woods entroniza-se o dólar como moeda internacional. Os EUA concentravam 2/3 das reservas de ouro do mundo e 50 por cento do PIB industrial do mundo, tendo sido também na segunda grande guerra o país mais beneficiado do conflito. Nos acordos de Bretton Woods ficou acordado que o dólar estaria lastreado em ouro, numa relação de 35 dólares para uma onça Troy de ouro (31,1 gramas de ouro). E o dólar seria a moeda de referência do comércio internacional. Não mais a libra, não o ouro em si, nem o “cesto de moedas” (defendido em Bretton Woods pelo seu presidente de honra, Lord Keynes, que em protesto pela imposição do dólar como a moeda de referência mundial em Bretton Woods, imposta pelos Estados Unidos, abandona a reunião). Nestes anos do Bretton Woods (1944-1971), o dólar foi a moeda de referência estando lastreado nesse padrão-ouro.

Ao fim dos anos 1960, com o desenvolvimento industrial de Europa e Japão reconstruídos, a base produtiva internacional muda sua composição geográfica. Enquanto os Estados Unidos aumentavam muito seus gastos militares na guerra do

Vietnam. Diante dessa explosão de gastos, crescia a desconfiança internacional de que a moeda norte-americana não tinha mais uma relação real de lastro em ouro. Tais desconfianças avançavam. E diante das suspeitas de que a emissão norte-americana ultrapassava em larga medida suas reservas metálicas, em vista da explosão com gastos na guerra do Vietnam, a França com De Gaulle tenta trocar suas reservas de dólar por ouro. Recebe uma clara recusa em resposta. Para em 1971 o Governo Nixon “suspender” temporariamente o troco em ouro do dólar. E, *finaly*, em 1973 determinar que o dólar não seria mais trocado por ouro: “*onde dollar is one dollar*”. Com o dólar voltando a ser uma moeda totalmente fiduciária. Mas agora a moeda internacional hegemônica no centro de um sistema de câmbios flutuantes. Completando uma trajetória da história do Dólar desde uma Moeda fiduciária desenvolvimentista interna (1862-1879) até uma Moeda (Imperialista-fiduciária) Global (a partir de 1973).

5.6 Moeda “Fiduciária” Imperialista: Lastro Militar Monopolizando a Principal Base Energética Mundial

Nessa composição do dólar como moeda de troca mundial após 1973, tem-se entendido que o que, de fato, lastreia o dólar é a base energética central do mundo: o petróleo. Justamente no ano de 1973 há a criação do cartel da OPEP. Na qual a Arábia Saudita, maior produtor mundial, acorda com os Estados Unidos apenas vender petróleo por dólar. Neste mesmo ano os Estados Unidos que haviam acabado de reeleger Nixon reconhecem a China Comunista e a convidam para entrar na ONU. O que abrirá o caminho para a expansão industrial da China e desindustrialização do centro do capitalismo (e de algumas semi-periferias). Com o aumento de preços do petróleo sendo pago pelo mundo, mas apenas em dólares. O que de uma forma sofisticada criava um lastro real para a moeda hegemônica, calcada na energia. E que assim exportava sua inflação pelo mundo.

Porém o curioso é que tal lastro energético se calcava numa base produtiva/militar: as forças armadas dos Estados Unidos e sua indústria bélica. Isso porque será entendido que os Estados Unidos obrigam que os países produtores de petróleo o vendam em dólares. Caso contrário sofrem intervenções militares. Como foi o caso do Iraque de Saddam Hussein, quando este determinou a venda do petróleo iraquiano em Euro. O país foi invadido. Este modelo monetário pós Bretton Woods

(1973-?) centrado neste dólar, não pode ser interpretado apenas como uma moeda fiduciária: mas é lido como um período monetário de lastro militar do dólar.

Estando o dólar *greenback* original, fiduciário e anti-sistêmico, na origem de um desenvolvimentismo interno, nacional, independente, como um escudo para o crescimento daquele país durante o ciclo de acumulação britânico. Sua entrada no padrão-ouro ao fim do século XIX, sendo uma estratégia das organizações monopolistas internas para a centralização nacional produtiva e para o avanço internacional dessas forças no mundo. Para finalmente no pós Bretton Woods encontrarmos uma moeda formalmente fiduciária, mas que é lastreada em forças nacionais militares que amarram tal moeda a uma fonte central de energia do mundo moderno: o petróleo.

Guerra, protecionismo e nacionalismo sempre acompanharam o dólar. Marcamos neste texto que o dólar “moderno” nasce com Lincoln na Guerra Civil (1862), como uma moeda totalmente fiduciária a expandir a produção interna dos Estados Unidos e a isolar seletivamente tal nação do sistema internacional centrado na Grã-Bretanha então. Tal experiência estava, como já destacado, conectada com a agenda intelectual do *American System*: em defesa do produtivismo, direitos dos produtores (acima dos consumidores), segurança nacional produtiva, com a máxima ampliação interna da produção. Assim como da defesa tarifária crônica e da da abolição: libertando o trabalho e protegendo a ampliação produtiva interna. Toda essa agenda político/intelectual se consolidou sob a moeda fiduciária *greenback*. Quando o parque produtivo interno dos Estados Unidos e a própria unidade nacional estava consolidada, apenas em 1879, é que a elite dirigente do país se reaproxima dos preceitos do capitalismo central de então, calcados no padrão-ouro.

Destacamos no presente trabalho a centralidade da experiência monetária fiduciária da União com o *greenback* lincolniano, para vencer a Guerra Civil e deslanchar um salto nacional produtivo, fazendo sua segunda Revolução Industrial. Com a posterior entrada do moderno dólar no padrão-ouro já como um processo interno de concentração produtiva sob os grandes grupos financeirizados, nos quais o capital industrial se associa e se submete ao capital bancário, num processo de monopolização capitalista dos Estados Unidos. Para então tais grupos partirem sobre o resto do mundo via suas multinacionais.

A relação da elite norte-americana com o padrão-ouro foi sempre muito pragmática, estando tal elite disposta a integrar tal sistema desde que isso lhe sirva aos seus interesses. Obviamente aqui defendemos que o salto deste país para o centro do capitalismo se deu com a moeda fiduciária: os Estados Unidos tornaram-se um país rico e industrializado, traçando sua trajetória para o desenvolvimento, com uma fiduciária e heterodoxa moeda: o *greenback* lincolniano. A posterior entrada do país no clube do padrão-ouro (1879) seguiu uma reaproximação da elite nortista com os padrões vitorianos elitistas, com o partido hegemônico do período, os republicanos, se afastando de suas raízes populares e redirecionando o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos para a concentração econômica e produtiva.

A crise de 1929 obriga tal elite a retrabalhar seu modelo e com o New Deal eles reformam o sistema, sempre retomando propostas e ideias das agendas heterodoxas. Sejam elas populistas, sindicalistas, social-democráticas, nacionalistas, produtivistas... Mas sempre rastreamos, em tais reformas, bases intelectuais do *American System* e dos grupos antimonopolistas, ligados e defensores históricos do *greenback* original: fiduciário.

Após a saída do dólar do padrão-ouro durante a crise dos anos 1930, justamente o período de reformas estruturais do New Deal, realizadas com uma moeda fiduciária, eles só retornam ao padrão-ouro em 1944, mas em uma situação única no mundo de centralidade política/militar/financeira. Porém, quando o mapa industrial do capitalismo se redesenha com as reconstruções de Japão e Europa, somadas aos custos militares da guerra do Vietnam, a espiral produtiva e de socialização dos prejuízos do Ciclo Sistêmico de Acumulação norte-americano passa a exigir uma nova moeda eixo. Não mais, o dólar metalizado de Bretton Woods, mas, novamente, uma moeda tecnicamente “fiduciária”. Para a marcha de uma acumulação sem fim, aquela moeda com lastro em ouro, vinda de 1944, não era mais cabível. Voltando, tecnicamente, ao modelo monetário fiduciário, o dólar pós 1973 alcançou outro patamar de poder e força simbólica e material. Sem ter uma base material mesurável, o dólar segue fantasiado como se fosse, em si, o valor “*one dollar is one dollar*”. Contudo, seu lastro de fato é uma das energias centrais desde a segunda Revolução Industrial (junto com a eletricidade): o petróleo. Ao militarmente impor a compra desta *comodity*, que é uma base energética central para o mundo moderno, apenas pela sua moeda nacional, os Estados Unidos reafirmam sua antiga tradição

de casar papel com guerra para manter sua moeda como a única central. Conseguindo assim exportar sua inflação. Fazendo o mundo funcionar num capitalismo que está a mais tempo nesse padrão monetário dollar-dollar pós Bretton Woods, do que o próprio tempo de duração do padrão dólar-ouro de Bretton Woods (1944-1973).

Neste trabalho buscamos recuperar a trajetória desta moeda, para destacarmos como uma moeda fiduciária foi vital para a entrada dos Estados Unidos na segunda Revolução Industrial e no centro das nações do capitalismo histórico, fazendo os Estados Unidos darem seu salto desenvolvimentista no século XIX, desafiando a hegemonia britânica. Sendo a relação posterior de tal moeda com o metalismo conectada com a concentração produtiva financeirizada. E, por fim, como na espiral de Vico²⁸², o “retorno” do dólar ao modelo fiduciário (com o republicano Nixon em 1971/73, do partido fundado por Lincoln) marca um ápice da força político/militar dos Estados Unidos, justo durante a crise com a guerra do Vietnam. Numa concentração entre controle energético e estrutura militar a lastrear uma moeda internacional, cuja base Nacional da mesma, lhe confere um caráter Imperialista muito mais complexo e central para entendermos o quadro do Ciclo Sistêmico de Acumulação norte-americano pós Bretton Woods. Cujá decadência do modelo capitalista é evidência pelo aumento do uso da Força e a atrofia do consenso. Bem como para entendermos o mundo de crise sistêmica no qual estamos inseridos, do qual só vislumbraremos saídas, entendendo e dominando intelectualmente as várias camadas e a História dessa Realidade atual em que estamos mergulhados.

Principais regulações bancárias e monetárias dos EUA, entre 1860-1900²⁸³:

1862-63 – **Legal Tender Acts**: autorização da emissão de moedas fiduciárias, os *greenbacks*, para financiar a União na Guerra Civil

1863- **National Bank Act**: criação do sistema bancário nacional (National Banking System, NBS), no qual reuniu bancos que atenderam requisitos específicos, como comparem títulos federais, para serem credenciados para emitirem notas bancárias

²⁸² VICO, Giambattista. **Ciência Nova**. São Paulo, Hucitec, 2015.

²⁸³ RITTER, Gretchen. **Goldbugs and Greenbacks: the Antimonopoly Tradition and the Politics of Finance in American 1865-1896**. Cambridge University Press, 1999, p. 286.

1870- **Act to Authorize Additional Bank Notes:** autorização para ampliação e distribuição de mais \$ 54 milhões, com o objetivo de corrigir problemas de distribuição monetária, e melhorar a circulação.

1873- **Coinage Act of 1873 (“Crime of 73):** determinação legal que desmonetizou a prata nos EUA, país que até a Guerra Civil era bimetálico

1874- **Inflation Bill Veto:** presidente Ulysses Grant vetou a lei que de aumento de emissão monetária

1875- **Resumption Act:** lei que comprometeu o país a entrar na conversibilidade de um padrão-ouro em 1 de janeiro de 1879, e ainda gerou um enxugamento monetário de notas fiduciárias.

1878- **Bland-Allison Act:** gerou um fundo legal para comprar prata monetizável a um câmbio fixo

1890- **Sherman Silver Purchase Act:** lei que substituiu a Bland-Allison Act, e garantiu uma compra governamental de 4.5 milhões de onças de prata

1893- **Repeal of Sherman Silver Purchase Act:** reversão da *Sherman Silver Purchase Act* pelo president democrata Cleveland, para tranquilizar as forças pró padrão-ouro nos EUA

1896- **Disputa presidencial:** William Jennings Bryan X William Mckinley

1900- **Gold Standard Act:** formalização de um comitê monetário nacional de padronização de um padrão-ouro

6. Textos Seleccionados para Análise do *American System*:

Alexander Hamilton:

-Federal Papers²⁸⁴ N°11;

- Report on Manufactures, 1791 (*Relatório sobre Manufaturas*)

Daniel Raymond:

-The Elements of Political Economy. Baltimore. Published by F. LUCAS, JUN. And E. J. COALE. 1823

Henry Charles Carey:

- Essay on The Rate of WAGES: with an examination of the causes of the differences in the conditions of the labouring population throughout the world-
By H. C. Carey. Philadelphia: Carey, Lea & Blanchard. 1835.

-The Currency Question: Letters to the Hon. Schuyler Colfax. Chicago, Ill.: Norton.

-Of The Rate of Interest; and of Its Influence on the Relations of Capital and Labor. Speech of H. C. Carey, in the Constitutional Convention of Pennsylvania, May 16, 1873. COLLINS Printer, Philadelphia, 1873.

²⁸⁴ <https://www.constitutionfacts.com/us-articles-of-confederation/the-federalist-papers/>
<https://www.gutenberg.org/files/1404/1404-h/1404-h.htm>

6.1 Alexander Hamilton

Report on the Subject of Manufactures [Relatórios sobre as Manufaturas]. *Industrial and Commercial Correspondence of Alexander Hamilton. Anticipating His Report on Manufactures*. Ed. Arthur Harrison Cole, PhD. Harvard University. The Business Historical Society, Inc. Chicago, 1928.

HAMILTON, Alexander. *Industrial and Commercial Correspondence of Alexander Hamilton. Anticipating His Report on Manufactures*. Ed. Arthur Harrison Cole, PhD. Harvard University. The Business Historical Society, Inc. Chicago, 1928.

Apresentado ao Congresso dos EUA em 5 de dezembro de 1791. Conhecido em português como “Relatório sobre as Manufaturas” este texto de Alexander Hamilton é considerado um trabalho fundador do discurso protecionista, nacionalista e defensor da chance de desenvolvimento das indústrias infantis dos países “jovens”. Alexander Hamilton é tido como o “pai” intelectual do sistema protecionista contemporâneo, largamente praticado, em maior ou menor escala, pelos EUA por muitos momentos de sua história, sobretudo entre a Guerra Civil até a II Guerra Mundial.

6.1.1 Disputa Madison vs Hamilton: Na História Ocorrida Madison Ganhou, Na Memória Histórica Hamilton Ganhou

Antes de se analisar diretamente o relatório se fará aqui uma breve discussão bibliográfica sobre a obra e a figura histórica de Hamilton, que historicamente foi identificada ora como um homem público, ora como ligado as finanças, ora um industrialista. Tal visão de Hamilton, como figura heroica da defesa industrial, é questionada por historiadores quanto ao nível de protecionismo defendido por Hamilton na época²⁸⁵, pois havia maiores protecionistas naquele contexto, e muitos historiadores destacam a maior centralidade, nos relatórios hamiltonianos, da consolidação da dívida e do sistema bancário, dentro do esquema de Hamilton, e por isso se inicia aqui com este debate, pois assim seu tão decantado ‘industrialismo’ é já

²⁸⁵ NELSON, John R. Jr. **Liberty and Property: Political Economy and Policymaking in the New Nation, 1789-1812**. Baltimore/London, The Johns Hopkins University Press, 1987, p. 37.

um tanto relativizado pela história focada nos anos federalistas em que Hamilton foi Secretário do Tesouro: o próprio Madison era mais protecionista na questão industrial.

Mas isso não retira de Hamilton seu título de *industrialista governamental* da memória histórica: seus textos alcançaram um impacto transcendente nesse sentido, que por mais que seu parceiro federalista na época da feitura da Constituição, e depois seu desafeto, James Madison, tivesse sido na prática mais protecionista, seus escritos não alcançaram a dimensão da defesa industrial que o *Relatório sobre as Manufaturas* de Hamilton alcançou. A forma como a memória histórica e política dos EUA foi construída colocou Hamilton neste papel de industrialista icônico. E tais construções coletivas, que chegam a transformar o nome de uma figura histórica num adjetivo político/econômico (*hamiltoniano*) dificilmente podem estar muito erradas... A obra política e intelectual de Hamilton foi apropriada pelos defensores de um nacionalismo econômico nos EUA oitocentista, justamente pelos defensores do *American System*, que poderiam concordar mais até com a política tarifária de Madison, uma vez que Hamilton preocupado com a arrecadação, buscou uma taxa moderada, mas a bandeira intelectual e política que mobilizou gerações nos EUA sobre a defesa industrial, foi construída sobre esta obra de Hamilton que hora analisamos.

No paradoxo entre história ocorrida e memória construída Hamilton, e seus relatórios, alcançaram o posto central de industrialistas, nacionalistas, desenvolvimentistas. Possivelmente talvez de um jeito que o próprio Hamilton não concordasse plenamente, mas sua obra se descolou das intenções originais, que de fato já não importam tanto: na história do pensamento econômico o legado da obra de Hamilton alcançou este posto, pelo talento da escrita do autor, pelo talento político em costurar equilíbrios, e finalmente por ter tais relatórios públicos uma sólida compreensão e visão econômica, contribuindo objetivamente na construção de uma cosmovisão econômica modernizante. Sucesso este na área econômica que James Madison não conseguiu.

A própria defesa de uma dívida pública consolidada, por parte de Hamilton, não o torna um financista exagerado, como parte da historiografia acusa²⁸⁶, e como o campo jeffersoniano o acusou de ser em seu tempo: tal defesa da dívida pública consolidada, e de um banco nacional, era voltada para a segurança e melhor fluxo

²⁸⁶ *Idem*, p. 22.

dos capitais, o que seria tanto bom para a unificação política do nascente estado nacional, como bom para a indústria, na visão hamiltoniana:

A national debt, if it is not excessive, will be a national blessing; it will be powerfull cement of our Union. It wiil also create a necessity for keeping up taxation to a degree which without being oppressive, will be a spur to industry, remote as we are from Europe and shall be danger, it were otherwise to be feared our popular maxims would incline us to too great parsimony and indulgence. [...]²⁸⁷

A despeito do moralismo, tão difundido na época, sobre o estímulo ao trabalho que a dívida geraria segundo Hamilton, há, apesar da cosmovisão moralizante, uma visão sistêmica que integra: finanças, Estado, sociedade e indústrias. Não é uma visão de um financista estrito, é a visão de um homem de Estado que busca equilibrar o quadro complexo e contraditório da realidade econômica. O que dá para apontar, para o bem ou para o mal, é que a preocupação e foco dele é com a valorização segura do capital, logo, com uma visão de desenvolvimento econômico centrada no capital. Antecipamos aqui um diagnóstico alcançado na análise do presente relatório: a preocupação de Hamilton é com o capital, não muito com o trabalho. O objetivo é o desenvolvimento econômico, com a valorização do capital no centro. Algo que faz lembrar o debate desenvolvimentista brasileiro entre cepalinos, preocupados com a introdução de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra(multinacionais) e suas consequências sociais dolorosas, e do outro lado a Escola de Campinas, estritamente preocupada com o desenvolvimento capitalista. Não há a menor dúvida de que Hamilton se enquadra no segundo grupo: o desenvolvimentismo de Hamilton é centrado no capital. E a visão na história econômica que o positiviza é essa que o vê como um defensor da melhora das relações econômicas que possibilitam a valorização do capital. Mas em seu tempo muitos o viam quase como um mamonista, e sua costura pela segurança dos capitais no novo país foi largamente acusada de ser o berço de uma nova aristocracia plutocrática. “Hamilton aimed at a relatively small group of rich and powerful men. By 1790 only 2% of the adult white population held securities. Less than 0,5 % held a fourth of all national’s stock.”²⁸⁸

²⁸⁷ HAMILTON, A. **Lettre to Robert Morris**, April, 30, 1787.

²⁸⁸ NELSON, John R. Jr. **Liberty and Property: Political Economy and Policymaking in the New Nation, 1789-1812**. Baltimore/London, The Johns Hopkins University Press, 1987, p. 31.

Mas a defesa de um quadro financeiro mais harmonioso e seguro, em seu texto, era o pano de fundo para o desenvolvimento industrial. Para o qual o banco nacional era central, para o financiamento do Estado, para a consolidação do poder central, e para o bom fluxo econômico em benefício da indústria nacional. Na estruturação dos EUA Madison foi o arquiteto político da Constituição, que presenciou o brilhantismo econômico mostrado por Hamilton na construção do novo Estado, lhe roubar o centro no quadro de crise da independência, em que Hamilton se mostrou o arquiteto central na estruturação econômica do novo Estado, estruturando um banco nacional (1791), a dívida pública, e o dólar como nova moeda nacional (1789):

That new government inherited a national debt that could, and in fact would, serve as a bridge between it and the next faced of its development, a modern financial system The architect of that bridge was one of the men who had played a large role in the framing and ratification of the Constitution, Alexander Hamilton. The contractors who built the bridge were the tens of thousands of investors who exchanged their Revolutionary War certificates for new federal bonds, then traded those bonds in the emerging capital markets of Boston, New York, Philadelphia, Baltimore, Charleston [...] ²⁸⁹

A valorização dos títulos da dívida de guerra (*IOU*), que iriam virar os títulos nacionais com o novo Estado federal os pagando numa taxa estipulada pelo Estado onde quer que eles tivessem ido parar (o que beneficiou muitos especuladores bem informados), e não pagando aos primeiros compradores patriótico, foi um amargo debate então, no qual Hamilton defendeu a liquidez e o financiamento do Estado apoiando a primeira solução. Alimentando o moinho de ódio contra si entre os mais conservadores então.

Even before the Revolution ended, various evidences of government debt, ranging from loan office certificates to indents to the sundry notes of Robert Morris and his staff to hand-written IOUs exchanged in the field for farm produce and livestock, began to change hands. By 1787 most of the original holders had solders their IOUs at market prices (muito desvalorizado então: expressando a hiperinflação da moeda continental que naufragou totalmente, diferentemente destes títulos da guerra que foram resgatados). ²⁹⁰

²⁸⁹ WRIGHT. Robert E. **One Nation Under Debt. Hamilton, Jefferson, and the History of What We Owe. McGrawHill.** New York, McGraw Hill, 2008, p. 123.

²⁹⁰ *Idem*, p. 124.

O argumento em defesa da indústria infante é bastante conhecido e identificado com Hamilton, e antes com o mercantilismo²⁹¹. Mas neste tão conhecido, e tão pouco revisitado relatório, Hamilton também antecipa um argumento que será muito usado pelos defensores do protecionismo nos EUA, que na história legislativa americana, na luta dos adeptos do *American System* pelas tarifas, aparecerá apenas num segundo momento da luta parlamentar pelas tarifas, apesar de ser lançado neste relatório quando aparece já no segundo parágrafo: o argumento da defesa do fortalecimento do mercado interno (*home market*) para a crescente produção agrícola dos EUA. Um argumento estratégico, pois não é temporal, como é o da defesa da indústria infante, e busca atrair para a defesa do protecionismo um público com força política, mas que em nada se via como contemplados no protecionismo: os fazendeiros (*farmers*).

Este documento histórico intelectual aqui sob estudo tem três vetores, que se retroalimentam: o primeiro é o nacionalismo, decididamente militar e político, que é o motor original da reconstrução paradigmática que intelectualmente Hamilton realiza neste trabalho remarcável, defendendo intelectualmente a saída do paradigma liberal, para alcançar seus objetivos políticos, ao criar sua argumentação com uma matriz intelectual de base histórica. Há neste texto uma confrontação intelectual paradigmática com o ascendente liberalismo econômico, sobretudo com os Fisiocratas, vertente liberal fundadora do *laissez-faire*. Enfrentando tais tendências intelectuais, este é um documento precursor do sistema nacional de economia política, ou do nacionalismo econômico como alguns o chamam²⁹², antes de sua própria existência.

O segundo é econômico: o secretário do Tesouro precisa apresentar um plano de levantamento de fundos e financiamento estatal: por isso a acusação por ele sofrida de ser o relatório uma peça de propaganda do protecionista/Neomercantilista, enquanto que as leis tarifárias de 1789, como nos lembra Furtado no fatídico capítulo aqui usado como referência, foram de um protecionismo de mediano para fraco: o objetivo de Hamilton era então, tal e qual o da Tarifa Alves Branco (1844) no Brasil, o de levantar fundos e abater a dívida da guerra, mantendo o fluxo de importados, e não

²⁹¹ DEYON, Pierre. **O Mercantilismo**. Khronos/Perspectiva, p. 15.

²⁹² HARLEN, Christine Margerum. A Reappraisal of Classical Economic Nationalism and Economic Liberalism. **International Studies Quarterly**. University of Leeds, 1999, p. 43, 733-744.

buscando, ainda, uma substituição de importação definitiva em setores produtivos manufatureiros. Tal debate será aqui tratado com mais vagar: pois este documento antecipa teoricamente a defesa de **substituição de importações**, literalmente antecipando este termo ou mesmo o criando. Mesmo que as leis tarifárias ao tempo do Relatório fossem brandas, teoricamente ele descortina o projeto protecionista. Mas as leis tarifárias nos EUA, contemporâneas a este relatório, não visavam a substituição de importados, e sim o aumento de arrecadação do governo federal. Contudo, mesmo relativizando com a intensidade mediana do protecionismo tarifário praticado então, o relatório é um documento histórico, que faz uma defesa filosófica do protecionismo e do industrialismo numa visão de *longue durée*, e este texto merece releituras geracionais sobre as questões protecionistas, industrialistas, e nacionalistas, que tanto marcaram a história dos EUA, e tanto polarizam a história do pensamento econômico.

Aqui se entende este trabalho político/intelectual de Alexander Hamilton como um documento histórico que ultrapassa o restrito plano tarifário de 1789(houve vários projetos tarifários). Este documento é um projeto intelectual para se legitimar um paradigma de exceção americano, contra o paradigma liberal, em defesa de um projeto do nacionalismo do partido federalista na longa duração. Mesmo que naquela altura a política tarifária era de baixa intensidade, para manter o fluxo de caixa da União. E mesmo que o partido federalista não teve longa vida: mas as ideias nacionalistas e protecionistas tiveram longa duração no século XIX: no *American System* sobretudo, assim como no partido liberal (*Whig*, de 1830 até início dos 1850), e mais ainda depois no partido republicano (a partir de 1854).

E este é o terceiro vetor do documento: o vetor intelectual metodológico histórico-dedutivo, ou mesmo já histórico-estrutural(a parte final do relatório, analisando as possibilidades de alguns nichos industriais, indica o esboço de uma agenda propositiva estruturante no relatório para as indústrias ali indicadas, e é uma evidência de uma visão histórico-estrutural propositiva), como um testemunho político-filosófico da construção de um projeto nacionalista maior, com as vicissitudes de um governo sendo feito no calor da hora, mas culminando em um documento de história do pensamento econômico em construção: o terceiro vetor(metodológico histórico-dedutivo) é resultado do primeiro (o nacionalismo), e as contingências do segundo

vetor (econômico) são respondidas no texto, e muito conectadas ao segundo vetor (nacionalismo): o econômico está submetido ao projeto político nacionalista.

6.1.2 *No Representation without Taxation*

Hamilton é conhecido como um teórico econômico na história do pensamento, mas a construção de seu pensamento econômico só pode ser entendida dentro de sua concepção política, estando o plano político de construção de uma nação no centro de seu projeto econômico. Hamilton foi um dos três grandes estruturadores da Constituição americana (junto com James Madison e John Jay), e a construção de seu sistema econômico é concomitante ao plano Federalista de estruturação de um governo federal minimamente exequível: Hamilton foi um teórico econômico do projeto político do Federalismo.

E na viabilização deste projeto de um governo nacional, pode-se perceber uma inversão da máxima dos colonos revolucionários de 1776, de *No Taxation without Representation*, pois para a representação federal poder ser realizada, emerge da pena de Hamilton uma evidente defesa de que um *No Representation without Taxation*, como base para sua defesa de um plano de financiamento nacional, pois para haver representação política seria preciso organizar um financiamento deste projeto político, desprendido dos provincialismo estaduais, aos quais o imigrante Hamilton não se fidelizava, sendo ele fiel a um projeto político nacional, que sua obra econômica se ergueu para viabilizar. Que fique claro que o plano de Hamilton era amplo, pensando na estruturação de um banco nacional, e na emissão monetária pelo Tesouro, financiando de forma casada, logo não está sendo aqui afirmado que Hamilton projetou financiar o governo com “impostos” apenas, logicamente não há uma ingenuidade pueril dessas nos escritos de Hamilton, mas há sim a visão da necessidade de compromisso político e econômico dos cidadãos para com o projeto da República, com a qual se tece aqui esta análise de que sua obra dialoga coerentemente e complementarmente com este lema da Revolução americana.

Like James Madison, Alexander Hamilton had been almost exclusively concerned with the continental side of the war effort. He too was obsessed with nationality and nationhood, he too was preoccupied with “the national character”. All of this had been painfully sharpened by the view from headquarters. In his private letters during this period,

Hamilton had frequently given vent to feelings of humiliation and despair over the failure of the states to rouse themselves for the common cause. The people were “determined not to be free”, and through selfishness, private interest, and parochial prejudice the army was kept perpetually in want of men, clothing, and provisions. There was no adequate national government; the “fundamental defect”, he had told Duane, was “a want of power in Congress.” For this there were three causes. One it was the states’ “jealousy of all power not in their hands”; a second was Congress’s own timidity and indecision about exercising the power it rightfully had; and the third was lack of an adequate revenue or of sufficient vigor to levy it. During Hamilton’s eight month’s service in Congress it was this problem of an adequate national revenue, without which no government could have either authority or self-respect, that absorbed almost the whole of his attention and effort.²⁹³

A questão nacional, com a viabilização econômica do projeto organizado no Federalismo, é a base que se expressa no grande sistema econômico projetado por Hamilton. Ainda sobre ser o plano hamiltoniano expressão do Federalismo político, que buscava a viabilidade de uma República gigantesca, aqui ainda cabe uma consideração sobre a aproximação (antes deles se afastarem) de Hamilton com o grande arquiteto político do Federalismo, o futuro presidente James Madison. Além de um resumo da meteórica ascensão de Hamilton desde *aide-de-camp* de Washington na Guerra de Independência, até virar deputado aos 27 anos:

Less than a week after the British surrender at Yorktown, Hamilton resigned his commission, left the army, and hastened back to Albany to rejoin his family and prepare himself for the profession of Law. His studies were completed in a matter of months. He was admitted to practice as an attorney in July 1782, and as a counsellor in October. He had meanwhile been appointed by Robert Morris as Receiver of Continental Revenues for the State of New York. In his representation before the legislature that the state ought to meet its responsibilities, Hamilton made a vigorous impression, as a result of which he was elected to Congress in July 1782. He was now twenty-seven. He took his seat in November, and it was here at Philadelphia that he first met James Madison. The two seem to have recognized each other immediately as allies.²⁹⁴

²⁹³ ELKINS, Stanley & McKITRICK, Eric. **The Age of Federalism. The Early American Republic, 1788-1800.** Oxford University Press. New York, 1993. p. 101.

²⁹⁴ *Idem*, p. 100.

Este trecho reproduzido destaca o ponto em que Madison e Hamilton se uniram politicamente na construção do projeto de governo federal, do qual surgirá a Constituição dos Estados Unidos, naquele acordo político feito em Philadelphia. O presente trabalho é de história do pensamento econômico, focado nos textos e na história intelectual, não se faz aqui uma análise biográfica, mas o trecho supracitado foi reproduzido por fazer uma apresentação biográfica, de forma sintética, da ascensão política de Hamilton, e descrevendo seu encontro com Madison. Tais informações biográficas têm impacto na análise textual aqui feita, e por isso foram reproduzidas, e serão invocadas nas referências dos impactos destes fatos pessoais na construção intelectual de Hamilton.

Retomando os vetores, antes apresentados, em que se dividiu o Relatório sob análise: são fruto de uma releitura contemporânea. O relatório é antes de mais nada um grande esboço de um projeto de protecionismo industrial, com *melhorias internas*. Mas ele desenha este projeto dialogando com um pano de fundo amplo e debatendo, filosoficamente, com este quadro maior. Neste famoso relatório, sobre o momento então vivido pelas indústrias do recém liberto EUA, como também sobre as perspectivas de evolução e consolidação produtiva que se desenhava aos EUA, Alexander Hamilton começa respondendo ao discurso liberal, smithiano, então hegemônico, mas já visto pelo primeiro secretário do Tesouro dos Estados Unidos, neste seu texto fundador como já se mostrando então (1791) como passível de relativismos diversos, sobretudo por seu método histórico-dedutivo de construção argumentativa. Hamilton dialoga com Smith, com ele de fato antagoniza neste relatório é com os Fisiocratas.

Respondendo ao Furtado, sobre a leitura de Hamilton do autor escocês, diferentemente de Cairu, Hamilton **relativiza os argumentos smithianos**, sob a luz dos **contextos históricos** de cada caso. Ou, como escreveu Erik Reinert, Hamilton dá mais ênfase aos argumentos históricos, do que a qualquer dogmática liberal, que ele relativiza quase sempre em seu relatório: não nega os princípios de Smith, inclusive começa alegando que concorda em princípio, mas sempre os coloca sob perspectivas históricas relativizantes. Pois os princípios liberais são portadores de uma visão universalista, pelo seu viés metodológico lógico-dedutivo, que mesmo válidos como conceitos gerais, nunca poderiam ser confirmados em todos os casos, por ignorar as especificidades da história: a ideia de exceção americana já pode ser

identificada em Hamilton, neste seu famoso relatório. E questionando a validade da universalidade do método lógico-dedutivo, o confrontando com a dinâmica da história: demonstrando seu próprio método histórico-dedutivo²⁹⁵, que guia a escrita de seu relatório. Pois inclusive o pretense universalismo científico do liberalismo é acusado no texto de Hamilton de ser permeado por falhas e verdades no mínimo tendenciosas: “[...] Most general theories, however, admit of numerous exceptions, and there are few, of the political kind, which do not blend a considerable portion of error with the truths they inculcate”.²⁹⁶

Hamilton claramente identifica o político no econômico, e usando um método histórico-dedutivo, busca destacar que a exceção era o caso para os EUA, frente aos ditames universalistas da teoria. Muitos veem em seu trabalho, por vezes, uma simples retomada das experiências de Isabel I da Inglaterra e do ministro Jean-Baptiste Colbert da França, posicionando-o quase como um retorno ao Mercantilismo, com o dirigismo coordenado do político com o econômico. Pois tinha Hamilton uma visão orgânica e integrada de política e economia, que desafiava a separação em duas esferas distintas entre o político e o econômico, feita pelo liberalismo oitocentista.²⁹⁷ Por mais que à primeira vista pode parecer isso mesmo, tal retorno mercantilista carrega mais complexidades e informações que essa leitura apresenta. Como na espiral de Vico, projetos, princípios e ideias são cíclicos, mas nunca voltam da mesma forma na história. A característica de ser um país novo, a assimetria tecnológica dos países retardatários e questões de segurança nacional, para defender uma agenda industrializante como algo vital para a independência política e militar recém conquistada tornam tal trabalho mais que um retorno ao Mercantilismo: pois obviamente o mundo estava em outra frequência com a Revolução Industrial inglesa, e a questão da inovação tecnológica é um capítulo central do relatório. Trazendo elementos, propostas e angústias, muito conhecidas de leitores habituados com os gargalos do subdesenvolvimento.

²⁹⁵ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Os Dois Métodos e o Núcleo Duro da Teoria Econômica. **Revista de Economia Política REP 29. Brazilian Journal of Political Economy 29**, 2009, 163-19 (2), 2009. P. 170.

²⁹⁶ HAMILTON, Alexander. **Industrial and Commercial Correspondence of Alexander Hamilton. Anticipating His Report on Manufactures**. Ed. Arthur Harrison Cole, PhD. Harvard University. The Business Historical Society, Inc. Chicago, 1928, p. 249 (Report on the Subject of Manufactures).

²⁹⁷ CARR, E. H. **The Twenty Years' Crisis, 1919-1939**. London, Macmillan, 1941. Cf.: GILPIN, R. (1987) **The Political Economy of International Relations**. Princeton, NJ, Princeton University Press, 1987, p. 114.

Poder-se-ia até nomear o trabalho do secretário Hamilton de Neomercantilista. Mas também como um primeiro tratado Desenvolvimentista. E nesta segunda opção que o presente trabalho identifica a obra de Alexander Hamilton. Ele é antes de tudo um trabalho focado na modernização, com diversificação produtiva, busca de inovação tecnológica, ganho de produtividade, e na independência nacional como eixos. Uma proposta de modernização nacionalista: para ser nacionalista (ou patriota, termo mais usado em seu tempo) para Hamilton é preciso ser industrializante. Logo, que se use as leis nacionais e o próprio Estado para industrializar o país. Já na introdução do texto deixa claro a centralidade da questão militar para este projeto de defesa industrial, e inicia respondendo que ele:

[...] has applied his attention, at as early a period as his other duties would permit, to the subject of Manufactures, particularly to the means of promoting such as will tend to render the United States independent on foreign nations **for military and other essential supplies** (detaque nosso)²⁹⁸

Em seu relatório começa respondendo, ponto por ponto, aos críticos da defesa e ajuda às indústrias. Chega a elencar os argumentos dos que consideravam “indústrias” como prejudiciais (*harmful*) à sociedade. Não é muito lembrado hoje, mas tal ideia era bastante difundida então. Curiosidade cuja leitura direta de Hamilton nos coloca em contato, via a resposta crítica a tal visão, e pró modernizante do primeiro secretário do Tesouro, contra tais posturas românticas, bucólico-regressivas, anti-urbanas, quase agrocêntricas, conhecidas no Brasil oitocentista como defesa da **vocação agrária**, hoje um tanto esquecidas, talvez só lembradas no ecologismo mais radical.

No segundo parágrafo tem a sensibilidade política de mostrar que o comércio externo, praticado com entraves sobre os quais não tinham controle (pelo protecionismo dos outros países), não vinha dando conta do crescimento exponencial da produção agrícola dos EUA. Logo, a ampliação manufatureira interna seria o mais seguro mercado, um mercado interno (*home market*) para absorver o crescimento da agricultura. Sendo visível a intenção de minorar conflitos de interesse dentro da nação:

²⁹⁸ HAMILTON, Alexander. **Industrial and Commercial Correspondence of Alexander Hamilton. Anticipating His Report on Manufactures. Report on the Subject of Manufactures.** Ed. Arthur Harrison Cole, PhD. Harvard University. The Business Historical Society, Inc. Chicago, 1928, p. 247.

ele começa defendendo que a ampliação produtiva manufatureira interna é do maior interesse para os produtores rurais. Destaca que o aumento do comércio interno (*enlarging the sphere four domestic commerce*) só poderá ocorrer com o fortalecimento das manufaturas urbanas, para proveito dos produtores rurais do país. E lembrando que as restrições legais de outros países também eram usadas contra os produtores agrícolas:

[...] The restrictive regulations, which, in foreign markets, abridge the vent of the increasing surplus of our agricultural produce, serve to beget an earnest desire, that a more extensive demand for that surplus may be created at home; and the complete success which has rewarded manufacturing enterprise, in some valuable branches, conspiring with the promising symptoms which attend some less mature essays in others, justify a hope, that the obstacles to the growth of this species of industry are less formidable than they were apprehended to be [...]²⁹⁹

6.1.3 Apresentação do Argumento em Defesa do Mercado Interno (*Home Market*)

Hamilton apresenta neste trecho o argumento da defesa do mercado interno (*home market*) para os produtores rurais e produtores primários internos. Curiosamente, na história do *American System*, o primeiro argumento usado pelo protecionismo foi o da indústria infante, entrando posteriormente o do fortalecimento do mercado interno. Cabe destacar que nos autores conhecidos como do grupo em estudo aqui, o *American System*, são conhecidos por focarem nas complementaridades mais do que nas contradições. E sempre valorizando o nacionalismo como eixo de fortalecimento para seus objetivos políticos econômicos. Que os prejuízos sejam externalizados.

Hamilton neste ponto destaca que muito do excedente agrícola não encontra como ser escoado pela regulação restritiva em mercados estrangeiros (como as Corn Laws inglesas: vigentes até 1844), deixando logicamente claro que os Estados Unidos deveriam fazer o mesmo: se outros países protegem a agricultura por leis, que os Estados Unidos proteja sua indústria da mesma forma (*manufactures* então era um termo amplo, cabendo produções diversas, que escapavam do que entendemos como estritamente industrial). Não há como deixar de notar neste ponto que Hamilton,

²⁹⁹ *Idem*, p. 247.

literalmente, nega a validade prática da teoria de Smith, usando a história: ele afirma que na prática as nações fazem protecionismo.

If the system of perfect liberty to industry and commerce were the prevailing system of nations, the arguments which dissuade a country in the predicament of United States, from the zealous pursuit of manufactures, would doubtless have great force³⁰⁰.

Para Hamilton não será pela livre circulação que as forças produtivas irão avançar no elo mais fraco do sistema econômico internacional, mas por uma somatória de políticas que passam pela defesa tarifária, pois na prática a liberdade comercial não existe como na teoria. Que seja estimulado, por uma conjunção de medidas, a expansão da demanda interna por tais excedentes agrícolas (“... *a more extensive demand for that surplus may be created at home*”). Logo, Hamilton defende seu ponto de vista com uma estratégia retórica em que se coloca quase como se estivesse, no fundo, defendendo os produtores agrícolas, pois indiretamente estava. Merece destaque sua estratégia retórica argumentativa nesta construção do argumento da defesa do mercado interno, na qual vemos dois pontos que serão sempre repetidos: o nacionalismo e o enfoque dado na complementaridade dos interesses entre os grupos nacionais: urbanos e rurais, manufatureiros e agrícolas, nortistas e sulistas. Sendo esta uma argumentação recorrente no *American System: a da harmonia dos interesses*.

Para então entrar no eixo de sua proposta: defender oficialmente o estímulo ao desenvolvimento industrial. De início sua argumentação destaca a existência de casos de sucesso em setores industriais internos mostrando que o desvio da industrialização é menos formidável do que se previa (*...justify a hope that the obstacles to the growth of this species of industry are less formidable than they were apprehended to be*). Defendendo que as opiniões esclarecidas de seu tempo já estavam compreendendo a relevância de defender uma nova visão sobre ajudas para o crescimento industrial para garantir a independência e segurança nacional (*favorable to national independence and safety*).³⁰¹

³⁰⁰ *Idem*, p. 264.

³⁰¹ *Idem*, p. 247.

Hamilton segue em sua exposição respondendo aos argumentos dos que ainda seguiam contrários a tal postura (*unfriendly to the encouragement of manufactures*), elencando e rebatendo, ponto por ponto, o que considerava seus principais argumentos.

Hamilton constrói seu relatório replicando a estrutura dos *Diálogos*, clássica forma de construir argumentação na história da filosofia: ele elenca os pontos contrários (dos fisiocratas, por exemplo) e na sequência os refuta com os seus. No primeiro ponto a rebater ele elenca um argumento que muito lembra o famoso ponto de vista da “vocação agrária” de certas nações. Em verdade o argumento que rebate é mais geral: responde aos que defendem que a agricultura é em si a mais benéfica, produtiva, nobre e rentável atividade humana, argumento então central aos Fisiocratas (*...agriculture is the most beneficial and productive object of human industry*³⁰²). Hamilton começa elencando tais argumentos para depois os rebater. A primeira parte do relatório é uma desconstrução da argumentação dos fisiocratas.

E o primeiro argumento elencado é este que, emitido num país com imensas áreas consideradas selvagens e inabitadas, com uma população extremamente diminuta, era um convite para que a jovem nação se fechasse num “destino manifesto de vocação agrícola” por muitas décadas pelo menos. Para esses defensores da vantagem absoluta da agricultura, moral e material, como atividade produtiva, no contexto geo-demográfico dos Estados Unidos de então, apoiar a expansão industrial era desviar forças produtivas de um caminho mais fácil e, em si melhor do país, para outro menos lucrativo, menos benéfico e recompensador, por ação arbitrária do governo e de grupos interessados, gerando monopólios encarecedores:

If, contrary to the natural course of things, an unseasonable and premature spring of can be given to certain fabrics, by heavy duties, prohibitions, bounties, or by other forced expedients, this will only be to sacrifice the interests of the community to those of particular classes [...] a virtual monopoly will be given to the persons employed on such fabrics [...] at the expense of the other parts of society.³⁰³

E destaca aqui ainda os que consideram que qualquer interferência governamental nos caminhos da produção como sendo algo em si prejudicial para o

³⁰² *Idem*, p. 247.

³⁰³ *Idem*, p. 248.

desenvolvimento produtivo. Filosoficamente tais pessoas defendiam que o capital e a força de trabalho, deixados ao seu próprio desenvolvimento (ignorando, evidentemente, a escravidão), sempre achariam o caminho mais produtivo e lucrativo para o sistema. E que no caso dos Estados Unidos era óbvio que o caminho mais sábio a ser seguido, seria a contínua expansão e conquista da gigantesca fronteira agrícola:

This position, generally, if not universally true, applies with peculiar emphasis to the United States, on account of their immense tracts of fertile territory, uninhabited and unimproved. Nothing can afford so advantageous an employment for capital and labor, as the conversion of this extensive wilderness into cultivate farms³⁰⁴.

Logo, deixar as forças produtivas resolverem sozinhas qual caminho seguir seria o mais sábio, além de ser o mais fácil caminho para o governo, segundo esta visão. Somado ao fato da tendência de longa duração que se desenhava da migração constante das áreas já povoadas para as de fronteira, com os trabalhadores em busca de terras “desabitadas” para ocupar: “The smallness of their population compared with their territory, the constant allurements to emigration from the settled to the unsettled parts of the country.”³⁰⁵

Tudo isso era uma tendência histórico-geográfica estabelecida de forma inescapável para tais críticos de auxílios ao crescimento industrial. Deixando os Estados Unidos numa inescapável situação histórica (‘dictated to them by the imperious force of a very peculiar situation’), na qual essa crônica falta de mão de obra, somada a deficiência de capital pecuniário, tornava qualquer ambição em se aproximar da capacidade industrial europeia algo um pouco menos que desesperadora:

To these disadvantages for the prosecution of manufactures, a deficiency of pecuniary capital being added, the prospect of a successful competition with the manufactures of Europe, must be regarded as little less than desperate.³⁰⁶

³⁰⁴ *Idem*, p. 247.

³⁰⁵ *Idem*, p. 248.

³⁰⁶ *Idem*, p. 248.

Manufaturas extensivas só poderiam se estabelecer, obviamente, em áreas ao menos plenamente ocupadas. Situação estruturalmente contrária ao caso demográfico dos Estados Unidos por muitas décadas ainda a frente do tempo de vida de Hamilton. Logo, segundo esse raciocínio, qualquer avanço industrial fruto de expedições governamentais como proibições, taxas pesadas ou outra inovação forçada, apenas causará prejuízos a maioria, para privilegiar uma minoria defendida de forma monopolizada, além de inflacionar todo o sistema.

Melhor seria produzir commodities e trocá-las por tais produtos industriais na Europa. Contra tal argumento Hamilton destaca o perigo para a independência do país dessa trilha produtiva primarizante. Usando ainda o argumento demográfico, de que os Estados Unidos tenderiam a ser por muito tempo ainda um país de colonização de fronteiras agrícolas, antes de ter um povoamento “pleno” para poder desenvolver indústrias de maior escala, como um agravante que os obrigaria a “forçar” certas indústrias para garantir a independência e a segurança nacional. Justamente por essa tendência histórico demográfica seria necessário inverter o argumento de que é “preciso esperar ter uma população plena para desenvolver certas indústrias de larga escala”, para antecipar tal desenvolvimento estrategicamente em nome da independência e segurança nacional. Pois esperar tal desenvolvimento espontâneo seria perigoso e imprudente (*unwise*).

Hamilton segue elencando os argumentos dos que são contrários ao apoio e suporte às indústrias, os citando entre aspas, tais como: estímulos prematuros dados à certas fábricas, tais como taxas e impostos de importação proibitivos, recompensas aos produtores internos e, mesmo, proibições de importações, gerariam sacrifícios gerais da comunidade para gerar lucros particulares restritos. Gerando um virtual monopólio e, como sempre junto ao monopólio, a inflação dos produtos das indústrias protegidas, sustentados pela maior parte restante da sociedade. Segundo estes argumentos melhor seria direcionar tais produtores para a agricultura e dessa produção agrícola conseguir as commodities para trocar por produtos industriais de países onde tais indústrias já estão estabelecidas:

It is far preferable, that those persons should be engaged in the cultivation of the earth, and that we should procure, in exchange for its

productions, the commodities with which foreigners are able to supply us in greater perfection, and upon better terms.³⁰⁷

Hamilton alega concordar com tal lógica e admite que assim seria se os países do mundo de fato permitissem tal lógica aberta e perfeita como ela se encontra na teoria. Contudo, considera ele que na realidade não ocorre exatamente assim. Além de destacar que em toda teoria as exceções sobram e abundam. E segue acumulando os argumentos liberais e fisiocratas antes, para contrapô-los aos seus, nesta construção argumentativa. Sobre os argumentos identificados com o liberalismo, que vai elencando, afirma não sem certa ironia, em sua construção retórica:

This mode of reasoning is founded upon facts and principles which have certainly respectable pretensions. If it had governed the conduct of nations more generally than it has done [...].³⁰⁸

Na primeira frase expressa seu respeito pela teoria liberal em economia. Na segunda questiona sua razoabilidade explicativa, pela sua ausência na maior parte da história dos governos das nações. Neste trecho acima há Hamilton olhando para o método lógico-dedutivo dos liberais, e respondendo com seu método histórico-dedutivo como pretende interpretar e pensar o país que fundava: emulando o que países como a Inglaterra fizeram na maior parte de sua história, e não seguindo suas teorias abstratas.

Neste ponto, após questionar a validade de teorias generalistas, parecendo mesmo questionar a honestidade intelectual das intenções de algumas teorias gerais, como na citação já aqui posta na nota 182, o secretário de Tesouro passa a responder aos pontos de vista contrários que elencou. Declarando que um positivo encorajamento para certos casos de indústrias, em certas situações, era assaz recomendável.

Mas para seguir nesta defesa volta para a agricultura, questionando a teoria fisiocrata de que apenas a terra gera riqueza em última instância, e de que a agricultura seria mais produtiva, e teria uma preeminência sobre as outras atividades industriais, declara sobre a afirmação de que a agricultura “[...] that it is even more

³⁰⁷ *Idem*, p. 248.

³⁰⁸ *Idem*, p. 248.

productive than every other branch of industry, requires more evidence than has been given in support of the position.”³⁰⁹

O secretário do Tesouro produziu um texto teórico, respondendo com teorias propositivas para o desenvolvimento do país que ajudava a fundar. E por todo o texto, com ecletismo e elegância, não escapa de ir demonstrando sua metodologia histórico-dedutiva, como aqui quando pede o que hoje chamaríamos de dados, mas que Hamilton chama de evidências: evidências históricas. E Hamilton já demonstra que confia poder demonstrar satisfatoriamente a validade do apoio ao fomento às manufaturas:

[...] by the due encouragement of manufactures, may, it is believed, be satisfactorily demonstrated. And it is also believed, that the expediency of such encouragement, in a general view, may be shown to be recommended by the most cogent and persuasive motives of national policy.³¹⁰

Para tanto ainda segue buscando responder aos que defendem a produtividade exclusiva da agricultura, construindo uma argumentação em defesa da produtividade industrial. Defendendo que o trabalho industrial agrega valor, negando a dogmática fisiocrata, muito difundida então:

If the consumption, for any given period, amounted to a given sum, and the increased value of the produce manufactured, in the same period, to a like sum, the total amount of the consumption and production, during that period, would be equal to the two sums, and consequently double the value of the agricultural produce consumed.³¹¹

Defendendo que o trabalho industrial aumenta a variedade de bens, e o valor dos bens no mercado, que não existiria sem este trabalho. E nessa trilha intelectual caminha para o ponto em que desaguará na sua defesa da maior produtividade industrial. Para tanto o ponto de mutação do relatório vem quando afirma que há duas formas de aumentar a riqueza de um país: 1) pelo aumento da capacidade produtiva (*improvement*) do trabalho produtivo; ou 2) pelo aumento da quantidade de trabalho. Para a partir deste ponto defender a maior capacidade do trabalho industrial

³⁰⁹ *Idem*, p. 249.

³¹⁰ *Idem*, p. 249.

³¹¹ *Idem*, p. 250.

em agregar melhorias constantes, seno nele o maior emprego de maquinarias. Ou como diríamos hoje, sua maior capacidade em ter ganhos de produtividade, o torna mais produtivo.

[...] the annual produce of the land and labor of a country can only be increased in two ways— by some improvement in the productive powers of the useful labor(...) or by some increase in the quantity of such labor. That, with regard to the first, the labor of artificiers being capable of greater subdivision and simplicity of operation than of cultivators, it is susceptible, in a proportionably greater degree of improvement in its productive powers, whether to be derived from an accession of skill or from the application of ingenious machinery: in which particular, therefore, the labor employed in the culture of land can pretend to no advantage over that engaged in manufactures.³¹²

O autor seguirá ainda confirmando, em vários momentos, sua defesa de que a agricultura não era a única fonte de geração de riqueza, nem superior em produtividade do que as atividades manufatureiras. O que indica o peso que tal visão de um supremacismo agrário tinha no pensamento econômico de então, marca do pensamento Fisiocrata, contra o qual este relatório é um manifesto em sentido oposto. E faz uma enumeração elencando sete pontos que mostram como e porque o estabelecimento de manufaturas aumenta o produto e o rendimento total da sociedade, de forma que a agricultura não faz, uma vez que com as manufaturas há um equivalente aumento destes pontos:

- 1- The division of labor;
- 2- An extension of the use of machinery;
- 3- Additional employment to classes of the community not ordinarily engaged in the business;
- 4- The promoting of emigration from foreign countries;
- 5- The furnishing great scope for the diversity of talents and dispositions, which discriminate men from each other;
- 6- The affording a more ample and various field for enterprise;
- 7- The creating, in some instances, a new, and securing, in all, a more certain and steady demand for the surplus produce of the soil;

³¹² *Idem*, p. 251.

O autor segue por várias páginas explicando seus pontos, que aqui serão tratados de forma sintética, pois são bem conhecidos da visão intelectual atual. Mas o principal a destacar aqui é o quanto tal análise explicativa em 1791 antecipou tantos pontos que se tornaram referenciais no pensamento econômico, mas sendo na época ainda necessário comprovar muitas coisas, como a maior produtividade das atividades manufatureiras sobre as agrícolas.

No primeiro ponto, o da **maior divisão do trabalho** (*the division of labor*) ele faz um elogio da especialização do trabalho, notório argumento smithiano, usando-o para defender o trabalho manufatureiro, que como tinha maior subdivisão, era por definição mais especializado. Logo, indiretamente usa Smith, relativizando o uso de seu argumento, para defender a ampliação do regime que mais produz a especialização e divisão do trabalho dentro da mesma sociedade: o fabril/manufatureiro. Ao final deste ponto ele liga a maior especialização, na maior divisão do trabalho, com o maior uso de maquinarias nas manufaturas, para entrar no segundo ponto.

6.1.4 Possível Origem do Termo Substituição de Importações: The Substitution of Foreign for Domestic Manufactures

No segundo ponto, quando escreve sobre a ampliação do **uso de maquinarias** nas manufaturas (*An extension of the use of machinery*), sendo tal uso nestas muito maior do que no campo, como algo da maior importância para a contínua ampliação do uso deste auxílio de força artificial, ao da força humana, para a produção, Hamilton faz um elogio filosófico ao aumento do valor agregado que a maquinaria traz à produção, e ao país que o realiza. Neste ponto Hamilton faz um elogio da internalização das manufaturas com maquinárias, acusando as nações que importam bens industriais de fazer uma **substituição de bens industriais** nociva ao seu país. Aqui ele antecipa, ou melhor, inaugura, a ideia de **substituição de importações**. Sendo possivelmente neste relatório, mesmo que de forma invertida da conhecida nos estudos cepalinos, a primeira vez que o termo **substituição de manufaturados** apareça na literatura econômica:

It shall be taken for granted, and the truth of the position referred to observation, that manufacturing pursuits are susceptible, in a greater degree, of the application of machinery, than those of agriculture. If so, all the difference is lost to a community, which, instead of

manufacturing for itself, procures the fabrics require to its supply, from others countries. **The substitution of foreign for domestic manufactures, is a transfer to foreign nations, of the advantages accruing from the employment of machinery**, in the modes in which it is capable of being employed, with most utility and to the greatest extent. (Grifos nossos).³¹³

Percebe-se que é muito evidente para Hamilton algo que posteriormente chamariam de ganhos de encadeamento, para a região, a população, e o país, que amplia seu uso de maquinários no sistema fabril. E como importar de fora é que deveria ser, logicamente, a exceção, a substituição de produtos industriais do campo produtivo interno para o externo, é exportar tais ganhos de escala, encadeamento e de produtividade.

No terceiro ponto (*Additional employment to classes of the community not ordinarily engaged in the business*) ele faz um elogio da capacidade que a expansão do sistema fabril tem de levar ao trabalho produtivo grupos historicamente ociosos: deficientes, idosos, mas sobretudo mulheres e crianças. Dando o salutar exemplo inglês, no qual em sua dinâmica indústria têxtil estima que 4/7 dos trabalhadores seriam mulheres e crianças. Sendo que destas últimas, muitas de tenra idade. O que para ele era um elogio a mais para o sistema fabril, ao colocar em útil produção pessoas antes ociosas, dependentes das pessoas produtivas. Uma vez que para velhos e deficientes, e sobretudo para trabalhadores rurais nas entressafras, seria o trabalho fabril apenas um trabalho ocasional:

Besides this advantage of occasional employment to classes having different occupations, there is another, of nature allied to it, and of a similar tendency. This is the employment of persons who would otherwise be idle, and in many cases, a burthen on the community, either from the bias of temper, habit, infirmity of body, or some other cause, indisposing or disqualifying them for the toils of the country. It is worthy of particular remark that in general, women and children are rendered more useful, and the latter more early useful, by manufacturing establishments, than they would otherwise be. Of the number of persons employed in the cotton manufactures of Great Britain, it is computed that four-sevenths, nearly, are women and children; of whom the greatest proportion are children, and many of them of a tender age.³¹⁴

³¹³ *Idem*, p. 258.

³¹⁴ *Idem*, p. 259.

6.1.5 Hamilton Precursor do Desenvolvimentismo

Este trecho foi elencado para mostrar como a lógica econômica hamiltoniana estava compromissada com um capital produtivo, com a modernização capitalista, e não com o que será chamado de classes trabalhadoras. Talvez aqui é necessário reconhecer que por vezes os ritmos de trabalho agrícola tenham maiores padrões de respeito aos ciclos naturais. Neste ponto, fazendo referência ao diálogo invocado com o capítulo de Furtado, cabe lembrar que o próprio economista paraibano foi crítico de certas modernizações industriais, das multinacionais, que foram poupadoras de mão-de-obra, preocupando Furtado com o estado dos trabalhadores. Algo com o qual, podemos suspeitar, Hamilton não se preocuparia: estaria o primeiro secretário do Tesouro mais afinado com outras tradições desenvolvimentistas, como a da Escola de Campinas, com o foco central na modernização capitalista. O foco em Hamilton é o desenvolvimento do capital e das forças produtivas, por isso pode-se identificar nele um ***pensamento desenvolvimentista***. As capacidades humanas dos trabalhadores, e suas melhorias, lhe interessavam para aumentar a produtividade do sistema, mas o que será chamado de *questões sociais* são quase inexistentes em seu texto: seu foco é o desenvolvimento das forças produtivas, é o capital, é o ***desenvolvimentismo***.

O ponto quatro (*The promoting of emigration from foreign countries*) é um elogio ao estímulo à imigração que as manufaturas podem estimular, uma vez que trabalhadores capacitados da Europa têm chances de se tornarem sócios das empresas em que vêm trabalhar, ou se não, ao menos ganhos maiores do que na Europa nos EUA eles conseguiriam. Aqui ele destaca a barateza das matérias-primas nos EUA: outro atrativo, estimulado pelos crescentes excedentes agrícolas, e abundância de produtos primários.

O ponto quinto é bem filosófico (*The furnishing great scope for the diversity of talents and dispositions, which discriminate men from each other*), no qual ele parece fazer uma resposta direta ao seu desafeto político, Thomas Jefferson. Na Declaração de Independência, Jefferson com sua belíssima prosa iluminista vaticinou no imaginário americano a tríade dos direitos do homem livre americano, com os: direito a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Realmente, neste ponto parece que Hamilton está respondendo ao Jefferson, defendendo que a diversificação produtiva é o melhor caminho para que o cidadão possa achar sua plenitude ocupacional e humana.

A restrição produtiva de uma país agrário, como o propugnado por Jefferson, que defendia um EUA como uma República romana de patrícios fazendeiros, geraria uma sociedade de restrito campo produtivo. Logo de restrito escopo para a *busca da felicidade*, numa estreiteza de possibilidades profissionais mediocrizantes, típica do mundo rural. Constatando no mundo produtivo industrial maior margem de *improvement* para as pessoas, tanto individualmente e mentalmente, quanto materialmente:

This is a much more powerful mean of augmenting the fund of national industry, than may at first sight appear. It is a just observation, that minds of the strongest and most active power for their proper objects, fall below mediocrity, and labor without effect, if confined to uncongenial pursuits. And it is thence to be inferred, that the results of human exertion may be immensely increased by diversifying its objects. When all different kinds of industry obtain in a community, each individual can find his proper element, and can call into activity, the whole vigor of his nature. And the community is benefitted by the services of its respective members, in the manner in which each can serve it with most effect³¹⁵.

O sexto ponto ele segue na defesa da expansão cognitiva das pessoas e povos que ampliam sua produção e campo de trabalho: é uma melhora interna, mas também externa e social (*The affording a more ample and various field for enterprise*). Aqui também se percebe, que neste sexto ponto, trata também de algo que posteriormente na história econômica será chamada de novas áreas para inversão de capitais: também é disto que ele trata aqui, ao afirmar que a ampliação manufatureira aumenta as áreas para inversão pessoal, mas também material, para investimentos de capitais, na obtenção de retornos lucrativos. De forma muito harmoniosa, seguindo dando ênfase na capacidade da diversificação produtiva ampliar a capacidade humana em buscar a felicidade, sua prosa passa da defesa da ampliação produtiva, como fonte de busca da felicidade humana, com sua ampliação mental em atividades que lhes compraza no ponto quinto, para no ponto sexto defender que a ampliação não é só mental: é material e pecuniária também.

Every new scene which is opened to the busy nature of man to rouse and exert itself, is the addition of a new energy to the general stock of effort.

³¹⁵ *Idem*, p. 260.

The spirit of enterprise, useful and prolific as it is, must necessarily be contracted or expanded, in proportion to the simplicity or variety of the occupations and productions which are to be found in a society. ***It must be less in a nation of mere cultivators, than in a nation of cultivators and merchants; less in a nation of cultivators and merchants, than in a nation of cultivators, artificers, and merchants***³¹⁶. (Grifos nossos).

E eis que o ponto sétimo é a defesa do mercado interno (*home market*) que a ampliação industrial traz em benefício do mundo agrícola (*The creating, in some instances, a new, and securing, in all, a more certain and steady demand for the surplus produce of the soil*):

[...] It is a principal mean by which the establishment of manufactures contributes to an augmentation of the produce or revenue of a country, and has an immediate and direct relation to the prosperity of agriculture.[...] For the purpose of this vent, a domestic market is greatly to be preferred to a foreign one, because it is, in the nature of things, far more to be relied upon.³¹⁷

This idea of an extensive domestic market for the surplus produce of the soil, is of the first consequence. It is, of all things, that which most effectually conduces to a flourishing state of agriculture.³¹⁸

Assim Hamilton consegue fechar os pontos elencados, com o último deles voltando na defesa do mercado interno, que a ampliação fabril terminaria aportando ao mundo agrícola com a ampliação por essa demanda, defendendo esta ideia por várias páginas, por todo seu relatório. Não se pretende aqui repetir muito este ponto, tão recorrente no relatório.

Há uma especial atenção com a inovação técnica que a manufatura aporta para o conjunto da sociedade, abrindo novas áreas para inversão de capitais, numa antecipação *schumpeteriana* sobre a importância da inovação na obra de Hamilton, que vale aqui destacar, quando ele insistentemente aponta que inovações fabris ainda há de abrir novos campos de exploração agrícola, e de exploração mineral, para toda a sociedade, numa cosmo visão global que antecipa explorações econômicas

³¹⁶ *Idem*, p. 261.

³¹⁷ *Idem*, p. 261.

³¹⁸ *Idem*, p. 263.

geológicas, marítimas, que o uso aplicado da ciência no século XIX irá abrir em áreas como eletricidade e petroquímica. Tal tendência ao uso aplicado da ciência como instrumento do desenvolvimento será uma pauta do *American System*:

It merits particular observation, that the multiplication of manufactories not only furnishes a market for those articles which have been accustomed to be produced in abundance in a country; but it likewise creates demand for such as were either unknown, or produced in considerable quantities. The bowels, as well as the surface of the earth, are ransacked for articles which were before neglect. Animals, plants, and minerals, acquire a value which were before unexplored.

The foregoing consideration seen sufficient to establish, as general propositions, that it is the interest of nations to diversity the industrious pursuits of the individuals who compose them. That the establishment of manufactures is calculated not only the increase the general stock of useful and productive labor, but even to improve the staf agriculture in particular; certainly to adavance the intersects of those who are engaged in it.”³¹⁹

O relatório repete várias vezes que é do interesse do mundo agrário o desenvolvimento das manufaturas, e é muito enfático em dizer, repetidamente, que os ditames liberais são coerentes no papel, mas não encontram confirmação na análise histórica, pois Hamilton afirma, categoricamente, que as nações são protecionistas. Seguindo seu método histórico-dedutivo, Hamilton declara sobre o laissez-faire: “But the system which has been mentioned, is far from characterizing the general policy of nations.”³²⁰

O relatório é muito detalhado em esclarecer como o avanço da manufatura seria benéfica, e em como a diversificação produtiva é positiva para a evolução dos indivíduos, e geral da sociedade, desenrolando este assunto repetidamente. Mas em alguns pontos o relatório adianta questões bem conhecidas dos países subdesenvolvidos no século XX, como a da deterioração dos termos de intercâmbio dos produtos primários: há no relatório uma clara mensagem de que os produtos industriais se fazem necessários, com sua maior tecnologia agregada, enquanto que os produtos primários são demandados a depender de condições das safras dos países, e outros fatores, e Hamilton claramente defende que a especialização agrícola

³¹⁹ *Idem*, p. 263.

³²⁰ *Idem*, p. 264.

é um caminho para o empobrecimento, pela crescente necessidade de produtos industriais, e pela sazonalidade pelo interesse dos produtos agrícolas no mercado mundial:

In such a position of things, the United States cannot Exchange with Europe on equal terms; and the want of reciprocity would render them the victim of a system which would induce them to confine their views to agriculture, and refrain from manufactures. A constant and increasing necessity, on their part, for the commodities of Europe, and only a partial and occasional demand for their own, in return, could not but expose them to a state of **impoverishment**, compared with the opulence to which their political and natural advantages authorize them to aspire³²¹.(Grifo nosso).

Termina este parágrafo de forma otimista quanto ao futuro das oportunidades nos EUA, mas desde que este siga o caminho da diversificação produtiva, com enfoque nas manufaturas. Para tanto, analisando o que fazem as outras nações europeias, e declaradamente buscando emular os casos de sucesso, com a decidida participação governamental ajudando. Hamilton declara:

[...] the bounties, premiums, and other artificial encouragements, with which foreign nations second the exertions of their own citizens, in the branches in which they are to be rivalled.³²²

But the greatest obstacle of all to the successful prosecution of a new branch of industry in a country in which it was before unknown, consists, as far as the instances apply, in the bounties, premiums, and other aids, which are granted in a variety of cases, by the nations in which the establishments to be imitated are previously introduced. It is well known (and particular examples, in the course of this report, will be cited) that certain nations grant bounties on the exportations of particular commodities, to enable their own workmen to undersell and supplant all competitors, in the countries to which those commodities are sent. Hence the undertakers of a new manufacture have to contend, not only with the natural disadvantages of a new undertaking, but with the gratuities and remunerations which other governments bestow. **To be able to contend with success, it is evident that the interference and aid of their own governments are indispensable**³²³.(Grifos nossos).

³²¹ *Idem*, p. 265.

³²² *Idem*, p. 266.

³²³ *Idem*, p. 267.

Eis aqui uma descrição das dificuldades da entrada de um novo competidor num novo ramo industrial, e como Hamilton indica que há uma generalizada assessoria dos governos nas competições produtivas dos países, incluindo subsídios às exportações, sendo seu texto muito claro na defesa da ativa ajuda governamental nesta competição produtiva, com a necessidade de ajuda para novos ramos produtivos: declarando aqui sua defesa da ajuda às indústrias infantis. Mas pode-se dizer que o relatório defende a validade e justeza da ajuda governamental para as indústrias de forma ampla e geral.

Segue o relatório tratando das condições então para o estabelecimento de manufaturas nos EUA, tendo este país, segundo o dito relatório, as matérias primas mais abundantes e baratas, mas os salários para atrair trabalhadores qualificados precisando ser mais elevados (mas, afirma Hamilton, que nem é tanto quanto se inferiam): espaços e matéria-prima seriam vantagem no novo país, e custos de mão de obra seriam desvantagens. Este último ponto será um ponto que será invertido na pena de duas gerações a frente no *American System*, quando Henry Carey positiviza os aumentos de salários, como algo positivo para o toda a sociedade, incorporando o aumento de salários ao fortalecimento do mercado interno. Passo intelectual dado apenas mais a frente.

Para a alocação de recursos para o desenvolvimento de manufaturas, na sequência, Hamilton trata da necessidade de se introduzir e estruturar um sistema bancário.³²⁴ Medida que para a qual ele contribuirá ao criar o 1º Banco dos EUA: 1BUS (*Bank of 1º United States*). No texto parece ser muito evidente a falta de capitais no país, havendo competição entre os ramos a serem investidos. Hamilton literalmente escreve que não há como ter certeza da quantidade de meio circulante no país. E, sem dados, defende que o alegado problema da falta de numerário é um problema que não vale a pena se preocupar: estando os nichos produtivos maduros e protegidos, a adequada progressão ocorrerá. Ele defende o estabelecimento de um sistema bancário mais eficaz, para a alocação dos recursos em áreas promissoras. E defende a capitação de recursos na Europa: o excesso de capitais, sem adequados espaços de inversão na Europa, pode ser a solução para a capitação de recursos para os EUA em todos seus nichos produtivos, contornando a disputa por escassos

³²⁴ *Idem*, p. 272.

capitais. Pois este financiamento externo já existia para o comércio exterior e na agricultura dos EUA, e logo, segundo Hamilton, este financiamento internacional poderia alcançar as manufaturas americanas:

The aid of foreign capital may safely, and with considerable latitude, be taken into calculation. Its instrumentality has been long experienced in our external commerce; and it has begun to be felt in various, other modes. Not only our funds, but our agriculture, and other internal improvements, have been animated by it. It has, already, in a few instances, extended eve to our manufactures”.

It is a well-known fact that there are parts of Europe which have more capital than profitable domestic objects of employment. Hence, among other proofs, the large loans continually furnished to foreign States. And it is equally certain, that the capital of other parts may find more profitable employment in the United States than at home. And, notwithstanding there are weighty inducements to prefer the employment of capital at home, even at less profit, to an investment of it abroad, though with greater gain, yet these inducements are overruled, either by a deficiency of employment, or by a very material difference in profit. Both these causes operate to produce a transfer of foreign capital to the United States. It is certain, that various objects in this country hold out advantages, which are with difficulty to be equalled elsewhere; and under the increasingly favourable impressions which are entertained of our Government, the attractions will become more and more strong. These impressions will prove a rich mine of prosperity to the country, if they are confirmed and strengthened by the progress of our affairs. And, to secure this advantage, little more is now necessary than to foster industry, and cultivate order and tranquillity at home and abroad.³²⁵

Numa visão que complementa o panorama econômico com o político, Hamilton neste trecho conclui que as perspectivas de escoamento dos capitais europeus para os EUA só tendem a aumentar, com a estabilização do quadro político nos EUA, e o aumento da confiança, bem como das facilidades, para esta exportação de capitais. O que ele infere que acarretará na ida de parte destes capitais para as indústrias. Portanto, para ele, o levantamento de capitais externos para a aplicação em áreas produtivas, não seria um problema.

E para na parte final concluir com uma descrição mais objetiva dos ramos industriais que seria mais exequível e necessário o apoio. Áreas como as de produção

³²⁵ *Idem*, p. 273.

de: peles, ferros (em algumas variantes específicas), madeiras, barcos, tecidos(linho, cânhamo, lonas, cordas, fios...), papel, chapéus, açúcares, óleos, carruagens(de todos os tipos...), tabaco, amido, pólvora.

Esta parte final é muito interessante, mas focada em descrever processos produtivos datados, que não são o objeto de estudo aqui: buscou-se na presente análise do relatório localizá-lo intelectualmente na história do pensamento econômico, identificando antecipações de ideias e conceitos desenvolvimentistas, e como as linhas desenvolvidas pelos partidários do *American System* já se encontravam, e até que ponto, neste documento fundante.

Mas antes da conclusão, será ainda retomada as inferências de Furtado sobre a leitura de Hamilton de Smith:

Good roads, canals, and navigable rivers, by diminishing the expense of carriage, put the remote parts of a country more nearly upon a level with those in the neighborhood of the town. They are, upon that account, the greatest of all improvements. They encourage the cultivation of the remote, which must always be most extensive circle of the country. They are advantageous to the town, by breaking down the monopoly of the country in its neighborhood. They are advantageous even to that part of the country. Though they introduce some rival commodities into the old market, they open many new markets to its produce. Monopoly, besides, is a great enemy to good management, which can never be universally established but in consequence of that free and universal competition which forces everybody to have recourse to it for the sake of self-defence. It is not more than fifty years ago that some of the counties in the neighbourhood of London petitioned the Parliament against the extension of the turnpike roads into the remoter counties. Those remoter counties, they pretended, from the cheapness of labour, would be able to sell their grass and corn cheaper in the London market than themselves, and would thereby reduce their rents, and ruin their cultivation. Their rents, however, have risen, and their cultivation has been improved since that time.³²⁶

³²⁶ HAMILTON, Alexander. **Industrial and Commercial Correspondence of Alexander Hamilton. Anticipating His Report on Manufactures.** Ed. Arthur Harrison Cole, PhD. Harvard University. The Business Historical Society, Inc. Chicago, 1928, p. 249 (Report on the Subject of Manufactures). Cf.: CARR, E. H. **The Twenty Years' Crisis, 1919–1939.** London, Macmillan, 1941, p. 298; GILPIN, R. **The Political Economy of International Relations.** Princeton, NJ, Princeton University Press, 1987, p. 114.

Neste ponto de seu famoso relatório, Hamilton faz esta longa citação da Adam Smith e seu *A Riqueza das Nações (Part I – Of the Produce of Land which always afford Rent)*, Hamilton aqui alimenta o moinho das inferências de Furtado sobre sua leitura de Smith, abrindo as portas da história para desconstruir qualquer teoria abstrata acima dela: cita Smith para lembrar que o “mercado perfeito” é uma utopia teoria, negada nos exemplos históricos de sua própria obra. Com destaque neste trecho para a necessidade das *melhorias internas* de transporte, como algo central na construção de um eixo do que será o *American System*: a compensação governamental se faz necessária quando a infraestrutura, sobretudo dos transportes, não existe na base do mercado existente.

6.1.6 Conclusões Parciais

Hamilton em seu icônico relatório vai em direção oposta ao do pensamento fisiocrata de seu tempo, defendendo a produtividade do trabalho fabril, antecipando conceitos de ganhos de produtividade e de fronteira de inovações no mundo fabril manufatureiro. Sendo muito enfático nessa vantagem das manufaturas sobre a agricultura, com a maior especialização do trabalho, e o maior uso de maquinaria nas indústrias. Antecipando uma ideia central do *American System*, a do *improvement*, no comentado ponto 5 de seu relatório responde como uma maior diversificação produtiva será uma realidade material mais condizente para garantir a busca da felicidade humana, conectando as melhorias internas das pessoas, com as externas do mundo material, em torno deste conceito tão central ao *American System*. Pode-se neste ponto destacar o conceito de *improvement* nessa estruturação intelectual como um ponto de convergência entre o desenvolvimento material e o espiritual (no sentido hegeliano): interno/externo, material/espiritual.

Nesta sua defesa da maior diversidade produtiva como base para o melhor desenvolvimento humano, cria o termo **substituição de importações** neste seu relatório. Que é um documento do pensamento econômico ocidental, estruturado numa metodologia histórico-dedutiva, sendo ao final aproximado de um documento histórico-estrutural, ao compor uma agenda propositiva voltada para uma lista de setores produtivos a serem estimulados. Tendo uma visão histórica, faz uma leitura relativista de Smith, relativizando as teorias sob a luz dos casos históricos.

Entre o neomercantilismo, com a defesa da indústria infante feita por ele, com muita ênfase dada ao fortalecimento do mercado interno (*home market*) que as manufaturas trarão ao país, num claro objetivo de buscar uma harmonia com os interesses agrícolas, bem ao estilo narrativo das *harmonias de interesses* do *American System*, ou dos *compromises* da cultura política americana, Hamilton constrói um documento com uma cabeça para o passado e outra para o futuro. Como Janus, seu texto tem estas duas direções, ao se escorar na história para defender planos propositivos de ajudas positivas à industrialização, sendo assim passível de ser lido como um documento neomercantilista por este lado. Mas a defesa da contínua agregação de maquinarias na produção trazida pela indústria, abre brechas pré-*schumpeterianas* em seu relatório, ao dizer que ainda há nichos produtivos que virão pela inovação, mudando nossa precificação de produtos naturais ainda não úteis, existentes ao longo da Terra. Assim como a parte em que diz que a especialização agrícola direciona o país para a perda de rendimentos pela necessidade de produtos industriais que surgem cada vez mais, e pela dependência de fatores sazonais para o lado agrícola: antecipando aí o debate cepalino da deterioração dos termos de intercâmbio. Por estes outros pontos, o documento antecipa abertamente um debate desenvolvimentista. Sendo, portanto, um documento ao mesmo tempo neomercantilista e pré-desenvolvimentista, a depender de onde se analisa o trabalho.

6.1.6.1 O Primeiro Desenvolvimentista e a Esquecida “CEPAL” Americana

Ser neomercantilista não era muito inovador: era apenas manter as tradições reguladoras feitas na prática pelos estados europeus da modernidade. O que torna seu documento um marco intelectual, que aqui se defende ser inaugurador de uma concepção desenvolvimentista *avant la lettre*, é sua localização consciente na história intelectual de ser uma resposta a duas revoluções: uma delas é material (Revolução Industrial), e a outra intelectual (liberalismo econômico). O relatório dialoga claramente com a questão da Revolução Industrial materialmente, e com a do liberalismo, intelectualmente, é o que coloca Hamilton como o primeiro desenvolvimentista. A resposta pela corrida técnica na aceleração produtiva da era industrial, e resposta intelectual frente ao desafio de responder a um corpo doutrinário intelectual com pretensões universais, são dois desafios que este relatório ambiciona responder, e que o coloca como o primeiro tratado desenvolvimentista já escrito. E o

American System que florescerá deste documento, pode ser apontado, com todas as dificuldades típicas dos momentos de iniciação, como a primeira escola desenvolvimentista a se estruturar no mundo, além de ser o primeiro sistema nacional de economia política estruturado intelectualmente, após o surgimento do liberalismo econômico. As sólidas raízes neomercantilistas não anulam essa posição precursora.

Hamilton é central na história do pensamento econômico por antecipar tendências que se consolidaram posteriormente, como a do Estado indutor da economia. Ele em seu relatório defende subsídios (*bounties*) para a indústria, sugestão essa que ainda não passou no Congresso, enquanto que praticamente todas as moderadas proteções tarifárias, nos vários produtos, sugeridas no Relatório, foram aprovadas no Congresso no começo de 1792³²⁷. A ideia de defesa de subsídios às indústrias se coaduna com uma cosmovisão de que o Estado, num país jovem como então era os EUA, deveria subsidiar as lacunas onde não havia capitais privados para exercer tal papel, defendendo um Estado ativo na indução econômica, para ultrapassar as lacunas faltantes de capitais privados para tal desenvolvimento. E para o primeiro Secretário do Tesouro dos EUA nada mais importante do que a defesa da internalização na nação de um parque industrial. Como ele faz ao, literalmente, encerrar seu relatório defendendo tal visão:

In countries Where there is great private wealth, much may be affected by the voluntary contributions of patriotic individuals; but in a community situated like that of the United States, the public purse must supply the deficiency of private resource. In what can it be so useful, as in prompting and improving the efforts of industry?³²⁸

Neste ponto da pesquisa, aqui se defende que para além da já destacada metodologia histórica de Hamilton, marcado por um pensamento indutivo, coerente com isso, sua escrita é pragmática com inclinações em defesa de medidas de regulação estatal num Estado federal fortalecido, como o federalista Hamilton defendia, sendo que tais sugestões regulatórias tem lastro e continuidade nas

³²⁷ IRWIN, Douglas A. The Aftermath of Hamilton's "Report on Manufactures". **The Journal of Economic History**. Sep. 2004. Vol. 64, n. 3, p. 800-821.

³²⁸ HAMILTON, Alexander. **Industrial and Commercial Correspondence of Alexander Hamilton. Anticipating His Report on Manufactures. Report on the Subject of Manufactures**. Ed. Arthur Harrison Cole, PhD. Harvard University. The Business Historical Society, Inc. Chicago, 1928, p. 320.

conhecidas leis mercantilistas britânicas *Navigation Acts*. O neomercantilismo hamiltoniano tem base numa história legislativa do Atlântico britânico. A regulação produtiva, com proteções, monopólios, estímulos e recompensas entre as partes, era uma estruturada e estabelecida legislação internacional do império britânico, com a qual a obra hamiltoniana dialoga e dá continuidade, buscando fortalecer as partes de vanguarda produtiva, sobretudo as estratégicas, dentro do recém criado Estados Unidos. Como destacou Oliver Dickerson, a independência dos EUA não foi resultado de revolta contra uma legislação mais que centenária, como eram as *Navigation Acts*, mas contra as medidas de taxaço, impostas pela coroa, e consideradas abusivas, pois não aprovadas nas instâncias das bases tributadas, após a Guerra dos 7 anos (1756-1763):

This is not due to the opposition of the Americans to the trade laws and had no possible relation to their attitude toward the old navigation and commercial system. This is shown by the letters, resolutions, and memorials of the Americans themselves.

Their opposition to the measures enacted after 1763 was not because they were trade regulations, **but because they were not laws of that kind**. They recognized these later acts as revenue laws, and hence a violation of the fundamental constitutional relationship that had been developing through the past century, under which all powers of taxation in the colonies belonged to their local assemblies.³²⁹

O problema na origem da Revolução americana, segundo Dickerson, não foi a regulação comercial (e produtiva: que existia nas *Navigation Acts*: regulando áreas produtoras monopolistas, ou quase isso, dentro do Império: por tais leis a Virgínia tinha o monopólio da produção de tabaco³³⁰, por exemplo) em si: foi a legislação de caráter tributário imposta (*No Taxation Without Representation*). Seguindo esta linha destacada por Dickerson, aqui defende-se que as proposições “neomercantilistas” de Hamilton não foram um raio no céu de deserto: mas ecoavam uma longa tradição legislativa, aceita por todo o império britânico, desde das *West Indies* onde Hamilton nasceu, até as 13 colônias que fundarão os Estados Unidos. Possivelmente há mais continuidades do que se imagina entre as *Navigation Acts* e a tradição hamiltoniana nos Estados Unidos. Ele estaria reestruturando, em outro nível de frequência, uma

³²⁹ DICKERSON, Oliver Morton. **The Navigation Acts and the American Revolution**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1951, p. 295.

³³⁰ *Idem*, cap. I.

legislação regulatória em defesa da produção, garantindo mercados consumidores e nichos produtores (organizando demanda e produção), mas agora com destaque na busca de incorporar, no novo país, indústrias de vanguarda (como a naval), que se sofisticavam e seria estratégico tê-las internalizadas. Além de ter Hamilton, desde a época da declaração de Independência, consciência da condição monopolista das 13 colônias como abastecedora de alimentos nas *West Indies*, e em todo o Caribe, de onde ele próprio veio, e conhecia bem, e que os EUA tão bem exploraram tal condição de fornecedores de alimentos ao Caribe por todo o período das guerras napoleônicas: Hamilton projetou intelectualmente este plano, tão bem executado durante as guerras³³¹. Além de a tão presente tradição protecionista, central no *American System*, e na história tarifária dos EUA, encontrar bases nestas leis mercantilistas britânicas dos séculos XVII e XVIII: “Another phase of the trade acts was the definitive encouragement of various local colonial industries by means of preferential tariffs in England, strongly favoring the colonial product.”³³² E afirma Oliver M. Dickerson que não havia reclamações dos colonos norte-americanos quantos aos Atos de Navegação nos dias da independência, ao contrário: “There are no American complain on record against this practice. They strongly resemble the modern federal assistance to the farmers in the United States.”³³³

Sobre a tradição hamiltoniana ter como base uma adaptação continental/nacionalista das antigas *Navigation Acts* britânicas, Dickerson apesar de não afirmar algo semelhante, indica concordar com a ideia. Pois sobre as *Navigation Acts* britânicas afirmou:

The system was inevitably highly complicated, and in many ways it **was very much like the intricate protective tariffs and the commission-controlled, rate-making transportation systems of the United States.** [...] Again it was not unlike the American tariff system³³⁴ (Grifos nossos).

Um último destaque na defesa desta hipótese, de a tradição hamiltoniana ser uma adaptação **continental** das *Navigation Acts*, podemos inferir nos trechos em que

³³¹ ELKINS, Stanley & McKITRICK, Eric. **The Age of Federalism. The Early American Republic, 1788-1800.** New York, Oxford University Press, p. 97.

³³² DICKERSON, Oliver Morton. **The Navigation Acts and the American Revolution**, p. 292.

³³³ *Idem*, p. 292.

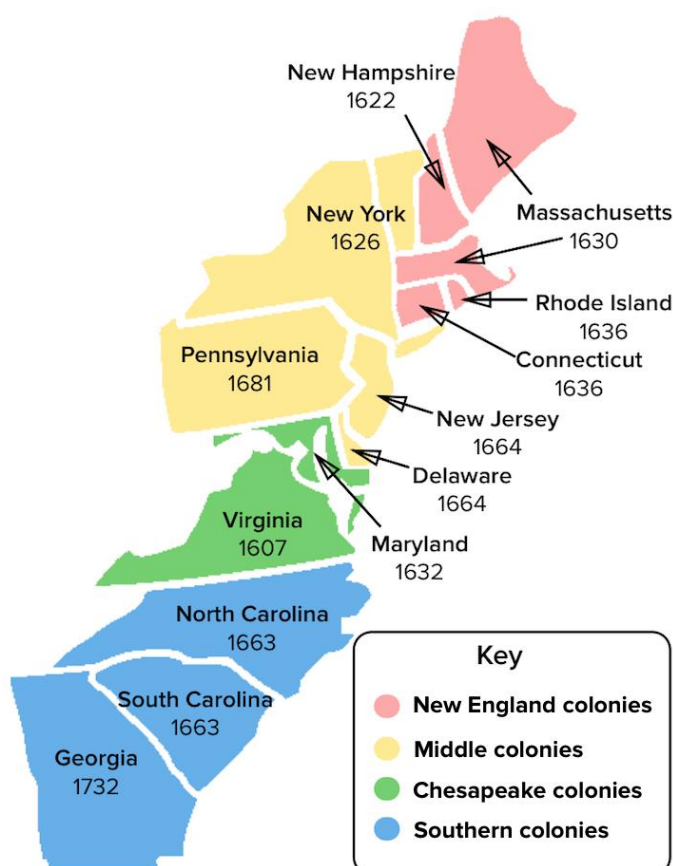
³³⁴ *Idem*, p. 6.

Dickerson, destacando que não havia um acúmulo de reclamações sobre as *Navigation Acts* nas 13 colônias, acaba admitindo que só havia algumas reclamações sobre o direcionamento da legislação sobre as manufaturas (como têxteis e a do aço), justamente nas regiões yankees do que será nos EUA o epicentro das *Navigation Acts* americanas, de Hamilton (NY), e do *American System* na sequência: as regiões da Nova Inglaterra e do *Mid-Atlantic*.

Pois grupos empresariais, mesmo que pequenos, podem ter um enorme impacto na história, quando bem colocados geograficamente e cronologicamente, nas disputas. O que reforça o quadro das pressões por maior inserção industrial, por uma regulação que estimule isso, e não contra as regulações.

The limitations placed upon colonial manufactures were complained of by only a few Americans in New England and the middle colonies.

In general, the objections to such limitations were confined to three articles: hats, woolen goods, and steel.³³⁵



³³⁵ DICKERSON, Oliver Morton. *The Navigation Acts and the American Revolution*, p. 293.

Esse é o lado neomercantilista de Hamilton, que estruturou sua obra política e intelectual buscando criar, em oposição ao sistema Atlântico dos britânicos, um sistema **Continental americano**: emulando o desenvolvido anteriormente construído pela Grã-Bretanha, inclusive com um banco nacional, e cujo o plano neomercantilista de um sistema continental, um “Sistema Americano” será a base e gatilho, além de dar o próprio nome do *American System*.

O plano de Hamilton foi brilhantemente estruturado em seus relatórios, e lhe valeu herdeiros intelectuais e políticos que o colocaram como a referência de uma grande tradição político-econômica dos EUA. Contudo, o sucesso intelectual imediato lhe rendeu reações articuladas do lado oposto (do partido democrata-republicano, *Democratic-Republican Party*, de Thomas Jefferson), o que incluiu seu outrora amigo e parceiro na escrita dos textos dos *Artigos Federalistas 1787-1788*, James Madison, que será presidente (1809-1817) pelos *democratas-republicanos* e se afastou dele pelo sucesso do plano hamiltoniano. James Madison e Alexander Hamilton estavam juntos na defesa da Constituição e do Federalismo, sendo Madison o grande arquiteto da própria ideia de *Federalismo*³³⁶, com a defesa da possibilidade de sucesso de uma república numa país imenso. O plano político do Federalismo de ambos, com a outrora ampla primazia de Madison como intelectual orgânico do projeto, encontrou no desenvolvimento da teoria econômica de Hamilton, uma supremacia econômica neste que alterou o equilíbrio anterior. A ascensão do imigrante caribenho ao centro do poder da recente nação independente, causou reações em cadeia, e encastelou a autóctone *aristocracia* escravista da Virgínia numa oposição elitista contra suas ideias, com muito impacto de *paixões* pessoais nesta oposição (preconceitos, raiva, inveja), para além da discordância intelectual. Sobre o afastamento entre James Madison e Alexander Hamilton foi escrito:

At the moment of these two men's collaboration in the writing of The Federalist, the phase of openness, of promise and possibility, was evidently at its meridian. [Mas] [...] Madison could not have viewed the sudden incursion of Hamilton's influence, and that of Hamilton's Treasury which he, Madison, had created, without some degree of fretfulness. When Hamilton, with his grand system of finance, usurped so large a share of Congress's attention as well as of the President's

³³⁶ ELKINS, Stanley & MCKITRICK, Eric. **The Age of Federalism. The Early American Republic, 1788-1800**. New York, Oxford University Press, 1993, p. 83.

ear, there were two powers in the field where there had previously been one.³³⁷

As ideias precisam vencer resistências políticas e materiais para se realizarem na história. O *American System* foi uma longa tecitura entre o intelectual e o político, para a realização histórica do projeto esboçado por Hamilton, e desenvolvido na dinâmica histórica do século XIX, pelos os que se aglutinaram neste campo progressista na história intelectual e política dos Estados Unidos.

6.2 Daniel Raymond (1786–1849) Connecticut, EUA.

Daniel Raymond nasceu no estado de Connecticut, região cultural conhecida como Nova Inglaterra, no estado de Connecticut, em 1786, e morreu no estado de Ohio, em 1849. Estudou direito na instituição Tapping Reeve's em Litchfield (Connecticut), conhecida por ser um centro intelectual intensamente anti-jeffersoniano³³⁸. Começou a advogar durante a guerra de 1812. Alcançou uma notoriedade pública pela primeira vez em 1819, quando da publicação de seu panfleto defendendo a proibição da escravidão no Missouri. O panfleto chama-se *The Missouri Question*, e teve muita influência e impacto neste candente debate de então, debate este que acabou resultando no *Missouri Compromise* (de 3 de março 1820), no qual o Missouri foi incorporado como *slave state*, enquanto o Maine entrava como *free state* na União. Raymond foi “histericamente” acusado no Congresso, por escravistas, de ser financiado por organizações abolicionistas internacionais³³⁹. O panfleto de Raymond alcançou enorme impacto. Um marco deste seu trabalho foi o uso de argumentos econômicos, usados contra a expansão da escravidão: defendia, com argumentos estatísticos, a superioridade da produtividade do trabalho livre. E com projeções estatísticas também, mostrou o risco que a expansão da escravidão significava para a supremacia numérica dos brancos nos EUA: este argumento alcançou enorme eco popular, e irritou profundamente os defensores da escravidão. Tal panfleto foi um marco no debate sobre a escravidão, com argumentos econômicos

³³⁷ *Idem*, p. 92-93.

³³⁸ DORFMAN, Joseph. **The Economic Mind in American Civilization. 1606-1865**. Reprint of Economic Classics. New York, Augustus M. Kelley Publishers, 1966, p. 566.

³³⁹ *Idem*, p. 567.

e demográficos³⁴⁰. Claro fica que seu anti escravismo radical tinha um viés econômico também, e não apenas humanitário. O que em nada diminui o mérito seu anti escravismo: ele sempre combateu o escravismo por toda sua vida, intelectualmente e politicamente, tendo contribuído diretamente em organizações contra a escravidão: “He became member of the local Colonization Society, and in 1825 helped organize an Anti-Slavery Society”.³⁴¹

Uma construção importante deste ponto é a conexão feita por ele entre protecionismo, industrialismo e trabalho livre, que a partir do *Missouri Compromise* vai polarizando a sociedade americana entre protecionismo, industrialismo e trabalho livre de um lado, e escravismo e livre comércio do outro lado. Polarização esta que culminará na Guerra de secessão.

The Southern leaders had advocated the passage of the act of 1816 (a Lei tarifária protecionista de 1816), but they bitterly opposed the bill of 1820. It is possible that the Missouri Compromise struggle had opened their eyes to the connection between slavery and free trade³⁴².

Posteriormente, partindo inicialmente de debates jurídicos (como advogado de formação que era), sua obra foi enveredando para a economia, e se tornando uma obra econômica mais elaborada. Seu primeiro livro econômico será *Thoughts on Political Economy*, de 1820. Sua obra econômica como um todo irá além da “trindade” do *American System*, entrando numa sofisticação econômica na construção de conceitos, que serão caros ao pensamento desenvolvimentista posterior, como o de capacidade produtiva (*productive capacity*). A produtividade será um tema deste autor. O aumento, e aceleração, do **progresso técnico** será um tema central quando o *American System* se estrutura intelectualmente de forma mais elaborada, e ele antecipa isso. Raymond é decididamente opositor da tradição britânica ortodoxa em economia, sendo por muitos considerado o primeiro economista dos EUA, seu texto tem uma estrutura acadêmica mais elaborada, cujo conteúdo confronta intelectualmente os paradigmas liberais dominantes de seu tempo, construindo um

³⁴⁰ *Idem*, p. 567.

³⁴¹ CONKIN, Paul K. **Prophets of Prosperity. America's First Political Economists**. Bloomington, Indiana University Press, 1980, p. 77.

³⁴² TAUSSIG, F. W. **The Tariff History of the United States**, p. 67.

audacioso pensamento econômico heterodoxo (*Raymond was unorthodox in his theories, his systematic approach later gained for him the reputation of being America's first economist*)³⁴³.

Sua visão de economia se insere na tradição do que Reinert chama de “outro cânone”, que usa exemplos biológicos para o sistema econômico, em vez dos exemplos tirados da física newtoniana:

“Em termos gerais podemos distinguir dois tipos principais de teoria econômica. Um deles se baseia em metáforas da natureza, geralmente da física. Exemplos são a “mão invisível” que mantém a Terra em órbita do Sol [...] ou a metáfora do equilíbrio [...].

A outra modalidade de teoria econômica baseia-se na experiência adquirida, construída de baixo pra cima, a partir de fundamentos, e muitas vezes se apresenta como política prática antes de ser destilada em teoria. [...]

Esse tipo menos abstrato de economia normalmente se baseia em metáforas biológicas, não em metáforas da física. O corpo humano tem sido uma metáfora para as ciências sociais desde o direito romano. [...]

Usar o corpo humano como uma metáfora para a sociedade tem a vantagem de destacar sinergias, interdependência e complementariedades. Ao contrário de metáforas baseadas na física, a metáfora do corpo também capta a ideia de seres humanos como seres espirituais, cujo cérebro criativo é um fator econômico. Afinal, a força motriz básica da sociedade econômica é o que Friedrich Nietzsche chama de “o capital do espírito e da vontade”: o novo conhecimento, o empreendedorismo e a competência organizacional, pública e privada.”³⁴⁴

6.2.1 Bases Paradigmáticas com Ênfase Técnico-institucionais: Tecnológicas/Econômicas/Político-jurídicas

Raymond foi decididamente um nacionalista nos EUA, num contexto em que para muitos as partes contavam mais que o todo: muitos democratas defendiam que no contexto de imensas extensões territoriais, como era o caso dos EUA, a democracia só seria cabível em poderes mais próximos aos cidadãos. Essa era uma

³⁴³ CONKIN, Paul K. *op. cit.*, p. 77.

³⁴⁴ REINERT, Erik S. **Como os Países Ricos Ficaram Ricos... E Por Que os Países Pobres Continuam Pobres**, p. 69-70, 72.

visão muito defendida da época, sendo a tradição *jeffersoniana* o grande guarda-chuva paradigmático desta ideia, defendida pelos antifederalistas³⁴⁵. A disputa original de qual república seria construída, entre federalistas e antifederalistas, na feitura da constituição é a cicatriz republicana deste cabo de guerra histórico, que se romperá na Guerra Civil. As forças políticas e econômicas que defendiam um forte governo da União são identificados com o federalismo hamiltoniano, enquanto os que defendiam a unidade também, mas com maiores poderes aos estados(em maior ou menor escala) estão na tradição jeffersoniana. A análise aqui feita rastreia um pensamento econômico, elaborado concomitantemente a um avanço tecnológico, que aproximou as partes do mundo e dos países a partir da Revolução Industrial. Não se pode cair no anacronismo de inferir posturas antes delas se estruturarem. Mas no estudo aqui realizado identificamos, nos trabalhos analisados, a construção da argumentação em defesa de um federalismo hamiltoniano feito sobre argumentos jurídicos, tecnológicos e econômicos, que percebiam a diminuição das distâncias com o avanço técnico. Mas também sobre bases conceituais filosóficas, que precedem e independem de análises sobre o avanço técnico. Daniel Raymond tem uma formação puritana com uma cosmovisão na qual o todo é maior do que as partes, com defesa da solidariedade social e do bem-estar geral acima de interesses particulares. Não porque ele desmerecesse os interesses particulares, mas por ter uma visão cosmogônica na qual, mesmo para que esses interesses particulares se realizem, é vital o conjunto e o geral estarem mais fortes que as partes: há primazia do conjunto sobre o individual em sua visão moral, em sua visão política e econômica:

Raymond expressed in an unusually pure and consistent manner the economic imperative one might expect from his New England Puritan heritage [...].

Raymond celebrated social solidarity, or communal unity, and called for a degree of individual commitment to the welfare of the whole that verged on self-sacrifice. [...] he saw government as a disciplinary tool, a restraining check upon individual egoism and selfishness [...].

Raymond was very much a nationalist. His personal history of mobility worked against provincial loyalties. His community was America. He had no interest in, or solicitude for, the individual states. In his early writings Raymond nationalist views remained merely implicitly. But in

³⁴⁵ Cornell, Saul. **The Other Founders: Anti-federalism and Dissenting Tradition in America, 1788-1828**. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1999, p. 58.

the final 1840 abridgment and revision of his text, he added an extended essay on constitutional theory³⁴⁶.

Suas várias mudanças de estados é certamente uma base material para sua visão nacionalista. Mas não apenas isso: pois há em sua obra, desde sempre, uma visão de conjunto acima das partes, e que se intensifica no final de sua vida, como um posicionamento político e intelectual dele contra a polarização geral que culminará na Guerra Civil após sua morte. Mas que para um autor arguto e compromissado, como Raymond sempre foi, mostrava um posicionamento dele que antecipa sua aversão ao separatismo escravista crescente, que finalmente acabou explodindo na cena histórica com a guerra.

A visão de Daniel Raymond se enquadra numa tradição econômica que considera a organicidade geral da economia de forma ampla e articulada. O todo, o nacional, é mais orgânico e integrado, com as somatórias indo além dos indivíduos isolados agrupados, indo o todo além das partes:

It's objectives were not unlike those of Niles's Weekly Register [publicação americana nacionalista/protecionista do século XIX] with its call for tariffs, internal improvement, and the like; but it was on a much higher level. It contained elaborate developments of such significant concepts as productive "capacity". Raymond made much of the arguments that individual wealth is not national wealth and that the state is an organism, not an aggregate³⁴⁷.

Daniel Raymond antecipa o processo intelectual, seguido por outros autores do *American System*, que parte de uma disputa política, para construir um contra discurso frente ao liberalismo econômico oitocentista de matriz britânica: partindo de uma disputa política, histórica, cujo ponto de partida foi o nacionalismo, e no processo desta disputa construíram uma diretriz metodológica alternativa, para concluírem numa obra coletiva de construção institucional para a nova nação. Com análise da organicidade do todo, e destaque para o avanço tecnológico sobre a dinâmica do sistema econômico geral.

³⁴⁶ CONKIN, Paul K. **Prophets of Prosperity. America's First Political Economists**, p. 78.

³⁴⁷ DORFMAN, Joseph. **The Economic Mind in American Civilization. 1606-1865**, p. 567.

Nesta disputa histórica o *American System* partiu de lutas políticas, nelas construiu um caminho metodológico, para concluírem em construções institucionais: o próprio protecionismo crônico dos EUA será por muitos interpretado como uma instituição americana, e os contrários a tais políticas serão vistos como “antiamericanos”. Daniel Raymond é o primeiro destes autores a sedimentar este caminho num nível mais elaborado. Estruturando um contra discurso frente ao legado smithiano, repensando suas categorias para uma realidade de um país jovem, sem a infraestrutura instalada e sem a densidade populacional da Inglaterra, um país novo cujas áreas de fronteira e o crescente mercado interno seriam suas margens, físicas e demográficas, para o crescimento econômico voltado para dentro, naquele período.

The great error of Smith and his followers is the doctrine that nations get rich by accumulating a surplus of produce above consumption. But this is true neither individuals nor nations. The individual gets rich by exchanging his surplus with those who have less than they want for consumption, for property which can be preserved, such as land or moneys. If a nation produces more than it takes off its hands – that is, if the supply of the necessaries and comforts of life exceed the demand – it will have greater distress than when the demand exceed the supply.³⁴⁸ (Grifos nossos).

Percebe-se no trecho supracitado de Joseph Dorfman, sobre a visão econômica de Daniel Raymond, a ênfase sobre um ponto destacado do *American System*: a defesa do mercado interno, com uma visão que antecipa pontos keynesianos do século XX, na defesa que o fortalecimento do poder de compra popular aumenta a demanda interna, e assim fortalece a produção. A defesa dos aumentos salariais, do aumento do mercado interno, contrasta com os paradigmas ricardianos, de defesa de constante achatamento salarial, e de foco na exportação(*trade*). Além de mostrar uma visão de análise econômica, no trecho destacado, que antecipa teóricos do capitalismo monopolista, que defendem que *excedente não absorvido é excedente não produzido*³⁴⁹. Em verdade se percebe no *American System* uma antecipação da ideia de defesa de monopólios nacionais, nos países em desenvolvimento, para quebrar o monopólio do capitalismo central (no século XIX, identificado com a Inglaterra). Usando o nacionalismo econômico como

³⁴⁸ *Idem*, p. 568.

³⁴⁹ BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. **Capitalismo Monopolista. Ensaio Sobre a Ordem Econômica e Social Americana**. Rio de Janeiro, Editores Zahar, 1966, p. 218.

base de relativização para o monopólio: a defesa de um monopólio nacional, para furar e quebrar um monopólio internacional, é um estímulo a liberdade e difusão produtiva, sendo assim esse novo monopólio nacional, paradoxalmente, uma quebra de monopólio mundial. Quebra esta que só se realiza sob o protecionismo nacional, tema icônico do *American System*. “[...] But national prosperity depends on consumption's taking off the product of productive labor , that is labor devoted to goods for consumption in rather broad sense”.³⁵⁰

Há nesta conexão entre direito a produzir, e direito a consumir, uma novidade destoante dos discursos econômicos do século XIX, algo que já defende então que o “bolo” deve ser aumentado juntamente com sua maior divisão: o crescer do bolo deve ser sincrônico com sua melhor repartição, isso é melhor para as partes, e para o todo econômico (visão bem organicista, ou “biológica” da economia). O consumo interno potencializado, seria bom para o capital, pois fortalece o mercado interno (*home market*), e valorizaria o trabalhador, que com maior poder de compra, fortalece o mercado interno. Este último ponto ganha, no contexto político dos EUA oitocentista, a alavancagem da crescente defesa do trabalho livre, contra a vergonhosa permanência da escravidão.

Na tradição política dos EUA, com sua elite dominada por *lawyers*, as questões jurídicas são base das questões políticas e econômicas, estando a disputa entre estados e União, assim como as disputas sobre a constitucionalidade de um banco nacional ou das *internal improvements* do governo federal, todas partindo de leituras políticas divergentes da constituição. Neste ponto é óbvio que os autores do *American System* estão do lado da interpretação constitucional que reconhece primazia ao governo federal em expandir suas ações nas direções do empoderamento das políticas econômicas ativamente positivas nas direções que defendem: melhorias internas, bancos nacionais, protecionismo, intervenção federal contra a expansão da escravidão... Em todas essas contendas, os autores do *American System* defendem mais poder para as ações federais. E Raymond não é exceção:

Particularly in economic áreas, he wanted the fullest possible scope for federal action. [...] Why would they deny government the power to enact needed tariffs or to make internal improvements? [...]” [Neste

³⁵⁰ DORFMAN, Joseph. **The Economic Mind in American Civilization. 1606-1865**, p. 568.

ponto:] “Raymond’s views were in fact very close to those held by John Quincy Adams.”

“Raymond usually assumed that they could accomplish this by a reinterpretation of existing articles. In effect he made the process by which a people interpret the Constitution completely political. The American people, acting at the level but not as states, were the sole parties to the Constitution.”³⁵¹

Foi colocado aqui tais trechos para explicitar um ponto central do combate entre os autores do *American System* com seus opositores: o ponto da constitucionalidade das ações positivas do poder federal, nas direções por eles propostas. Desde o primeiro banco dos EUA, com Hamilton, que o combate passa por este central prólogo jurídico. E desde Hamilton o empoderamento federal é demandando pelo lado hamiltoniano/federalista, sendo este trecho citado, explicando a visão do advogado de formação Daniel Raymond sobre o assunto, lapidar sobre a explicação do posicionamento jurídico dos autores do *American System*: a interpretação da constituição é uma construção viva da sociedade, feita através de seus representantes do Congresso nacional, e a interpretação constitucional decidida ali é a decisão daquele tempo. E não as decisões dos estados individuais, que têm que se submeter ao governo nacional.

Antes de se iniciar a análise direta dos textos alguns últimos pontos serão destacados. O primeiro é metodológico, destacando a consciente busca de Raymond de se distanciar da matriz intelectual do liberalismo britânico:

This emphasis on the community sharply distinguished Raymond’s work not only from that of Taylor, who took individual hedonism for granted, but also from that of Ricardo, who assumed that each actor looks out for his own best interests. Raymond tried, without success, to draw a sharp distinction between his views and all European economic schools. [...] He thought he found in all English economists a major error – a failure to distinguish the very important differences between individual wealth and national wealth.”³⁵²

No trecho supra citado de Paul Conkin há a descrição do posicionamento de Raymond em oposição aos liberais, como o economista liberal sulista Taylor, e contra o próprio David Ricardo, com seu nacionalismo intelectual o guiando na busca de um

³⁵¹ CONKIN, Paul K. **Prophets of Prosperity. America’s First Political Economists**, p. 79-80.

³⁵² *Idem*, p. 83.

pensamento econômico *americano*, o que o opunha aos ditames centrais do liberalismo hegemônico. Buscando criar uma nova escola de pensamento econômico, e encontrando no que via como falha, como confusão, entre a riqueza individual e a nacional no liberalismo econômico uma chave para sua nova visão. Essa distinção entre riqueza individual e a nacional será bastante colocada por ele: a economia política é um estudo das riquezas nacionais, coletivas (as riquezas das nações...), distintas da riqueza individual. Esta percepção dele lhe será muito cara e muito repetida por Raymond. Para ele o trabalho é o que gera riqueza, e um país rico é o que potencializa as áreas de inversão produtiva de seus cidadãos. Ele critica as classes ociosas, que não trabalham de forma produtiva por já serem ricas, e considera um país rico o que gera capacidade e oportunidade de trabalho, e de consumo, aos seus cidadãos, antecipando paradigmas econômicos dos dias de estado de bem-estar social do século XX:

Raymond defined national wealth as a capacity for acquiring the necessities and comforts of life for its citizens. Today we might define it as the potential for assuring a high standard of living for all citizens. [...]

Labor was the best clue to Raymond's distinction. For an individual, wealth removes the need for labor. For a nation, wealth means the widest possible range of opportunities and stimulants for labor, or those conditions that encourage the work. A wealth nation facilitates efficient labor, and with it enjoys an ever increasing amount of production and ever higher levels of consumption.³⁵³

Raymond's practical prescriptions for a fair division of property were tame compared to his basic presuppositions. He felt that a wide distribution of property was morally obligatory and also conducive to the maximum economic effort by individuals³⁵⁴

Essa distinção entre riqueza nacional e individual será muito repetida pelo autor, e marca a visão produtivista dos autores do *American System*, que valorizam o trabalho, o industrialismo, uma visão produtivista, o acesso aos meios de produção e antecipam a visão de que a ampliação do consumo gera áreas de investimentos para o capital, e não desperdício de poupança. Antecipando visões do estado de bem estar social. E em sua distinção entre riqueza individual e nacional está uma crítica

³⁵³ *Idem*, p. 84.

³⁵⁴ *Idem*, p. 87.

reincidente ao enriquecimento individual a qualquer custo, pois o coletivo tem primazia para ele, desdizendo o princípio individualista do liberalismo. Sendo que a riqueza individual pode ser uma miséria pública, como é para Raymond no caso dos senhores de escravos.

[...] the sum of the private accumulations of individuals is not the same of thing as national wealth (he accused Adam Smith of confusion on this score). A nation may contain many rich individuals and yet be very poor because of the ways that wealth is handled, just as a nation may have a vast hoard of uncirculated gold and still be desperately poor.

The wealth of individuals may, indeed, flow into the stream of national wealth, **just as it may impede it (as Raymond believed the slave trade did)**³⁵⁵ (Grifos nossos).

Daniel Raymond:

6.2-2 - *The Elements of Political Economy*. Baltimore: Published by F. Lucas, Jun. and E. J. Coale. Jonh D. Toy Printer. 1823. Reprint of Economic Classics, New York, 1964.

Esta obra foi escolhida para análise, por ser sua principal obra, estando nela, de forma mais elaborada e articulada, ideias centrais, que se repetem ao longo de sua produção teórica. Tal obra, com este nome, foi publicada em 1823, sendo uma republicação revisada, mais elaborada e trabalhada, de seu primeiro livro, publicado com o nome de *Thoughts on Political Economy*, de 1820. Este livro de 1823, aqui escolhido, é considerado por muitos como o primeiro tratado sistemático de economia política produzido nos EUA³⁵⁶.

Da presente obra focou-se nas partes que foram consideradas relevantes para o desenvolvimento do estudo aqui empreendido. Desconsiderando outros pontos, que por mais interessantes que fossem, não seriam essenciais. Como partes sobre consumo de luxo e ocupações improdutivas³⁵⁷, que até antecipam alguns pontos do

³⁵⁵ *Idem*, p. 84.

³⁵⁶ DORFMAN, Joseph. **The Economic Mind in American Civilization. 1606-1865**, p. 566.

³⁵⁷ RAYMOND, Daniel. **The Elements of Political Economy**. Published by F. Lucas, Jun. and E. J. Coale. Baltimore, Jonh D. Toy Printer, 1823. Reprint of Economic Classics, New York, 1964, p. 400, 406.

debate sobre classes ociosas do Institucionalismo, mas não foram incluídas por primar por questões um tanto datadas.

O trabalho começa com uma descrição histórica sumária, para defender ideias e soluções nacionalistas na seara econômica, mas sobretudo, articulando sua explicação histórica de como nasce a ciência da economia política: para ele nasce de uma condicionalidade histórica, do equilíbrio de potências entres as nações europeias na modernidade. Tendo sempre a Inglaterra como um exemplo histórico positivo e, ao mesmo tempo, um exemplo teórico negativo, Daniel Raymond, como todos os teóricos do *American System*, segue a máxima sobre a Inglaterra: façamos o que eles fazem, jamais o que dizem para fazer. Como já na primeira página do prefácio, no qual ironiza e critica o desprezo dado a qualquer pensamento econômico, e não só econômico, produzido “do lado errado do Atlântico”: estamos diante de um momento em que os EUA eram tratados, e se viam, como subdesenvolvidos materialmente e intelectualmente. Como demonstra Raymond:

“It was not to be expected, that a work, whatever might be its merits, upon so abstruse and forbidding a subject as Political Economy, would command the attention of generality of readers in any country; and it would indeed be a wonder, if a book on any subject, **written on the wrong side of the Atlantic**, with the author’s name to it, should be favourably received by the public generally – **Our independence is not yet sufficiently established for that.**”³⁵⁸ (Grifos nossos).

Por todo livro, desde o princípio, propõe explicar o que é a economia política, defendendo ser esta a mais importante ciência humana, no que já se percebesse que ele inferia ser a mais importante ciência social aplicada: “[...] political economy must be allowed to be the most important science that can engage the attention of the philosopher. It is not only the most important, but the most comprehensive science.”³⁵⁹

No primeiro capítulo faz um resumo histórico, bem geral e um tanto enciclopédico. Neste capítulo reconstrói sumariamente uma história econômica mundial, citando: persas, gregos, romanos, fenícios... Para defender sua explicação para o surgimento da moderna economia política: Raymond se baseia na história para

³⁵⁸ RAYMOND, Daniel. **The Elements of Political Economy**. Preface, p. III.

³⁵⁹ *Idem*, p. 9-10.

construir sua explicação, adepto de um método histórico explicativo que é. Defende que a guerra é ao longo da história o grande motor de uma lógica econômica exploratória ancestral. E o principal movimento para alcançar recompensas da organização das guerras: as pilhagens, saques e escravização são os principais eixos desse abastecimento econômico bárbaro exploratório, sendo a expansão territorial central nessa lógica. Cita gregos, persas e romanos, como exemplares de tais civilizações economicamente militarizadas. Mas vai indicando, ao longo do capítulo, que povos comerciantes surgem em certas esquinas históricas, despontando com uma outra lógica econômica, que comporta aumento da proporção populacional, e que não busca expansões territoriais diretas.

The Science of political economy, according to its present acceptation, was altogether unknown to ancient nations. They thought of no other mode of promoting a nation's prosperity and wealth, but conquest and plunder. This is true of all ancient nations, if we except the Phoenicians and Tyrians, and some minor cities, whose advantageous situation for commerce, led them to seek wealth by industry.³⁶⁰

6.2.2 O Equilíbrio Militar Entre as Nações Como Base da Moderna Economia Produtivista

Eis aí, para Raymond, o surgimento de uma lógica econômica nova, que ele indica como a base da moderna economia política, buscando descrever os elementos constitutivos dela indicado no título da obra. Ao longo de seu trabalho, é evidente que ele está tratando de uma lógica econômica que foca no aumento da produtividade, e que ele historiciza tal nascimento intelectual em oposição ao uso econômico do expansionismo militar. Assim busca rastrear onde encontra a solidificação de uma lógica econômica centrada no aumento da produtividade, e não no expansionismo territorial e na exploração militar. Os exemplos de povos comerciais da Antiguidade mostram um primeiro laboratório, de como ele percebe o nascimento de uma lógica econômica que só se expandirá na Modernidade. Em sua revisão histórica, apesar de uma lógica econômica produtivista existir como ensaio em alguns lugares, é apenas depois do colapso, após o ápice da lógica econômica da pilhagem com os romanos, que tal visão econômica produtivista se consolida historicamente, com o equilíbrio de forças: para ele o equilíbrio da força militar entre as nações é o que garante e exige o

³⁶⁰ *Idem*, p. 10.

desenvolvimento de uma visão econômica produtivista. O que para ele só ocorre na Europa da Modernidade.

The history of the middle or dark age, is a history of plunder, earnage, and desolation; of public and individual robberies; of violence and rapine. This continued to be the prevailing policy of the age, and indeed of all ages, until Europe became parcelled out and divided among distinct and independent nations, nearly equal in power and improvement; which served as security and protection to each other, and rendered it impossible for any one nation to subsist by plunder; and compelled all to have recourse to agriculture, commerce, and manufactures for subsistence.”³⁶¹

Neste trecho vê-se um certo determinismo histórico/militar para o desenvolvimento de uma lógica econômica voltada para a produtividade: a história humana seria marcada pela pilhagem econômica, até que ocorra um equilíbrio militar, eis aí o contexto para que surja uma visão econômica industrial e produtivista.

Nos EUA do século XIX, uma elite intelectual interna, construiu uma visão, intelectual e moral, defendendo que para a melhoria geral do desenvolvimento econômico seria vital a existência de um equilíbrio militar entre as potências. Percebe-se que não era um anti militarismo pacifista, mas defensor de uma difusão militar equilibradora do sistema: forças militares equivalentes é o que exige a paz de todos os lados, e daí o foco no produtivismo como necessidade. Defende que só quando tal equilíbrio geral ocorreu (sic), mesmo que parcialmente, é que uma nova lógica econômica moderna surgiu. E que esta seria a Economia Política moderna.

Quando Raymond rastreia na história a emergência desta nova lógica econômica, tal e qual na Antiguidade ela foi ensaiada em certas cidades comerciais da Antiguidade, como na espiral de Vico³⁶², e na Modernidade ela também surge em cidades de vanguarda do processo econômico moderno. Não por acaso coincidindo, histórica e geograficamente, com as primeiras cidades indicadas de serem os centros de “ciclos sistêmicos” de Giovanni Arrighi³⁶³.

³⁶¹ *Idem*, p. 13.

³⁶² VICO, Giambattista. **Ciência Nova**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 2005.

³⁶³ ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX. Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo**. Contraponto/Unesp, 1994, p. 111.

Ainda sob a lógica militarista dominante na Idade Média, Raymond destaca onde uma nova lógica surgia:

There were, it is true, during this period also, some exceptions to this generally prevailing policy, but these exceptions were the result of necessity, not of choice. Venice, Genoa, Florence, and some other small and weak cities and states, being favourably situated for commerce, and not having the power to engage in the ordinary system of plunder, direct their attention to various branches of industry, and particularly to commerce, by which they carried private and public wealth to a much greater pitch, than any other people of those times.³⁶⁴

Com a possível exceção de Veneza, que não era tão fraca militarmente quanto parece acreditar Raymond, o quadro desenhado é muito coerente com sua teoria, cujo mapa que desenha, para indicar onde surge a “nova forma de pensar economicamente”, coincide geograficamente com o próprio mapa do nascimento do capitalismo.

Mas ainda se reitera que Raymond defende que a humanidade, ou ao menos suas lideranças, caso lhes seja possível, prefeririam manter-se roubando e explorando os povos vizinhos o quanto for possível. É apenas quando há uma impossibilidade militar de seguir nessa lógica exploratória, que se busca uma lógica econômica produtivista.

[...] for the history of mankind in all ages of the world, shows that they will never labour for subsistence, so long as they can obtain it by plunder— that they will never labour themselves, so long as they can compel others to labour for them.³⁶⁵

Pode-se já ver neste trecho uma crítica sobre o candente tema, do século XIX, da escravidão. Realmente Raymond chega a usar a bíblia para a defesa do trabalho como missão humana legada por deus, desde a expulsão de Adão do paraíso³⁶⁶. Pondo em destaque como a humanidade insiste em fugir desta sua missão o quanto pode. Enfatizando ele o quanto a escravização de africanos, com o absurdo tráfico humano no Atlântico, é um ponto vergonhoso para a humanidade em geral, e de seu

³⁶⁴ RAYMOND, Daniel. **The Elements of Political Economy**, p. 13.

³⁶⁵ *Idem*, p. 13.

³⁶⁶ *Idem*, p. 18-19.

país em particular, dessa lógica econômica de exploração. E que seguia marcando vergonhosamente seu país.

This detestable traffic in the African race, commenced early in the sixteenth century [...] During a period of nearly three hundred years, that abominable trade continued to increase in magnitude and enormity; and has been carried on under more circumstances of shocking barbarity, than can any where else be found in the annals of human misery. Unfortunately for our country, and long and deeply shall we deplore it, we are not free from the deadly sin of having participated in the violence and outrage committed upon the African race. Our fathers and ourselves have tasted the forbidden fruit, and the curse resteth upon us.³⁶⁷

Descreve como a antiga lógica econômica “do saque e da rapina”, volta a crescer assustadoramente para fora da Europa, com a descoberta da América e a escravização de africanos. Defendendo por todo livro ser tal lógica um erro, que infelizmente segue firme por muitos territórios. Tal refortalecimento da antiga lógica, nestas novas áreas coloniais, coincide com o momento em que a Europa estaria, pelo equilíbrio interno entre as potências, segundo Raymond, se desenvolvendo internamente com uma nova lógica econômica.

But When the continent of Europe became parcelled out among distinct nations, of nearly equal power; when the art of war, especially the means of defence, had been brought to such a degree of perfection, as to render the system of plunder, not only very precarious, but very expensive; not only governments, but the people, found it necessary to direct their attention to industry, and to other objects of enterprise.³⁶⁸

6.2.3 O Protecionismo Econômico do *American System* e o Protecionismo Militar Preventivo da Doutrina Monroe

Destaca-se, novamente, neste ponto, o quanto é vital para Raymond nesta construção lógica de uma nova dinâmica econômica produtivista, que ele retira da história, a existência do equilíbrio de forças nacionais, para forçar a um caminho em direção ao aumento de produtividade. Este livro é de 1823, mesmo ano em que a declaração anual do presidente ao Congresso acabaria mundialmente conhecida

³⁶⁷ *Idem*, p. 17.

³⁶⁸ *Idem*, p. 14.

como doutrina Monroe³⁶⁹(2 de dezembro 1823). Nesta data a população dos EUA não chegava a 10 milhões de habitantes³⁷⁰, e o presidente James Monroe declara neste documento, que a jovem nação, que ainda não havia chegado aos 50 anos de sua independência, considerava uma ameaça a sua segurança qualquer expansão militar europeia no hemisfério americano. Declarando-se assim contra possíveis projetos de expansionismos britânicos, espanhóis, e sobretudo da católica Santa Aliança: uma conservadora aliança militar, do velho continente, cujas expansões em direção ao hemisfério americano, com possíveis reanexações territoriais nas Américas para os espanhóis, seriam então consideradas contrárias aos interesses dos EUA³⁷¹. Pois contrária a segurança nacional dos EUA.

Naquele momento, um EUA sem grande relevância ainda, defendia de forma peremptória o seu direito de negar a legitimidade, e combater qualquer avanço, de alianças militares europeias em sua direção territorial. Mesmo estando este território ainda em franca demarcação.

Percebe-se essa visão de equilíbrio e independência entre as forças nacionais, como um tema da época nos EUA. Quando este jovem país, com uma população ainda menor que os maiores países europeus de então, defendia diplomaticamente que seria inaceitável qualquer expansão de grupos aliados europeus colonizadores no hemisfério americano. O texto de Daniel Raymond exala este contexto mental americano, quando ele faz uma construção lógica amarrando uma progressista economia industrialista e produtivista de um lado, contra uma lógica militarista e colonialista (e escravocrata) de outro. E assim defendendo que o equilíbrio militar entre as forças nacionais seria uma premissa vital para esta nova lógica econômica industrialista e produtivista se desenvolver, e se consolidar. Essa sua construção lógica é extraída da história, e expressa este momento de afirmação nacional dos EUA no concerto das nações, mostrando um momento histórico em que os EUA defendia um mundo multipolar. Daniel Raymond seguramente defendeu em sua obra que um mundo multipolar seria fundamental para o desenvolvimento econômico.

³⁶⁹ Disponível em <https://www.archives.gov/milestone-documents/monroe-doctrine#:~:text=The%20Monroe%20Doctrine%20is%20the,further%20colonization%20or%20puppet%20monarchs.>

³⁷⁰ <https://www.u-s-history.com/pages/h980.html> Acesso: 11/01/ 2023

³⁷¹ SEXTON, Jay. **The Monroe Doctrine. Empire and Nation in XIX Century in America.** New York, Hill and Wang, p. 40.

Assim Daniel Raymond segue numa construção, um tanto binária, opondo uma lógica econômica militar frente uma lógica econômica industriosa.

Public as well as individual enterprise was directed to the cultivation of the earth, to manufactures, and especially to commerce, as the surest and most effectual means of acquiring wealth. Government, compelled by necessity to abandon their system of war and conquest, found it for their interest, to direct their attention to the protection, of individuals rights, and to encouragement of individual enterprise. Men of science and learning began to turn their attention to *improvement in arts*. [...] The learned began to search into the causes of national wealth, and frame systems of political economy. These were *the natural consequences of the political situation of Europe*³⁷² (Destques nossos).

Destaque dado ao termo *improvement*, esta palavra icônica e tão recorrente deste processo intelectual em construção, em que tal palavra parece fazer uma ponte entre um pensamento religioso e um pensamento científico, antecipando a palavra desenvolvimento com várias roupagens: morais, filosóficas, e finalmente científicas. E o trecho final destacado explicita o já afirmado: a necessidade de equilíbrio militar, para surgir o que Raymond chama de a moderna economia política: uma economia produtivista, voltada ao aumento de produtividade e ao desenvolvimento técnico, foi para ele a consequência da situação política de equilíbrio militar europeu.

Eis aqui um exemplo de sua construção linear, de uma lógica econômica que podemos chamar de militarista, em oposição a uma lógica econômica industrialista. Ela se constrói pela via de equilíbrio militar entre os povos europeus, apenas. Pois obviamente a expansão militar americana sobre populações indígenas no oeste, sobretudo após a compra da Louisiana, não é considerada neste processo. O autor desenrola o desenvolvimento da moderna ciência econômica em oposição ao “sistema de saqueio”, que ele vê nos romanos, persa, espanhóis, ingleses... Mas nunca nos norte-americanos. Pelo menos, não nos americanos de estados sem escravidão. E considera que uma nação que alcance uma força militar hegemônica total, como uma “nova Roma”, seria um perigo para os outros, e para si mesma, replicando a lógica econômica da pilhagem.

³⁷² RAYMOND, Daniel. **The Elements of Political Economy**. Vol. 1. F. Lucas jun. and E. J. Coale, 1823, p. 15.

Had any one nation acquired such an ascendancy in power, as to have been able to pursue the system and the policy that Rome pursued, there can be little doubt, but that the plundering system would have prevailed, **and the science of political economy, as it is now understood, would never have been thought worthy of consideration by the rulers of mankind.**³⁷³ (Grifos nossos).

Foi destacado no texto mais este claro exemplo da necessidade de equilíbrio militar para o nascimento da moderna economia política: Daniel Raymond é muito enfático ao repetir diversas vezes este ponto explicativo. Neste ponto vai se desenrolando sua crítica ao sistema econômico de forças econômicas imperiais, identificada finalmente em sua obra, e em todos os autores do *American System*, com o império britânico. Sua visão da *political economy* é a de uma ciência voltada para o aumento da produção. E a ciência econômica é nacional, ou pública, para Raymond: “Political economy is a science which teaches the nature of public or national wealth, the sources from which it is derived, and the causes by which it is produced.”³⁷⁴

Enquanto a Europa construía seu equilíbrio militar entre potências na idade moderna, o que segundo sua tese empurra a lógica econômica para uma lógica produtivista. Ele não deixa de arrolar os fatos fora da Europa, como a escravização de africanos, na colonização e massacres nas Américas. Mas tudo isso seria a manutenção da velha lógica econômica de rapina, que sobrevive ampliada nas áreas coloniais pelo desnível militar:

“[...] unfortunately for humanity, the system of violence and rapine, which had always been the distinguishing characteristic of man whenever he possessed adequate power, was revived and transferred to the New World with tenfold horror.”³⁷⁵

É muito recorrente na obra esta afirmação: de que sem equilíbrio militar entre os entes políticos, haverá subjugação de grupos, e continuidade da lógica econômica do saqueio. Para ele o que ele chama de economia política, uma economia de busca racional pelo aumento da produtividade, e assim da riqueza, só existe numa realidade

³⁷³ *Idem*, p. 26.

³⁷⁴ *Idem*, p. 9.

³⁷⁵ *Idem*, p. 16.

de equilíbrio militar: sem tal equilíbrio é o retorno do saqueio estrutural dos impérios. Assim opõe essa sua visão nacional da economia, da economia de rapina imperial

Afirma que o sistema econômico de violência e saqueio é uma violência contra todos, pois contra quem o pratica também, numa argumentação moral bem amarrada, citando longamente a *Bíblia* (p. 18, 21). Mas sempre deixa claro que por mais que o melhor caminho para o homem é a perseverança no trabalho paciente, cumprindo a punição dada a Adão, sempre que ele pode roubar o trabalho de outros ele assim o fará:

All admit the existence of the law and the necessity for labour, but all endeavour to cast the burden from their own shoulders, upon those of their neighbour or their fellows. This they do sometimes by force and violence, sometimes by fraud and cunning. Nothing but necessity compels them to carry it themselves.³⁷⁶

Assim reconhece que historicamente o sistema de saqueio se estrutura desde tempos imemoriais, através de organizações tribais, depois nacionais, se organizando para roubar seus vizinhos: eis para Raymond a origem do primeiro *social compact* da humanidade: “This then was the amount of the social compact in its inception. We will plunder our neighbours – we will evade or extricate ourselves from the sentence of the law promulgated by God himself.”³⁷⁷

Assim explica a origem dos *contratos sociais*, e defende que para haver um contrato social defensivo, é porque houve antes um contrato ofensivo. E assim defende, com uma visão político econômica como uma nova lógica econômica, voltada para a produtividade, é necessariamente fruto de uma situação histórica em que as pessoas se organizam para não serem exploradas:

“Had there been no such attack, men would never have thought of defence. The primary object therefore in forming the social compact, must have been plunder; and the first article of that compact, no doubt was, *we will plunder our neighbours*. The second article probably was, *we will not plunder each other*.”³⁷⁸

³⁷⁶ *Idem*, p. 22.

³⁷⁷ *Idem*, p. 23.

³⁷⁸ *Idem*, p. 23.

Daniel Raymond não cita a Inglaterra, mas reitera constantemente a ideia de que impérios, dominações coloniais, e escravidão, estão interligados, sob o que ele definiu na ideia ampla de sistema de pilhagem ou de saqueio. E o pensamento na construção de um sistema econômico colaborativo estaria sob a égide de um projeto nacional: o próprio destaque dado a questão da segurança militar, para a construção de uma lógica econômica produtivista é uma base para sua leitura de que a economia política, nova e produtivista, é nacional por definição: é um sistema nacional. Enquanto a outra lógica econômica, a militarizada, é imperial. Concluindo seu texto dizendo o quanto os dois sistemas são incompatíveis e antagônicos, não podendo conviverem em paz:

As the science of political economy points out a road to national wealth, in direct opposition to that plunder and conquest, the one system is destructive of the other. One is in conformity with the laws of nature – the other in violation of them. One teaches nations in what way they can supply themselves most abundantly with the necessaries and comforts of life, by their own labour. The other, in what way they can most effectually supply themselves by the labour of others.”³⁷⁹

Raymond segue enfatizando que a economia moderna é uma ciência, que exige método, inferências e conclusões, cita Hume, e direciona sua argumentação para explicar a ciência econômica afirmando que ela trata do que é público e da riqueza nacional³⁸⁰. Neste ponto seu trabalho vai diferenciando riqueza individual de riqueza pública e nacional, e assim desenvolve seu trabalho definindo e defendendo que a economia política é uma ciência que cuida, trata, estuda, a construção da riqueza pública nacional.

Moeda

Um ponto a destacar é que Raymond, diferentemente de Hamilton antes dele, e mais ainda de Henry Carey depois, defende a necessidade de valor intrínseco da moeda³⁸¹, sendo assim um metalista. Nessa mesma década de 1820, o político identificado com o AS, Henry Clay também o era, sendo uma postura intelectual

³⁷⁹ *Idem*, p. 28.

³⁸⁰ *Idem*, p. 30.

³⁸¹ *Idem*, p. 230.

dominante no período. Destaque para que tal metalismo era bimetalico: o padrão-ouro era uma criação institucional britânica, não seguida nem na Europa continental. Apenas a partir de 1870 tal padrão passará a se mundializar de fato. Sendo os EUA neste período *Antebellum* um país sob um regime monetário bimetalico, e assim também será o metalismo de Daniel Raymond: bimetalico.³⁸²

O fato de um pensador econômico posterior, como Carey, ser papelista, é cronologicamente compreensível. Mas cabe neste ponto destacar, na tríade de autores aqui sob estudo, o vanguardismo de Hamilton, que se não se dizer que era totalmente papelista, por defender também a existências das moedas metálicas, foi um autor que defendeu sem muitos problemas a convivências notas bancárias, títulos e outros papeis, com as moedas metálicas, demonstrando tranquilidade em reconhecer a tendência de expansão das notas. Mostrando-se assim, dentre os autores recortados, uma postura de vanguarda então. Com Daniel Raymond, mais teórico, sendo metalista, e Henry Carey, a partir da Guerra Civil, sendo um decidido papelista.

The Mercantile System

Neste tópico Raymond apresenta a visão econômica de seu tempo, dividida entre dois grupos: os que defendem que a prioridade econômica deve ser a agricultura, e os que defendem que deve ser o sistema mercantil³⁸³. Apresentando os que defendem que a agricultura deve ser prioridade na condução econômica nacional, e os que as atividades comerciais seriam mais produtivas e úteis. Raymond propõe que a saída é a construção de um equilíbrio entre as duas saídas, construindo um capítulo em que parece buscar entre ambas o que na cultura política dos EUA se chamaria *compromise*, com as janelas de oportunidades comerciais sendo melhor explorada por uma agricultura mais articulada. Neste capítulo sua análise sobre o melhor caminho faz um retrato da violência da revolução industrial inglesa, e problematiza a situação: é melhor para a economia nacional poder empregar pessoas depauperadas para trabalhar nas fábricas, mas é pior para a nação ter pessoas

³⁸² *Idem*, p. 235.

³⁸³ *Idem*, p. 261.

depauperadas³⁸⁴. Raymond realmente não concorda com a possibilidade da economia ir bem, mas o povo ir mal. Contudo, percebe o avanço industrial como incontornável no longo termo³⁸⁵. Defendendo assim um equilíbrio nesse caminho industrial, que acabará sendo a força reguladora do sistema.

Não deixa de ser revelador que o nome do capítulo que começa descrevendo dois grupos nos economistas tenha o nome defendido por desses grupos: *The Mercantile System*.

Já no capítulo **VI**, do segundo volume, trata das corporações, e começa com uma apresentação interessante, em que defende que há três tipos de corporações: a primeira é a estatal/política (*political corporations*), que seria os Estados e suas divisões administrativas (*states, counties, cities, towns*), a segunda são as corporações empresariais como as entendemos hoje (que ele nomeou: *money corporations*), e finalmente o terceiro tipo de corporações que seria o que pode-se chamar de organizações beneficentes ou sem fins lucrativos (...is the promotion of learning, charity, religion, or other object which may be thought useful to Society)³⁸⁶.

Cabe destaque a equivalência no uso do termo corporação para as entidades formadoras do Estado, e as do mundo empresarial. Raymond destaca que os interesses públicos e privados não são sincrônicos e entram em conflitos, dizendo discordar de Adam Smith, que afirmava que os interesses dos acionistas das *money corporations* seria condizente com o do interesse público³⁸⁷.

E cabe destaque neste ponto que Raymond não discorda apenas de Smith, mas também do próprio Alexander Hamilton: como já foi aqui apontado, Raymond era metalista, e neste capítulo cita Hamilton, em seu *Report on a national bank*, para discordar da defesa que Hamilton faz do incremento de um sistema bancário para alavancar a produção, com notas bancárias e moedas fiduciárias, emitidas além do lastro metálico, para animar a produção³⁸⁸. Raymond neste ponto antagoniza com Hamilton, demonstrando uma visão mais conservadora, mais identificada com grupos rurais mais retrógrados, mas também não incomum na sua região da Nova Inglaterra.

³⁸⁴ *Idem*, p. 284.

³⁸⁵ *Idem*, p. 285.

³⁸⁶ RAYMOND, Daniel. **The Elements of Political Economy**. Vol. 2. F. Lucas jun. and E. J. Coale, 1823, p. 117-119.

³⁸⁷ *Idem*, p. 130.

³⁸⁸ *Idem*, p. 136, 137.

Este ponto monetário marca uma diferença de Raymond com todos os outros autores estudados neste trabalho. Mas quanto ao protecionismo tarifário ele se alinha firmemente com o AS.

Capítulo VIII Of Monopolies and Colonial Systems

Este capítulo é especialmente interessante, no qual este autor do século XIX segue discordando de Adam Smith (a quem acusa de ter levantado muitos preconceitos contra os monopólios³⁸⁹), escrevendo um capítulo simpático aos regimes monopolistas, a assim, no caso, se aproxima da sistêmica visão hamiltoniana. Hamilton foi mais sutil em sua defesa de uma organicidade econômica, pela construção e controle de um sistema comercial... Raymond neste ponto fala abertamente dos monopólios, relativizando os lados positivos e negativos, mas com maior destaque e apoio ao que defendia como positivo neste sistema. E usa exemplos históricos para mostrar como os países, sempre que podem buscam fortalecer em benefícios deles próprios tal sistema, destacando a Inglaterra.

[...] yet England more especially, and all other nations to a greater or less degree, have continued to pursue the monopolizing system, and no doubt will continue to pursue it, so long as the world shall continue divided into separate independent nations.³⁹⁰

E equivale e reconhece o regime de monopólio ao seu palco histórico principal: o do exclusivo do sistema colonial: “A colonial system, is a species of monopoly, and is governed by the same principles. It may, therefore, be treated of, under the head of monopolies.”³⁹¹

“The object of all colonial system, is to give the parent country the exclusive benefit of the colonial trade [...]”. E segue numa descrição um tanto nebulosa, e curiosamente sem exemplos históricos, sobre benefícios e prejuízos compartilhados, que indica a defesa de uma regulação dos monopólios, para os melhorar, e dirimir os prejuízos para as partes prejudicadas. Algo que indica antecipar a ideia que formatará as agências reguladoras nos EUA ao final do século, sob pressão dos movimentos

³⁸⁹ *Idem*, p. 163.

³⁹⁰ *Idem*, p. 164.

³⁹¹ *Idem*, p. 164.

populistas e antimonopolistas, que se organizaram contra os monopólios das ferrovias e outras grandes corporações³⁹² a defesa da quebra de tais monopólios, mas que conseguiram como resultado a regulação deles: Raymond neste capítulo antecipa a defesa de regulação dos monopólios, os defendendo³⁹³.

Ironiza o *free trade*, como pretensamente filantrópico nos seus interesses, mas marca posição defendendo que a função primordial dos países é defender seus próprios interesses, e de seus cidadãos. E faz um debate relativizando os ganhos e benefícios do monopólio, mas mais ainda da liberdade comercial:

[...] the freedom of trade, which ultimately is alike prejudicial to the best interest of the nation that enjoys the monopoly

Every nation is to consult its own interests exclusively, without any regard to the interest of others nations. [...] and the old adage “charity begins at home”

At one period, a colonial or other monopoly may be beneficial to a nation, at another time it may not; and the benefit will, at all times, depend on the judicious regulation of the monopoly.³⁹⁴

Eis explicitada a proposição de Daniel Raymond sobre o tema: defender a manutenção de tais monopólios, sob judiciousa regulamentação, para reverter problemas. Ele positiviza o monopólio o que se coaduna com sua defesa das tarifas protetivas no capítulo seguinte

E cita o proverbial monopólio como abastecedor de alimentos que os EUA exercem no Caribe, tão central ao esquema hamiltoniano. Questionando se é possível questionar que isso é positivo pra os EUA, estimulando sua produção. “If United States had a monopoly of the trade of the West Indias island, can it be doubted, that such a monopoly would stimulate our national industry?”³⁹⁵

Capítulo IX *Of Protecting Duties*

³⁹² RITTER, Gretchen. **Goldbugs and Greenbacks: the Antimonopoly Tradition and the Politics of Finance in American 1865-1896**. Cambridge, Cambridge University Press, 1999, p. 51.

³⁹³ RAYMOND, Daniel. **The Elements of Political Economy**. vol. 2. F. Lucas jun. and E. J. Coale, 1823, p. 164-165, 198.

³⁹⁴ *Idem*, p. 166-167.

³⁹⁵ *Idem*, p. 177.

Neste capítulo Raymond trata de um tema central do *American System*: o protecionismo tarifário. E apresenta os dois motivos para tal medida: o levantamento de receita para o estado, e o outro é o de garantir aos cidadãos do país privilégios para suas produções e comércio³⁹⁶. Raymond apresenta um EUA dividido sobre tal tema, e faz um capítulo entre exemplos históricos e o debate teórico, criticando a postura de Adam Smith³⁹⁷. Raymond critica a compressão salarial dos trabalhadores ingleses, sob um regime salarial que os condenavam a trabalhar pelo mínimo para sobreviver, num país plenamente povoado, situação que torna o livre-comércio com a Inglaterra estruturalmente desigual³⁹⁸. Numa construção argumentativa para mostrar que o liberalismo do livre-comércio entre situações desiguais não é tão livre assim. E que assim os EUA precisam de tarifas protecionistas³⁹⁹. E Raymond, decididamente defende as tarifas como base para a ajuda para a industrialização de forma mais permanente.

A tariff should be laid with reference to the future beneficial effects it is to produce, rather than to its immediate effects.⁴⁰⁰

6.3 Henry Charles Carey (1793-1879): Limite do *American System*, Liberal-nacionalismo e Otimismo Estrutural

Henry Charles Carey (Philadelphia, 1793- Philadelphia, 1879). Filho do imigrante irlandês, o também defensor e publicista do *American System* Mathew Carey, vinha de uma família com uma tradição anglófoba, e desenvolveu uma contribuição ao pensamento nacionalista estadunidense⁴⁰¹, contrário ao liberalismo britânico, tendo na experiência familiar diante da economia irlandesa uma base referencial da violência da padronização da pobreza em sociedades que se permitem regredir em sua base produtiva. O ponto de vista imigrante colabora, novamente, na visualização do posicionamento relativo dos EUA, e no posicionamento intelectual do autor que se projeta: se o fato de Hamilton ser originário das *West Indias* lhe deu um campo de visão ímpar para destacar as possibilidades estratégicas da posição que

³⁹⁶ *Idem*, p. 198.

³⁹⁷ *Idem*, p. 233.

³⁹⁸ *Idem*, p. 247.

³⁹⁹ *Idem*, p. 248.

⁴⁰⁰ *Idem*, p. 249.

⁴⁰¹ CONKIN, P. *Prophets of Prosperity: America's First Political Economists*, p. 280.

tinham as treze colônias, como abastecedora monopólica de alimentos ao Caribe, a família Carey tinha o impacto familiar na história econômica da Irlanda como um exemplo negativo para os EUA: não se submeter ao desigual *free trade* britânico, ao qual a Irlanda foi submetida.

Outro ponto biográfico a ser destacado é sua relação com sua cidade, Philadelphia, e seu estado, Pennsylvania, de nascimento: ele nasceu e morreu nesta cidade, icônica na estruturação da Constituição, e neste estado que foi o segundo a mais mandar homens para a Guerra Civil pela União, atrás apenas de NY, e que foi um estado defensor das tarifas as mais altas possíveis para a defesa industrial. Demonstrando em sua trajetória, além de uma história familiar na construção de seu pensamento, um impacto de sua história pessoal/geográfica em sua estruturação intelectual nacionalista/protecionista.

Em 1817 entra como sócio minoritário na tipografia do pai, chamada Lea & Carey, que era então uma das mais importantes do país⁴⁰², da qual ele se retira em 1835 para se dedicar à sua produção intelectual de economia política⁴⁰³.

Listagem das obras de Henry Charles Carey:

1835- *Essay on the Rate of Wages*

1837-40- *Principles of Political Economy*

1843- *The Past, the Present and the Future*

1852- *The Harmony of Interests, Agricultural, Manufacturing and Commercial*

1853- *The Slave Trade: Domestic and Foreign*

1858-59- *The Principles of Social Science*

1864- *Financial Crises: Their Causes and Effects*

1865- *The way to Outdo England Without Fighting Her*

⁴⁰² HAMILTON, Alexander; LIST, Friedrich & CAREY, Henry. **Cartas da Economia Nacional contra o Livre Comércio**. Rio de Janeiro, Capax Dei Editora, 2009, p. 239-240.

⁴⁰³ MEARDON, Stephen. Reciprocity and Henry C. Carey's Traverses On the Road to Perfect Freedom of Trade. **Journal of the History of Economic Thought**. vol. 33, n. 3. 2011, p 311.

1865- *The Currency Question: Letters to the Hon. Schuyler Colfax*⁴⁰⁴. Chicago, Ill.: Norton.

1867- *Reconstruction: industrial, Financial and Political*

1872- *The Unity of Law, as Exhibited in the Relations of Physical, Social, Mental and Moral Science*

1873- *Of The Rate of Interest; and of Its Influence on the Relations of Capital and Labor*. Speech of H. C. Carey, in the Constitutional Convention of Pennsylvania, May 16, 1873. COLLINS Printer, Philadelphia, 1873.

1876- *Letters in Reply to the London Times: Commerce, Christianity, and Civilization, Versus British Free Trade*.

Entre 1861 e 1865 torna-se assessor para assuntos econômicos do presidente Abraham Lincoln e de seu secretário do Tesouro, Salmon P. Chase⁴⁰⁵.

Henry Charles Carey foi um autor icônico do processo intelectual identificado com o AS, mesmo sendo um intelectual marcado pela independência e singularidade, começando sua obra num ponto dispare com relação ao protecionismo, tendo uma personalidade um tanto ímpar pela sua audácia contestatória contra os cânones econômicos ricardianos, o que reforça sua centralidade num estágio posterior do AS: Carey intensifica os limites de se pensar uma economia nacional, radicalizando tendências gerais do AS, sendo um autor marcado pelas polêmicas de sua ênfase retórica e por questionar paradigmas estabelecidos⁴⁰⁶. Foi um autor cujo pai já produzia textos e editava publicações identificadas com o AS, e ele próprio publica seu primeiro livro em 1835, momento em que Songho Ha identifica como o período de encerramento do AS, mas a produção de Henry Carey dura até o fim da década de 1870, demonstrando a longevidade intelectual e política das pautas identificadas com o AS na disputa política dos EUA.

Mesmo com toda singularidade do autor, sua obra foi um para-raios dos eixos centrais do AS num momento de relativo refluxo de tais pautas, com Carey escrevendo

⁴⁰⁴ COLFAX, Schuyler. Republican Speaker of the House (1863-1869), vice-president of Ulysses Grant, 1869-1873. In: NORTHROP, Cynthia C. **The American Economy: A Historical Encyclopedia**. Santa Barbara, California, ABC-CLIO, 2003, p. 69.

⁴⁰⁵ LEVERMORE, Charles H. Henry C. Carey and his Social System. **Political Science Quarterly**. 5.4, 1890, p. 571.

⁴⁰⁶ CONKIN, P. **Prophets of Prosperity: America's First Political Economists**, p. 261.

uma extensa obra, com ambições gerais de criar outros paradigmas econômicos e científicos, tendo na organicidade dos processos sociais históricos sua massa de observação, e análise, para sua escrita científica, buscando construir uma ciência econômica numa visão ampliada, se imiscuindo com a sociologia, popularizadas por Spencer e Comte⁴⁰⁷, o que por um lado denota sua profunda ambição intelectual.

Com muita ambição intelectual, prolixidade, e incidência retórica, sua obra sempre causou alguns incômodos, mas inegavelmente antecipou tendências até do Estruturalismo e, diretamente, do Institucionalismo econômico norte-americano. Sendo muito interessante perceber em sua escrita a formulação intelectual de um pensamento econômico e sociológico numa construção em movimento, quando tais áreas científicas ainda estavam se estruturando. E defende-se aqui que sua obra foi a radicalização de um pensamento econômico levado a um grau elevado de nacionalismo: sua obra culmina num Sistema Nacional de Economia Política intensificado para o contexto da época, mesmo para os padrões nacionalistas específicos dos EUA.

Henry Carey foi um homem politicamente afluente, que tinha o poder de comunicação articulado desde cedo, sendo de uma família de editores, sempre esteve envolvido nesta área, com conexões intelectuais e políticas. Foi um homem de posses, com seu capital investido em diversos negócios produtivos, setor bancário e editoração⁴⁰⁸.

A amplitude filosófica na escrita do autor demonstra a transição vivida na estruturação das ciências sociais aplicadas ao longo do século XIX: dialogando com aspectos sociológicos (outra ciência social aplicada, que como a economia, estava se estruturando naquele momento), Carey antecipa tendências de análise econômica que estarão no Institucionalismo americano⁴⁰⁹, dando ênfase para o impacto econômico de tradições, hábitos e aspectos nacionais, graças a uma metodologia histórica, recorrente nos autores do AS. Seu pensamento é marcado por um otimismo progressista, com uma visão laudatória da república dos EUA: sua ênfase recai na força das instituições americanas como base da constante melhora do funcionamento econômico. Ao mesmo tempo em que dialoga com a filosofia moral (matéria que Adam

⁴⁰⁷ DORFMAN, Joseph. **The Economic Mind in American Civilization. 1606-1865**, p. 804.

⁴⁰⁸ *Idem*, p. 789.

⁴⁰⁹ *Idem*, p. 264.

Smith era professor), demonstrando regularmente posturas moralistas em suas análises⁴¹⁰, que apesar de contratempos, vai elaborando seu pensamento ao longo do tempo. Nesta trajetória intelectual, em 1858-59, publica *The Principles of Social Science*, onde busca ampliar seu escopo econômico/sociológico com uma filosofia moral na qual via na “ciência social” que defendia, e que tinha bases históricas nos EUA, uma ciência que não antagonizava com as tradições espirituais, em oposição ao materialismo do *Free Trade* britânico⁴¹¹.

Reforçando um ponto já defendido neste trabalho, de que a defesa da agenda protecionista, central no AS, **não** era colocada como antiliberal a princípio, mas como um liberalismo pragmático, no qual o patriotismo estava na frente de dogmatismos intelectuais. Assim Henry Carey foi um autor que partiu de um posicionamento contra o protecionismo, contra os monopólios e as guerras, com um discurso com muitos pontos identificado com o liberalismo, para depois rapidamente se tornar um baluarte intelectual da defesa do protecionismo tarifário, ao ponto de ser chamado de *Ajax do Protecionismo*⁴¹². Em seu primeiro livro (1835- *Essay on the Rate of Wages*) ele ainda é contrário ao protecionismo⁴¹³. Mas faz uma defesa apaixonada da compreensão de que o **aumento de produtividade** é a chave para os aumentos salariais e os lucros.

[...] if the workmen and labourers could be made to understand the subject, they would see that the division between themselves and the capitalist, or the rate of wages, is regulated by a law immutable [...] that the **only mode of increasing wages is by rendering the labour more productive** [...] (Grifos nossos).⁴¹⁴

A defesa do *free trade* em seus textos iniciais não era sua ideia central em tais trabalhos (seu foco era atacar a teoria ricardiana da tendência decrescente dos retornos na agricultura), e estava conectada com uma visão ampla do liberalismo político whig de Carey dos anos 1820/30, e se ligava com o nacionalismo por uma palavra-chave: reciprocidade. Carey acreditava que a reciprocidade poderia alavancar

⁴¹⁰ *Idem*, p. 281. CAREY, Henry C. **Principles of Social Sciences**. Philadelphia/London/Paris, J. B. Lippincott & Co./ Trubner & Co./ Guillaumin & Co., 1859, p. 307.

⁴¹¹ DORFMAN, Joseph. **The Economic Mind in American Civilization. 1606-1865**, p. 803.

⁴¹² MEARDON, Stephen. Reciprocity and Henry C. Carey's Traverses On the Road to Perfect Freedom of Trade. **Journal of the History of Economic Thought** 33, n. 3. 2011, p. 307-333.

⁴¹³ CAREY, H. C. **Essay on the Rate of Wages: with an Examination of the Causes of the Differences in the Conditions of the Labouring Population Throughout the World**. Philadelphia, Carey, Lea & Blanchard, 1835, p. 9, 19, 247, 248.

⁴¹⁴ *Idem*, p. 17.

o *free trade*. Como sua obra vai demonstrando, a ausência de uma reciprocidade na realidade histórica o afasta de qualquer simpatia com o *free trade*, o posicionando num campo absolutamente oposto nesta questão comercial. No seu desenvolvimento intelectual Henry Carey torna-se um protecionista extremado, ao lado de Daniel Raymond⁴¹⁵. Sobre sua conversão tarifária já foi descrito, com a declaração do próprio Carey, sobre sua revelação protecionista, à *la queda de São Paulo na estrada de Damasco*:

After the passage of the high Tariff Act of 1842, Carey began to espouse more openly a high protective tariff for the activities he deemed important, but he claimed he had not arrived at a complete theoretical solution of the question and so was in theory a thorough-going free-trader. But one morning in 1874 the answer came to him. "I jumped out of bed, and dressing myself, was a protectionist from that hour". Strangely enough, the inspiration came just at the time the tariff was reduce⁴¹⁶.

O referencial texto clássico de Joseph Dorfman deixa a entender que Henry Carey sempre foi protecionista, e por razões de estratégia não explicada insistiu um tempo como *free trader*. Mas há em Carey uma construção intelectual cuja ambição parece maior do que possíveis jogos de estratégia no caminho. E a base libertária, esgotando o discurso do *free trade*, até conseguir lhe virar do avesso, é uma ambição intelectual, com ânsias libertárias, que não são um jogo de cena, e compõe coerentemente a sua construção intelectual em direção a um protecionismo *pela liberdade*. No mais, sua intensa defesa do protecionismo, por toda vida desde então, como sua radical defesa do greenbackism/papelismo desde 1862/65, o posicionam como um mais que sincero defensor dessas pautas: muito além de interesses regionais, ou de negócios investidos, há uma real defesa orgânica de tais pautas, que não se limitam, ou se explicam, por possíveis interesses pontuais apenas.

Tal de mutação neste quesito apareceu publicado na obra *The Past, the Present and the Future*, reforçado em *Principles of Social Sciences*, escritos após a crise financeira de 1837, na sequência do governo Andrew Jackson que valorizou o dólar atraindo reservas em ouro, e fechou o 2BUS, e foi marcado por uma política

⁴¹⁵ CONKIN, Paul K. **Prophets of Prosperity. America's First Political Economists**, p.171.

⁴¹⁶ DORFMAN, Joseph. **The Economic Mind in American Civilization. 1606-1865**, p. 799.

liberalizante. A estagnação econômica fez Carey rever suas posições, e examinando a história tarifária dos EUA chegou à conclusão de que: períodos de tarifas altas coincidem com prosperidade geral, enquanto períodos de maior *free trade* são acompanhados de estagnação⁴¹⁷. Sua guinada protecionista foi total e intensa. Conectada com a valorização do comércio interno (*commerce*) em oposição ao comércio de longa distância (*trade*), alinhado com a ideia de que a diversificação produtiva internalizada era superior a especialização produtiva ricardiana:

With growth of power in the individual man, for the maintenance of exterior commerce, the necessity for it declines —the love of home growing with the increase of family ties, and with the love of science and of books. So, too, is it with societies – the necessity for exterior intercourse diminishing as the power for its maintenance is increased by means of diversification of employments, and development of the latent powers of their people, and of their various soils. [...]

Seeking proof of this, we may turn to any of the advancing communities of the world, past or present. The power of Athens grew with the development of internal intercourse. It declined, as domestic commerce became less rapid, and as her dependence upon external intercourse became more complete. —The great development of British external commerce followed closely upon the growth of the internal one —the latter having owed its existence to a protective system of the most stringent character. — French external commerce has almost quadrupled in the last thirty years —having grown from an average of 1,000,000,000 francs, in the ten years ending in 1835, to 5,000,000,000, in 1851.— The growth in the total amount of French imports and exports, in dollars, has been as follows: 1825 to 1833, annual average \$163,953,000 1844 to 1846, " " 350,000,000 1852 and 1853, " " 477,000,000 1857 1,065,000,000⁴¹⁸

Dando extensos exemplos históricos, Carey defende a primazia da diversificação produtiva internalizada, destacando a defesa da proteção tarifária para tanto, sendo esta inclusive a base de sucesso para o comércio exterior (como insistiu ele no exemplo inglês dado). Há nesta sua construção uma visão que prioriza o mercado interno, e qualifica o comércio exterior (*trade*) que interessa. Em seu desenvolvimento intelectual há o esqueleto da visão de desenvolvimento internalizado, em oposição ao comércio exterior especializado das áreas que serão

⁴¹⁷ CONKIN, Paul K. **Prophets of Prosperity. America's First Political Economists**, p. 280.

⁴¹⁸ CAREY, Henry C. **Principles of Social Sciences**, p. 448.

apontadas como subdesenvolvidas no futuro: as produções primárias. Há nele uma visão qualitativa do progresso produtivo, ligada à sua diversificação internalizada e na não dependência do comércio exterior: este é desejável, mas a estrutura produtiva não pode lhe ser dependente.

E nesta diversificação produtiva internalizada há como eixo a defesa de maior industrialização, para aproveitamento dos recursos naturais e primários, e para fortalecimento do comércio interno: o comércio interno aumenta com a indústria, pois esta aumenta o consumo interno (*home market*) dos produtos agrícolas, retomando assim ao argumento hamiltoniano:

[...] The commerce of State with State is, thus, but small — the reason being, that the commerce of man with his fellow-men, within the States, as a general rule, is so exceedingly diminutive. Were the people of Illinois enabled to develop their almost boundless deposits of coal and iron ore, and thus to call to their aid the wonderful power of steam, the internal commerce of the State would grow rapidly—making a market at home for the food produced, and enabling its producer to become a large consumer of cotton. Cotton-mills then growing up, bales of cotton would travel up the Mississippi, to be given in exchange for the iron required for the roads of Arkansas and Alabama, and for the machinery demanded for the construction of cotton and sugar mills, in Texas and Louisiana.⁴¹⁹

Como já destacado, o AS é por alguns autores identificado como concentrado na primeira metade do séc. XIX, o próprio Joseph Dorfman destaca Henry Carey do AS, mas evidentemente por um formalismo temporal. Pois a agenda temática é exatamente a mesma, com Dorfman descrevendo sua guinada protecionista o tornando o grande defensor dessa causa, com sua visão da integração e associação humana como base do avanço econômico sendo uma defesa da agenda por *internal improvements*, e sua defesa do banco nacional nunca mudou, sendo Carey um intenso defensor do banco desde a polêmica sobre o banco na Era jacksoniana, como Dorfman explica citando o próprio Henry Carey: The bank of the United States was “a nearer approach to perfection than the world has never seen, or that probably will soon again be seing.”⁴²⁰ .

⁴¹⁹ *Idem*, p. 451.

⁴²⁰ DORFMAN, Joseph. **The Economic Mind in American Civilization. 1606-1865**, p. 791, 797.

Logo, o tripé do AS está inteiro na obra de Carey, sendo a sua geração, com a Guerra Civil, a que vivenciou a verdadeira tomada do poder por esta agenda identificada com o AS, como mesmo Songho Ha reconhece na conclusão de seu livro⁴²¹. Pois após o desmantelamento do segundo banco dos EUA, e os compromissos tarifários dos anos 1830, as tarifas ficaram mais baixas nos anos 1840 e 1850, indicando um claro refluxo da agenda identificada com o AS, enquanto a expansão do algodão seguiu nesses anos, e o plano de diversificação produtiva da dupla Henry Clay/Quincy Adams, que era o proposto na agenda do AS, refluíu nestes anos de tenso compromisso com a escravidão⁴²². Para com a eleição do republicano Lincoln em 1860 o cenário mudar bruscamente, com toda a agenda do AS voltando como uma explosão.

E Henry Carey era o economista central desta agenda, nestes anos da Guerra Civil, o que o coloca como um marco intelectual na cronologia da história do pensamento econômico dos EUA. Algo que possibilita o colocarem enquadrado em linhas diversas, com destaque para o colocarem como um ponto “único”, uma “escola própria”⁴²³. Por mais que a unicidade de Henry Carey, com suas polêmicas e excentricidades, seja inegável, e isso facilite seu isolamento nos manuais especializados, o presente trabalho o coloca como um ponto culminante do AS, com a vitória dessa agenda com a Guerra Civil. E que no período *Postbellum*,⁴²⁴ com a hegemonia política dos republicanos, haverá uma janela de consenso intelectual, na qual ocorre a repaginação dessa agenda como um plano *mainstream*. Não se vai aqui entrar neste período, mas se destaca que até o fim do século XIX, apesar das reconfigurações e conflitos, houve uma agenda nacional nos EUA, centrada nas ideias a longo prazo defendidas pelo AS. E que continuaram, com outros autores, como Peshine Smith e outros, indubitavelmente influenciados por Henry Carey, e que configuram um impacto de longa duração dessas ideias até o final do século XIX⁴²⁵ e além, até na configuração do Institucionalismo. Com uma força política e intelectual

⁴²¹ HA, Songho. **The Rise and Fall of the American System: Nationalism and the Development of the American Economy, 1790-1837**, p. 129, 132.

⁴²² *Idem*, p. 130.

⁴²³ DORFMAN, Joseph. **The Economic Mind in American Civilization. 1606-1865**, p. 789.

⁴²⁴ *Antebellum* e *Postbellum* são as expressões utilizadas na historiografia estadunidense para se fazer referência aos períodos anterior e posterior à Guerra Civil, respectivamente.

⁴²⁵ HUDSON, Michael. **America's Protectionist Takeoff. The Neglected American School of Political Economy**, p. 155.

em sinergia nesta construção histórica, entre ciência e política, buscando construir um outro patamar científico desta trajetória:

[...] This approach was sharply at odds with the historicism enunciated by the first generation of protectionist writers in the United States who clustered around Mathew Carey in the 1820's, through the 1840's Peshine Smith's generation clustered around Henry Carey, inspired by the latter's search to defend pro-industrial growth and tariff policies, not simply on the ground that America represented an exception to the British rule, but because a new set of rules existed altogether which had been ignored by British political economists. It was this generation that came to power in 1861 and those doctrines guided the nation's economic development over the remainder of the century⁴²⁶.

De fora resumida destaca-se os pontos de sua obra que serão tratados: sua filosofia econômica era otimista e progressista, sua visão de economia tendia a uma organicidade avessa a escalonamentos produtivos e defendia uma integração produtiva, o que culminará na defesa da internalização de todas as produções possíveis dentro do país (visão oposta à das “vantagens comparativas”, oposta a especialização em poucos setores produtivos especializados); destaca-se também sua apaixonada defesa das possibilidades de aumento da produtividade agrícola, ou melhor, seu apaixonado ataque à teoria ricardiana da regressão da produtividade dos solos.

Este ponto sobre a obra de Henry Carey carrega uma curiosa sintonia com o todo do corpo, e desenvolvimento intelectual, do AS: pois há a analogia sobre surgir de um impulso político, para ir se construindo intelectualmente, cientificamente, na sequência. Não há nenhum demérito nesta afirmação: Carey constrói de forma rigorosa seus postulados negando a teoria ricardiana, mas é digno de nota o perceptível ponto de partida político/emocional indo ao intelectual/teórico.

⁴²⁶ *Idem*, p. 172.

6.3.1 Precursor da Defesa do Progresso Técnico Como Reversor da Queda da Taxa de Lucro e da Produtividade Agrícola, Custos de Produção X Custos de Reprodução

É central em sua obra, construída no séc. XIX, a defesa do desenvolvimento do progresso técnico como chave de soluções das questões e gargalos econômicos. A defesa do aumento da produtividade, e confiança nesta tendência, em todo o trabalho de Carey, é chave explicativa para compreensão de seu otimismo intelectual: este ponto nunca mudou em sua teoria, e foi o marco de ruptura com o liberalismo mais amplo. E o marco temático de sua ruptura, desde sempre, com o liberalismo mais radical foi sua intensa discordância do postulado ricardiano da produtividade marginal decrescente da agricultura. O otimismo intelectual de Carey destoa do pessimismo do liberalismo malthusiano, com a tendência decrescente das margens de lucro em Ricardo, que destoa da aposta na solução centrada na defesa do progresso técnico em Carey, e a questão da produtividade agrícola foi um marco na obra de Carey, numa direção oposta ao do liberalismo ricardiano/malthusiano⁴²⁷.

Como quando Henry Carey defende o progresso técnico como solução para as tendências decrescentes da produtividade agrícola, assim como da margem de lucro. Antecipando em parte a análise que Joseph Schumpeter⁴²⁸ fará posteriormente sobre a relevância do progresso técnico na dinâmica do sistema capitalista. Bem como quando antecipa a vantagem industrial, via a redução dos custos de reprodução com a ampliação da produção industrial, quando Carey destaca que o valor da produção não se restringe ao custo de produção, mas aos custos de sua reprodução, que na indústria são decrescentes ao se ampliar tal produção. Joseph Dorfman afirma que Carey incorporou essa ideia em sua obra sob influência do John Rae.

By this time Carey had apparently assimilated Rae's concepts of invention and reproduction cost. Labor is the basis of value, but it is the labor of reproducing the object, not its original cost. Value is determined by labor saved, by the sacrifice avoided in obtained the object.

⁴²⁷ TURNER, John Roscoe. Henry C. Carey's Attitude Toward The Ricardian "Theory Of Rent". **The Quarterly Journal of Economics**. Vol. 26, n. 4, Aug., 1912.

⁴²⁸ SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico. Uma Investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico**. São Paulo, Editora Nova Cultural Ltda, 1997, p. 68, cap. II.

With the growth of capital ostensibly taking the form of machinery and similar aids, the quantity of labor improves and a smaller quantity is needed to produce objects⁴²⁹.

A obra de Carey antecipa tendências analíticas que indicam positivamente as possibilidades de expansão lucrativa do sistema capitalista. Por mais que seja visível nessa construção o desejo de alcançar tal resultado analítico desde o princípio, Carey constrói pontes intelectuais relevantes nessa direção.

6.3.2 O Nacional-liberalismo dos “Verdadeiros Liberais”

O desenvolvimento intelectual de Henry Carey foi em direção a um nacionalismo econômico de perfil internacionalista⁴³⁰, contra as especializações produtivas coordenadas pelo Império Britânico e seu *Free Trade* de mão única: contra a especialização do trabalho das vantagens comparativas ricardianas, Carey contrapunha a vantagem da internalização de uma diversificação produtiva nas nações, com nichos industriais (mais produtivos) internalizados. Assim sua obra se colocava como a construção intelectual de que os postulados ricardianos, e das vantagens do *Free Trade* eram cientificamente questionáveis: Carey se colocava como um exemplo intelectual vivo de que buscou acreditar em tais postulados, mas oferece sua obra como “prova científica” da falsidade intelectual de tal liberalismo. Carey não se coloca como antiliberal, mas como um verdadeiro liberal.

Tal disputa retórica nos EUA do século XIX ecoa de forma inescapável a disputa entre federalistas e antifederalistas do começo da república: ambos grupos se consideravam como *os verdadeiros federalistas*, algo análogo ocorre com o pensamento careyano, pois este contrapõe seu pensamento argumentando que tais princípios liberais não seriam tão liberais assim nos seguidores de David Ricardo.

A construção intelectual de Henry Carey carrega curiosidades, que na história do pensamento econômico não confirmaram alguns pontos por ele defendido. Como quando ele equaliza aluguel com lucro.⁴³¹ Defende que toda riqueza vem do trabalho,

⁴²⁹ DORFMAN, Joseph. **The Economic Mind in American Civilization. 1606-1865**, p. 795.

⁴³⁰ MEARDON, Stephen. Reciprocity and Henry C. Carey's Traverses On the Road to Perfect Freedom of Trade. **Journal of the History of Economic Thought** 33, p. 307-333.

⁴³¹ CONKIN, Paul K. **Prophets of Prosperity. America's First Political Economists**, p. 268.

algo já bem estabelecido intelectualmente então, mas como sua construção intelectual busca minimizar os conflitos sociais, ponto compartilhado com intelectuais simpáticos à agenda jacksoniana⁴³² de seu tempo, tanto o lucro, como os salários, como a renda da terra (gerada pelo trabalho), têm uma equalização para ele, pois a base de tudo é o trabalho. Por mais que a visão de que o trabalho é a base da geração da riqueza seja universalmente aceita pelos cânones da ciência econômica, mesmo com essa base correta compartilhada por Carey, sua conseqüente visão equalizadora de salários, lucros e renda da terra/aluguéis, é sua “contribuição intelectual” mais atacada por todas as tradições do pensamento econômico. Tal originalidade intelectual não encontrou bases para se manter, e os autores que retomam e valorizam seu pensamento, costumam ignorar tal problema conceitual, destacando apenas outras partes.

Mas por mais que tal curiosa visão seja considerada errada, ela carrega e potencializa sua visão mais ampla de que a terra não pode ser um recurso escasso: para Carey a terra deveria ser entendida como o ar ou as águas, baratear o acesso e otimizar os resultados do uso da terra não teria conexão com a finitude dos territórios, mas com a melhora qualitativa dos trabalhos nas terras. E isso é central em sua negativa aos postulados ricardianos, pois para Carey o aumento populacional aumenta a produtividade, o que compensa fartamente a diminuição dos territórios ocupados por habitantes. Carey é um decidido anti-malthusiano, que chegou a calcular que a Terra poderia tranquilamente comportar mais de 3 bilhões de pessoas⁴³³.

No presente estudo de história do pensamento econômico, rastrear as construções intelectuais é o mais importante para radiografar o caminhar das ideias, entre recorrentes paradoxos (sempre fundantes na construção intelectual), e mesmo erros, que fazem parte da construção. Mas este ponto confuso na obra de Carey, de equalizar terra com capital, renda da terra com lucros, carrega uma lógica intelectual já destacada em Daniel Raymond: dos autores sob estudo contrapõem uma lógica econômica territorialista de um lado, ligada a guerras e expansionismos, saques e roubos, contra outra lógica econômica produtivista, de melhor ocupação produtiva,

⁴³² DORFMAN, Joseph. **op. cit.**, p. 601.

⁴³³ *Idem*, p. 265.

com a meta de um pacifismo produtivista⁴³⁴. O principal objetivo aqui é compreender a construção intelectual, com seus erros e acertos. A posição contrária de Henry Carey às Leis dos pobres (*Poor-Laws*) vem deste ponto: ele defende que não há falta de alimentos, mas falta de acesso aos homens poderem produzir mais e melhor. A pobreza não é uma maldição da natureza, mas uma consequência das escolhas de determinadas políticas econômicas. Por isso ele foi contra tais leis, por defender maior acesso ao direito a produzir. A obra de Henry Carey, a partir dos anos 1850, irá sendo cada vez mais identificada com o sistema americano, conjuntamente com a obra de E. Peshine Smith, e seu trabalho se configura como um pensamento econômico centrado numa teoria dos rendimentos crescentes⁴³⁵. Com destaque para sua defesa que a associação é natural do ser humano, e com o aumento populacional, melhoram as possibilidades associativas, assim como o uso do território⁴³⁶.

Sua obra defende uma harmonia de interesses entre capital e trabalho, focando no que se pode chamar de uma agenda desenvolvimentista, pois focada no aumento das forças produtivas e nos resultados econômicos, minimizando as contradições entre capital e trabalho neste processo, mas elogiando que ocorra aumentos salariais para o sistema como um todo, destacando que para o crescimento do “bolo” a divisão dos resultados é interessante para o objetivo maior do crescimento. Destacando inclusive que, como as classes trabalhadoras gastam normalmente quase todo seu salário, o aumento destes salários aumenta a produção, antecipando pontos de um capitalismo fordista. Logo, os trabalhadores:

[...] that they should see with pleasure the increase of capital, certain that such increase must produce new demands for their labour, accompanied by increased comfort and enjoyment for them. With such a system the population of this country might increase still more rapidly than it has done; the influx of people from abroad might be triple or quadruple

[...] as the same cause which drive the labourers of Europe here, to seek that employment and support denied them at home, impel the capitalist to seek here a market for his capital, at the higher rate of

⁴³⁴ CAREY, H. C. **Essay On the Rate of Wages: With An Examination of the Causes of the Differences in the Conditions of the Labouring Population Throughout the World**. Philadelphia, Carey, Lea & Blanchard, 1835, p. 53, 54, 80, 84, 95, 130-131, 134, 145-149, 172, 181.

⁴³⁵ VÉZINA, Simon. Henry C. **Carey et le système américain d'économie contre l'imperialisme du libre-échange britannique: son passage au New York Tribune**. Département de l'Histoire Faculté des Arts et Sciences. Université de Montreal, 2014, p. 42.

⁴³⁶ CAREY, Henry Charles. **The Past, the Present, and the Future**. Longman, Brown, Green, and Longmans, 1848, p.137.

interest which our system enables us to pay him with profit to ourselves.

[...] The capitalist should bear in mind that if the supply of labour did not keep pace with the growth of capital, the profits of the latter would be diminished; [...] every man who, by his arrival in this country, increases the number of producers, and of competitors for employment, also increase the numbers of consumer or employers. Such people consume nearly, if not quite, the whole amount of their wages, and are therefore employers to nearly the same extent that they are competitors.⁴³⁷

Sua obra é cabível de ser apontada como um tanto ingênua em alguns pontos, quando de um generalismo filosófico em pontos de intersecção entre filosofia e ciências sociais aplicadas, mas desponta como vanguardista em outros pontos, especialmente antecipando tendências analíticas heterodoxas da ciência econômica, como quando antecipa a defesa do progresso técnico como solução para a recomposição do sistema econômico e da lucratividade.

Examinaremos em seu primeiro livro um ponto central em sua obra, surgido nela, o da defesa de aumentos salariais como algo positivo economicamente, antecipando pontos em defesa da demanda popular ampliada, e continuando a defesa do mercado interno hamiltoniano, opostos ao defendido por Ricardo de salários para cobrir os custos de sobrevivência dos trabalhadores. Além do destaque aos aumentos salariais serem sinal positivo, pois era algo que só poderia ser resultado do avanço do progresso técnico. Ideia esta a qual ele sempre se manteve adepto

6.3.3 *Essay on The Rate of Wages*

“We cannot refrain from expressing an opinion that another and a greater matter than that between the advocates and opponents of poor-laws remain behind—namely, an examination of the *necessity* which is supposed to entail pauperism on society.” *Athenoeum*, July 18, 1835.

Um ponto interessante a destacar é que a obra de Henry Carey dialoga com o contexto político *jacksoniano* em que começou a ser escrita: diferentemente de seu

⁴³⁷ CAREY, H. C. *op. cit.*, p. 18.

pai Mathew Carey, que sempre foi protecionista, Henry Carey começou contrário ao protecionismo, mas não apenas ao protecionismo tarifário: há em sua obra a ambição libertária, antimilitarista, intensamente contrário a todas as formas de monopólios, ecoando uma tradição revolucionária estadunidense, avessa ao estabelecimento de “novas” aristocracias. Há nesta postura um diálogo com o populismo jacksoniano, dominante nos EUA de então, quando da publicação desta sua primeira obra (1835). Este momento, em que Songho Ha identifica como a fase de crepúsculo do AS, era o contexto de surgimento de uma obra que continua as problematizações da economia nacional, e que irá mostrar a construção intelectual de um autor que muda no tempo, mas mantém-se fiel aos princípios, e este momento intelectual em estudo foi uma inflexão que explicita tal construção intelectual respondendo ao contexto.

Henry Carey declara sua intenção de defender neste ensaio uma leitura analítica sobre as taxas salariais, examinando as causas de suas discrepâncias nas taxas de retorno para as classes trabalhadoras pelo mundo. E já na abertura, com esta citação de largada, o autor critica tanto os defensores como os oponentes das “leis dos pobres”, como debatedores de leis e “soluções” paliativas à real questão. Pois ambos os grupos, apoiadores e contrários às “leis dos pobres”, escapam da raiz da questão para ele, ao naturalizarem a lógica de uma economia da escassez: o que Carey busca neste ensaio é defender uma economia da fartura, da ampliação produtiva, que gere o que a partir do século XX, será chamado de economia de pleno emprego, gerando aumentos salariais. Neste livro Carey defende um sistema econômico que gere pleno emprego, o que aumenta os salários e o mercado interno, sendo benéfico para toda a sociedade.

Na introdução, sua descrição dos pensadores econômicos, os divide, claramente, em dois grupos: o primeiro grupo ele chama de “political economists”, e o segundo de “practical men, or advocates of the mercantile theory”⁴³⁸. Os primeiros ele define como homens teóricos, confinados a indicar o que seria ideal (*what would be*) na adoção de suas proposições teóricas. Já os segundos seriam escorados na experiência histórica, que segundo o autor é na indicação da experiência histórica a base argumentativa destes (*that has been produced by their system*)⁴³⁹.

⁴³⁸ CAREY, H. C. *op. cit.*, p. 5.

⁴³⁹ *Idem*, p. 5.

Constatamos nesta indicação crítica do autor um ponto recorrente em seu pensamento: a defesa de um pensamento prático e realista, bem condizente com a tradição intelectual pragmática dos Estados Unidos, e desafiando os cânones do liberalismo econômico britânicos. E eis que ainda podemos constatar um ponto mais estrutural do pensamento de Henry Carey: sua metodologia. Há aqui um declarado uso e defesa do **método indutivo**, que podemos chamar de **método empírico-dedutivo**, contra o **método dedutivo** puramente⁴⁴⁰ guiando o pensamento de Henry Carey.

Podemos constatar, com nosso filtro analítico atual, o uso e defesa do **método empírico-dedutivo** em Carey, escorado na história e na experiência. Contra uma visão muito elaborada em belas ideias, distantes do solo da história, que deduzem muitas saídas, em elaborados encadeamentos lógicos, que funcionam muito bem no papel, mas não tanto na dinâmica da realidade histórica, sempre mais violenta do que lógica. Ele, neste ensaio mostra sua opção metodológica, que hoje podemos ler com o instrumental metodológico de nosso tempo, mas que o autor em questão entenderia, claramente, que seu método é **histórico-dedutivo** ou **empírico**: ele assim define com suas próprias palavras. Tendo por toda sua obra uma clara posição contrária aos teóricos muito idealistas, que chamaríamos hoje de **lógico-dedutivos**. Obviamente, Carey não usa tal terminologia, ainda não inventada em seus dias, mas usa claramente uma conceituação histórico/empirista, se colocando contra os defensores de posições idealistas, para a defesa de posições econômicas em seu tempo. Nesta sua construção intelectual rastreamos sua metodologia, claramente **histórico-dedutiva**, tecida em seu texto com a defesa da “invenção da tradição” norte-americana, lançada e defendida por seus antepassados continentais (*having been sanctioned by our forefathers*)⁴⁴¹. A defesa das tradições norte-americanas (**continentais**, em oposição ao Atlantismo *free trade*) está no quadro da sua metodologia de trabalho, **histórico-dedutiva**, e podemos dizer que antecipa as posições dos Institucionalistas norte-americanos, na defesa das Instituições e tradições nacionais. Carey se insere numa tradição de debates públicos, na qual ele se coloca de forma muito apaixonada em defesa de seus pontos de vista. Reafirmando o já dito sobre sua defesa de um método indutivo, contra as posições lógico-dedutivas,

⁴⁴⁰ BLAUG, Marc. **Metodologia da Economia**. São Paulo, Edusp, 2016, cap. 1.

⁴⁴¹ CAREY, H. C. *op. cit.* p. 5.

ele opõe os dois sistemas, com sua escrita acalorada, na defesa da posição empirista dos “*practical men(...)advocates of the mercantile theory*”, no qual se coloca, contra os idealistas. Escreve ele o grupo empirista: “...They call for facts, regarding them as universally confirmatory of the truth of their doctrines, and look upon their opponents as theorists.”⁴⁴²Deixando muito claro como uma metodologia calcada no empirismo lhe é fundamental para construir a defesa intelectual do lado que considera correto.

Citando o ministro francês do Interior, M. Barbet, segue desenhando sua visão analítica defendendo fatos históricos como argumentos, em oposição aos teóricos dedutivos: “*If instead of a system founded on probabilities and surmises, They had opposed to us facts, we could have answered them.*”⁴⁴³Conclui sua introdução avisando que o ensaio que apresenta será para fornecer e elencar os fatos pedidos pelo citado ministro francês, contra os argumentos de conjecturas construído pelos os que, ele percebe, como claros oponentes intelectuais do que defende. Ampliando o quadro a ser elencado sobre “alguns dos principais países da Terra”, busca neste ensaio alcançar uma “taxa dos salários”, ou uma taxa da “recompensa do trabalho”.

Este ensaio, aqui sob estudo, se enquadra num debate acadêmico de então, sendo um diálogo, uma resposta à uma série de palestras, realizadas seis e cinco anos antes (1829, 1830), pelo professor da Universidade de Oxford: Nassau William Senior⁴⁴⁴, Carey busca entrar em debate com o pensamento estabelecido na universidade de Oxford, e este ensaio em forma de livro é sua resposta ao professor desta universidade inglesa com quem ele busca polemizar⁴⁴⁵, o que denota as ambições intelectuais, do autor estadunidense sob estudo, em entrar em debate com o pensamento acadêmico britânico.

Nesta obra Carey ainda não fez seu salto em direção ao protecionismo, então enxerga nas manipulações monopolistas desvios autoritários, que identifica com militarismo, pobreza, e baixos salários: “If it can be shown that restrictions and

⁴⁴² *Idem*, p. 5.

⁴⁴³ *Idem*, p. 6.

⁴⁴⁴ **Three Lectures on the Rate of Wages; delivered before the University of Oxford-Easter Term, 1830. By Nassau William Senior.** Second edition. London, 1831; **Lecture on the Cost of obtaining Money; delivered before the University of Oxford, in Easter Term, 1829, By Nassau William Senior.** Second edition. London, 1830.

⁴⁴⁵ CAREY, H. C. **Essay On the Rate of Wages: With An Examination of the Causes of the Differences in the Conditions of the Labouring Population Throughout the World.** Philadelphia. Carey, Lea & Blanchard, 1835, p. 6.

monopolies— wars, and heavy taxation— low wages, poverty, and wretchedness— go hand in with”⁴⁴⁶;

Mostrando neste estágio intelectual uma fidelidade a tradição intelectual antimonopolista estadunidense, antes de seu salto intelectual em direção a identificar no *free trade* a forma menos recíproca de concorrência, por permitir uma partida desigual na corrida, sendo assim o mais eficaz caminho para o monopólio do país mais avançado. Será deste ponto que ele defenderá o protecionismo, como uma forma de combater o monopólio da vanguarda dos países avançados, transformando o protecionismo, que obviamente ajuda a existência de monopólios internos, num argumento contra o monopólio das nações avançadas (leia-se: da Inglaterra).

Mas outros pontos nesta sua obra serão mantidos em seu trabalho, como a ideia de harmonia entre interesses das diferentes classes, em busca de um mesmo interesse nacional maior.⁴⁴⁷

[...] if the workmen and labourers could see that the division between themselves and the capitalist, or the rate of wages, is regulated by a law immutable as are those which govern the motion of the Heavenly bodies [...] that the only mode of increasing wages is by rendering labour more productive, which can only be accomplished by allowing every man to employ his capital and talent in the way which he deems most advantageous to himself.⁴⁴⁸

Eis o ponto central da primeira obra de Henry Carey: a produtividade aumentada é o que faz os salários aumentarem. Pode-se até neste ponto inferir uma ideia de capital humano em seu texto, uma vez que há na obra de Carey uma visão por demais simbiótica entre capital e trabalho. Mas o ponto central segue sendo o da centralidade do progresso técnico em seu pensamento econômico, antecipando pontos de Schumpeter, como antecipado na nota 369.

E nesta obra, defendendo que o avanço da produtividade é o caminho para aumentos salariais, em sintonia com sua ideia de harmonia entre interesses, defende ele que tal avanço da produtividade é igualmente o caminho da lucratividade do capital e do desenvolvimento das nações, questionando as premissas do pensamento liberal

⁴⁴⁶ *Idem*, p. 9.

⁴⁴⁷ *Idem*, p. 16.

⁴⁴⁸ *Idem*, p. 17.

sobre retornos decrescentes, ideia esta a qual ele seguirá fiel por toda vida. E para demonstrar sua ideia, usa exemplos empírico da história econômica:

[...] where wages are highest, there capital increases most rapidly. The most rapid increase of capital is in the United States and Great Britain, where wages are highest. This is entirely in opposition to the doctrines of Messrs. Say, Malthus, Ricardo, and M'Culloch, as, if wages did not exceed "the limit of strict necessity", there could be no accumulation from that source, and as, according to them, where wages are high profits must be low [...].⁴⁴⁹

Marcando assim um antagonismo científico com cânones do pensamento econômico liberal britânico estabelecido, objetivo declarado desde da introdução do livro, cujo argumento central é este apresentado neste ponto, e tratado por toda obra, com argumentação em diversos exemplos históricos.

Antes de se passar ao próximo ponto, ao final deste livro ele concluí elencando alguns pontos conclusivos que hora se reproduz aqui, por serem visões que seguiram sendo defendidas por ele em sua trajetória intelectual:

- I. That government was instituted for protection of people and property
- II. That the best government is that which secures the attainment of the object, with the smallest sacrifice of freedom of action and of the produce of labour.
- III. That where it is attained at the smallest coast, there is the most rapid accumulation of capital.
- IV. That where is a tendency to the more rapid increase of capital than of population, when not prevent by human interferences.
- V. That the more rapid the increase, the greater will be the demand for labour, and the more rapid the increase of production.⁴⁵⁰

Nos dois primeiros pontos trata do governo, de forma bem genérica, com o primeiro ponto burocraticamente lembrando que a origem dos governos é para garantir a vida e a propriedade. Porém no segundo ponto há uma visão de governo que carrega revelações: sintonizado com sua visão de que a economia é para gerar o

⁴⁴⁹ *Idem*, p. 24.

⁴⁵⁰ *Idem*, p. 246.

máximo de riqueza com o mínimo esforço, termina lembrando que os objetivos governamentais também devem sacrificar o menos possível a liberdade, mas na primeira parte do segundo ponto afirma que o “melhor governo” é aquele que assegura o alcance dos objetivos almejados. Tal afirmação é digna de atenção, colocando foco nos planejamentos.

O terceiro ponto é o mais contraditório com sua afirmação de que aumentos salariais beneficia todo o sistema econômico, incluindo os capitalistas.

E o quarto ponto é sua certeza luminar, que guia sua obra e parece existir antes dele ter formulado as condições intelectuais de defender tal certeza, de que o capital tende a crescer mais do que as populações.

Com o quinto ponto reafirmando o ciclo virtuoso: para Carey quanto mais se produz, mais se demandará para produzir.

É indisfarçável sua antipatia em relação as hipóteses malthusianas de seu tempo, assim como é inegável que sua visão econômica reflete um país jovem, em salto de desenvolvimento estrutural, como eram os EUA do século XIX. Mas mesmo que haja convicções guiando a ciência, como parece haver, isso foi o que o fez construir uma contribuição intelectual na leitura, defesa e interpretação dos caminhos para o aumento de produtividade, para os aumentos salariais, e assim fundamentar sua visão sobre a positividade econômica do aumento demográfico. A defesa do progresso técnico e do incremento da produtividade é uma distintiva contribuição intelectual de Henry Carey em seu tempo. Que ele usou para combater Ricardo, combatendo uma visão estática do *wages-fund doctrine*, buscando debater com o professor de Oxford Nassau William Senior, como indicado na nota 392. Há neste ponto uma contribuição relevante para uma ideia desenvolvimentista: segundo a *wages-fund doctrine* há um fundo fixo produzido para as repartições entre salários e lucros. Contudo, se Carey concorda com esta tese de que não há como aumentar salários além deste fundo já produzido, ele coloca o foco na possibilidade de aumento regular deste fundo pela progressão da produtividade no tempo. Marcando posição contra o pessimismo ricardiano e seu estagnacionismo, ele defende um progressismo otimista, centrado no avanço da produtividade, mais do que nos recursos naturais:

*High wages in America, he(Carey) wrote are due not to the available fertile lands, but to the superior productivity of labor.*⁴⁵¹

6.3.4 Papelismo/greenbackism de Henry Carey.

-*The Currency Question: Letters to the Hon. Schuyler Colfax.* Chicago, Ill.: Norton.

-*Of The Rate of Interest; and of Its Influence on the Relations of Capital and Labor.* Speech of H. C. Carey, in the Constitutional Convention of Pennsylvania, May 16, 1873. COLLINS Printer, Philadelphia, 1873.

As duas publicações de Henry Carey tratadas neste tópico são direcionadas em sua defesa do papelismo nos EUA, pela manutenção do *greenback* (1862-1879). O primeiro texto (*The Currency Question*) é uma coletânea de cartas escritas por Carey para Schuyler Colfax, que como já indicado na nota 355, foi o deputado republicano presidente do Congresso (1863-1869), e depois vice-presidente de Ulysses Grant (1869-1873). Tal publicação epistolar era muito popular na época, sendo tais cartas escritas por Carey no ano de encerramento da Guerra Civil.

O segundo texto (*Of The Rate of Interest*) mais focado na questão das taxas de juros, mas conectado ao debate monetário em questão, tendo sido publicado oito anos depois do primeiro (1873), bem no meio do debate sobre o retorno, ou não, ao padrão monetário metálico. Pela proximidade temática dos textos foi decido tratar de ambos conjuntamente.

Sintonizado com sua visão progressista do aumento de produtividade, Carey também contribuiu com uma visão monetária progressista, voltada para a capitalização e desenvolvimento econômico de seu tempo, com uma sinergia entre moeda e capital. Pois um ponto central da obra de Henry Carey, com profundos paralelos na origem do pensamento econômico heterodoxo brasileiro é o decidido papelismo de Henry Charles Carey, que após ter sido membro do partido republicano

⁴⁵¹ DORFMAN, Joseph. **The Economic Mind in American Civilization. 1606-1865.** Reprint of Economic Classics, New York Augustus M. Kelley Publishers, 1966, p. 791.

desde de seu princípio, a partir de 1870 passa a participar do *Greenback Party*,⁴⁵² justamente pela questão da centralidade da defesa do *greenback* em seu pensamento. Compartilhando uma compreensão econômica que considerava central o instrumento monetário na organização da sociedade. Carey desde a Guerra Civil tornou-se um decidido defensor do *greenback* como solução para os EUA, pois via neste instrumento de moeda fiduciária a solução para vários gargalos ao desenvolvimento, como: uma forma de fortalecer o protecionismo de que era entusiasta, baixar as taxas de juros pela facilidade de irrigar a economia com este meio monetário barato, desvalorizar o dólar, e assim aumentar a competitividade da produção estadunidense.

O *greenback* diminuía as taxas de juros e a taxa de câmbio, com Carey e os defensores do *greenback* contornando, ou melhor, confrontando, os debates paradigmáticos da Inglaterra sobre moeda no período: na Inglaterra então os debates monetários gravitavam entre dois grupos, a *Currency School*, e a *Banking School*, com, grosso modo, a primeira defendendo que o termômetro para a regulação monetária seria a taxa de câmbio, com uma moeda valorizada demandando maior emissão monetária, e a segunda defendendo que o termômetro para regular as emissões monetárias seria a taxa de câmbio, com juros altos indicando uma sociedade carente de mais volume monetário. Pode-se indicar uma proximidade entre os defensores do *greenback* com a *Banking School* britânica, buscando o mesmo objetivo de queda na taxa de juros. Porém, em face da *Currency School* a política emissora do *greenback* representa uma quebra paradigmática indiscutível, com seus defensores executando um plano histórico que não considerava cânones intelectuais, e mesmo tidos então como cânones civilizatórios, impostos pelos britânicos como modelo internacional. Houve com o *greenback* nos EUA uma quebra de paradigma intelectual e político, abrindo uma estrada financeira paralela, voltada para o fortalecimento das forças produtivas internas e de sua economia real, baseada na força legal de uma moeda fiduciária impor uma estufa de crescimento real, numa realidade econômica relativamente autóctone.

⁴⁵² VÉZINA, Simon. **Henry C. Carey et le système américain d'économie contre l'imperialisme du libre-échange britannique: son passage au New York Tribune**. Département du Histoire Faculté des Arts et Sciences. Université de Montreal, 2014, p. 53-54.

As condicionantes históricas que forçaram tal situação foi a Guerra Civil, e o imperativo histórico de salvar a União essa era a meta política do experimento *greenback*. Contudo, conjuntamente um foco desenvolvimentista veio junto, com tal situação objetivando historicamente, neste isolacionismo monetário, uma expansão produtiva com industrialismo acelerado.

Assim todos os argumentos caryanos corroboram uma defesa de um industrialismo e expansionismo produtivo, com a defesa da moeda fiduciária, chamada papelista no Brasil na época, e *greenbackism* nos EUA, como solução para estimular a queda das taxas de juros e a desvalorização relativa da taxa de câmbio, para defender sua agenda produtivista:

Carey, as a fervent promoter of greenbacks, developed his monetary thought showing how greenbacks could be the solution to both the internal and external constrains of emerging industry, i.e. high interest rates and a *de jure* appreciation of the external exchange rates. He demonstrated that the elastic supply of money offered by a greenback monetary standard could foster low interest rates, which in combination with a depreciated exchange rate could promote industrialization. For Carey, industrialization through greenbacks was a way to overcome sectionalism division. Greenback could be the impetus for Carey's stage-like development model, and consequently closely knitting the interests of different economic sectors. Hence, the Union between North and South could be strengthened and safeguard⁴⁵³

Há ainda, como destacado no trecho supracitado, a defesa de que, um acelerado e protegido desenvolvimento econômico seguro, seria um fiador do objetivo político de garantir o sucesso da União dos Estados Unidos: tema político central ainda neste país nos anos *Postbellum*. Sendo assim, na opinião de Carey, o *greenback* era um fiador do objetivo político maior da própria unidade nacional.

O protecionismo segue defendido, sendo complementar ao da questão monetária papelista: o regime papelista é necessário para o país, e potencializa, pela desvalorização cambial, a defesa industrial interna. Além de ajudar também a indústria

⁴⁵³ VALEONTI, Sofia. Henry C. Carey's Monetary Thought and American Industrialization in the Greenback Debate. *History of Political Economy* 54.2. 2022, p.3.

com a queda dos juros: Side by side with the question of protection, and equal with it in importance, stands that of the currency⁴⁵⁴

Num momento de retrospectiva da economia real sob o impacto do papelismo do *greenback*, Henry Carey relembra as ampliações econômicas realizadas:

With the close of the war there came, however, a culmination of that monopoly system established under the national banking laws, by means of which the nation is required, in all the future, to accommodate itself to the procrustean bed thereby created. A decade has now elapsed since its author determined that the nation might be allowed, on certain conditions, to have, in addition to \$400.000.000 greenbacks, the use of \$ 300.000.000 of circulating notes. Since that time our population has increased in numbers twenty-five per cent; our manufactures have grown from 2000 to 5000 millions; our railroads from 33 to 70 thousands miles; our internal commerce [...] has probably quintupled. And yet, so far have his successors been from allowing the machinery of exchange to increase in fair proportion to the daily growing necessity for its use, that there has been, and still is, a constant effort at compelling diminution of its quantity; [...].⁴⁵⁵

E assim, com exemplos históricos fundamentando sua argumentação, faz uma defesa da ampliação emissora fiduciária pela necessidade dos negócios, criticando os defensores da regressão ao padrão metálico, por pretenderem promover uma redução da circulação dos meios monetários. Carey faz uma defesa da manutenção da moeda fiduciária.

Mercado monetário e mercado de capitais: um ponto central a destacar em sua defesa do *greenbackism* para os EUA, é pela barata capacidade desta moeda alavancar a produção, numa sinergia entre mercado monetário e mercado de capitais, num tempo em que ambos de fato se confundiam, o otimismo produtivista de Carey apoiou decididamente a moeda fiduciária *greenback*. Com tal moeda alavancando o crédito para as inversões capitalistas, iria assim necessariamente, alavancar a produção interna, o que tenderia a não ser inflacionista, no médio e longo prazo, pelo aumento da produção. Desta forma, uma moeda fiduciária funcionaria como crédito

⁴⁵⁴ COLFAX, Schuyler. **The Currency Question: Letters to the Hon.** Chicago, Norton, p. 1.

⁴⁵⁵ **Of The Rate of Interest; and of Its Influence on the Relations of Capital and Labor. Speech of H. C. Carey, in the Constitutional Convention of Pennsylvania, 1873.** COLLINS Printer, Philadelphia, 1873, p. 9.

em para a ampliação produtiva, num plano em que se projetava, em sinergia, uma ampliação do mercado monetário como um mercado de capitais em potência.

Sistema bancário nacional: destaca-se também sua defesa do sistema bancário nacional (*National Banking System-NBS*), que ajudou ao governo Lincoln a organizar, como consultor da área, num tema basal do AS, o da capilaridade bancária. O AS até a Era Jackson defendia a solução Hamiltoniana do banco nacional, mas a *guerra do banco* de Jackson foi muito profunda, impondo a marca negativa de *monopolistas* nos que defendiam o banco nacional. Logo, o Sistema bancário lincolniano, criado em 1863, buscava alcançar os mesmos fins do banco nacional, de uma forma confederada: era uma confederação de bancos com o selo do governo da União, com autorização para emitirem os *greenbacks*. Gerando um amplo e inovador sistema de irrigação monetária na sociedade, sob o controle do governo da União.

Let us have a law embracing these provisions, and we shall then be fairly on the way towards the establishment of a financial system the most perfect the world has ever seen. [...] the need for restrictions on the circulation will wholly have passed away. [...] when banks will have ceased to be competitors with the Treasury for furnish circulating notes of any kind, and when the nation may profit to the extent of 50, if not 60 millions a year of the power to furnish the machinery of circulation.⁴⁵⁶

Para além de um autoelogio num projeto ao qual participou, a radicalidade da solução *greenback* abriu largas vias de solução para um acúmulo de problemas, para os quais Carey decididamente fez uma profunda opção intelectual e política pelo papelismo do *greenback*.

Mas um ponto a destacar na defesa de Carey do sistema bancário nacional e do *greenback* é a sinergia que sua interpretação dá a ambas as soluções de forma casada. Tal harmonia da estrutura bancária e monetária criada no governo Lincoln, apontada neste momento histórico por Carey, é um retrato temporal dessa estruturação, mas que num momento posterior encontrará um descolamento da defesa do *greenback* federal e dos bancos organizados no **NBS**. Será o momento dos anos 1870 em que grande parte de tais bancos, os mais fortes deles, irão pressionar por um retorno à conversibilidade metálica da moeda. Será então que os movimentos populistas, *greenbackists*, e pelo *free silver currency*, irão se organizar nos EUA, em

⁴⁵⁶ **The Currency Question: Letters to the Hon. Schuyler Colfax.** Chicago, Ill, Norton, p. 35.

oposição ao **NBS**, e em defesa do *greenback* ou da monetização da prata, quando houve o descolamento deste quadro harmônico, entre **NBS** e *greenback*, descrito por Carey nos anos 1860.

According to the greenbakers, finance was at the heart to the nation's economic and political problems. Their analysis of the country's woes and their prescriptions for correcting them centered on money and baking. This obsession with finance was shared by the financial conservatives. Both *the defenders of gold and NBS*, and the promoters of a government-managed flexible currency system, saw themselves as the protectors of the republic⁴⁵⁷. (Grifos nossos).

O debate monetário nos EUA neste período terá muitas similitudes com o ocorrido no Brasil, mas no Brasil a defesa do papelismo se concentrou nas vicissitudes da necessidade, enquanto que nos EUA a defesa da moeda fiduciária (ou da monetização da prata) encontrou em forças produtivas ativas, no oeste, nos fazendeiros devedores, e nas forças em busca de margens de expansão econômica, seus defensores, a construir um discurso de positividade da solução papelista/greenbackist, e secundarizando questões teóricas sobre “natureza da moeda”.

A centralidade deste debate tão aquecido da questão monetária tinha nuances divergentes nos dois países. E em tal debate, diante do salto no papelismo na Guerra Civil, Carey foi um entusiasta dessa solução para diversos problemas econômicos contra os quais combatia, e a tão intensa questão bizantina sobre se papel poderia ser moeda ou não, realmente não abalou em nada sua integridade intelectual. Carey não se preocupou muito em debater “a natureza” da moeda, mas pragmaticamente focou na melhor moeda para a realidade econômica historicamente dada. Demonstrando um entendimento de que a melhoria das forças produtivas, sempre, é o melhor meio até para a entrada de ouro no país, mas que isso é consequência: acaso um dia a irrigação metálica permita tal solução para o país, isso seria possível, mas para alcançar tal posição o necessário era a ampliação das forças produtivas, que no caso seriam mais rapidamente ampliadas com o fiduciário *greenback*. E,

⁴⁵⁷ RITTER, Gretchen. **Goldbugs and Greenbacks: the Antimonopoly Tradition and the Politics of Finance in American 1865-1896**. Cambridge University Press, 1999, p. 62.

sempre recorrendo à história, defende o papelismo junto aos exemplos dos períodos protecionistas na história.

To many it might seem that this would be a postponement of resumption to the date so distant that none of them would live to see it. Let, however, all such persons study what was done in this respect in the brief period of the existence of the tariffs of 1828 and 1842; let them next next look to what has been done in the past four years; and they will see that all that I have indicated as what is needed to be done, is only what, under a sound and permanent system, **may be done before the lapse of the next decade.**⁴⁵⁸ (Grifos do autor).

Deixa claro neste trecho que o papelismo, assim como o protecionismo, precisam de um tempo de ação para alcançar resultados. E que ele defende ambos, e que os deixando seguramente em ação, permanentemente como defendia, mais rápido do que imaginam a situação nacional estaria num patamar superior, e arrisca um palpite de prazo de uma década. Curiosamente, o período de vigência do *greenback* foi maior que de uma década, mas durou até o final da década seguinte a este texto, até 1879, o ano da morte de Henry Carey, quando os EUA passam a lei de sua entrada no padrão-ouro.

Carey faz uma defesa da moeda fiduciária como uma moeda *viva*, pode-se entender nisso uma visão orgânica da moeda com as necessidades e demandas da economia real, na qual Carey defendendo tal moeda viva, orgânica, corroborando uma visão simbiótica entre mercado monetário e mercado de capitais, contra os que identificam uma *moeda viva* com o padrão-ouro. Sofia Valeonti explicita uma interpretação de Carey chamando o *greenback* de moeda viva e a moeda lastreada de moeda morta (*which is daily compelling a substitution of dead [gold] for living Money [greenbacks]*⁴⁵⁹). O presente trabalho corrobora a ideia central de Valeonti, mas problematiza entendendo que o uso de tais adjetivações das moedas dialogava com o debate monetário de seu tempo.

De tal forma Carey se posicionou contra o retorno ao pagamento das notas em *espécie* tão cedo, ou seja, contra o retorno ao padrão metálico, que nos anos 1870,

⁴⁵⁸ *Idem*, p. 37.

⁴⁵⁹ VALEONTI, Sofia. Henry C. Carey's Monetary Thought and American Industrialization in the Greenback Debate. *History of Political Economy* 54.2. 2022, p. 7.

estava sendo forçado um retorno à tal padrão, com consequências críticas para a economia, como a subida das taxas de juros no país:

[...] They would probably be led to the conclusion that the present sad state of things is consequent upon a policy which is daily compelling a substitution of dead for living money; and that the high rates of interest which thus are caused tend to the destruction of that productive power to which alone can we look for the force required for enabling us ever again to witness a return to specie payments⁴⁶⁰.

Criticando a contração monetária, que viria com o plano de conversibilidade monetária, bem como seu impacto nas taxas de juros que subiam por isso, realizando neste ponto um diálogo convergente com a *Banking School* britânica. E cronicamente, em vários momentos, defende a manutenção dos, e nova emissão de *greenbacks*⁴⁶¹.

Year after year is there an increase in the number of persons who need to use the circulating note: in the space over which they are scattered; in the quantity of “manufactures, merchandise, or the products of labor” needing to be exchanged: with steady concentration of the machinery by means of which exchanges may be made, and corresponding increase of the power of combination among the few who now control the movements of the money market⁴⁶²

E destaca dois pontos conhecidos da literatura monetária brasileira oitocentista, tratando do cenário natural e geográfico estadunidense do mesmo período: apontando as maiores dificuldades de transação econômica em vastas distâncias, para realizar as trocas econômicas entre lugares, e do vasto potencial de riquezas naturais para explorações econômicas, havendo mais meios monetários para tanto.

The more rapid the societary circulation and the greater the facility of making exchanges from hand to hand, and from place to place, the greater is the tendency toward reduction in the rate of interest⁴⁶³.

[...] we need that a proper supply of the machinery of exchange be allowed to our people, increasing the rapidity of circulation and offering

⁴⁶⁰ **Of The Rate of Interest; and of Its Influence on the Relations of Capital and Labor. Speech of H. C. Carey, in the Constitutional Convention of Pennsylvania, 1873.** COLLINS Printer, Philadelphia, 1873, p. 10.

⁴⁶¹ **The Currency Question: Letters to the Hon. Schuyler Colfax.** Chicago, Norton, p. 35-36.

⁴⁶² **Of The Rate of Interest; and of Its Influence on the Relations of Capital and Labor. Speech of H. C. Carey, in the Constitutional Convention of Pennsylvania, 1873.** COLLINS Printer, Philadelphia, 1873, p. 15.

⁴⁶³ *Idem*, p. 20.

new inducements for the application of capital to the work of developing the enormous mineral and metallic resources of the Union⁴⁶⁴.

E segue guiado pela história para tratar do que identificava como seu centro intelectual opositor, e centro histórico desafiador: a Grã-Bretanha. A obsessão britânica é uma constante argumentativa, e que no caso do *greenbackism* em polêmicas, Carey indica o salto desenvolvimentista da Grã-Bretanha, no meio de sua Revolução Industrial, dentro de um regime também papelista de irrigação monetária na pátria identificada como a fortaleza do padrão-ouro. A Grã-Bretanha, depois de suspender a troca de suas notas monetárias por ouro desde 1797, para financiar as guerras napoleônicas e a inflação dos preços de artigos coloniais, retorna ao padrão-ouro em 1819 (a lei passa nesta data, mas começa a valer a partir de 1821), sob uma intensa campanha de David Ricardo para tal retorno. Henry Carey defende neste trecho um caminho oposto ao de Ricardo para a política monetária. A Inglaterra viveu um salto desenvolvimentista num regime papelista, pois Carey defende que os EUA sigam neste regime papelista até completarem algo equivalente com o que se pode chamar de um salto desenvolvimentista.

We have a great work to accomplish, and we should now profit of the lesson read to world in that period which followed the close of the great war of the French Revolution [...].

For twenty years the Bank of England had been injecting gas into currency [...]⁴⁶⁵

Mas com o retorno ao padrão-ouro pelo Banco da Inglaterra, defendido por David Ricardo, após isso, segundo Carey descreve por toda página seguinte (CAREY, 1865, p.38), as crises e bancarrotas empresariais na Grã-Bretanha abundam, descrevendo uma situação que se chamaria de maior financeirização econômica, em oposição ao período de maior expansão produtiva da Inglaterra, vivido durante as guerras, com a suspensão do metalismo pelo Banco da Inglaterra. Novamente a história, a inglesa, serve como guia do melhor caminho proposto para os EUA: o caminho papelista do *greenbackism*.

⁴⁶⁴ *Idem*, p. 17.

⁴⁶⁵ **The Currency Question: Letters to the Hon. Schuyler Colfax**. Chicago, Norton, p. 37.

E, guiado pela história, faz uma intensa defesa de que os EUA, neste momento após sua Guerra Civil, não siga o mesmo caminho da Grã-Bretanha após as guerras napoleônicas (*it will be infinitely worse with us if we shall attempt to follow the example here placed before us*⁴⁶⁶. O Ex. britânico ingressando no padrão-ouro). Deixando secundarizado qualquer discussão teórica sobre “natureza” da moeda, Carey explicita seu pensamento focado no desenvolvimento das forças produtivas, explicitando sua defesa de uma moeda legal, concentrada na capitalização da economia e no aumento dos meios de monetização. Com paciência e estabilidade.

Let us put our house in order; let us adopt the measures needed for making the **Declaration of Independence something more than a mere word of small significance**; let us do all this slowly and quietly, and we shall set to the world an example in peace even more remarkable than that which has been set in the course of the present extraordinary war— returning to the old standard, and without the occurrence of the slightest crises.

That this may be done, it is needed only that those who direct our fiscal operations shall recollect that the National Treasure has now become a partner in, and cutitled to the lion's share of the profits [...] ⁴⁶⁷ (Grifos nossos).

Eis que o defensor da moeda fiduciária não polemiza sobre um retorno futuro para um sistema monetário em espécie conversível, mas enfatiza a necessidade de não haver nenhuma pressa para isso, deixando o regime monetário fiduciário gerar seus frutos expansivos na economia real.

Curiosamente, não se pode deixar de constatar que foi exatamente o que houve nos EUA na experiência monetária do *greenback* (1862-1879), com duas décadas de isolamento protecionista monetário, marcando a consolidação da abolição, com a formação de um mercado de trabalho, com reforma agrária no meio-oeste (*Homestead Act* 1863), marcando a expansão do mercado de terras, na consolidação do modelo republicano capitalista vitorioso na Guerra Civil, sob o efeito deste mercado monetário nacional estruturado sob o *greenback*.

E algo ainda mais importante a destacar no trecho: a conexão política que Carey dá para o desenvolvimento econômico, pois a independência política só se

⁴⁶⁶ *Idem*, p. 39.

⁴⁶⁷ *Idem*, p. 39.

concretiza e se realiza com a independência econômica. Coerente com as lições de Hamilton e Madison, o nacionalismo político guia a construção, sempre dinâmica, dos caminhos econômicos. O nacionalismo econômico emerge como resultado, na defesa de uma moeda legal nacional, que isola e protege o mercado estadunidense. Com no final Carey ainda destacando a positividade do Tesouro Nacional, no sistema bancário nacional de Lincoln, ter um maior controle das operações financeiras. Ele não usa a palavra nacionalismo, mas é essa a ideia que guia o projeto. E descreve o caminho do desenvolvimento econômico com foco na industrialização (*and uses the largest quantity of iron...*) como o caminho do empoderamento nacional, que o uso estratégico da moeda fiduciária permitirá aos EUA. Sendo para Carey a experiência do *greenback* um efetivo passaporte para uma conclusão da independência nacional, pelo seu descolamento do centro mercadológico/monopólico de Londres, permitindo assim um planejamento e operacionalidade nacional, desprendido dos desequilíbrios externos, isolando o sistema monetário nacional das guinadas da fortuna dos fluxos internacionais.

Further than all this, ***we have for the first time acquired something approaching to a national independence***. In all time past, the price of Money having been wholly dependent on the price in England, the most important intelligence from beyond the Atlantic was that which was to be found in the price of British securities on the Exchange of London⁴⁶⁸. (Grifos nossos).

Este trecho supracitado explicita a centralidade da questão monetária para o edifício econômico, sendo tal tema central para a própria independência nacional. Pois sem uma soberania monetária, qualquer linha em direção a algo que lembre um planejamento de maior duração fica refém do centro regulador da base da oferta monetária global. A crítica ao imperialismo, ao imperialismo inglês, é latente e presente por todo o texto de Henry Carey.

Eis que a agenda do AS, da tradição hamiltoniana, passando pelo contexto do governo Monroe, com o que já aqui foi indicado como *Imperial Anticolonialism*, segue se desenvolvendo intelectualmente, economicamente e politicamente, neste momento auge da agenda projetada pelo AS, protagonizada intelectualmente por Henry Carey,

⁴⁶⁸ *Idem*, p. 6.

no contexto da vitória da União na Guerra Civil. Sem nunca deixar de ver os riscos de guerra externa, e de considerar o comércio mundial como um quadro bélico:

The large capitals of this country are the great instruments of warfare against the competing capital of foreign countries, and the most essential instruments now remaining by which our manufacturing supremacy can be maintained;⁴⁶⁹

E essa agenda que poderia ser chamada de desenvolvimentista até então, já pode ser indicada como cripto-imperialista. Pois nessa gangorra entre desenvolvimentismo e imperialismo, busca a complementariedade produtiva, e tem por meta de alcance, um alcance econômico e político, uma meta constante na estruturação da independência dessa república, que mirava o primeiro colocado então no sistema internacional: a Inglaterra.

For the promotion of its arrival, we need to see extended throughout the Union the same principle of association that we proved to be so effective throughout the present war. We need to see A GREAT NATIONAL LEAGUE, embracing men who grow wool, and others who convert it into cloth; men who make iron, and others who need railroad bars; (...) In the words of Jackson, we need to be **Americanized**. (...) shall we have placed ourselves in a position successfully to contend for the control of the commerce of the world, and thus to

OUTDO ENGLAND WITHOUT FIGHTING HER

That control will find its place among the hands and heads of the community that makes and use the largest quantity of iron. A single decade of the system above describe would suffice for placing us, in this respect, side by side with England. At the close of another, she would be left far behind, and we should then have vindicated our claim to that position in the world of which our people so often talk, and of the true means of obtaining which they so little think⁴⁷⁰.

Neste momento de conclusão da Guerra Civil (1865), quando esta carta foi escrita por Carey para o futuro vice-presidente do país, não deixa de ser didático para a pauta de reconciliação nacional no *Postbellum* que se abria, que Carey cite o presidente Jackson, que economicamente combateu as pautas do AS (que Carey defende), para um chamamento ao nacionalismo, usando para tanto um convite para

⁴⁶⁹ *Idem*, p. 27.

⁴⁷⁰ *Idem*, p. 40.

que as forças nacionais (então ainda rachadas) se unissem e se *Americanized*. Eis o nacionalismo do campo vencedor convidando os derrotados para apoiar o plano hegemônico que se impunha. Este plano, com o *greenbackism*, é projetado por Carey para alcançar a Grã-Bretanha em uma década, e sendo mantido tal papelismo por mais outra década, os EUA superariam economicamente sua antiga metrópole, nas projeções de Carey. O caminho seria a ampliação das forças produtivas pelo industrialismo turbinado pela sistema monetário fiduciário (*That control will find its place among the hands and heads of the community that makes and use the largest quantity of iron*). Com ele projetando os EUA como a força controladora do comércio mundial (o controle comercial é a chave do controle geral, já antecipava isso Hamilton).

Melancolicamente, ao final do trecho Carey confessa que confia na fé popular nos destinos da nação, mas não tanto no seu entendimento racional da realidade.

7 O Brasil em Perspectiva: Modernizações Divergentes na Periferia do Capitalismo

A 5 de julho de 1853, D. Pedro II sancionou a lei que criava o Banco do Brasil, resultante da fusão dos dois maiores bancos particulares da época, o Comercial do Rio de Janeiro e o Banco do Brasil criado pelo Barão de Mauá. O novo estabelecimento oficial tinha o monopólio ou a exclusividade de emitir papel-moeda em todo o território nacional, mas tal privilégio foi revogado alguns anos depois, concedendo-se também a alguns bancos particulares, como o do Rio Grande do Sul e o Banco Rural e Hypothecario, o poder de emissão, sob garantia de títulos públicos. Em 1862, o banco recupera sua função de emissor único, pondo fim à política de pluralidade bancária. Finalmente, em 1866, o governo transfere ao Tesouro Nacional a capacidade de emitir, passando o Banco do Brasil a atuar como simples banco comercial.

7.1 Introdução

O caso histórico do desenvolvimento econômico do Brasil pode ser comparado com pontos da história bancária e monetária dos Estados Unidos: como sobre os debates e disputas entre os modelos bancários, entre pluralidade emissora ou monopólio emissor. Sendo uma área de expansão colonial, tropical, o Brasil tem a história econômica de sua formação marcada pela construção de uma plataforma complementar a da economia central a lhe estruturar, e algo análogo ocorria na estruturação produtiva do sul dos EUA. O que Caio Prado Júnior chamou de *Sentido da Colonização*⁴⁷¹: o sentido externo, voltado ao centro do sistema a organizar o mundo colonial como tal, para toda a estrutura econômica das áreas coloniais se organizaram a fim de complementar. Contudo, ao longo da história, sobretudo na *longue durée* (também na média) os *paradoxos das consequências* costumam demonstrar suas ousadias na dinâmica da vida. Não estando escrita a história de trás para frente, com o projeto inicial determinando de forma fatal os destinos dos Povos. Este trabalho busca fugir dos descendentes intelectuais do *Velho do Restelo*, assim como dos determinismos ressentidos, ao focar em linhas intelectuais que buscaram alterar a história, almejamos conferir o quanto conseguiram isso e como. Buscando responsáveis por mudanças (ou por tentativas de mudanças), não buscamos culpados por resistências ou pioras, mas sim forças intelectuais e históricas comprometidas com as mudanças de *Sentido*. Que nas vidas dos Povos, como na de todas as pessoas, muda em determinados momentos. Assim fugimos neste trabalho de visões deterministas: étnicas, religiosas ou culturais. Sendo o caso norte-americano, que já começamos a tratar, didático para demonstrar a ambição do nosso tratamento ao conteúdo sob estudo: num país de passado colonial que se definiu numa Guerra Civil, os projetos em disputa não tinham garantias de vitória, sendo destacado nas obras do *American System* o grau de paixão de seus autores frente às incertezas que tinham sobre a implementação do que defendiam. O caso brasileiro é muito mais escorregadio. Sem uma grande Guerra Civil declarada, os projetos em disputa foram mais discretos em seus confrontos políticos. Partindo-se aqui de pontos de mudança a reconfigurar o *sentido* colonial para o *sentido* de Nação na história do Brasil. Determinantes geográficas, históricas e demográficas geraram muitas surpresas nestes caminhos dos países de passado colonial. Com o crescimento demográfico em

⁴⁷¹ PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1998.

territórios muito maiores que os de suas antigas Metrôpoles europeias a gerarem novas escalas de produção para novos e velhos produtos, podemos rastrear por todas as Américas tais pontos de mutação. No Brasil aqui se inicia de um ponto caro à história política: 1808 com a vinda da Corte para o Brasil.

Sendo tal momento um marco já chamado de uma interiorização da Metrôpole⁴⁷², ele será acompanhado da ascensão de um produto que será central na estruturação econômica do Brasil nos séculos XIX e XX: o café. Outro ponto para a escolha de tal data é por mais outra consequência da vinda da família real para o Brasil: a fundação do Banco do Brasil, iniciando a emissão oficial de papel moeda por uma instituição nacional (e não por instituições totalmente privadas).

O que se trata nestes dois capítulos históricos de Estados Unidos e do Brasil é rastrear o ambiente político e intelectual em que emergiram as correntes intelectuais aqui em estudo: o *American System* nos Estados Unidos e o Papelismo no Brasil. Como dois países então da periferia do capitalismo se colocando no quadro internacional das nações independentes do século XIX, e a buscando relocalizações de posicionamento econômico e político. Assim se busca rastrear como tais linhas intelectuais impactaram nos respectivos desenvolvimentos nacionais dentro do *longo século XIX*, durante o capitalismo centrado no ciclo sistêmico de acumulação britânico⁴⁷³. Como tais nações lidaram com as limitações e possibilidades históricas daquele período dentro de suas materialidades produtivas, e apesar delas. Logo, como trabalharam para mudá-las. Como os projetos em disputa colaboraram ou retardaram os caminhos do Desenvolvimento econômico. E como as escolas intelectuais, tradições políticas e teorias monetárias, aqui em estudo configuram a arqueologia do que havia de mais decididamente conectado com o que virá a ser o Desenvolvimentismo. No caso brasileiro ao papelismo adicionemos o industrialismo e o nacionalismo, como os elementos detectáveis do “cripto-desenvolvimentismo” existente no século XIX. Aonde tais tendências, de forma discordante dos autores que apenas enxergam mimetismos no mundo intelectual brasileiro de então, já se

⁴⁷² DIAS, Maria Odila de Leite da Silva. **A Interiorização da Metrôpole e Outros Estudos**. São Paulo, Alameda, 2005.

⁴⁷³ ARRIGHI, G. **O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo**. São Paulo, UNESP/Contraponto, 1996.

anunciava uma “tropicalização” das ideias europeias em cabeças nacionais que buscavam uma maior digestão de tais ideias à Realidade brasileira⁴⁷⁴.

7.2 Cronologia Monetária do Brasil

A moeda cartal, por mais que tenha existido no Brasil colônia, sempre foi uma prática de círculos privados, ligados por confiança⁴⁷⁵. Sendo muito comum, além das moedas “cartais”, as que fossem produtos consumíveis (logo, não cartal) não perecíveis (com destaque para o açúcar). Mas a cronologia monetária aqui escolhida será iniciada justamente no ano da fundação do primeiro Banco do Brasil, instituição essa responsável por lançar nas “praças” as primeiras notas bancárias que funcionaram como moedas cartais, moedas fiduciárias, oficiais no Brasil. Inovação que terá um largo futuro na história brasileira. O ouro, ou notas lastreadas nele, existiam na economia, mas eram incapazes de lastrear as demandas comerciais e produtivas que cresciam no Brasil. Na Independência a unidade monetária do R1\$000 (conhecida como um conto de réis) equivalia a 3.586 gramas de ouro (conhecido então por uma oitava de ouro). O que equivalia em libra o equivalente a 67 *pence*. Mas tal relação oficial sempre teve muita dificuldade em se manifestar nas praças comerciais e bancárias, com o papel-moeda brasileiro variando muito e raramente sendo cambiável em ouro⁴⁷⁶. Após o encerramento do primeiro Banco do Brasil em 1829, com redução a zero, ou quase, da maioria das notas do banco declaradas como lastreadas ao ouro ou a moedas metálicas (o que ainda não anulava o uso delas como meios de troca internos), criou-se uma pressão pela redefinição cambial do país. O que acabou ocorrendo em 1833, com a desvalorização cambial na Lei de 8 de outubro de 1833 que redefiniu o padrão monetário em R2\$500 por oitava de ouro. Uma das quebras monetárias com o fito de reconectar o que dizia e Lei com o que dizia a realidade das “praças”. Em 1846, em 11 de setembro, nova desvalorização, então R4\$000 passou a equivaler uma oitava de ouro. Sendo este padrão um espectro de longa duração na história monetária do Brasil, valendo legalmente até 1948, com

⁴⁷⁴ Salomão, Ivan Colagelo. Controvérsias Monetárias no Brasil Imperial e suas Influências na Formação do Pensamento Desenvolvimentista Brasileiro. Artigo publicado em **Desenvolvimento em Questão**.

⁴⁷⁵ LEVY, Maria Barbara. **Fundamentos do Sistema Bancário no Brasil: 1834-1860**. Vol. 15. IPEA, 1985.

⁴⁷⁶ PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. Brasiliense. São Paulo, 1998 [1. ed. 1945], p. 357.

várias disputas e planos por parte dos metalistas para lhe tornar efetivo por todo o Segundo Império e começo da República. Voltaremos nestas disputas ao logo do texto.

Conclui-se este tópico lembrando que em 1948 o Brasil efetivou qual seria sua nova taxa cambial, compromisso assumida 4 anos antes em Bretton Woods, acordo do qual o Brasil participou e se comprometeu a definir qual câmbio teria frente a nova moeda central: o dólar. O Brasil informou que seria um câmbio de Cr\$18,36 por 1 dólar. Pela correlação do dólar com o ouro a lhe dar lastro então, de 35 dólares valendo uma onça Troy (31,1 grama) de ouro, a equivalência em ouro do cruzeiro seria então de 0,0484 gramas. Várias desvalorizações seguiram depois disso, até a reforma monetária de 1967 cortar três zeros do cruzeiro para gerar o cruzeiro novo (NC\$). Tendo esta moeda em janeiro de 1970 a relação cambial de NC\$4,35 por 1 dólar.

Esta sintética cronologia foi arrolada para a apresentar o contexto monetário/produtivo do Brasil da independência até o século XX: um país produtor primário, que no sistema monetário do padrão-ouro, conseguia cumprir as determinações legais de lastro ouro em suas notas, apenas quando seus produtos se valorizavam no mercado mundial, quando assim havia ingresso de cambiais no Brasil. Quando a procura pelos produtos brasileiros (sobretudo café, mas também açúcar, cacau, algodão, borracha, fumo... a depender do momento do século XIX focado) caia, o Brasil não conseguia se manter no padrão-ouro, e caia num sistema fiduciário. Criando assim uma crônica esquizofrenia entre o sistema monetário e produtivo no Brasil oitocentista.

7.2.1 Contexto Produtivo e Disputa Monetária no Brasil do Século XIX: Papelistas e Metalistas

Tal relação da moeda em circulação internamente com os padrões de troca internacional é o eixo da disputa monetária que abarca todo o século XIX até o começo do XX no Brasil (com muitos paralelos com o que ocorria nos Estados Unidos então, que também viveu crônicas batalhas em torno de qual moeda usar). Retomando o marco inicial estipulado em 1808, que além de ser a data da fundação do Banco do Brasil, é o marco econômico da abertura dos portos do Brasil. Esta é a base cronológica da história econômica do Brasil do século XIX, e este século será

conhecido como marcado pela polarização entre dois grupos antagônicos em relação a qual moeda se deveria usar: os Metalistas e Papelistas.

Com o Banco do Brasil de 1808 o papel moeda por ele emitido passou a circular, assim como notas e títulos, originalmente emitidos para outros fins, que acabaram nas praças funcionando como moedas. Apesar da dificuldade inicial em atrair ao banco capitais entesourados ou que iam investidos diretamente, com as perspectivas de empréstimos com melhores juros aos correntistas, os depósitos e fregueses surgiram. Uma estrutura bancária financeira surge no Rio de Janeiro a dar fluxo aos gastos governamentais com a corte e a administração pública. O papel moeda é impresso gerando fluxos monetários aos frágeis mercados urbanos e circuitos agrícolas produtores de alimentos e outros produtos de abastecimento em expansão.

Na economia comercial escravista brasileira, no século XIX, o algodão vive uma forte ascensão (sobretudo no Maranhão e em Pernambuco) com a chegada da corte, que presenciou o príncipe Dom João assinar a abertura dos portos às “nações amigas” logo de sua chegada a Salvador, um mês depois do presidente Thomas Jefferson ter assinado um embargo comercial contra a Inglaterra⁴⁷⁷, em meio às disputas comerciais geradas nas guerras napoleônicas, que acabou abrindo chance para a exportação de algodão brasileiro por um período. Foi justamente neste contexto de guerra total no centro do capitalismo europeu entre França e Inglaterra, que os Estados Unidos começam a emergir defendendo sua produção manufatureira numa situação de defensiva militar, com banco nacional e notas bancárias, e política internacional de neutralidade interessada daqueles anos de conflito. Há neste ponto da história estadunidense um sacrifício da produção primária (o algodão) em benefício de um nascente parque produtivo manufatureiro, se aproveitando do inflacionismo das guerras revolucionárias europeias, inflando os preços dos produtos coloniais, e abrindo margem de ação na periferia e semiperiferia. Desde 1807 Thomas Jefferson determinou fechamento de portos que redundariam na segunda Guerra de Independência com a Inglaterra. Encaixando os Estados Unidos no conflito europeu entre 1807 e 1815 de forma a alavancar sua produção manufatureira nacional dentro e por conta do contexto de guerras e de proteção produtiva dada sob a bandeira da

⁴⁷⁷ PARRON, Tamis. **A Política da Escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846**, p. 155.

segurança nacional. O que representou um salto produtivo e qualitativo na pauta produtiva dos Estados Unidos já no começo do século XIX.⁴⁷⁸

Curiosamente, neste ponto os Estados Unidos, com o dito liberal Jefferson, estão participando da política e do comércio internacional como “outro meio para as guerras”, defendendo assim as produções manufatureiras de maior valor agregado a ocupar seu mercado interno, enquanto o Brasil, de forma reativa à orientação britânica, aproveita para lucrar num espaço que se abriu como fornecedor de algodão cru⁴⁷⁹.

No ambiente inflacionário das guerras e de desorganização total do espólio colonial francês, a tradicional produção de açúcar se beneficia, com sua ampliação produtiva até em São Paulo ao fim do século XVIII. Mas, sobretudo, o café emerge no Brasil em sua rota de sucesso do século XIX. Lembremos que o maior produtor mundial de café até 1791 era o Haiti. Produção esta que se desestruturou completamente com sua revolução. O Brasil aí também se beneficiou de intempéries do quadro internacional. Ainda ajudado pela ocupação portuguesa da Guiana Francesa, como uma represália da coroa portuguesa, já na América, contra Napoleão, mas que beneficiou a agricultura brasileira pela assimilação da agricultura tropical mais avançada daquela colônia.

Naquele momento, açúcar, algodão (por pouco tempo) e café (de forma prolongada), assumiam a dianteira da produção exportável do Brasil. Nos gerando divisas internacionais.

O Banco do Brasil de 1808, em larga medida fundado para operacionalizar o funcionamento da corte no Rio de Janeiro, gerando créditos, dívidas e fluxos de caixa para o financiamento dos gastos governamentais, sofreu em 1820 uma quebra crônica em seus fluxos positivos com o retorno da corte a Portugal. A retirada do Banco do Brasil dos diamantes e outros fundos lastreáveis que partiram com a corte, mais a própria partida da corte, com altos custos de transporte e segurança, desvalorizou os papéis emitidos pelo 1º BB. A subsequente Independência do Brasil em 1822, com custos de batalhas contra Portugal, organização comercial e diplomática pelo reconhecimento do jovem Império, mais a estruturação interna do Estado imperial,

⁴⁷⁸ SAES, Flavio Azevedo Marques & SAES, Alexandre. **História Econômica Geral**. São Paulo, Saraiva, 2013, p. 265.

⁴⁷⁹PARRON, Tamis. **A Política da Escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846**, p. 156.

foram feitas com gastos externos usando o que restava de reservas internacionais ou fazendo dívidas na Inglaterra. Internamente, os custos, eram cobertos com papel moeda emitido pelo Banco. O resultado foi uma desvalorização extrema desses papéis, com o fechamento do 1º Banco do Brasil em 1829.

No Brasil dos anos 1830, após a abdicação, em 1833 ocorreu a desvalorização oficial da moeda brasileira, estabelecendo um novo padrão monetário (vide 7.1). Entrando o Brasil então no crônico confronto monetário que viverá pelo resto do século XIX, até o começo do XX: o confronto entre metalistas e papelistas. Com os metalistas reclamando da falta de lastro metálico para as notas brasileiras, o que daria um “valor intrínseco” para a moeda pelo metal nela contido. Logo regularia a própria quantidade de moedas emitidas por conta de sua relação com o metal: caso o valor de mercado da moeda cai frente ao metal, busca-se derreter moedas para obter metal, caindo a oferta de moedas e reequilibrando o valor monetário frente ao metal. Caso a moeda se valorize frente ao metal, o contrário ocorre: com a monetização de metais entesourados e mesmo a importação de metal para tal fim. É o equilíbrio automático do valor da moeda dado pela conversibilidade que garantem seu ajustamento e estabilidade, gerando uma estabilidade cambial.⁴⁸⁰ Esta estabilidade frente outras moedas internacionais que é o ponto central do interesse metalista. A taxa de câmbio é a régua deste grupo.

Tal estabilidade cambial gera maior segurança aos investidores, diminui incertezas e riscos, estimulando os investimentos de capitais. Porém também amarra a economia num sistema que pela estabilidade de preços e câmbio impede qualquer redistribuição de renda alcançável por ações de políticas monetárias.

Mas, contra tais ambições dos metalistas (diante das quais, em tese, os papelistas não se opunham), o principal argumento dos papelistas será algo mais prosaico, largamente reconhecido pelos próprios metalistas: a falta de tais metais no Brasil para lastrear a moeda. Contudo os metalistas, sob a influência da Lei de Gresham, e Hume, buscam via diminuição da emissão de papéis atrair metais (tirando a “moeda ruim” atrairiam a “moeda boa”). Ou, pelo menos, capitais estrangeiros, através da contenção monetária e estabilidade cambial.

⁴⁸⁰ GREMAUD, Amaury Patrick. **Das Controvérsias Teóricas à Política Econômica: Pensamento Econômico e Economia Brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840-1930)**, p. 85-88.

Sendo este o ponto em que os dois grupos mais se confrontavam. Pois os papelistas definem a moeda pela função que ela exerce e não pelo material que a faz: negando a necessidade de um valor intrínseco para a mesma. Sendo sua razão de ser a de servir como intermediária entre trocas, possibilitando tais transferências. Não são os papelistas contrários ao uso de metal para tanto, mas na falta crônica de metal, que era o caso brasileiro, qualquer substituto era melhor que nada. Aos papelistas, o que deve estipular a quantidade de moedas emitidas é a demanda delas pelos círculos produtivos e comerciais.

Caso haja relação econômica a ser praticada por tal moeda, caso haja geração de qualquer produto ou serviço, não tem como tal papel-moeda (ou de qualquer outro material) ser inflacionário. Logo, a “régua” para medir a necessidade de emissão de moedas para estes papelistas não seria a taxa câmbio (como era para os metalistas), mas sim a taxa de juros. Juros altos é a confirmação de que falta dinheiro nas praças. Defendendo assim também a diversidade de bancos emissores, mais ligados as “praças”, seriam mais sintonizados com as necessidades dos negócios. Estando os papelistas dessa forma ligados à “banking school”, enquanto os metalistas, defensores de um banco emissor centralizado e conectado ao câmbio, seriam defensores da “currency school”, na tradição intelectual britânica do século XIX.

Diante dessa divisão interna, a política econômica durante o II Império foi alterada pendularmente entre esses dois pólos em disputa. A preocupação dominante dos metalistas era, com a estabilidade interna, a questão das taxas de câmbio, já que a economia se vinculava diretamente ao exterior, tanto pela importância das exportações e importações como pela entrada de capitais.

Entre cada um dos pólos em disputa, grosso modo, pode-se dizer que aos cafeicultores e usineiros de açúcar favoreciam as desvalorizações e aos importadores, grandes casas comerciais, a desvalorização implicava pagar mais caro pelas mercadorias estrangeiras. Lembrando que no período o imposto de importação era a maior fonte de arrecadação do Estado.

Nesta disputa entre grupos de interesse entre papelistas e metalistas destaca-se que para o Estado a queda da moeda brasileira em relação à libra implicava a necessidade de obter mais divisas para os pagamentos de juros e amortizações da dívida externa em moeda forte (ouro). Logo, não havia uma linha de ação única que pudesse ser apontada como de interesse geral por parte de governo, classes produtoras e classes comerciais. A economia brasileira da segunda metade do século

XIX já mostrava certa complexidade, com o surto cafeeiro e a abolição do tráfico de escravizados (1850) liberando capitais e diversificando o cenário econômico do Brasil e acentuando tais contradições.⁴⁸¹

Mesmo a central relação com a Inglaterra não é de todo homogênea: a hegemonia britânica, num determinado momento, entrou a instalação de fábricas no Brasil, dada a concorrência de seus manufaturados, e num momento posterior favoreceu o aumento de crédito com a exportação de capitais, inclusive em forma de máquinas, para o Brasil.⁴⁸²

De forma sumária, se destaca alguns momentos-chave dessas políticas pendulares entre metalistas e papelistas no século XIX brasileiro, tal como, ainda na primeira metade do século, tendo expirado os tratados de comércio com a Inglaterra, a sua não renovação por parte do Brasil, assim como a reforma tarifária Alves Branco (1844), que visava a angariar mais recursos para o aumento da receita do Governo. Depois desse momento de maior atrito com o ideal britânico do livre-cambismo, há, em 1853, um refluxo, com Itaborahy aplicando medidas monetárias restritivas, defendidas pelos ortodoxos. Mas já em 1857, Souza Franco concedia o direito de emissão aos bancos particulares, inovando numa experiência de *banking school* com ampliação de emissão de papel-moeda neste momento papelista. Contudo, problemas técnicos dessa experiência (assim como a crise internacional de fluxo de capitais com a falência da companhia de seguros *Ohio Life & Trust Copany*, em agosto desse ano, com repercussão no fluxo de capitais para o Brasil⁴⁸³) levaram a um recuo para políticas ortodoxas pelos conservadores metalistas após Souza Franco. Experiência metalista esta que só será abandonada quando da maior crise bancária do Império, em 1864, iniciada com a suspensão dos pagamentos pela grande casa bancária A.J.A Souto e Cia. Tal crise exigiu grande emissão de papel-moeda inconversível, levando ao abandono da política metalista defendida até então e naquele ponto praticada pelos “saquaremas”, esse mesmo gabinete conservador, que se viu, obrigado pelas circunstâncias, ao “curso forçado” como saída da crise. “Da

⁴⁸¹ PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**, p. 154.

⁴⁸² GRAHAM, Richard. **Britain and the Onset of Modernization in Brazil**. Cambridge, Cambridge University Press, 1968.

⁴⁸³ KINDLEBERGER, 2000.

quimera do ouro, os saquaremas viam seu projeto ser tragado pela emissão de papel puro.”⁴⁸⁴

O reincidente projeto metalista, sempre perseguido recorrentemente como uma ideia obsedante, quando se põe em marcha funciona enquanto as cotações dos produtos brasileiros no mercado mundial colaboram. Como tais preços de produtos primários sempre encontram alguma queda em algum ponto, sendo muito oscilantes, as tentativas metalistas no Brasil sempre acabam atropeladas pela história, com as bruscas variações de preços. Forçando assim ao retorno à realidade material, tão desconfortável para tantos então, do papelismo, recorrente, vitorioso na temporalidade histórica, sem ser celebrado e reconhecido como tal por grande parte da elite brasileira. Sempre ressentida da falta do metal amarelo, a sonhar com a *reliquia bárbara*⁴⁸⁵ com a qual tal elite não podia contar para suas emissões.

Esse quadro papelista, iniciado em 1864, será mantido no Brasil ainda nessa década, por conta do imperativo político da guerra do Paraguai. Pois “em contrações posteriores, como a de 1864, e também durante a guerra do Paraguai e a inflação iniciada em 1865, tanto a conversibilidade como a paridade ouro da taxa de câmbio foram abandonadas temporariamente.”⁴⁸⁶ O caminhar pendular das políticas econômicas do Império, entre ideias e questões de ordem prática, balançando tanto em direção ao objetivo de sanear situações deficitárias, quanto em alcançar maior liquidez no sistema para atender às necessidades do comércio e da produção seguia se alternado regularmente⁴⁸⁷, com maior presença cronológica da experiência papelista. Sem que com isso tal solução papelista fosse assumida de forma perene e declarada, como nos Estados Unidos do período “greenback” (1862-1879). No Brasil o quadro pendular entre papelistas e metalistas segue vivo até a Primeira República. Com a sonhada meta dos metalistas de retornar ao câmbio “legal” de 1846 sendo sempre repisada por este grupo, até no século XX, como um espectro que não se dissipava. Apesar da realidade histórica por décadas demonstrar a irrealidade deste sonho espectral na economia brasileira.

⁴⁸⁴ GAMBI, Thiago. Projetos Políticos e Crises Econômicas: Análise do Caso do Banco do Brasil na Crise Bancária de 1864. *Revista Veredas da História* 5.2. 2012, p. 133, 140.

⁴⁸⁵ FERNANDES, Santiago. *Mauá, o Economista do Império. Análise de sua Crítica Científica ao Padrão-ouro*.

⁴⁸⁶ PELAEZ & SUZIGAN. *História Monetária do Brasil*. Editora da UNB, p. 107.

⁴⁸⁷ ABREU, Cristiano. Dissertação de Mestrado. *A Disputa Monetária na Primeira República (1890-1906). Entre Papelistas e Metalistas: A Moeda como Projeção e Resultado do Real*. 2014, p. 29.

Neste ponto podemos dizer que os metalistas invertiam a equação, ao priorizarem o lastro monetário em vez do processo de diversificação do quadro produtivo nacional, que para tal diversificação necessitava, entre outras coisas, de meio circulante. Como o conhecido papalista Barão de Mauá afirmava desde os anos 1850, a emissão de mais papel-moeda inconversível era irrelevante para a desvalorização do câmbio se algum produto relevante de exportação brasileiro se valorizasse significativamente no mercado mundial. Caso tais produtos se valorizassem, nossa moeda se valorizaria⁴⁸⁸. Este era o ponto de vista de papelistas decididos como Mauá. Confirmado pela maior parte do tempo da cronologia monetária do Brasil de então. Como ensina Gustavo Franco sobre o assunto:

Mesmo nos anos anteriores a 1914, estar no padrão-ouro parece mais a exceção que a regra. Com efeito, dos 122 anos entre 1808 e 1930, tivemos apenas 31 anos, ou seja, 25% do tempo onde a taxa de câmbio média anual esteve acima ou próxima das taxas de paridade. A proporção é ainda menor em 1808-1906, cerca de 20%; e para 1846-1906, período onde mais energia foi despendida sobre o assunto, estivemos com a taxa de câmbio perto da paridade em apenas 60 de 720 meses, ou seja, 8,3% do tempo.⁴⁸⁹

Curiosamente no Brasil destes anos de submersão prática ao papelismo nunca houve uma decidida, ampla e prolongada ação política de encampar tal modelo monetário, no qual na prática se estava vivendo, de forma positiva. Por mais que obras empresariais e intelectuais como as de Mauá, Amaro Cavalcanti e outros papelistas já circulassem amplamente, nunca ocorreu uma vitória política prolongada deste grupo, como ocorreu nos Estados Unidos com os republicanos de Lincoln a alcançarem uma hegemonia capaz de impor de 1862 e 1879 uma experiência nacional papalista incontestada e assumida. No Brasil a realidade do papelismo sempre encontrou no campo das ideias larga reprovação e, na ação prática, sabotagem contra sua execução a lhe impedir uma trilha de Hegemonismo, como nos Estados Unidos, de forma decidida durante e após a Guerra Civil, foi alcançada pelo *greenbackism*. Também, curiosamente, nos Estados Unidos foi apenas após tal prolongada experiência papalista (1862-1879) que o país entrou no padrão-ouro *stricto sensu*,

⁴⁸⁸ SOUSA, Irineu Evangelista. **O Meio Circulante no Brasil**. Ed. Z. Valverde (1. ed.: 1878). Rio de Janeiro, 1943.

⁴⁸⁹ FRANCO, Gustavo H. B. **O Papel e a Baixa do Câmbio**. Ed. Reler, p. 17.

ainda parcialmente, em 1879, mas já como um país central no sistema internacional, depois de consolidarem sua expansão produtiva industrial interna e a integração de seus mercados regionais internos com fortes produções agrícolas.

Após uma declarada experiência papelista ininterrupta de quase duas décadas, com a solidez legal de uma inconversibilidade juridicamente garantida, como se não quisessem o *gold standard* (e muitos mesmo não queriam e protestaram por décadas contra a *Cruz de Ouro*⁴⁹⁰ do metalismo a crucificar os Estados Unidos), foi após essa hegemônica experiência papelista do greenback, durante a qual consolidaram seu parque produtivo, quando alavancaram sua base material industrial/produtiva, para só então, entrarem do padrão-ouro de forma segura e perene no quadro internacional. E sempre sendo confrontados internamente pela ampla e forte oposição popular “greenbackista” contra a “cruz de ouro”. Concluindo neste ponto pode-se dizer que havia na experiência papelista nos Estados Unidos uma postura ativa e positiva em sua execução republicana. Com um corpo intelectual e político sendo tecido atrás. Enquanto que no Brasil, largamente papelista do século XIX, por mais que se esforçassem os defensores da expansão deste meio, as práticas papelistas sempre se fizeram sob a “acoimação” do desvio, do erro e, quase, da culpa por parte do discurso dominante nacional brasileiro. Ou, como observou Celso Furtado:

Essa inibição mental para captar a realidade de um ponto de vista crítico-científico é particularmente óbvia no que diz respeito aos problemas monetários. A razão disto deriva de que na Europa não se fez, durante o século XIX, nenhum esforço sério para elaborar uma teoria monetária fora do esquema do padrão-metálico. O político brasileiro, com formação de economista, estava preso por uma série de preconceitos doutrinários em matéria monetária, que eram as regras do padrão-ouro. Na moeda que circulava no Brasil via-se apenas o aspecto “patológico”, ou seja, sua “inconversibilidade”. E ao tentar aplicar a essa moeda “inconversível” as regras do padrão-metálico_ particularmente aquelas do que derivavam da teoria quantitativa_ era levado a afastar-se mais e mais da realidade. Ao historiador das ideias econômicas no Brasil não deixará de surpreender a monótona insistência com que se acoima de aberrativo e anormal tudo o que ocorre no país: a inconversibilidade, os déficits, as emissões de papel-moeda. Essa “anormalidade” secular não chega, entretanto, a constituir objeto de estudo sistemático. Com efeito, não se faz nenhum esforço sério para compreender tal

⁴⁹⁰ Disponível: https://www.andrew.cmu.edu/course/88-301/data_of_macro/cross_of_gold.pdf
Acesso:11/01/2023

anormalidade, que em última instância era a realidade dentro da qual se vivia.⁴⁹¹

É possível questionar o grande Celso Furtado neste ponto, ao se reforçar dentre os papelistas brasileiros a presença de mentes questionadoras e empíricas (como o próprio Mauá, Vieira Souto, Rui Barbosa, e de Amaro Cavalcanti), que tentavam entender com generosidade e audácia intelectual essa realidade em que se vivia. Contudo, tal trecho de Furtado é lapidar ao descrever o quadro geral do horizonte intelectual da elite brasileira do século XIX, como a projeção submissa de seu posicionamento no mundo. Sendo este o quadro dominante do horizonte mental das elites.

Algo muito diferente ocorria nos Estados Unidos, sendo nossa corrente intelectual sob estudo um destacado exemplo, fora da Europa, de esforço regular de “estudo sistemático” para a compreensão da realidade “dentro da qual se vivia” e de como transformá-la conectados com sua materialidade histórica. Em matéria de papelismo, tanto o *American System*, quanto o chamado papelismo brasileiro, estavam conectados num lado contra hegemônico das práticas e ideias econômicas. Mas, apesar dos citados industrialismo e nacionalismo também compõem o quadro mental de parte da elite intelectual e política brasileira, justamente a que era conectada com o papelismo, não houve no Brasil uma coordenação, intelectual/política, comparável com o que se passou com o *American System* e seu impacto e presença no mundo político norte-americano. O inovador Partido Republicano, muito conhecido por seu abolicionismo, até radical, de muitos de seus membros, era em seus principais pontos um projetor das ideias do *American System* em políticas: comerciais, tarifárias e monetárias. O papelismo brasileiro não teve uma amplitude de conexões entre: nacionalismo, protecionismo, ampliação bancária e emissora conectadas a aberturas de frentes econômicas, industrialismo com abertura de crédito, conexão orgânica de bancos com indústrias (criando já um capital financeiro), protegidos por barreiras tarifárias extravagantes... Enfim, dentro do campo papelista brasileiro não ocorreu uma tal coordenação político/intelectual/empresarial em sua trajetória. E nunca houve um partido político decididamente encampando sua agenda, da forma como tudo isso havia ocorrido nos Estados Unidos.

⁴⁹¹ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974, p. 160.

Nesta disputa os papelistas ferrenhos eximiam a inconversibilidade da moeda e o excesso de emissão pelos surtos inflacionários, delegando-os a causas alheias à política monetária expansiva. Nesta oportunidade, repudiavam, a priori, práticas de enxugamento dos meios de pagamentos, pois acreditavam que, dada uma queda da velocidade de circulação, a contração da atividade econômica seria inevitavelmente superior à esperada, com efeitos deletérios sobre a economia real. A falta de coordenação entre expansão monetária e grupos produtores internos será uma falha do modelo a abrir espaço para a inflação. O que seria mais solucionável com um plano coordenado de sistema bancário nacional. Como no programa Republicano nos Estados Unidos de então: que já tinham uma coordenação expansiva entre produção interna (com as mais altas tarifas alfandegárias do mundo então, *internal improvements*, coordenação bancária com os Banking Acts de 1863 e 1864, e os estímulos governamentais das compras militares), com a expansão monetária fiduciária da Era Greenback.

Em um ponto: a defesa da ampliação de meios de pagamentos, num país que precisava de ampliação produtiva em todos os setores, não veio acompanhada do arcabouço amplificado e aprofundado de como finalmente ampliar a produção. Para esta produção interna acabar retroalimentando e, no limite, lastrear a própria moeda fiduciária defendida pelos papelistas. Faltou uma maior conexão com a criação de um contexto para uma ampliação produtiva que a expansão monetária papalista buscava.

Estudando a história monetária do Brasil do século XIX é com certo espanto que não encontramos, de forma clara, algo que corrobore esta bela ideia de Gustavo Franco:

a história econômica cisma em contradizer a máxima keynesiana: não parecem ser as ideias que produzem as grandes iniciativas da política econômica, pelo contrário, aquelas parecem se formar como racionalizações a posteriori de medidas tomadas de modo mais ou menos intuitivo pelos ministros e praticantes da época.⁴⁹²

Pois a prática recorrente em política monetária do século XIX brasileiro, por mais que tenha dado margem de sobra para o campo experimental papalista, não conseguiu construir um discurso intelectual e político que alcançasse algum grau de hegemonia. O discurso papalista, elaborado intelectualmente e na prática, existia,

⁴⁹² FRANCO, Gustavo Henrique. Uma Longa Adolescência. Fases da História Monetária Brasileira. In: LEWIN, Sergio (Org.). **Ideias e Consequências**. Porto Alegre, Editora Sulina, 2008, p. 2.

como Rui Barbosa, Mauá e Amaro Cavalcanti nos são exemplos, mas o peso e força discursiva dos metalistas, sempre que uma ação papelista se impunha, crescia e inundava a narrativa nacional, até conseguir reverter a experiência papelista rapidamente. Sempre por pouco tempo. Mas sendo assim eficaz para a impossibilidade de uma política papelista coordenada de longo prazo. A ideia metalista, formada e seguidora do padrão-ouro, não se arrefecia frente a imposição de uma realidade papelista típica de uma economia primário exportadora. Mostrando a força das ideias a obsedar na prática uma marcha histórica que exigia sempre a saída recalcada pela elite brasileira. Com todo respeito ao G. Franco, tende-se neste trabalho a concordar com o Keynes e demonstrar o peso, força e necessidade das ideias na construção, ou destruição, da economia real. Sendo preciso para tanto que as ideias tenham articulação e capacidade para alcançar alguma hegemonia política.

Ambas as teorias são válidas: tanto a que afirma serem as ideias formadoras do Real, quanto a que afirma que elas seriam resultado de sua racionalização posterior, são corretas e podem ser encontradas pela história. Contudo, neste ponto cabe destacar um exemplo de longa duração, a experiência papelista no Brasil, cuja realidade gerou teorizações, dos papelistas, porém tal teorização nunca alcançou uma hegemonia política. Como ocorreu após a crise de 1930, quando até Grã-Bretanha e Estados Unidos saem do padrão-ouro. Parece haver uma crise sistêmica entre ideia e ação na política monetária brasileira do século XIX, que não se superou numa imposição de um dos lados. O lado da realidade parecia estar com os papelistas, mas a ideologia hegemônica estava com os metalistas. Este tema foi tratado em meu estudo de Mestrado chegando numa síntese desse conflito na Primeira República brasileira com o Convênio de Taubaté, quando a produção de vanguarda da pauta por cambiais do Brasil (café) se conectava com faixas de expansão e retração da emissão monetária brasileira de então, criando uma conexão entre nossa produção geradora de cambiais com as necessidades internas de expansão monetárias, o que no referido trabalho foi chamado de o **metalismo possível**⁴⁹³. Que foi o ponto mais sintético e de maior superação alcançado por aquela elite, já na república, sempre presa entre ideias e realidades materiais entre o metalismo e o papelismo por tantas décadas. E é este um ponto muito curioso e problemático, criador de uma crise sistêmica em como lidar com sua economia por parte do Brasil de então. A explicação para isso, por todos os

⁴⁹³ ABREU, Cristiano. **A Disputa Monetária na Primeira República (1890-1906). Entre Papelistas e Metalistas: a Moeda como Projeção e Resultado do Real.** (Dissertação de Mestrado), p. 59.

manuais e outros livros sobre o assunto, é a hegemonia intelectual europeia sobre o Brasil e o mundo então. Como o trecho de Furtado já citado explica: não houve no mundo intelectual europeu esforço de compreensão efetivo sobre a dinâmica da moeda fiduciária. Entretanto, ainda assim é de espantar a facilidade com que, quase, todos os manuais de História econômica e monetária simplesmente tratam do período entre 1870 e 1914 como sendo o de hegemonia e auge do padrão-ouro no mundo, literalmente ignorando a experiência norte-americana entre 1862-1879. Para não dizer de antes, quando o oficial bimetalismo dos Estados Unidos convivia com moedas bancárias fiduciárias de toda ordem, somadas a uma enxurrada de falsificações⁴⁹⁴.

Logo, a força nacional que ascendeu com mais força no século XX, a maior economia do mundo do século XX, tem uma etapa fulcral de sua história econômica/política literalmente escamoteada, mesmo na literatura especializada em economia e moeda. Pois é sobre esta etapa que se pretende no presente trabalho botar luz. Sobre a experiência nacional papelista nos Estados Unidos, filha do *American System*. Neste ponto do trabalho, quando se trata do Brasil, retorna-se a focar na história dos Estados Unidos, para perceber por comparação as possibilidades e entraves ao reconhecimento de caminhos para o desenvolvimento.

Como por determinado tempo uma corrente heterodoxa alcançou a hegemonia política nos Estados Unidos? O impacto dessa experiência na curva de desenvolvimento dos Estados Unidos nos mostra a força, e responsabilidade, das Ideias nos direcionamentos da História. Pois no Brasil o discurso papelista, como o nacionalista e o industrialismo de então, todos conectados, existiam, sendo a origem das ideias desenvolvimentista do século XX. Porém, mesmo no começo do século XX, tais ideias jamais alcançaram uma hegemonia política no Brasil, como ocorreu nos Estados Unidos dos republicanos de Abraham Lincoln. As Ideias estão na base para a construção do Real, desde que alcancem algum poder no tempo. Sendo esta a diferença entre Ideias Hegemônicas e Ideias Heterodoxas. A disputa das ideias nos Estados Unidos, desde o combate entre Federalistas com antifederalistas, é marcada por uma prática de execução mais aprofundada das ideias programadas: as ideias indo mais fundo no real. E, também, por um aprofundado do hegemonismo dos grupos vencedores: a execução da agenda política dos vencedores é respeitada pelos grupos discordantes derrotados (*the winner takes it all*). No caso brasileiro, tanto com Sousa

⁴⁹⁴ MIHM, Stephen. **A Nation of Counterfeiters. Capitalists, Con Men, and the Making of the United States**, Cambridge, Harvard University Press, 2007.

Franco em 1857, quanto com Rui Barbosa na aurora republicana (1889-91), a agenda papalista foi executada por pouco tempo de forma positiva e propositiva, sendo revertida rapidamente, mas essa “agenda sonhadora do metalismo” era uma negativização crônica da Realidade brasileira papalista, vivida como “uma fase” a ser superada com o retorno da paridade “legal” de 1846, assim que for possível. Negativizando como uma fase passageira algo efetivamente constitutivo da economia nacional, agrário-exportadora, tal relação imagética e cosmogônica, com o que se era de fato, mostra pouca afeição com o que se via na realidade por essa elite política e econômica. Tal negação da realidade mostra mais dificuldade e obstrução, para se construir uma agenda exequível e racional, de busca de superação daquela mesma realidade que tanto incomodava.

7.2.2 Cronologia Tarifária no Brasil

A cronologia tarifária no Brasil também tem no fatídico ano de 1808 um marco regulatório. Pois até então, legalmente, os portos brasileiros eram exclusivos para portugueses. A Inglaterra já vinha pressionando a monarquia de Bragança para a abertura de ao menos um porto brasileiro aos britânicos. Com a vinda da corte para o Brasil, sob a proteção da marinha britânica, ainda na Bahia de Todos os Santos, em 28 de janeiro de 1808, o príncipe regente assinou o Ato Régio da Abertura dos Portos. Neste Ato legislativo o governo não fazia diferença entre nações, permitindo o livre comércio de “nações amigas” e “em Paz” com o reino português, cobrando igualmente dos súditos da coroa e de estrangeiros “amigos” uma mesma alíquota de 24% sobre os importados.

Mas tal legislação não duraria muito tempo sem alterações. Em 11 de junho do mesmo 1808, já estabelecidos no Rio de Janeiro, alteravam-se as taxas em defesa de interesses comerciais portugueses: passando a ser cobrado 16% das mercadorias portuguesas transportadas em navios portugueses e mercadorias estrangeiras transportadas em navios portugueses pagariam 19%, contra os 24% pagos nas naus de outras nacionalidades. Tal legislação durou até 1810, quando as pressões inglesas fizeram valer sua força sobre a coroa portuguesa. Em 19 de fevereiro de 1810 foi assinado o chamado tratado de “amizade e comércio” entre Portugal e Inglaterra, no qual se estipulou taxas de 15% para produtos britânicos, transportados tanto em navios britânicos como portuguesas. Logo, uma taxa menor que a paga pelos produtos nacionais portugueses. Tal situação curiosa, de maior defesa alfandegária

para um país estrangeiro do que para o seu próprio país, irá durar por oito anos, até abril de 1818, quando num alvará régio igualaram-se em 15% as alíquotas entre naus portuguesas e britânicas.⁴⁹⁵

Com a Independência do Brasil as negociações para o reconhecimento internacional da nova nação foi o maior desavio político para o novo Império. Que não tentou nada de novo no campo alfandegário: na nova legislação estipulada em 1828 mantiveram-se as taxas de importação de 15% gerais: portuguesas, inglesas ou de qualquer outra nacionalidade.

Tal situação seguiu por dezesseis anos, até 1844. Quando a tarifa alfandegária de 15 % sobre qualquer produto estrangeiro, importado em naus de qualquer nacionalidade, foi finalmente alterada no sentido de gerar uma política alfandegária e industrialista. Foi apenas em 1844 que começou a vigorar a tarifa, que ficou conhecida pelo nome do Ministro da Fazenda que a passou, Manuel Alves Branco. A nova tarifa alfandegária brasileira, conhecida como tarifa Alves Branco, redefiniu e escalonou as tributações sobre importados. Para mercadorias sem nenhum exemplar nacional como concorrente, a taxa seria de 30 % sobre o valor do produto. Para os que tinham exemplar nacional, igual ou semelhante, tal mercadoria poderia ser taxada em faixas que podiam atingir até 60% do seu valor. O que aumentou muito a arrecadação nacional, fortemente centrada nos impostos de importados. Porém, mais interessante para se rastrear as origens das ideias desenvolvimentistas, tal tributação é um marco intelectual e político ao estruturar uma tributação defensiva para a produção nacional. Para além de ampliar a arrecadação nacional, a tarifa Alves Branco contribuiu para que o setor industrial brasileiro vivesse uma sensível ampliação, pois se estava, desde os Tratados de Aliança e Amizade de 1810 com a Inglaterra, numa taxa de importação de 15%.

Tal alteração de 1844 gerou reações inglesas. Sendo a principal o aperto contra o infame tráfico de escravizados no Atlântico. Em agosto de 1845 a Inglaterra passa a Lei Bill Aberdeen, que intensificava a proibição e a punição aos infratores do comércio de escravos no Atlântico. A lei defendia o direito dos britânicos em verificar as embarcações no mar e apreendê-las ou afundá-las, conforme considerasse necessário. Pode-se ver essa lei como uma reação a Lei Alves Branco do Brasil de

⁴⁹⁵ VILLELA, André. Política Tarifária do II Reinado: Evolução e Impactos, 1850-1889. **Nova Economia**. Belo Horizonte. Jan-Abr, 2005, p. 37-40.

um ano antes. Logo, a Lei Alves Branco também pode ser vista como um estímulo a modernização, econômica e civilizacional, do Brasil quando analisada num contexto maior. Ajudando não apenas a indústria e as contas nacionais, mas também ajudando a civilizar o Brasil, em última instância, ao desafiar interesses britânicos que reagiram nos obrigando a tomar uma atitude contra o infame tráfico humano forçado no Atlântico. Depois de a Inglaterra ameaçar o Brasil com uma guerra, em 1850, finalmente, foi aprovada, em 4 de setembro de 1850, a Lei Eusébio de Queirós, que proibia na legislação brasileira o tráfico forçado de africanos para o Brasil. Considerada um dos primeiros passos na longa estrada da Abolição no Brasil. Leva o nome do então Ministro da Justiça do Brasil: Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, mudando o panorama da escravidão brasileira, que logo mais teria um maior deslocamento interno de escravizados. Notadamente do norte para o sul cafeeiro em expansão.

Contudo, um efeito mais imediato desta Lei foi a da lavagem de capitais antes alocados no tráfico negreiro para outros setores. Realocando capitais e investimentos. Sobretudo através da fundação do 2º Banco do Brasil em 1851. Há na fundação deste banco um marco na modernização dos investimentos, ou mesmo uma espécie de busca em “civilizar” estes capitais que saiam do hediondo tráfico transatlântico forçado, em busca de aplicações mais aceitáveis e humanas. Que então se abriam. O tráfico negreiro não foi destruído de uma só vez, mas a Lei Eusébio de Queirós é um marco sensível nesta trajetória contra a barbárie que finalmente se completava. Marcando um final na origem da reprodução do sistema escravista, tal lei está, no longo prazo, na base da modernização da estruturação do trabalho no Brasil (completada na Abolição e, mais além, nas Leis Trabalhistas). Mas também, de forma mais imediata, na fundação do 2º Banco do Brasil, está na modernização das estruturas financeiras e do investimento de capitais no Brasil. Modernizando neste processo tanto o capital quanto o trabalho.

Marcando uma modernização na ponta dos investimentos, do capital de um lado e, do outro, uma modernização (ainda que muito lenta) na ponta do Trabalho, este momento entre a modernização tarifária de Alves Branco até a criação do 2º Banco do Brasil, depois da Lei Eusébio de Queirós, é um processo de modernização estrutural na reconfiguração do Brasil. Com uma modernização incompleta sendo lentamente, mas decididamente, implementada no Brasil. Com as forças que buscavam acelerar tal modernização e as que buscavam a manutenção da escravidão

sendo os dois vetores dominantes em combate no quadro nacional. Marcando essa situação crônica do II Império: de modernização segura e irrevogável, porém lenta, muito lenta em sua marcha gradual, e segura, para a Modernização, que de tão atrasada parece nascer velha. Talvez chegando tarde demais na corrida entre as nações pela Modernização.

7.3 Papelismo Brasileiro: Amaro Cavalcanti (1849-1922): Papelismo e Nacionalismo em Amaro Cavalcanti: Entre o Internacionalismo das Ideias e o Atavismo dos Fatos

No presente trabalho se estuda a obra econômica de Amaro Cavalcanti (1849-1922), contextualizada na corrente econômica papelista do Brasil na virada dos séculos XIX/XX, tendo por filtro a presença e influência do pensamento econômico produzido nos EUA do século XIX nesses trabalhos. Por Amaro Cavalcanti ter vivido e estudado nos EUA (1875-1881) na *Albany Law School* da *Union University* de NY, e depois ter se tornado uma figura influente no cenário político do Brasil no começo da República, sendo um especialista em questões econômicas e monetárias, que a obra de Cavalcanti foi aqui escolhida. Pois foi alguém respeitado e influente no começo da República brasileira, justamente por seus conhecimentos em economia. Mas sua visão econômica o coloca numa tradição heterodoxa decididamente minoritária no Brasil da primeira República, denominada como papelista.

O homem público Amaro Cavalcanti é identificado como um defensor do exemplo do sistema monetário de financeiro norte-americano para o Brasil em seu tempo de vida pública, exemplo este marcado pelo pragmático uso da moeda fiduciária e pela pluralidade bancária⁴⁹⁶.

O interesse intelectual neste autor se lastreia também no fato de ser ele muito simbólico da mudança referencial que o Brasil viveu na transição republicana. Quando o país se aproximou consciente e deliberadamente dos EUA buscando neste país um modelo. Mas o peso intelectual da Europa seguia ainda dominante na estrutura mental da elite nacional de então, sendo ainda bem menor o consumo intelectual de obras e

⁴⁹⁶ GREMAUD, Amaury Patrick. **Das Controvérsias Teóricas à Política Econômica: Pensamento Econômico e Economia Brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840-1930)**. Tese. Orientador: Dr Flavio Azevedo Marques de Saes. FEA/USP, 1997, p. 100.

produções estadunidenses, se comparado ao fluxo constante de consumo do pensamento europeu pela elite do Brasil. Por mais que uma admiração ao pragmatismo norte-americano dominasse de forma difusa os anseios nacionais naquela aurora republicana, os anglicismos e francesismos ainda eram largamente dominantes no cenário intelectual brasileiro. Encontramos em Amaro Cavalcanti um desbravador desse referencial intelectual que os EUA se tornaram para o Brasil desde então. Como, e se, ele adaptou e digeriu tal influência intelectual em sua obra? E em quais tradições intelectuais norte-americanas ele se baseava e seguia?

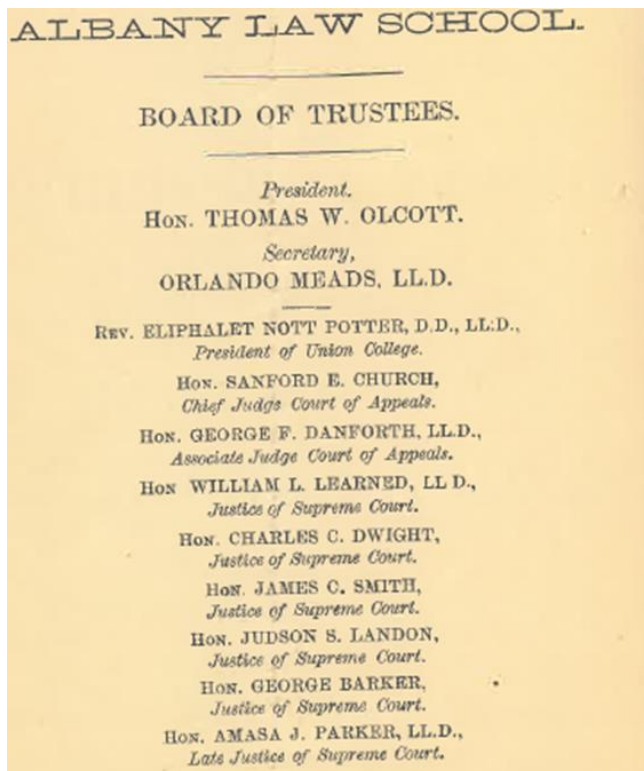
Tais questões são aqui levantadas como eixo de estudo pela importância intelectual que Amaro Cavalcanti teve em seu tempo. Mas também e, sobretudo, pela posição em que os estudiosos da história intelectual e da história econômica brasileira colocam Cavalcanti e sua obra na perspectiva histórica, junto com personagens como Rui Barbosa e Vieira Souto, Amaro Cavalcanti é tido como um proto-desenvolvimentista no ambiente intelectual em que viveu e produziu. Dentro de um ambiente ainda dominado pela ortodoxia econômica de matriz britânica (chamada pelos economistas heterodoxos norte-americanos do século XIX de “Sistema britânico”: o sistema de livre comércio), Cavalcanti se destaca por sua audácia intelectual. Sendo um declarado defensor da moeda fiduciária, quando do forte debate de seu tempo entre metalistas e papelistas. Foi ele um declarado papelista, comprometido com soluções monetárias que fomentassem a indústria: tema central em sua obra. A industrialização foi um sincero tema intelectual deste autor. Sendo ele um dos primeiros a buscar, sistematicamente, destruir os argumentos (tão em voga em seu tempo) sobre indústrias “naturais” versus indústrias “artificiais”.

7.3.1 Delimitação do Tema/Hipótese e Objetivos

O tema de estudo é a obra econômica de Amaro Cavalcanti e a matriz intelectual “papelista” no Brasil, conectadas com o fluxo intelectual da economia política feita nos EUA do século XIX. Sobretudo a alinhada com os autores da linhagem intelectual do chamado “Sistema Americano”. O que há de similaridade e paralelismo, influências ou discordâncias, entre a escola americana e este autor central do papelismo brasileiro?

Na hipótese inicial aventada na presente pesquisa foi escolhido, entre os pensadores papelistas brasileiros, o Amaro Cavalcanti por ter sido ele o primeiro brasileiro a se formar num curso superior nos EUA.

Amaro Cavalcanti (1849-1922), que como Friedrich List morou por mais de cinco anos nos Estados Unidos entre 1875 e 1881⁴⁹⁷ (List morou na Pennsylvania, estado da família Carey, entre 1825 e 1830, com idas e vindas entre EUA e Europa de 1830 e 1833), estando Cavalcanti a maior parte de sua estadia lá ainda sob o regime monetário papalista(*greenback*), vivenciando não só esta experiência papalista lá, como o período do retorno ao padrão metálico dos EUA, em 1879. Foi o primeiro brasileiro a se formar em direito naquele país (aliás, foi o primeiro brasileiro a se formar em curso superior nos EUA), se tornando posteriormente um destacado político e homem público *papalista* no Brasil, e um propagador e defensor de um **Sistema Nacional de Economia Política** no Brasil. Através dele esta pesquisa buscou mais pontos de contato entre essas escolas/tradições, rastreando uma maior “agenda americana” na visão e prática de política econômica no Brasil já no começo da República.



⁴⁹⁷ VIEIRA, Dorival Teixeira. **A Obra Econômica de Amaro Cavalcanti**. São Paulo, Ed. FFCL/USP, 1960, p. 13-14.

Um ponto encontrado durante a pesquisa foi a figura histórica de Thomas W. Olcott, professor e catedrático da *Albany University*, e *president of the Department of Law* durante a estadia universitária de Amaro Cavalcanti nos EUA (a data deste catálogo acima exposto aqui, conseguido com o arquivo da biblioteca da *Albany University* é referentes ao ano de 1880), onde Cavalcanti se formou em direito exatamente nesta Albany Law School.

Thomas W. Olcott era ligado ao Secretário do Tesouro de Lincoln, Salmon P. Chase, responsável pela política monetária papelista do *greenback*. Sendo Thomas Olcott regularmente consultado pelo secretário Salmon para a construção da política monetária, e para a feitura do sistema bancário estadunidense durante a Guerra Civil, o *National Banking System* (NBS), tendo sido Thomas Olcott inclusive indicado para o cargo relativo à moeda de *Comptroller of the Currency* pelo governo Lincoln em 1863. Função esta que por razões pessoais ele acabou não assumindo. Como exposto na fonte aqui indicada:

Disponível em:
<https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1863/09/03/78705880.html?pageNumber=1>

Acesso em: 11/01/2023.

Explicitando assim que a universidade, e o curso de direito, cursado por pelo futuro defensor do papelismo no Brasil, que se tornou Amaro Cavalcanti, era um centro intelectual conectado diretamente à experiência do *greenback* e do *National Banking System* americano estruturado no governo Lincoln.

As fichas técnicas dos catálogos referentes aos anos acadêmicos 1877-1878, 1878-1879, e 1880, da *Albany Law School* da *Union University* de NY, conseguidos diretamente com a prestativa ajuda da arquivista e bibliotecária responsável, Lisa Suto, estão todas postas no Anexo desta Tese.

Amaro Cavalcanti (1849-1922) Obras selecionadas:

-**O Meio Circulante Nacional (1808-1835)**. 1893 Ed. Universidade de Brasília. Brasília, 1983 (o Prólogo)

-**Política e Finanças**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1892:

As obras escolhidas foram estas, por ser **O Meio Circulante Nacional** a obra mais teórica e acabada de Cavalcanti sobre o tema monetário: é aqui analisado o prólogo da obra, no qual Cavalcanti apresenta, sobre o escopo da história econômica brasileira, sua concepção monetária, e no restante da obra busca resgatar a história das questões monetárias do Brasil entre a fundação do primeiro banco do Brasil e o período regencial (1808-1835).

Política e Finanças, por ser sua produção política de discursos no legislativo, justamente durante a chamada *crise do encilhamento*, referente a crise financeira vivida pelo Brasil no primeiro governo republicano, sob a política monetária de Rui Barbosa. Esta segunda obra é uma coletânea de documentos parlamentares de 426 páginas, sendo, portanto, um fichamento completo de tal documento um trabalho extremamente longo, e escando ao escopo da presente Tese. Foi feito sobre este um rastreamento das questões monetárias para lastrear o presente trabalho, sendo inclusive repetitivo para o que aqui se constrói um fichamento completo, além do que causaria um gigantismo desnecessário na presente Tese.

A primeira obra com maiores ambições teóricas, a segunda mais diretamente política, e ambas embasada historicamente. Aos que possam criticar a falta de outras obras, com um maior escopo de análise da produção do autor, foi delimitado na presente pesquisa tais obras, por serem representativas do pensamento do autor, sendo considerado o risco de uma ampliação excessiva ser repetitiva no resultado. E também pelo contexto teórico histórico de cada uma, como já explicado. Além das imposições da limitação temporal para a realização do trabalho, o que levou ao presente recorte dos objetos de estudo escolhidos.

7.3.1 - O Meio Circulante Nacional (1808-1835).

“Ao nosso modo de ver, alguma coisa há que precisa ser alterada, ou na definição ou no definido [...]”

CAVALCANTI, Amaro. *O Meio Circulante Nacional (1808-1835)*.

Neste trabalho Amaro Cavalcanti começa fazendo uma apresentação de sua visão econômica e concepção do que entende por meio circulante. Sendo o prólogo hora analisado um resumo didático de seu posicionamento intelectual relativo à moeda. Contextualizando que o livro almeja tratar do meio circulante no Brasil, começa numa explicação mais ampla e teórica do que entende por meio circulante. Para tanto inicia elencando uma visão muito consagrada no Brasil de seu tempo: a

visão metalista. Que entende por moeda o meio com valor intrínseco: com lastro metálico. Para logo discordar que a moeda precise ter valor intrínseco, sendo a história monetária do Brasil a prova viva de que não é necessário valor intrínseco para a moeda existir e funcionar como tal:

O objeto do presente trabalho é a resenha histórica do meio circulante no Brasil, o qual, durante toda sua existência de nação constituída, nunca teve a moeda (qual definem os economistas clássicos) para servir de instrumento às suas permutas econômicas, utilizando-se, em lugar dela, de agentes fiduciários, que, convencionalmente, lhe têm prestado os mesmos ofícios daquela. Bem ou mal, errada ou acertadamente, assim temos vivido, e, o que é patente, nem por isso o país deixou jamais de prosperar de maneira constantemente progressiva.⁴⁹⁸

Assim segue Cavalcanti criticando a visão então hegemônica em matérias monetárias, de negatização da moeda fiduciária: com a qual o Brasil sempre caminhou. Demonstrando uma visão marcada por um empirismo pragmático, e crítica da teoria dominante.

Diante de fato tão importante, sobretudo por contrastar com o *parecer dos competentes*, que só veem um mal público, um flagelo no emprego do meio circulante inconvertível, pareceu-nos oportuno chamar a atenção do leitor para o que é moeda, vista na sua teoria e na sua prática [...] ⁴⁹⁹

Destaca-se a ironia do autor logo de entrada ao se referir aos *competentes*, que renegam a realidade em nome de teorias. Sem, contudo, cair num pragmatismo anti-intelectual: ele não nega o peso teórico para a compreensão do seu objeto de estudo.

Segue advertindo que não almeja “sugerir, e muito menos aconselhar, a adoção de nenhum plano ou reforma monetária, porventura, adaptável às atuais condições do país.” Definindo-se, com uma modéstia que podemos, com justiça, qualificar de insincera, como um simples amador *literário* do tema.

Para na sequência já seguir desafiando o pensamento hegemônico dos ortodoxos de seu tempo. Explicando que seu trabalho busca fazer “uma análise imparcial da natureza e condições da moeda, no intuito de verificar se a concepção ou definição, emprestada à mesma pelos economistas ortodoxos é, realmente, exata, em confronto com as razões históricas da sua invenção e com os fatos da experiência

⁴⁹⁸ CAVALCANTI, Amaro. **O Meio Circulante Nacional (1808-1835)**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983 (Coleção Temas Brasileiros, vol. 53). [1. ed., 1893], p. 3.

⁴⁹⁹ *Idem*, p. 3.

comum em toda parte.” Para na sequência já antecipar sua visão crítica sobre o ponto de vista dos ortodoxos: “Ao nosso modo de ver, alguma coisa há que precisa ser alterada, ou na definição ou no definido [...]”⁵⁰⁰

Aqui cabe destacar a já estabelecida nomeação como “ortodoxos” para os metalistas do tempo deste texto (1893), indo Cavalcanti empreender “uma análise imparcial da natureza e condição da moeda”, “no intuito de verificar se a concepção ou definição, emprestada à mesma pelos **economistas ortodoxos**, é, realmente, exata,- em confronto com as razões históricas de sua invenção e com os fatos da experiência comum em toda a parte.”⁵⁰¹ Seguindo, nosso autor, os nomeando, pelo texto afora, como ortodoxos. E sempre em sua análise segue uma trilha indicada neste trecho aqui reproduzido: de confrontar as ideias com os fatos históricos. O que nos indica o uso de uma linha metodológica histórica em seu trabalho. Demonstra uma aproximação com o método indutivo. E de fato coloca mais ênfase nos fatos históricos do que nas deduções e ilações tanto repetidas, na sua construção para definir o que seria moeda, declara que tal feito é muito difícil de alcançar: “[...] não há quem ignore o que seja moeda.[...] Mas se desviando os olhos da lição dos autores formos averiguar nos fatos, o que é ou serve de moeda por certo nos convenceremos de que é coisa assaz difícil_ bem definir o que seja moeda”⁵⁰².

Assim Amaro Cavalcanti delineia o quanto tal assunto tem uma aparência simples, mas um conteúdo complicado. Deixando claro que, para ele, os fatos são maiores que a teoria “das lições dos autores...”, vai demonstrando seguir uma metodologia indutiva, ou empírica, histórico-dedutiva. Sendo claramente avesso a linhas de pesquisa hipotético-dedutivas. Para em sequência começar pelo o que considera a definição de moeda de “seu tempo”: “por moeda é certa quantidade de metal (ouro ou prata) marcada com selo oficial (cunho), como sendo o representativo, equivalente de um valor, fixado por lei.”⁵⁰³

Explica que “essa espécie de moeda é tida por *verdadeira* [...] universalmente” e que todas as outras espécies de moedas correntes (cobre, níquel, bronze, papel...) “são consideradas simples *promessas* ou *obrigações realizáveis* da primeira.”

⁵⁰⁰ *Idem*, p. 3

⁵⁰¹ *Idem*, p. 3

⁵⁰² *Idem*, p. 4.

⁵⁰³ *Idem*, p. 4.

Explicado o que se entende em seu tempo por moeda, o que a teoria econômica estabelecida em seu tempo entende por moeda (Cavalcanti deixa bem claro que percebe que este é um ponto de vista de uma intelectualidade enquadrada num contexto histórico), Cavalcanti parte para colocar seu enfoque na realidade patente: as *falsas moedas* (cobre, níquel, mas, sobretudo, papel), as peças que só têm validade enquanto *promessas*, são as de circulação dominante e crescente no Mundo real. Logo: “Os fatos correntes, de dia para dia, mostram-se mais preponderantes, e parecem forçar o espírito científico moderno a uma nova concepção de moeda; porquanto, não é possível *deixar-se a realidade patente aos olhos de todos, para preferir-se o predomínio de uma simples abstração.*”⁵⁰⁴ Eis Cavalcanti novamente mostrando seu método indutivo: histórico-dedutivo, contra ilações hipotético-dedutivas de teorias que defendem “como deveria ser”, por fora dos fatos históricos.

Acusa a anomalia analítica de enxergarem falha, erro e desvio num processo cada vez mais dominante na realidade: as moedas tidas como anômalas, erradas, desviantes, serem os meios mais usados como moedas. E em processo ascendente por todo lado.

Após questionar a validade intelectual desse posicionamento dominante em seu tempo, busca na história explicações alternativas, que revalidem as moedas tidas como anômalas, em moedas válidas em muitos momentos históricos. “[...] é, antes de tudo, indispensável ir buscar, na sua razão histórica, não somente o objeto imediato ou a causa intencional da moeda, mas ainda, igualmente, quais as espécies constitutivas da moeda, entre os diversos povos.”⁵⁰⁵

Define que é aceito como moeda uma unidade representativa de contabilização da riqueza (*unidade de conta*) que tenha sido convencionada como tal e, assim, sendo “universalmente” aceita (naquele definido universo histórico econômico).

[...] achamos por toda parte, que a necessidade ocasional de haver um *representativo* dos produtos ou uma medida comum de *valor convencional* na troca destes, foi o que levou os indivíduos à invenção ou ao emprego desse *medium*, chamado moeda.” “E, quanto à matéria constitutiva da mesma, na ocasião ou nas circunstâncias dadas, não influiu, de maneira alguma, a preocupação de que aquela tivesse, em si e por si, um valor *intrínseco*, ou fosse o *equivalente real* dos respectivos produtos.” “Com efeito, vários e muitos diversos têm sido os objetos adotados para servirem de moeda, sem que se possa ver

⁵⁰⁴ *Idem*, p. 4.

⁵⁰⁵ *Idem*, p. 4.

nos mesmos outro valor algum, a não ser o de seu título nominal, aceito pelo consenso, tácito ou expresso, da tribo, cidade ou nação.⁵⁰⁶

Destaca entre os produtos elencados como moeda ao longo da história as “cabeças de gado (número de reses)”. Uma produção que remonta a pré-história, com valor de uso e valor de troca, sendo um produto que se transporta a si mesmo para o comércio e claramente quantificável (diferente de outros produtos importantes: como os grãos, em que as medidas de peso, indefinidos, podem causar confusão), o gado foi uma unidade de valor inescapável da história humana. Além de ser um exemplo, escolhido pontualmente por Cavalcanti, que fazia um eco profundo nos leitores brasileiros de então, de qualquer região do país, e de qualquer classe social. Naquele Brasil rural, o gado como uma riqueza quantificável, transportável e representativa de unidade de medida para as trocas, era algo de uma proximidade e legibilidade gritante, para qualquer brasileiro, com sua exemplar força didática.

Tal processo argumentativo de Cavalcanti, trazendo uma discussão teórica elaborada para uma base de compreensão popular, lembra muito os autores norte-americanos do *American System* e seus descendentes no movimento populista naquele país depois da Guerra Civil, com uma engajada e fervilhante produção de livros de bolso, artigos de jornais, panfletos e outras publicações com perfil e alcance popular.⁵⁰⁷ Destaca-se aqui, na presente obra de Amaro Cavancanti em estudo, esse paralelismo em ambicionar um alcance mais popular, numa sociedade tão elitizada quanto a brasileira do período.

Segue Cavalcanti explicando como daí para a representação dessas unidades de conta em moedas, propriamente ditas, cunhadas em metal, foi um passo. Aliás, entre vários povos distintos, a solução da inscrição de unidades de valor em moedas metálicas (de qualquer metal) como representação de outras promessas de pagamento (gado, azeite, sal, grãos, ...), sendo tais moedas **representações legais dessas promessas de pagamentos** e não elas próprias carregadas de valor intrínseco, foi a origem das moedas em várias partes distintas. Logo, vê-se aqui uma concepção estatal na origem da moeda, a lhe dar validade: a entidade que emite tais selos, metálicos ou não, que imprime força de lei ao aceite de tais promessas de pagamentos de dívidas.

⁵⁰⁶ *Idem*, p. 5.

⁵⁰⁷ RITTER, Grethin. **Greenbacks and Goldbugs.**

Seguindo ainda no estratégico exemplo do gado, Cavalcanti explica, citando o “distinto economista” L. Say que “os povos pastores preferiam as cabeças de gado(...)mas, como nem sempre houvesse necessidade imediata do gado, os indivíduos contentavam-se em receber em penhor, valendo uma promessa de fornecer aquela espécie (gado), à vontade do comprador. Os metais [...] pareceram os mais cômodos para servir de títulos de penhor, *por serem inalteráveis e pela facilidade que ofereciam em receber uma marca*, indicativa do objeto prometido: *pecus, donde pecúnia.*” “[...] portanto, importa não esquecer que a moeda não é outra coisa mais do que uma *promessa de coisas venais, uma espécie de saque*, tirado sobre as coisas.”⁵⁰⁸

Para arrematar cita o metalista Ch. Gide ao enfatizar que o desenvolvimento e aparição da moeda é um processo que poderia ter recaído sobre qualquer material que apresentasse as facilidades mostradas pelos metais: “[...] por convenção, tácita ou expressa, os homens se acordassem na escolha de um objeto *qualquer* como instrumento de permutas. Este *consensus* dirigiu-se, *mais tarde*, para os metais preciosos...Todavia a escolha podia ter recaído em outra coisa; pois sabe-se que muitos outros objetos têm sido empregados (até *simples conchas*) para aquele mister.”⁵⁰⁹ Assim, não sem um tanto de ironia com a dogmática metalista, tão repetida em seu tempo, Cavalcanti vai abrindo caminho para a chegada do papel como material do meio de troca: “Suponha-se que, por acordo unânime dos homens, ou pela vontade do legislador [...] um pedaço de papel, reconhecível por sinais particulares, um bilhete, como chamam, fosse escolhido como instrumento de permutas.”⁵¹⁰

Desta forma Cavalcanti reconstrói a trajetória histórica do papel até alcançar o posto de material para a confecção das moedas: é o acordado social e politicamente, logo, o acordado legalmente, o que lhe dá poder de ser a matéria para a feitura da moeda. Com tais moedas, de papel, servindo igualmente para serem empregadas para saldar compras, dívidas e taxas, cumprindo com as mesmas utilidades da moeda metálica.

⁵⁰⁸ CAVALCANTI, Amaro. **O Meio Circulante Nacional (1808-1835)**, p. 5.

⁵⁰⁹ *Idem*, p. 5.

⁵¹⁰ *Idem*, p. 6.

7.3.2 Contexto Histórico e Monetário da Obra

Na presente análise do trabalho de Amaro Cavalcanti⁵¹¹ **O Meio Circulante Nacional**⁵¹², de 1893, se destaca o contexto histórico da produção do texto: era o começo da república brasileira, e momento de forte reação metalista às consequências inflacionárias do plano papelista de expansão monetária, do primeiro gabinete republicano, de Deodoro da Fonseca, com Rui Barbosa na pasta ministerial da Fazenda⁵¹³. Este começo republicano do Brasil foi um período de mudanças profundas, e impactantes, para os que as viveram. Por mais que a maioria dos estudiosos sempre as considere insuficientes, como planos modernizadores da sociedade brasileira, que letargicamente, saía da escravidão por último nas Américas. A crítica, e os reclames, contra as consequências da trágica experiência do trabalho em cativo, arrastado até o final do século XIX, eram universais. Mas nunca se conseguiu alcançar um compromisso social coletivo mínimo, em torno do que fazer, efetivamente, para minimizar as consequências funestas da escravidão no Brasil. Assim sendo, os caminhos ensaiados eram sempre insuficientes para as forças progressistas em fermentação. Mas também sempre insuportáveis para as forças reacionárias da ordem.

O prólogo da obra, no qual Cavalcanti se coloca teoricamente, em uma alongada construção teórica e intelectual de sua visão monetária. Depois tratar-se-á do seu projeto de lei publicado como A Reforma Monetária, de 1891, pela Imprensa Nacional. Pois a sequência do livro **O Meio Circulante Nacional**, que ora tratamos, é um levantamento dos decretos legislativos referentes a moeda brasileira, entre 1808 e 1835, lido e estudado pelo presente autor, e de suma importância como fonte para o estudo da primeira metade do século XIX. Sobretudo como levantamento documental e legislativo das moedas do Brasil. Mas que para nosso objetivo aqui, seguir escrutinando toda a obra seria um tanto repetitivo. Nosso objetivo é analisar a visão científica e política de moeda de Amaro Cavalcanti, coisa que aqui se realizou sobre a parte mais teórica da obra.

⁵¹¹ Amaro Cavalcanti foi um teórico papelista, homem de Estado, com participação na vida política do país. Membro da Constituinte de 1891, e sendo senador do Estado do Rio Grande do Norte eleito em 1890; foi ministro plenipotenciário do Brasil no Paraguai, de março a outubro de 1894; nomeado Ministro do interior em 1897; consultor do Ministério de Relações Exteriores, de 1905 a 1906. Em junho de 1906 foi nomeado ministro Supremo Tribunal Federal. Aposentou-se em 1915.

⁵¹² CAVALCANTI, Amaro. **O Meio Circulante Nacional (1808-1835)**.

⁵¹³ GREMAUD, Amaury Patrick. **Das Controvérsias Teóricas à Política Econômica: Pensamento Econômico e Economia Brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840-1930)**. Tese. Orientador: Dr Flavio Azevedo Marques de Saes. FEA/USP, 1997, p. 103.

Segue-se então com a contextualização histórica, com a qual a presente análise de texto em construção se inicia, é fundamental para entendermos as disputas ideológicas e políticas, largamente centradas na questão monetária, vividas no Brasil em que tal livro de Amaro Cavalcanti foi escrito e publicado. A política monetária papelista, ensaiada no gabinete ministerial de Rui Barbosa, na aurora republicana, recebeu a maliciosa alcunha de política do Encilhamento, pelos seus numerosos críticos, defensores da ortodoxia monetária metalista pregada então. Podemos perceber neste livro de 1893, uma reação intelectual e política, contra a enxurrada de críticas então vindas do campo intelectual metalista, contra a experiencia barbosiana na pasta da Fazenda. Na falta de um plano minimamente corajoso e audacioso, para se enfrentar o fim da quadri-secular escravidão brasileira, a audácia monetária de Rui Barbosa, com seu plano monetário papelista expansivo⁵¹⁴, foi a muleta aceita pela elite e a sociedade brasileira, para se completar aquela trágica transição para se formar um país legalmente estruturado em: 1) mercado de trabalho, 2) mercado de terras, e 3) mercado de capitais⁵¹⁵.

Tal ensaio burguês se realizou de forma extremamente lenta, relativamente gradual, e não tão segura, para os fins de aburguesamento social que se almejava. Sendo este ensaio burguês, contudo, decididamente seguro para as forças conservadoras da sociedade. Tudo o que não se fez para uma regulamentação do trabalho, ou para uma legislação agrária modernizante, ficou pesando historicamente sobre a política monetária que se modernizava. Obviamente, não seria possível apenas a frente monetária, sozinha, completar a modernização geral clamada pela sociedade brasileira. Sendo muito comentada a insatisfação de todas as partes interessadas. Contudo, dado já o contexto, iremos aqui aprofundar o estudo das dimensões modernizantes ensaiadas nesta frente monetária então: pois a modernização papelista foi a única, das três grandes frentes de mercantilização aburguesantes(formação dos mercados: de terras, de trabalho, monetário/de capitais), tratadas por Polanyi, em que alguma profundidade de execução existiu na realidade brasileira: o mercado de terras no Brasil nunca recebeu um choque modernizante, e o mercado de trabalho viveria um processo modernizador apenas

⁵¹⁴ <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-31032015-113729/pt-br.php>

A disputa monetária na primeira república (1890-1906). Entre papelistas e metalistas: a moeda como projeção e resultado do real

⁵¹⁵ POLANYI, Karl. **A Grande Transformação. As Origens de Nossa Época**. Ed. Campus, p. 89.

com Vargas. A hipótese aqui levantada é que no caso brasileiro a modernização teorizada por Polanyi em três frentes, ficou hiperconcentrada sobre a frente do mercado monetário. Gerando naquele começo republicano uma modernização deformada, pela hiperconcentração na modernização monetária com o papelismo, e pela ausência de modernização nos mercados de terras e de trabalho. Sendo este trabalho de Amaro Cavalcanti, aqui em foco, um documento da história do pensamento econômico brasileiro, escrito em movimento com a tempestade monetária do papelismo modernizante então vivido.

7.3.3 Moeda e Meio Circulante

Já no título de sua obra há uma estratégia argumentativa: não usa o termo moeda no título, palavra sequestrada pelos metalistas em seu tempo, para designar apenas meios monetários conversíveis. Percebe-se a ironia estratégica ao se abrir mão do termo moeda, e restringir a discussão sobre “as moedas” que de fato se fez uso no Brasil, com uso do termo “meio circulante”. Acaso meios fiduciários não possam ser chamados de moedas, Cavalcanti não briga com a teoria, mantendo-a num altar curioso, para em toda sua obra desidratar tal teoria, pela sua vanidade, frente a história monetária do Brasil, realmente vivenciada, que deixa a teoria metalista com um apertado espaço de existência na realidade. Como explicado no citado trecho de Gustavo Franco:

Pois este foi no caso brasileiro para o século XIX onde mesmo nos anos anteriores a 1914, estar no padrão-ouro parece mais a exceção que a regra. Com efeito, dos 122 anos entre 1808 e 1930, tivemos apenas 31 anos, ou seja, 25% do tempo onde a taxa de câmbio média anual esteve acima ou próxima das taxas de paridade. A proporção é ainda menor em 1808-1906, cerca de 20%; e para 1846-1906, período onde mais energia foi despendida sobre o assunto, estivemos com a taxa de câmbio perto da paridade em apenas 60 de 720 meses, ou seja, 8,3% do tempo.

A rigor, pode-se até mesmo dizer que o século que termina em 1914 não pertence, na verdade ao padrão-ouro, mas é de adaptação e aprendizado a esta extraordinária inovação, a moeda fiduciária, cujos poderes seriam descobertos e redescobertos, usados e abusados inúmeras vezes em todas as regiões do Planeta, no Brasil inclusive, ao longo desses anos. E em 1890, especificamente no Brasil, teríamos um episódio extraordinariamente significativo no contexto desse drama maior, onde os termos de referência eram relacionados, no final

das contas, com a ambição do homem que busca ultrapassar os limites da natureza⁵¹⁶.

Realista com esta situação na qual se vivia, Cavalcanti faz sua obra sem cair num anti-intelectualismo, explicando que seu trabalho busca fazer uma análise “imparcial” da natureza da moeda. Para na sequência já antecipar sua visão crítica sobre o ponto de vista dos ortodoxos, deixando claro que escreve para disputar o campo teórico: “Ao nosso modo de ver, alguma coisa há que precisa ser alterada, ou na definição ou no definido...”⁵¹⁷

Essa forte frase de Cavalcanti é o gatilho intelectual de seu método histórico-dedutivo, e sua aberta declaração de confronto intelectual com os aferrados a um método lógico-dedutivo (os liberais ortodoxos). Pois tal frase destaca o irrealismo de criticar a materialidade objetiva da história (como o crescimento exponencial da circulação do papel-moeda no Brasil, e no mundo), em nome de um dogmatismo ideológico metalista. Logo, nesta singela frase, Cavalcanti anuncia seu intento de somar sua voz na construção do debate sobre “a definição” do assunto monetário. Ou seja: debater teoria. Ele está disputando no campo teórico/intelectual sobre o tema. E se coloca decididamente no campo metodológico histórico-dedutivo. Sendo esta sua postura metodológica central na sua construção intelectual, que o coloca como precursor da tradição intelectual do desenvolvimentismo econômico brasileiro. Dando exemplo de como a periferia do padrão-ouro, no caso a brasileira, antecipou crises paradigmáticas sobre o assunto monetário, que culminariam no centro do capitalismo, na revolução keynesiana do pós 1930. E ironiza:

Diante de fato tão importante, sobretudo por contrastar com o parecer dos competentes, que só veem um mal público, um flagelo no emprego do meio circulante inconvertível, pareceu-nos oportuno chamar a atenção do leitor para o que é moeda, vista na sua teoria e na sua prática [...].⁵¹⁸

Destaca-se a ironia do autor ao se referir aos competentes, que renegam a realidade em nome de teorias. Sem, contudo, cair num pragmatismo anti-intelectual: ele não nega o peso teórico para a compreensão do seu objeto de estudo.

⁵¹⁶ FRANCO, Gustavo H. B. **O Papel e a Baixa do Câmbio**. Reler, p. 17.

⁵¹⁷ CAVALCANTI, Amaro. **O Meio Circulante Nacional (1808-1835)**, p. 3.

⁵¹⁸ *Idem*, p. 3.

Segue ele advertindo que não almeja “sugerir, e muito menos aconselhar, a adoção de nenhum plano ou reforma monetária, porventura, adaptável às atuais condições do país.” Definindo-se, com uma modéstia que podemos, com justiça, qualificar de insincera, como um simples amador literário do tema.

Aqui cabe destacar a já estabelecida nomeação como “ortodoxos” para os metalistas do tempo deste texto (1893), indo Cavalcanti empreender:

[...] uma análise imparcial da natureza e condição da moeda”, “no intuito de verificar se a concepção ou definição, emprestada à mesma pelos economistas ortodoxos, é, realmente, exata, -- em confronto com as razões históricas de sua invenção e com os fatos da experiência comum em toda a parte.⁵¹⁹

Seguindo, o autor, os nomeando, pelo texto afora, como ortodoxos. E sempre em sua análise segue uma trilha indicada neste trecho aqui reproduzido: de confrontar as ideias com os fatos históricos. Nos indicando o uso de uma linha metodológica histórica em seu trabalho. Demonstra uma aproximação com o método indutivo⁵²⁰. E, de fato, coloca mais ênfase nos fatos históricos do que nas deduções e ilações teóricas, tanto repetidas em seu tempo. Na sua construção intelectual para definir o que seria moeda, declara que tal feito é muito difícil de alcançar:

[...] não há quem ignore o que seja **moeda**. Mas, se desviando os olhos da lição dos autores formos averiguar nos fatos, o que é ou serve realmente, de moeda, por certo nos convenceremos de que é coisa assaz difícil— bem definir o que seja moeda, na prática comum, e na acepção diversa dos indivíduos e dos povos [...].⁵²¹

Claro está neste trecho que o autor disputa o campo teórico, em busca de uma definição teórica para seu objeto de estudo, realizando tal construção olhando para a história.

7.3.4 Metodologia e Nacionalização Conceitual na Obra de Cavalcanti

Assim se constata indícios concretos de ser o método indutivo o método usado por Amaro Cavalcanti. E sendo aqui, nesta análise em construção, chamado

⁵¹⁹ *Idem*, p. 3.

⁵²⁰ BLAUG, Mark. **Metodologia da Economia. Ou Como os Economistas Explicam**. São Paulo, Edusp, 1993.

⁵²¹ CAVALCANTI, Amaro. **O Meio Circulante Nacional (1808-1835)**, p. 4.

intercaladamente, como método histórico-dedutivo, ou método empírico-dedutivo. Tal uso intercalado ocorre para se buscar dar ênfase ora aos caminhos empíricos analítico, ora aos históricos interpretativos de Cavalcanti. Pois “O método histórico-dedutivo pode também ser chamado de empírico-dedutivo”, mas “Enquanto o método empírico-dedutivo é principalmente analítico, o método histórico é ao mesmo tempo analítico e dialético”⁵²². A preferência por uma nomenclatura cambiante, ocorre para o objetivo do estudo aqui empreendido: de rastrear ênfases metodológicas averiguáveis, em um trabalho escrito algumas décadas antes das próprias metodologias, que identificamos na obra de Cavalcanti, terem sido plenamente formalizadas. Frente as suspeitas de anacronismo, antes de tudo, lembramos que as ideias têm dimensões geracionais, e que muitas vezes surgem com diferentes folhagens em climas nacionais diversos. Em todo caso, os apontamentos, indicando os caminhos metodológicos de Cavalcanti, se fazem aqui em constatações objetivas, elencadas sequencialmente, retiradas de sua obra. O trabalho em construção é sobre as origens do pensamento econômico desenvolvimentista. E as ideias, sobretudo no mundo histórico, social e econômico (ciências sociais aplicadas, ciências substantivas⁵²³), não surgem prontas: são construídas na luta intelectual para se conseguir definir um recorte, em palavras, da realidade sempre conflituosa. Rastrear a pré-história conceitual de metodologias, palavras e ideias, é um desafio intelectual que aqui nos propomos. Pois destacamos que não é coincidência os precursores do pensamento desenvolvimentistas, como Cavalcanti, já apresentarem uma prática metodológica histórico-dedutiva/empírico-dedutiva: há nele uma antecipação metodológica e conceitual vivida nas tradições heterodoxas desenvolvimentistas do século XX.

Cavalcanti foi no Brasil de seu tempo muito mais do que um amador literário de economia, antecipando tendências intelectuais que se cristalizariam no futuro. Este personagem, que viveu seu auge profissional e intelectual na Primeira República, representa uma ponte intelectual entre o papelismo germinante do II Império, e o pensamento desenvolvimentista brasileiro, florescente no século XX. Sendo um

⁵²² BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Os Dois Métodos e o Núcleo Duro da Teoria Econômica. **Revista de Economia Política**. 29 (2), 2009., p. 170.

⁵²³ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Ortodoxos e Histórico-Institucionalistas. **X Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Política** (2005). Disponível em: https://www.bresserpereira.org.br/works/smallpapers/14.Lawson-Ortodoxos_Historico-Institucionalistas.pdf. Acesso: 11 jan. 2023.

propagador intelectual do Sistema Nacional de Economia Política⁵²⁴, influenciado, entre outros em sua vivência nos EUA⁵²⁵, por Daniel Webster⁵²⁶.

Naquele contexto intelectual, dominado pela *República dos bacharéis* de direito, o trabalho de amador sistemático e metódico, do advogado Amaro Cavalcanti, resultou numa obra especializada sobre o tema. Nela já se reconhece linhas metodológicas definíveis. Essa leitura e escrutínio metodológico sobre Amaro Cavalcanti será importante e revelador, para o cruzamento das linhagens intelectuais em ação, no estudo em tela. Pois num tempo no qual o estudo da economia ocorria nos cursos de direito e, cada vez mais, nas escolas de engenharia, o trabalho intelectual sobre economia de Cavalcanti marca uma transição do estudo da economia política, de uma forma literária e narrativa, para uma estruturação mais sistematizada e analítica.

Assim como também se vê em sua escrita o que aqui se chama de uma *adaptação nacionalizante* de ideias forâneas. Tal encruzilhada intelectual de sua obra, entre o nacional e o internacional, e entre o estudo literário para um estudo mais sistêmico e organizado, têm o mesmo fator intelectual determinante, já defendido aqui: sua metodologia histórico-dedutiva/empírico-dedutiva. Esta, que pode também ser chamada mais genericamente como metodologia indutivista, coloca a história, e a confirmação experimental, a frente das teorias. Muito conectada com a tradição intelectual da Escola Institucional norte-americana que ocorria no mesmo tempo, este institucionalismo americano, que conecta e confronta a teoria à história: no qual não há desenvolvimento, por melhores que sejam os projetos e suas teorias projetacionais, se não houver conexão e fluxo com as instituições locais para a aplicação de tais ideias e projetos na prática. Cavalcanti transborda esta visão, de perfil histórica e institucionalista em seus textos, colocando a história para dialogar com as teorias. E concluindo, de forma análoga ao institucionalismo americano, que teorias que não conseguem dialogar organicamente com uma dada realidade, não seriam interessantes aos habitantes destas realidades.

⁵²⁴ VIEIRA, Dorival Teixeira. **A Obra Econômica de Amaro Cavalcanti**. São Paulo, Ed. FFCL/USP, 1960, p. 21-22.

⁵²⁵ *Idem*, p. 96.

⁵²⁶ WEBSTER, Daniel. **Second Reply To Hayne**. 1 January 26 and 27, 1830.

Assim sua estruturação metodológica, o afastando do amadorismo bacharelesco, o enquadra numa perspectiva metodológica histórico-dedutiva⁵²⁷, empirista, com indícios de influência do institucionalismo americano. Esta sua linha metodológica também é sua chave para executar sua adaptação nacionalizante das ideias e teorias forâneas: na história do Brasil, e em suas soluções institucionais historicamente construídas, estariam as ligas para adaptar as ideias e teorias tidas como universais. Caso não houvesse diálogo possível a definição deveria ser alterada, em vez do definido. O fato histórico é maior do que a ideia, do que a teoria solta, sem chão material de existência. Eis aqui a base e eixo metodológico para a decidida defesa intelectual que Amaro Cavalcanti faz do papelismo, como solução monetária mais acertada para o Brasil, frente ao intelectualmente hegemônico, e cosmopolita, metalismo de então.

7.3.5 A Moeda como Conexão Avalizadora entre Teoria e Prática

Segue com uma estruturação intelectual e metodológica que hoje é bem definível, mas construindo sua obra numa prosa pragmática e, aparentemente, despretensiosa. Assim Amaro Cavalcanti, tratando da circulação monetária, delinea o quanto tal assunto tem uma aparência simples, mas um conteúdo complicado. Deixando claro que, para ele, os fatos são maiores que a teoria “das lições dos autores...”. Com sua metodologia indutiva, ou empírica, histórico-dedutiva, claramente avesso a linhas de pesquisa puramente hipotético-dedutivas. Para na sequência começar pelo o que considera a definição de moeda de “seu tempo”: “por moeda é certa quantidade de metal (ouro ou prata) marcada com selo oficial (cunho), como sendo o representativo, equivalente de um valor, fixado por lei.”⁵²⁸

Explica que “essa espécie de moeda é tida por verdadeira (...) universalmente” e que todas as outras espécies de moedas correntes (cobre, níquel, bronze, papel...) “são consideradas simples promessas ou obrigações realizáveis da primeira.”

Explicado o que se entende em seu tempo por moeda, o que a teoria econômica estabelecida então entende sobre o tema(Cavalcanti deixa explícito que percebe que este é um ponto de vista de uma intelectualidade enquadrada num contexto histórico/intelectual/político), Cavalcanti parte para colocar seu enfoque na realidade

⁵²⁷ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Os Dois Métodos e o Núcleo Duro da Teoria Econômica. **Revista de Economia Política** 29 (2), 2009.

⁵²⁸ CAVALCANTI, Amaro. **O Meio Circulante Nacional (1808-1835)**, p. 4.

patente: que as tidas como falsas moedas (cobre, níquel, mas, sobretudo, papel), essas peças que só têm validade enquanto promessas, são as de circulação dominante e crescente no Mundo real, não apenas no Brasil, mas por toda parte.

Cavalcanti é enfático na defesa da solução papelista como caminho para as questões monetárias, afirmando categoricamente que tal reconhecimento factual da história material em nada fere a análise teórica: de forma empírico-dedutiva defende uma modernização pragmática da ciência economia, de sua teoria.

Assim: “Os fatos ocorrentes, de dia para dia, mostram-se mais preponderantes, e parecem forçar o espírito científico moderno a uma nova concepção de moeda; porquanto, não é possível deixar-se a realidade patente aos olhos de todos, para preferir-se o predomínio de uma simples abstração!”⁵²⁹ Eis Cavalcanti novamente mostrando seu método indutivo: histórico-dedutivo, contra ilações hipotético-dedutivas de teorias que defendem como deveria ser, por fora dos fatos históricos.

Acusa a anomalia analítica de enxergarem apenas falha, erro e desvio num processo cada vez mais dominante na realidade: as moedas tidas como anômalas, erradas, desviantes, serem os meios mais usados como moedas. E em processo de uso crescente por todo o mundo.

Após questionar a validade intelectual desse posicionamento dominante em seu tempo, busca na história explicações alternativas, que revalidem as moedas tidas como anômalas, em moedas válidas em muitos momentos históricos. Destaca-se aqui novamente seu viés metodológico histórico-dedutivo, ao invocar uma razão histórica para construir seu raciocínio: “[...] é, antes de tudo, indispensável ir buscar, na sua razão histórica, não somente o objeto imediato ou a causa intencional da moeda, mas ainda, igualmente, quais as espécies constitutivas da moeda, entre os diversos povos.”⁵³⁰

Define que é aceito como moeda uma unidade representativa de contabilização da riqueza (unidade de conta) que tenha sido convencionada como tal e, assim, sendo “universalmente” aceita (naquele definido universo histórico econômico).

[...] achamos por toda parte, que a necessidade ocasional de haver um representativo dos produtos ou uma medida comum de valor convencional na troca destes, foi o que levou os indivíduos à invenção ou ao emprego desse medium, chamado moeda.” “E, quanto à matéria constitutiva da mesma, na ocasião ou nas circunstâncias dadas, não

⁵²⁹ *Idem*, p. 4.

⁵³⁰ *Idem*, p. 4.

influiu, de maneira alguma, a preocupação de que aquela tivesse, em si e por si, um valor intrínseco, ou fosse o equivalente real dos respectivos produtos.” “Com efeito, vários e muitos diversos têm sido os objetos adotados para servirem de moeda, sem que se possa ver nos mesmos outro valor algum, a não ser o de seu título nominal, aceito pelo consenso, tácito ou expresso, da tribo, cidade ou nação.⁵³¹

Destaca entre os produtos elencados como moeda ao longo da história as “cabeças de gado (número de reses)”. Uma produção que remonta a pré-história, com valor de uso e valor de troca, sendo um produto que se transporta a si mesmo para o comércio e claramente quantificável (diferente de outros produtos importantes: como os grãos, em que as medidas de peso, indefinidos, podem causar confusão), o gado foi uma unidade de valor inescapável da história humana. Além de ser um exemplo, escolhido pontualmente por Cavalcanti, que fazia um eco profundo nos leitores brasileiros de então, de qualquer região do país, e de qualquer classe social. Naquele Brasil rural, o gado como uma riqueza quantificável, transportável e representativa de unidade de medida para as trocas, era algo de uma proximidade e legibilidade gritante, para qualquer brasileiro, com sua exemplar força didática.

Tal processo argumentativo de Cavalcanti, trazendo uma discussão teórica elaborada para uma base de compreensão nacional, lembra muito os autores norte-americanos do *American System* e seus descendentes no movimento populista naquele país depois da Guerra Civil, com uma engajada e fervilhante produção de livros de bolso, artigos de jornais, panfletos e outras publicações com perfil e alcance popular⁵³². Destaca-se aqui, na presente obra de Amaro Cavalcanti em estudo, esse paralelismo em ambicionar um alcance mais popular, numa sociedade tão elitizada quanto a brasileira do período.

Segue Cavalcanti explicando como daí para a representação dessas unidades de conta em moedas, propriamente ditas, cunhadas em metal, foi um passo. Aliás, entre vários povos distintos, a solução da inscrição de unidades de valor em moedas metálicas (de qualquer metal) como representação de outras promessas de pagamento (gado, azeite, sal, grãos, ...), **sendo tais moedas representações legais dessas promessas de pagamentos e não elas próprias carregadas de valor intrínseco**, foi a origem das moedas em várias partes distintas. Logo, vê-se aqui uma

⁵³¹ *Idem*, p. 5.

⁵³² RITTER, Grethen. **Greenbacks and Goldbugs: The Antimonopoly Tradition and the Politics of Finance in America, 1865-1896**. Cambridge, Cambridge University Press, 1997, Preface and Acknowledgments, p. 1.

concepção estatal/legalista na origem da moeda, a lhe dar validade: a entidade que emite tais selos, metálicos ou não, que imprime força de lei ao aceite de tais promessas de pagamentos de dívidas, é que está na origem da moeda, aceita por “[...] tribo, cidade ou nação”, como já citado aqui.

Seguindo ainda no estratégico exemplo do gado, Cavalcanti explica, citando o “distinto economista” L. Say, para explicar que moeda é dívida. L. Say escreveu que:

[...] os povos pastores preferiam as cabeças de gado [...] mas, como nem sempre houvesse necessidade imediata do gado, os indivíduos contentavam-se em receber em penhor, valendo uma promessa de fornecer aquela espécie (gado), à vontade do comprador. Os metais [...] pareceram os mais cômodos para servir de títulos de penhor, por serem inalteráveis e pela facilidade que ofereciam em receber uma marca, indicativa do objeto prometido: pecus, donde pecúnia. [...] portanto, importa não esquecer que a moeda não é outra coisa mais do que uma promessa de coisas venais, uma espécie de saque, tirado sobre as coisas.⁵³³

Cita o metalista Ch. Gide ao enfatizar que o desenvolvimento e aparição da moeda é um processo que poderia ter recaído sobre qualquer material que apresentasse as facilidades mostradas pelos metais:

“[...] por convenção, tácita ou expressa, os homens se acordassem na escolha de um objeto qualquer como instrumento de permutas. Este consensus dirigiu-se, mais tarde, para os metais preciosos... Todavia a escolha podia ter recaído em outra coisa; pois sabe-se que muitos outros objetos têm sido empregados (até simples conchas) para aquele mister.” Assim, não sem um tanto de ironia com a dogmática metalista, tão repetida em seu tempo, Cavalcanti vai abrindo caminho para a chegada do papel como material do meio de troca: “Suponha-se que, por acordo unânime dos homens, ou pela vontade do legislador [...] um pedaço de papel, reconhecível por sinais particulares, um bilhete, como chamam, fosse escolhido como instrumento de permutas.”⁵³⁴

Desta forma Cavalcanti reconstrói a trajetória material da história monetária até o papel, indo este alcançar o posto de material para a confecção das moedas: é o acordado social e politicamente, logo, o acordado legalmente, o que lhe dá poder de ser a matéria para a feitura da moeda. Com tais moedas, de papel, servindo igualmente para serem empregadas para saldar compras, dívidas, taxas e impostos,

⁵³³ CAVALCANTI, Amaro. **O Meio Circulante Nacional (1808-1835)**, p. 5.

⁵³⁴ *Idem*, p. 5-6.

cumprindo com as mesmas utilidades, públicas e privadas, da moeda metálica. É seu status legal que lhe dá valor, não a matéria de que é feita.

Debatendo com a intensa resistência ao papelismo de seu tempo, relativamente ao quadro histórico que foi construindo, do papel ser alçado a uma solução monetária, afirma sobre este quadro:

Que resultaria? Evidentemente, este pedaço de papel, ainda que sem utilidade e sem valor por si mesmo, iria adquirir, imediatamente, o ex-vi desta só convenção, uma grande utilidade e um grande valor, desde que cada um poderia emprega-lo, para saldar as suas compras e solver as suas dívidas. Ora, é precisamente isto o que faz a utilidade da moeda metálica.⁵³⁵

Para na sequência retornar ao debate teórico. Após citar L. Say e Ch. Gide, Cavalcanti segue dialogando com ilustres representantes da teoria econômica. Deixando explícito seu intento em dialogar com o campo teórico. Cita a definição monetária, dada em mais de uma obra, por Aristóteles, para o qual a moeda: "[...] não existe senão em virtude da lei; que seu valor provém desta, e não da sua natureza e substância, e que, conseqüentemente, depende de nós, alterá-la, ou mesmo, privá-la da sua utilidade."⁵³⁶

E segue citando outros autores que reafirmam esta definição da origem do valor da moeda na lei acordada pela coletividade. Como E. de Laveleye:

A moeda é o objeto ou objetos que o uso ou a lei fez adotar, como meio de pagamento, instrumento de permuta, e medida comum de valores. [Sendo] esta pretensão, mais recente, de que a moeda deve ser uma mercadoria de valor intrínseco (o metal-ouro e prata) [...] não é verdadeira, e, ao contrário, é desmentida pela experiência de cada dia.⁵³⁷

E debatendo no campo teórico, segue afirmando que a moeda não é um objeto de consumo direto, definindo a concepção teórica da moeda, ou "sua razão de ser", como algo puramente relativo: "a utilidade da moeda não vem de sua substância, mas de sua função, a qual é: fazer circular valores. A moeda é uma máquina, como um carro: é um meio e não um fim"⁵³⁸.

⁵³⁵ *Idem*, p. 6.

⁵³⁶ *Idem*, p. 6.

⁵³⁷ *Idem*, p. 6.

⁵³⁸ *Idem*, p. 7.

E em seu debate com a história do pensamento econômico, chega ele então ao seguidor de David Ricardo, o formulador de uma visão definidora lógico-dedutiva para a teoria econômica, John Stuart Mill. Stuart Mill afirma, na citação levantada por Cavalcanti, que a moeda “consiste em revestir uma forma conveniente para representar os haveres, os quais haveres podem ser depois [...] transformados ou trocados, à medida de seus desejos e necessidades”. A função da moeda seria a de fornecer à sociedade serviços, que seriam “nem mais nem menos, do que em facilitar a distribuição dos produtos do trabalho, segundo a conveniência daqueles que a possuem.”⁵³⁹ Seria a moeda um meio de troca universalmente aceito, para a troca e o alcance dos produtos do trabalho, os quais são estes produtos o fim para o qual a moeda serve.

Segue Cavalcanti seu rol de citações com ninguém menos que Adam Smith. Que reafirma a definição de moeda como meio, “a moeda [...] presta um serviço análogo ao de um caminho” [...] “tomar a moeda pela riqueza é cometer o mesmo erro, que confundir o caminho [...] com a propriedade”⁵⁴⁰

E afirma que tal visão monetária como médium não era desconhecida dos brasileiros do século XIX. Volta sua citação agora ao legislador brasileiro, participante da histórica reforma cambial de 1846, senador Bernardo de Vasconcelos, que afirmou:

[...] o meio circulante tem valor, não porque ele sirva para satisfazer as nossas necessidades imediatas, mas porque, pelo seu intermédio, se obtém os produtos de que se precisa; não tem outro fim senão passar objetos das mãos dos produtores para as dos consumidores. Ora [...] se o papel-moeda preenche estas funções [...] este uso assegura-lhe valor, e valor igual ao que tem o ouro e a prata, que prestam o mesmo serviço.⁵⁴¹

E em suas citações segue elencando testemunhos de compatriotas. Cita o autor do livro *Os Bancos do Brasil* de 1848, homem de Estado, Ministro da Fazenda, Souza Franco, que afirmava categórico: “É princípio incontestável, que o valor da moeda vem do uso que ela presta, mais do que da matéria de que é formada”. E ainda reforça o argumento mostrando o ágio do papel sobre o ouro: “[...] é essa razão porque na atualidade se prefere 16\$ em notas do Tesouro a uma peça de 4 oitavas de ouro”.

⁵³⁹ *Idem*, p. 7.

⁵⁴⁰ *Idem*, p. 7.

⁵⁴¹ *Idem*, p. 7.

Cavalcanti lhe dá razão, lembrando o então último sensível ágio do papel inconversível do Tesouro, sobre o ouro, ocorrido em 1889⁵⁴².

E, entre homens públicos brasileiros e intelectuais europeus, Cavalcanti vai tecendo seu texto sobre a moeda, colocando a teoria para debater com a história, com a moeda como eixo de averiguação entre teorias e fatos históricos.

Citando agora James Nobel, alerta sobre o erro em confundir o sinal representativo de capital, o numerário, com o próprio capital. Deixando claro ver a moeda como um meio, um instrumento de mediação e representação dos valores realizados pelo trabalho. Assim explicita uma visão cara à tradição progressista, heterodoxa, de que a moeda deve facilitar a circulação e alavancar a produção, e não ser um bem de entesouramento. Cavalcanti é enfático em priorizar um meio circulante estimulador da produção e da troca, em relação a uma excessiva preocupação com a função monetária de reserva de valor. Escreve Cavalcanti: “É fato sabido que tanto mais cresce a produção, quanto mais rápida tem de ser a circulação”⁵⁴³.

Para na sequência, ainda citando o senhor James Nobel, definitivamente declarar o padrão-ouro como um sistema ineficiente, prenhe de riscos de crise por falta de numerário, que privilegia os grupos sociais e países já ricos, sacrificando todo o potencial de produção e crescimento da maioria dos países e pessoas. Pois “o numerário, que no atual sistema tem o privilégio de ser o agente único da circulação, não só oferece graves inconvenientes como tal, mas ainda, a sua quantidade é sabidamente desproporcionada com os valores que tem de representar... e a consequência fatal é que o sinal representativo, absolutamente estéril em si mesmo, exerce uma dominação opressiva sobre o capital real, sobre todas as forças produtivas, sobre as fontes da própria riqueza; e [...] condena essas mesmas fontes ao seu capricho, por seus temores ou exigências, à esterilidade, à inatividade e à estagnação!...” Um tal sistema monetário como o do padrão-ouro sufoca a produção e força uma estagnação estéril. Para haver sistema monetário positivo para as forças produtivas “é evidente que o sinal, que tem o monopólio de representar o capital na circulação, deve sempre existir em uma quantidade equivalente àquela dos valores, que é chamado a representar, e não deve jamais desaparecer de circulação”⁵⁴⁴

⁵⁴² *Idem*, p. 8.

⁵⁴³ *Idem*, p.8.

⁵⁴⁴ *Idem*, p. 9.

E o autor que começou seu prólogo declarando não ter ambição alguma em sugerir, e muito menos aconselhar, a adoção de plano ou reforma monetária ao país, inegavelmente aqui alcança o ponto de, pelo menos, deixar claro qual sistema monetário o país não deve seguir. Pois, sem esconder um certo azedume com a arrogância metalista de seu tempo, Cavalcanti pergunta: “E agora respondam os competentes: a moeda metálica corresponde ou satisfaz a todas estas condições de progressivo desenvolvimento econômico? Não certamente.”⁵⁴⁵

Pois a moeda cambiável no padrão-ouro “sujeita a retrair-se ao aspecto da menor crise, a ser fundida ou aplicada a outros mistérios, e a ser exportada a todo o momento, ela pode desaparecer, irremediavelmente, da circulação, e desta sorte obstruir as fontes da riqueza e impossibilitar o desenvolvimento da prosperidade geral.” Para Cavalcanti nestes momentos de crise, a moeda metálica seria especialmente ineficaz, por seu excesso de prudência e tendência irresistível ao entesouramento. Esta moeda “deverá, sobretudo, retrair-se [...] nas ocasiões em que aliás mais se precisasse do emprego da moeda...”⁵⁴⁶

Sem mais rodeios, ou tergiversações com a teoria, Cavalcanti completa sua defesa do papelismo como sistema monetário:

[...] patenteados estes e outros inconvenientes, é certo que ocorreu muito cedo à atividade inteligente dos povos o emprego de outra moeda, mais poderosa, a moeda de crédito, isto é, o papel fiduciário.⁵⁴⁷

Neste ponto Cavalcanti faz o salto papelista completo. Pois critica que o papel-moeda só deva ser “emitido como um contravalor do próprio metal”. Alegando-se com a construção de soluções positivas, no pragmatismo da realidade, que ele constatar ir deslocando os dogmatismos teóricos dos defensores da relíquia bárbara, ao constatar que:

É verdade, e felizmente para o progresso econômico dos povos, que a despeito deste rigorosismo teórico, que constitui o ensino clássico das escolas- na prática geral se tem adotado e seguido conduta inteiramente diversa: o crédito, público ou privado, caracterizado principalmente sob a forma de títulos ou promessas de pagamento ao portador, tem sido, e continuam a ser, o meio circulante monetário mais abundante, mais eficaz, nos múltiplos resultados e conquistas da

⁵⁴⁵ *Idem*, p. 9.

⁵⁴⁶ *Idem*, p. 9.

⁵⁴⁷ *Idem*, p. 9.

moderna civilização, sem medir a extensão do elastério sobre o lastro metálico, porventura, existente na economia do respectivo país.⁵⁴⁸

E conclui suas citações, achando uma inusitada defesa do papeplismo na pena de ninguém menos que o defensor histórico do bulionismo David Ricardo:

A moeda é no estado mais perfeito, quando ela se compõe de papel unicamente... O uso do papel, em lugar do ouro, substitui um agente, assaz dispendioso, por outro que pouco custa [...] sem daí resultar nenhuma perda para os particulares⁵⁴⁹.

Infelizmente, o senador Amaro Cavalcanti, seguindo práticas da época, não cita de qual obra de David Ricardo tirou a citação. Mas o caminhar de sua argumentação, repete e aponta para dois problemas do ouro: seu custo, e sua quantidade extremamente insuficiente para a função de lastro monetário. Toda a argumentação dele se volta para a defesa da ampliação das forças produtivas, defendendo que a moeda é um meio para aumentar a produção e facilitar a circulação. Por isso o papel, legalmente emitido, cumpriria a função monetária com maior eficácia do que o ouro. Cavalcanti desloca a ideia de lastro intrínseco (metálico) da moeda, para a ideia desenvolvimentista de lastrear a moeda na produção: quanto maior os produtos, maior a variedade deles, maior será o poder de compra dessa moeda. Numa visão nacional de moeda.

Cavalcanti insiste na insustentabilidade de um lastro ouro, num mundo que corre cada vez mais para a ampliação industrial. Ironiza que, se Ricardo em seu tempo já deixou escapar essa defesa do papel-moeda, o que diria se estivesse no fim daquele século XIX:

[...] se visse, como nós outros, que no presente a moeda metálica, cada dia menos suficiente para ser o intermédio das permutas na vida econômica dos povos__ aqui desapareceu totalmente do mercado; ali subsiste como padrão legal dos valores que **o crédito** põe em circulação; acolá, como suposta garantia de circulação bancária na razão de um terço, ou, quando muito, da metade; e que ainda nos países melhor providos, ela não desempenha senão uma parte relativamente mínima, das suas funções, cabendo a **parte máxima** aos numerosíssimos instrumentos de crédito público e privado?!⁵⁵⁰

⁵⁴⁸ *Idem*, p. 9.

⁵⁴⁹ *Idem*, p. 10.

⁵⁵⁰ *Idem*, p. 12.

Cavalcanti insiste em refutar a teoria de que o ouro apenas seria a verdadeira moeda. E já passa a levantar a hipótese de que os problemas inerentes, de custos e baixa quantidade, “podem ser tais, que vão até ao ponto de nulificar as próprias vantagens tão apregoadas!...”⁵⁵¹ do lastro ouro. Sendo para Cavalcanti o mal de sua insuficiência, causador de crises bancárias e corridas especulativas, o pior problema do ouro como lastro.

E como efeito político, na hierarquia das nações, dessa insuficiência do metal, já indica uma crítica ao sistema monetário monopolizador/concentrador, que o sistema do padrão-ouro configura: este só seria interessante aos poucos países centrais, que conseguem uma estocagem de ouro:

[...] monopolizada por três ou quatro nações (França, Inglaterra, Alemanha, EUA), as quais pelo desenvolvimento e consolidação dos seus meios de trabalho ou indústrias bem fundadas, conseguiram acumular grandes riquezas. [...] As outras nações, umas pobres pelas condições naturais [...] outras pela inexploração ou desaproveitamento dos ricos elementos que possuem, subsistem todas, no que se refere as condições monetárias, na dependência daquelas poucas felizes, as quais lhes ditam a lei, segundo melhor convém aos seus interesses, em circunstâncias dadas [...].⁵⁵²

Cabe destacar neste trecho três pontos: uma discussão que bate na questão técnica (um lastro que não existe em quantidade exequível para a função a que é indicado); destacar a defesa da produção e desenvolvimento, como funções a serem desenvolvidas por uma moeda eficaz; e finalmente, destacar a questão nacional: esse sistema monetário planetário que era o padrão-ouro, serve a apenas poucas nações já ricas, barrando e constringendo o desenvolvimento das nações atrasadas. As discussões sobre soberania nacional, e crítica ao sistema internacional de perfil hierárquico, imperialista, encontram na obra de Amaro Cavalcanti espaço de discussão analítica, *avant la lettre*.

Acusa o autor que o padrão-ouro gera algo como um controle circulacional no sistema, por partes dos países superavitários (no caso, o superávit em produtos, gerava o superávit nominal em ouro). E até a produção dos países deficitários, nesse sistema, se voltava prioritariamente para abastecer este centro. O que reforçava o ciclo da dependência, pela baixa e deformada produção dos países periféricos,

⁵⁵¹ *Idem*, p. 12.

⁵⁵² *Idem*, p. 13.

somada a necessidade crescente de importar, com uma concentração produtiva voltada para abastecer o centro, deixando tais países no crônico risco de crises cambiais e na dependência.

Este quadro é reforçado em sua argumentação lembrando que todos os países da América, com a exceção dos Estados Unidos, vivem no regime do meio circulante fiduciário. Para neste ponto abrir um gráfico descrevendo a crise de fuga de ouro na crise americana de 1893, que faz Cavalcanti aventar que não estaria fora do horizonte toda a América ir para o meio fiduciário. Mostrando que houve queda do stock de ouro de 35 milhões de dólares entre 1892 e março de 1893⁵⁵³. Tal fuga de lastro ouro se deu nos EUA no contexto de crise monetária, em que um forte grupo de agricultores do meio-oeste defendia a monetização da prata (*free silver currency*), ou a volta do *Greenback* (moeda fiduciária). Estas pressões levaram a uma crise do stock de ouro entre 1892-96. Quando a derrota do democrata contra o padrão-ouro, William Jennings Bryan (1896) foi o auge da crise. Mas sua derrota devolveu a estabilidade ao sistema pró padrão-ouro. Ali houve de fato uma crise de confiabilidade, que poderia ter tirado os Estados Unidos da rota do padrão-ouro. E Cavalcanti testemunhou esta crise em seu texto, deixando claro como o meio fiduciário é o principal meio monetário mesmo nos EUA⁵⁵⁴.

Segue o autor mostrando, que esta situação crítica se repetia em todo o sul da Europa: a falta de ouro era uma gargantilha sufocante para o progresso e a produção por todo lado em que se olhava o padrão-ouro. Sendo o lastro ouro cada vez mais simbólico, frente as necessidades monetárias das sociedades em modernização. Mostra que de uma tabela de vinte países europeus, treze estão com os stocks em ouro abaixo da metade, para com estes exemplos reforçar seu argumento da falta em quantidade do ouro, para este ser lastro monetário, diante de um mundo em modernização industrial: “nas atuais condições do incomensurável desenvolvimento dos povos moderno, falta aos metais preciosos um dos requisitos indispensáveis__

⁵⁵³ *Idem*, p. 11.

⁵⁵⁴ *Idem*, p. 11: “Os bancos de New-York tinham perdido 500.000 dollars, nas suas reservas, de 13 a 23 de março, e 29 milhões e meio, desde 26 de março de 1892. O *drail* não para... A importação total do ouro no ano civil de 1892 fôra de \$17.400.000, ao passo que a sua exportação dita subiu a \$ 70.400.000, isto é, reduziu o stock do ouro do país em 35 milhões para menos. Agora, ainda ateu-da-se: em 18 de fevereiro de 1893 tinha-se emitido 130 milhões de dollars de papel do Tesouro, que juntos nos *greenbacks*, ainda circulantes na importância de 316.800.000 dollars. perfaziam um total em papel do 476.800.000. Em 14 de julho de 1890 - a reserva do Tesouro para o reenbolso da segunda parcelaa (*greenbacks*) era de 190.500.000 dollars,- e a 18 de fevereiro deste ano, já existiam somente 107 milhões em oara. para reembolsar a soma total”

quantidade o bastante__ para que possam eles conservar o seu privilégio de única moeda verdadeira nas relações econômicas de todos eles.”⁵⁵⁵ A prata estava incluída na crítica ao metalismo de Cavalcanti.

Neste ponto não deixa dúvidas de seu papelismo, criticando o metal como lastro monetário, seja ouro ou prata. Deixando claro não ser apoiador da prata (*free silver currency*), mas um decidido papelista (*greenbackist*) mesmo:

Note-se: a nossa conclusão refere-se à moeda metálica, consistente nos dois metais— ouro e prata; portanto, se, porventura, admitirmos que o bimetalismo vai se repelindo da maioria dos povos, como atualmente já se dá em alguns deles: então escusado é dizer que o defeito apontado tomará proporção muito maior e, em extremo, prejudicial [...]⁵⁵⁶

Neste debate de seu tempo, em que a prata ocupou um espaço tão destacado do debate monetário sobretudo nos EUA, se contrapondo a falta de ouro, Cavalcanti não entra na defesa da prata como solução da escassez monetária, apenas reforça seu anti metalismo em geral, dizendo que se a prata não é solução: para Cavalcanti o *barbarismo* dos metais não se restringiria ao ouro. Apenas que com o monometalismo do ouro a situação era ainda pior. Assim moeda de crédito, papelista, seria, para ele, a solução mais adequada.

Comenta congressos internacionais sobre a questão monetária, e o debate sobre o bimetalismo, pelo mundo. E articula seu texto então na defesa da solução monetária, como um necessário acordo multilateral de escala global entre os países, para se alcançar sucesso em resolver a questão:

[...] o fato, que todos vêem e ninguém contesta é: que a questão da moeda se apresenta, na atualidade, como um problema econômico, não do interesse privado deste ou daquele país, mas como uma questão de ordem internacional, e de tal transcendência, que da sua resolução muito depende o bem-estar e o progresso da maioria dos povos.⁵⁵⁷

E neste ponto, além de defender algo que hoje chamaríamos de multilateralismo, para se acordar um novo sistema monetário internacional, destaca a base para sua visão papelista, que o faz não embarcar na proposta do bimetalismo, pois a moeda precisa servir ao uso máximo da capacidade produtiva em potencial da

⁵⁵⁵ *Idem*, p. 16.

⁵⁵⁶ *Idem*, p. 16.

⁵⁵⁷ *Idem*, p. 17.

sociedade: por isso cabe tão bem seu reiterado uso de chamar de moeda de crédito sua solução papelista. A ampliação produtiva possível é o termômetro para a emissão monetária (o que nos relembra a taxa de juros, dos adeptos da Banking School, como régua para a emissão monetária).

Afirma Cavalcanti:

Precisamos de uma reforma radical na legislação monetária internacional, baseada em princípios positivos e conforme as mútuas relações atuais da indústria e comércio, **a fim de bem corresponder à atividade industrial e à expansão econômica indefinida de nosso tempo**. Precisamos assentar os preceitos da lei interna de cada povo sobre o meio circulante nacional, não dominados da cega submissão ao privilégio exclusivo dos metais preciosos, mas guiados, sobretudo, pelo livre critério das necessidades da indústria e do comércio, que podem e devem desenvolver-se em vista do engrandecimento do próprio país.” “Os fatos convencem, por toda a parte, de que esse privilégio, reconhecido aos metais preciosos, para serem **a moeda**, tem sido, e continua a ser, **uma verdadeira tirania do trabalho e da vida nacional de muitos Estados [...]**⁵⁵⁸ (Grifos nossos).

Novamente Cavalcanti deixa claro que a “solução prata” não lhe convence, mas sim a moeda de crédito, papelista, como a solução real “à atividade industrial e à expansão econômica indefinida de nosso tempo”. Neste trecho, se o autor chamasse o metalismo de “reliquia bárbara”, soaria muito adequado em seu texto: Cavalcanti está conectado de forma plena a uma visão de moeda aberta, e comprometida, com o desenvolvimento das forças produtivas, com uma visão de futuro comprometida com as promessas de progresso: infere-se de seu texto que o objetivo maior da política monetária é a expansão das forças produtivas, sendo por isso o papel-moeda tecnicamente eficaz, com resultados de ampliação do produto nacional, o que não tenderia a ser inflacionário no médio e longo prazo, cumprindo assim com promessas de desenvolvimento econômico, com suas consequências sociais e humanas. Além de ter uma visão comprometida com a ideia de nação, como a plataforma política de ação para o desenvolvimento econômico, na qual a solução monetária nominalista do papelismo era eficaz, coerente com sua visão econômica tributária do Sistema Nacional de Economia Política.

⁵⁵⁸ *Idem*, p. 17.

7.3.6 Conclusões Parciais

Logo, o autor, e legislador, que começa o texto dizendo não ter pretensões propositivas sobre o sistema monetário, depois de declarar seu posicionamento, ancorado largamente na experiência histórica, retorna ao final de seu texto para a discussão teórica, batendo novamente na suposição de que a moeda teria que ter valor intrínseco. Ele além de elencar a história como exemplar para a refutação dessa teoria, retorna aos teóricos J. Stuart Mill e E. de Laveleye, para seguir refutando a teoria da inescapabilidade dos metais na confecção da moeda. Reforçando sua preocupação em disputar o campo teórico, e nos indicando como a ideia do valor intrínseco da moeda era uma questão presente.

Amaro Cavalcanti, fortemente calcado na história, escreve neste seu trabalho uma defesa do papelismo, da moeda de crédito. Sua construção retórica, como afirmamos no quarto subtítulo, foi uma construção baseada em método histórico-dedutivo, ou método empírico-dedutivo: ora enfatizando mais a exemplificação histórica, ora mais a disputa teórica, com a estruturação lógica sempre escorada no empirismo. Disputando abertamente o campo teórico, com uma decidida ênfase em desconstruir a noção da necessidade de valor intrínseco da moeda. Propõem uma moeda de crédito, voltada ao desenvolvimento produtivo. Neste ponto ainda cabem reproduções do texto de Cavalcanti, em que ele refina sua defesa papelista, explicando como controlar a emissão monetária sem algum lastro de freio. Responde ele como regular a emissão de um papel inconvertível como moeda, defendendo uma espécie de planejamento emissor:

Mas isto, que seria uma dificuldade quase insuportável em outras épocas, já não pode constituir uma objeção séria: pois graças ao progresso da ciência estatística, __ todos sabem que é coisa possível__ conhecer e fixar, razoavelmente, a cifra total, senão exata, mas certamente, muito aproximada, do movimento econômico, e do próprio movimento monetário de cada país. De maneira que, uma vez verificado o quantitativo de moeda exigido pelas necessidades da ordem econômica deste ou daquele povo, e fornecido ele pela autoridade pública ou instituição emissora; evitado estaria o funesto inconveniente da depreciação do valor, esse mal público, tão avolumado pelos metalistas, e cuja cura só lhes parece possível, dada a presença constante da moeda de valor intrínseco [...]⁵⁵⁹

⁵⁵⁹ *Idem*, p. 20.

Os críticos do nominalismo(papelismo) de Cavalcanti destacam que essa explicação, apostando no desenvolvimento da ciência estatística, era uma aposta intelectual pouco fundamentada, tanto que não ocorreu dessa forma no Brasil do século XX: caso assim tivesse sido, a secular inflação brasileira não teria ocorrido, como ocorreu no séc. XX. Além do que, uma afinada correlação entre uma estatística projecional da emissão monetária e as demandas da economia total do Brasil, exigiriam um maior nível de planificação econômica, algo que não estava devidamente projetado na obra de Cavalcanti, nem dos outros teóricos brasileiros adeptos do Sistema Nacional⁵⁶⁰.

Cavalcanti volta para a história na defesa da moeda fiduciária, citando o sinal monetário, puramente ideal, imaginário, do *macuta*, usado na África. Enfatizando que o valor da moeda se realiza quando nos desprendemos dela, não quando a acumulamos. E combate a dogmática metalista, como tendo se tornado um fator contrário aos objetivos iniciais de sua escolha como matéria para as moedas (“ser durável, ser divisível, ser transportável”⁵⁶¹). “Inventada ou empregada, como simples instrumento, para facilitar o movimento do trabalho e das riquezas__ a moeda__ tornando-se um monopólio dos metais nobres, converteu-se, ao contrário, em arbítrio incondicional da prosperidade comum.” “Se poderia dizer que o meio substituiu-se ao fim.” E ataca a racionalidade de uma teoria, que sacrifica a função circulatória e estimuladora de produção da moeda, pelo dogmatismo teórico da necessidade do valor intrínseco: “Não: pretensão teórica, tão prejudicial, não deve prevalecer [...]”⁵⁶².

E nesta conclusão finalmente se amarra a afirmação pretérita de Cavalcanti, de não pretender “sugerir, e muito menos aconselhar, a adoção de nenhum plano ou reforma monetária, porventura, adaptável às atuais condições do país”. Pois ao final deste intenso prólogo, em que defendeu abertamente a moeda de crédito fiduciária como solução, ele explicita um ponto que já havia lançado: de ser o sistema monetário um sistema mundial, portanto qualquer solução não poderia ser isolada, ou dessoante com os países centrais.

Logo:

[...] o Estado que pretender fundar, isoladamente, para si um sistema diverso, adotando, por exemplo, como moeda um outro objeto qualquer, sem valor real e de mera convenção, ficaria, desde logo, não

⁵⁶⁰ VIEIRA, Dorival Teixeira. **A Obra Econômica de Amaro Cavalcanti**, p. 40-57.

⁵⁶¹ CAVALCANTI, Amaro. **O Meio Circulante Nacional (1808-1835)**, p. 23.

⁵⁶² *Idem*, p. 24.

só colocado em posição inferior nas relações do comércio internacional, mas ainda sujeito a subsistir em constante incerteza quanto à própria fortuna pública e privada, com todas as consequências funestas que disso decorrem. Queremos dizer__ que sua produção e os seus haveres__ não tendo no país uma medida universal de valor, seriam apreciados, ora mais, ora menos, segundo as condições da moeda no estrangeiro; e daqui as oscilações frequentes e incertas do câmbio externo, com sua repercussão prejudicial a toda ordem econômica, como de tudo sobram-nos exemplos na própria história do Brasil.⁵⁶³

Deixa claro ao fim que “Não é de reformas isoladas da legislação monetária, deste ou daquele povo, que cogitamos nos breves considerados, que acima apresentamos ao leitor”⁵⁶⁴. Buscou com este texto esclarecer conceitos científicos, preparar o debate público para as mudanças, que considera não estarem longe, sobre “a transcendente questão da moeda”

Para este novo sistema monetário, que ele crê que estava no horizonte histórico, e que para o qual sua obra pretende colaborar, Cavalcanti conclui que precisa ser uma decisão internacional necessariamente, e termina dando sugestões:

“1° Que em legislação internacional se adote um novo meio circulante de valores, o qual não exponha as nações, que fazem comércio recíproco, a flutuações tão rápidas e ruinosas do câmbio externo, consequência manifesta e incontestada da insuficiência do meio subsistente (o ouro) como atualmente sucede [...].

2° Que, ao menos como *recurso de transição*, os povos diversos terão de adotar ou de sistematizar a monetização dos títulos do crédito público, como, em parte, já se vê praticado.⁵⁶⁵

Parece que Cavalcanti ensaiava propor um Breton Woods sem lastro em ouro, antecipando este debate sobre o sistema monetário internacional que vem até o século XXI. Este livro de Amaro Cavalcanti é de um profundo impacto para se dar conta de como a hierarquia material entre as nações, econômica e politicamente, é constrangedora para qualquer ideia de liberdade intelectual. Entre o mundo das ideias, e o mundo da materialidade, este com suas contingências bem reconhecíveis pelos contemporâneos, Amaro Cavalcanti termina seu prólogo testemunhal de suas ideias, estas repletas de grandezas e audácias intelectuais, mostrando ao fim uma postura política e econômica reativa, por parte da elite do Brasil, da qual ele é exemplar. Ou

⁵⁶³ *Idem*, p. 25.

⁵⁶⁴ *Idem*, p. 25.

⁵⁶⁵ *Idem*, p. 26.

ao menos uma prudência intelectual, ao final, que destoa de toda a obra. Os debates sobre imperialismo⁵⁶⁶, que logo no início do século XX começarão, são o pano de fundo destas ideias já aqui discerníveis, mesmo que de forma um tanto difusa, por Cavalcanti, no reconhecimento da conexão submissa e dependente da maioria dos países ao centro. As ideias, sem força, são para discussão, elocubração e preenchimento de papéis. Num irônico paradoxo “papelista”: a ideia é linda no papel, mas pode ser inviável sua aplicação na prática, a não ser que seja uma decisão “universal”, emanada do centro decisório.

Evidente que neste ponto ele está dizendo sobre uma reforma total do sistema monetário internacional, que para ele precisa ser uma decisão coletiva, onde os mais fortes mandam mais e decidiriam. Como seria em Bretton Woods (1944). E que no caso interno do país, o papelismo, largamente defendido por ele, seguiria operando, como a maior parte do século XIX de fato já ocorria.

Mas neste final, reconhecendo a necessidade de acordo global para a questão monetária internacional, há por um lado uma racionalidade analítica: sendo um sistema de trocas, de produtos e fluxos de capitais, um grande acordo planetário seria, obviamente a melhor solução. Mas por outro lado há um paradoxo: pois ele afirma que como estava (no padrão-ouro), só poucas quatro nações (com algumas variações) se achavam confortáveis, sendo peremptoriamente do interesse da maioria da periferia uma tal reforma. Logo, algo falta em sua escrita: ou esta crise crônica de falta de numerário chega ao centro (como de fato ocorreu nos 1930 e, parcialmente, nos 1970), para uma mudança de sistema, ou a periferia precisaria de alguma força de pressão, de uma força disruptiva. Em todo caso, o trabalho aqui analisado do senador Cavalcanti, por si só ao explicar as nuances da questão monetária, e indicar caminhos, já era um passo central para a saída do problema. Reconhecendo todo o mérito do ilustre senador, não deixa de ser um tanto curioso, e digno de nota, que ele encerre neste muro, da necessidade da necessária reforma ser do centro para o mundo, para ser exequível. Quando ele próprio morou 5 anos nos estados Unidos, sob o impacto dos *greenbacks*.

Os Estados Unidos do *greenback* (1861-1879), forçados por uma Guerra Civil, viveram uma experiência histórica a desmentir o senador Amaro Cavalcanti, quanto a necessidade absoluta de autorização internacional para um papelismo radical, num

⁵⁶⁶ HOBSON, J. A. **Imperialism: A Study**. Ed. George Allen & Unwin Ltd., 1902.

país continental. O fato de e um trabalho como este, em que ele tanto usa o método histórico em sua escrita, o senador ignorar a força desta experiencia papelista, e encerrar afirmando que tal reforma monetária tem que ser emanada e consensuada desde o centro, precisa ser aqui destacada. Mesmo que o exemplo do *greenback* seja também um papelismo nacional, nunca tendo sido uma proposta modelar internacional, sente-se a falta de uma maior análise desta experiência estadunidense na escrita de Cavalcanti.

Há em sua obra uma visão monetária de um profundo nominalismo autárquico (a moeda é o que o Estado indica ser), coerente com sua filiação ao Sistema Nacional de Economia Política, e com seu método histórico/analítico(indutivo). Contudo, sua finalização, defendendo que qualquer solução para o sistema monetário internacional precisa emanar do centro, que se beneficia do sistema e que raramente sofre com os crônicos estrangimentos que atacam toda a periferia, destoa de toda a obra, como um freio de mão inesperado. Realmente, sua obra parece caminhar para propor soluções audaciosas, com muita ênfase na vontade política e no voluntarismo otimista, seguindo ativamente soluções, sempre tidas como viáveis, para então seu texto acabar num muro da dependência com o centro, que em nenhum momento ele antecipa. De fato, isso parece uma prudência política tomada após achar que se foi um pouco longe. O final destoa com o corpo da obra. Pode-se ver neste ponto a expressão de uma covardia da elite brasileira. Pois o encadeamento lógico de sua construção intelectual, levaria ao fato de que a periferia é que precisa forçar uma mudança do sistema monetário internacional, e que cada país (sistema nacional) tem sua margem de ação. Um país continental como o Brasil teria uma margem mais larga para forçar o seu papelismo em seu favor (apesar de que o Brasil em seu tempo fosse de um parque produtivo extremamente restrito). Contudo, nesta construção intelectual que tinha um sentido, o final é intelectualmente abrupto, no qual se sente um passo atrás no que se vinha escrevendo. Como o próprio autor já havia definido anteriormente entre as divisões do pensamento econômico de seu tempo, parece que ele próprio em sua prosa caminhava para um ponto de ruptura, que ele decidiu não atravessar:

No terreno da sciencia e da pratica três systemas econômicos encontramos nós, aos quaes se poderia qualificar de systema socialista, systema individualista, e o systema positivo ou experimental: os dous primeiros .procuram resolver o problema

medeante formulas absolutas; o ultimo, segundo os elemento historicco de cada povo e a relatividade das circunstancias.⁵⁶⁷

Cem anos após sua morte (1922) o mundo vive uma assombrosa crise do sistema monetário internacional, que mostra como lutas anti-hegemônicas contra o centro podem ser destrutivas no campo monetário internacional. Indicando que a prudência final de Cavalcanti, no tema do sistema internacional monetário, não era exagerada. Mas aqui se prendendo ao texto, sua construção intelectual, quando sua conclusão lógica vai surgindo, vê-se aproximar de maior demanda por planejamento econômico, mais dirigismo estatal, ou mesmo maior embate com os centros internacionais, em sua escrita. É perceptível que ele se prende, conscientemente, dentro da escola do Sistema Nacional de Economia Política, mas ainda assim percebe-se uma prudência nas conclusões.

Assim, seu texto se encerra com o teto para a circulação fiduciária sendo o mercado mundial de fluxos de capitais e comércio internacional, regulados pelo sistema financeiro internacional concentrado então, e encabeçado em Londres. Neste sistema labiríntico para toda a periferia, a única forma da moeda fiduciária furar este teto, e se impor no mercado mundial, fugindo da armadilha ilusória da cambiante valorização das commodities produzida pelos países periféricos, seria apenas a industrialização. Os países que conseguem alcançar a industrialização alcançam a libertação.

⁵⁶⁷ CAVALCANTI, Amaro. **Política e Finanças**. Rio de Janeiro, Ed. Imprensa Nacional, 1892, p. 319.

7.4 O Teto da Heterodoxia de Cavalcanti: Política Monetária e Política Tarifária

O diferencial da visão do papel do Estado na origem do pensamento heterodoxo, entre o *American System* e os papelistas brasileiros: *internal improvements*

Neste ponto se faz necessário destacar uma diferença intelectual entre o papelista e industrialista Amaro Cavalcanti com o *American System*, por mais que Cavalcanti fosse tributário e se integrava ao Sistema Nacional de Economia Política, este ponto diferencial nas teorias precisa ser destacado: trata-se do *internal improvements*. O *internal improvements* é a janela que antecipa teoricamente muito do conceito de planejamento e financiamento público, do século XX, desde a tradição hamiltoniana dos EUA, tendo seu auge teórico no *American System*, e seu auge prático no governo Lincoln. Nesta tradição hamiltoniana o Estado é organicamente ativo do processo econômico do país, antecipando teoria e práticas intervencionistas do século XX, em associação com capitais privados. O próprio Cavalcanti, como já mostrado aqui, era tributário da Escola de Sistema Nacional de Economia Política, e é considerado, aqui e na literatura especializada, um precursor do pensamento heterodoxo em economia na HPE brasileiro⁵⁶⁸. Mas não incorporou este conceito da cultura política do *American System*, o *internal improvements*, em sua obra. Sua heterodoxia tinha como teto as políticas: monetárias e tarifárias. Ambas defendidas por ele para serem usadas ativamente na construção de políticas públicas. Mas uma ação mais direta, financiamentos subsidiados, ou mesmo ajuda direta do Estado, não emergem da escrita de Amaro Cavalcanti. Mesmo tendo o *internal improvements* um histórico de publicações na cultura política estadunidense desde a primeira metade do século XIX, a influenciar o debate público dos EUA, este conceito não surge de forma mais elaborada na obra de Cavalcanti, toda ele produzida após seu retorno dos EUA.

O próprio esquema hamiltoniano, vindos da década de 1790 nos Estados Unidos, foi descrito como sendo um conjunto de políticas marcado por: *high tariffs, high spending on infrastructure, assumption of the states debts by the federal government, a central bank*.⁵⁶⁹ Destes pontos, o pensamento econômico brasileiro

⁵⁶⁸ SALOMÃO, Ivan C. **O Desenvolvimento em Construção: Um Estudo sobre a Pré-história do Pensamento Desenvolvimentista Brasileiro**. Tese apresentada na UFRGS, p. 88.

⁵⁶⁹ COEN, Stephen S. & DELONG Bradford. **Concrete Economic: the Hamilton Approach to Economic Growth and Policy**. Boston, Harvard Business Review Press, p. 10.

oitocentista apenas incorporou a ideia de políticas tarifárias, e mesmo assim nada nem perto do que foi realizado nos EUA. A grande arena de atividade política no Brasil concentrou-se apenas na moeda: daí o gigantismo e centralidade do debate sobre o papelismo no Brasil. Neste ponto cabe um paralelo com o destacado acima sobre o *core* das práticas hamiltonianas na cultura política norte-americana: a nacionalização das dívidas estaduais e seu lançamento como títulos da dívida pública nos mercados. Tal negociação, em médio e longo prazos, anonimamente, destes títulos públicos, são a base social da cultura de confiança nas sociedades de capital aberto em bolsas, amplamente praticadas a partir do fim do século XVIII nos EUA. E na história monetária norte-americana representou, para além do sistema bimetalico dos EUA até a Guerra Civil, uma base de monetização dessa dívida pública, ampliando a base monetária em circulação no país via notas bancárias, dinamizando a economia.

O último ponto acima elencado da tradição hamiltoniana a *central bank*, acabou se tornando um cavalo de batalha nos EUA oitocentista, com muita resistência dos sulistas, dos jeffersonianos, contra o que lhes parecia, um banco leviatânico monopolista. O auge de resistências e dos ataques ao central bank, o Bank of USA de Hamilton, foi liderado pela presidência do sulista Andrew Jackson(1829-1837), que sempre se vangloriava de ter fechado o 2º Banco dos Estados Unidos(1816-1836). Dizia ele: *I kill the bank*⁵⁷⁰. E o sistema de um grande banco central acabou se tornando um ponto de discórdia crônica entre as tradições hamiltonianas e jeffersonianas. O que gerou na presidência de Lincoln o Banking Act, com uma pluralidade emissora dos bancos federais, bem coerente com a banking school britânica, que será a base teórica dos papelistas brasileiros, fazendo os EUA cumprirem o último ponto bancário da agenda hamiltoniana de uma forma diferente da originariamente imaginada pelo 1º Secretário do Tesouro dos EUA. Mas cumpriram o plano, mesmo que por outros caminhos. Com Lincoln assim estruturando o sistema bancário e monetário do EUA, o sistema monetário se transformará em 1879, mas este *National Banking System* durou de 1863 até 1913, quando o governo federal do democrata Woodrow Wilson passou o *Federal Reserve Act*⁵⁷¹.

⁵⁷⁰ Hammond, Bray. **Banks and Politics in America from the Revolution to the Civil War**. Princeton, NJ, Princeton University Press, 1957.

⁵⁷¹ RITTER, Gretchen. **Goldbugs and Greenbacks: the Antimonopoly Tradition and the Politics of Finance in American 1865-1896**, p. 66.

Neste ponto cabe uma retomada da visão de Celso Furtado sobre os caminhos trilhados por EUA e Brasil no século XIX: o protecionismo desenvolveu-se nas políticas da república do norte, enquanto que o Brasil, segundo Furtado, não trilhou tal caminho pois nem precisou, por conta da força protecionista das desvalorizações cambiais. Sobre o Brasil destacou Furtado:

Na ausência de uma corrente substancial de capitais estrangeiros ou de uma expansão adequada das exportações, a pressão teve de resolver-se em depreciação externa da moeda, o que provocou por seu lado um forte aumento relativo dos produtos importados. Se se houvesse adotado, desde o começo, uma tarifa geral de cinquenta por cento ad valorem, possivelmente o efeito protecionista não tivesse sido tão grande como resultou ser com a desvalorização da moeda.⁵⁷²

Enquanto que nos EUA do mesmo começo de século XIX, a solução monetária não se concentrou numa via inflacionária, entrando o plano hamiltoniano de manipulação da dívida pública, federalizada, como complemento emissor na sociedade, pela comercialização aberta destes títulos, que acabavam servindo como dívida pública monetizada, incrementando a base monetária no país.

À semelhança do que ocorreu no Brasil ao se abrirem os portos, a balança comercial dos EUA com a Inglaterra era via de regra deficitária nos primeiros decênios do século XIX. Contudo, esse déficit, em vez de pesar sobre o câmbio— como foi o caso no Brasil— e provocar um reajustamento em níveis mais baixos de intercâmbio, tendia a transformar-se em dívidas de médio e longo prazo, invertendo-se em bônus dos governos central e estaduais. Formou-se assim, quase automaticamente, uma corrente de capitais que seria de importância fundamental para o desenvolvimento do país. Isto foi possível graças à política financeira do Estado, concebida por Hamilton, e à ação pioneira dos governos central primeiro e estaduais depois na construção de uma infraestrutura econômica e no fomento direto de atividades básicas.⁵⁷³

Eis Celso Furtado, explicando resumidamente, a conexão dívida pública/internal improvements na cultura política americana, gerando uma expansão monetária sem gerar o profundo impacto inflacionário, que se verificou no Brasil oitocentista. O teórico e analista do século XX percebeu este diferencial da história econômica dos EUA. Os teóricos brasileiros, concentrados no papelismo da virada do século, onde Amaro Cavalcanti se encontra intelectualmente, poderiam ter

⁵⁷² FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 151.

⁵⁷³ *Idem*, p. 158.

discriminado melhor o mesmo processo. Havia acesso material aos textos e informações. Mas, nestes considerados os precursores brasileiros do pensamento econômico heterodoxo, o teto da audácia intelectual se encontrava num limite bem liberal: nas políticas monetárias e tarifárias dos Estados. A monetização da dívida pública, realizada no plano papelista de Rui Barbosa, era de um evidente diálogo material com esta tradição hamiltoniana, e merece destaque. Contudo, tal caminho de uso da dívida pública poderia encontrar mais eco teórico nas gerações intelectuais dos papelistas brasileiros, mesmo tendo sido claramente compreendida.

E, finalmente, o ponto destacado de falta de teorização intelectual para fechar o esquema: a ideia de *internal improvements*. Um conceito central da tradição hamiltoniana, e pilar do *American System*. Nos citados planos de monetização das dívidas, o esquema para se fechar precisaria de capitalizações diversas, para pagar no futuro as promessas dessas dívidas lançadas. Mesmo que se paguem lançando novas dívidas, o quadro de amplo aceite contínuo se faz com o desenvolvimento econômico **material**, a pavimentar tal quadro de confiança, e contendo a inflação pelo aumento produtivo. Neste ponto o *internal improvements* entra como a expressão material deste quadro maior, no qual o Estado que mercantiliza suas dívidas, ajudando o sistema bancário a se alavancar com tais papeis, também direciona apoio a obras de infraestruturas e melhorias, de mais longa maturação, a ser seguida pelos capitais privados curto-prazistas, e assim melhorando a infraestrutura em geral para aumento da produção, que irá reter aumentos de preços.

Previendo acusações de anacronismo no destaque aqui feito, sobre não haver uma leitura análoga da ideia de *internal improvements* na obra de Amaro Cavalcanti e outros papelistas, é preciso destacar que o termo era conhecido da literatura em língua inglês desde o começo do século XIX, sendo cronologicamente compatível este destaque feito. Além de tematicamente associado aos debates e textos sobre **moeda** e **desenvolvimento industrial**: os dois temas mais caros à obra de Amaro Cavalcanti. Com o teto do intervencionismo estatal na economia de Amaro Cavalcanti sendo assim as políticas monetárias e tarifárias, o considerado precursor da heterodoxia econômica brasileira, em comparação com uma literatura econômica norte-americana vinda desde o começo do século XIX, poderia ser mais bem alocado na tradição liberal.

Amaro Cavalcanti pregou, e defendeu, no legislativo medidas diversas de apoio à indústria, e aos transportes e infraestrutura, que podem ser equalizadas com o

central termo do programa do AS. Mas o presente trabalho conclui que até a falta de um termo equivalente, aglutinador, das citadas pautas de melhorias, como era na cultura política estadunidense o *internal improvements*, enfraquece a pauta no lado brasileiro: falta uma ideia aglutinadora, até para efeitos publicitários para a causa, como será posteriormente o *desenvolvimentismo*, e antes dele o *progresso*, na agenda política brasileira.

Como destaca o professor Ivan C. Salomão:

Defensor da livre-iniciativa individual, Cavalcanti pressupunha, todavia, uma intercessão a qual não embaraçasse a atuação irrestrita dos agentes econômicos. De modo que a ação do poder público far-se-ia adequada conquanto que este não se tornasse o empresário de fábricas e ofícios em concorrência prejudicial aos interesses particulares (Cavalcante, Resenha Financeira do ex-Império do Brasil, p. 12). Empregando a acepção moderna do conceito de Estado, o autor a ele delegava a tarefa de velar pela manutenção das condições favoráveis ao desenvolvimento, mas não a de produzir diretamente os mais variados bens e serviços. [...] Na sua concepção, caberia ao ente público, portanto, a incumbência de induzir o desenvolvimento econômico, zelando pelo ambiente institucional para que se viabilizassem os investimentos produtivos.⁵⁷⁴

Qual é o limite de ação do Estado para criar um zelo pelo “ambiente institucional para que viabilizassem os investimentos produtivos”? Como direcionar melhor os papéis, dos títulos das dívidas públicas, como as notas fiduciárias, para alavancar no sistema bancário o aumento produtivo?

Evidente que não apenas com ideias e bons projetos se resolveria isso, sendo o contexto de aceleração constante da imigração europeia aos EUA um diferencial na incorporação de mão-de-obra qualificada, tecnologia e capitais, que também afluíam pelo Atlântico, algo fundamental para entender o desenvolvimento dos EUA no séc. XIX. Logo, o contexto histórico maior, demográfico e geográfico, da história dos EUA do século XIX, explicam também o acelerado desenvolvimento deste país neste século, em resposta ao Celso Furtado. Contudo, não foi apenas tal contexto cultural e demográfico que gerou os díspares resultados econômicos nos dois países: nos EUA houve a estruturação de uma legislação protecionista, uma luta por um sistema bancário articulado, e uma ideia amplamente usada a fundamentar o conceito de

⁵⁷⁴ SALOMÃO, Ivan. **O Desenvolvimento em Construção: um estudo sobre a Pré-História do Pensamento Desenvolvimentista Brasileiro**. Tese defendida na UFRGS, p. 104.

desenvolvimento, que faltou ser incorporada de forma mais articulada pelos pensadores brasileiros oitocentistas engajados no tema: a ideia do *internal improvements*.

7.5 Política e Finança

Em discursos no Senado, em 1892, Amaro Cavalcanti reafirma e fundamenta seu posicionamento de decidido defensor do apoio e auxílio a indústria nacional. Começa ponderando que não há uma única solução definitiva, sendo o tatear de tentativas com erros e acertos o melhor caminho para achar soluções mais adequadas a cada situação. Defendendo o empirismo científico a fundamentar uma pragmática ação política, que assim também seria empirista e científica: sem dogmatismo a priori. Para na sequência justamente ironizar os “orthodoxos” como dogmáticos. Estes, “como os individualistas mais exagerados consideram qualquer interferência estatal funesta”, todavia, a prática geral dos povos (a Realidade) praticada em toda parte nunca foi assim como sonham os orthodoxos “e não sei mesmo se um dia virá a selo”⁵⁷⁵.

Assim “para bem elucidar esta these, seria mister rever a história econômica dos povos mais adiantados, detendo-nos na analyse das suas phases de maior importancia.” Para buscar inspiração em fatos históricos, mais “em factos reaes, positivos, do que em suas meras abstrações theóricas.”

E segue em sua argumentação elencando práticas de ações governamentais na economia, reconhecidas como inescapáveis para o funcionamento civilizado da realidade econômica, tanto no Brasil de então como no mundo. Como a:

regulamentação especial de certas industrias, a pretexto ou motivo de política, de segurança pública e de hygiene; o que, em verdade, são as leis as leis relativas à locação de serviços, ao arrendamento das terras, as empreiteiras, as parcerias, aos juros e alugueis, aos salários e as horas de trabalho, sinão outras tantas regras impostas pelo poder publico a producção e a repartição das riquezas, elementos primordiais da economia política”. O que são tais regulamentações? Assim como “as leis que regulam os contractos e a sua solução, as permutas e trasacções commerciaes, os instrumentos de credito e moeda e o seu emprego, a viação em geral, e a tarifa dos transportes, sinão outros tantos meios de intervenção do Estado nos misteres do commercio, da circulação e do consumo?”⁵⁷⁶

⁵⁷⁵ **Política e Finança: Discursos no Senado.** Imprensa nacional, 1892, p. 315.

⁵⁷⁶ *Idem*, p 316.

E continua elencando ações estatais na economia, como: “subvenção, garantia de juros, adiantamentos, reforço de credito, protecționismo aduaneiro e isenção de direitos ou impostos em favor de certas empresas”. E indica as que mais ganham estes benefícios “taes como caminhos de ferro, navegação de mares e rios ou a fundação de fabricas centraes e de outras industrias, sinão prestar auxilio a ordem econômica do paiz?”⁵⁷⁷

Amaro Cavalcanti desenvolve seu texto indicando negar a teoria de antagonismo entre Mercado e Estado. Cita os diversos ministérios existentes pelos nomes como exemplos de que o funcionamento do Estado é para servir cidadãos e estruturas fundantes do Mercado.

Todos estes factos não indicam ou demonstram claramente que a theoria da *não intervenção absoluta* apenas existe na concepção dos autores e nos livros em que Ella se acha exposta?” “Na pratica, o que vemos, e, com vantagem, adoptado, é o regimen opposto, sem que dahi se possa concluir que o Estado deva ser o agrigultor, o industrial, o negociante ou o banqueiro ordinário.”⁵⁷⁸

Logo, defende Cavalcanti que o Estado ficar indiferente ao emprego dos meios de orientação do progresso e de construção das riquezas algo descabido, defendido em teorias econômicas fundamentalistas descoladas da realidade. Citando E. de Laveleye afirma que todos os temas econômicos implicam em, de uma forma ou de outra, em ações estatais. Afirmando que “o objectivo próprio da economia política é, de tal modo, a influencia das leis e das instituições sobre o desenvolvimento da riqueza que os economistas, em suas reuniões, em seus *meetings*, nas assembléas políticas [...] não fallam sinão de leis e medidas a reformar ou a adoptar. Elles não se occupam de pretensas leis naturaes e necessárias, as quaes deixam nos livros, mas de leis do Estado ou de medidas occasionaes dos governos.”

E citando Adam Smith disse:

a economia política, encarada como ramo da sciencia do estadista e do legislador, tem dous objectivos: tornar os indivíduos hábeis a procurar meios abundantes de subsistência e fornecer ao governo uma renda proporcionada ao serviço publico; em resumo, enriquecer o povo e o soberano.” Logo, “não há uma fonte de riquezas separada

⁵⁷⁷ *Idem*, p 317.

⁵⁷⁸ *Idem*, p 317.

para os indivíduos e uma outra para o Estado: a prosperidade deste depende essencialmente da prosperidade daquelles.⁵⁷⁹

Cavalcanti segue ironicamente perguntando por que deveria ser “vedada” a ação estatal a missão de auxiliar o desenvolvimento econômico dos interesses comuns da nação. Sendo a ação estatal presente em tantas e crescentes áreas, como educação, saúde, higiene, até mesmo nos cultos a presença regulatória e auxiliadora da ação estatal se faz presente, por que existe um discurso tão recorrente insistindo na condenação da ação estatal no desenvolvimento econômico? Indicando nesta pergunta em tal contexto, uma crítica ao dogmatismo ideológico do discurso *laissez-fairrista*. Criticando a postura dos mais aferrados seguidores desse discurso de tratar como heresia a ação auxiliadora estatal.

Qual a pretensão que se acha sujeita a deliberação do Congresso? Simplesmente esta: que os poderes públicos, attendendo as condições, accidentalmente precárias, direi melhor, ao estado pathologico de fructuosas industrias nacionaes, venham em seu auxilio por meio de adaeamentos ou empréstimos, reembolsáveis em dados prazos; eis tudo.

Considera Cavalcanti tal deliberação compreensível e legítima. Sendo, para nosso autor, desproporcional a dogmática reação contrária a tais deliberações. Para se contrapor a tais opositores Cavalcanti, após se declarar dilettante em economia, sob gritos discordantes de seus colegas parlamentares, passa a tecer explicações sobre sistemas econômicos. E neste documento se encontra a definição de Cavalcanti sobre os sistemas econômicos já citada aqui, e que sempre merece destaque pela força explicativa, quando ele defende que:

[...] no terreno da sciencia e da pratica três systemas encontramos nós, aos quaes se poderia qualificar de systema socialista, systema individualista e systema positivo ou experimental: os dous primeiros procuram resolver o problema medeante formulas absolutas; o ultimo, segundo os elementos históricos de cada povo e a relatividade das circumstancias.⁵⁸⁰

Evidentemente Cavalcanti se situa intelectualmente e politicamente no terceiro exemplo, se distanciando dos outros dois que considera extremados.

⁵⁷⁹ *Idem*, p. 318.

⁵⁸⁰ *Idem*, p. 319.

Quanto ao “systema socialista” considera que “sacrifica o individuo ao Estado, desconhece o valor da iniciativa particular” [...] “que a liberdade para cada um trabalhar e produzir é a anarchia industrial – que a concorrência é a fonte de todos os males sociaes”. Tendo uma visão claramente negativa do que chama de “systema socialista”, Cavalcanti não o critica por ser um sistema que buscaria usar o Estado, mas por seus exageros: “o erro capital desse systema não está em admitir a acção do Estado; mas em substituir este ao individuo”. E no meio de suas criticas ao socialismo deixa escapar algumas considerações sobre o que entende sobre formação de capitais, ao criticar a visão socialista que, segundo ele, defenderia o uso do Estado “suppondo que aquelle pôde augmentar ou diminuir a producção, à sua vontade”. Visão que para ele seria um erro, pois “é princípio econômico incontestável, que a quantidade de trabalho a fornecer é medida sobre os capitaes disponíveis.”

Para em seguida criticar o que chama de “systema individualista”, sistema que erra pelos exageros opostos ao socialista, ao “reduzindo a quase nada o papel do Estado, faz tudo depender da iniciativa individual ou privada”. Critica Cavalcanti a estreiteza e limitação dessa visão ao não reconhecerem a importancia coletiva da produção. Citando Cauwés, Cavalcanti critica tal visão por não ver que “tomadas as industrias no seu conjunto – o qual constitue, evidentemente, um grande interesse nacional”⁵⁸¹

Para então, resgatando na história econômica, passar a defender seu ponto de vista, que entendia afinado com o “systema positivo ou experimental”. Pois: “a expansão e desenvolvimento das forças industriaes não é o effeito de uma acção inteiramente livre ou espontânea, como se pretende; ao contrario, verifica-se da historia que a industria chegou **gradativamente** à liberdade, depois de ter passado pelas phases da regulamentação e do monopólio que assaz contribuíram, nas circunstancias, para tornal-a o que Ella veio a ser.” [...] “não preciso accrescentar que o *laissez-faire*, *laissez-passer*, ou o nihilismo governamental, é a expressão mais completa e característica do systema individualista, a qual jamais foi adoptado em nação alguma, por mais elevado que seja o grau de civilização, de progresso e de liberdade a que se tenha attingido.”

Para Cavalcanti: “o systema que qualifiquei como experimental ou positivo não admite soluções fundadas em formulas absolutas: procurando tirar vantagem da

⁵⁸¹ *Idem*, p. 320.

harmonia conveniente das forças rivaes dos dous systemas anteriores, firma a procedência de suas conclusões na observação dos próprios factos, deduzindo destes as regras e princípios da melhor orientação, nos casos sujeitos.”

E reconhece que, “em materia semelhante, a acção do Estado deve variar com as circunstancias, ser maior ou menor, mais constante ou menos frequente, segundo as condições de aptidão ou de efficacia da iniciativa particular. Mas sustenta, de inteiro acordo com as lições da historia, que a intervenção do Estado, de modo auxiliar ou supletivo e regulamentar, tem sido factor indispensável ao progresso social e bem-estar commum de todos os povos. Tal é o systema, que também reputo único acceitavel, e realmente profícuo, para a nossa economia nacional.”⁵⁸²

Amaro Cavalcanti assim deixa claro seu posicionamento, enquadrando-o no que via como uma tradição intelectual positiva, científico empirista, lastreada e justificada na experiência histórica dos países. O que reforça o enquadramento ideológico mistificador em que Cavalcanti via os adeptos dos outros sistemas. Sobretudo os do “systema individualista” com os quais estava de fato enfrentando no Senado.

Para tanto, citando autores clássicos do liberalismo, como Adam Smith e Stuart Mill, Cavalcanti externa sua visão de que os grandes custos de benfeitorias públicas e da produção de vanguarda, responsáveis pela modernização, necessita de auxílio estatal. Sendo a garantia estatal como investidora, mantenedora ou ao menos seguradora, o primeiro impulso, vital para o desenvolvimento.

[...] quando se trata de industrias, de melhoramentos ou serviços de inteira utilidade pública ou commum, para a fundação ou desenvolvimento não bastam a iniciativa e os recursos individuaes, ou que dahi não possam advir interesse satisfactorio para o trabalho e esforço dos particulares; o Estado deve empreendel-os, ou ao menos, subvencionar e auxiliar a sua realização, e fomentar seu progresso.

Pois “proceder de maneira diversa, seria faltar a um grande dever, como cooperador, que é, dos misteres da prosperidade geral”.

E reforça invocando a experiência histórica do Brasil:

Sabem todos que a essa intervenção supletiva do Estado é que devemos a abolição da escravidão, a colonização das terras, as vias de comunicação em geral, os meios ou *instrumentos* de crédito, e [...] o aproveitamentos das mais uteis invenções do engenho

⁵⁸² *Idem*, p. 321.

humando_ como os caminhos de ferro, os telegraphos, a navegação a vapor, e tantas outras instituições industriaes, que, a principio, creadas ou estabelecidas como modelos, tornaram-se, depois, fontes permanentes e abundantes do bem-estar e riqueza pública.”⁵⁸³

Percebe-se em seu discurso o discernimento quanto a necessidade da presença estatal para alavancar projetos de vanguarda, caros, como obras de melhorias públicas, saneamento urbano, estradas de ferro, telégrafos e navegação a vapor. Com o investimento público inicial atraindo na sequência os investidores particulares, já protegidos pelo guarda-chuva estatal. E que tais investimentos, caros em técnicas de vanguarda e em escala de implementação, são vitais para o bem-estar geral e o futuro desenvolvimento econômico da sociedade. Em suma: podemos discernir em seu discurso a clara defesa do uso necessário do Estado como agente alavancador e estimulador do desenvolvimento econômico nacional. E, além disso, ressalta as funções regulatórias do Estado:

[...] quanto à acção *regulamentar* do Estado, quasi não é preciso dizer palavra: é uma das attribuições essenciaes do mesmo tomar as medidas convenientes acerca da segurança publica, da hygiene e de outras necessidades diversas da civilização.” E, citando P. Cauwes, adverte: “Nas instituições representativas, querer privar o Estado de toda attribuição activa no progresso é condemnal-o a impotência, sem nada ganhar para a liberdade; porque a liberdade não é a ausência de governo, mas a constituição de um governo livre. O direito de não ser governado seria o direito da anarchia.”⁵⁸⁴

Destaca-se neste trecho que Cavalcanti, para atacar seus oponentes parlamentares, agrupados na defesa do que ele chama de “systema individualista”, acabam sendo, pelo nosso orador, aproximados com a corrente política do anarquismo. Empurrando os liberais em economia do Parlamento para uma corrente política de extrema esquerda, o senador reforça seu tom irônico para desconstruir os argumentos dos oponentes.

Enquanto segue defendendo seu ponto de vista econômico “positivo ou experimental”, podemos perceber no discurso de Amaro Cavalcanti antecipações do keynesianismo em sua declarada crítica ao *laissez-faire*, ao atacar este sistema como a-histórico e dogmático. Chega neste discurso de 25 de julho de 1892 a estruturar

⁵⁸³ *Idem*, p. 322.

⁵⁸⁴ *Idem*, p. 323.

uma argumentação que antecipa a visão keynesiana de que “mudam as condições, mudamos de opinião”, quando afirma, citando Michel Chevalier, que:

[...] aos partidários exagerados da não intervenção: a sciencia, que plana nas regiões superiores as da paixões (cogitações) do dia, não pretende que suas soluções sejam immutáveis, o que seria demasiada presunpção... é para situações regulares que Ella se esforça de edificar doutrinas... De facto: uma reacção se opera nos melhores espíritos sobre as theorias da economia social que se acham em voga; o poder deixou de ser um inimigo natural e aparece, de mais a mais como um auxiliar infatigável e bemfazejo, como um apoio tutelar.”
 Afirma Cavalcanti: “Era a reacção histórica e **experimental** que se levantava contra a doutrina impraticável do *laissez faire, laissez passer*, que a abstracção philosophica havia arvorado, ao fim do ultimo século e ao começo do presente.”⁵⁸⁵

Cavalcanti deixa claro ser um defensor dessa “reacção” histórica contra o engessamento doutrinário do *laissez faire*, percebendo tais reações como uma evolução civilizacional da organização política e social para a melhoria humana, usando o Estado para tanto. Defende Cavalcanti que esta mudança seria uma evolução, literalmente, positiva em direção à experimentação, com as ações em política econômica sendo adaptadas aos casos e necessidades históricas de cada povo em cada momento.

Mostra-se Cavalcanti sintonizado com as mudanças na atualização das pautas econômicas de seu tempo, marcado pelos impactos sentidos após a unificação alemã e a Guerra Civil norte-americana, chamada por alguns autores de período Neomercantilista, sintonizado à II Revolução Industrial e aos métodos de saída da Grande Crise do capitalismo entre 1873-1896 por parte dos países centrais, marcado pela praticas nacionalistas cartelizadas.⁵⁸⁶

Sua visão para essa nova fase mostra-se bem sintonizada com o positivismo, tão em voga no Brasil de então, ao enfatizar uma linearidade e superação hamônica, distante de dinâmicas contraditórias e dialéticas ao analisar este processo. Focando na cooperação e na harmonia do processo: “não há antagonismo entre individuo e o Estado; ao contrário, deve haver cooperação; porque a identificação do poder publico com as aspirações e as necessidades sociaes constitue a maior força, moral e política

⁵⁸⁵ *Idem*, p. 323.

⁵⁸⁶ EICHENGREEN, Barry. **A Globalização do Capital. Uma História do Sistema Monetário Internacional**. Editora 34, 2000; HOBBSAWM, Eric J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 3. ed. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1983. HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Impérios (1875-1914)**. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

de um Estado na obra do engrandecimento nacional.” Pois “auxiliar o trabalho e a industria tem sido a preocupação e obra dos governos, por toda parte: os auxílios, é certo, diversificam, conforme a phase industrial do paiz, segundo as circunstâncias do momento, e de accordo com os meios e recursos de que dispõe o Estado: mas este não os nega, systematicamente, como entre nós se inculca, por ser a melhor política!...”⁵⁸⁷

Destaca-se neste ponto que, por mais Cavalcanti estivesse bem sintonizado com o positivismo de seu tempo, estava decididamente em desacordo com o discurso pró-liberal em economia então em voga. Vendo na reprodução repetitiva deste discurso liberal um mantra doutrinário contrário ao desenvolvimento nacional e perigoso aos interesses nacionais. Considera o discurso *laissezfairista* ultrapassado e cego aos processos de desenvolvimento mais avançados (*positivos*), que defendem, calcados na história e na experimentação, a presença estatal no desenvolvimento inicial das indústrias (defesa da *indústria infante*).

Ninguém deveria ignorar que o capital industrial “em uma de suas phases sobretudo ele precisa ser o seu motor ordinário e constantemente progressivo: é no periodo inicial ou *educativo* (si assim posso dizer), até que a indústria chegue a robustez completa de sua organização. Como todo menor, ella precisa de protecção e amparo(...)enquanto a industria não houver attingido ao seu inteiro desenvolvimento.” Sendo está infante fragilidade “a presente situação industrial do Brazil”⁵⁸⁸ para nosso autor.

Cavalcanti explicita seu ponto de vista pró auxilio estatal para as indústrias (incluído aí as “indústrias agrícolas”) em geral, com ênfase nas indústrias infantis. Mas destaca também o momento econômico de crise que o Brasil vivia por conta do *Encilhamento*, ponderando que a crise cambial deveria ser minorada na produção pela ação governamental: os custos e dívidas deveriam ser manejados com o fito de não se perder os investimentos já aplicados e salvar a capacidade industrial instalada. Dando destaque ao montante dos investimentos feitos, justamente, nos “últimos 24 meses”.

Afirma que não foram tais novas indústrias que criaram tal crise e que era um erro deixar tais investimentos e capacidades produtivas instaladas se perderem. Defende uma ajuda seletiva às indústrias viáveis (sem especificar como) via

⁵⁸⁷ **Política e Finança: Discursos no Senado.** Imprensa Nacional, 1892, p. 324.

⁵⁸⁸ *Idem*, p. 324.

empréstimos (que seriam reembolsáveis ao Estado), isenções, aumento de carências para pagamentos e renegociações de dívidas.

Contra os alegam uso desviado do dinheiro público, Cavalcanti defende que tal ajuda seria fundamental para salvar indústrias que aumentariam a receita pública e privada, aumentando a riqueza da nação e as receitas do governo no futuro. Pois deixá-las quebrar diminuiria no médio e longo prazo a arrecadação, o que ao fim penalizaria ainda mais o contribuinte.

Seguindo em sua defesa volta a defender seu argumento usando a história, citando exemplos de tais ações estatais para a defesa industrial nos mais diversos povos entre os mais “adeantados”. Como a França em sua crise de 1847/48, a Bélgica com a criação de um banco público para auxílio à indústria depois de 1830, a Itália pós unificação. E quanto a Alemanha disse: “deixo de falar da Alemanha, que no momento passa por suspeita de *socialista*...” Reforçando, mesmo com ironia, sua visão de que a ação estatal para o desenvolvimento industrial era vital e inescapável, como o grande sucesso industrial da Alemanha comprovava em demasia.

Para então citar o exemplo dos EUA:

[...] fallarei de preferência dos Estados Unidos da America do Norte, onde muita gente *suppõe* que o governo não intervem nos misteres da ordem econômica. Suposição infundada, é esta, certamente. A competência **immediata** de auxiliar o progresso das industrias, não pertence na America ao governo da União, e sim aos governos dos estados, os quais precederam aquella na ordem histórica. [...] nas próprias constituições dos estados federados encontra-se um titulo especial, sob denominações de *Ecouragement of...* ou *Internal improvement*, estatuem, desde logo, o direito e o dever, para o governo, de auxiliar o desenvolvimento da litteratura, das artes, do commercio e da industri estadoal respectiva.⁵⁸⁹

Reforça neste ponto do discurso a presença dos governos estaduais no auxílio e estímulos às indústrias. Para na sequência lembrar de exemplos desta ação por parte do Governo federal. Como no estímulo à imigração (“inclusive a chinesa”). Assim como “a concessão gratuita de terras publicas as empresas de caminhos de ferro, o exclusivismo da navegação de cabotagem por navios nacionaes, seu systema de bancos emissores, que facilita o dinheiro barato, a porta de todas as industrias do paiz.” Para concluir, no exemplo da ação do Governo Federal dos EUA neste tema,

⁵⁸⁹ *Idem*, p. 329.

lembrando das tarifas alfandegárias desproporcionalmente altas frente a qualquer país por eles praticadas. Ou: “que significa seu proteccionismo aduaneiro? Bem sabeis que a cousa, bem explicada, equivale a grandes sommas, constantemente adiantadas, em auxilio da industria nacional.”⁵⁹⁰

Também cita a Inglaterra como outro exemplo aonde o *laissezfairismo* é ultra dimensionado, onde se esconde uma forte e crescente presença estatal. Curiosamente, Cavalcanti destaca a data de 1860, auge do liberalismo, como o momento em que tal maré começou a mudar. Quando “no segundo ministério de Lord Palmerston, a intervenção do governo começou a manifestar-se de mais a mais nos negócios e interesses da ordem econômica.” Gerando inclusi uma reação individualista a este processo, quando ele já era pronunciado, na fundação da *Liberty and Property Defence League* em 1884. Deixa claro aqui que a percepção da crescente presença governamental na vida econômica é um fenômeno crescente do *fin de siècle* por todo o mundo desenvolvido. E Cavalcanti, diversamente dos associados britânicos dessa citada *League*, considera tal avanço estatal algo positivo, progressivo e, podemos dizer, inescapável em todos os países que se buscam modernos.

No presente, a intervenção regulamentar do governo, na Inglaterra, estende-se aos ramos diversos da ordem econômica, qual vemos ***praticados nos diversos Estados modernos***, como sejam: leis relativas aos estabelecimentos manufactureiros, à qualidade e preço do gaz fornecido ao publico pelas empresas, à alugueis de animaes e vehículos, às tarifas de caminhos de ferro e à diminuição de preços daquellas em favor dos pobres, às habitações para estes, etc, etc. Nas diferentes verbas do orçamento inglez também se incluem consignações especiaes para fim de subvencionar ou de auxiliar, de modo directo, a industrias e melhoramentos.⁵⁹¹

Segue exemplificando auxílios às lavouras. Para finalmente voltar ao tema da *indústria infante*, reforçando tal tema ao lembrar que nestes exemplos “nós vemos os Estados da Europa no seu periodo actual de expansão e desenvolvimento completo, em o qual superabunda o capital disponível, e as industrias, já feitas, produzem o bastante, não só para conservar e revigorar as próprias forças, como ainda para constituir reservas que as amparem nos casos de crises imprevisíveis. Vê-se, portanto, que não é prudente, nem o mais acertado, suppor que as medidas e meios

⁵⁹⁰ *Idem*, p 330.

⁵⁹¹ *Idem*, p. 331.

porventura preferidos pelos povos da Europa *actual*, constituam a melhor pratica para as nossas condições, inteiramente diversas e inferiores.”⁵⁹²

Defende Cavalcanti a observação histórica do que foi feito por tais povos como caminho para o desenvolvimento. “Seria mister remontarmos ao periodo inicial desses mesmos povos; e então, veríamos que este estado difícil em que nos achamos, também já foi percorrido por aquelles que nos precederam...”

Papel-moeda: Elenca-se agora as declarações do senador Amaro Cavalcanti sobre o papel-moeda.

Neste documento o tema da moeda fiduciária é marcadamente presente, estando o Brasil na data (1892) atravessando ainda os reflexos da crise conhecida como Encilhamento, sendo, portanto, a questão do papel-moeda um tema candente, com fortes reações contrárias ao plano monetário expansivo do começo da república grassando na imprensa e no parlamento (CAVALCANTI-1892, p. 281, 282). Sendo então a defesa decidida do papelismo feita por Cavalcanti um marco legislativo do período a destacar.

Nós, que fizemos a nossa independência política, usando, como moeda. do papel de um banco falillido ; nós, que. devemos todo o progresso, muito ou pouco, que temos na ordem economica, ao papel-moeda, e a elle somente (apoiado); nós que, habituados com esse meio circulante, damol-o e recebemol-o, com toda a confiança, em todas as nossas transacções, como representativo legal dos valores; acaso, temos esse medo supposto do papel-moeda, como de uma praga, que queima os dedos dos que nelle tocam?! Eis ahi, como se aprecia o excesso do papel-moeda no Brazil, suppondo-se que as cousas, se passam aqui, como de longe imaginam!. " (Apoiados.) E' mister, senhores, muito attender para esta circumstancia: o nosso momento é expansivo; numerosissimas emprezas, numerosas companhias foram organizadas nos ultimos tempos e precisam prosperar, para o augmento da fortuna publica j e si não temos, si não podemos ter já outro meio circulante melhol" precisamos, ao menos, suppril-as com a moeda de credito, que aliás substitue perfeitamente a outra, reputada melhor.⁵⁹³

Sendo sua defesa do papelismo monetário brasileiro: pragmática, conectada à história, e interessada na defesa da manutenção produtiva dos negócios. E segue nas páginas 229 e 230 retomando com erudição o histórico de resgates pelo Tesouro

⁵⁹² *Idem*, p. 332.

⁵⁹³ *Idem*, p. 226.

Nacional de papéis-moedas emitidos, relativo aos anos 1880 e 1890, para demonstrar que tais retiradas do meio circulante, além de sufocar os negócios, não impede crises cambiais, que até pioram com as crises de liquidez causadas pelos tratamentos de choques de tais medidas.

Aqui se destaca que Cavalcanti defende soluções mais orgânicas com as práticas reais, algo que lembra o pensamento econômico Institucionalista, sendo sempre contrário a soluções abruptas e radicais: pelos seus escritos pode se afirmar que entre tratamentos de choque e gradualismo, Amaro Cavalcanti era sempre um **gradualista**.

Segue Cavalcanti por diversas páginas tratando do papel-moeda no documento, elencando exemplos históricos na Argentina, Itália, do crescimento da prática monetária papelista (CAVALCANTI-1892, p. 229, 230, 231, 233, 234, 236), ou sobre como o Brasil de tal começo da república era espremido entre duas opções: ou emitir mais moeda de curso forçado, ou contrair dívida no estrangeiro (CAVALCANTI-1892, p. 271, 272), e sempre fundamenta sua defesa do curso forçado no pragmatismo e na história, que ele preenche de exemplos da história do Brasil, desde o império, e de outros países.

Numa parte do documento, em que Cavalcanti explica sua defesa das emissões bancárias lastreadas do crédito público, sua fala é entrecortada por ninguém menos do que Ruy Barbosa, que entrecorta as falas de Cavalcanti em geral o apoiando, e num ponto levantado problematizações. Defendeu Cavalcanti:

(...) O nosso meio circulante, também adoptam, como systema, que toda a emissão bancária tenha por garantia o valor do proprio crédito público.

Nenhuma nota de banco circulará, sem que exista. depositado no Thesouro um valor igual representado em fundos do Estado⁵⁹⁴.

Logo se entende porquê Ruy Barbosa o apoiava: Cavalcanti estava defendendo uma emissão papelista lastreada na dívida pública, plano equivalente ao executado pelo próprio Ruy Barbosa quando no ministério da Fazenda. Ambos concordavam com a monetização da dívida pública, com o destaque de que no plano barbosiano os juros pagos seriam decrescentes, para tender a diminuir a dívida pública. Neste ponto ambos discordaram (CAVALCANTI-1892, p.291).

⁵⁹⁴ *Idem*, p. 290.

E segue Cavalcanti combatendo, com exemplos históricos, os que afirmam haver excesso de emissão fiduciária no Brasil (CAVALCANTI-1892, p. 370, 371, 372, 373, 379):

Do ligeiro retrospecto que acabamos de fazer sobre o resgate do papel-moeda, em regra compreendido, ou mesmo realizado, afim de *corrigir o seu excesso circulante* nos parecem ser de inteira evidencia os dous seguitos factos: primeiro, que do aludido resgate não resultou jãmais nenhum *melhoramento* real para as condições do meio circulante do país; e segundo, que a afirmação, tantas vezes feitas, do excesso do papel-moeda, nunca. foi demonstrada ou averiguada praticamente, e, ao em vez disto, as circunstancias sabidas autorizam a presumir o contrário, isto é, a escassez do meio circulante⁵⁹⁵.

Amaro Cavalcanti decididamente produziu um trabalho político e intelectual em economia dedicado a potencializar e alavancar as forças produtivas nacionais, sintonizado com as defesas da modernização monetária e bancária identificadas com o papelismo que defendia.

Finalmente, um ponto a destacar, é sua visão do sistema bancário, ligada a sua visão monetária: Cavalcanti defende a pluralidade bancária emissora para a regulação da oferta monetária, afinado com a tradição papelistas da *banking school*, segundo a qual a oferta monetária deve ser regulada pela taxa de juros. Tal visão é afinada com uma tradição intelectual liberal, e pelo exemplo norte-americano estruturado no *National Banking System* (NBS) lincolniano. Mas Cavalcanti defende prioritariamente uma emissão bancária sob controle de organizações privadas, vendo com receio as emissões estatais, “dada a forte possibilidade de excessos por parte dos administradores públicos”.⁵⁹⁶

Demais disso, senhores, pois no fim do século XIX., quando não há nenhum paiz do mundo que desconheça a utilidade dos bancos emissores; na obra do seu progresso economico; quando uns levámos meio século, na tribuna parlamentar e na tribuna da imprensa, a reclamar pela satisfação desta necessidade de bancos emissores; quando, felizmente, depois de grande lucta, chegamos a fazer promulgar um reforma bancaria, liberal; quando, finalmente, a monarchia nos legou esta importante conquista - a descentralização da moeda, é agora, que. fundada a republica federativa e descentralizados os serviços e interesses dos Estados, que. nós

⁵⁹⁵ *Idem*, p. 375.

⁵⁹⁶ GREMAUD, Amaury Patrick. **Das Controvérsias Teóricas à Política Econômica: Pensamento Econômico e Economia Brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840-1930)**. Tese. Orientador: Dr Flavio Azevedo Marques de Saes. FEA/USP, 1997, p. 103.

outros, intentamos supprimir quanto e havia obtido, para, em seu logar. estabelecer o Tesouro Federal como devendo ser o único banqueiro de te tão vasto paiz!

E é a republica federativa que começa centralizando a moeda, quando esta devia ser o mais descentralizada de todos os meios, ou agentes de progresso?...⁵⁹⁷

Pois:

A moeda fiduciária, emitida pelos bancos, quando estes não falseiam a sua missão, tem por fim baratear o dinheiro, facilitá-lo ao comércio e às indústrias, de maneira que a sua emissão representa sempre um emprego reprodutivo na circulação geral, enquanto que o Tesouro não desconta letras, não fomenta indústrias, e, ao contrário, aplicando o caso ao nosso país, só tem estações de arrecadação, que são outras tantas agências centralizadoras da moeda; e não tendo sucursais, não tendo nenhum canal pelo qual se opere a derivação, realmente econômica, do seu papel, este reduz-se a um simples empréstimo forçadamente lançado à população e que só sai do Tesouro para o pagamento do pessoal e material, de serviços públicos irreprodutivos.⁵⁹⁸

Eis aqui o indício de um marco referencial do exemplo norte-americano no pensamento e defesa política de Amaro Cavalcanti, conectando sua visão papelista, com uma concepção de sistema financeiro inspirada no exemplo dos EUA. Contudo, cabe a ressalva dele não problematizar, ou não ter de fato compreendido, que o grande bloco de emissão papelista dos EUA durante a Guerra Civil (450.000.000 de dólares *greenback*) foi todo ele emitido pelo governo da União, passando pelos bancos privados associados ao NBS federalizado, mas o emissor foi o Tesouro Nacional, e sua emissão foi regulada por uma exigência com gastos militares e afins, não por regulações da taxa de juros, que obviamente caíram bastante então, mas o principal foi uma necessidade de segurança nacional. O que se destaca aqui é o fato de haver na compreensão e defesa da pluralidade emissora por parte de Amaro Cavalcanti uma secundarização do papel do Estado na questão da emissão monetária, que não foi o caso da história monetária ocorrida nos EUA: lá o Estado estava no centro da estruturação deste sistema⁵⁹⁹.

⁵⁹⁷ **Política e Finança: Discursos no Senado.** Imprensa Nacional, 1892, p. 275.

⁵⁹⁸ *Idem*, p. 274.

⁵⁹⁹ MITSHELL, Wesley Clair. **A History of the Greenbacks. With Special Reference to the Economic Consequences of their Issue: 1862-1865.** Chicago, The University of Chicago Press, 1903, p. 82, 91, 100, 119, 120.

7.5.1 A Hipertrofia Papelista no Brasil: Solução Possível Frente à Hipotrofia da Modernização das Outras Frentes

Recorre-se neste ponto do trabalho a Karl Polanyi, em referência a sua obra *A Grande Transformação*⁶⁰⁰, para analisar em comparação o salto na modernização dos Estados Unidos e do Brasil na passagem da escravidão para o trabalho assalariado, em busca das similitudes e das diferenças. Como já citado anteriormente, Polanyi trata da modernização das sociedades, com destaque para três frentes fundamentais da mercantilização da sociabilidade contemporânea, com a transformação com regulação pelo mercado de três frentes centrais, com a formação dos: 1) mercado de trabalho, 2) mercado de terras, e 3) mercado de capitais. Tal revolução nestas três frentes caracterizaria para ele, a modernização completa. Pois estas três frentes não eram antes reguladas pelo mercado. Ou mais especificamente: terra e trabalho não eram mercadorias nas sociedades tradicionais. A força sempre foi um acompanhante presente na história do mercado de capitais, por mais que o mercado ali tenha passado, os tributos a segurança eram altos e constantes. Ou como diria Fernand Braudel: *a força regia o mercado*.

Contudo, seguramente das três frentes a do mercado de capitais era a mais fluída e com menos resistência das estruturas tradicionais em ser regulada pelo mercado.

A estruturação legal de um mercado de terras e de um mercado de trabalho são as duas faces da moeda da modernização capitalista do trabalho e do meio de produção central. Nos Estados Unidos e no Brasil a saída díspare dos dois países do regime escravista marcou as direções distintas dos caminhos da modernização nos dois países. Seguindo o esquema polanyiano da modernização em três frentes, percebe-se que a modernização ao fim da escravidão nos EUA, com a reforma agrária do *Homestead Act*, e a abolição, marcou a modernização mercadológica do trabalho e da regulação das terras. Tal facilidade para o acesso das terras (roubadas aos indígenas e mexicanos) já tinha precedentes regulares em vendas de terras federais e estaduais a baixos custos para estimular a colonização capitalista, de origem europeia. Tal modernização sempre foi feita em direção a uma valorização capitalista.

⁶⁰⁰ POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: As Origens da Nossa Época*. Rio de Janeiro, Elsevier, Campus, 2000. p.89

E no exemplo histórico dos Estados Unidos há uma sinergia complementar nessa estruturação do mercado de trabalho (com a abolição no *Emancipation Act*), com a estruturação de um mercado de terras (que já vinha de antes) mas se consolidou com o *Homestead Act* de 1863, com esses dois movimentos históricos sendo financiados e possibilitados pelo papelismo da política monetária dos *greenbacks* de Lincoln (de 1862 até 1879 os EUA mantiveram uma circulação fiduciária), com os três grandes lances de impressão monetária fiduciárias da Era Lincoln lançando 450 milhões de dólares *greenback* a consolidar os mercados de trabalho livre e de terras. As três frentes da modernização polyiniana se completaram.

O presente trabalho defende que houve timidez, para não diz sabotagem, em estruturar politicamente um mercado de terras, e em ampliar e fortalecer o mercado de trabalho na abolição brasileira, o que gerou um sistema em que o papelismo foi hipertrofiado nesta virada modernizante da República brasileira. Foi na frente monetária papelista que a elite brasileira concentrou sua audácia modernizante, sabotando as outras frentes de **mercado de trabalho** e de **mercado de terras**, havendo assim uma hipertrofia papelista na modernização republicana do Brasil. Pois a frente monetária foi a única em que a elite brasileira aceitou alguma mudança significativa, pois o país já tinha um histórico de relação com ampliações na emissão monetária, assim como na emissão de dívidas públicas (títulos públicos). Mas sem completude nas mudanças das outras frentes, o que gerou a situação resultante muito irregular. E não aproveitando a abolição, ou a Proclamação da República, para um plano mais audaz nas outras duas frentes. Logo, os problemas monetários advindos da política emissora de Rui Barbosa, pode também ser visto como resultado da **não modernização do mercado de terras, e do mercado de trabalho**, resultando numa hipertrofia papelista, por ser esta, das três frentes, a única na qual se executou uma política modernizante.

Pois há um debate sobre o terceiro ponto *palanyiano*: o da formação do mercado de capitais. Perguntado para autores tão diversos como Simone Deos ou Armindo Fraga, ambos concordam em dizer que havia uma mistura da ideia de mercado de capitais com a ideia de mercado monetário: para estes dois díspares autores, ambos mercados, o monetário e o de capitais, era a mesma coisa no século XIX. E a ampliação monetária que encontra áreas de inversão produtiva torna-se ampliação de mercado de capitais. Numa sociedade com as três frentes de

modernização *polayiniana* completada, a chance de inversão monetária ampliada virando capital é muito mais viável. Mas havia nos EUA uma situação equivalente, com relação a essa equivalência entre mercado monetário e mercado de capitais. Tendo a ampliação monetária papelista lincoliana durante a Guerra Civil, disparado uma ampliação produtiva real:

The legacy of British banking in the United States was a system based mainly on trade financing and speculation, prompting Democrats such as Tomas Jefferson and Andrew Jackson to fight against a central bank and branch banking so as to prevent bankers from becoming powerful enough to siphon off the economic surplus. It was in France and Germany that banking developed more along industrial lines, coordinated with government planning and a heavily military element in the case of Germany. But the continental European industrial model never gained a foothold in America. What was unique was the government acting as the main credit creator during the Civil War by issuing greenbacks. The subsequent Greenback (Party) and Populist Parties (not dealt with in this volume) urged the Treasury to provide bank credit and earn interest on behalf of the public domain, but little attempt was made to establish government banking as a serious alternative to New York, Philadelphia, Boston and Chicago. The main concern was to counter the deflationary price pressures resulting from the government's attempt to roll gold prices back to their pre-Civil War levels. This raised the debt burden on agriculture in particular, imposing financial austerity on the national economy and spurring a pamphlet literature on monetary reform and predatory interest extraction.⁶⁰¹

A política monetária papelista, ensaiada no gabinete ministerial de Rui Barbosa, na aurora republicana, recebeu a maliciosa alcunha de política do Encilhamento, pelos seus numerosos críticos, defensores da ortodoxia monetária metalista pregada então. Percebe-se no livro de Cavalcanti 1893, e nos discursos parlamentares de 1892, uma reação intelectual e política, contra a enxurrada de críticas então vindas do campo intelectual metalista, contra a experiencia barbosiana na pasta da Fazenda. Na falta de um plano minimante corajoso e audacioso, para se enfrentar o fim da quadri-secular escravidão brasileira, a audácia monetária de Rui Barbosa, com seu plano monetário papelista expansivo⁶⁰², foi a muleta aceita pela elite e a sociedade

⁶⁰¹ HUDSON, Michael. **America's Protectionist Takeoff. 1815-1914. The Neglected American School of Political Economy.** New York/London, Garland Publishing, Inc., 1975, "Preface", p. XVIII.

⁶⁰² <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-31032015-113729/pt-br.php>

brasileira, para se completar aquela trágica transição para se formar um país legalmente estruturado em: 1) mercado de trabalho, 2) mercado de terras, e 3) mercado de capitais.

Doze anos depois da opção brasileira, o capitalismo mais desenvolvido, o dos Estados Unidos, obteve pela mão do presidente Abraham Lincoln o Homestead Act, optando pela livre ocupação de suas terras livres para, por esse meio, esvaziar o escravismo americano e mudar os fundamentos de uma sociedade também mutilada pela escravidão. A lei americana de colonização permitia que mesmo os ex-escravos pudessem se tornar proprietários de terra, sem ônus. O oposto do modelo de ocupação territorial e de capitalismo pelo qual o Brasil optara. Lá, a mudança fora presidida pelo capital; aqui, fora presidida pela economia de exportação e o latifúndio, no qual ela se baseava. Lá, o capital se arvorou politicamente contra a propriedade da terra, seguindo a ordem lógica que impusera o fim do antigo regime na Europa. Aqui, a propriedade da terra se institucionalizou como propriedade territorial capitalista, presidiu o processo de instauração, difusão e consolidação do capitalismo entre nós, acasalou terra e capital, concentrou a repartição da mais-valia e avolumou a reprodução ampliada do capital. Foi o modo de acelerar a entrada do país no mundo moderno, o recurso compensatório da pilhagem colonial que nos condenara ao atraso, o modo de acumular mais depressa para mais depressa se modernizar”.⁶⁰³

A disputa monetária na primeira república (1890-1906). Entre papelistas e metalistas: a moeda como projeção e resultado do real

⁶⁰³ MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo, Editora Contexto, 2010, “Prefácio à Nona Edição”, p. 4.

Conclusão

É possível trabalhar com a hipótese de que o pensamento econômico brasileiro, focado nas questões do subdesenvolvimento, tenha um olhar analítico muito concentrado no Brasil e na América latina, sem incluir devidamente nas análises dos caminhos históricos do desenvolvimento o caso dos Estados Unidos. País de forte influência no mundo e no Brasil, mas sobre o qual o olhar da pesquisa brasileira, por motivações diversas, não tem a tradição de focar como objeto histórico de estudo do desenvolvimento. O presente trabalho, direcionado à busca de influências estadunidenses no papelismo de Amaro Cavalcanti, encontrou na *escola americana* de economia política uma riquíssima encruzilhada do pensamento econômico ocidental, repleta de antecipações teóricas e metodológicas encontradas no pensamento econômico heterodoxo do século XX.

A investigação buscou perscrutar o *American System*, focando em alguns de seus autores e ideias centrais, e encontrou propostas posteriormente desenvolvidas em outras linhas intelectuais. Mas também encontrou no AS explicações para caminhos do desenvolvimento ainda não devidamente destacados pela historiografia. Como o foco dado por Alexander Hamilton à questão comercial, com a centralidade da busca pelo controle naval e comercial em sua obra, para a quebra dos oligopsônios estrangeiros. Contribuindo numa leitura da obra hamiltoniana de forma mais orgânica e sistêmica.

O eixo central do presente trabalho se encontra na recorrente presença da questão política guiando os caminhos econômicos nas trajetórias e nas obras de teoria econômica aqui analisadas. Realmente, o século XIX norte-americano nos oferece um exemplo marcante de como a economia é, basicamente, economia política. E o nacionalismo, em maior ou menor grau, foi a força política central a redirecionar os caminhos econômicos. Cabe destacar o já exposto: o liberalismo nos EUA foi balizado pelo nacionalismo, e assim o liberalismo econômico foi secundarizado por um nacionalismo conectado com o liberalismo político primeiramente. De tal forma que, num ambiente histórico de declarada hegemonia liberal, o liberalismo nos EUA se distinguiu firmemente do liberalismo de outras partes, numa distinção entre liberalismo político e econômico, sendo o nacionalismo a força central, difusamente presente,

mesmo que não muito teorizada. Coube aqui buscar revelar isso, teorizando tais questões e desnudando o processo histórico que levou a tal configuração.

As escolas de economia política heterodoxas, e mesmo desenvolvimentistas, no século XX carregaram a alcunha de, retomando questões mais concentradas na economia nacional, revisitarem o mercantilismo. Pois cabe também destacar que o modelo histórico econômico dos EUA oitocentistas encontrado aqui mostra-se profundamente marcado, influenciado, e reciclador de práticas e caminhos longamente associados ao mercantilismo. Parece-nos que, longe de ser a experiência histórica estadunidense, na seara econômica, uma experiência dominada por práticas liberais em economia, a história econômica estadunidense é marcada e influenciada pela continuidade de práticas e tradições mercantilistas, reincidentes e difundidas na cultura política estadunidense.

Um dos pontos fulcrais do estudo aqui desenvolvido, o *American System*, buscou iluminar as linhas político-intelectuais mais associadas e herdeiras destas tradições mercantilistas. Mas merece destaque o fato de não terem sido apenas os mais radicalizados defensores da *agenda americana* os que defenderam tais caminhos mais nacionalistas e heterodoxos. As pautas centrais identificadas com o *American System* alcançaram o poder central na Guerra Civil e pautaram a reconstrução dos EUA no *Postbellum*, mas encontram ecos difusos na cultura política dos Estados Unidos.

E, novamente, a resposta é política: a eficácia da agenda central do AS, *internal improvements*, protecionismo, e o banco nacional (desde a Guerra Civil colocado na forma do NBS lincolniano), só encontraram sucesso na sua realização pela base política sólida com que foi aplicada sob **hegemonia do partido republicano**. O que fornece o fundamento para, no presente trabalho, constatar nessa longa hegemonia republicana (1860-1912), com vinte anos de *greenbackism* a janela para o salto desenvolvimentista dos EUA. Desse modo, se aventa aqui a hipótese de que a marca política distintiva entre a experiência papelista nos EUA – levada a cabo de forma ativa e programada –, em oposição às inconstantes experiências papelistas vistas no Brasil, em reação a crises de balanço de pagamentos, uma marca política distintiva para explicar o desenvolvimento estadunidense no século XIX: nos EUA houve uma hegemonia política embasando a sua ativa experiência papelista.

Destaca-se também, na obra de Hamilton, a centralidade dada por ele para o controle comercial e a autonomia naval: no mundo do século XIX, o entendimento da capacidade de produção, e controle de embarcações, como sendo um eixo central e meta para as políticas econômicas nacionais, foi uma contribuição intelectual hamiltoniana que merece destaque; ainda mais enquanto reflexão na busca em complementar o entendimento, e as possibilidades, de respostas para temas que se encontram no início desta investigação em abordagens provenientes da obra de Celso Furtado. Pois a resposta para a pergunta furtadiana no capítulo XVIII de FEB, passa em Hamilton pela indústria naval e a quebra dos oligopsônios externos, uma indústria estratégica para a independência comercial e a alavancagem do potencial agrícola, mostrando que o paladino da indústria, como Hamilton costuma ser lembrado, tinha um pensamento orgânico articulado, no qual o comércio era central.

Obviamente, não se está afirmando que a resposta para a questão de Celso Furtado em seu capítulo XVIII de *Formação Econômica do Brasil (FEB)* esteja apenas na história política e na força articulada das ideias. O acelerado desenvolvimento dos EUA oitocentistas baseou-se na proximidade geográfica e cultural com antigos centros industriais, tendo o país recebido ondas migratórias e importações de capitais no século XIX como nenhum outro país. Sendo, destarte, uma conjuntura de fatores a construção da resposta à questão de Furtado. Mas tais fatos demográficos e geográficos dos EUA são bastante conhecidos. Coube aqui colaborar na busca da resposta para Furtado, colocando luz sobre outros fatos. Como, por exemplo: o nacionalismo, a primazia da história sobre as teorias, com um pensamento pragmático e nacionalista. Algo que pode ser afirmado ao fim deste trabalho em resposta à pergunta furtadiana é que o liberalismo nos EUA do século XIX foi profundamente balizado pelo nacionalismo – político e econômico –, de forma que não encontra paralelo com o liberalismo do Brasil oitocentista.

Logicamente, as perguntas seguem, e as respostas continuam se construindo. Este trabalho buscou contribuir com caminhos e trilhas em direção às respostas. E entre teoria, economia e história, num equilíbrio entre soluções mais teóricas e outras mais históricas, infere-se do presente trabalho que, na construção das soluções, como na busca de se compreender melhor o passado, o melhor caminho das respostas entre economia e história encontra-se, em grande medida, numa maior compreensão política.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Cristiano Addario. **A Disputa Monetária na Primeira República (1890-1906). Entre Papelistas e Metalistas: A Moeda como Projeção e Resultado do Real.** Disponível: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-31032015-113729/pt-br.php>.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Uma Colônia Entre Dois Impérios. A Abertura dos Portos Brasileiros 1800-1808.** São Paulo, EDUSC, 2008.
- BAILYN, Bernard. **As Origens Ideológicas da Revolução Americana.** Trad. Cleide Rapucci. Bauru, Edusc, 2003.
- BAIROCH, P. **Economics and World History – Myths and Paradoxes.** Chicago, The University of Chicago Press. 1993.
- BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. **Monopoly Capital: An Essay on the American Economic and Social Order.** New York/London, Modern Readers Paperbacks, 1966.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Raízes do Desenvolvimentismo Associado: Comentários sobre Sonhos Prussianos e Cooperação Panamericana no Estado Novo (1937-1945). **Economia**, Selecta, Brasília. vol. 5. n.3, dez. 2004, p. 285-320.
- BAXTER, Maurice C. **Henry Clay and the American System.** The University Press of Kentucky, 1995.
- BLAUG, Mark. **Metodologia da Economia.** São Paulo, Edusp. 2016.
- BORGES, Maria Angélica. As Vias do Desenvolvimento Capitalista: Clássica, Prussiana e Colonial. **História Econômica & História de Empresas.** vol. 2, n. 1, 1999.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilisation Matérielle, et Capitalisme (XVe-XVIII siècle).** Vol. 1 : **Les structures du quotidien.** Paris, Armand Colin, 1979.
- _____. **Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII. O Tempo do Mundo.** 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- _____. **La dynamique du capitalisme.** vol. 19. Paris, Arthaud, 1985.
- BRANDS, H., W. **The Money Men: Capitalism, Democracy, and the Hundred Year's War Over the American Dollar.** New York/London, W. W. Norton & Company, 2006.

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Os Dois Métodos e o Núcleo Duro da Teoria Econômica. **Revista de Economia Política REP 29. Brazilian Journal of Political Economy 29**. 2009, 163-19, 2, 2009.
- _____. Ortodoxos e Históricos-Institucionalistas. **X Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Política**. 2005. Disponível em: https://www.bresserpereira.org.br/works/smallpapers/14.Lawson-Ortodoxos_Historico-Institucionalistas.pdf. Acesso em 15 mar. 2023.
- CAREY, Henry Charles. **Essay on The Rate of Wages: With An Examination Of The Causes Of The Differences In The Conditions Of The Labouring Population Throughout The World**. Philadelphia, Carey, Lea & Blanchard, 1835.
- _____. **The Currency Question: Letters to the Hon. Schuyler Colfax**. Chicago, Norton, s.d..
- _____. **Of The Rate of Interest; and of Its Influence on the Relations of Capital and Labor**. Speech of H. C. Carey, in the Constitutional Convention of Pennsylvania, May 16, 1873. COLLINS Printer, Philadelphia, 1873
- CAVALCANTI, Amaro. **O Meio Circulante Nacional (1808-1835)**. Brasília Ed. Universidade de Brasília, 1983
- _____. **Política e Finanças**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1892.
- _____. **A Vida Econômica e Financeira do Brasil**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1915.
- CHANG, Há-Joon. **Chutando a Escada. A Estratégia de Desenvolvimento em Perspectiva Histórica**. São Paulo, Unesp, 2004.
- CHAPELLE, Howard Irving. **The History of the American Sailing Navy: the Ships and Their Development**. New York, Norton, 1949.
- CHERNOW, Ron. **Alexander Hamilton**. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2020.
- CONKIN, Paul K. **Prophets of Prosperity. America's First Political Economists**. Bloomington, Indiana University Press, 1980.
- CORNELL, Saul. **The Other Founders: Anti-federalism and Dissenting Tradition in America, 1788-1828**. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil: Ensaio Sobre Ideias e Formas**. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

- COUTINHO, Mauricio C. Do Capital Financeiro de Hilferding. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. São Paulo, n. 35, s.d.
- CROWLEY, John E. **The Privileges of Independence. Neomercantilism and the American Revolution**. Baltimore, John Hopkins University Press, 1993.
- CURRIE, David P. *The Constitution in the Supreme Court: The Second Century, 1888-1986*. Chicago, University of Chicago Press, 1990.
- DANGERFIELD, George. **The Awakening of American Nationalism: 1815-1828**. New York, Harper & Row Publishers, 1965.
- DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais**. Rio de Janeiro, Record, 2002.
- DEBOUZY, Marianne. **O Capitalismo Selvagem nos EUA (1860-1900)**. Lisboa, Estúdios Cor, 1972.
- DEYNON, Pierre. **Le Mercantilisme**. Paris, Flammarion, 1969.
- DICKERSON, Oliver Morton. **The Navigation Acts and the American Revolution**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1951.
- DORFMAN, Joseph. **The Economic Mind in American Civilization. 1606-1865**. Reprint of Economic Classics. New York, Viking Press, 1966.
- ELKINS, Stanley & MCKITTRICK, Eric. **The Age of Federalism. The Early American Republic, 1788-1800**. New York, Oxford University Press, 1993.
- ERNST, Joseph A. In the "Age of Mercantilism," the Revolutionaries Were not Economic Liberals After All. *Reviews in American History*. Sep. 1994, vol. 22, n. 3, The Johns Hopkins University Press, p. 400-405.
- FERNANDES, Susana Cristiana. **Amaro Cavalcanti e a Luta pela Industrialização Brasileira**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em História Econômica, sob a orientação da Profa. Dra. Lígia Maria Osório Silva. Campinas, 2001.
- FIORI, José Luís. **Sonhos Prussianos, Crises Brasileiras: Leitura Política de uma Industrialização Tardia**. Rio de Janeiro, IEI-UFRJ, 1990.
- FISKE, John. **The Critical Period of American History: 1783-1789**. Cambridge, The Riverside Press, 1896.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **O Pensamento Econômico Alemão no Século XIX. Pensadores Alemães dos Séculos XIX e XX**. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2000.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

- _____. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- _____. **Teoria Política do Desenvolvimento.** Biblioteca Universitária, 1969.
- GALLAGHER, John & ROBINSON, Ronald. The Imperialism of Free Trade. **The Economic History Review**, New Series, vol. 6, n. 1., 1953.
- GARRATY, J. & CARNES, M. **The American Nation: A History of United States.** 10. ed. New York, Addison Wesley Longman, 2000.
- GIBSON, Donald. **Wealth, Power and the Crisis of the Laissez Faire Capitalism.** New York, Palgrave Macmillan, 2011.
- GREMAUD, Amaury Patrick. **Das Controvérsias Teóricas à Política Econômica: Pensamento Econômico e Economia Brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840-1930).** Tese. Orientador: Dr Flavio Azevedo Marques de Saes. FEA/USP.1997.
- HA, Songho. **The Rise and Fall of the *American System*: Nationalism and the Development of the American Economy, 1790-1837.** London/New York, Routledge, 2015.
- HAMILTON, Alexander. **Industrial and Commercial Correspondence of Alexander Hamilton. Anticipating His Report on Manufactures. Report on the Subject of Manufactures.** Ed. By Arthur Harrison Cole. Chicago, The Business Historical Society, Inc., 1928.
- _____. **Report on a National Bank.** *Communications to the House of Representatives*, 1790.
- HAMILTON, A., JAY & J., MADISON, J. **The Federalist.** Gideon Edition, Edited with an Introduction, Reader's Guide, Constitutional Cross-reference, Index, and Glossary by George W. Carey and James McClellan. Liberty Fund. Indianapolis, 2001.
- HARLEN, Christine Margerum. A Reappraisal of Classical Economic Nationalism and Economic Liberalism. **International Studies Quarterly** Leeds, University of Leeds, 1999.
- HECKSCHER, Eli F. **Mercantilism.** London, George Allen & Unwin LTD Museum Street, s.d..
- HICKEY, Donald R. American Trade Restrictions during the War of 1812. **The Journal of American History.** vol. 68, n. 3, dez. 1981.

- HICKEY, Donald R. **The War of 1812: A forgotten conflict**, bicentennial ed. **Urbana: University of Illinois Press**, 2012
- HOBBSAWm, Eric J. **A Era dos Impérios 1875-1914**. 9. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1996.
- HOBSON, J. A. **Imperialism: a Study**. London, George Allen & Unwin LTD Museum Street. 1902.
- HOFSTADTER, Richard. **The Age of Reform: from Bryan to F.D.R.** Ed. Knopf. 1955.
- HUDSON, Michael. **America's Protectionist Takeoff. The Neglected American School of Political Economy**. New York/London, Garland Publishing Inc, 2010.
- IRWIN, Douglas A. The Aftermath of Hamilton's "Report on Manufactures". **The Journal of Economic History**, Sep., 2004, vol. 64, n. 3, Sep. 2004, p. 800-821.
- JUNQUEIRA, Mary Anne. **Estados Unidos: Estado Nacional e Narrativa da Nação (1776-1900)**. São Paulo, Ed: Edusp, 2018.
- KEYSERLING, Leon. **Toward Full Employment and Full Production**. Truman Library, 1954.
- CUSTERS, Peter. Military Keynesianism Today: An Innovative Discourse. **Race & Class**. Institute of Race Relations, 2010.
- KUHN, Thomas, **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 5 ed. São Paulo, Perspectiva, 1998.
- LARSON, John Lauritz. **Internal improvement: National public works and the promise of popular government in the early United States**. Univ of North Carolina Press, 2002.
- LENIN, W. I. **O Programa Agrário Da Social-Democracia Na Primeira Revolução Russa de 1905-1907**. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1980.
- LEROY-BEAULIEU, P. **De la Colonisation chez les Peuples Modernes**, Paris, 1874.
- LIST, Friedrich. **Sistema Nacional de Economía Política**. Ed. Fondo de Cultura Económica. México, 1997.
- MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. Editora Contexto, São Paulo, 2010.
- MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I o Processo de Produção d Capital**. Boitempo Editorial. 2008.
- _____. Posfácio da Segunda **Edição d'O CAPITAL CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA**. Editora Nova Cultural Ltda. 1996, São Paulo.

- MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil. Origens da Autocracia Burguesa.** Oficina dos Livros. Belo Horizonte, 1989.
- MEINING, Donald William. **The Shaping of América. A Geographical Perspective on 500 Years of History. Continental America, 1800-1867. (vol.2)** New Haven/London: Yale University Press. 1993.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira.** 2ª edição, São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.
- MIHM, Stephen. **A Nation of Couterfeiters. Capitalists, Con Men, and the Making of the United States.** Harvard University Press, Cambridge, Massachussetts. 2007.
- MILL, Stuart. **A System of Logic, Ratiocinative, and Inductive.** Ed. Classic Reprint Series. ForgottenBooks.
- MITSHELL, Wesley Clair. **A History of the Greenbakcs. With special reference to the Economic consequences of their issue: 1862-1865.** Chicago, The University of Chicago Press, 1903.
- NELSON, John R. Jr. **Liberty and Property: Political Economy and Policymaking in the New Nation, 1789-1812.** Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press. 1987.
- NELSON JR, J. R. **Alexander Hamilton and American Manufacturing: A Reexamination.** The Journal of American History. Vol. 65 No.4 (Mar. 1979), pp 971-995.
- NOVAIS, Fernando A., **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).** Oitava edição, São Paulo, Editora HUCITEC, 2005.
- NOVAIS, Fernando. A. & FORASTIERI S., Rogério. **Introdução para a Historiografia da Nova História. Nova História em Perspectiva. Vol. 1** São Paulo, Cosac Naify, 2011.
- PARRON, Tamis. **A Política da Escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846.** Tese de Doutorado. FFLCH-USP. 2015.
- POSTEL, Charles. **The Populist Vision.** Oxford University Press. 2007.
- PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo, Brasiliense., 1998.
- PREBICH, Raúl. **Interpretación del proceso de desarrollo latinoamericano en 1949.** [1973].

- _____. **O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns De Seus Problemas Principais** [1949].
- Raymond, Daniel. **The Elements of Political Economy**. Baltimore. Published by F. LUCAS, JUN. And E. J. COALE. 1823.
- REINERT, Erik S. **Como os Países Ricos Ficaram Ricos... E Por Que os Países Pobres Continuam Pobres**. Rio de Janeiro, Contraponto/Centro Celso Furtado, 2016.
- RICARDO, David. **Princípios de Economia Política E Tributação**. São Paulo, Nova Cultural, 1996.
- RITTER, Gretchen. **Goldbugs and Greenbacks: the Antimonopoly Tradition and the Politics of Finance in American 1865-1896**. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.
- ROBILLOTI, Paulo César das Neves Sanna. **O Desenvolvimento Capitalista na Obra de Maria da Conceição Tavares: Influências Teóricas, Economia Política e Pensamento Econômico**. Dissertação de Mestrado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2016.
- ROBINSON, Joan. **Filosofia Econômica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- ROBINSON, E. A. G. **Monopolio**. México, Fondo de Cultura Económica, 1942.
- RODRÍGUEZ, Octavio. **Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1981.
- SALOMÃO, Ivan Colangelo. **O Desenvolvimento em Construção: Um Estudo sobre a Pré-História do Pensamento Desenvolvimentista Brasileiro**. Porto Alegre, UFRGS, 2013.
- SAMUELSON, Paul & BARNETT, William, **Inside the Economist's Mind. (Conversations with James Tobin and Robert J. Shiller on the "Yale Tradition" in Macroeconomics)**. s.l., Blackwell Publishing, 2007.
- SCHMOLLER, Gustav. **The Mercantile System and its Historical Significance**. New York, Macmillan and Co., 1896.
- SCHNERB, Robert. **Livre-Troca e Protecionismo**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967.
- SEXTON, Jay. **The Monroe Doctrine. Empire and Nation in Nineteenth-Century America**. New York, Hill and Wang. A division of Farrar, Straus and Giroux, 2012.

- SHANNON, F. A. **America's Economic Growth**. New York, The Macmillan Company, 1940.
- SMITH, Adam. **The Wealth of Nation: An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. Chicago, University of Chicago Press, 1977.
- SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento (1855-1939)**. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- TAUSSIG, F. W. **The Tariff History of the United States**. New York/London, The Knickerbocker Press/GP Putnam's Sons, 1923.
- THAYER, Theodore. The Land-Bank System in the American Colonies. **The Journal of Economic History**. Vol. 13. N. 2. Spring, 1953, p. 145-159.
- TAYLOR, George Rogers. The Great Tariff Debate, 1820-1830. **Problems in American Civilization**. Amherst College, MA, Department of American Studies, 1953.
- TOOD, David. **Le protecionnisme, un libéralisme internationaliste. Naissance et diffusion, 1789-1914**. Disponível em: laviedesidees.fr, 2009.
- TURNER, F. Jackson. The Significance of the Frontier in American History. **Annual Report of the American Historical Association**, 1893.
- VALEONTI, Sofia. Henry C. Carey's Monetary Thought and American Industrialization in the Greenback Debate. **History of Political Economy** 54.2, 2022, p. 189-216.
- VÉZINA, Simon. **Henry C. Carey et le système américain d'économie contre l'imperialisme du libre-échange britannique: son passage au New York Tribune**. Département du Histoire Faculté des Arts et Sciences. Université de Montreal, 2014
- VIEIRA, Dorival Teixeira. **A Obra Econômica de Amaro Cavalcanti**. FFCL/USP. São Paulo, 1960.
- WILLIAMS, William Appleman. **The Tragedy of American Diplomacy**. New York/London, W. W. Norton & Company, 1988.
- WRIGHT. Robert E. **One Nation Under Debt. Hamilton, Jefferson, and the History of What We Owe**. McGrawHill. New York, McGraw Hill, 2008.
- ZIMMERMANN, Andrea K. Nineteenth Century Wheat Production in Four New York State Regions: A Comparative Examination. **The Hudson Valley Regional Review**, Sep. 1988, vol. 5, n. 2.

ANEXO

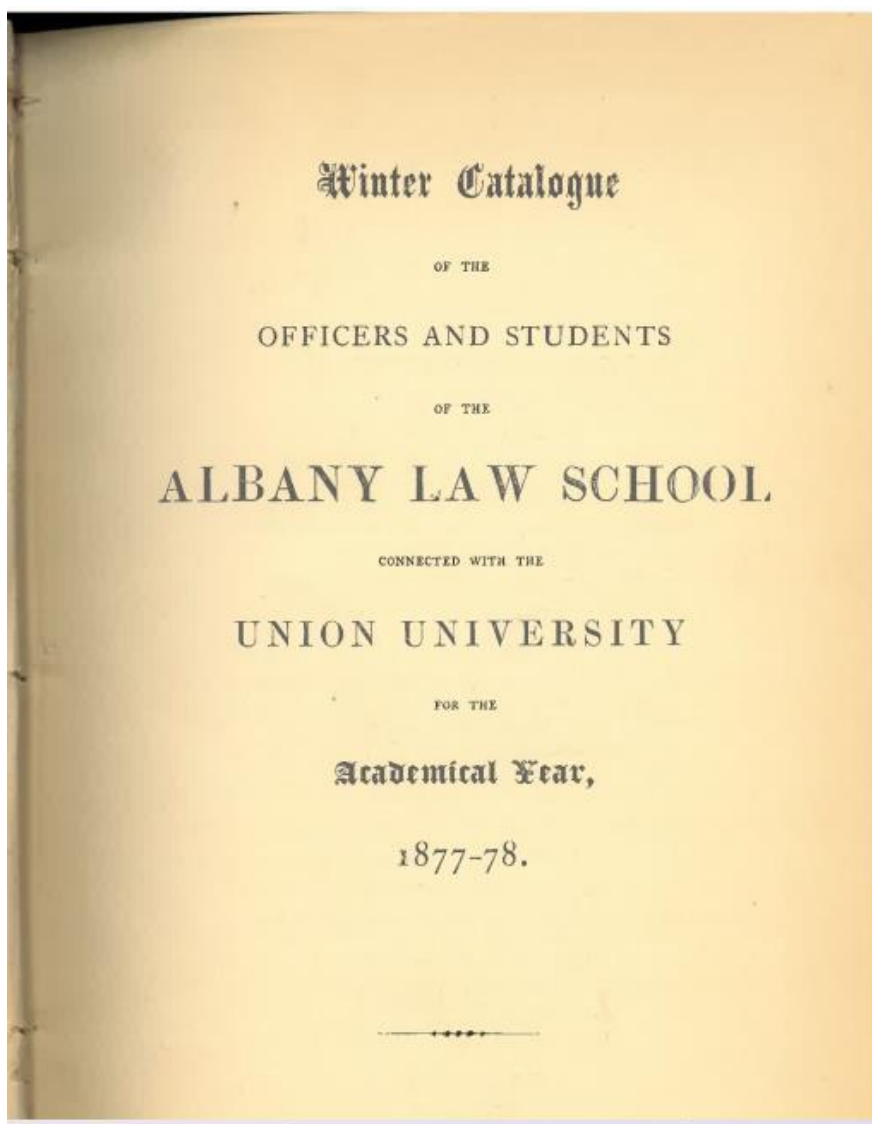
Anexo das fichas técnicas, descrevendo os profissionais responsáveis nos referidos anos acadêmicos, dos catálogos da *Albany Law School* da *Union University* de NY referentes aos anos acadêmicos:

1877-1878,

1878-1879,

1880.

Anexo I: ficha técnica do catálogo do ano universitário 1877-1878:



Union University.

REV. ELIPHALET NOTT POTTER, D.D.,
President.

DEPARTMENT OF LAW.

HON. THOMAS W. OLCOTT,
President, - - - 9 Third Street.

ORLANDO MEADS, LL.D.,
Secretary, - - - 4 Pine Street.

ISAAC EDWARDS, LL.D.,
Professor of Personal Property, Contracts and Commercial Law.
73 Ten Broeck Street.

HON. WILLIAM F. ALLEN, LL.D.,
Professor of Real Property.
4 Lodge Street.

HON. WILLIAM L. LEARNED,
Civil and Common Law; Practice; Evidence.
298 State Street.

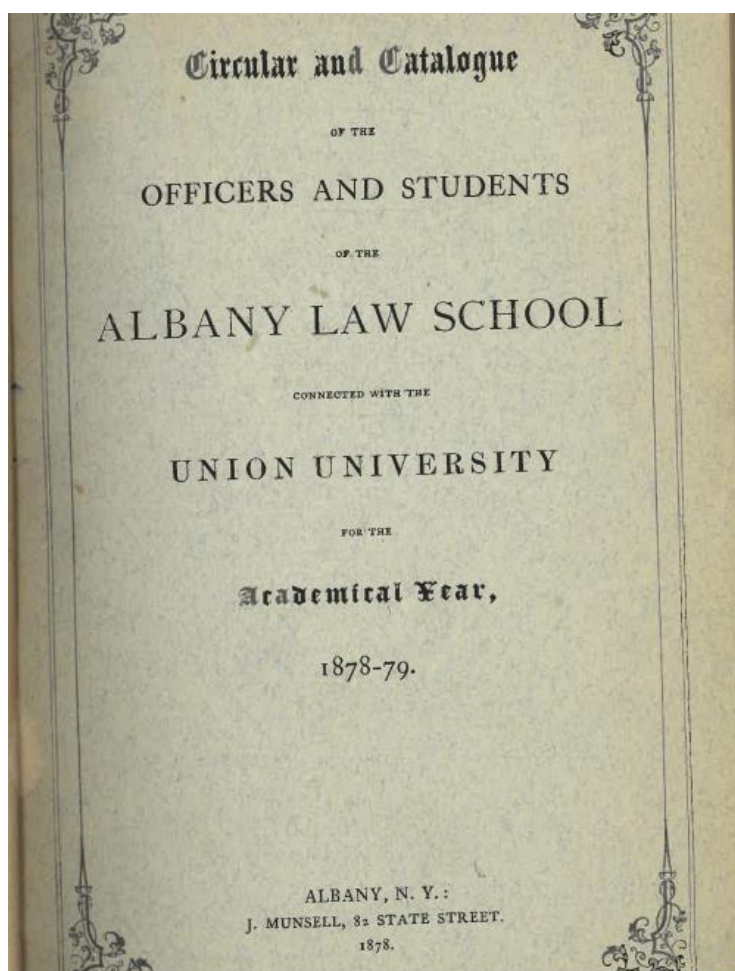
HON. MATTHEW HALE,
Professor of Criminal Law and Domestic Relations.

PRESIDENT POTTER,
Feudal System.

DR. HENRY COPPEE,
International Law.

HON. H. E. SICKELS,
Evidence.

CHARLES T. F. SPOOR, Esq.,
Practice.

Anexo II: ficha técnica do catálogo do ano universitário 1878-1879:

Union University.

REV. ELIPHALET NOTT POTTER, D.D.,
President.

Department of Law.

HON. THOMAS W. OLCOTT,
President, 9 Third Street.

ORLANDO MEADS, LL.D.,
Secretary, 4 Pine Street.

HON. WILLIAM F. ALLEN, LL.D.,
Professor of Real Property.
Oswego.

HON. WILLIAM L. LEARNED,
Civil Law and Equity Jurisprudence.
298 State Street, Albany.

ISAAC EDWARDS, LL.D.,
Professor of Personal Property, Contracts and Commercial Law.
73 Ten Broeck Street, Albany.

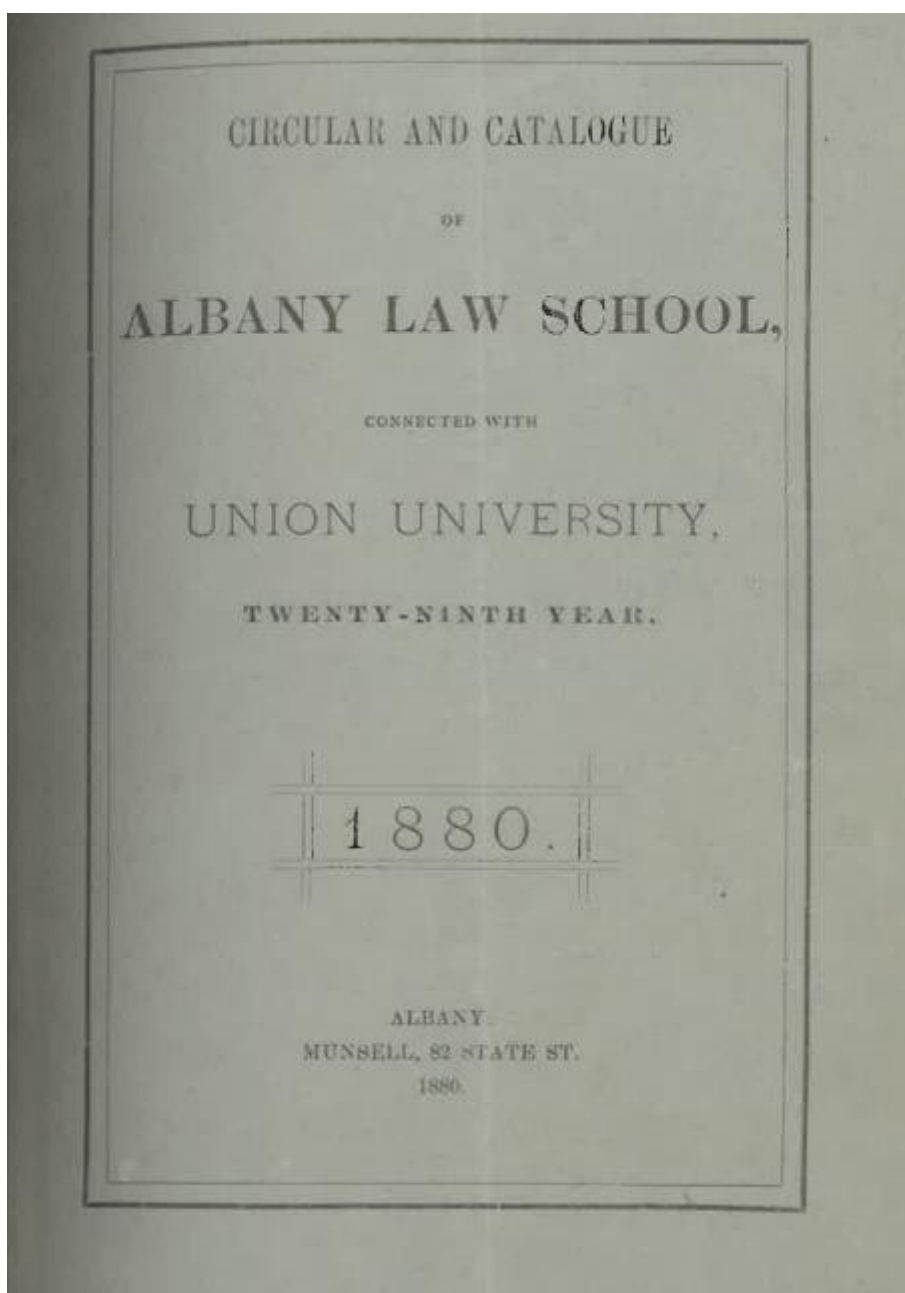
HON. MATTHEW HALE,
Professor of Criminal Law and Domestic Relations.
140 Swan Street, Albany.

PRESIDENT ELIPHALET NOTT POTTER,
Feudalism and Constitutional Law.
Schenectady.

DR. HENRY COPPEE,
International Law.
South Bethlehem, Pa.

HON. H. E. SICKELS,
Law of Evidence.
Eagle Street, Albany.

CHARLES T. F. SPOOR, Esq.

Anexo III: ficha técnica do catálogo do ano universitário 1878-1879:

ALBANY LAW SCHOOL.

BOARD OF TRUSTEES.

President.

HON. THOMAS W. OLCOTT.

Secretary.

ORLANDO MEADS, LL.D.

REV. ELIPHALET NOTT POTTER, D.D., LL.D.,
*President of Union College.*HON. SANFORD E. CHURCH,
*Chief Judge Court of Appeals.*HON. GEORGE F. DANFORTH, LL.D.,
*Associate Judge Court of Appeals.*HON. WILLIAM L. LEARNED, LL.D.,
*Justice of Supreme Court.*HON. CHARLES C. DWIGHT,
*Justice of Supreme Court.*HON. JAMES C. SMITH,
*Justice of Supreme Court.*HON. JUDSON S. LANDON,
*Justice of Supreme Court.*HON. GEORGE BARKER,
*Justice of Supreme Court.*HON. AMASA J. PARKER, LL.D.,
*Late Justice of Supreme Court.*HON. MATTHEW HALE,
HON. ROBERT H. PRUYN,
GEN. FRANKLIN TOWNSEND,
THOMAS HUN, M.D.,
GEORGE DEXTER, Esq.,
HENRY H. MARTIN, Esq.,
CHARLES B. LANSING, Esq.,
HENRY Q. HAWLEY, Esq.GEN. JOHN F. RATHBONE,
HON. BRADFORD E. WOOD,
HON. GEORGE DAWSON, Esq.,
CHAS. VAN BENTHUYSEN, Esq.,
HENRY H. VAN DYCK, Esq.,
THOMAS McELROY, Esq.,
DUDLEY OLCOTT, Esq.,
MARCUS T. HUN, Esq.

AMASA J. PARKER, JR., Esq.

ALBANY LAW SCHOOL.

3

ALBANY LAW SCHOOL.

FACULTY.

HON. WILLIAM L. LEARNED, LL.D.,
Civil Law and Equity Jurisprudence.

HON. HORACE E. SMITH, LL.D.,
Dean of the Law School.
Personal Property, Contracts and Commercial Law.

HON. MATTHEW HALE,
Criminal Law and Personal Rights.

President ELIPHALET NOTT POTTER, DD., LL.D.
Feudalism and Constitutional Law.

HENRY COPPÉE, LL.D.,
International Law.

H. E. SICKELS, Esq.,
Law of Evidence.

CHARLES T. F. SPOOR, Esq.
Practice and Pleading at Common Law and under the Code.

HENRY S. McCALL, Esq.,
Real Property — Wills.

IRVING BROWNE, Esq.,
Domestic Relations.

sign of instructing the student in the art as well as in the science of the law — of fitting him to enter at once upon the successful practice of his profession, the Trustees have organized a Law School, which they hope and trust will meet and satisfy the wants of the present time. It is their intention to make it one of the most thorough Schools in the Union.

“Our main object is to aid the student who enters upon the study with a view to the profession. At the same time we receive many young men who pursue the study of the law as a means of useful and liberal education. With us, as in other countries, a knowledge of the law is important to the scholar, the statesman and the man of business.”

Departments and Topics.

The Faculty, in order to systematize their labors, and thus render them the more effectual, have arranged the legal topics upon which they lecture in several branches. Three terms complete the course of instruction. A student commencing with any term, by attending that and the two succeeding ones, will complete the course ; and may become a candidate for graduation ;, and as one term is not much dependent upon another in the study and mastery of its appropriate topics, the student may enter at the beginning of either term.

The following is the list of topics and instructors for the present year :

FALL TERM, 1880.

Personal Property.	}	HON. HORACE E. SMITH.
Contracts.		
Partnerships.		

ALBANY LAW SCHOOL.

15

Equity Jurisprudence.	}	HOB. WM. L. LEARNED.
Equity Practice.		
Sources of Municipal Law.	}	H. E. SICKELS, Esq.
Real Property.		
Fixtures.	}	HENRY S. McCALL, Esq.

WINTER TERM, 1880-81.

Corporations.	}	HOB. HORACE E. SMITH.
Contracts of Sale.		
Negotiable Paper.		
Suretyship and Guaranty.		
Civil Law.	}	HOB. WM. L. LEARNED.
Trial of Causes.		
Personal Rights.	}	HOB. MATTHEW HALE.
Criminal Law.		
Domestic Relations.	}	IRVING BROWNE, Esq.

SPRING TERM, 1881.

Bailments.	}	HOB. HORACE E. SMITH.
Insurance.		
Agency.		
Insolvent and Bankrupt Laws.		
Torts.		
Practice and Pleading under the Code and at Common Law.	}	CHAS. T. F. SPOOR, Esq.
Wills.		
Executors and Administrators.	}	HENRY S. McCALL, Esq.
Evidence.		
	}	H. E. SICKELS, Esq.

During the year President Potter will lecture on Feudalism and Constitutional Law, and Prof. Henry Coppée on International Law, and a course of lectures on Medical Jurisprudence will also be given.